

ALZENIRA FRANCISCA DE AZEVEDO

AS PROPOSIÇÕES DE EVARISTO DA VEIGA NO  
BRASIL PÓS-INDEPENDÊNCIA

*Educação como forma de alterar os costumes, 1824–1837*



Uberlândia, MG  
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ALZENIRA FRANCISCA DE AZEVEDO

AS PROPOSIÇÕES DE EVARISTO DA VEIGA NO BRASIL PÓS-  
INDEPENDÊNCIA: EDUCAÇÃO COMO FORMA DE ALTERAR OS  
COSTUMES (1824–1837)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, na linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho, como requisito parcial da obtenção do título de doutora em Educação.

Uberlândia, MG  
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

A994p  
2022      Azevedo, Alzenira Francisca de, 1967-  
            As proposições de Evaristo da Veiga no Brasil pós-independência  
            [recurso eletrônico] : educação como forma de alterar os costumes  
            (1824-1837) / Alzenira Francisca de Azevedo. - 2022.

            Orientador: Carlos Henrique de Carvalho.  
            Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
            de Pós-Graduação em Educação.

            Modo de acesso: Internet.

            Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5031>

            Inclui bibliografia.

            1. Educação. I. Carvalho, Carlos Henrique de, 1961-, (Orient.). II.  
            Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
            Educação. III. Título.

---

CDU: 37

André Carlos Francisco  
Bibliotecário – CRB-6/3408



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

|                                    |  |                 |          |                       |     |
|------------------------------------|--|-----------------|----------|-----------------------|-----|
| Programa de Pós-Graduação em:      | Educação   |                 |          |                       |     |
| Defesa de:                         | Tese de Doutorado Acadêmico, 27/2022/331, PPGED  |                 |          |                       |     |
| Data:                              | Vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e dois   | Hora de início: | 13h30min | Hora de encerramento: | 18h |
| Matrícula do Discente:             | 11813EDU005  |                 |          |                       |     |
| Nome do Discente:                  | ALZENIRA FRANCISCA DE AZEVEDO  |                 |          |                       |     |
| Título do Trabalho:                | "As proposições de Evaristo da Veiga no Brasil pós-independência: educação como forma de alterar os costumes (1824-1837)"  |                 |          |                       |     |
| Área de concentração:              | Educação   |                 |          |                       |     |
| Linha de pesquisa:                 | História e Historiografia da Educação  |                 |          |                       |     |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | "TRAJETÓRIAS IMPERFEITAS E INSPIRAÇÕES (IN)ACABADAS NA RELAÇÃO ESTADO E IGREJA CATÓLICA NO ESPAÇO LUSO-BRASILEIRO: O LAICO E O RELIGIOSO NA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO (1890-1960)" |                 |          |                       |     |

Reuniu-se, através de sala virtual Microsoft Teams, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Gustavo Araújo Batista - UNIUBE; Eloy Alves Filho - UNIUBE; Márcio Danelon - UFU; Mario Borges Netto - UFU e Carlos Henrique de Carvalho - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Carlos Henrique de Carvalho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

26/08/2022 08:12

SEI/UFU - 3869097 - Ata de Defesa - Pós-Graduação



Documento assinado eletronicamente por Carlos Henrique de Carvalho, Presidente, em 25/08/2022, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Marcio Danelon, Professor(a) do Magistério Superior, em 25/08/2022, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Eloy Alves Filho, Usuário Externo, em 25/08/2022, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Gustavo Araújo Batista, Usuário Externo, em 25/08/2022, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Mario Borges Netto, Professor(a) do Magistério Superior, em 26/08/2022, às 06:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 3869097 e o código CRC E36ED137.

## AGRADECIMENTOS

**A**gradeço primeiramente à Universidade Federal de Uberlândia, pela possibilidade de realização da pesquisa, e, desse modo, abraço a Educação Pública a quem reconheço imensamente pela oportunidade de ter acesso ao conhecimento.

Sou grata ao professor-orientador Carlos Henrique de Carvalho por acreditar no potencial deste estudo, pela orientação dada a todo tempo e pela amizade oferecida.

Meus agradecimentos se dirigem para os profissionais do Arquivo Público de Minas Gerais – Belo Horizonte, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro pela viabilidade dada de acesso aos documentos e desvelo com as solicitações para a pesquisa.

Agradeço imensamente a amizade construída com Cecília e Monique Adriele — o caminho ficou mais ameno com vocês. Obrigada!

Agradeço a banca que aceitou o convite para participar na qualificação e na defesa da pesquisa. Seus encaminhamentos e suas orientações foram valiosos para o rigor científico do trabalho.

Sou grata a todos aqueles que de alguma forma auxiliaram para que o projeto de pesquisa se tornasse este tese ao colaborarem com palavras, incentivos, observações, orientações e correções necessárias aos escritos.

*Dedico este estudo àqueles que dão sentido de família à minha vida. Em especial, para meus filhos e filha, de onde vem a energia necessária para minhas buscas.*

## RESUMO

AZEVEDO, Alzenira F. As proposições de Evaristo da Veiga no Brasil pós-independência: educação como forma de alterar os costumes (1824–37). Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia

**E**ste estudo apresenta uma pesquisa de doutorado que almejou compreender as ideias de Evaristo da Veiga sobre liberdade, instrução e organização social e política no Brasil pós-independência. A tese de estudo incidiu na concepção de Evaristo Veiga como sujeito singular na história do pensamento educacional no Brasil. Tal foco se traduz neste objeto de estudo: o pensamento educacional de Evaristo da Veiga e o debate sobre instrução pública e formação em profissões úteis como possibilidade para a educação de costumes. Veiga, ao debater problemas apresentados no governo regencial, se tornou um aglutinador de ideias em torno da necessidade de formação escolar em profissões úteis (manuais). Na problematização do objeto de estudo se projetou questionamentos sobre como a instrução se apresentava na cosmovisão de Veiga? Como expôs seu pensamento? Quais eram suas concepções de educação, escola, função, programas de ensino, aprendizagem etc.? Como foi a recepção para suas ideias educacionais? Como objetivos de pesquisa, foram definidos *construir* uma compreensão histórico-sistemática de processos, movimentos, circunstâncias, meios e modos indicativos de uma formação do pensamento educacional no Brasil pós-independência; *compreender* sistematicamente a figura histórica de Evaristo da Veiga como homem, intelectual e agente da produção de ideias e reflexões; *produzir* uma análise histórico-crítica de como Veiga materializou seu pensamento e de sua recepção; *entender* o pensamento de Veiga para instrução tendo em vista um ideal de construção nacional. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa supôs busca em acervos físicos em Minas Gerais e Rio de Janeiro, também arquivos digitais (hemeroteca). O resultado foi um rol de fontes históricas inclusivas de inventário *post mortem*, cartas, livros de poesias de homenagem, edições do jornal *Aurora Fluminense*, leis e relatórios ministeriais. A pesquisa histórica e documental está atrelada à linha de pesquisa “história e historiografia da educação” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Os resultados permitem ver Evaristo da Veiga como alguém atento ao seu tempo e interessado no debate político; como figura proeminente e alguém cuja vida e obra se abrem à observação de constituição de um pensamento educacional brasileiro. Suas proposições para um modo de pensar na instrução e educação moral foram pinçadas de preocupações que lhe apareceram em um primeiro plano. Ao debater interesses políticos, econômicos, organizativos do Brasil com seus interlocutores, apontou uma preocupação com a instrução para conscientização do sistema político. Veiga viu como importante pensar em instruir a mulher como vetor qualificado para a educação da prole. A instrução e a educação moral poderiam, aos poucos, constituir condutas diferentes que formariam o homem tido como o brasileiro.

**Palavras-chave:** História da educação; Evaristo da Veiga; pensamento educacional; educação moral; instrução para profissões úteis.



## ABSTRACT

AZEVEDO, Alzenira F. *Evaristo da Veiga and his educational ideas, 1821–37*. Thesis (doctorate in Education) — Education College at Universidade Federal de Uberlândia

This study presents a doctoral research that aims to understand Evaristo da Veiga's ideas about freedom, education and social and political organization in post-independence Brazil. The study focused on the conception of Veiga as a singular subject in the history of educational thinking in Brazil. This focus converges to this research aim: the educational thinking of Veiga and the debate on public education and training in useful professions as a possibility for the education of customs. Veiga, when discussing problems presented in the regency government, became a binder of ideas about the need for school training in useful professions (manuals). In the problematization of this subject matter, questions were asked about how instruction presented itself in Veiga's worldview? How did he expose his thinking? What were his conceptions of education, school, function, teaching programs, learning, etc.? How was the reception for his educational ideas? As research aims, we defined the following: to construct a historical-systematic understanding of processes, movements, circumstances, means and modes indicative of a formation of educational thinking in post-independence Brazil; to understand systematically the historical figure of Evaristo da Veiga as a man, intellectual and agent of the production of ideas and reflections; to produce a historical-critical analysis of how Veiga materialized his thinking and his reception; to understand Veiga's thinking for instruction in view of an ideal of national construction. From the methodological point of view, the research assumed a search in physical collections in Minas Gerais and Rio de Janeiro, digital archives as well. The result was a list of inclusive historical sources of post mortem inventory, letters, books of tribute poetry, editions of the *Aurora Fluminense* newspaper, laws and ministerial reports. As historical research, it is tied to the research line "history and historiography of education" of the post graduation program in Education of the Federal University of Uberlândia. Results allow us to see Veiga as someone attentive to his time and interested in the political debate; as a prominent figure and someone whose life and work are opened to the observation of the constitution of a Brazilian educational thought. His propositions for a way of thinking about education and moral education were pinched with concerns that appeared to him in the foreground. When discussing political, economic and organizational interests of Brazil with its interlocutors, he pointed out a concern with the instruction to raise awareness of the political system. Veiga saw it as important to think about instructing women as a qualified vector for the education of offspring. Education and moral education could gradually constitute different conducts that would form the man who had as the Brazilian.

Keywords: Post-independence; moral education; social and political organization; educational thinking,

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO   | 11  |
| 1 ASCENSÃO DE UM POLÍTICO-INTELECTUAL NA CORTE   | 22  |
| 1.1 As origens familiares  | 24  |
| 1.1.1 O casamento: formação de família e ascensão financeira                           | 36  |
| 1.1.2 Os irmãos e seus negócios  | 38  |
| 1.1.2.1 Desdobramentos na composição familiar  | 44  |
| 1.2 Aprender em casa: a formação educacional   | 48  |
| 1.2.1 A poesia e a expressão de um pensamento político em formação                     | 50  |
| 1.3 Momentos controversos na política e a hora final                                   | 65  |
| 2 O INTELECTUAL E/EM SEU MEIO SOCIAL   | 81  |
| 2.1 Entre economia e política, um percurso de vivências e aprendizagens                | 84  |
| 2.2 As intenções e ações   | 110 |
| 2.2.1 Povo brasileiro: uma questão de respeito   | 122 |
| 2.3 À guisa de síntese   | 135 |
| 3 A LIVRARIA, O SEMINÁRIO, A ASSOCIAÇÃO:<br>OS LUGARES DA SOCIABILIDADE DO INTELECTUAL | 138 |
| 3.1 Filho de livreiro, livreiro é: o leitor e os livros                                | 142 |
| 3.1.1 Entre a livraria e o seminário, entre livros e cadernos                          | 143 |
| 3.1.2 De pai para filho: a livraria como lugar de sociabilidade                        | 145 |
| 3.1.2.1 Lugar de homens: Torres Homem e Sousa Oliveira                                 | 148 |
| 3.2 Sociedades de sociabilidade: a projeção pública entre oralidade e escrita          | 153 |
| 3.2.1 Sociabilidade médica: medicina como matéria jornalística                         | 159 |
| 3.2.2 Sociabilidade política: liberdade como substância discursiva                     | 162 |
| 3.3 Política e desenvolvimento: a matéria da sociabilidade do jornalista               | 165 |
| 3.3.1 A força da palavra: o jornal e o plenário  | 168 |
| 3.4 O intelectual e seus pares   | 171 |
| 4 MEDIDAS DA SOCIABILIDADE: CARTAS AOS IRMÃOS;<br>CONVERSAS COM OS PARES               | 176 |
| 4.1 Uma temporada em Campanha: a correspondência entre irmãos                          | 177 |
| 4.1.1 Em Campanha... escrevendo cartas   | 183 |
| 4.1.1.1 Em primeiro lugar, a família e a saúde   | 184 |
| 4.1.1.2 Nascimento e batismos: a continuidade da linhagem familiar                     | 190 |

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 4.1.1.3 | Em segundo lugar, os negócios: produtos e preços, inclusive de escravizados                       | 192 |
| 4.1.1.4 | Sociedades e política, debates e ressentimentos   | 195 |
| 4.1.1.5 | Por falar em beltrano, recomendações a cicrano e fulano: relações de amizade                      | 213 |
| 5       | LIBERDADE COMO IDEIA E IDEAL: ATITUDES E GESTOS DE UM ESCRITOR LIBERAL                            | 218 |
| 5.1     | Um modo de pensar   | 225 |
| 5.2     | Divergências no pensar: Evaristo da Veiga e José Ignácio Abreu e Lima                             | 262 |
| 5.2.1   | O pomo da discórdia   | 271 |
| 5.3     | À maneira de síntese  | 281 |
| 6       | INSTRUÇÃO PÚBLICA — PROBLEMA E SOLUÇÃO: ESCOLARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA O REDATOR E DEPUTADO | 283 |
| 6.1     | Na letra da lei, na letra oficial: instrução, educação e identidade nacional                      | 285 |
| 6.1.1   | A educação em relatórios ministeriais e provinciais   | 291 |
| 6.2     | Instrução pública no jornal <i>Aurora Fluminense</i>  | 296 |
| 6.2.1   | O tema da instrução pública no jornal <i>Aurora Fluminense</i>                                    | 301 |
| 6.3     | Educação moral e instrução no jornal <i>Aurora Fluminense</i>                                     | 329 |
|         | CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 340 |
|         | REFERÊNCIAS   | 350 |

## INTRODUÇÃO

**A** leitura das obras distintas de história do Brasil mostrará o delineamento de formas diversos no modo de pensar e entender a sociedade brasileira após 1822. São detectadas continuidades e rupturas em campos variados; mudanças na área produtiva, no modo de se organizar a sociedade, na atuação para construir uma monarquia constitucional... tudo se fazia presente no debate, no pensamento, nas opiniões, nas brigas travadas. Evaristo Ferreira da Veiga e Barros se fez presente nestes debates e contribuiu com seu modo de pensar, em muitas vezes partidário de outras formas de pensamento. Sua atuação de político e redator o projetou na condição de representante importante e tradutor das preocupações de seu tempo, sobretudo as relações entre desenvolvimento e instrução. Em pouco mais de dez anos de vida adulta de estudos, reflexão e escrita, ele conseguiu produzir um conjunto de ideias sobre o Brasil que o inscreve na galeria dos intelectuais surgidos após 1822, sobretudo no Rio de Janeiro (também em São Paulo). A este parágrafo de síntese — ou seja, que concebe minimamente um sujeito histórico — subjaz um movimento de estudos e reflexões que já acumulam alguma história. História em que vemos como relevante de ser contada brevemente antes de avançarmos na apresentação mais categórica do objeto de estudo aqui descrito e dos desdobramentos afins à tentativa de compreender Veiga na condição

de formulador, materializador e difusor de ideias; as quais contribuem para situarmos as origens históricas do pensamento educacional brasileiro pós-independência.

\* \* \*

Com efeito, a caminhada para nosso objeto de estudo partiu de questionamentos surgidos durante as investigações afins ao mestrado, cuja pesquisa buscava entender as origens do ensino secundário no Brasil; em especial, após a institucionalização do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837. No ínterim das investigações, foram observadas posições políticas contrárias à criação de uma instituição modelar de ensino secundário, em razão de se retirar de funcionamento outra instituição que servia a propósitos de uma instrução para aprendizagem em ofícios mecânicos e/ou para participar dos grupos da Guarda Nacional. Tal qual um tipo de marco desse cenário, a criação do colégio (vide decreto de 2 de dezembro de 1837, assinado pelo regente Pedro Araujo de Lima) cessou o Seminário Imperial de São Joaquim, instituição com história de formação de meninos órfãos e reformada em 1831, pelo então ministro José Lino Coutinho.

Na reforma, os estatutos do Seminário de São Joaquim já haviam sido alterados em 1831. A intenção foi não priorizar a formação para a carreira eclesiástica e buscar trabalhar com ofícios mecânicos com o intuito de propiciar um ensino para manejar armas. Com essa prioridade destacada se buscava dar a possibilidade de uma formação de meninos para futuramente atuarem na defesa do Brasil; ou seja, de acordo com os estatutos, os meninos órfãos ou pobres e desvalidos iriam atuar para assegurar a ordem pública. É importante observar nos estatutos que as matemáticas foram priorizadas no ensino realizado das oficinas, a exemplo de torneiro, entalhador, litógrafo, abridor e outras funções necessárias aos lugares de trabalho ativos na cidade.

Essa intencionalidade de formação foi modificada com os estatutos do Colégio Pedro II, que priorizou a formação mais elitizada. Entendeu-se que seria uma forma de garantir a consolidação do Estado imperial via ilustração dos moços que atuariam nos postos de comando do governo, em particular. Transpareceu em discursos como do ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos que se pretendia criar maneiras de assegurar homogeneidade maior à formação de aprendizes ao se assegurar uma estrutura de ensino

diferenciada da oferecida pelas aulas avulsas. A proposta trouxe contradições ao meio político, nos debates jornalísticos, com destaque ao jornal *Aurora Fluminense*. Criado por Evaristo da Veiga e encerrado por ele em 1835, a *Aurora Fluminense* voltou a ser reeditado após a morte de Veiga, isto é, em 1838. Ao que apontam os indícios, o redator da nova fase era um médico.

A *Aurora Fluminense*, ao retomar as atividades em 1838, trouxe à tona a bandeiras do fomento à opinião pública quanto a condenar a medida governamental via decreto em 1837: destituir uma instituição com histórico de relevância na cidade. A polêmica estava na contradição de ocupar o espaço do Seminário São Joaquim, destinado à formação de meninos com poucos recursos financeiros e restringir a formação de seus quadros a algum ofício e impor uma formação clássica, de humanidades.

No entendimento do redator — ou redatores — da *Aurora Fluminense* em sua nova fase, o Brasil só sairia de situações de conflitos em que se encontrava caso incluísse outras formas de trabalho que não fosse somente a servil. Na opinião do redator, uma formação técnica — sapateiro, ofícios mecânicos, ferreiro e outros — poderia proporcionar uma mudança nos descontentamentos no campo social. Ele desenvolveu essa argumentação retomando ideias debatidas por Evaristo da Veiga sobre a necessidade de formar homens que ocupassem funções úteis à sociedade, e não apenas sonhar com cargos administrativos proporcionados pelos cursos jurídicos. Com efeito, vieram à baila debates e ofensas entre a *Aurora Fluminense* em 1838 e o *Sete de Abril*. Nas contradições apontadas sobre a destituição do Seminário de São Joaquim para a criação do Imperial Colégio Pedro II, surgiu a possibilidade de se investigarem razões que levavam àquela ação política via decreto, pois seria danosa à sociedade do Rio de Janeiro.

Uma indagação surgiu ao se observar que foi cogitada a possibilidade de instrução diferenciada para meninos com poucos recursos econômicos para o estudo e os que tinham condições de pagar. Essa indagação partiu do debate que passou a fazer parte da imprensa sobre possibilidades de instrução diferenciadas e das negativas em torno da alteração nos estatutos criados para o Seminário de São Joaquim. Os estatutos do Colégio Pedro II foram criticados pela formação clássica, que proporcionaria e

atenderia a uma pequena parcela da população. A maioria não tinha possibilidades de acesso a uma formação para o trabalho e aprendizado das primeiras letras.

Nesse horizonte, pareceu instigante a tentativa de entender algumas questões relativas ao trajeto de Evaristo da Veiga e da *Aurora Fluminense* e ao que o teria levado a pensar em uma educação para alfabetizar — instruir para ler e escrever — e ensinar cálculos elementares — contar; por exemplo, se seria para aproximar meninos em formação de atividades afins ao trabalho manual, as chamadas profissões úteis. Parece relevante observar os interesses políticos que se alternavam e o grupo político que assumiu o governo a partir de 1837, dada a renúncia de Diogo Antonio Feijó. O debate estava em torno de um pensamento com divergências políticas combatidas e que fortaleceram o que se chamou de regresso conservador. Esse debate, mesmo ocorrido após a morte de Evaristo da Veiga, retomou ideias e princípios dele para a instrução, o que pode ser observado em seus escritos e suas ações. Nesse debate, a instrução pública e moral passou a ser vista como possibilidade de pensar na estruturação de uma sociedade diferente daquela cristalizada no período colonial. Entendemos a necessidade de investigar a luta econômica, cultural e política que estava atrelada à vivência de Veiga como necessidade.

Seguindo-se os passos de Bosi (1992), importaria entender o movimento das ideias, não em si mesmas, mas conectadas com as dimensões em que se inseriam seus formuladores e emissores. A história do período demonstra que anseios e frustrações poderiam possibilitar uma leitura dos processos desenvolvidos com a intencionalidade de mudanças no período 1824–37. A questão da instrução pública possível naquele momento era reclamada, por muitos, como possibilidade de trazer civilidade, de progressos variados no desenvolvimento do país.

Nesse cenário, Evaristo da Veiga aos poucos passou a participar do debate político que buscava legitimar interesses individuais e coletivos no campo material. Usando todos os meios possíveis, sobretudo a imprensa, se mostrou uma figura que merecia ser estudada. Calculamos que as ideias sobre educação que notamos na *Aurora Fluminense* a partir de 1838, ou seja, após a morte de Veiga, pudessem ter sido apresentadas categoricamente antes. Intuímos que a republicação do jornal por outra pessoa tentava continuar não só a publicação, mas ainda sua reputação de fornecedor de matéria à reflexão da sociedade. Quem lia a *Aurora Fluminense* no tempo de Veiga o

fazia por causa das ideias dele; logo, manter seu leitorado pressupunha continuar seus debates.

\* \* \*

Com efeito, tendo em vista esse horizonte temático, a pesquisa aqui descrita levantou elementos para compreender ideias de Evaristo da Veiga sobre liberdade e instrução como meios de trazer rupturas ou fazer permanecer o status quo que sustentava uma organização política cuja base era a representação. Saber qual seria essa necessidade de civilidade nos leva a rever um momento marcante na história da sociedade brasileira e, é claro, caminhos já percorridos por muitos autores, alguns citados neste estudo. É nesse argumento que se concentra nossa *tese de estudo*: procurar e compreender a singularidade histórica representada por Evaristo Veiga no pensamento educacional no Brasil. Evaristo era um sujeito histórico que, em certo momento foi visto, por representantes do governo, com ares de celebridade do pensamento sobre organização social e política. Ao investigarmos escritos de jornal e documentos pessoais de Veiga, percebemos uma preocupação com o trabalho manual e suas negações, formação da mulher em casos específicos, abertura de instituições para, aos poucos, respaldarem a formação em ofícios mecânicos, no desenvolvimento de técnicas de trabalho e de máquinas. Veiga estava atrelado à cosmovisão do período, cuja mudança necessitava alterar costumes vigentes na sociedade nos modos de pensar e agir sobre o trabalho. Mas o raciocínio de Veiga sugere que não era tão relevante assim destituir uma instituição que oferecia esse tipo de formação para criar uma de formação clássica.

Para tal horizonte de reflexão, converge o *objeto de estudo* da pesquisa aqui descrita: o pensamento educacional de Evaristo da Veiga a partir do debate sobre a instrução pública e a formação em profissões úteis como possibilidade para a educação de costumes. Partimos do entendimento de Veiga como alguém apto a catalisar ideias em torno da necessidade de trabalhar para que mudanças na organização política do Brasil após a independência se efetivassem. Apesar de não ter sido em forma projeto oficial apresentado ao meio político, foram apontadas alterações nos modos de pensar e agir sobre a instrução tal qual possibilidade de desenvolvimento e consolidação do país. Partimos do entendimento de que em sua caminhada, em seus projetos em suas ações, Veiga passou por rupturas e permanências nos seus modos de pensar e agir. Desse processo, realizações e projetos são considerados relevantes para compreendermos o



papel dele de formador de opinião passível de ter influenciado costumes arraigados no corpo social, que se movia da condição de colônia para a de império. Aceitam serem situadas segundo percepções históricas que compreendem que, por meio de práticas culturais e sociais enraizadas no tempo e no espaço, se formam ideologias e expressões simbólicas (BOSI, 1992). Assim, a articulação para o desenvolvimento de uma ideologia liberal teve no trabalho escravo seu arrimo-chave para o sistema produtivo. Houve um trabalho árduo para grupos políticos brasileiros que se impuseram nos anos da independência e atuaram para consolidar o império entre 1831 até aproximadamente a década de 1860 (BOSI, 1992).

Por meio da análise de questionamentos referentes as concepções que foram construídas sobre a educação no período em estudo se procurou delinear a problematização da pesquisa. Indagações sobre a constituição de um fazer nos âmbitos distintos da sociedade puderam influenciar na constituição de um ideário educacional. O fazer estava atrelado a demandas geradas, em especial, na sociedade do Rio de Janeiro entre 1820 e 1837 e influenciadas por mudanças políticas ocorridas no pós-independência. Tais alterações trouxeram questionamentos sobre formas de convivência social, projetos de organização, criação de possibilidades para se adequarem as contradições sociais postas em debate. A problematização do objeto de estudo se projetou nestes questionamentos de pesquisa: como identificar o pensamento educacional de Evaristo da Veiga? Quais eram suas concepções de educação, escola, função, programas de ensino, aprendizagem etc.? Foi possível perceber a recepção de suas ideias educacionais? Quais foram os processos, movimentos e eventos afins ao debate que delinearão a formação de um ideário educacional? Se sim, em que medida tal pensamento se apresentava na cosmovisão de Veiga? De que círculo social e intelectual ele fez parte? De que modo ele se fez notar na pele de homem de ideias não só direcionadas ao debate político, mas também ao campo educacional? Em quais meios Veiga expôs seu pensamento à apreciação?

A tentativa de desdobrar caminhos de compreensão de tais indagações foi desenvolvida segundo os objetivos de pesquisa a seguir.

- Objetivo geral. Construir uma compreensão histórico-sistemática de processos indicativos de uma formação do pensamento educacional no Brasil pós-independência a partir de Evaristo da Veiga.

- Objetivos específicos
  - Investigar a formação de um pensamento educacional no início do século XIX que se desenvolveu a partir da necessidade de consolidação de uma estrutura política, entre os anos de 1824–37;
  - *Compreender* sistematicamente a figura histórica de Evaristo da Veiga como um agente da produção de ideias e reflexões sobre Brasil (problemas, demandas, condições de produzir e outros pontos);
  - *Produzir* uma análise histórico-crítica de como Evaristo da Veiga materializou seu pensamento (recepção), tendo em vista as condições que lhe permitiram se destacar nas ideias de civilidade, instrução e política, para aquele período da história brasileira;
  - *Entender* o pensamento de Evaristo da Veiga segundo ideias que o situavam como voz autorizada, também, na instrução da população tendo em vista tal ideal de construção nacional.

Observar Veiga circunscrito a seu tempo histórico é necessário para compreender o grau em que sua particularidade interpretativa estava imersa no entendimento da sociedade. Por meio da ação de destrinchar o factual em sua vida, os seus estudos, as suas interferências por meio de ideias e as ações no contexto em que estava inserido e que podem ter colaborado para disseminação da necessidade de instrução. Salvaguardamos que não se trata de trabalho biográfico; é exposição de acontecimentos influentes em sua vida, base para um modo específico de idealizar o Brasil como nação. Foi necessário investigar uma porção restrita da trajetória para adentrar espaços de sua formação acadêmica, familiar, profissional, política e social.

Destacamos que o caminho metodológico percorrido pela pesquisa buscou estabelecer um eixo articulador entre pensamento clássico liberal e pensamento liberal desenvolvido no Império, especialmente a partir do primeiro reinado. Em concomitância com esse movimento, esteve o esforço de direcionar o olhar para a instrução como meio de forjar um novo homem. Um novo homem que mesmo ligado as suas tradições viesse a mudar seus costumes, entendimentos de organização e de produção social de modo diferenciado. Essa emergência de criação trouxe rupturas no campo social, político e educacional ao gerar a necessidade de criação de escolas. As propostas de intelectuais

liberais estavam impregnadas de ideias de mudança na organização política estabelecida. Eram também alimentadas por ideias de intelectuais com pensamento considerado tradicional e que não buscavam rupturas drásticas no sistema vigente.

Com efeito, a pesquisa histórica aqui descrita foi do tipo documental-bibliográfico guiada por um plano de estudo que exigiu localizar e reunir *documentos diversos e esparsos* afins ao período estudado que permitissem compreendê-lo. O trabalho se iniciou com levantamento na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, que disponibiliza edições da *Aurora Fluminense* dos no 1827–35, além de outros periódicos contemporâneos seus. Depois houve consulta a cartas pessoais ou oficiais de Evaristo da Veiga, que é documentação não digitalizada pela biblioteca e demandam visita pessoal ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e ao Arquivo Público de Minas Gerais, em Belo Horizonte. A ida aos arquivos ocorreu nos anos 2018–9 e início de 2020, ou seja, antes da pandemia de covid-19 (2020–2), que impossibilitou novas buscas na Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Dentre os documentos de arquivo levantados, está o inventário *post mortem* de Veiga, no arquivo; as cartas — em especial as escritas entre dezembro de 1836 e maio de 1837 — foram localizadas no setor de manuscritos da biblioteca. Houve seleção de outros textos escritos por Veiga, *Caderno de poesias*, *Caderno de metafísica*, hinos pátrios, obras escritas que o homenagearam logo após sua morte. No Arquivo Público Mineiro, foram identificados documentos referentes à família Veiga, em particular os irmãos; trouxeram indícios da formação educacional e atuação na imprensa e política, instrução pública e em associações civis na região de Campanha. Tais aspectos da caminhada de estudos são reveladores do interesse em pesquisar a história da educação e a necessidade de conhecer um pouco mais sobre o processo ocorrido no campo da história. Nesse sentido, retornar às décadas iniciais do século XIX foi importante para compreendermos aspectos que influenciaram o pensamento educacional no Brasil. Em outras palavras, deram possibilidades de organizar um projeto de pesquisa que priorizou Evaristo da Veiga como parte *sine qua non* do objeto estudado na pesquisa.

Cartas, compilações de textos avulsos de Evaristo da Veiga e outros, jornais — em especial a *Aurora Fluminense* desde o ano de sua fundação em 1827 até 1835, quando Veiga cessa a publicação —, leis e outros documentos compõem base de fontes históricas da pesquisa. Ao se percorrerem relatos jornalísticos do período, estatutos de

criação da instituição modelar de Ensino Secundário, relatórios ministeriais da província do Rio de Janeiro e outras fontes foi observada uma contradição na decisão oficial de abertura do colégio. É perceptível, nas intenções reveladas em documentos escritos por Veiga, tais quais cartas, textos jornalísticos e discursos políticos, que a intenção maior era mudar costumes arraigados. Entre estes costumes, estava a formação diferenciada para “trabalhos industriais”, acesso para uma instrução mínima que talvez possibilitasse mudanças. É nessa emergência que se tem o grito pela instrução pública, a exemplo de em solicitações dos relatórios províncias.

Com efeito, na relação de livros selecionados para o inventário de Evaristo da Veiga, poucos estão diretamente relacionados com a instrução; mas vários tratavam de educação de costumes. Um livro deles é *Conselho as mães de família, para a educação dos seus filhos*. Essa preocupação demonstra ser constante em trechos escritos por Veiga em cartas pessoais e artigos para a *Aurora Fluminense*. A maioria das obras era sobre as leis, como a Constituição do Brasil e de outras regiões, mas havia discursos políticos, dicionários, história do Brasil, memórias, história de Portugal, história da Revolução Francesa, história de revoluções na América Latina, revolução norte-americana. No campo político são apontados livros que trataram das ideias liberais que vinham de escritores franceses e ingleses.

Da leitura histórica do rol de fontes em função dos questionamentos e objetivos de pesquisa conjugados com referenciais histórico-contextuais e histórico-conceituais, derivamos esta tese de doutorado, que apresenta os resultados da pesquisa e sua análise em seis capítulos, que descrevemos a seguir.

O capítulo 1 procura apresentar Evaristo da Veiga em seu contexto de origem: família, educação, trabalho e formação de família; sobretudo, o texto perfis de seus irmãos, com quem ele manteria relações de amizade sólida e constantes, seja nos negócios intrafamiliares, nos negócios mercantis e nas negociações políticas. Havia uma unidade exemplar e uma sintonia de ideias importante para sustentar o status político

O capítulo 2 tenta apresentar o contexto em que Evaristo da Veiga viveu e se fez notar como homem público: a figura que emerge de seus escritos que chegaram até nós e dão pistas da maneira com que dados grupos considerava os rumos do governo. São escritos produzidos num momento em que ele convivia com os meandros da política da Corte de tal modo, que se dizia que o Brasil era “governado” do balcão de sua loja. Foi

vista como forte sua capacidade de formar a opinião pública sobre organização política da monarquia constitucional. Posteriormente, utilizou o jornal *Aurora Fluminense* para impor sua voz intelectual e politicamente autorizada e do modo de propagar seu ideário, também, pela oralidade: pela sociabilidade que se estabeleceu na sua loja em torno das questões políticas que pairavam sobre o país, em sociedades dedicadas a tratar de problemas sociais e no plenário. Do círculo social e intelectual criado por Evaristo da Veiga, emanaram ideias de organização política que tendiam a divergir de muitos dos interesses vigentes. A monarquia constitucional seria, então, possibilidade para formar um governo capaz não só de sustentar a independência de fato, mas ainda de legitimar o país tal qual nação de força econômica e política ante outras nações.

Os capítulos 3 e 4 voltam o foco para Evaristo da Veiga ao descrevê-lo em instâncias contextuais menores, em que podemos vê-lo em ação. Por um lado, são apresentados os espaços ocupados por Veiga em que estabeleceu suas relações sociais, tanto quanto as formas de socialização passíveis de redundar em sociabilidade: a livraria, o seminário e as associações, em que se relacionou com homens com quem tinha afinidades e aproximação política e com quem não as tinha, mas dialogava na chave da constituição de ideias e ações. Por outro lado, são apresentados exemplos das práticas mesmas dessa sociabilidade em uma rede de contatos via correspondência (também pela oralidade das reuniões com pares, das conversas na livraria e das interlocuções na Câmara dos Deputados). O núcleo da rede eram os irmãos Veiga, como se delineia em cartas de Evaristo da Veiga à família escritas durante temporada de seis meses que passou em Minas Gerais, na tentativa de angariar apoio num momento em que perdia prestígio político (1836–7).

Os capítulos 5 e 6 enfocam no intelectual Evaristo da Veiga, a fim de penetrar em seu pensamento e compreender o máximo possível de sua formulação, apresentação, recepção e repercussão. De um lado, são explorados a ideia de liberdade e o como Veiga estabeleceu um eixo articulador entre formato de pensamento liberal que então se estruturava no Brasil. De outro lado, mas associado a esse movimento e esforço, estava o olhar para a instrução como meio de forjar um novo homem: ligado as suas tradições, mas apto a mudar costumes, entendimentos de organização e de produção social. Essa emergência de criação idealizou rupturas em costumes estabelecidos no campo social, político e mesmo no educacional, com criação de escolas. As propostas de intelectuais

liberais estavam impregnadas de ideias de mudança na organização social estabelecida. Eram também alimentadas por ideias de intelectuais com pensamento considerado tradicional e que, naquele momento, não buscavam rupturas drásticas no sistema vigente. O capítulo incide no pensamento de Veiga sobre instrução e educação moral entendida como base para organizar a sociedade tendo em vista um ideal de construção nacional.

As considerações finais procuram fazer um exercício de síntese apreensiva mediante a articulação de achados centrais da pesquisa responsivos às proposições e aos elementos estruturantes da pesquisa. Dito de outro modo, buscamos costurar fios em um “tecido” que exponha nossa compreensão de Evaristo da Veiga e seu olhar para a instrução: a lógica de suas e organização de ideias e o lugar dele na história do pensamento educacional do Brasil como intelectual da educação.

## I

ASCENSÃO DE UM POLÍTICO-INTELLECTUAL  
NA CORTE

O campo da escrita biográfica e dos estudos biográficos se mostra cada vez mais fértil no Brasil, a ponto de haver projetos com chancela do governo federal. Nesse movimento de escrita e estudos, observamos idas e vindas, além de retomadas, no que se refere aos sujeitos biografados. Exemplo mais óbvio é o de personalidades de relevância histórica nacional, ou seja, importantes na história do Brasil: social, política, econômica, cultural, educacional e intelectual, para ficar em alguns atributos. Enquanto alguns — uma maioria de homens — tiveram suas vidas contadas e recontadas, ou seja, dissecadas, outros passaram ao largo do interesse editorial e acadêmico, e outros mais foram até abordados, mas com parcimônia na construção da memória biográfica que se inscreve na história do país. É neste último caso que se encaixa a personagem tratada nesta tese de doutorado: Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (doravante, abreviado para Evaristo da Veiga e para Veiga em remissões no mesmo parágrafo).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> De fato, leitores de textos sobre Evaristo da Veiga vão se deparar com o uso de Evaristo apenas em segundas menções. Nesta tese, adotamos critério distinto. Não nos referimos ao personagem usando seu primeiro nome para não incorrer em intimidade excessiva na lida com a representação de uma pessoa já ida e que interessa aqui como autor de ideias, ou seja, como pensamento. Nesse sentido, nos parece mais sensato dizer o nome composto para frisá-lo e reduzir para o nome sobrenome bibliográfico nas segundas menções. Pensamos que, assim, mantemos ativos recursos para dosar a aproximação e intimidade relativa ao sujeito histórico e evitamos repetição excessiva do primeiro nome.

Com efeito, Evaristo da Veiga já foi — e é — objeto de estudos e biografias. Caso mais emblemático é a obra *História dos fundadores do império do Brasil volume IV: Evaristo Ferreira da Veiga*, de Otávio Tarquínio de Souza; texto este citado aqui, além de vários outros. Mas a leitura de certo corpus de estudos mostrou que havia facetas importantes na vida de Veiga que mereciam ser ampliadas, completadas, detalhadas, explicadas... E fatos que mereciam ser conhecidos, pois não foram abordados, ou o foram de forma muito superficial, sobretudo pela falta de fontes, as quais tendem a aparecer com o passar do tempo (assim como desaparecer). Exemplo marcante nesse sentido são as edições digitalizadas do jornal a que ele se associou; outrora disponível só em microfilme na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, hoje está acessível a qualquer pessoa do mundo que tiver à mão um equipamento de acesso à internet e de navegação. Estamos falando da Hemeroteca da Biblioteca da Biblioteca Nacional:<sup>2</sup> uma biblioteca *on-line* de jornais, revistas e outros impressos. Tal base se tornou fundamental para a pesquisa histórica — e noutras áreas — desde 2011, quando foi inaugurada. Como a imprensa foi o meio de comunicação central no Brasil do século XIX até meados dos anos 1950, tal acervo se abre à compreensão desse período histórico com vantagem enorme sobre outras fontes: a economia de tempo e custos, pois o acesso é público, gratuito.

Assim, foi graças a essa instituição e seus arquivos digitais de imprensa, em especial, que pudemos propor este estudo sobre Evaristo da Veiga; ou seja, oferecer uma compreensão de assuntos, temas e tópicos pouco explorados ou explorados de modo nenhum. Pudemos tentar rever, em mais detalhe e sob ângulos diferentes, sua atuação como jornalista e como político no Primeiro Reinado e período regencial; desse modo, poderíamos compreendê-lo segundo o horizonte em que se inscreve este estudo: a história da educação e seus intelectuais. Nessa direção, a imprensa permitiu recompor mais do contexto da vida de Veiga, imediato e secundário, ou seja, público e privado, acima de tudo laboral: seja em sua loja — locus da sociabilidade política pós-1822 — ou na redação e oficina tipográfica que imprimia o jornal *Aurora Fluminense*, veículo do produto daquela sociabilidade: o debate político.

Pelo bem do didatismo da leitura, articulamos o texto com uma estruturação mais óbvia; ou seja, vamos da infância à vida adulta, da primeira escolarização a uma

---

<sup>2</sup> Conferir o endereço eletrônico: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.



(atu)ação intelectual rigorosa como jornalista e pensador do campo político que se abriu no país após o grito de independência do Brasil; e assim por diante...

### 1.1 As origens familiares

Evaristo da Veiga nasceu em 8 de outubro de 1799, na cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceu até a morte, em 12 de maio de 1837. Ascendeu ao reconhecimento público na condição de livreiro, jornalista e político no reinado de dom Pedro I e no período regencial. Além de tais atributos, é visto como intelectual e poeta pelos seus biógrafos. Exerceu influência no grupo político chamado moderado, a que pertencia no período que abrange, em especial, o interregno 1828–36.

FIGURA 1. Evaristo da Veiga por volta do 28 anos de idade



FONTE: Souza (2015, p. 10) — desenhista: A. Sisson.

O momento em que a família de Veiga desenvolvia seus negócios e buscava a sobrevivência no Rio de Janeiro foi de efervescência de acontecimentos na cidade, de modo que fatores políticos, econômicos, sociais e culturais interferiram na condição dele de sujeito que mediou ou operou sobre certos interesses; por exemplo, os educacionais. Como afirmou Vieira (2011, p. 67), quando interpretamos ideias de determinado contexto histórico, utilizamos o pensamento produzido em outras circunstâncias culturais e temporais. Para isso, é necessária a compreensão do lugar de onde se falou e do seu universo cultural. Como explica o autor, é necessário considerar que conceitos produzidos no passado significativos no presente precisam ter suas potencialidades compreendidas e associadas aos seus significados históricos específicos.

A partir da apreensão histórica das ideias, podemos decidir se esses conceitos nos serão úteis e, particularmente, em que medida será necessário reconstruí-los teoricamente, para adequá-los a novos contextos da pesquisa (VIEIRA, 2011, p. 67).

A consideração de Vieira (2004) leva ao entendimento de que no contexto histórico vivido por Evaristo da Veiga o Brasil havia sofrido com mudanças pontuais após a vinda da família real para cá. Com efeito, as alianças políticas realizadas por Portugal eram contrárias aos interesses do império francês em construção naquele período. Em virtude da sustentação de poderes políticos a Corte Portuguesa se instalou no Brasil e contou com os préstimos da marinha inglesa no processo de transmigração em 1807. Sabe-se que o Brasil até o início do século XIX era um aglomerado de territórios conquistados por Portugal conduzido por uma espécie de governo geral para o sul e para o norte.

A instalação do núcleo político da Corte no Rio de Janeiro criou uma situação singular ao passar a ser a sede da Monarquia dos Bragança: as capitânicas separadas pelo território colonial passaram a ter que se dirigirem ao núcleo de governo instalado no Rio de Janeiro. A Corte não era mais em Lisboa e havia se instalado no vasto território americano, especificamente no Rio de Janeiro. Ao passar a conviver com a sombra de uma Corte que vivia no Rio de Janeiro ocorreu rejeição ao comando centralizado. O Brasil passou a ter importância central no espaço ocupado pelo império, pois o Rio se tornou o centro do espaço imperial.

Um ponto determinante influenciador da história do período foram as relações mercantilistas entre a metrópole e a colônia. O controle de relações comerciais pela metrópole sobre produtos da colônia negociados com o mundo foi perdido com a abertura dos portos às nações amigas. Essa função de intermediário do comércio do que era produzido no Brasil passou a ser exercido no Rio de Janeiro e os produtos não necessitaram mais serem remetidos para Portugal para se comercializarem. Em consequência disso, os impostos gerados afetou interesses econômicos dos que intermediavam esse processo. Como afirmou (ALEXANDRE, 2004, p. 959), em 1820 a economia de Portugal havia sofrido a quebra de 90% da reexportação dos produtos coloniais brasileiros. No começo do século XIX essa retirada da possibilidade de comercializar representou quase dois terços do total da exportação para o estrangeiro.

Assim desaparecia a principal fonte de acumulação de capital tanto para a burguesia mercantil (em particular, a de Lisboa) como para o próprio Estado, cujas finanças viviam sobretudo das taxas cobradas nas alfândegas sobre os fluxos comerciais com o Brasil e com o exterior. [...] Desfeito o império luso-brasileiro, a Portugal ficavam pertencendo vários territórios<sup>3</sup> dispersos pelo mundo, restos dos antigos sistemas. [...] Também a nível político, a soberania de Lisboa pouco mais era do que nominal, estando o governo das colônias entregue de facto aos estratos dominantes locais (ALEXANDRE, 2004, p. 959–60).

A importância de Portugal no contexto internacional sofreu abalos em âmbito político. A oferta que Portugal tinha era a parceria com a Inglaterra em razão da posição estratégica do porto de Lisboa. É importante ressaltar que todo esse processo ocorrido no início do século XIX recebeu influência de transformações políticas, sociais e técnicas da Revolução Industrial. O fato da vinda da Corte para o Rio de Janeiro mudou a configuração da colônia que compunha o território português na América, em especial no seu caráter econômico. O Rio de Janeiro ao transformar-se na sede de direito da Monarquia e a América Portuguesa ao deixar de ser colônia estabeleceram uma tensão inédita com a antiga metrópole. Esta estava arrasada pelas ocupações francesas e

---

<sup>3</sup> “No começo do segundo quartel do século XIX, as relações que estas possessões mantinham com a metrópole eram muito ténues. As colônias de África continuavam ligadas sobretudo ao Brasil pelo tráfico negreiro, que, embora ilegalizado, mantém números elevados até 1851. Quanto às do Oriente, uma vez findo o último surto de comércio a longa distância que nas décadas finais do século XVIII e começos do seguinte as relacionara com o Brasil e com Portugal, tendiam agora a inserir-se nas redes mercantis regionais do Índico” (ALEXANDRE, 2004, p. 960).

desgastada pelo domínio virtual inglês, ressentida com a perda de antigas funções que exercia e com a distância que ficara do soberano.

A Coroa procurou conciliar interesses luso-brasileiros (ALEXANDRE, 1993, p. 41). Esse conjunto de capitanias hereditárias, em 1815, foi proclamado como Reino Unido de Portugal e Algarves, por dom João VI. Movimentos como os de Pernambuco em 1817 demonstraram o quanto as capitanias eram contrárias à centralização do poder político no Rio de Janeiro. Posteriormente, movimento ocorrido no Porto, em 1820 demonstrou o descontentamento do outro lado do Atlântico (VAINFAS, 2002, p. 629). A Junta Provisional do Governo Supremo do Reino a partir do movimento deflagrado no Porto (24 de agosto de 1820) e instituiu as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.

Nessas Cortes Gerais diferentes propostas foram apresentadas sobre os destinos políticos de Portugal e seus domínios. As intenções entre as propostas existentes nas Cortes foram de uma política integradora em que Portugal se tornasse uma única unidade e, conseqüentemente, o Reino Unido deixaria de significar a união de dois reinos distintos. A situação econômica de Portugal no final do século XVIII e início do século XIX era de extrema dificuldade, pois

[...] todo o sistema alfandegário português, muito complexo e aparentemente caótico, está aliás dirigido, não à protecção da actividade produtiva nacional, mas à obtenção de receitas para o Estado ou outras entidades públicas: no seu trânsito pelo interior ou de porto para porto do Reino, e ainda à saída deste para as colónias, as mercadorias eram oneradas pelos mais diversos impostos, que se cumulavam aos direitos senhoriais que recaíam sobre a produção. Os tráficos coloniais não só financiavam o Estado, como contribuíam indirectamente para a sobrevivência do regime senhorial. Nestas condições, no início do século XIX, mesmo alguns daqueles gêneros em cuja produção Portugal se havia especializado — caso do vinho comum— só obtinham colocação segura no mercado brasileiro em regime de exclusivo, que permitia praticar preços de monopólio (ALEXANDRE, 1980, p. 322).

A formação social portuguesa foi abalada pela ruptura irremediável do sistema colonial. Este volume de dificuldades foi ocasionado em muito pela transição para uma fase longa de depressão de preços com as invasões francesas (ALEXANDRE, 1980, p. 322). Nesse projeto de negociação as Cortes se tornariam um símbolo e restabeleceria o controle administrativo do território americano. Ocorreria uma extinção dos tribunais

superiores no ultramar e o reconhecimento das juntas provinciais nascidas dos movimentos locais de apoio ao Congresso. Houve conflito de interesses com os deputados do Brasil que foram eleitos para participar das Cortes (VAINFAS, 2002, p. 178). Na continuidade desse emaranhado de acontecimentos e negociações, dom João VI retornou ao território de origem, em 1821. Desenrolou-se um processo que acabou por culminar na independência do Brasil, em 1822, por meio de um movimento marcado pelas pautas/projetos do conservadorismo das elites.

Ao se ater para estes fatos que atravessaram a caminhada de Evaristo da Veiga pode-se observar um projeto de nação que via na instrução e formação moral em especial pelo trabalho possibilidades de atingir características de uma nação moderna e civilizada. E quando acionamos o conceito de civilidade e modernidade não se perdem de vista o movimento amplo ocorrido na Europa e as transformações político-sociais e técnicas da Revolução Industrial. É importante pensar que a industrialização não foi um processo que organizou a sociedade portuguesa no início do século XIX, mas agiu e interferiu sobre ela na relação entre os Estados. Trouxe um conjunto de transformações à atividade econômica que, dentre outros determinantes, acarretou a afirmação do sistema capitalista de produção. Outro ponto a ser considerado foi a Revolução Francesa como um dos acontecimentos políticos ocorridos no final do século XVIII que marcaram não só a França, mas ainda a Europa ao longo do século XIX. Leiamos o que disse Hobsbawm (1981, p. 73).

A Revolução Francesa é assim a revolução de seu tempo, e não apenas uma, embora a mais proeminente do seu tipo. E suas origens devem, portanto, ser procuradas não meramente em condições gerais da Europa, mas sim na situação específica da França.

As considerações sobre esses dois eventos históricos aparecem nos excertos de literaturas retiradas, traduzidas, discutidas e publicadas em jornais do período, inclusive no que Evaristo da Veiga foi o principal redator. Nas interpretações fornecidas em jornais ou escritos se buscava um entendimento do que era o Brasil, o ser brasileiro, o entendimento do que aos poucos se configurou como nacionalidade. Hobsbawm (1990, p. 18) considerou que ao se debater sobre a questão nacional o mais acertado seria começar pela discussão do que seria nação do que com a realidade representada pelo conceito. Inferiu a importância de se conceder a atenção particular às mudanças e às

transformações do conceito ao longo da história e lugares. Para o autor, “[...] conceitos certamente não são parte de discursos filosóficos flutuantes, mas são histórica, social e localmente enraizados e, portanto, devem ser explicados em termos destas realidades”.

Nesse sentido, a compreensão de que as nações não passaram a existir por aspirações em assim se estabelecer ou em função singular de um tipo particular de Estado territorial, mas ainda dependem do contexto de uma fase específica de desenvolvimento econômico e tecnológico. Essa consideração é de extrema importância para compreensão dos documentos analisados nessa pesquisa e as possibilidades estabelecidas na estrutura da sociedade. Ou seja, auxilia no entendimento entre discursos produzidos a partir da imprensa, Câmara dos Deputados, relatórios ou cartas e a realidade apresentada no Brasil daquele período.

Ao se ater a singularidade dos escritos de Evaristo da Veiga se percebe ao longo de sua caminhada desde o período inicial da década de 1820 o contato com as obras ao trabalhar em uma livraria, ouvir conversas dos leitores e ter observações realizadas por seu pai. Tudo ajudou desencadear a possibilidade de escrever. No contato estabelecido com jornais do período, também foi se formulando um entendimento sobre os acontecimentos entre Brasil e Portugal. Suas inspirações para escrita estavam atreladas a essas questões que se apresentaram no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro e sua interpretação sobre o factual apresentado foi se alterando ao longo das experiências vividas. Em determinados momentos houve uma defesa enfatizada de ações políticas tomadas por dom João VI no período que antecedeu seu retorno para Portugal. Com a independência os seus textos atacavam de modo enfático os portugueses de Portugal e todo o movimento reivindicatório de 1820, na cidade do Porto. A resposta dada por Veiga em uma carta escrita pelo compadre de Belém e endereçada ao compadre de Lisboa representou bem esse movimento.

Outro ponto importante que vale destacar foi a marca da vivência na cidade do Rio de Janeiro em escritos de Evaristo da Veiga, pois são visíveis essas pautas na escrita de seus poemas e poesias. Nos documentos acessados para a pesquisa é perceptível mudança na interpretação de algumas questões e, ainda, uma diferenciação na linguagem utilizada a partir do tipo de documento escrito. A escrita de cartas não só às familiares parece ter uma linguagem mais próxima, mais íntima; já na linguagem jornalística se verificou uma necessidade de convencimento. O jornal, veículo de

comunicação que teve grande força na formação da opinião nesse tempo, ainda tinha que brigar com a censura quando contrariava os interesses dos dirigentes governamentais. Nesse ponto se abrigam o afunilamento de ideias, a busca por burilar visões compreendidas como modificadoras do que significava um atraso social. Ou seja, por meio do jornal Aurora Fluminense se pode verificar traços de sua formação intelectual e suas aproximações teóricas no detalhamento de problemas sociais apresentados ao debate.

Ao analisar a desagregação do império luso-brasileiro e o reconhecimento do Estado brasileiro Alexandre (1993, p. 341) demonstrou um processo multifacetado que se apresentou ao dar destaque às fases, que foram desde desarticulação econômica até a ruptura política em 1822. Em um dos pontos de sua análise, destacou o tratado de 29 de agosto de 1825 como uma das partes das negociações que significaram um remate jurídico a um processo que já havia sido decidido nos finais de 1822. Afirmou o autor que

Numa visão retrospectiva de carácter global, é esse, sem dúvida, o aspecto mais evidente do acordo então firmado. Mas, na época, o reconhecimento do Brasil tinha para a corte de Lisboa um outro significado: tratava-se de uma derradeira tentativa para inverter a lógica subjacente à emancipação brasileira, dando-lhe como matriz, não já os princípios da soberania nacional, mas os da legitimidade dinástica. Assim se cumpririam dois objectivos: em primeiro lugar, o de reconstituir o império, no momento da acessão de D. Pedro à coroa de Portugal, por morte de D. João VI; em segundo lugar, o de assegurar a tranquilidade política do reino português, gravemente ameaçada tanto pelo confronto entre liberais e absolutistas como pelas divisões no seio da corte. Nesse sentido iriam não apenas a legitimação da posição de D. Pedro, mas também o pacto a estabelecer sobre a regência que em Lisboa o representaria depois da sua subida ao trono e ainda a garantia da Grã-Bretanha aos pontos deste modo acordados. [...] esta estratégia se frustrou, sabotada que foi pelo próprio plenipotenciário encarregado de a prosseguir, o diplomata britânico Charles Stuart, que muito naturalmente sobrepôs os interesses do seu governo aos da corte portuguesa, quando confrontado com a oposição suscitada pelo nacionalismo brasileiro.

É longa a citação, mas ela demonstra a busca que se forjou na possibilidade de desenvolver o que viria a se configurar tal qual Brasil. Como havia um jogo de interesses naqueles debates políticos, se estenderam em especial nas décadas de 1820 a 1830. Com isso, ressalta-se que as demandas da conjuntura imediata da vida política eram pautadas nos escritos de Evaristo da Veiga; e que a partir dessa perspectiva foi se fortalecendo um entendimento sobre formas de conter as dificuldades encontradas no Rio de Janeiro e nas outras regiões. Uma das questões muito reclamadas foram os costumes relacionados com cuidados de saúde, as dificuldades ligadas ao transporte de mercadorias, a comunicação, a crença em credices, a imitação pelas mulheres e crianças de hábitos dos povos africanos obrigados à escravidão, as poucas habilidades para o trabalho, as dificuldades com pessoas que soubessem exercer algumas profissões necessárias na cidade, dentre outros. Foi no encaminhamento de mudanças ao que era chamado de atraso ante outras nações que tipos de formação educacional, já debatidos por outros, passaram a vislumbrar como possibilidade em seus argumentos.

No final da década de 1820 se percebeu em textos, cartas e excertos priorizados para participar das colunas do jornal um confronto com ideias políticas que simpatizassem com características absolutistas. Nesse apelo se priorizava a obediência a leis criadas, a exemplo da instrução de 1827 e sua pouca abrangência em termos reais. É necessário ressaltar a força das elites conservadoras observada no processo de rompimento com vínculos coloniais. Houve a manutenção da possibilidade de reintegrar o Brasil ao império português fortalecido que foi com a dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, e a outorga da Carta Constitucional de 1824.

A vitória conservadora foi tão sólida que durante quase dois anos o imperador governou desprezando até mesmo o texto constitucional que lhe assegurava poderes ilimitados no exercício do Poder Moderador. A derrocada do Primeiro Reinado tornou-se possível exatamente porque o Governo de D. Pedro I mostrava-se cada mais ineficiente para afastar o fantasma do Haiti, sempre presente numa sociedade escravista como era o Brasil (VAINFAS, 2002, p. 167).



O discurso que passou a ser pautado pelos liberais do grupo moderado era a necessidade controlar a anarquia produzida pelo excesso de autoridade de dom Pedro I. Essa interpretação desenvolvida e cultivada em especial pelos jornais levou esse grupo político a se fortalecer e ascender ao poder em 1831.

Contudo, o projeto político do grupo moderado, ao qual pertenceu Evaristo da Veiga, mostrou fragilidade para controlar a instabilidade social em seu campo de governabilidade. O objetivo em retomar os acontecimentos por hora apontados foi de demonstrar, por meio dos documentos estudados, como o pensamento de Veiga sobre a educação estava atrelado a essas problemáticas apresentadas no cenário brasileiro.

Ao estudar a ação dos homens no passado, são observadas narrativas sobre momento histórico. As escritas partiam de interesses e entendimentos específicos que se tinham ao se narrarem fatos considerados relevantes. O conjunto de discursos produzidos no período demonstra o modo como o registro da história foi se construindo. Sabe-se que o Brasil até o início do século XIX foi um aglomerado de conquistas de Portugal coordenadas por uma espécie de governo geral. Em 1830 de certa forma se consolida uma interpretação do que era o Brasil para os grupos envolvidos com o debate político, pelo menos. Passou a se engendrar a partir das necessidades postas naquela estrutura social o desenvolvimento do processo de construção de uma identidade. Assim, a visão de Veiga apontada nesse estudo foi algo peculiar desenvolvido à luz de sua experiência pessoal imersa nas relações estabelecidas na sociedade. Foi essencial se ater aos acontecimentos históricos que permearam a sua vida desde o período em que frequentou as aulas avulsas do seminário São José, do início ao final da década de 1820, início da década de 1830 até escritos realizados em sua homenagem após a morte. Com esse entendimento a atenção dada ao longo desse capítulo versará sobre esse processo de desenvolvimento e defesa de ideias nos espaços em que tinha espaço de fala.

O retrato de Evaristo da Veiga o captou com idade de quase 30 anos. Numa época de expectativa de vida afetada por fatores como recursos médicos escassos, caberia pensar que havia chegado à metade do curso de sua vida. De fato, quando retratado, já era homem feito e com família constituída. Pensamos que a pose sentada e a posição do corpo tendente ao perfil fossem então atitude e gesto comuns para circunstâncias de retratação, embora o retrato do tipo perfil-busto possa ter sido mais comum. Mas intuímos seguramente que fosse uma pose sintomática de como vivia

Veiga; ou seja, supomos que tenha passado muito tempo de sua vida sentado, para ler e escrever.

Aparente nas bochechas, na altura do pescoço, na barriga saliente, na coxa e nádega esquerdas, o sobrepeso sugere um homem que tinha pouca atividade física, talvez limitada ao vaivém em casa e na livraria e em idas às oficinas tipográficas. Suas cartas deixam claro que ele se incomodava com a obesidade. Em correspondência ao irmão João Pedro, Veiga lhe contou sobre o nascimento de sua filha e se referiu a temas de família. A carta foi datada de 23 de março de 1837, ou seja, cerca dez anos após ter sido feito seu retrato sentado. Leiamos a menção em seu contexto frasal.

Mano João [...] O que tem recorrido por cá de maiz importante, depois da ultima que lhe escrevi, he o bom sucesso da Mana Mariana que no dia 18, a meia hora da madrugada deo a luz a huma menina, á qual julgo, darão o nome de Edelthrudes. [...] para essa cidade ahi nos verá *mais gordo ainda do que viemos* e agradecidos ao bom recolhimento Mineiro (VEIGA, 23 mar. 1837, s. p.).

Com efeito, o tom jocoso-íntimo na referência ao irmão de Evaristo da Veiga de que iria vê-lo ainda mais obeso nos sugere que a questão havia sido comentada antes; talvez pessoalmente. Ao mesmo tempo, vemos aí uma medida da relação de proximidade com os irmãos — com a família.

Evaristo da Veiga tinha descendência portuguesa, por parte do pai, que formou sua família na província de Minas Gerais. Filho de Silvestre Luis (Rolo), natural da Real Vila de Mafra, e Brigida Thereza de Jesus, nascida e batizada na freguesia da Corte de Lisboa, o pai de Evaristo Veiga, Francisco Luís Saturnino Veiga, nasceu em Lisboa, a 29 de novembro de 1771, e morreu no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1841. Foi batizado na Freguesia de Nossa Senhora das Mercês e amortalhado em hábito da Ordem Terceira do Carmo, Rio de Janeiro. Tinha rudimentos da geografia, história e matemática, além de ter estudado latim com proficiência (GENI, 2021). Por volta da idade de 13 anos, veio para o Brasil, atrás de uma vida melhor do que a que tinha em Portugal. Instalado no Rio de Janeiro, realizou exame para professor de latim e foi nomeado à cadeira de uma freguesia. Logo depois ele se aventurou em uma viagem a Vila Rica (Ouro Preto), para trabalhar como professor de língua latina. Foi mestre-escola. Foi livreiro.

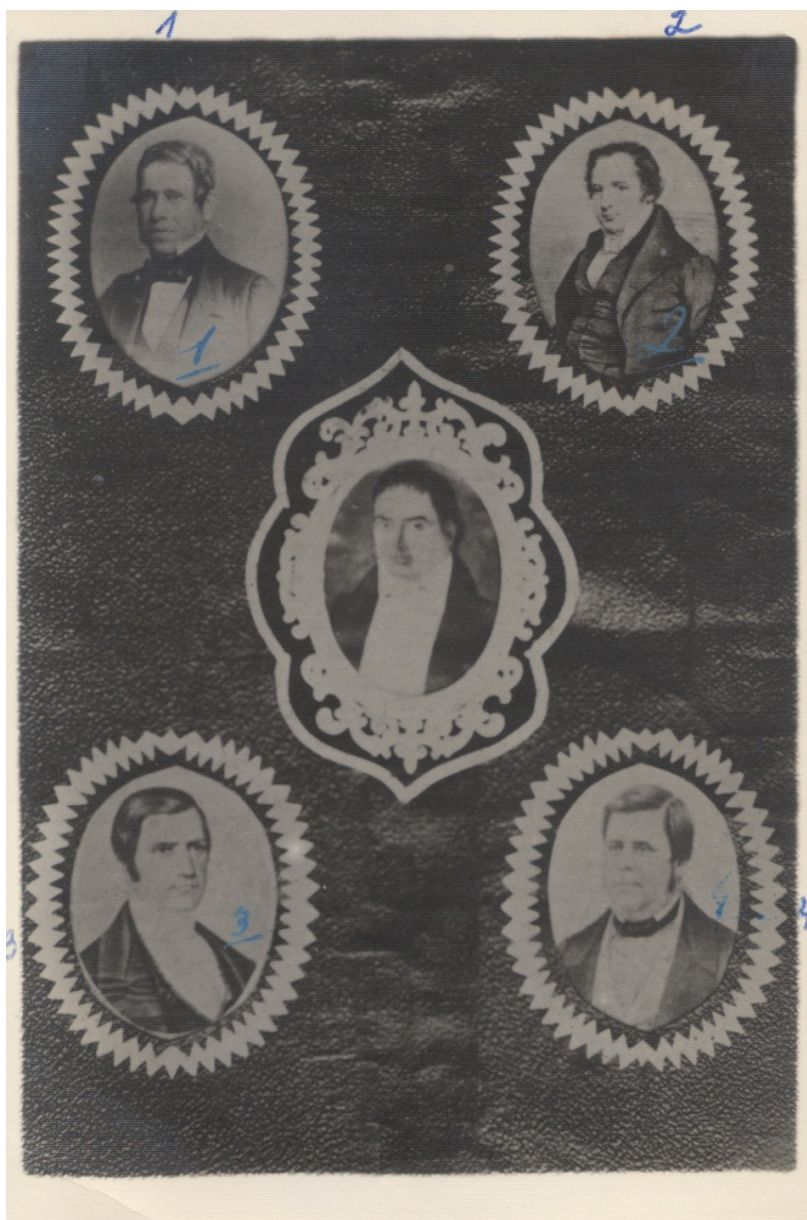
Com efeito, a descrição que Souza (2015) realizou do requerimento apresentado por Francisco Luis Saturnino Veiga comprovou sua atuação como soldado miliciano no regimento de Santa Rita por alguns anos. Após solicitação de demissão, se empregou como professor régio das primeiras letras da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho, onde ficou por seis anos. Depois, após a abolição do Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros, continuou a trabalhar sem ordenado régio. Mas obteve uma nova provisão da diretoria geral dos estudos da Universidade de Coimbra. Solicitou, então, aposentadoria em razão do cansaço no exercício da função, dos problemas acarretados à saúde e da procura por ocupações mais remunerativa para sustentar a família. Na cidade do Rio de Janeiro, foi professor de latim e primário, além de pesquisador das *Cartas chilenas*.

Saturnino Veiga se casou com Francisca Xavier de Barros<sup>4</sup> (1771–1823), entre 1795 ou 1796. Nascida no Brasil, era natural da Freguesia da Candelária, onde residia o pai Domingos Cardoso e Barros, português do Porto, e a mãe, Maria Conceição, em Candelária. Do casamento, nasceram João Pedro da Veiga (29 abr. 1797—2 maio 1862); Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (8 out. 1799—2 maio 1837), Catarina da Veiga (1800–?), Bernardo Jacinto da Veiga (20 jan. 1802—21 jun. 1845), Joana da Veiga (1805–?) e Lourenço Xavier da Veiga (21 jul. 1806—1º nov. 1863). Eis, então, a composição familiar de Veiga, representada pelas figuras masculinas, como podemos ver na imagem a seguir.

---

<sup>4</sup> Umhas fontes dizem que Francisca Xavier de Barros nasceu em 1771 e morreu em 1840 (GENI, 2021); outras — a biografia de Octavio Tarquínio de Souza, edição de 2015, da coleção “Fundadores do império” — dizem que a morte foi em 1823. Sodré (1999, p. 38) pesquisou a imprensa e seu desenvolvimento em Campanha, MG, e afirmou: “em 1823, o livreiro Francisco Luís Saturnino da Veiga, desejando contrair segundas núpcias, auxiliava os filhos a abrirem nova casa do gênero, sob a firma João Pedro da Veiga & Cia; à esquina das ruas da Quitanda e S. Pedro, prova de que o negócio de livros dava para viver”.

FIGURA 2. Composição masculina da família de Evaristo da Veiga



No centro, Francisco Luís Saturnino da Veiga, pai; 1) João Pedro da Veiga (29 abr. 1797–2 maio 1862), irmão mais velho; 2) Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (8 out. 1799–12 maio 1837); 3) Bernardo Jacinto da Veiga (20 jan. 1802–21 jun. 1845); 4) Lourenço Xavier da Veiga (21 jul. 1806–1º nov. 1863). Todos nascidos na cidade do Rio de Janeiro.

FONTE: Arquivo Público Mineiro<sup>5</sup>

<sup>5</sup> A cópia da fotografia da figura 2 foi doada por Zuleika da Veiga Oliveira, por meio de carta, ao Arquivo Público Mineiro. O verso contém as seguintes informações: 1. João Pedro da Veiga — Livreiro; 2. Evaristo da Veiga — livreiro e redator do Jornal *Aurora Fluminense*; Bernardo Jacinto da Veiga — Agente do Correio em Campanha da Princesa, por duas vezes presidente da Província de Minas Gerais, fundador da Escola de Farmácia de Ouro Preto; Lourenço Xavier da Veiga — livreiro e jornalista em Campanha da Princesa, casado com D. Jesuina de Sales Veiga. Pai do historiador José Pedro Xavier da Veiga (APM – PE – 137 – Membros da Família Veiga, s/d).

Após o falecimento da mãe dos filhos retratados, o pai teve uma segunda esposa — Rita Aires do Amaral. Desse casamento não houve sucessão. Após encerrar seu trabalho como *professor de primeiras letras*, ele se dedicou à venda de livros. Havia as irmãs, Catarina e Joana da Veiga. Ausentes na “árvore iconográfica” da família, se mostraram ausentes nos resultados de nossa procura por iconografia, feito a mãe de Evaristo da Veiga; também nas obras lidas sobre ele há poucas referências documentais a ela e a elas. A ausência nos arquivos nos leva a situá-las numa escala de (in)visibilidade social da mulher à época; embora Evaristo da Veiga tenham expressados sentimentos ternos pela em seus poemas-homenagem. O poeta elabora a dor de perder a progenitora e eleva sua importância na vida dele. O eu poético expõe seu afeto e carinho na composição e retratação da figura materna feita no livro *Poesias de Evaristo da Veiga* (1915). Não apuramos nas fontes dados sobre atividades desenvolvidas nem sobre participação da mãe em referências desenvolvidas nos poemas. Ainda assim, há alusões em quadras e sonetos dedicados à figura materna, tal qual um poema datado de 6 de março de 1823. É possível notar, ainda que numa expressão poética, o sofrimento relativo ao agravamento da saúde da mãe, das causas e das consequências da morte.

#### 1.1.1 *O casamento: formação de família e ascensão financeira*

Em 1827, Evaristo da Veiga se casou com Edelthrudes da Assumpção, também natural na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, rompia a sociedade com o irmão João Pedro da Veiga na livraria adquirida por eles desde 1823 (MAGALHÃES, 1937). Assim, passou a ser o proprietário da Livraria de Bompard, na rua dos Pescadores (atual Visconde de Inhaúma) e do sobrado,<sup>6</sup> onde foi residir com a esposa.

---

<sup>6</sup> Na página sétima do inventário de Evaristo da Veiga há descrição de sua casa, que também era seu ponto comercial: “Huma morada de casa de dois sobrados, sita na rua dos Pescadores número vinte e cinco, a qual tem de vão vinte e cinco palmos. A sua formação na frente he de pedra e cal, com três portais de cantaria na Loja, e três janellas com varandas de cantaria, no primeiro andar e três janellas de peitoril de madeira no segundo andar, com seus caixilhos de vidraças e grades de ferro; as paredes dos lados são de pedra e cal meeiras, as divisões de estuque; repartido o primeiro andar, salla, alcova, salla de jantar, alcova, cozinha e despensa; e da mesma forma o segundo andar, tendo de mais uma escada interior que desce para o primeiro andar; tem mais um sótão repartido em salla e dois corredores com janelas para cima do telhado e para a frente da Aria: a loja toda aberta; tudo forrado, menos as cozinhas, o corredor da rua e a ditta loja assoalhada” (JUIZO DE ÓRFÃOS E AUSENTES, 1837, s. p. apud ANDRADE, 2009, p. 3).

O casal teve três filhas: Leocadia Joaquina da Veiga (1829–?), Joanna Francisca da Veiga (1828–1914) e Edelthrudes Maria da Veiga, homônima da mãe. No inventário pós-morte de Veiga é possível verificar documentos que atestam o casamento das filhas.<sup>7</sup> Havia declarações de propriedade, documentos de quitação de apólices, documentos que demonstravam porcentagem de ações e negócios de venda do falecido pai, nas casas que possuíam, dentre outros bens. Quanto à situação social da esposa, é possível observar que mesmo uma das filhas tendo mais de 21 anos de idade, a tutela sobre a guarda de seus bens foi tirada do poder da mãe e passada para o marido. Havia essa declaração de transferência da tutela dos bens das filhas que se encontravam na tutoria da mãe para os respectivos maridos delas. Uma ajuntada de documentos no inventário afim a declarações de casamento das filhas atesta o nome dos maridos.

Contudo, não foi possível localizar atestados/comprovantes de batismo de netos de Evaristo da Veiga. Informações referentes a filhos e filhas nascidos dos casamentos foram obtidas de *websites* diversos. Assim, Leocadia se casou com Augusto Henrique Gonzaga e teve dois filhos: Evaristo da Veiga Gonzaga e Augusto da Veiga Gonzaga. Joana se casou com José Duarte da Ponte Ribeiro (1820–1905) e teve duas filhas: Elvira Veiga da Ponte Ribeiro (nasceu em 1851) e Virginia da Ponte Ribeiro. Edelthrudes Maria da Veiga se casou com José Domingos Ataíde Moncorvo e não teve filhos.<sup>8</sup>

Edelthrudes Veiga mãe foi agraciada com pensão anual de 400\$00 réis a ser paga pela província do Ceará. De acordo com Veiga (1877, p. 502), essa iniciativa teria vindo do senador José Martiniano de Alencar — pai do escritor José de Alencar —, que procurou honrar Veiga. A lei provincial do Ceará n. 6, de 7 de setembro de 1837, prescreveu o que se segue.

Art 1º – Fica decretada uma pensão annual de 400\$000, paga pelos cofres da fazenda pública desta província, à viúva do benemérito patriota Evaristo Ferreira da Veiga. Está pensão será conservada a viúva por toda a sua vida. Art 2º – Si acaso, porém alguns dos filhos do benemérito patriota Evaristo Ferreira da Veiga se vier a estabelecer nesta província, a pensão passará a elle, depois da morte de sua mãe, e gosará della durante a sua vida. Art 3º – O governo da província providenciará, de maneira que seja effetivamente entregue à viúva esta

---

<sup>7</sup> Cf. ARQUIVO NACIONAL. Inventário pós-morte de Evaristo da Veiga. Juízo dos órfãos ausentes — ZN. Notação BR RJAN, RIO ZN. 8532 — M.442.

<sup>8</sup> Cf. ARQUIVO NACIONAL. Inventário pós-morte de Evaristo da Veiga. Juízo dos órfãos ausentes — ZN. Notação BR RJAN, RIO ZN. 8532 — M.442.

pensão, a qual não será considerada como premio dos impagáveis serviços d'aquelle herói brasileiro, e sim como um pequeno testemunho da gratidão cearense (VEIGA, 1877, p. 502).

No momento em que foi escrita a obra *O primeiro reinado a luz da sciencia ou A Revolução de 7 de abril de 1831 justificada pelo direito e pela história*, a esposa de Evaristo da Veiga ainda estava viva e não teria feito uso da pensão até então. Informou que a lei criada para a pensão em benefício de Edelthrudes da Veiga foi revogada pela lei 245, de 26 de outubro de 1842, e sancionada pelo general José Joaquim Coelho, barão de Vitória. Na data de 21 de outubro de 1837, após sua morte, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou uma nota sobre a subscrição para direcionar pensão às órfãs.<sup>9</sup>

### 1.1.2 *Os irmãos e seus negócios*

Quanto aos irmãos de Evaristo da Veiga é possível perceber uma ligação familiar forte entre eles. Nas cartas que lhes escreveu, em especial do fim 1836 até meses que antecederam a sua morte, se verificam carinho e preocupação com a situação de saúde, negócios, estudos de sobrinhos e outras nas pautas. Em 1823, após a morte da mãe, o pai — Francisco Luiz Saturnino Veiga — dividiu os bens de herança deixados. Veiga e João Pedro montaram uma livraria para si e se separaram do trabalho com o pai. Depois, os irmãos separaram seus locais de trabalho, mas continuaram a vender livros e fazer subscrição de jornais.

Evaristo da Veiga, em 1827, montou sua loja à rua dos Pescadores, e seu irmão continuou no mesmo endereço. Aos poucos, Veiga foi participando de grupos econômicos, como lemos na<sup>10</sup> *Aurora Fluminense* de 3 de agosto de 1832. Havia um anúncio que dizia: “No dia 3 do próximo mez d’ agosto, haverá Assembleia Geral da Caixa Econômica, marcada no artigo 2º do titulo 3º dos respectivos estatutos: para que são convidados a comparecerem pelas 4 horas da tarde na Academia Militar os Srs

---

<sup>9</sup> A nota era especificamente sobre a formação de uma comissão. Convém lermos. “A Comissão encarregada de promover a subscrição a favor das Órfãs do benemérito Deputado Evaristo Ferreira da Veiga, attendendo que se acha em mão do respectivo Thesouro a mor parte do produto desta subscrição, e que cumpre por consequência dar-lhe o conveniente destino, roga a todas as pessoas que comparecerão na reunião, por quem foi Ella nomeada, queirão de novo reunir se no dia 22 do mez corrente as 11 horas da manhã, na rua do Príncipe (do Valongo) n. 26, para deliberarem sobre a maneira porque se hão de empregar e administrar as referidas quantias, e de ora em diante se forem realizando (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 23 jan. 1837, p. 2).

<sup>10</sup> Notamos que Evaristo da Veiga se referia ao seu jornal com o artigo *a*; por uma questão de coerência, adotamos aqui o mesmo uso.

Accionistas”. Em uma listagem de vários acionistas<sup>11</sup> o nome de Veiga também se destacou.

Primogênito, nascido em 1797, João Pedro da Veiga se casou com Joaquina Rosa da Conceição (1768–1794). Seus filhos foram: Delphina Eugénia da Veiga (1824), Luiz Francisco da Veiga (nascimento em 1834), Josefa Carolina da Veiga Miranda (nascimento em 1841), Francisco Júlio da Veiga (nascimento em 1843), Lourenço da Veiga (1844), Joaquim da Veiga (nascimento em 1848), Edelthrudes Carolina da Veiga (1831), Francisca Leopoldina Ferreira da Veiga, Saturnino Ferreira da Veiga, Maria Joaquina da Veiga. Teve doze filhos (GENI, 2021). Foi conselheiro de seus irmãos, em especial Evaristo da Veiga e Bernardo Jacintho, em questões políticas. Também aparece em listagens transcritas na *Aurora Fluminense* como eleitor na freguesia de Santa Rita no Rio de Janeiro.

Bernardo Jacintho da Veiga, nascido em 1802, foi político e ocupou cargos públicos: deputado provincial, delegado de instrução pública, presidente da província de Minas Gerais (1838–40; out. 1842–mar. 1843, tempo de revolta). De acordo com os registros de biógrafos, aprendeu por si latim, francês, história, geografia e aritmética. Foi para a cidade de Campanha, onde se casou e abriu uma casa de comércio. Foi eleito a cargos públicos: deputado provincial, delegado de instrução pública e presidente da província de Minas Gerais por duas vezes, de 21 de março de 1838 a 22 de agosto de 1840 e de outubro de 1842 a 23 de março de 1843.

---

<sup>11</sup> Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto; Saturnino de Souza Oliveira; Patrício Ricardo Freire; Antonio Freire Alemão, Thomaz Xavier de FRANCA, José Florindo de Figueiredo Rocha, Bernardo José Almeida, Caetano Alberto Soares, Christovão José dos Santos, Coreolano José Pires, Estevão Alves de Magalhães, Francisco de Paula Castro, Francisco Alves Machado, Joaquim José Pereira de Faro, Antonio da Costa CARVALHO, José Lino Coutinho, José Custódio Ribeiro de Magalhães, José da Costa Araújo Barros, José Caetano Gomes, Luiz Joaquim de Gouveia, Manuel da Cunha Barboza, Manuel Rodrigues de Almeida, Reginaldo Maurício Quintanilha, Luiz Terrisse, João Antonio da Trindade, Bernardo José da Siva Veiga, Thomaz José Tinoco de Almeida, João Paulo dos Santos Barreto, Antonio Joaquim de Souza, Manoel José de Oliveira, João Pereira Darrigue Faro, Evaristo Ferreira da Veiga, Luiz de Souza Lobo, Delfino Antonio de Moraes Silva, Antonio José do Amaral, José Joaquim Vieira Souto, Joaquim Antonio Pinheiro, Manuel Teixeira Fagundes, Antonio Rodrigues Martins, Candido Bueno da Costa, Cazemiro Lucio d’Araujo, Reginaldo José Antunes, Paulo Barbosa da Silva, Firmino Rodrigues da Silva, Albino José de Carvalho, Alfêres Antonio José do Amaral, João Baptista Lopes, José Domingues d’Ataide Moncorvo, João Pinto dos Rei, Joaquim José Pereira de Faro Filho, José Simões da Fonseca, Antonio Joaquim da Silva Garcez, Ignacio Eugenio Tavares, Antonio Joaquim de Azevedo, Francisco dos Santos Ferreira, Theodoro Joaquim de Lemos, Zeferino José da Roza, José da Silva Pereira de Castro e Emílio Prival (AURORA FLUMINENSE, 3 ago. 1832, p. 4).



Nas lutas políticas de Bernardo Jacintho houve um marco em 1842. Nesse período, combateu a Revolução de 1842, em Minas Gerais. Durante a revolução, trocou uma extensa correspondência com o visconde do Uruguai, descrevendo em minúcias os acontecimentos da revolução e seus personagens. Era do conselho da majestade, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, diretor-geral dos correios e oficial da Imperial Ordem da Rosa (BLAKE, 1970, p. 410–1). O Arquivo Nacional tem documentos que demonstram Bernardo Jacintho atuou como professor de primeiras letras em Minas Gerais. Atuou como membro do Conselho do Imperador, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, diretor geral dos Correios e oficial da Imperial Ordem da Rosa (WIKIPEDIA, 2021).<sup>12</sup> Recebeu ensinamentos do seu pai na arte de encadernar<sup>13</sup>. Possuía desenvoltura com cálculos, frequentou aulas de comércio e, de acordo com seu biógrafo naquele período, entrou na prática dos homens frequentar aulas de atividades mais práticas que não fosse apenas as letras (VEIGA, 1879). Mudou-se para Campanha<sup>14</sup> em 1818, ou seja, com cerca de 20 anos de idade (SOUZA, 2015), por conta de seus problemas de saúde, e lá estabeleceu relações comerciais.

---

<sup>12</sup> A Imperial Ordem da Rosa foi uma ordem honorífica do Brasil foi criada em 17 de dezembro de 1829 por D. Pedro I para dar visibilidade e alimentar a memória de seu matrimônio, em segunda núpcias com a Senhora Amélia de Leuchtenberg e Eischstadt após a sua chegada no Brasil. Teve vigência até 1891 em conjunto com outras ordens e títulos nobiliárquicos existentes no Brasil. De 1829 a 1831 D. Pedro I concedeu 189 insígnias no período em que permaneceu como Imperador de 1822 a 1831, já D. Pedro II 14.284 cidadãos títulos durante o seu período de regência (WIKIPEDIA, 2021).

<sup>13</sup> Como seu pai foi livreiro a encadernação de diferentes impressos se tornou uma atividade necessária, especificamente com a circulação maior dos jornais.

<sup>14</sup> Segundo Garcia (2012, s. p. [p. 3]), “A cidade de Campanha começou a ser povoada por volta da primeira metade do século XVIII, devido a grande quantidade de minas de ouro em seu território. A localidade rapidamente prosperou, saindo da condição de arraial para freguesia. Em 1798, recebeu a denominação de Vila da Campanha da Princesa e, em 9 de outubro de 1840, Campanha tornou-se cidade por meio de uma lei sancionada pelo Presidente da Província de Minas Gerais, o Conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga, carioca radicado em Campanha. Por ser equidistante de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro e devido às suas minas de ouro, na Campanha foram radicadas pessoas de elevada instrução, dentre eles intelectuais, professores, clérigos, e logo a cidade se transforma em polo cultural na região. A primeira sociedade cultural de Minas Gerais surge em Campanha. A *Philantropica Campanhense*, inaugurada em 3 de maio de 1831, propunha-se a promover instrução pública e auxílio aos necessitados. Há que ressaltar a participação das senhoras campanhenses nessa sociedade, bem como em muitos outros empreendimentos, como jornais e escolas, fato raro para uma época tão conservadora e patriarcal. No concernente à educação, Campanha foi uma das principais cidades a oferecer programas de estudos dos mais completos. Nos primórdios da educação, padres começaram a lecionar latim gratuitamente, e a cidade chegou a hospedar um Padre Mestre doutor em Cânones. Em 1830, houve a criação da cadeira de francês e em 1837, as de filosofia, retórica, história e geografia. Em 1859 foi fundado o Colégio Campanhense, primeiro da cidade, e a partir de então muitos outros foram criados e construíram, dessa forma, a alcunha de Campanha, a ‘Atenas Sul Mineira’. Em relação a imprensa, Campanha foi uma das cidades com maior número de publicações no século XIX.”

Constituiu família.<sup>15</sup> Casou-se com Mariana de Paiva, oriunda de família tradicional mineira e parente de Amador Bueno da Ribeira. Seus filhos foram Umbelina Augusta de Arruda Camara, Francisco Xavier da Veiga, Evaristo Xavier da Veiga (engenheiro civil), Mariana Bernardina da Veiga, Francisca da Veiga Rodrigues e Edelthrudes Maria da Veiga (BRASILIANSE, 1879). Maria Ephigenia de São José foi segunda esposa e teve filho Bernardo Jacintho da Veiga (advogado).

Bernardo Jacintho da Veiga se dedicou ao comércio de livros. Com apoio de Evaristo da Veiga, fundou na cidade de Campanha o jornal *Opinião Campanhense*, em 7 de abril de 1832. Reproduzia discursos desenvolvidos na *Aurora Fluminense* e defendeu debates em torno do governo monárquico constitucional representativo. Passou a ter influência na política e se correspondia com figuras importantes no período. Após a morte de Veiga, em 1837, parou por um tempo de produzir a *Opinião Campanhense*. Seu conhecimento na área administrativa e as influências desenvolvidas o levaram a ocupar cargos de juiz de paz (por meio de eleição ou indicação), eleitor, vereador, oficial da Guarda Nacional, delegado da instrução pública e deputado provincial até 1838. Bernardo Veiga fez parte de confrarias e irmandades religiosas. Foi nomeado presidente da província de Minas Gerais, em 1838, por influência de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

A época em que foi presidente da província de Minas Gerais, Bernardo Jacintho da Veiga estabeleceu correspondência particular na execução de seu governo com diferentes grupos de pessoas (JORNAL DO COMMERCIO, 19 jul. 1839). Após a declaração da maioria de dom Pedro II diferenciados poderes políticos ganharam força e sua demissão do cargo de presidente de província foi efetuada. Iria assumir na Corte o cargo de diretor-geral dos Correios. Mas renomeado presidente provincial em 1842, via decreto de 25 de abril. Conflitos entre grupos liberais<sup>16</sup> e o poder político

---

<sup>15</sup> Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Rio de Janeiro – Nossa Senhora da Candelária – Batismos 1800, set-1809, ago>imagem 45 de 239- Paróquias (Católicas. <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-KCSX-77?cc=1719212&wc=>

<sup>16</sup> Veiga (1879, p. 64) citou trechos do livro de Américo Brasiliense: *Os programas dos partidos e O segundo império*, em que buscou explicar como os grupos políticos vistos como liberais estavam entendendo o conflito gerado naquele momento histórico. Veiga transcreve as considerações de Américo Brasiliense: “O partido liberal n’esta Província (São Paulo) e na de Minas fez o movimento revolucionário de 1842 por um programa mais restricto. O partido conservador considerava anarchica a descentralização ou reacção descentralisadora que seguiu-se ao 7 de abril, em ódio ao poder central. Tratou de combatê-la, e , n’esse intento, promulgou em Maio de 1840 a lei de interpretação do Acto Adicional; em novembro de 1841 a que criou o conselho de Estado; em dezembro e da reforma do

instituído na Corte levaram a eclodir movimentos contrários à ação do poder central. Ante os conflitos surgidos na província entre grupos liberais e os de iniciativas mais centralizadoras no campo da política, foi necessária uma intervenção de João Pedro da Veiga para que seu irmão, Bernardo Jacintho, aceitasse reassumir a presidência da província (BRASILIANSE, 1879).

As consequências dos conflitos levaram a província a aumentar o volume de gastos no início da década de 1840. Em virtude disso, Bernardo Jacintho e João Pedro da Veiga tiveram prejuízos de mais de 60 contos de réis. Veiga<sup>17</sup> assinalou que tais consequências levaram a Bernardo Jacintho a perder a sua fortuna. Mas foi agraciado por decreto de 18 de junho de 1841 pelo governo imperial e pelo decreto de 30 de dezembro de 1843, a Carta do Conselho Imperial. Em sua homenagem, após sua morte foi escrito um discurso necrológico, por Manuel de Araujo Porto Alegre, publicado em 1845, na revista do Instituto Histórico e Geográfico (BRASILIANSE, 1879, p. 65–74).

Enfim, discorremos sobre o irmão caçula, Lourenço Xavier da Veiga (1806–63), que também foi residir em Campanha, no ano de 1822, junto a Bernardo Jacintho, e também por problemas de saúde. Bernardo Jacintho sofria de problemas estomacais e do fígado, e se dizia que a água da região ajudava a administrar o problema. Águas Virtuosas da Campanha (atual Lambari) era um local com condições<sup>18</sup> para

---

Código de Processo. Principalmente o código do processo, o acto addicional e a intelligencia que se lhe deu, e a lei de outubro de 1834, novo regimento dos presidentes de Província, eram do dizer da escola conservadora, instrumento d'essa descentralização. Os liberais de São Paulo e de Minas, pretendiam pelo movimento revolucionário, obter a revogação d'estas leis e livrar o imperador, ainda muito jovem, da coacção, em que, no pensar d'elles, o conservava o ministério ou partido áulico que o cercava”.

<sup>17</sup> Ainda destacou o autor que na obra intitulada de *A História da Revolução em Minas Geraes*, em 1842, escrita pelo cônego José Antonio Marinho, publicado no Rio de Janeiro em 1843 que trazia vasta documentação o movimento revoltoso de 1842, em Minas Gerais. Nessa documentação estão presentes discursos e medidas tomadas no encaminhamento do conflito por Bernardo Jacintho da Veiga, bem como documentos escritos por João Pedro da Veiga.

<sup>18</sup> Segundo Andrade (2008, p. 26), “Foi em fins do século XVIII, mais precisamente em 1795, que os moradores mais influentes do arraial decidiram reivindicar a criação da Vila da Campanha da Princesa, com base em uma série de argumentos, que denotavam o grau de expansão demográfica e econômica do território, pleiteado como termo da vila. Entre os vários argumentos apresentados, alguns merecem destaque, como a distância de 35 léguas da vila de São João Del-Rei, as grandes custas pagas aos oficiais de justiça da Comarca do Rio das Mortes, o aumento da população de Campanha e seu termo, ultrapassando o número de oito mil habitantes, e a necessidade de implementação de obras públicas (pontes, chafarizes, calçamento de ruas, abertura de estradas, etc)”. Marcos Andrade faz referência em nota número 10, no Capítulo I, intitulado – *Campanha da Princesa: Formação e expansão de uma Vila no Império* ao documento *Auto de posse do arraial de Santo Antonio da Campanha do Rio Verde -1743*. O documento foi publicado em coletânea sob o nome de – *Memórias municipais*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano I, Fascículo 3º, julho a setembro de 1896.

sobreviverem e se hospedarem, por ser mais urbanizada e considerada importantes do sul de Minas Gerais (ANDRADE, 2008).

Lourenço Xavier foi um publicista em Campanha, editando jornais. Também abriu livraria e foi eleito vereador, legislaturas<sup>19</sup> 1841–53. Autodidata nos estudos, tinha desenvoltura para literatura. Em periódicos fundados por ele como a *Nova Província e o Sul de Minas* publicava seus textos, como também em periódicos da Corte. Atuou na revolta em 1842, recebendo a patente de tenente-coronel, e teve função de delegado e subdelegado de polícia, além de substituir juiz de paz e de direito (ANDRADE, 2009).

Lourenço Xavier se casou com Jesuína Bernardina de Salles. Do casamento nasceram Francisca Candida Ferreira da Veiga (1830), Evaristo Ferreira da Veiga (1832), João Pedro Veiga Sobrinho (1833), Lourenço Xavier da Veiga (1837), Mariana Augusta da Veiga (1840), Francisco Luiz da Veiga (1843), José Pedro Xavier da Veiga (1846), Angelo Xavier da Veiga, Saturnino Simplicio de Salles, Francisca Candida Ferreira da Veiga, Bernardo Saturnino da Veiga (GENI, 2021).

Dessa composição familiar de Evaristo da Veiga, derivou participação na imprensa e na construção de uma hegemonia liberal moderada no sul, em especial no período regencial. Após a morte de Evaristo da Veiga, em 1837, ocorreram alterações no campo da política que levaram o discurso do grupo centralizador a ter uma maior influência. Os irmãos Veiga se tornaram, então, defensores de ideias de cunho regressistas e assumem destaque em sua propagação no contexto sul mineiro (ANDRADE, 2009). Os nomes da família aparecem como diretores da instrução pública, membros de comissões para desenvolvimento de obras em Campanha, proprietários de casas comerciais ou imóveis,<sup>20</sup> proprietários de loja de livros, papel e

---

<sup>19</sup> Informações obtidas no Centro de Memória Cultural do Sul de Minas Gerais — CEMEC — SM, atas da Câmara Municipal de Campanha (1841–5; 1853–6), CAMP LAC 04; CAMP LAC 5. Os documentos foram referidos por Marcos Ferreira de Andrade no texto “Política, vínculos familiares e moderação: a trajetória dos Veiga no sudeste do Império (1827–1837)”. ANPUH, XXV Simpósio Nacional da História, Fortaleza, 2009.

<sup>20</sup> É interessante observar que na listagem de proprietários da cidade apareceram nomes de homens pertencentes à família Veiga e de mulheres. Isto demonstrou uma condição um pouco diferente da avistada no início do século em que houve dificuldade de encontrar fotos das mulheres da família Veiga. Entre os nomes identificados no grupo dos proprietários estão os de Tenente Coronel Bernardo Saturnino da Veiga, Dr. Evaristo da Veiga, D. Francisca Xavier da Veiga Rodrigues, Jesuína de Sales Veiga, entre outros que não conseguimos identificar se pertenciam ou não a família Veiga. Entre os Comerciantes Capitalistas aparece o nome da Senhora Francisca Xavier da Veiga Rodrigues.

objetos de escritório, de fabrica de tijolos, de tipografias, de confrarias e de irmandades religiosas. Quase tudo isso em campanha.<sup>21</sup>

#### 1.1.2.1 Desdobramentos na composição familiar

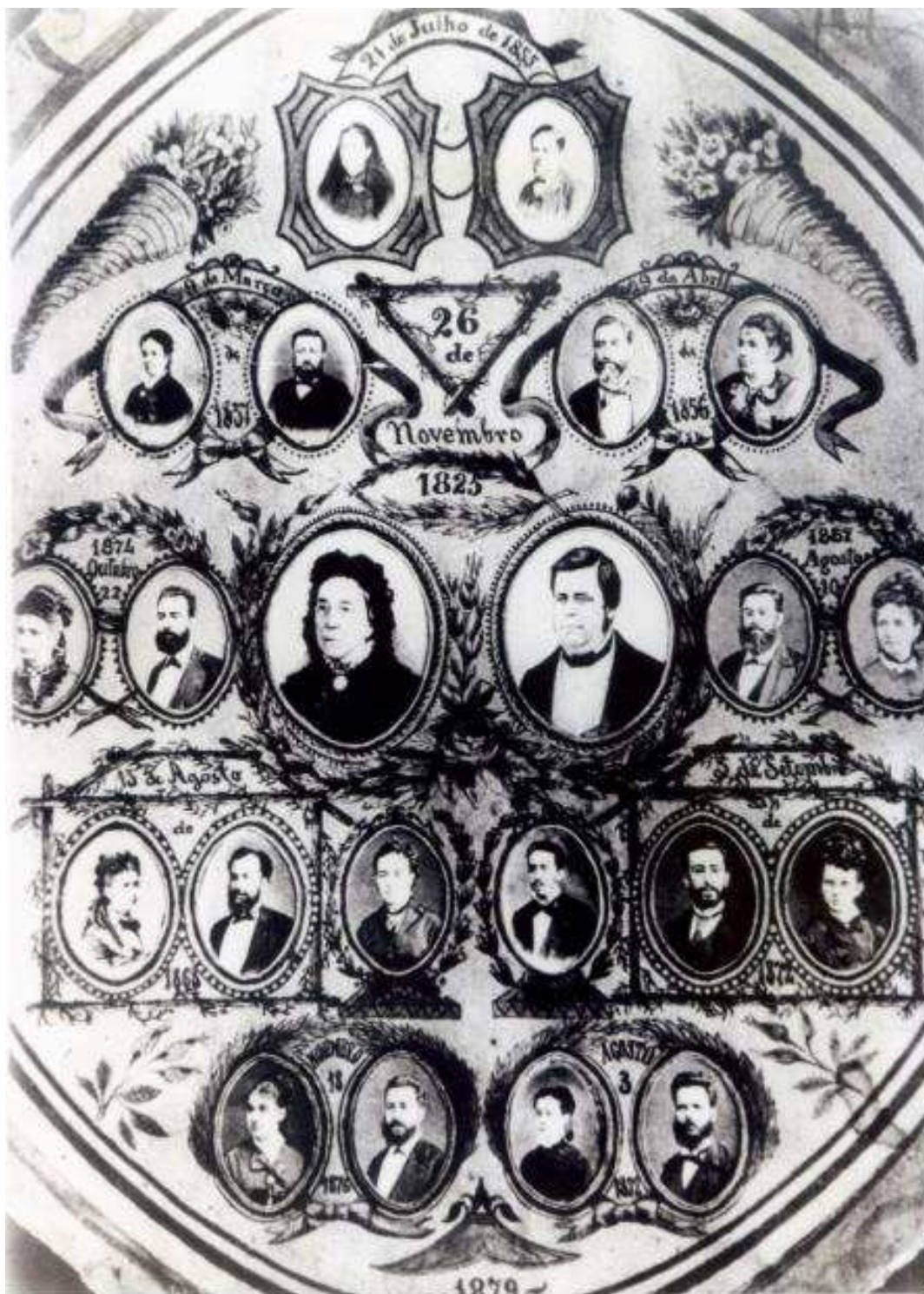
As gerações da família de Evaristo da Veiga tiveram uma história ligada à imprensa, e Campanha foi onde ocorreram muitas ações dos irmãos, como as publicações periódicas. Os textos se identificam com as ideias defendidas pela *Aurora Fluminense*. Os periódicos criados traziam assuntos do momento agitado que foi o período regencial. Houve continuidade de condutas e influências à medida que sobrinhos assumiam posições diferentes no sul mineiro. Muito resultou do núcleo em torno de Jesuína de Salles e Lourenço Xavier da Veiga e grupo de familiares (FIG. 2). O filho de Lourenço Veiga, José Pedro Xavier da Veiga (1846–1900), também, atuou no jornalismo<sup>22</sup> de Minas Gerais: foi responsável pela publicação de uma monografia intitulada *A imprensa de Minas Gerais 1807–1897*, na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano III, 1898, e pelas *Efemérides mineiras*, obra reeditada em 1998 via Fundação João Pinheiro. Foi o fundador do Arquivo Público Mineiro. Essa influência e tradição arraigada na família Veiga teve continuidade ao longo das gerações. Observa-se no *Almanach Sul Mineiro* do ano de 1874, páginas 70 a 85, que a família marcou postos de comandos nas cidades por onde residiram e estabeleceram suas relações. Produzido por Bernardo Jacinto da Veiga, filho de Lourenço Veiga — irmão de Evaristo —, no almanaque há uma descrição das principais atividades desenvolvidas em Campanha naquele período e as pessoas que estavam à frente dos postos de comando.

---

<sup>21</sup> O escritor do *Almanach Sul Mineiro* continua a fazer a descrição de vários outros locais pertencentes à região sul mineira em que às vezes aparecem nomes de pessoas pertencentes a família Veiga, em outros são nomes pontuados por Evaristo da Veiga na *Aurora Fluminense* demonstrando que foram locais onde houve relações comerciais e políticas, bem como seus irmão e futuros integrantes da família. Entre estes locais foram destacados: no *Almanach Sul Mineiro* contém destaque para outras regiões que compunham o território sul mineiro. Entre elas estão Vargem Grande, Distrito da Boa Vista do Cambuquira, Águas Virtuosas de Campanha, Freguesia do Lambari, Freguesias dos Três Corações do Rio Verde, Freguesia do Espírito Santo da Mutuca, Freguesia de São Gonçalo, Santa Luzia, Município de Christina, Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, Freguesia de São Sebastião de Capituba, Freguesia de Santa Catharina, Freguesia da Virginia, na Comarca de Três Pontas houve destaque para o Município de Alfenas, Freguesia de São Sebastião do Areado, Freguesia de Santo Antonio do Machado, Freguesia de São Francisco de Paula do Machadinho, São Joaquim da Serra Negra, Freguesia do Carmo da Escaramuça, Freguesia de São João Batista do Douradinho, entre outros mais.

<sup>22</sup> Cf. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jpxdaveiga.html>

FIGURA 2. Mosaico de retratos tendo como núcleo Lourenço Xavier da Veiga — irmão de Evaristo da Veiga — e sua esposa, Jesuína de Salles



FONTE: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas Gerais, Campanha MG, acervo Paulino de Araújo<sup>23</sup>

<sup>23</sup> A referência à fotografia da figura 2 foi realizada por João Roberto Caixeta, em dissertação de mestrado intitulada *Poder e saber nos editoriais do Monitor Sulmineiro*. UNICOR, Três Corações, 2011.

É possível perceber que a família Veiga teve interferência direta em seus encaminhamentos futuros dados os caminhos políticos e de participação efetiva no meio social de Evaristo da Veiga e irmãos. Muitos dos seus sobrinhos (FIG. 3) seguiram na participação política, e suas sobrinhas e filhas se casaram com homens influentes.

FIGURA 3. Membros da família Veiga



Na posição sentados (esquerda para a direita) estão Bernardo Saturnino da Veiga; Lourenço Xavier da Veiga e João Pedro da Veiga. Na posição em pé (da esquerda para a direita) estão — Saturnino Simplicio da Veiga; José Pedro Xavier da Veiga (1846–1900); Francisco Luiz da Veiga (1843); Evaristo Ferreira da Veiga. Estes senhores fazem parte da terceira geração da família de Evaristo da Veiga. Exerceram a maioria de suas funções em Campanha — Minas Gerais. São identificados nesta foto: Bernardo Saturnino da Veiga; Lourenço Xavier da Veiga e João Pedro da Veiga, que estão sentados da esquerda para a direita (CAIXETA, 2011).

FONTE: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas Gerais, Campanha MG, acervo Paulino de Araújo — fotógrafo não identificado<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> A referência à fotografia da figura 3 foi realizada por João Roberto Caixeta, em dissertação de mestrado intitulada *Poder e saber nos editoriais do Monitor Sulmineiro*. UNICOR, Três Corações, 2011 (página 69).

Com efeito, Genovez (2011) realizou pesquisa sobre as redes de sociabilidade na Zona da Mata e fornece um panorama das funções ocupadas pelas gerações familiares posteriores a Evaristo da Veiga. Mesmo que com direcionamentos políticos diferenciados ao assumir uma linha mais conservadora. Leiamos o que disse a autora.

[...] essa família contou com muitos nomes na política, além de Bernardo e Evaristo, Francisco Luiz da Veiga, José Joaquim Ferreira da Veiga, José Pedro Xavier da Veiga e outro Evaristo, filho do Tenente-coronel Joaquim Lourenço Xavier da Veiga; todos conseguiram alcançar postos na política provincial e nacional. Outros dois parentes, Francisco Xavier da Veiga e João Pedro da Veiga, embora tenham se destacado enquanto notabilidades locais, não galgaram os postos provinciais. Um breve olhar sobre a atuação desta família no âmbito político pode dar um panorama do prestígio que gozavam na região. José Joaquim Ferreira da Veiga teve uma trajetória política de âmbito provincial que abrangeu o final da década de 1840 até o meio da década de 1850. José Joaquim foi eleito deputado provincial nos anos de 1848, 1850, 1852 e 1854.<sup>28</sup> Evaristo Ferreira da Veiga, assim como seu irmão Francisco, iniciou sua trajetória em Pouso Alegre, como Juiz Municipal e de Órfãos até sua eleição para a Assembleia Geral em 1861, 1864 e 1869, carreira coroada pela nomeação ao Senado em 1887. Antes de ocupar a cadeira vitalícia do Senado, foi nomeado Presidente de Sergipe nos anos de 1868 e 1869. O advogado e magistrado Francisco Luiz da Veiga atuou na política provincial em 1876 e na Assembleia Geral em 1877. Por casamento, ligou-se a outro clã de políticos: o de Maximiano Augusto de Barros Cobra (deputado provincial em 1862) e de José Inácio Barros Cobra Júnior, deputado provincial em 1866 e geral de 1869 a 1886. José Pedro Xavier da Veiga, assim como os irmãos Francisco e Evaristo, seguiu a carreira política, atuando ao nível provincial, ao longo da década de 1870: 1872, 1874, 1876, 1878 e 1882. Entre os irmãos Veiga, atuantes na política provincial, foi o único a receber uma comenda, a de Cavaleiro da Ordem da Rosa (1881). Através do matrimônio, ligou-se à família de outro grande político mineiro, Francisco Teixeira do Amaral, nove vezes eleito deputado provincial: 1854, 1856, 1862, 1864, 1866, 1868, 1876, 1878 e 1880. O Coronel e advogado Francisco foi um político atuante em Ouro Preto, sua cidade natal, onde exercia o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia, transitando em várias outras irmandades e confrarias da localidade. Considerado um liberal moderadíssimo, ocupou vários cargos. Foi condecorado com as comendas de Cavaleiro(1855) e de Comendador (1881) da Ordem da Rosa (GENOVEZ, 2011, p. 244).

Como podemos ler, a autora atesta um vislumbre assinalado por Evaristo da Veiga no tempo em que visitou Campanha. Ele disse em carta que futuramente na sociedade iriam atuar muitos Evaristos, Bernardos, Edelthrudes ao mencionar os sobrinhos que nasciam no corpo familiar. Essa característica demonstra que os espaços



de destaque no corpo social foram oportunizados para aqueles que tinham estrutura de ordem econômica em suas origens. Poucos conseguiram ultrapassar destinos que seus antecessores de um determinado grupo familiar haviam conseguido galgar. Aponta-se com vigor a manutenção de uma realidade em que poucos conseguiam ascender socialmente caso não tivesse um ponto de partida. Ponto de partida que poderia significar as condições de estudo, para estabelecer negócios e outros.

## 1.2 Aprender em casa: a formação educacional

Evaristo da Veiga teve seu pai como primeiro professor em sua formação até a idade de 12 anos. Coursou aulas régias a partir de 1811 na Corte. Para Souza (2015), um de seus principais biógrafos, sua formação é especificamente literária. Realizou estudos no seminário de São José do Rio de Janeiro como aluno externo. Obteve conhecimentos em línguas como o latim, francês e inglês, em que o autodidatismo prevaleceu. Em sua caminhada de estudos, o professor de Língua Latina Manuel Marques do Rio de Janeiro ministrou a Veiga aulas de 8 de março de 1814 até o fim de 1816. Ele estudou retórica, poética, filosofia racional e moral. Em 1817 fez sua proficiência em retórica e poética com o professor João José Vaia. Em 1818 a proficiência foi em língua inglesa, com o professor João Joyce. Em 1818, estudou filosofia racional e moral com frei Marcelino de Santa Matildes Bueno. Seu francês foi examinado pelo padre Luís Carlos Franche (SOUZA, 2015, p. 17–8). Teófilo Otoni<sup>25</sup> foi quem lhe explicou geometria em torno do ano de 1827.

A partir de 1818, ao montar sua livraria, na rua da Alfândega, Francisco Luis Saturnino da Veiga deu a Evaristo da Veiga a oportunidade de acompanhar o trabalho — exercendo a função de caixeiro — e se aproximar de leituras. É possível perceber por

---

<sup>25</sup> Teófilo Otoni, na obra *Circular dedicada aos srs eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais no quadriênio annual e especialmente dirigida aos Srs eleitores de deputados pelo segundo Districto eleitoral da mesma província para a próxima legislatura pelo ex-deputado Teófilo Benedicto* (1860, p. 10), informou a sua participação na formação de Evaristo da Veiga Otôni. “Os triumphos acadêmicos não enchião minha ambição, e o aspirante graduado em guarda marinha, dominado pelas inspirações que o havião arrancado do telonio mercantil, não cessava de entreter o fogo sagrado do patriotismo. Sobrava-lhe o tempo para ganhar o pão, explicando geometria, para estudar suas lições de astronomia ou calculo differencial, e ao mesmo tempo para occupar-se de política. Cedo foi admittido á sociedade de Evaristo e de Vasconcellos, que o acariciavão como que presagiando-lhe brilhantes destinos. De Evaristo o aspirante graduado em guarda-marinha teve a distincta honra de ser explicador de geometria”. Essa referência foi apontada por Souza (2015, p. 18).

seu “caderno de poesias”<sup>26</sup> que tais leituras foram possibilitando a configuração de um conhecimento que o auxiliou nos textos escritos futuramente na *Aurora Fluminense*. Nos poemas — sonetos, odes e outros escritos — há citação de autores que pertenceram ao movimento literário da Nova Arcádia<sup>27</sup> ou Academia das Belas Letras de Lisboa.

Com efeito, Evaristo da Veiga pôde ler muito, pois os livros eram parte do seu trabalho diário. Na idade de 24 anos contava com uma sólida formação de base humanística. Conhecia o latim, Cícero, Virgílio, Horácio, bem como clássicos franceses como Racine, lia ainda o inglês, o francês e o italiano. Pode ter lido obras como a de Benjamin Constant, de Bentham, de Blackstone, de Foy, de Ganilh, Ricardo, Say, De Sismonde. Estas obras em sua maioria tinham como temática do liberalismo econômico e sobre as instituições americanas (SOUZA, 2015). Basile (2004) afirmou que escritores que comungavam de ideias liberais moderadas buscavam se assessorarem por leituras de Benjamin Constant, Augustin Thiers, Edmund Burke, Jean-Baptiste Say, Adam Smith, Raynal, Droz, Tracy, Beccaria, Maquiavel, Benjamin Franklin e dos Federalistas. Constam no inventário<sup>28</sup> de Veiga (p. 11–7) coleções, que foram relacionadas no final desta tese.

Nos títulos de obras está presente a temática sobre os costumes dos homens. Costumes muitas vezes criticados de modo severo por viajantes ou comerciantes que viveram no Brasil naquele período. As obras têm relação com a área da política, a área do direito, a área de formação para o trabalho. Algumas tratam de estudos sobre a utilização de máquinas no trabalho para acelerar a produção. O Brasil, de acordo os processos de manufatura, tinha restrições e proibições ainda nesse período. Porém, nos anúncios e traduções feitas por Veiga em seu jornal são encontradas passagens que demonstram como estas invenções poderiam acelerar no trabalho dos homens e diminuir a força humana para realização de determinados procedimentos empregados na produção. Nesse sentido, constam obras que tratam do desenvolvimento ocorrido na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, em especial. As áreas da economia política, administração e finanças estão presentes, em especial as de Say e Ricardo. Filósofos como Voltaire, uma tradução de Racine, livros específicos dos Estados Unidos e do

---

<sup>26</sup> *Poesias de Evaristo da Veiga*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1915.

<sup>27</sup> Nova Arcádia ou Academia das Belas Letras de Lisboa.

<sup>28</sup> Arquivo Nacional – AN – Inventário Post-Mortem de Evaristo da Veiga. 1837. Juízo de Órfãos e Ausentes – ZN – Notação: BR RJAN, RIO ZN.8532 N.442.

México. Isso demonstra a influencia que a leitura destes ou de alguns destes livros podem ter feito na formação autodidata de Veiga. Como disse Basile (2004), os livros foram seus companheiros fieis, pois o ajudaram a se estabelecer financeiramente e no desenvolvimento de seu didatismo nos estudos.

### 1.2.1 *A poesia e a expressão de um pensamento político em formação*

O “caderno de poesias” de Evaristo da Veiga tem 117 sonetos, 13 quadras, 11 epístolas, 8 hinos, 10 décimas, 6 odes, 6 estâncias, 5 madrigais, 5 versos, 5 epigramas, 4 fábulas, 3 elogios, 2 contos, 1 conto com quadras, 2 esboços, 2 cantigas, 1 fragmento, 1 lamuria e 5 outros textos sem denominação. Conforme a classificação literária os textos correspondem a gêneros identificados como épicos ou narrativos, líricos ou dramáticos. Predominam os do gênero narrativo ou épico como a fábula e o conto. Também há textos do gênero lírico em sua maioria, como a ode e o madrigal.

Nos textos líricos é possível perceber a tentativa de expressar emoções, desejos e ideias que lhe chamaram a atenção para a produção. Os sonetos são as formas escritas em maior número geralmente por quatro estrofes compostas por quatro versos. Narravam fatos observados no cotidiano da vida no Rio de Janeiro ou feitos considerados heroicos de Portugal. Conforme a vivência de Evaristo da Veiga durante os anos finais da década de 1810 e iniciais da década de 1820 é possível perceber mudança na interpretação que tinha sobre as relações estabelecidas entre o Brasil e Portugal, evidenciadas no texto escrito. Essa constatação foi referida por Souza, como lemos a seguir ir.

Em 1813, com quatorze anos, Evaristo era um poeta português, que refletia no Brasil, com o atraso de dois decênios, o movimento literário da Nova Arcádia ou Academia de Belas-Letras de Lisboa, fundada pelo conde de Pombeiro, José Vasconcelos de Souza, e em que mais do que todos se destacaram Bocage [Elmano Sadino], José Agostinho Macedo [Elmiro Tagideu], Curvo Semedo [Belmiro Transtagana] e Pato Muniz [Olino]. Bocage era o modelo do jovem Evaristo, o poeta de sua predileção, a quem constantemente se referia em seus versos (SOUZA, 2015, p. 20).

Ao que indicam as referências de nomes nas produções do *Caderno de poesias*, as leituras de Evaristo da Veiga se fundamentavam na literatura europeia que chegava ao Brasil. Essa afirmação se faz presente nas análises de pesquisadores que estudaram o caminho traçado por ele (SOUZA, 2015; BASILE, 2004; ANDRADE, 2008). As temáticas nas poesias demonstraram que estava mobilizado pelo movimento do arcadismo.<sup>29</sup> Como frisou Antonio Candido (1999), no arcadismo o escritor estava intimamente ligado às modas literárias da Europa, cultivando uma vontade de ter um pertencimento as tradições e modelos por lá desenvolvidos. Essa intenção permitiu que a produção intelectual da colônia portuguesa se considerasse inculta diante de formas consideradas mais elaboradas de expressão como as que ocorriam na Europa.

Como observou Souza (2015), parece que a partir de 1813 Evaristo da Veiga mergulhado no movimento literário da Nova Arcádia ou Academia das Belas-Letras de Lisboa, fundada por José de Vasconcelos e Souza. Esse movimento literário tinha como característica a criação de personagem ou pseudônimo para os seus escritos, o chamado fingimento poético. Tinha como objetivo desenvolver uma compreensão para o aproveitamento máximo do dia, do tempo em fazer as coisas, produzir ações que influenciassem no cotidiano vivido. Evaristo da Veiga tinha como poeta predileto Manuel Maria Barbosa Du Bocage<sup>30</sup> (1765–1805), que utilizava como pseudônimo Elmano Sadino.

Esse momento mudanças de variadas ordens ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. Além das mudanças em estruturas organizacionais da cidade, presenciou o aumento da entrada de homens de diferentes regiões da Europa no Brasil. Nos anos finais da década de 1810 movimentos ocorriam na região de Pernambuco e seus vizinhos que já vinham colocando em descrédito o sistema de organização colonial. Os conflitos gerados e debatidos por meio das ações direcionados no governo do ainda

---

<sup>29</sup> Arcadismo. Antonio Candido (1999, p. 36) especificou que acontecimentos ocorridos em particular na segunda metade do século XVIII e iniciais do século XIX encaminham mudanças na literatura. No Brasil, a participação dos intelectuais foi assumindo características de uma poesia mais patriótica, em ensaios políticos, sermão nacionalista levando ao advento do Romantismo, a partir dos anos de 1830 com uma intensa participação ideológica das letras. O autor destacou que a produção foi secundária ao considerar que existiram poetas rotineiros do tipo arcádico, outros neoclássicos assim assume “conotação francamente patriótica o nativismo pitoresco, que vinha do fundo dos tempos coloniais, assim como a celebração dos feitos militares do passado”.

<sup>30</sup> BIBLIOTECA NACIONAL – 255 anos do nascimento do poeta Bocage. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/artigos/literatura-255-anos-do-nascimento-do-poeta-bocage/>>. Acesso em: 19 out. 2021).

príncipe regente influenciaram ao longo de sua vivência seu modo de entender o que seria um homem de bem, um brasileiro.

Em sua leitura do mundo, em particular após a chegada da família real ao Brasil, Evaristo da Veiga se utilizou de poesias e sonetos como forma de expressar seus pensamentos. Ao se acessar o documento *Caderno de poesias*, reservado na Biblioteca Nacional, é possível perceber como sua vida diária estava presente em seus versos. Vinculava-se ao estabelecimento de uma ligação entre os movimentos políticos e organizacionais da cidade do Rio de Janeiro e suas inspirações para a escrita. Demonstrou júbilo com as forças portuguesas que, em seu entender, haviam vencido forças francesas. Enalteceu os grupos de pessoas que haviam participado de feitos portugueses ao acompanhar a família real ao Brasil. Sua compreensão em torno da transmigração da Corte era positiva, pois a partir disso abria-se espaço para recebimento de benevolências que antes não eram fácies de conseguir.

Ao lermos seus escritos<sup>31</sup> por volta de 1812, destacamos um soneto que trouxe como título “Ás perdas dos Francezes em Portugal, feito nos princípios do anno de 1812”. Leiamos.

Humilhando a serviz o julgo infame  
O altivo Prusso, está forte e guerreiro,  
O Bélgico feroz, jaz prisioneiro  
E o Germano valente preso brame/  
Porém de tais vitórias não se accime  
Esse usurpador fero, este estrangeiro.  
Que privando do trono o digno herdeiro  
Por ter do mundo o alto regime frame./  
Que se o Prusso venceo, Belga e Germano,  
Se a Europa sofre da sua mão sua o pezo  
E na França é temido por Tirano:/  
Portugal vencedor conserva ileso  
Seo inédito valor e hum Soberano,  
Que as suas tiranias he defeso (VEIGA, 1915, p. 3)

Entendimentos expressos na poesia por Evaristo da Veiga podiam estar atrelados a direcionamento de seu professor sobre acontecimentos além-mar, sobre a história de Portugal. A última estrofe diz que “Portugal vencedor conserva illeso/Seu ínclito valor, e hum Soberano, /Que ás suas tiranias he defeso”. Não só sua admiração às ações dos

---

<sup>31</sup> Cf. *Poesias de Evaristo Ferreira da Veiga*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1915. Disponível em: <https://ia902806.us.archive.org/16/items/3516231/3516231.pdf>.

comandos de Portugal fica expressa nestes sonetos, como também a leitura que fazia de seu cotidiano.

Ao observar as festividades tradicionais como do dia dos Reis, Evaristo da Veiga fez elogios aos soldados, aos marinheiros que se dedicavam ao difícil trabalho nos navios. Em relação a pessoas escravizadas que ali trabalhavam chamou-os de negros condenados a desgraça desde o nascimento, pois não tinham tempo nem de se alimentar. Nessa oportunidade disse que os lavradores eram os trabalhadores que tinham uma vida mais tranquila mesmo necessitando de muito esforço para executar as suas atividades. Estas leituras expressas por meio dos textos poéticos descrevem a sua visão do dia a dia observado na cidade do Rio de Janeiro. Nesse dia a dia a marca da escravidão estava presente nos espaços; e por mais deprimente que fosse ver a situação de uma pessoa escravizada como necessária e em outras vezes entendido como natural.

Seus sonetos retratam suas preocupações com os problemas presenciados no Brasil e as questões relacionadas com aqueles grupos que não aceitavam a relação governamental nas formas de exploração do Brasil. Em meio a essa ambientação foi se constituindo o pensamento de Evaristo da Veiga. Em 1813, contando com 14 anos essa foi a forma de entender o mundo que o cercava que se expressavam em seus versos, epístolas, madrigais entre outras. Em suas comparações do Brasil com outras nações havia uma preocupação em associar desenvolvimento e grande atraso ainda presente com a necessidade de encontrar os caminhos para mudança. Entre seus poemas, um escrito em 1817 com o título “A restauração de Pernambuco – Agosto de 1817”, no qual aclamou dom João VI pela condução dada aos revoltosos de Pernambuco (SOUZA, 2015, p. 21). Defende a política e a enaltece, como podemos ler nos versos a seguir.

Rotos já os grilhões dos vis tiranos,  
 Que a falsa liberdade em vão proclamão,  
 Rotos já os grilhões a seu rei chamão,  
 Os leaes, os fiéis pernambucana;/  
 Não; nunca poderão fataes enganar  
 Vassallos seduzir, que seu rei amão,  
 Que nos seus corações fiéis acclamão  
 João Sexto, as delícias dos humanos./  
 Deixe a discórdia atroz o facho erguido  
 Serena paz as regiões bafeje,  
 Ond’Impera João dos ceos querido;/  
 Tu Deos, cuja alta Mão tanto protege,  
 Faze que seja tal, e tão temido,  
 Que o Mundo todo, sua glória inveje (VEIGA, 1915, p. 17).

É possível perceber o quanto o poeta exaltava as medidas governamentais tomadas e as condenações realizadas contra revoltosos da insurreição<sup>32</sup> pernambucana. Não por acaso, em 1819 ele deu viva ao aniversário de aclamação de dom João VI e as benesses de tê-lo no Brasil. Porém, no início da década de 1820, os textos passam a abordar assuntos como empregos de homens da corte, serviços que executavam para a nobreza e as gratificações que receberam por isso; críticas ao fato de que muitos funcionários acompanhantes da família real para o Brasil sempre recebiam benefícios em detrimento de outros setores da sociedade. Os benefícios<sup>33</sup> que alguns preteridos recebiam levaram ao surgimento de rugas entre lugares de disputa nas funções políticas desenvolvidas na corte.

Esses interesses não passavam despercebidos a Evaristo da Veiga, em especial após os 19 anos de idade, quando foi trabalhar na livraria do pai. Seus conhecimentos eram subsidiados pelas leituras que ali tinha oportunidade de realizar, de jornais vindos da Europa e dos produzidos aqui. Cada dia mais direcionava sua atenção à política. Ocorria um fortalecimento nas ideias de que o Brasil devia ter sua própria organização. A partir de 1822, nos seus poemas, ficava expressa a luta pela independência e a necessidade de criação de leis<sup>34</sup> próprias. Para se tornar nação, o Brasil precisava procurar atender a suas especificidades locais. Algumas interpretações históricas como as de Viana (1999) entendiam que o Brasil ao se tornar reino unido daria continuidade a sua relação paralela com Portugal. O elo de união ficaria estabelecido pela monarquia. Para outros como muitos portugueses, ao contrário, o Brasil devia voltar a ser colônia de Portugal para retomar privilégios comerciais.

Com efeito, Evaristo da Veiga chamou o Brasil de minha pátria, revelando mudanças de pensamento ante os fatos que ele vivia. Nesse soneto, questionou os homens que estavam a serviço dos interesses das cortes de Lisboa. Perguntou então:

---

<sup>32</sup> Na análise de Rodrigues (1954, p. 9), o que estava presente no “sistema colonial era a divergência, o particularismo, e cada vez mais se intensificava a incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico da sociedade colonial e o sistema administrativo da Metrópole”. Para Rodrigues, no prefácio da obra *Documentos Históricos da Revolução de 1817*, esse movimento ocorreu por conta do processo desmoronamento do sistema colonial.

<sup>33</sup> Malerba (2000, p. 23) em seus estudos especifica que homens da corte, homens a serviço da nobreza e a nobreza foram gratificados por acompanharem o traslado da Família Real para o Brasil. Receberam terras, cargos entre outros agrados. Isso incomodava os portugueses que aqui já viviam.

<sup>34</sup> “Leis para nós, por nós queremos feitas, Que a futura grandeza nos preparem. Já não mais precisamos de senhores, Que desde além do Atlântico nos mandem Reis, déspotas e ferros: eia acabem da triste escravidão os grandes anos” (VEIGA, 1915).

“*Portugueses, vós sois? E Portugueses/Vossos irmãos não o são?* Se, de fato, Brasil e Portugal fossem uma única nação, qual seria a razão da ruptura entre os interesses brasileiros e portugueses?” (VEIGA, 1943, on-line; grifo nosso).<sup>35</sup> Documentos e observações de estudiosos de Evaristo da Veiga demonstram que após 1821 ele passou a apresentar rupturas com aquilo que acreditava ser a forma de organizar o Brasil: mudar para que os homens que aqui viviam progredissem em seus negócios. Souza diz que houve um processo de desilusão em Evaristo da Veiga no entendimento que tinha do governo de dom Pedro I após dissolução da Assembléia Constituinte.

Como afirmaram Carvalho, Neves e Basile (2012, p. 25), no fim do período colonial uma grande parte da população era excluída dos direitos civis, políticos e não se tinha construído um sentido de nacionalidade. O autor destacou características apresentadas por revoltas ocorridas no século XVIII, como as de Palmares, Inconfidência Mineira que não tiveram uma participação de pessoas de pouco destaque social. Tais movimentos contaram com a participação de líderes de setores dominantes da sociedade como militares, fazendeiros, padres, poetas e magistrados. Já a revolta dos alfaiates (1798) na Bahia foi uma das poucas em que participaram revoltosos militares de baixa patente, artesãos e escravos. Em 1817 a revolta em Pernambuco significou o surgimento de alguns traços de reivindicação por direitos políticos e sociais, porém não se falava ainda em cidadão, mas sim em patriotas. Na realidade, no caso da revolta em Pernambuco o que existiu foi um patriotismo menos brasileiro e mais pernambucano, em que a situação de escravidão não foi sequer mencionada. O maior medo foi o retorno às bases do sistema colonial nas relações de comércio e nos encaminhamentos da política. Naquele período ainda não estavam em pauta os direitos sociais, a assistência estava a cargo da Igreja e de particulares, poucos tinham direitos civis e muito poucos aos direitos políticos (CARVALHO; NEVES; BASILE, 2012, p. 24).

Ao desenvolver conhecimentos sobre política e aumentar sua rede relações sociais no Rio de Janeiro e na província de Minas Gerais, Evaristo da Veiga combateu ideias que ameaçassem a independência. Basile (2004) analisou grupos políticos desse

---

<sup>35</sup> “A remessa de tropas para o Brasil” [soneto]: “Surgindo de entre o pó da sepultura/ Do famoso Cabral a sombra irada,/ De Luso ao povo fortemente brada,/ Formidável no aspecto e na figura./ Que é isto? que delírio ou que loucura/ Vos tem do entendimento a luz roubada?/ A terra Santa Cruz contaís em nada,/ Ou julgais que com ferros se segura?/ Portugueses vós sois? E Portugueses/ Vossos irmão não são? Já não provaram/ Sua bravura Galos, e Holandeses?/ Ah! que eles quando a Pátria libertaram/ De estranho, ou próprio jugo tantas vezes/ Para novos grilhões a não guardara” [8 de fevereiro de 1822]



período. Dentre os apresentados, estava o de Evaristo da Veiga, chamado de moderado e que estabeleceu influência no direcionamento de ideias políticas na Corte durante o período regencial. O autor destacou os jornais políticos que defendiam entendimentos moderados, conservadores ou exaltados em torno da política.

Evaristo da Veiga, em momentos que se aproximaram da abdicação de dom Pedro I estabeleceu relações com grupo políticos com ideias mais radicais de liberdade como o exaltado. Contudo, é importante ressaltar que ele e seu grupo não se aproximavam de premissas que levassem à posição mais extremada sobre ideais de liberdade.

A Constituição jurada — que passou a representar, para além da bandeira do Constitucionalismo, a oposição às reformas, identificando-se, assim, aos caramurus — não empolgava os exaltados, ferrenhos defensores de amplas mudanças constitucionais (e até a elaboração de uma nova Carta), ao mesmo tempo em que causava sério desconforto nos moderados, que não conseguiam equacionar bem seus princípios antirreformistas e seu posicionamento estratégico em favor de mudanças. A Abdicação — promovida por moderados e exaltados — era objeto de eterno lamento para os caramurus, saudosos dos tempos de Pedro I, e de ressentimento ou até, em alguns casos, de arrependimento para os exaltados, excluídos do novo arranjo do poder regencial (BASILE, 2004, p. 121).

Essa dificuldade de enquadramento apresentada pelo grupo de Evaristo da Veiga trouxe interpretações e ataques a sua pessoa em jornais. Exemplo disso foi o ocorrido na noite de 8 de novembro de 1832, em que ele estava de conversa com grupos de pessoas na livraria de seu irmão, João Pedro, e recebeu tiros de pistola. Sofreu um atentado político que desvelava o grau do embate de ideias em relação aos rumos políticos e organizacionais do Brasil.

Andrade demonstrou que fortuna, família e poder foram termos-chave para compreender a política naquele momento, em específico ao estudar a formação e expansão das vilas do sul de Minas e a elite proprietária. Seu estudo, desenvolvido por meio de acervos pertencentes a Campanha, pôde constatar como a família era um capital político acionado nas disputas políticas realizadas.

É possível aferir que o entendimento de Evaristo da Veiga sobre os movimentos das cortes de Lisboa foi resultante da observação de ações e falas dos homens que estavam em seu entorno, que atuaram na política ou de parte de leituras sustentavam

suas interpretações sobre o momento. Os interesses de comerciantes, proprietários que viviam no Brasil e os de Portugal divergiam em razão da dinâmica estabelecida, em especial, com a abertura dos portos. Tais acontecimentos foram possibilitando a compreensão de que uma organização diferenciada deveria ser encaminhada.

Contudo, isso deveria ocorrer sem colocar em risco a integridade do que se pretendia definir como território brasileiro. Os movimentos ocorridos nos quatro primeiros anos da década de 1820 dirigiam ao entendimento de que: era urgente a instituição de leis; o desenvolvimento de uma instrução que interferisse nos costumes existentes; as condutas políticas interferiam nas relações daqueles que atuavam no comércio, na política, na economia. Almejava-se conquistar uma civilidade a partir de exemplos pinçados na Europa, nos procedimentos adotados por europeus que aqui se instalavam. No discurso transparecia não só a predisposição para aceitar exemplos transpostos, mas de também negá-los. Contudo, as rupturas que entendia como necessárias não tinham nem de longe a pretensão de romperem com um governo centralizado na figura de um monarca. Esse monarca devia ter como diretriz a constituição, e nunca apenas seu desejo despótico.

Elementos históricos como: a instalação das Cortes de Lisboa, as manifestações portuguesas de revolta, os interesses em dar continuidade pelos portugueses de seus domínios nas relações comerciais ao cobrar impostos passaram a fundamentar sua escrita de modo diferente. Aos poucos se tornava perceptível para brasileiros que as necessidades do Brasil não eram entendidas pelos portugueses. Estes, como se sentiam afetados com a Corte Portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro expressavam as suas contrariedades nos jornais. Tais controvérsias passam a alimentar a rivalidade<sup>36</sup> contra Portugal, a ponto de Evaristo demonstrar uma percepção no início de 1821, e outra bem diferente no final de 1821. Isso porque “ninguém que tivesse sentimentos sinceramente brasileiros perseverava na ilusão do começo do ano” (SOUZA, 2015, p. 25).

Desse modo, alguns versos de Evaristo da Veiga aos poucos se afastaram dos escritos que aclamavam as ações de dom João no Brasil. Os domínios portugueses tomaram posições mais combativas. Exemplo disso foi sua reação ao movimento insurrecional ocorrido no Porto. Em seus sonetos e poemas, procurou demonstrar

---

<sup>36</sup> “Que é isto? Que delírio ou que loucura, Você tem do entendimento a luz roubada? A terra Santa Cruz contaís em nada, Ou julgais que com ferros segura? Portugueses vós sois? E portugueses, Vossos irmãos não são [...]” (SOUZA, 2015, p. 26).

indignação diante do autoritarismo impingido aos brasileiros pelo governo português. Via essa forma de agir dos portugueses como deslealdade. A tentativa de adequar uma liberdade oportuna para o Brasil aos poucos ganhava força. O desejo de se tornar independente de Portugal passou a ser entendido como um caminho a ser perseguido.

Ele fez um soneto em abril de 1821 para ressaltar as eleições na Candelária. Comentou uma procissão que ocorreu após a eleição, finalizada com um *Te Deum*. Fez revelações de como a eleição era um evento novo e devia ser destacado no corpo social. Esse texto em especial, ao fazer elogios à pátria, demonstra muito similaridade com o que escreveu posteriormente, o Hino Constitucional Brasiliense. As palavras e ênfases dadas no texto são muito próximas de um dos registros seus que se tornaram históricos. Na página 67 do seu *Caderno de poesias*, ele demonstrou entender que aquele que vinha ao Brasil com intuito de apenas explorar as riquezas, sem pensar em contribuir para o seu desenvolvimento devia ser visto como inimigo. É possível observar no soneto intitulado “Ao Soberano Congresso Nacional” uma glorificação a Portugal. Em seguida, em outro chamado “A Gloriosa Regeneração Nacional”, vangloria as atitudes tomadas por dom João VI no movimento político deflagrado nos anos 1820–1 (VEIGA, 1915, p. 77–8).

Com o movimento político das Cortes de Lisboa a percepção foi de que a dualidade de direitos entre Portugal e o Brasil afetava os negócios estabelecidos. Leiamos o soneto datado de 11 de setembro de 1821.

De Lísia o Genio assignalado,/Vencedor de mil bellicas phalanges/  
Senhor de quanto largamente,/Oh vastíssimo Atlântico afamado;/ E  
inda das verdes palmas adornado,/ Que junto as margens do espantoso  
Gangês,/ Entre nuvens de settas, e de alfanges/ Co’a triunfante mão  
tinha cortado;/ Ora em lettargo estúpido jazia,/ Seus roxeados pulsos  
apertando,/ Vergonhosos grilhões da Tirania!/ Acordou Finalmente e  
já mostrando,/ Quebradas as prisões, os Lusos guia Da Liberdade ao  
templo venerando (VEIGA, 1915, p. 78).

Com data de 20 de setembro de 1821, outro soneto destacou a entrada de dom João VI para participar das cortes de Lisboa e classificou aquele como grande evento pelos juramentos prestados pelo monarca. Em soneto datado de 17 de outubro de 1821 destacou as riquezas e a natureza brasileiras e caracterizou o Brasil como lugar tosco muito diferente de região da Europa. Essa condição de análise pode ter se embasado nas suas leituras e na descrição realizada por portugueses que haviam vivido ou viajado para

a Europa. Outro texto, intitulado “A liberdade” salientou a necessidade de superar o despotismo; e essa foi uma das bandeiras presentes nos discursos de Veiga a sua morte, em 1837. Afirmou que “Em vão continuo por erguer forceja,/ A atroz cabeça do despotismo horrendo, na furiosa bárbara peleja,/ O corpo pela terra revolvendo,/ Que a liberdade co’a terrível planta,/Firme lhe calça a hórrida garganta” (VEIGA, 1915, p. 79).

Essa consideração leva à constatação de Carvalho, Neves e Basile (2012, p. 21–2): “poder do governo terminava na porta das grandes fazendas”. Ou seja, não se podia afirmar que mesmo os senhores proprietários fossem cidadãos. Não havia uma compreensão estabelecida de que eram iguais perante a lei, mesmo que pudessem votar, fossem livres e votassem. Estes homens eram potentados que recebiam funções de Estado (judiciárias, em especial) e em suas mãos, a justiça se tornava um simples meio para firmar seu poder. A justiça do rei não alcançava os lugares afastados de locais como o Rio de Janeiro/Minas Gerais/São Paulo por sofrer oposição da justiça privada dos senhores donos de grandes extensões de terra. Essa justiça não havia se tornado autônoma frente autoridades executivas ou por ainda sofrer a corrupção dos magistrados.

No epigrama da página 85 do “caderno”, com data de 3 de novembro de 1821, seus olhares são para mudanças políticas que poderiam levar a temida soberania do povo. Isso significaria a anarquia social. Leiamos o que disse.

Certo Prelado em solida homila,/Chorando destes tempos a desgraça/  
Depois de maldizer humana raça/ Num lamentável tom assim, dizia:  
Senhores, este Mundo está perdido/ Com tantas perigosas novidades/  
por Soberano o povo quer ser tido,/ E perdesse o respeito às  
Magestades,/ Tem-se mesmo chegado a tanto extremo/Que já chamão  
a Deos...Ente Supremo! (VEIGA, 1915, p. 123)

Nesse escrito se demonstrou como havia vantagens em adotar uma organização com aberturas, contudo alertou os perigos de errar na ponderação e, ao combater o despotismo, promover a anarquia. Afirmou que houve um tempo para glórias, lutas, mudanças e para a morte de muitas coisas que pertenceram à vida dos homens. Era necessária a morte de costumes, de modos de viver e se organizar politicamente. Para afirmar essa ideia em seu escrito chamou Portugal de infantil em seu modo de agir ante os interesses brasileiros; para ele, não adiantava a luta para uma volta a condições

postas antes, pois o Brasil era grandioso e venceria seus grilhões a todo custo. O perigo da continuidade de exploração do Brasil como uma colônia devia ser esterilizada de vez para se conquistar o desenvolvimento sonhado. Leituras posteriores àquele tempo provocam espanto ante a contradição apresentada — os grilhões não eram permitidos para aqueles que tinham suas posses e influências; contudo, para os escravizados não se pesava a defesa. A pessoa escravizada em si era uma propriedade de outro. É importante observar que a forma de administração colonial portuguesa interferiu na formação de uma consciência sobre o que era o Brasil e na constituição de um entendimento sobre as características de um poder público. Considera-se que no processo de independência do Brasil, mesmo com participações mais radicais, o que estava em jogo nos embates era a raiva declarada aos portugueses que mantinham controle sobre posições de comércio nas cidades litorâneas e poder.

Nos versos citados de Evaristo da Veiga fala na mudança de costumes atrelados a vivência sob a administração colonial. Ao entender a lei como um modo de reger a sociedade trouxe a baila observações sobre como eram realizadas as funções públicas. Um dos exemplos apontados na fase de escrita do *Jornal Aurora Fluminense* foi a confusão que se estabelecia entre as determinações do Estado e os poderes locais.

Nesse sentido, a luta era por formar uma opinião pública diferente sobre o governo do Brasil. Em um dos sonetos de Evaristo da Veiga encaminhados ao jornal *Astro da Lusitânia* o poeta reclama dos direitos que já tinham sido conquistados e não podiam ser mais ameaçados. Em um soneto, demonstrou a incoerência que via em tropas portuguesas<sup>37</sup> terem aportado no Brasil e colocarem em risco o que via como desenvolvimento após a chegada da família real. A incoerência se instalava em terem lutado contra outros povos que queriam dominar o país, e naquele momento os próprios portugueses se tornavam uma ameaça à prosperidade. Veiga entendeu que a intencionalidade dos portugueses de Portugal era trazer outra vez os grilhões, ou seja, a condição de colônia. Para ele o Brasil só havia adquirido as estruturas que aqui já estavam estabelecidas dado o empenho dos portugueses contra nações invasoras como holandeses e franceses. Seus sonetos seguem ações de portugueses que compactuavam com as ideias das cortes de Lisboa o desejo de tornar os que residiam no Brasil escravos. Essa escravidão se referia ao retorno do Brasil à condição de colônia de

---

<sup>37</sup> Tropas portuguesas enviadas para o Brasil

Portugal. Retratadas nas suas poesias de Evaristo da Veiga, as ações desenvolvidas por portugueses de Portugal, em especial a partir de 1821, dão pistas de um esforço em entender o Brasil como país que aos poucos se definia como diferente de Portugal. Parece ter se despertado a necessidade de observar o sentido de ser brasileiro, de buscar uma configuração de nação para o lugar onde vivia. Em outras palavras, a especificidade de ter nascido no Brasil e a partir da vivência ter adquirido determinados costumes que influenciavam no modo de pensar, no modo de conviver, dentre outros hábitos que interferiam diretamente na sociedade.

Em uma estância escrita em 20 de abril de 1822, Evaristo da Veiga (1915, p. 93) destacou a disputa travada por dom Pedro I com os revoltosos da Bahia e em Minas Gerais. Demonstrou que acompanhava a vida política da Corte e a importância de atitudes tomadas por D. Pedro I, e, que foram entendidas por ele como decisivas para a organização política do Brasil. Em tais atitudes tomadas estava o Decreto<sup>38</sup> de Criação da Assembleia Constituinte e Legislativa dos Deputados do Brasil, de 3 de junho de 1822. Em 15 de junho de 1822, escreveu um soneto em que a temática dizia “Por ocasião do Decreto de 3 de junho” no qual houve uma glorificação das medidas encaminhadas em nome de D. Pedro I. Escreveu ainda um “Elogio escrito a D. Pedro I” após uma visita que realizou na Casa dos Expostos da Misericórdia, no Rio de Janeiro. O texto destaca que a possibilidade de tutelar a infância pobre do Rio de Janeiro só foi possível pelo olhar liberal de dom Pedro I, chamando-o de pai dos expostos (VEIGA, 1915, p. 99–100).

Brasil livre de amarras da antiga organização colonial aparece como temática em vários sonetos. Observa-se que a palavra liberdade se torna cada vez mais presente em suas produções. Essa temática referente à liberdade é defendida em textos, como a “Ode a liberdade” (VEIGA, 1915, p. 123–4). Nesses textos é possível perceber nas palavras utilizadas semelhança próxima com as dos hinos “constitucional brasiliense”, “marcial”,

---

<sup>38</sup> Dadas a necessidade de retorno de dom João VI para Portugal e a intencionalidade de recolonização do Brasil pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes instaladas em Lisboa houve uma desagregação entre as relações políticas com Portugal. Foi encaminhada por estas Cortes uma ordem de retorno de D. Pedro I para Portugal, contudo, a partir de sua recusa efetivou-se a separação. José Bonifácio de Andrada e Silva no dia 16 de janeiro organiza um Ministério que tinha formação de brasileiros. Via decreto expedido no dia 3 de junho foi convocada a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa composta de deputados das províncias do Brasil. No dia 19 foi expedida a Decisão de Governo nº 57, que trouxe uma organização para o processo eleitoral de deputados. D. Pedro I, então Príncipe regente, em 3 de agosto de 1822, decretou instruções para as eleições de deputados à Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2007).

“patriótico 1”, “patriótico 2”, “nacional brasiliense” e hino “para o batismo do imperador”. Em relação aos hinos, diziam da glória e das lutas travadas para tornar o Brasil independente da situação de colônia.

O tema das eleições para deputados foi celebrado nos textos de Evaristo da Veiga. Eis a seguir o que diz soneto datado de 15 de julho 1822 dedicado aos eleitores paroquiais.

Filhos da Pátria, em quem a confiança/  
Tem cem mil cidadãos depositado,  
Glória do nosso Rio, honra do nosso Estado/  
Donde pende dos povos a esperança/  
Vede: a perfídia intriga não descança;  
A calúmia immoral marcha a seu lado,  
que sob a capa de um fingido agrado/  
Ambição as empresas se abalança/  
Longe fugi da sugestão maligna,  
Correi de novo as páginas da História,  
Hum Graccho ali vereis, hum Catilina;  
Na escolha vos trará Bençãos, e Glória/  
Da Pátria a salvação; sua ruína/  
Infâmia, maldições, negra Memória  
(VEIGA, 1915, p. 104).

No dia de apuração dos votos para deputados no Rio de Janeiro, Evaristo da Veiga escreveu um soneto em que celebra as mudanças políticas instituídas com a monarquia. Essas alterações davam possibilidades de eleger representantes para os interesses dos homens considerados de bem.

Além disso, Evaristo da Veiga procurou desenvolver textos que exploravam o reconhecimento do Brasil como independente. Argumentou em seus escritos a possibilidade de mostrar que o Brasil não estava restrito à exploração. Por essa razão a urgência de uma organização política específica que se coadunasse com os interesses brasileiros. Disse: “O Brazil, que mas trevas da ignorância/  
Gemera immensos annos/  
Zorabando dos Tiranos/  
Surge viril da alardeada Infância,  
E os princípios vívicos abraça/  
Onde aos direitos o dever se abraça” (VEIGA, 1915, p. 141). A ode discorre, como em outros textos, sobre uma visão formada de Brasil que passou por processos de desenvolvimento assemelhado ao de uma criança. O Brasil-criança sofreu no seu crescimento com as imposições do Portugal-adulto, dentre outros que aqui chegaram, denotando conhecimento da teoria de Dominique Dufour de Pradt (1759–1837).

É perceptível nos escritos de Evaristo da Veiga que ao se referir à necessidade de efetivar a independência do Brasil, suas ideias estavam fundamentadas em obras

escritas por De Pradt<sup>39</sup>. De Pradt (1759–1837) na obra de 1817 *De las colonias y de la revolución actual de la América (1817)* afirmou que o Brasil como parte da América Portuguesa inevitavelmente chegaria a sua independência. A razão dessa independência desenvolvida pelo acirramento de conflitos gerados pelas necessidades inerentes a economia portuguesa e brasileira, e, ainda, fortalecida pelas revoluções ocorridas na América espanhola (GARRIDO PIMENTA, 2010).

É possível entender que Evaristo da Veiga, por meio de seus escritos, acreditava na função comunicativa dos poetas em contribuir para formação de um entendimento sobre questões de organização política estabelecida até então. Estabeleceu uma diferenciação nas funções desempenhadas por poetas e médicos ao identificar na medicina uma maior valoração social. Disse que a produção de um poeta não o tornaria rico como um médico, mas teria como potencial desenvolver reflexões sobre a situação encontrada no Brasil e, ainda, poderia formar uma opinião que se tornaria pública. Os argumentos por meio de seus sonetos viram uma emergência do combate a discursos antiministeriais que passavam a fazer parte dos jornais. Veiga visualizava essas análises como forma de retomar entendimentos que viam como possibilidade para o Brasil, apenas o de ser colônia de Portugal. Para ele este parecia ser um tipo de discurso que nem devia fazer parte dos assuntos acolhidos pela assembleia (VEIGA, 1915).

Com efeito, nas produções de Evaristo da Veiga datadas de junho de 1823 em diante, o assunto Assembleia Constituinte e medidas tomadas por dom Pedro I ganham força. Em soneto escrito datado de 28 de junho de 1823, intitulado de “Sendo rejeitada a Proposta<sup>40</sup> contra os Europeus feita por Muniz Tavares n’Assembléia”, retratou a negação dada à proposta de naturalização de portugueses residentes no Brasil, que aqui desenvolviam suas atividades econômicas, apresentada por Francisco Muniz Tavares. Leiamos os versos.

---

<sup>39</sup> Cf. De Pradt (1817, s. p.), “Três coisas constituem principalmente a dependência das Colônias, a falta de população, sua juventude ou o que se poderia chamar de sua fraqueza, enfim, as espécies de sua população (colonos, indígenas, pessoas de cor). Enquanto a colônia for escassamente povoada, não muito extensa, não muito rica, dotada de pouca luz e meios para repelir um ataque, existe entre a colônia e a metrópole essa esperança de igualdade que constitui a submissão de alguém à em relação ao outro: daí a dependência. O destino de qualquer colônia é começar com a subjugação, fruto da infância; eles continuam com a juventude que é o desenvolvimento das faculdades; eles terminam com a virilidade que é a independência”.

<sup>40</sup> BR DFCD AC1823-A-3-1992 - Proposta do Sr. Deputado Francisco Muniz Tavares, sobre a Naturalização dos Portugueses, que existem no Brasil, e dos que vivem. *Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil 1823*. In: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados. (<https://arquivohistorico.camara.leg.br/atom/AC1823/A/AC1823-A-3-1992.pdf>).



Chusma feia de pálidos temores/Nossos irmãos da Europa  
 asselteavão,/ E já nuvens nos ânimos formavão/ Prenhes de raios,  
 tempestade, horrores,/ Mas quaes do Sol aos puros resplandores  
 Fogem do Ceo trevas, que todavão/ *Assim os vãos fantasmas  
 dissipavão/ Dos direitos do Povo os vingadores./* Contra o nosso Paiz  
 o Luso embora/ Barbara Tropa envie carniceira:/ A raiva desprezamos  
 oppressora:/ Soube a Nação ser livre, e justiceira,/ *E o Mundo aprenda  
 neste exemplo, agora/ A conhecer a gente Brasileira* (VEIGA, 1915,  
 p. 151; grifo nosso).

Os interesses lusos a cada momento passavam a ser discutidos como negativos ao desenvolvimento do Brasil e impeditivos para a sua efetiva independência.

Durante as discussões da Constituinte ficou manifesta a intenção da maioria dos deputados de limitar o sentido do liberalismo e de distingui-lo das reivindicações democratizantes. Todos se diziam liberais, mas ao mesmo tempo se confessavam antidemocratas e antirrevolucionários. As ideias revolucionárias provocavam desagrado entre os constituintes. A conciliação da liberdade com a ordem seria o preceito básico desses liberais, que se inspirava em Benjamim Constant e Jean Baptiste Say. Em outras palavras: conciliar a liberdade com a ordem existente, isto é, manter a estrutura escravista de produção, cercear as pretensões democratizantes (COSTA, 1977, p. 116).

Chama a atenção para as características da *gente brasileira*. Parece pretender destacar como diferente daquele pensamento característico do despotismo, afinal a necessidade era de definir aquilo que era próprio do Brasil. Porém, as pretensões de liberdade alarmadas, em particular, com a Revolução Francesa poderiam levar a caminhos não viáveis ao desenvolvimento e estruturação da nação brasileira.

Entre as temáticas utilizadas nos textos alusivos a datas comemorativas e de prestação de homenagens, Evaristo da Veiga destacou a saúde de dom Pedro I, o movimento denominado de restauração na Bahia; a saída do general Madeira por meio de fuga, ao perder batalhas com as tropas do monarca; a Inglaterra por intimidar tropas portuguesas que pretendiam vir ao Brasil. O período desses escritos circunda as datas de junho ao final de dezembro de 1823.

Essa configuração política que se desenvolveu com a organização e dissolução da Assembleia Constituinte trouxe interpretações diferenciadas em 1823. Souza (2015) observou que os trabalhos poéticos de Evaristo da Veiga receberam uma alteração, em particular, nesse ano. Os dados que pontua são de produção de 39 composições em

1821, de 32 em 1822, de 45 em 1823, de 12 em 1824, de 3 em 1825, de 5 em 1826 e de 18 em 1827. Essa diminuição na produção escrita de Evaristo após 1824 pode ser um reflexo de uma desilusão em torno dos contornos políticos que foram assumidos no Brasil ou um acirramento em torno do controle nas publicações.

### 1.3 Momentos controversos na política e a hora final

O excerto a seguir é de um texto que ao seu final tinha as abreviaturas N. S. — e com a seguinte identificação: *Do Chronista*<sup>41</sup> *idem*, fez parte do documento intitulado *Collecção de diversas peças relativas à morte do illustre Brasileiro Evaristo Ferreira da Veiga, para servir de continuidade ao folheto intitulado: Honras e saudades á memória de Evaristo da Veiga, tributadas pela sociedade Amante da Instrucção, em 12 de agosto de 1837*. Leiamos.

No dia 12 do corrente a huma hora da tarde pouco mais ou menos, depois de 7 dias de violenta febre deu o Sr. Evaristo a alma ao creador, e foi sepultado em S. Francisco de Paula, no dia 13 pelas 5 horas da tarde. Assim acabou a vida hum homem que ainda reunia em si os votos de grande parte da nação, em quem se depositavão tantas esperanças, na flor da idade, contando apenas 37 annos! (SOCIEDADE AMANTE DA INSTRUCÇÃO, 1837, s. p.).

O documento *Collecção...*, produzido pela Sociedade Amante da Instrução, no ano da morte de Evaristo da Veiga é revelador da importância política dele. A instituição foi criada em 1829, e nela Veiga atuou na presidência do conselho da Sociedade Amante da Instrução. O objetivo era oferecer ensinamentos gratuitos por padres, professores, médicos, advogados, desembargadores, conselheiros (GONDRA; SCHUELER; 2008). Veiga atuou na busca de oferecimento de cursos na área do direito e outros subsídios para educação elementar.

A marca política de Evaristo da Veiga no primeiro reinado e na regência foi demonstrada pelas produções de notas, textos, elegias e sonetos publicados em jornais como *O Diário do Rio de Janeiro* (13/5/1837), *Jornal do Commercio* (13/5/1837), o *Farol do Império* do Rio de Janeiro (13/5/1837), o *Correio Oficial* (19/5/ 1837), o *O Chronista* e outros. No *Jornal dos Debates* do Rio de Janeiro foram produzidas crônicas

---

<sup>41</sup> *O Chronistai*, Rio de Janeiro, 1836–8, 3º trimestre. Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital.

em que se lamentavam da perda de força de Evaristo da Veiga para estruturar a política no período regencial.

A morte e funeral foram noticiados aos leitores, como na descrição realizada no dia 13 de maio: “Hum Fluminense sobremaneira penalizado, com a irreparável perda, que sente o Brasil com a morte do Cidadão Evaristo Ferreira da Veiga; convida aos seus patrícios para assistirem ao funeral, e derramarem lágrimas de saudade sobre seu túmulo” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 13 maio 1837, p. 2). No dia 17 de maio de 1837, foi publicado um texto intitulado “Esboço cronológico”. Leiamos.

No dia 13 do corrente pelas cinco horas e meia da tarde foi sepultado na Igreja de S. Francisco de Paula o cidadão Evaristo Ferreira da Veiga [...]. Mais de sessenta seges com os principais personagens da corte, para isso convidadas, precedião o coche, que conduzia os despojos mortaes d’aquelle, que poucos dias antes vira-mos tão nédio, e nos parecera tão robusto! [...] Em verdade grande foi o concurso de cidadãos, que assistio o funeral. Assegurão-nos que 700 tochas não chegarão; e o que se fez mais notável foi, que ali se virão homens de todos os partidos; virão-se mesmo pessoas, que com o Sr. Evaristo tinham outr’ra tido graves contestações políticas. Agradou-nos este nobre esquecimento do passado: sim, que os ódios não devem profanar o túmulo (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 17 maio 1837, p. 2).

Nesse texto o autor explica que nunca foi amigo de Evaristo da Veiga, que nunca havia conversado com ele de perto, mas o avaliava pelos seus atos públicos. Disse que Evaristo havia cometido vários erros por suas opções políticas, pelas ideias que defendia em relação aos destinos país, mas afirmava que era um homem de bem, dado a colocar sempre os interesses do Brasil, acima de seus interesses pessoais.

Em texto intitulado “Necrologia” pertencente à *Collecção...*, a atenção dos leitores foi direcionada à atuação de Evaristo da Veiga no movimento da independência e em defesas da consolidação do Brasil como nação. Foi-lhe atribuído o conceito de *louvável* à sua forma de entender a constituição da nação brasileira. O autor foi enfático em dizer que o “Sr. Evaristo era influente na Câmara e que com seus textos jornalísticos marcou ideias disseminadas pelo Brasil todo”. Direcionaram-se aos leitores características da Veiga que se acreditava serem especiais. Transparece no texto uma admiração por ele por, mesmo sendo livreiro, participar da condução da política. A observação do autor mostra as dificuldades de participar do seletto grupo dos deputados e pode apontar os grupos que conseguiu participar, que o auxiliaram na entrada para a

política; e ainda nos recursos financeiros que sustentaram essa caminhada. Para o autor do texto, o interesse em continuar com a atividade de livreiro e não desempenhar funções burocráticas no governo foi escolha tácita de Veiga. Foi uma decisão que, de acordo com o autor, rendeu a Veiga muitas descrenças em méritos que podia alcançar como representante político.

Contudo, o autor da “Necrologia” ressaltou que a estratégia de Evaristo da Veiga acabou por lhe dar credibilidade e atrair a atenção dos cidadãos. Ressaltou que a briga travada por ele contra ideias de federação que se fortaleciam em 1830 lhe deram força para se mostrar útil à constitucionalidade e, desse modo, ao império. Em seu entender, Veiga queria ter “as províncias ligadas entre si e com a corte pelo laço da necessidade”. Daí a razão da luta desempenhada em sua atuação política: trabalhar pelo desenvolvimento de instituições que organizassem os setores sociais. Por essa razão, na compreensão do autor, a luta de Veiga se deu contra opiniões favoráveis à federação.

Outro ponto salientado foi para a queda da popularidade de Evaristo da Veiga a partir do fim de 1833. Essa queda em sua popularidade influenciou seu “estado de espírito” nos dias próximos à sua morte. Texto de *O Chronista* revelou que, nos grupos que administravam a política na regência, ocorreram erros e que Veiga, por ser influente nesses meios, “não se lançou nas linhas da oposição, logo que viu os desvarios administrativos”. Pelos indicativos, o autor se referia a todas as controvérsias surgidas no movimento político ocorrido na Abdicação de D. Pedro I, em 1831. No documento *Suspiro saudoso sobre o sepulcro do finado egrégio cidadão fluminense Evaristo Ferreira da Veiga*, Martins e Silva (1838, p. 29) reproduzem fala de Veiga — sem identificar fonte retirada — que merece ser lida aqui.

Por toda se deseja a federação e a reforma; todos a querem, e seria huma imprudência não ceder: combati-a em quanto não a julguei de voto geral; hoje he necessária, e pugno por Ella; faça-se, faça-se, mas a ordem e a tranquilidade presidão a tudo, a lei a sua própria alteração. Modifique-se o nosso pacto social, mas conserve-se a essência do systema adoptado; dê-se ás Províncias o que ellas precisão e lhes pode ser útil, mas conserve-se o Brazil unido, e não se affroxem demasiadamente os laços que o prendem a esta união; faça-se tudo quanto he preciso, mas evite-se a revolução. Isto he possível, isto espero que ainda se consiga.

Da forma que lemos, os autores reconheciam que Evaristo da Veiga analisou as circunstâncias de enfrentamento diferentemente quanto a pensar nos destinos do Brasil. Levaram políticos pró-afastamento do Brasil de causas revolucionárias que, de forma involuntária, se tornaram propulsores de medidas para tal fim. Medidas consideradas de grupos mais exaltados ao participarem<sup>42</sup> da representação realizada em abril e que teve o desfecho da abdicação, em 7 de abril de 1831. É importante observar que o primeiro período das regências foi considerado um momento de o liberalismo<sup>43</sup> moderado direcionar a parte maior das medidas políticas tomadas.

Evaristo da Veiga fez oposição a Pedro I nas medidas do que acreditava ser regressista. Ao defender ideias do grupo político moderado, se tornou o líder do grupo. Haja vista que surgiram projetos de nação naquele período, houve complexidade na política e no jogo de interesses disputados. Leiamos a seguir o que se disse sobre a posição de Evaristo da Veiga nesse jogo.

Reconhecido como líder do grupo moderado, em 1832, a trajetória política de Evaristo da Veiga é transpassada por uma manobra parlamentar que ficou conhecida como Golpe da Chácara da Floresta. Diante da não aprovação pelo Senado da resolução de demissão do tutor José Bonifácio e da conseguinte demissão do Ministro Feijó, por quem Evaristo nutria grande apreço, os liberais moderados planejaram o golpe. O objetivo era orquestrar uma crise política que consistia na demissão do Ministério e renúncia da Regência, transformando-se a Câmara em Assembleia Nacional, que votaria por aclamação a reforma constitucional, nos termos moderados (VIEIRA; MAZUCATO, 2019, p. 45).

---

<sup>42</sup> Vieira (2019, p. 42) fez uma importante observação sobre a participação de Evaristo nos acontecimentos do sete de abril. Destacou que no periódico de número 469, que foi publicado um dia após a abdicação de dom Pedro I, teve apenas duas páginas, com numeração 1979 e 1980, com uma justificativa por não estar com seu número completo. Nessa justificativa, Veiga disse: “As circunstâncias que a ninguém são desconhecidas necessitaram que se publicasse a Aurora de hoje só em meia folha de papel. Os Srs subscritores serão ressarcidos com a possível brevidade, e desculparam uma falta involuntária” (AURORA FLUMINENSE, 7 abr. 1831, p. 2.870).

<sup>43</sup> Liberalismo possui diferentes formas de definição que estão a depender de seu contexto histórico, político, econômico, social e cultural. “Liberalismo nos seus momentos mais válidos se constitui sempre uma resposta original aos desafios, sempre renovados, potencialmente absolutistas, lançados pela evolução política e pela mudança mundial: resposta mediante a qual o Liberalismo se apresentou como força dinâmica orientada para a manutenção dos equilíbrios existentes. Força dinâmica orientada para a valorização, em termos positivos, de todas as diferenciações que foram acontecendo na evolução cultural, política e social da Europa, rejeitando, desta forma, todo o ideal político de uniformidade, próprio do absolutismo. No início, foi proposto o ideal de liberdade religiosa, em seguida foi descoberta a função parlamentar dos partidos como expressão de grandes ideais políticos, enfim, foi detectada a função das associações como uma maneira de articulação da sociedade civil” (BOBBIO, 1998, 702).

Nos discursos da Câmara dos Deputados, uma intervenção feita por Evaristo da Veiga foi vista com pouco empenho ao que o debate da questão mereceria na visão dos homens que participavam daqueles acontecimentos. Isso fez com que os jornais que combatiam suas ideias e as do grupo moderado aumentassem seu combustível. As rejeições se ampliaram sobre o que representava a sua figura política. Evaristo retratou essa questão descrevendo a sessão ocorrida em 30 de julho na Câmara dos Deputados. Vejamos uma passagem do discurso.

Nós tínhamos dito folha de segunda-feira que a perplexidade e o susto erão grandes na cidade, com a notícia da dimissão de hum ministério que gozava em alto grau da confiança pública, e com o boato espalhado de que o partido restaurador pertendia neste momento assenhorar-se da autoridade; mas na segunda-feira, logo pela manhan, os terreros a expectação subirão ao maior auge, e produzirão numa crise que foi assustadora, e que não passou ainda, por mais que alguém o assevere. Reunida a Camara dos Deputados no dia 30 de Julho recebeu Ella huma mensagem da Regência em que lhe declarava que não achando entre os cidadãos de sua maior confiança, quem se resolvesse a aceitar a pasta de Ministro, dava perante a Assembleia Geral a sua dimissão. Soube-se que esta nova se espalharia pela população do Rio de Janeiro, e que os Juizes de Paz aterrados com a accephalia política do Estado, e com os receios de algum choque ensanguentadeo entre as diferentes facções, tinhão convidade a reunir-se nos lugares da parada da Guarda-Nacional, e que com effeito se executou. Declarou-se a Camara em sessão permanente, e huma Comissão Especial composta de 5 membros foi nomeada, a fim de interpor o seu parecer acerca da crise em que a pátria se achava. O número dos espectadores nas galerias foi extraordinário, e o pavor, o receio, a perplexidade se descrevião em todos os semblantes. Extrema era a curiosidade a respeito do resultado deste importante negócio, quando as 4 horas e meia da tarde, a Comissão apresentou o seu parecer que vai transcrito na serie dos documentos. Representantes que ahí com razão notarão huma medida extraordinária e fora dos limites traçados na Constituição do Estado. Todavia, a intriga e o espírito de partido tem caluminiado na voz commum as intenções e as ideias offerecidas pela Comissão; he falso que no seu parecer se incluísse votto algum em favor da República, como aos simples se tem feito acreditar (AURORA FLUMINENSE, 3 ago. 1832, p. 2.795).

Conforme lemos, é possível perceber preocupação com o descontentamento surgido ante os resultados obtidos com a emenda oferecida na sessão da Câmara dos Deputados. Na *Aurora Fluminense*, explicou-se que o nome de Pedro I foi citado, pois era autoridade máxima e que todo o respeito à monarquia constitucional havia se protegido na estratégia política. Explicou-se que a maioria dos oradores presentes se

pronunciou contra o parecer e alegou não ter poderes para integrar a Assembleia Nacional indicada no documento. Mencionou-se que uma das ideias surgidas por Carneiro Leão propôs encaminhar emenda ao voto da comissão especial para a regência sobre o perigo circundante e medidas legais para investir força legal no poder na busca de dissolver a Câmara e retirar o perigo rondando a retomada do poder restaurador. Explicou-se que houve um debate que se estendeu até as 23h; e que, como não houve resultados, foi continuado no dia 31 de julho. Houve protestos contra o ato político proposto, daí se fez um segundo parecer da comissão. Relataram-se protestos na cidade do Rio de Janeiro, com pedras sendo atiradas contra a casa do presidente da Câmara dos Deputados. Argumentou-se que, apesar de não ter alcançado os resultados pretendidos contra a iniciativa da demissão ocorrida, o perigo — tido como grande — era ficar à mercê de grupos que apoiavam o regresso de Pedro I; grupos que continuariam a atacar as iniciativas tomadas e tirariam a credibilidade de seu grupo político. Convém lermos a explicação a seguir.

Trata-se de organizar hum novo ministério, e sejão quais forem os homens de que se componha, o dever do cidadão honrado, do escriptor patriota, he esperar por seus actos, para os julgar, não precipitar cousa alguma, não chegar a mecha, a mina que pode rebentar debaixo de nossos pés; tratar antes de acalmar paixões, de esquecer odiosidades, e de se reunir se possível, em hum feixe commum a família Brasileira, sequisa desordem, de paz e de liberdade. O nosso caminho está pois traçado, nem nos será difficil seguil-o, porque não he por homens que peleiamos. O que temos procurado e procuraremos evitar com todas as nossas forças, he o retalhamento, e ruína de nosso bello paiz (AURORA FLUMINENSE, 3 ago. 1832, p. 2.796).

Ao que parece, Evaristo da Veiga achou melhor uma conduta menos enérgica, pois viu que seu grupo não conseguiria sustentar a proposta. Publicou os documentos pertencentes a esse debate na Câmara dos Deputados e que foram compostos por uma apresentação e dos pareceres. O primeiro documento foi uma espécie de carta com o título “Augustos, Dignissimos Senhores Representantes da Nação”, e os nomes Francisco Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Braulio Muniz ao final. O segundo foi o parecer com os nomes Francisco de Paula Araujo e Almeida, Gervazio Pires Ferreira, Manoel Odorico Mendes, Gabriel Mendes dos Santos, [Primeiro nome ilegível] Baptista de Oliveira. Um documento intitulado “Segundo parecer da comissão

especial ‘Augusta Câmara dos Deputados’, apresentado em 31 de julho de 1832. Ao fim, continha os nomes de Manoel Odorico Mendes, Gabriel Mendes dos Santos, Francisco de Paula Araujo, Gervazio Pires Ferreira. Há parecer com o nome de Carneiro Leão ao seu final. Consta na edição um documento intitulado “Representação dos juizes de paz. Augustos e digníssimos senhores representantes da nação”, com os nomes de João Silveira Pilar — juiz de paz suplente da freguesia de São José; Antonio Correa Picanço — juiz de paz suplente da freguesia de Santa Anna; Manuel Rodrigues Pereira da Cruz — juiz de paz suplente da freguesia do Sacramento; Luiz Francisco Braga — juiz de paz da freguesia da Candelaria; Manuel Teixeira da Costa e Silva — juiz de paz da freguesia de Santa Rita. Outro documento, com o título de “Representação da Guarda Nacional a Câmara dos Deputados” foi publicado e, conforme consta, teve assinatura dos oficiais dos batalhões da Guarda Nacional. Ainda se publicou uma mensagem dirigida à regência pela Câmara dos Deputados, com o nome de Miguel Calmon Du Pin e Almeida ao final, orador da comissão (AURORA FLUMINENSE, 3 ago. 1832).

Alguns dias após esse evento, Evaristo da Veiga disse, na *Aurora Fluminense*, que às vezes era preciso se afastar de premissas para evitar um mal maior à tranquilidade social (AURORA FLUMINENSE, 3 ago. 1832). Para ele, as mudanças sociais deviam ocorrer de modo pacífico, mesmo que fosse necessário mais tempo para conquistá-las. Isso destoava do que pensavam grupos políticos de atitude mais exaltada, pretensos a uma federalização. Assim, mesmo em oposição a dom Pedro I, Veiga apoiava a monarquia constitucional. Outra influência em seu modo de pensar foi o exemplo do movimento revolucionário ocorrido na França, além das guerras por independência nas colônias espanholas. A interpretação dele sobre a constituição era a garantia dos direitos de liberdade, sobretudo a liberdade de imprensa, e a possibilidade de instruir o povo, dentre outros.

Com efeito, como observaram Vieira e Mazucato (2019), a monarquia constitucional, para Evaristo da Veiga,<sup>44</sup> era o que daria condições de manter a ordem social. Em seu entender, o equilíbrio não derivava da superioridade intrínseca da estrutura política; mas da compatibilidade com costumes do povo e uso da liberdade para manter a ordem. Assim, a possibilidade de reformas para ampliar a liberdade nas ações políticas não significaria procurar por um sistema republicano. Não por acaso,

---

<sup>44</sup> Cf. texto da *Aurora Fluminense* de 17 de janeiro de 1831.



Veiga combatia essa forma de organização política para o Brasil. Em seu entender, o sistema representativo<sup>45</sup> e a possibilidade de oposição equilibrariam a tomada de posição organizativa pelos governantes.

Em 1832, uma crise no governo regente culminou no pedido de demissão de Diogo Antonio Feijó.<sup>46</sup> Foi um golpe duro para o grupo moderado. Ante o conflito de interesses políticos e contrariedades entre Feijó e José Bonifácio de Andrada,<sup>47</sup> a questão se projetou no Senado. Na sessão de 24 de julho de 1832, o marquês de Barbacena<sup>48</sup> disse: “No estado atual em que o Governo e o tutor se têm colocado um dois (Diogo Feijó ou José Bonifácio de Andrada e Silva) deve ser eliminado o quanto antes”. Na sessão do dia 26, foi rejeitada a destituição de Andrada do cargo de tutoria do futuro imperador por um voto (SOUZA, 2015, p. 208).

Essa menção se faz importante ao se observar um dos textos pertencentes ao documento que homenageava Evaristo, após a sua morte. Entre as menções honrosas presentes no documento *Collecção de diversas peças...* está uma publicação realizada no *Correio Oficial* do dia 22 de maio de 1837 para a coluna de “Necrologia”. O autor do texto explicou que a posição política que Evaristo assumiu junto ao grupo do

---

<sup>45</sup> A *Aurora Fluminense* de 12 de abril de 1828, n. 33. A citação foi utilizada por Lidiane Resende Vieira no livro *Evaristo* (2019, p. 59).

<sup>46</sup> Diogo Antonio Feijó encaminha Carta para a Regência em que fala dos resultados obtidos em torno da substituição do tutor de D. Pedro II, e comunica a oficialidade em seu pedido de demissão do Governo (SOUZA, 2015, 209).

<sup>47</sup> José Bonifácio de Andrada (1763-1838) “após os decretos das Cortes de Lisboa de Setembro de 1821, foi um dos mentores da representação paulista a D. Pedro, pedindo sua permanência no Brasil. Após o *Fico*, em função de sua posição social, dos serviços da Coroa, da experiência administrativa e do prestígio internacional que acumulara, o príncipe regente convidou-o para o cargo de ministro do Reino e dos Estrangeiros. Nessa posição, a intransigência das Cortes o levou a defender a autonomia política do país em que nascera, mas ainda no Manifesto aos Governos e às nações amigas, de 6 de agosto de 1822, quando a Independência já estava consumida, continuou a insistir na união das duas Coroas. Retornou ao país em 1829, reaproximando-se do soberano que, ao Abdicar, indicou-separa tutor de seu filho. De volta à cena política, no ambiente instável da regência, ligou-se inicialmente aos liberais, mas apoiando os chamados caramurus, adeptos da restauração de D. Pedro I” (VAINFAS, 2002, p. 425).

<sup>48</sup> Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (1772–1842) “Exerceu a função de agente diplomática em Londres a pedido de José Bonifácio de Andrada e Silva e em correspondências encaminhadas para a ele no Rio de Janeiro procurou negociar com o gabinete britânico o reconhecimento do Estado brasileiro antes do dia 7 de setembro de 1822. Foi criticado nos meandros políticos em prestações contas realizadas em 1826, acusações de se apropriar de comissões indevidas devido a serviços prestados. Foi ainda indicado pelo Imperador como *comando-em-chefe* na campanha da Cisplatina o que lhe rendeu críticas. Fez outras viagens a Europa a serviço do Império, como a que trouxe a futura Imperatriz D. Amélia de Leutchemberg, em 1829. Ocupou o cargo de Ministro da Fazenda nos anos finais da década de 1820” (VAINFAS, 2002, p. 270).

Regente Feijó<sup>49</sup> (1784–1843), fez com que não fosse mais ouvido na tribuna da Câmara dos Deputados. Ressaltou esse autor que mesmo após a morte de Evaristo da Veiga, por muitas vezes não foram compreendidas suas ideias sobre o modo que entendeu a sociedade naquele momento histórico. A esse respeito se constata que o grupo político de Evaristo da Veiga não havia entendido como viável a modificação na Constituição do Brasil até 1834, com a instituição do Ato Adicional.

Como retrataram Vieira e Mazucato (2019, p. 66) a “clássica filiação de Evaristo ao regime monárquico constitucional representativo foi acompanhada em toda a primeira fase pela defesa de um sistema unitário, rejeitando, por conseguinte, as concepções de federalismo”. O grande perigo que amedrontava o grupo Moderado era de que províncias ao assumir uma maior autonomia se tornassem repúblicas independentes, e, por esse motivo havia um entendimento em torno da necessidade da centralização. Dessa forma, Evaristo tornava essencial em seus textos falar dos costumes brasileiros, do modo de viver que não coadunava com uma organização federativa. Faz-se importante observar que esse período conturbado vivido por homens como Evaristo da Veiga podem ter recebido forças da politização que ocorria nas ruas. Essa observação foi realizada por Basile (2001, p. 80) ao afirmar que

É o momento em que a política se desvencilha da obscuridade dos corredores palacianos e dos estreitos círculos institucionais do poder para tornar-se de fato pública, enquanto expressão de uma nova cultura política, fundamentada nos valores liberais, e da emergência de uma incipiente, porém ativa esfera pública, onde se desenvolviam mecanismos informais de sociabilidade e de ação políticas. Os movimentos<sup>50</sup> contestatórios de rua eram, então, um desses mecanismos.

---

<sup>49</sup> Diogo Antônio Feijó é considerado como filósofo, sacerdote católico e estadista. Era adversário político de José Bonifácio de Andrada e Silva. Estudou por mãos de reverendo no Norte do Brasil. Não fora criado pelos pais e assim adotado por uma tia com 34 anos de idade mudou-se para São Paulo, em Itu. Abriu Escola de Filosofia Racional e Moral e era considerado um liberal. Teve influência ao emitir e participar do Movimento político organizado para participar da Junta Provincial para a eleição dos deputados às Cortes de Lisboa. Suas ideias liberais eram muito próximas a de Evaristo da Veiga. Foi Ministro da Justiça do Brasil de 1831 a 1832, Ministro dos Negócios do Império do Brasil e Administrador do Rio de Janeiro em 1832, Regente do Império em 1832, Presidente do Senado do Império de 1839 a 1840 (SOUZA, 2015, p. 231).

<sup>50</sup> Basile (2001, p. 79–80) disse que de 1831 a 1833 a capital do Império foi sacudida por pelo menos 10 diferentes movimentos de protestos e revolta. Ocorreram cinco em 1831 — Noites das Garrafadas, entre os dias 11 e 16 de março; a chamada revolução do 7 de abril que levou à abdicação do trono; a revolta do povo e da tropa, de 12 a 20 de julho; o distúrbio do Teatro de São Pedro de Alcântara, nos dias 28 e 29 de setembro; o levante dos marinheiros na Ilha das Cobras, em 6 de outubro. Em 1832 ocorreram quatro eventos como a revolta dos dias 3 e 17 de abril; manifestações de protesto dos dias 12 e 25 de setembro.

É importante observar que ocorreram medidas que levaram à descentralização do poder político, ou seja, medidas consideradas liberais. Com a abdicação de dom Pedro I, na Regência Trina Provisória foram escolhidos três regentes para representarem os grupos político. Dentre as mudanças ocorridas, houve reintegração do ministério dos brasileiros e anistia de presos políticos que tinham contrariedades com o governo de dom Pedro I, além de ter sido organizada uma lei regencial que restringia o poder dos regentes (Poder Moderador). Houve muita agitação política, com ameaças à unidade territorial. Houve redução do poder central — do poder moderador (VAINFAS, 2002). A Assembleia Legislativa começou a ter poderes políticos decisórios sobre algumas questões locais.

No período de Regência Trina Permanente (1831–4) na qual Diogo Antonio Feijó era Ministro da Justiça ocorreram diferenciados problemas, devido à questão de participação política dos grupos e suas lutas por participação política (Exaltados, Moderados, Restauradores). Houve medidas descentralizadoras que acabaram por aumentar o nível de poder de lideranças a nível local e provincial. Isso levou a necessidade de criação de forças que auxiliariam o exército, ou seja, milícias que eram formadas por voluntários ou homens comandados por latifundiários para manutenção da ordem em razão das revoltas daquele período, a chamada Guarda Nacional. Tem-se então a criação da Lei de 18 de agosto de 1831 de criação da Guarda Nacional. Houve uma redução das forças repressivas por conta do poder central e passam a mão dos grandes latifundiários (elite agrária — fazendeiros) que criavam as milícias por meio da compra de patentes de coronel (VAINFAS, 2002).

Ocorreu ainda a criação do Ato Adicional que promoveu alterações na constituição de 1824. Com essa lei de número 16, de 12 de agosto de 1834 medidas como a extinção do Conselho de Estado, a manutenção do Poder Moderador e do Senado Vitalício, a transformação dos Conselhos Gerais de Província em Assembleia Legislativa, Criação do Município Neutro da Corte, Transformação de Regência Trina em Regência Una. Estas emendas constitucionais procuraram retirar a carga

---

Em 1833 houve um distúrbio complicado no Rio de Janeiro em 16 de dezembro. Basile destacou que não foram apenas a agitação ocorrida nas províncias e as grandes revoltas ocorridas como: Cabanagem no Pará, Farroupilha no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Sabinada na Bahia, Balaiada no Maranhão e Piauí, o levante do Malês, na Bahia entre outros movimentos de menores proporções ocorridos, como os destacados na capital da Corte.

centralizadora de alguns poderes políticos que tinham sustentação na Constituição de 1824. Alguns poderes foram transferidos para localidades, ou seja, as Províncias. Estas não poderiam entrar em conflito com o poder central. Na primeira Regência Una o Regente foi Diogo Antonio Feijó que por suas ideias liberais entrou em conflitos com o entendimento político de determinadas lideranças agrárias. Feijó renuncia a regência em 1837 e isso acirra ainda mais os conflitos em torno do Ato Adicional. Quem assumiu o poder na Regência foi Araujo Lima que tinha uma tendência mais conservadora (VAINFAS, 2002, p. 624–5).

Evaristo da Veiga e muitos de seu grupo utilizaram habilidade para manter o governo da moderação por meio de ações políticas e passaram a ver algumas mudanças em na Constituição de 1824 como viáveis. Era necessário rever crenças sobre as ameaças atreladas à federação com o objetivo de equilibrar aquelas revoltas e, dessa forma, não perder a possibilidade de governar.<sup>51</sup> Esses acontecimentos políticos que motivaram as ações de Veiga e seu grupo político. Autores de menções honrosas a ele após a sua morte parecem demonstrar preocupação em evidenciar por que determinadas ações foram tomadas pelo político. Em elegia (poema aos mortos) oferecida para João Pedro da Veiga em homenagem à morte de Veiga e publicada pela tipografia de

---

<sup>51</sup> Na edição da *Aurora Fluminense* de 1º de agosto de 1834, Evaristo da Veiga disse: “Deve ser olhada uma epocha das mais importantes na vida do Estado, aquella em que um Povo altera consideravelmente as suas instituições, e instado por essa necessidade dos progressos que preside aos destinos da humanidade, ou desenvolve hum elemento político ainda acanhado em sua Constituição, ou dá nova fôrma á sua organização social. O Brazil, cujas Províncias, separadas ou por vastos desertos, ou por péssimos caminhos, ou por mares de difficil navegação, não podião obedecer à lei de huma centralização rigorosa, reclamava desde muito tempo mais amplo desenvolvimento do princípio federativo, consagrado pelo nosso Código fundamental, no artigo 71, e na instituição dos Conselhos Provinciaes. Estas reclamações, exprimidas algumas vezes, com azedume e exageração, outras vezes, pretexto de violência, para gênios díscolos que tinham em vista perturbar o paiz para os seus interesses particulares, bazeavão-se com tudo em verdadeiras precisões do povo, e não podião, sem perigo a injustiça deixar de ser attendidas pelos Legisladores, incumbidos da alta missão da reforma do Código Nacional. [...] no dia 29 de julho viu terminada a grande obra de reforma, não arrancada pelas armas ou pelos amotinadores, sim voltada pela maioria dos Representantes Brasileiros, segundo a sua convicção, segundo o que julgão ser o votto da população ilustrada. Os Conselhos geraes de provincia elevados elevados á cathegoria de Assembléias Legislativas, não dependerão mais em seus actos da tutela do Poder Central. [...] A Lei da propriedade, mal adequada as circumstâncias de cada provincia, á origem que tiveram pela maior parte dos nossos estabelecimentos ruraes, vai ficar sujeira a modificações que essas Assembléias entenderem convenientes, a fim de que , a pretexto de respeito á propriedade, se não esteja embaraçando, como hora succede, a execução dos mais vantajosos desígnios. [...] Determinou-se ainda, que as Assembleias provinciaes não possam legislar sobre impostos de importação, bem como que ao poder Legislativo geral fica o direito de interpretar a Lei da Reforma quando alguma dúvida sobre Ella sucite. E finalmente, o Poder Legislativo Geral tem sempre o jus de revogar os actos das Assembleias Provinciaes, logo que estas offendão a Constituição, os impostos geraes, os direitos de outras provincias, ou os tratados” (AURORA FLUMINENSE, 1º ago. 1834, p. 1–2).

Francisco de Paula Brito houve destaque a atuação política que em muito contribuiu para a política. Em uma das produções sobre a morte, um texto intitulado “Causas e circunstancias de sua morte prematura”, ao que parece no *Jornal dos Debates*, lamentou a passagem precoce. No texto, sem citar o escritor, se lê o que segue.

[...] o grande homem apparece quando deve apparecer, e morre quando nada mais tem que fazer [...]. Enganou-se com os homens; e de repente se vê abandonado; deixou de ser ouvido, suas ideias ficarão com elle, cahio seu renome, sua gloria nublou-se, e elle vio-se reduzido á huma mera individualidade. Vendo-se assim repellido e solitário, sua alma não desfaleceo, mas elle reconheceo a necessidade de retirar-se da capital, onde via cousas, que o magoavão, assim se expressou elle em huma carta dirigida a hum amigo, explicando o motivo desta repentina viagem a Minas (M., 1837, 15 jul. 1837, p. 83).

Da forma que lemos essa passagem e pela premissa dada, se elevou a importância de Evaristo da Veiga à de um “Franklin Brasileiro”. Tinha seu nome posto ao lado do de políticos de representatividade na história da América do Norte e da Europa nos anos iniciais do século XIX.

Com efeito, ainda seria publicado, no documento *Collecção...*, um texto divulgado nas edições<sup>52</sup> do *Jornal dos Debates*<sup>53</sup> de 20 de maio de 1837, na coluna “Necrologia”. No texto, intitulado “Evaristo Ferreira da Veiga”, o autor disse do bom senso de Veiga, de seu reconhecimento na obra *Revolução de 7 de abril*, publicada na Inglaterra. Destacou a palavra regeneração como algo que lhe marcou a vida e a atuação política; e tal marca se expressava até em ações, mesmo as não vistas como positivas pelo grupo que endossavam suas ideias. Tais ações fizeram com que Veiga se afastasse de sua rede de relações e, aos poucos, o incluíram em uma espécie de cancelamento dos meios de representatividade. Leiamos a seguir o que se disse no jornal.

---

<sup>52</sup> Foi publicado no *Jornal dos Debates* de 13 de maio de 1837, n. 4, um texto informando a morte de Evaristo da Veiga e as circunstâncias em que havia ocorrido.

<sup>53</sup> *Jornal dos Debates: Politicos e litterarios*. Na Hemeroteca da Biblioteca Nacional encontram-se arquivados publicações do Jornal na década de 1830, os anos de 1837 e 1838. As suas publicações eram compostas por números de edição e a paginação se dava em sequência a estes números.

Elle chegou pela firmeza do seu caráter independente, pela pureza de seus costumes públicos e privados, pela magnanimidade e elevação de suas ideias, a ser representante do seu país, e o interprete de suas necessidades; a gloria dessa posição brilhava em torno d'elle, e seu nome era conhecido em todo o Imperio. Enganou-se com os homens; e de repente se vê abandonado; deixou de ser ouvido, suas ideias ficarão com elle, cahio seu renome, sua gloria nublou-se, e elle vio-se reduzido à huma mera individualidade (JORNAL DOS DEBATES, 20 maio 1837, p. 22).

Outros textos do documento *Collecção...*, publicação da Sociedade Amante da Instrução, se deu atenção à atuação de Evaristo da Veiga em sua colaboração para que não ocorresse ruptura no pacto social. Os textos presumem que toda a política encaminhada antes e após a abdicação de dom Pedro I tivessem partido, em especial, da iniciativa de Veiga. Ainda houve destaque à angústia que o assolava nos tempos em que foi visitar os seus irmãos, em Minas Gerais. No entendimento do autor do texto, a angústia se originou no rompimento de Veiga com a política de Feijó, dadas as mudanças na conduta do regente em sua condução da política.

Com efeito, um dos motivos apontados para o mal súbito e a morte prematura de Evaristo da Veiga foi sua reunião com o regente após retornar de Minas Gerais. Teria havido dissabores, constrangimentos e desconfortos que desequilibraram seu estado emocional a tal ponto, que teria desencadeado uma inflamação do pericárdio (membrana que envolve o coração). Conforme expressa o autor do texto, a pericardite foi tão aguda, que a medicina não pode socorrê-lo. Em cartas de Veiga ao irmão João Pedro da época em que viajou para Minas Gerais, ou seja, fim de 1836, ele se referiu ao seu sobrepeso, o que pode ter criado condições para a inflamação levar à falência do órgão.

Outro texto, intitulado “Honras e saudades”, oferece um olhar sobre a importância política de Evaristo da Veiga no período em que atuou, seja no campo das decisões ou das relações com questões de instrução da opinião pública. Assinado pelo barão Homem de Mello, aponta para a existência de olhar diferenciado de Veiga para o trabalho e as possibilidades de exercê-lo. O documento salientou os dias finais de Veiga como de muita angústia. Consideremos o trecho seguinte.

*Um caráter grave e assustador começava de desenhar-se na phisionomia dos públicos negócios: Evaristo não pode contemplar de perto esse espetáculo afflictivo, que se desenrolava ante seus olhos; vio assustado o desvio da causa, que lhe custara tantos sacrificios, que elle esposara com todo o rigor entusiastico de suas crenças*

patrióticas; só para arredar dos olhos esse quadro de dor, retirou-se do Rio, e em 1837 a província de Minas recebia em seu seio o patriota desenganado. De volta à corte, o patriotismo lhe preparava uma das mais dolorosas. [...] O patriota devia quebrar as tradições, renegar o culto do passado, constituir-se em luta com o seu companheiro de outr’ora, o salvador da Monarquia de 1831 (MELO, 1862, 75; grifo nosso).

Como lemos, Evaristo da Veiga teria antevisto problemas da política brasileira e trabalho para combatê-lo; o que fez da tarefa algo complexo, pois exigia “quebrar as tradições”. Tarefa essa de consequências pesadas. Convém dizer que procuramos construir uma análise de Veiga na relação estabelecida como líder de grupo político — os moderados —, de seus projetos para consolidação de um modo de pensar a nacionalidade brasileira. Defendeu ações forjadas para atuar na cena política da Corte no Rio de Janeiro. Tais ideias se fortaleceram no período pós-independência e a regência. Veiga atuava em mais de uma instituição naquele período, demonstrando uma participação efetiva nas tentativas de mudanças na organização social e política daquele período. Um elenco de acontecimentos influenciou sua vida e deu sustentação a um modo específico de idealizar a nação brasileira e ações passíveis de serem desenvolvidas no âmbito da instrução pública. Essa atuação se deu não apenas ao defender projetos de professores para ensino, abertura de escolas, com incentivos à filantropia margeados pela Sociedade Amante da Instrução; mas também aqueles de foro particular. Havia incentivo para estas iniciativas que de algum modo propiciasse o desenvolvimento da instrução.

Com efeito, pensamos que relatos, comentários, opiniões, observações, descrições e caracterizações pós-morte de Veiga denotariam a relevância das ideias dele quanto a formar um caráter civilizatório específico no desenvolvimento da nacionalidade. Aí teriam entrado seus projetos de consolidar um modo de pensar na nacionalidade e de conceber ações para atuar na cena política da Corte. Desenha-se aí o perfil de Veiga aberto à análise de sua conduta como líder forte no grupo político denominado moderado. Tais ideias se fortaleceram antes da regência (1831–40) e após a independência; ou seja, quando foram se constituindo as instituições que dariam contornos à feição do país como império. Agente ativo em algumas delas — imprensa e política, por exemplo —, Veiga pôde ver o processo de mudança na organização social

e política segundo pontos de vista distintos e atuar de modo ter participação efetiva nelas.

Com efeito, Evaristo da Veiga se viu afetado pela palavra e ideia de liberdade; a ponto de se interessar em suas interpretações alinhadas nas possibilidades de se organizar a política e fazer o país se desenvolver. No momento de sua atuação política maior, havia a defesa de liberdade em campos diferentes de interpretação. Nesse sentido, se abre à leitura as observações de Luis Francisco da Veiga, expostas em *O primeiro reinado estudado á luz da sciencia ou revolução de 7 de abril de 1831 justificada pelo direito e pela história*. O autor afirmou que nada era casual na história daquele período. Leiamos a seguir um trecho do que se disse.

Abre D. João os portos do Brazil ao commercio directo estrangeiro, crea o Supremo conselho militar e de Justiça, o Real Archivo Militar, o Tribunal da Meza do Desembargo do Paço e da Consciencia e Ordens, a Academia de Marinha, a Caza de Supplicação, a Imprensa Regia, a Real Fabrica da Polvora, o Erario Regio, o Conselho da Fazenda, a Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação, o Banco Nacional, a Provedoria Mór da Saúde, a Meza do Despacho maritimo, um serviço regular de paquetes entre a Inglaterra e o Brazil, a Academia Real Militar, uma Junta Medico-Cirurgica, e, digno remate, por Carta Regia de 16 de Dezembro de 1815 eleva a exaurida e enfiltrada *Colonia á* categoria de *Reino*, de Portugal e Algarves. Fallecendo nesta Corte a rainha D. Maria, a 20 de Março de 1816, sóbe ao throno o Principe Regente, com o titulo de D. João VI; isto, porém, nenhuma alteração produz, porque elle já era de auctoridade desde 1799 (VEIGA, 1877, p. 33).

Da leitura da citação, destacamos o empenho em constituir uma estrutura administrativa completa e complexa, pois era o que demandava a formação de um reino, sobretudo quando esta foi um tanto accidental. A declaração de um reino do Brasil e de Portugal impôs um problema crucial para os anos pós-1822, processo histórico que seria vivenciado conscientemente por Evaristo da Veiga, ou seja, o interregno 1820–30. Foram-lhe caros entendimentos sobre o que era Estado, país e nação, pois ele presenciou o processo de (re)constituição de tais entes políticos. Fez-se necessário um ideal de pertencimento ao que se constituía como o Brasil no coletivo dos homens considerados de bem e edificantes na sociedade. Estes trariam uma mudança no cenário que se apresentava no Brasil pela intervenção em costumes e formas de entendimento de relações cotidianas no campo do comércio, na formulação de leis, na criação de



instituições etc. Para isso, a instrução foi necessidade posta, e a formação da opinião pública foi a chave que poderia abrir novos entendimentos sobre os rumos a serem dados ao Brasil. Não por acaso, o assunto instrução permeou a reflexão e o discurso de Veiga, sobretudo em faceta de jornalista, mas também no plenário como político de mandatos.

Com efeito, Evaristo da Veiga foi eleito deputado à Assembleia Geral por Minas Gerais. Atuou na legislatura 1830–3 e 1834–7. Foi eleito para o mandato 1838–41 pela província de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Veiga exerceu o cargo de deputado em 1830 na 3ª legislatura, de 3 de maio de 1834 a 31 de outubro de 1836. Foi reeleito para o exercício no período de 1837–40, no Rio de Janeiro, pela província de Minas Gerais (LIMA, 2002). No princípio de sua carreira política, em conjunto com outros homens atuou contra ideias que pretendiam retomar a organização baseada no sistema colonial; após 1831, estabeleceu articulação com governos regenciais e divergiu de políticas de grupos considerados exaltados e caramurus, além de ter se destacado na liderança do grupo político moderado.

Na atuação política de Veiga, Campanha, sul de Minas Gerais, foi sua base política principal. Ele obteve a sustentação especial de seus irmãos, que ali residiam e que, a partir da década de 1820, passaram a compor o cenário político local e provincial. Nesse sentido, investiram na imprensa, fundando periódicos de intenções políticas e que replicavam debates da *Aurora Fluminense*, jornal do Rio de Janeiro que Veiga passou a dirigir a partir de 1828.

## II

### EVARISTO E/EM SEU MEIO SOCIAL

**P**ara compreender a ambientação em que viveu Evaristo da Veiga e o que pensou em conteúdo e forma, procuramos observar acontecimentos que marcaram os diferentes âmbitos da sociedade. São documentos escritos por ele ou outros homens que retratam preocupações diferenciadas: no comércio, na instrução e no desenvolvimento de costumes como respeito ao voto e à representatividade, como o uso de leis para regular a convivência. Dentre os interesses políticos, havia os que estavam ligados a finanças e ao desenvolvimento, de modo o país de fato se efetivasse como nação. Em cartas escritas entre o fim de 1836 e os primeiros meses de 1837, Veiga demonstrou a deficiência em que permanecia a estrutura das estradas do Rio de Janeiro, mesmo com mudanças registradas pelo aumento da circulação comercial. Documentos escritos por ele no início da década de 1820 e nos anos 1830 expressaram preocupações existentes entre Brasil e Portugal relacionadas com a política que afetavam diretamente a questão econômica. Consideremos o trecho de carta a seguir.

Aqui estamos arranchados em um pouzo adiante de Bangú. Vamos bem e eu tenho me sentido melhor. Já andei duas léguas e meio a cavalo e no fim da feita fui um cavaleiro mestre. Amanhã pretendemos fazer mais sete léguas se não chover muito. Encontramos o Imperador, que ao que pareceu-me bem (VEIGA, 23 nov. 1836, s. p.).

Escrita ao irmão João Pedro da Veiga, residente no Rio de Janeiro, a carta de Evaristo da Veiga diz das estradas de Minas Gerais. Não por acaso, seu jornal, a *Aurora Fluminense*, em momentos variados destacou a importância de construir caminhos e pontos que ligassem o Rio de Janeiro a regiões interioranas, em particular Minas. Foram relatadas dificuldades enfrentadas por ele, sua esposa, suas filhas, seu irmão Lourenço Veiga — que residia em Campanha — e por todos que o acompanhavam na viagem. Veiga aludiu à necessidade de se mudarem estruturas já estabelecidas; e muitas eram as necessidades, muitas ligadas a angústias de seu tempo mesmo.

O tempo de Evaristo da Veiga foi de um movimento aparentemente único na história das monarquias. Não se tem registro de uma inversão tão radical quanto a que se operou com a fuga da família real de Lisboa, alvo de tropas de Napoleão Bonaparte, que chegaram à capital um dia após a partida da comitiva da Coroa portuguesa rumo à colônia. As consequências foram que o Brasil saiu da condição de colônia para se tornar sede do império, onde o Rio de Janeiro abrigaria a Corte. As consequências de tais mudanças no cenário político Europeu trouxeram interferências no Brasil (1808).

Dadas essas questões como matéria de reflexão do tempo de Veiga, a forma como foram pensadas, interpretadas e produzidas gerou opiniões como as dele. Tal personagem foi alguém que refletiu e, possivelmente, influenciou nas concepções do momento vivido em seus lugares de expressão. Se assim o for, então ele parece se alinhar no horizonte delineado por Bobbio (1998, p. 637) quanto a designar uma pessoa como intelectual. Fazer isso supõe ir além do apontamento de uma condição econômica ou profissional; supõe incluir o intelectual em dada posição, dado pensamento ideológico, ante certas contrariedades relativas à cultura ou à política.

Esta palavra [intelectual] provavelmente já estava em uso antes, em alguns círculos literários e políticos, mas seu registro de nascimento, isto é, sua oficialização, remonta ao célebre *Manifeste des intellectuels*, publicado no diário “Aurore” de 14 de janeiro de 1898. Este manifesto (o primeiro de uma longuíssima série) está, exatamente, assinado por escritores, críticos e estudiosos, tais como E. Zola, os dois Halévy, A. France, L. Blum e M. Proust e outros, os quais exigiam a revisão do processo Dreyfus. [...] Partindo deste duplo sentido do termo, a história do problema se configura como história da relação e da oposição entre *intelligenza* e Intelectuais, entre a formação e composição das classes cultas e a eficácia política da cultura.

Para estudiosos como Vieira (2011, p. 26), compreender a ação pública de intelectuais supõe entendê-los como sujeito coletivo marcado por contextos temporais e culturais diferenciados. Daí a relevância de elencar aspectos para compreender o intelectual como agente coletivo.

[...] no processo de formação da identidade social dos intelectuais, as diferenças de classe, etnia, nacionalidade, religião, profissão foram relativizadas em favor do encontro de horizontes e da comunhão de interesses desses agentes em torno de temas relacionados com os espaços acadêmicos, artísticos e literários. As regras de reconhecimento desse grupo social incluíam credenciais formais, como diplomas, títulos, mas as transcendiam ao enfatizar as habilidades retóricas textuais. Tratava-se do reconhecimento e autorreconhecimento da condição da distinção social que advinham do processo de formação, seja este resultante de estudos realizados e certificados pelas escolas em seus diferentes níveis, seja decorrente do autodidatismo (VIEIRA, 2011, p. 30–1).

Com efeito, essas considerações auxiliam no entendimento da gestação de um pensamento educacional específico. Ajudam em três aspectos: construção de um sentimento de pertencer ao estrato social entre as décadas de 1820 e 1830; envolvimento político com a sensação de cumprir dever social; desenvolvimento e propagação de um discurso que estabeleceu preocupações com as questões educacionais. Essa observação leva a pensar que a constituição de Evaristo da Veiga como homem que faria parte de um pensamento característico de um grupo passou por um conjunto de histórias do período inicial do século XIX. O seu seguimento geracional usufruiu de conquistas como liberdade maior na imprensa — apesar das perseguições. As primeiras letras tipográficas se fixaram como necessidade para aqueles que podiam acessá-las, a busca por uma liberdade maior em algumas atividades, alguns cargos governamentais passaram a ser ocupados fora das redes palacianas, conflitos de interesses econômicos que alteraram a direção governamental, dentre outras tantas ocorrências. Entende-se que os sujeitos são parte de uma estrutura e que, no exemplo de Veiga, foram ganhando um lugar daquele que aglutinava algumas ideias em suas práticas sociais, seus negócios financeiros, na cena política ou como jornalista. É um desafio identificá-lo na conjuntura de seu tempo histórico e compreender memórias construídas de ações e interpretações desenvolvidas no corpo social. Memórias e ações que foram

desempenhadas e que, em seu desenrolar, contribuíram para pensar nas necessidades da educação.

## 2.1 Entre economia e política, um percurso de vivências e aprendizagens

Quando o príncipe regente seguiu os conselhos de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, de receber o patrocínio da Inglaterra e vir para a colônia portuguesa, assegurou a dinastia e a integridade do reino. Posteriormente, quando Napoleão Bonaparte perdeu o poder, o que abalou seus domínios, interpretações divergentes surgiram sobre a forma de organização política, econômica e administrativa no Brasil. Esses acontecimentos influenciaram na conduta de organização da cidade do Rio de Janeiro; e, em conjunto, outros interferiram nas possibilidades de mudanças forjadas no campo político, econômico e cultural. Tais acontecimentos estavam atrelados a necessidades que trouxeram mudanças marcantes no início do século XIX. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, aos poucos ocorreu a remoção de estruturas já solidificadas durante o longo período de colonização que ditavam normas impostas na administração colonial. Para isso, é importante observar algumas alterações em um curto espaço de tempo nas determinações governamentais.

Em anos anteriores, houve expedição de um documento, datado de 2 de julho de 1800, pelo governo da metrópole ao delegado da província do Grão-Pará, com o intuito de proibir a vinda de Alexandre de Humboldt<sup>54</sup> a terras da América

---

<sup>54</sup> Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt - Alexandre von Humbolt (1769-1859) foi um geógrafo, naturalista e explorador nascido na Prússia, atual Alemanha. Foi o irmão mais jovem do ministro e linguista prussiano Wilhelm von Humboldt. De acordo com Helmut Andrã (1962, p. 2) “Os limites entre o Brasil e seus vizinhos ao norte e noroeste foram, em parte, fixados definitivamente apenas há 30 anos. Na época em que Humboldt explorou às regiões do Alto Rio Negro e do Alto Amazonas, as fronteiras entre os territórios das soberanias espanhola e portuguesa ainda não haviam sido estabelecidas. As fortificações avançadas às margens das principais vias fluviais tinham por finalidade acentuar direitos, não para serem consideradas guardas das fronteiras. Em sua expedição histórica, que o conduziu do Orinoco ao Rio Negro e dêste, via Cassiquiare, que une as duas torrentes, de retôrno ao Orinoco, Humboldt chegou à fortificação espanhola mais ao sul, às margens do Rio Negro, denominada San Filipe, situada em frente à povoação de San Carlos. Os portugueses haviam instalado, rio abaixo, às margens do Rio Negro, não muito distante dos espanhóis, seu pôsto militar mais ao norte, conhecido por São José dos Marabitanos. Seria ocioso perguntar, se em suas incursões pelos arredores de San Carlos Humboldt chegou a pisar terras hoje pertencentes ao Brasil. Considerou, em todo caso, a conveniência de seguir caminho mais simples, descendo pelo Rio Negro e pelo Amazonas, a fim de alcançar a costa. Desistiu, entretanto, de pôr em ação êsse projeto, visto que em San Carlos chamaram sua atenção, expressamente, para o fato de que, em virtude da situação tensa entre a Espanha e Portugal, qualquer forasteiro que

portuguesa. Existia um cuidado em não revelar as possibilidades de exploração existente em terras que faziam parte do império português. Era uma política de segregação que estava em vigência em Portugal com a procura de impedir o contato com o estrangeiro.

Porém, em 28 de janeiro de 1808, a carta régia<sup>55</sup> de abertura dos portos ao comércio direto estrangeiro tinha como necessidade uma maior abertura para a exportação de mercadorias estrangeiras procedentes de Lisboa e Porto. Com essa medida houve a ampliação das possibilidades para a vinda do imigrante ao território da América portuguesa. Conforme Renault (1969), a carta régia de janeiro foi um dos acontecimentos principais que marcaram o início do século XIX, ao se abrirem os portos ao comércio, sobretudo com Inglaterra. Na colônia existiam em torno de quatro milhões de habitantes, com a presença de uma economia de exportação estagnada, sem ligação administrativa ou política entre as capitanias (CARVALHO, 1998).

Com efeito, Faoro (2004) considerou que no último quartel do século XVIII ocorriam crises internas na colônia portuguesa que já denunciavam as mudanças que viriam; alerta que a exportação<sup>56</sup> caiu em termos absolutos e em termos per capita por efeitos originários do esgotamento da exploração nas minas de metais preciosos e de uma queda na exportação do açúcar. Leiamos os dados apontados por Faoro.

---

penetrasse em território brasileiro, sem permissão do governo português, seria recebido com desconfiança, expondo-se, conseqüentemente, a sérios riscos”.

<sup>55</sup> “[...] abre os portos ao comércio estrangeiro (28 de janeiro de 1808), isentando dos direitos de importação as mercadorias estrangeiras, procedentes de Lisboa e Porto, que tivessem pago o referido imposto (2 de janeiro de 1808) [...] a medida possibilita o advento do imigrante, que recebe depois a propriedade territorial para a exploração agrícola (25 de novembro de 1808), trazendo o primeiro surto comercial e industrial. A exportação do pau-brasil e os gêneros estancados eram exceção à medida. Nos aglomerados litorâneos despontam algumas oficinas: o comércio e a indústria abrem outras oportunidades ao trabalho” (RENAULT, 1969, p. 9).

<sup>56</sup> Nos dados apontados por Faoro (2004, p. 245) constam que “Em 1750 para uma população de 1.500.000 habitantes, a exportação alcançou 4.300.000 libras esterlinas, enquanto em 1800, numa população de 3.300.000, mal subiu a 3.500.000 libras esterlinas com o ponto mais baixo da década de 1780–1790. Esses dados se fixam, não obstante as vicissitudes do Haiti, cuja revolta arredou o perigoso concorrente do açúcar. A renda per capita teria caído de 30 libras ouro em 1600, para 3 em 1800. Um elemento abre todavia uma perspectiva: a participação percentual da exportação da renda interna, na altura de 80% em 1600, teria também caído, insinuando a moderada expansão, senão do mercado interno conjugado, pelos menos das unidades agrícolas”.

Isolamento, menos dependência do exterior, confinamento as autoridades do campo, este o caráter rural do começo do século XIX. O comércio fortemente vinculado ao estamento governamental, perde a absoluta supremacia nas fazendas. Ele se articula em antagonismo ao latifúndio, gravitando em torno da Metrópole, da qual depende para alimentá-lo de mercadorias e de crédito. Perde, de outro lado, a consciência hegemônica, com a chusma de comerciantes ingleses que, a partir de 1808, invade as cidades do litoral. As capitânicas centrifugamente voltadas para as unidades agrícolas, não logram engastar-se numa base homogênea de interesses, dispersas, além disso, nas conexões autônomas com o comércio europeu (FAORO, 2004, p. 248).

Faoro considerou que a existência de um grande volume de mão de obra concentrada em poder dos engenhos, fazendas ou minerações forçou alterações no sistema exportador para o setor de subsistência. As transformações que foram ocorrendo não puderam ocorrer de modo acelerado devido aos problemas com o crédito. Um ponto que considerou foram as proibições à criação de indústrias que existiram por um tempo e podem ter levado à restrição na organização de quadros internos do mundo rural. Um dado interessante observado por Faoro (2004, p. 245) foi a dificuldade encontrada por conta do fator geográfico; “as fazendas distantes do Rio de Janeiro, de Salvador e do Recife tenderam para um sistema autárquico, pressionadas pelas dificuldades de transporte”. Essas informações sobre o distanciamento entre locais e regiões apontam as dificuldades no comércio. Eis aí uma questão posta em debate por Evaristo da Veiga, em especial quando passou a ocupar a Câmara dos Deputados. A dificuldade na comunicação, no transporte e em pessoas que soubessem exercer funções como de torneiro, entalhador, litógrafo, sapateiro ou alguma arte entendida como profissões úteis para ocupação de determinados cargos foi uma das suas frentes de debate. A dificuldade de comunicação e de formação em profissões úteis de pessoas para ocupar certos cargos foi uma de suas frentes de luta.

Com efeito, há quem diga que em 1808 veio cerca de quinze mil pessoas com a família real,<sup>57</sup> e isso trouxe problemas de adequação e acomodação na cidade do Rio de Janeiro. As alterações sofridas em sua urbanização foram geradas da necessidade de criação de uma infraestrutura que modificou possibilidades de trabalho já existentes na

---

<sup>57</sup> Relação de pessoas que saíram de Portugal em companhia do Príncipe regente no dia 29 de novembro de 1807. IHBG, lata 490, pasta 29; ANRJ, fundo Negócios de Portugal, cód. 730 (BARATA, 2008). Barata realizou estudos sobre o número de tripulantes que embarcaram para a Colônia Portuguesa, os que pertenciam à Marinha e às pessoas que de fato se instalaram no Brasil.

cidade. Além desse aparato político-administrativo do Estado português, houve a instalação de instituições<sup>58</sup> destinadas a promover a ciência, a cultura nas tentativas de civilizar o novo local em que se estabeleceu a corte portuguesa (BASILE, 2001, p. 14). A questão habitacional se impôs com vigor ante a necessidade de acomodar todos os acompanhantes do príncipe regente. Nas observações de Luccock (1942, p. 68), a família real e aqueles que a acompanhavam atingiram as praias transatlânticas quase em situação de indigência, “destituída de tudo, exceto a honra; seus seguidores não se achavam em condições melhores, com suas propriedades saqueadas, seus cargos suprimidos, as fontes de suas pensões dessecadas e, muitos deles, literalmente sem teto”.

De 1808 até 1815 várias negociações permearam a opção da Inglaterra pela monarquia portuguesa. Uma delas era o escoamento de produtos estocados, dado o movimento de ocupação que ocorria naquele período no continente europeu. Tratados como o de 1810 possibilitavam custos menores aos comerciantes ingleses do que aos portugueses para trazer seus produtos para ao Brasil e comercializá-los. Leiamos a seguir tal ocorrência.

[...] resultados de tal política foram nefastos em Portugal. Sem condições de competir com os produtos ingleses no Brasil e perdendo a tradicional posição de entreposto comercial, o país entrou em crise excepcional. O movimento dos principais portos diminuiu bruscamente, o contrabando cresceu, desarticulou-se e a manufatura da balança de pagamentos inverteu-se em favor do Brasil. Invertiam-se, também, os papéis a serem desempenhados na economia luso-brasileira, pois o governo do Rio de Janeiro passaria a aconselhar o incremento da agricultura na porção europeia, uma vez que o centro comercial se deslocara para a América (BERBEL, 1999, p. 37).

Após a saída da Corte de Portugal o clima de insegurança, de perseguições, de prisões se instaurou e algumas propostas de organização política passaram a ser idealizadas. Nestes novos projetos surge a solicitação de reunião das Cortes que não ocorriam desde 1698. Esse caminho percorrido em Portugal foi solo fértil para o desenvolvimento do pensamento de base liberal, fomentado pelos jornais portugueses

---

<sup>58</sup> Biblioteca Real, Observatório Astronômico, Jardim Botânico, Imprensa Régia, Academia de Belas Artes, em 2013 a Academia Médico-cirúrgica no Rio de Janeiro, e, em 2015 foi criada na Bahia (BASILE, 2001, p. 15).



muitos destes jornais publicados em Londres (BERBEL, 1999). O reflexo desse movimento chegou por meio de notícias dos jornais que eram trazidos para o Brasil pelos viajantes. Com os jornais abriam-se possibilidades de leituras diferenciadas, possibilidades para apresentação de posições políticas diferenciadas.

As variadas novidades sobre a política em Portugal e de todo o desenvolvimento industrial em Londres passaram a chegar pelo jornal *Correio Brasiliense* (1808).<sup>59</sup> No relato de Garrido Pimenta é possível observar as principais ideias expressas pelo jornal. Vale a pena lermos.

O *Correio Brasiliense* expressava livremente as ideias de seu editor. Apologista do Livre-comércio entre a Europa e a América, defendia as relações do Brasil com a Inglaterra desde que não excluíssem o livre comércio com as demais potências e preservassem a Soberania de Portugal. Embora sempre argumentasse em prol da manutenção do sistema monárquico de governo e se afirmasse muito respeitosa com relação ao Rei de Portugal, seus Frequentes ataques ao Ministério e à administração portuguesa em vários pontos lhe valeu a censura em Portugal e no Brasil. Apesar da restrição, o *Correio* circulava abundantemente no Brasil e na Europa, penetrando com força até mesmo na América Hispânica. Esta, aliás, era amplamente contemplada nas páginas do *Correio*, que considerava seus assuntos, depois dos do Brasil e Portugal, merecedores de proximidade máxima (PIMENTA, 2005, p. 73–4).

Lustosa (2013, p. 8–13) partiu da hipótese de que o olhar construído por Hipólito da Costa<sup>60</sup> sobre o Brasil e seus encaminhamentos políticos se devia ao fato de não estar presente no Brasil, naquele período. Desse modo, o redator do *Correio Brasiliense* pela razão de não estar residindo no Brasil no início do século XIX esteve alheio aos conflitos que existiam entre as províncias. Seus estudos se estabeleceram por meio da documentação que lhe chegava às mãos e fornecia a estrutura para a escrita de seus

---

<sup>59</sup> Jornal *Correio Brasiliense* (1808–1822). A chegada da imprensa do Brasil pode ser indicada a partir de setembro de 1808.

<sup>60</sup> Hipólito José da Costa (1773-18) nasceu na Colônia de Sacramento (Uruguai), as margens do Rio Prata, em proximidade com Buenos Aires, um local de conflitos entre Portugal e Espanha. Estudou na Universidade de Coimbra, em Portugal, nos cursos de Direito, Filosofia e Matemática em 1798 viajou de Lisboa para os Estados Unidos e percorreu a sua região por aproximadamente dois anos, chegando até o México. Em sua estada em Londres, após se apoiar na Maçonaria esteve à frente do Jornal *Correio Brasiliense*, impresso em Londres, com circulação mensal, em 1808. E circulou até dezembro de 1822. Como destacou Rizzini, no livro *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, informou que ao lançar o *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário* esse foi o primeiro periódico brasileiro e o primeiro periódico português a ser posto em circulação livre de censura. Destacou o autor ainda em nota Hipólito chamava *Brasiliense* aqueles que nasceram no Brasil, de Brasileiro o português europeu e aos estrangeiros que aqui negociavam ou se estabeleciam, e, ainda de Brasileiro ao Índigena (RIZZINI, 1945, p. 8-12).

textos. Havia textos dispostos para leitura no Brasil e aqueles que tinham acesso poderiam obter conhecimentos ou formas diferenciadas de entendimentos da realidade que se apresentava.

Anúncios de jornais do Rio de Janeiro informavam a vinda de dom João VI e sobre como a instalação da Corte no Rio de Janeiro modificou a paisagem. Renault, na obra *O Rio antigo nos anúncios de jornais* (1808–1850) sintetizou por meio de acontecimentos específicos como a paisagem, a instrução pública, o comércio, a política, os costumes, as mudanças na vida política e econômica da Colônia. Tudo alterava. Em notícias divulgadas nos jornais à época observou reações políticas e da população sobre o tempo vivido.

A paisagem da vila se altera um pouco, com a construção de alguns prédios, onde predomina o “feio e forte” estilo colonial. A principal via da época é a Direita (Primeiro de Março), pois nela se situam a casa dos Governadores, a Alfândega, a Provedoria, mais tarde Caixa de Amortização e os Correios, o trapiche, as Igrejas Nossa Senhora do Carmo e Santa Cruz dos Militares. É uma rua características exóticas, onde o viajante pode encontrar o comércio variado, com uma população de escravos e brancos. Apesar de suas condições pouco higiênicas a vila é tida como o “berço dos velhos”. Nesse, e em parte do período que se segue e vai até a Independência, a construção civil acompanha os estilos em moda na metrópole, na Itália e na Espanha. A construção das casas de dois pavimentos faz com que a população desça à baixada e às praias. Segue-se então ‘longo trabalho de entulhamento das lagoas e dos pântanos que viciavam o clima da região’. A muralha do Castelo sobranceira á vila só vai desaparecer em 1811, mandada arrasar por sua Majestade. As ruas da Misericórdia, Carmo, São Pedro, Alfândega, do Rosário, do Cano (Sete de Setembro) e São José vão tomando forma e recebendo as primeiras construções (RENAULT, 1969, p. 7).

Para Evaristo da Veiga ainda um adolescente aquela paisagem se constituía como natural. Aos poucos a partir das vivências e relações estabelecidas constrói uma percepção para os problemas apresentados na organização da cidade do Rio de Janeiro. Da forma que lemos, são opiniões entusiasmadas com as mudanças. Havia visões de pessoas vindas de Portugal, junto à Corte em 1808, em períodos posteriores que não falavam bem das condições de vida no Brasil. Como as cartas nº 6 de 24 de outubro de

1811 emitidas por Luiz Joaquim dos Santos Marrocos<sup>61</sup> (1939, LVI, p. 24) aos seus familiares em Portugal.

[...] reflecta-se na qualidade da terra; por q.e havendo nella sempre hũa continua epidemia de moléstias pelos vapores crassos e corruptos do terreno, e humores pestiferos da negraria e escravatura, q.e aqui chega da Costa de Leste, contando-se cada anno desembarcarem neste porto 22\$000 pretos para cima : he além disto a grandeza desta Cidade de pouca extensão, e mui semelhante ahi ao Sitio de Alfama, ou, fazendo-lhe m. favor, ao Bairro Alto nos seus districtos mais porcós e immundos.

Marrocos (1939, p. 25) reclamava de seus problemas de saúde como uma “tosse infernal”, muita dor no peito atribuía a colônia portuguesa o infortúnio de estar doente. Assim, são emitidas opiniões desfavoráveis em relação ao clima do Brasil. Aqui, de acordo com Marrocos os remédios não conseguiam curar as doenças. Entre os remédios indicados pelos estavam a ingestão de “vinho quinado em jejum e não beber a água da terra sem a mistura da Genebra”.

Os ingleses que viviam no Brasil estranhavam e criticavam a falta de recursos, mas para aqueles que nunca haviam saído do Brasil como Evaristo da Veiga. Observa-se entusiasmo nos escritos que tematizam o desenvolvimento do Brasil como nas poesias, sonetos e outras produções de sua juventude. Em uma carta “número 08”, data de 29 de outubro de 1811, Marrocos (1939, s. p.) demonstrou se assustar com a violência existente por aqui e emitia duras opiniões aos parentes em Portugal. Leiamos uma passagem da missiva.

---

<sup>61</sup> Tudo indica que Luiz Joaquim dos Santos Marrocos fosse lisboeta; já era trintenário quando aqui aportou, porque justamente um ano depois completava o trigésimo primeiro, em 17 de Junho, como fez lembrar em uma de suas cartas à mana ; teria, portanto, nascido em igual dia e mês do ano de 1781 . De sua vida pregressa, ainda na metrópole, sabe-se que servia como ajudante das Reais Bibliotecas desde o ano de 1802, — Biblioteca Nacional, Secção de Manuscritos, C. 684-23. Por ocasião da invasão francesa em Portugal prestou serviços na secretaria da Junta de Direção Geral dos provimentos de boca para o Exército, encarregado de parte do registro das ordens da mesma Junta; com a criação das Legiões nacionais para a defesa de Lisboa, foi nomeado capitão de uma das companhias da Legião de seu distrito, — B. N-, Sec. Ms., C. 944-47. Havia sido estudante em Coimbra — lê-se em uma destas cartas; mas não se apura que tivesse concluído estudos superiores. Tinha, entretanto, uma ilustração geral apreciável, uma cultura de humanidades muito acima da comum craveira, como de seus escritos transparece.

[...] tem havido grandes recrutamentos, não só afim de augmentar os Regimento daqui, e socorrer os que forão para as fronteiras; mas para desbatar os muitos ladrões e matadores, que attacão sem medo algum: de Minas Geraes e outras Terras tem vindo aos 200 e mais e mais. [...] Tórno aqui a confirmar o que disse em outra a V. M.ce: por modo nenhum imagine a vir para aqui, pois esta Terra não tem ponta boa, por onde se lhe pegue. Eu não deixo nunca de a praguejar; e todos dahi clamão unanimemente: se estivessemos mais perto, fallaria eu mais claro. Athé he caridade avisar os nossos Amigos, para que se desvaneção de semelhante pertença.

Noutros termos, naquele momento, a quem vinha de fora do Brasil, os conflitos e problemas eram difíceis de serem enfrentados na cidade da Corte e, em especial, no interior. Isso porque se presenciavam acontecimentos como a insurreição nordestina de 1817, o processo de descolonização portuguesa, a penetração inglesa na economia brasileira, dentre outros que traziam instabilidade política (MOTA, 1972). Interesses conflitantes estavam presentes na Aristocracia rural nativa, entre mercadores portugueses, proprietários de escravizados e esta gente mesma. Entre a população livre e pobre tensões foram geradas. Províncias do Norte como Bahia, Pernambuco e Maranhão sofreram uma recessão<sup>62</sup> generalizada, e isso alimentou o movimento de 1817.<sup>63</sup> Essa recessão foi gestada, em particular, entre os anos 1812 e 1815, dada a flutuação nos preços dos gêneros principais exportados (MOTA, 1972, p. 2–14).

Considerar a amplidão destes e de outros fatos históricos do período pode facilitar a compreensão de estruturas já instaladas na área econômica que poderiam interferir nas decisões do campo administrativo. Em documentos referentes a processos de prisão dos revoltosos de 1817, em Pernambuco é possível perceber a contradição de interesses. Também em uma lei orgânica de 1817 discutida pelo conselho do governo.

---

<sup>62</sup> A segunda década do século assistiu à entrada no processo recessivo (anos base: 1812-1815). As cotações do açúcar Brasileiro na Bolsa de Amsterdã, bem como o preço do algodão, passaram a registrar tal ocorrência em termos globais: e, em particular, os preços do algodão e do açúcar nordestino indicavam a natureza da crise enfrentada pela ampla região polarizada por Recife; de fato se observava a cotação da produção algodoeira fornecida pelo *Correio Brasiliense*, de 1814 a 1821, verificar-se-á que o principal gênero de grande exportação daquela área sofreu queda sensível e permanente no mercado inglês (MOTA, 1972, p. 14).

<sup>63</sup> Para Mota (1972, p.68) no movimento revoltoso ocorrido em 1817 em Pernambuco não existe a simplificação de um interesse comum. Para o autor é importante perceber no caso da insurreição Pernambucana “[...] os descompassos existentes entre as diversas categorias sociais e as diversas regiões indicam o quanto estavam distantes os insurgentes de 1817 da unanimidade de opiniões quanto nos alvos a serem atingidos poderiam ser diferenciadas”.

Essa lei foi o primeiro ensaio de constituição do Brasil. Leiamos parte de seu preâmbulo.

[...] a soberania do povo, os direitos dos homens, fim e alvo dos sacrifícios sociais, garantia as liberdades de opinião, de imprensa e religiosa, embora reconhecesse como Religião do Estado a Católica Romana.[...] europeus naturalizados, aderentes ao partido da regeneração e liberdade, e aos estrangeiros que se naturalizassem o direito aos empregos e cargos da República. Era a primeira vez que se procurava garantir a todos os brasileiros estes direitos individuais proclamados pelo liberalismo, muito antes de ser adotada no Brasil (a 21 de abril de 1821) a Constituição Espanhola de 19 de março de 1812. A Lei Orgânica de março de 1817 é, assim, o primeiro ensaio de Constituição no Brasil, sete anos antes da primeira e única Constituição do Império (BRASIL, 1959, s. p.).

Nesses escritos<sup>64</sup> se observa a formação de opiniões que influenciaram ações pensadas que, desenvolvidas ou não, depois fomentavam o pensar de alguns grupos. Em um documento escrito pelo patriota Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, comandante das armas da comarca e se encontrava em poder do tabelião público Luís Bernardo de Brito, registrado em nove de maio de 1818, em Recife é possível entender as tentativas de mudanças em decisões governamentais estabelecidas. Disse aos patriotas do corpo municipal da vila da Atalaia que o patriotismo havia se inflamado nos corações daqueles homens e receberam o impulso de retirar o governo vigente. E, em sua visão, para que a anarquia não tomasse conta dos homens, foram criadas regras para o governo proporcionasse tranquilidade pública (BRASIL, 1959).

Essa efervescência provavelmente comentada por seus professores não deve ter passado despercebida aos habitantes do Rio de Janeiro. Pode-se pensar que tenha ouvido histórias de seu pai, Francisco Luis Saturnino da Veiga, sobre ideias de liberdade. Desde 1784, ele vivia ali, onde se dedicou aos estudos; de setembro de 1788

---

<sup>64</sup> Em um relato com data de 1º de abril de 1817, um escrivão chamado de Ferreira, da Vila do Recife escreveu que “[...] em casa da residência do Patriota Juiz Ordinário do Crime e Polícia Felipe Neri Ferreira onde eu Escrivão de seu cargo me achava, por êle me foi dito que do officio que recebera do Secretário do Governo Provisório, constava que no dia trinta de março passado em uma das esquinas da praça nova chamada da União apparecera um papel incendiário em que se inspiravam sentimentos opostos ao actual estado das coisas, e subversivos da autoridade soberana actualmente estabelecida e convocando os povos à rebelião; e procedendo a vistoria legalmente no dia de hoje constou que de fato se achara um *Edital* escrito em meia folha de papel e já atassalhado, mas ainda se divisavam muitos caracteres dispersos que não faziam combinação das palavras e outras palavras, que se puderam ler por diversas partes do corpo do mesmo *Edital*, que não concordavam em oração; e para vir no conhecimento do autor do mesmo *Edital*, do que verdadeiramente êle continha, e das pessoas que concorreram para êle ser afixado mandou fazer êste auto em que assinou” (BRASIL, 1959, p. 170 ).

até fins de 1789, esteve em Vila Rica (Ouro Preto) e pôde ter convivido com os inconfidentes. Essa convivência lhe rendeu a cópia das *Cartas chilenas*. Depois, em 1863, o filho de João Pedro da Veiga (irmão de Veiga), Luis Francisco da Veiga (1834–99) publicou os manuscritos, que encontrou nos arquivos familiares.

Esse laço com a escrita e com a leitura demonstrava vir da necessidade de sobrevivência. Outro dado a ser observado é de que nesse momento da história do Brasil, como ressaltou Carvalho (1998), os panfletos ajudaram a formar opiniões sobre formas de viver e a observar como o governo interferia nos interesses de grupos que foram se estabelecendo. Aos poucos, necessidades foram emergindo na organização colonial e acabavam por confrontar constituições já estabelecidas de longa data. Isso pode ter contribuído para gestar indagações sobre como os homens conseguiriam ou poderiam galgar postos diferenciados no comando das principais instituições sociais. Nas primeiras décadas do século XIX esse foi uma das questões que trouxeram contrariedades na política e, em especial, no período regencial. A força que se estabeleceu por meio de domínios no campo econômico, na produção rural, no comércio interferia no estabelecimento de leis criadas.

Na formação das elites<sup>65</sup> do Brasil, ainda colônia, certa estrutura se formou por meio de grupos que possuíam propriedades ou tinham ligações com proprietários de terras. Estes, senhores, galgavam posições de destaque na estrutura administrativa do Estado. Entre eles haviam as atividades agroexportadora, comercial e mineradora, que vão ser determinantes para tipos diversos de ações. Por seu turno, a ação desempenhada estabelecia a estratégia política a ser tomada, bem como os interesses definidos pela localidade onde estava instalado o grupo, que tinha formação cultural de destaque e

---

<sup>65</sup> Ronaldo Raemy Rangel, em 2013, defende a tese de doutoramento intitulado *A trajetória da sociedade amante da instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829–1876)*, pertencente à linha de pesquisa História Econômica do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Ele fez uma análise inicial sobre a organização social e aponta que desde a independência apresenta uma marca profunda de ambiguidade: olhar para a realidade da condição colonial e uma economia com estruturas no eixo mercantil-escravista, e ainda princípios liberais e humanistas que, no mínimo, permeavam inovações institucionais e jurídico-políticas. O autor, ao analisar a historiografia brasileira na temática sobre a construção do Estado e da nação, investigou estudos como de Sérgio Buarque de Holanda (*A herança colonial — sua desagregação*, 1976), Caio Prado Júnior, Ilmar de Mattos, Raimundo Faoro, José Murilo de Carvalho, Pedro Carosa. Rangel buscou investigar a partir das análises dos pesquisadores a subdivisão da elite brasileira em subgrupos, em que uma parte da elite imperial estava centrada nos esforços após a independência na consolidação do Estado Imperial brasileiro e na construção da nação, que se aproximava em objetivos para estruturar uma ordem civilizacional para o Brasil.

estabeleceu relações interpessoais com grupos de poder; tinham uma boa base econômica; dentre outros atributos. Conforme esclareceu Rangel (2013), eram características que conferiam heterogeneidade à elite imperial que se dividiu em subgrupos ou segmentos em momentos diferenciados. Parte da elite buscava a emancipação política do Brasil e a consolidação do Estado imperial brasileiro, outra priorizava construir uma elite peculiar, que se identificasse com o ideal de ordem e civilização. Havia homens livres que não tinham posses e ficavam excluídos por pertencimento a grupos sociais específicos. Isso gerou necessidades de encaminhamentos mais humanitários a esse contingente de pessoas, que configuravam um humanismo diferenciado do renascentista. Leiamos a explicação de Rangel.

*O humanismo para tal segmento da elite imperial, não esteve baseado nas ideias de renascimento, mas sim ligado a progressos orgânicos de sociedades que [...] desfrutavam de ganhos advindos da revolução industrial não só em termos de avanços tecnológicos e científicos, mas, e principalmente, das relações sociais que nelas emergiam e se consolidavam (RANGEL, 2013, p. 8).*

Nesse período, o campo econômico e o geográfico devem ser observados. Nas análises de Faoro (2004, p. 45), as atividades de fazendas distantes acabavam pressionando a preocupação com dificuldades afins aos meios e às vias de transporte.<sup>66</sup> Passou a se desenvolver cada vez mais um processo de autonomismo policultor, marcado por particularidades locais. Nas regiões como o então Norte da cana de açúcar sofreu a tradição exportadora; já nas fazendas de São Paulo a lavoura passou a tomar força de subsistência. “Os viajantes do começo do século XIX assinalam, nas fazendas próximas ao Rio de Janeiro a passagem progressiva da categoria de chácaras e quintas para a de grandes propriedades”.

Com efeito, a afirmação de Rangel (2013) leva ao jornal<sup>67</sup> mensal da Sociedade<sup>68</sup> Auxiliadora da Indústria Nacional e uma listagem de: inventos de

---

<sup>66</sup> Transporte em carros de boi, tropas de mulas, entre outros dessa ordem.

<sup>67</sup> O jornal *O auxiliar da indústria nacional* ou Colleção de memórias e noticias interessantes, aos fazendeiros, fabricantes, artistas e classes industriosas no Brazil, tanto originais como traduzidas das melhores obras que neste gênero de publicação nos Estados Unidos, França, Inglaterra, &C. Ano I.N.1 — 15 de janeiro de 1833.

<sup>68</sup> Na Sociedade Auxiliadora da Industria e Independência Nacional teve forte atuação no período regencial. Havia na pauta das reuniões a necessidade de criar caminhos e possibilidades de escoação de produtos. Essa temática esteve presente no jornal *Aurora Fluminense*.

máquinas, memórias sobre culturas, descobertas de plantas comestíveis, remédios para os cuidados com a saúde humana e dos animais, cozimento dos alimentos, melhoramento dos terrenos de cultivo, economia rural e outras. Essas memórias eram expostas e havia uma explicação se já eram patenteados e qual o nome de quem trouxe à luz o estudo. No quadro a seguir estão relacionadas inovações realizadas pelos estudos com base na leitura de notícias publicadas em 1833.

QUADRO 1. Inovações em estudos fundados na leitura de notícias publicadas em 1833

| MEMÓRIAS  |   |
|---|---|
| Estudos sobre culturas                                      | A cana para produção de açúcar, o tabáco, o chá, o Linho Canamo, a cochonilha, a bananeira, o cafeeiro, o girassol, a mandioca, o urucum, o milho, o trigo, entre outras.   |
| Estudos sobre a produção                                    | Adubo (estrume) para as plantas; para o aperfeiçoamento de pavios de velas; de sebos para fabricação de velas, sobre o tratamento de vacas para criação de bezerros; meios para conservar melhor a pele dos animais utilizadas na <i>lida</i> ; formas de conservar as batatas, fabricar a fécula da mandioca; fazer a gelatina a partir de ossos; instrumentos para eliminar as lesmas nos jardins.  |
| Estudos de elementos químicos                               | Manejos na agricultura; para melhorar a terra a ser utilizada nos viveiros; para conhecimento de métodos de análise das terras e cultura apropriada, entre outros.  |
| Estudos sobre novos métodos                                 | Para defumar toucinho e carne de porco; de produção de venenos para extinção de ratos; para produção de manteiga; para produção de remédio de enfermidades que acometiam as vacas de leite e cachorros; para o melhoramento de animais de raça (gado e cavalos); para produção de um novo pão, sobre a observação de ovos e de seu aproveitamento; sobre modos de realizar o manejo de locais como esgotos, pântanos e lagos de modo que não causassem doenças; para a fabricação de farinha de mandioca, para a produção de farinha de batata; conservação de vinhos, produção de águas especiais para limpeza de tecidos de algodão, lã, seda; para a produção de azeite; para a produção de botas em que a água não penetrasse; sobre a análise da terra; sobre produção de remédio que evitava a corrosão dos forros de cobre dos navios; sobre meios de purificar o ar no interior dos edifícios; meios para melhoramento do corte de couros; sobre a impermeabilidade de solas, entre outros. |
| Estudos empregados na saúde                                 | Sobre demonstrações dos prejuízos do sereno ao homem, métodos de cura de <i>Hidrofobia</i> , <i>métodos de curar a sarna dos carneiros</i>  |
| Exposição das vantagens das máquinas empregadas na produção | Máquina de ralar a mandioca   |

FONTE: dados de *O Auxiliador da Indústria Nacional* (15 jan. 1833) — elaboração: Alzenira Azevedo



Muitas dessas memórias eram estudos realizados no Brasil, outros na Europa e aqui chegavam. No elenco das novas notícias se deu destaque para a descoberta de espécies de abelhas próprias do Brasil (desconhecidas na Europa) que forneciam um mel especial. Outra memória esclarecia sobre uma planta chamada arracachá, que era comestível na América do Sul. Em outra houve destaque para uma árvore nativa chamada andaáçu,<sup>69</sup> de onde viriam diferentes proveitos para o homem, como a carpintaria. Continha nesse documento uma memória sobre os estrumes fósseis. Houve destaque sobre reuniões realizadas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sobre os abusos das derrubadas de árvores em lugares superiores a vales, sobre as queimadas. Esse discurso foi realizado por Januario da Cunha Barbosa, sócio e segundo secretário da sociedade no dia 7 de julho de 1833. Os prejuízos sobre meios de manejar a terra já eram observados. Cabe inferir nesse ponto que estava se constituindo um olhar para a necessidade de trazer conhecimento sobre manejos no espaço da produção agrícola.

O jornal *Auxiliador da Indústria Nacional* salientou as sociedades que foram organizadas e destacou que ao se estudar a natureza, desde a antiguidade, houve possibilidade de o homem ampliar “conhecimentos úteis” a seus iguais. Havia um apelo para que todos os literatos dos países estivessem unidos para vulgarizarem conhecimentos produzidos. Artistas (artífices, artesãos) que os criavam se esforçavam para aplicarem os conhecimentos de fato, em vez de deixá-los apenas no papel. Não faltaram nesse documento agradecimentos para a filosofia e seus estudos, bem como para o estabelecimento da Sociedade Fomentadora da Indústria em Paris, que serviu de modelo para outras nações (AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, 1833, p. 5); leiamos a seguir.

---

<sup>69</sup> *Joannesia princeps*; também “andá-assu”, “boleira” e “cotieira”. Está distribuída geograficamente como árvore nativa e endêmica do Brasil. Sua ocorrência se dá nos estados do PA, SE, BA, MG, SP, ES e RJ, em áreas de caatinga e mata atlântica. A madeira é considerada leve, muito porosa, macia ao corte. Daí sua utilização no fabrico de palitos de fósforo, celulose para papel, caixotes e construção de pequenas embarcações como canoas e jangadas. É usada na marcenaria, carpintaria e artesanatos. Seu uso medicinal ocorre pela extração de um óleo usado como purgativo e contra problemas no fígado. É utilizado ainda em tintas, vernizes, como lubrificante, na iluminação e na fabricação de sabão, como adubo. Os indígenas o utilizavam para passar no cabelo e misturavam a corantes naturais para fazer a pintura corporal (ANDA-ÇÚ, verbete, 2021).

Desgraçadamente não era isto assim em outros tempos; a Sciencia era perseguida, desprezada e opprimida; só as opiniões recebidas tinham o direito de vogar, e o autor de hum systema defeituoso era preferido ao mais sábio observador. Temia-se tudo o que poderia regular o raciocínio; e os partidários da ignorância, defensores implacáveis de todos os prejuízos, embebidos nas chimeras de todos os prejuízos, acreditavam cegamente o que elles haviam respeitado, e não ousavam por isso annunciar qualquer descoberta que os contrariasse, de tal sorte que por muito tempo só pareceu admirável o que fizeram os antigos.

Tais preocupações eram destacadas nas edições da *Aurora Fluminense*, que replicava trechos dos registros nas atas de reuniões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Houve empenho na criação de instrumentos para estabelecimento da ordem, da disciplina social, de orientação política, que foram divulgados em textos do jornal sobre a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Essa instituição foi instalada no Rio de Janeiro a 19 de maio de 1831, inspirada em sua congênere paulista e teve por iniciador Antônio Borges da Fonseca, o redator do jornal *O Republico*.<sup>70</sup>

No período 1831–5, por meio não só da *Aurora Fluminense*, como também da sociedade defensora, houve uma ação diária de defesa de interesses do grupo político moderador. Evaristo fazia parte do primeiro conselho, com José Bento Ferreira de Melo, Francisco de Paulo Araujo, Manoel Odorico Mendes, Antonio Pedro da Costa Ferreira, Candido Baptista de Oliveira, Gabriel Mendes dos Santos e Diego Feijó. Essa posição foi ocupada por Veiga ao longo da existência da instituição.

No ano de 1832, a sociedade defensora tentava passar a imagem de associação patriótica e não estritamente política, como forma de atrair quem não via com bons olhos as associações e organizações partidárias, compreendidas como facciosas (BASILE, 2004). Seu trunfo foram as representações à Câmara, ao governo, publicadas nos jornais do partido moderado, desde 1o de junho de 1831. Veiga foi o seu primeiro secretario. Em carta ao irmão João Pedro datada 2 de janeiro de 1837, ele expôs como as questões não só do campo político, mas econômicos presentes nessas ações

---

<sup>70</sup> O jornal *O Republico do Rio Janeiro* tem edições de 1830 a 1839 e de 1850 a 1859 no arquivo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Tinha como epígrafe: “Povos livres, lembrai-vos desta máxima — a liberdade pode-se adquirir: mas depois de perdida, não se pode recobrar”, do *Contrato social*, de Rousseau,

desempenhadas por seu grupo. Convém lermos a seguir uma passagem expressiva da carta.

Salve coisas problemáticas, não desgostei de que os Breves reduzidas a ficarem hum pouco mais breves. Segundo consta por aqui, nesses districtos da Terra tem ocorrido ultimamente violências , e que as mostram a necessidade de reprimir a ousadia de certos régulos que não conhecem a lei que não seja a da sua vontade. He pena que a par do [prospecto] material que tem produzida a plantação do café, cresça certa [sentença] que a frouxeza das leis e das authorities alimentam. A Sociedade defensora me dirigia uma felicitação que ão de aparecer em hum dos próximos números da Opinião Campanhense. Continuo a ser acolhido benignamente e acredito que em geral não tenho desagradado aos Campanhenses. Não comeci ainda as minhas digressões por fora da Villa e já o farei depois de passado o dia de Reis (VEIGA, 2 jan. 1837, s. p.).

Evaristo em uma carta de 23 de novembro de 1836 já havia comentado a administração de seus negócios, os empréstimos de livros, os jornais vindos da Inglaterra e os escritos nas províncias que faziam parte de sua livraria. Destacou que precisava continuar a enviar o *Jornal do Commercio* ao seu irmão Bernardo de modo a mostrar que os jornais da Corte chegavam até as províncias de modo frequente. Também falou sobre a sua participação na Sociedade Auxiliadora da Indústria. Ainda nessa carta demonstrou ironias ao comentar sobre a família denominada Breves. Isso poderia resultar de intrigas políticas. Pelas observações dos relatos do documento seu irmão o mantinha informado de tudo que ocorria na Corte na temporada que andou por Minas Gerais. Na carta ao irmão, Evaristo da Veiga se referiu a felicitações recebidas por ele da Sociedade Defensora da Independência e da Liberdade Nacional de Campanha dando conotações de seu prestígio político na região. Nessa sociedade seus irmãos Bernardo e Lourenço faziam parte. A homenagem seria futuramente estampada no jornal *Opinião Campanhense* de propriedade de seus irmãos.

Nos encaminhamentos dados por Evaristo da Veiga em relação à administração das localidades em que passava era de que a lei deveria ter relevância na regulação dos costumes, sejam políticos ou de convivência. Outro ponto relevante nesse documento foi a reclamação sobre as violências nas formas de conduzir os interesses individuais daqueles homens nas regiões que estava visitando. Era preciso em seu entender uma regulação para que as ações desenvolvidas em sociedade não seguissem apenas o crivo individual, mas observassem a regularidade que a lei impunha a todos. É importante

frisar que as peculiaridades de ações desenvolvidas por Evaristo e apontadas não foram entendimentos que partiram apenas de sua análise. Relatam-se tais acontecimentos na intenção de mostrar que as ações e análises de Evaristo estavam atreladas ou eram reprodução de outros homens com quem mantinha relações. Suas ações estavam ligadas ao fazer de outros homens e não resultavam de sua simples conduta e vontade.

Faoro (2004)<sup>71</sup> analisou indícios do homem público nos fins do século XVIII e início do século XIX. Convém lermos o considerou.

Liberalismo, na verdade, menos doutrinário do que justificador: os ricos e poderosos fazendeiros cuidam em diminuir o poder do rei e dos capitães-generais apenas para aumentar o próprio, numa nova partilha de governo, sem generalizar as classes pobres a participação política. Ocorre que, com a contração econômica do latifúndio, a terra e as conexões produtoras passam a adquirir maior importância, com a gravitação de categorias de pessoas sem terra em torno do proprietário. [...] o empresário, o senhor de engenho que, desde Duarte Coelho, impunha seu predomínio graças aos inventos da indústria de moagem de cana, com as lavouras cativas, converte-se no fazendeiro, estendidas as dependências para todas as culturas, que só ele comercializa e redistribui. [...] Na borda das cidades, a horticultura se expande, cultivada, sobretudo pelo imigrante português, disposto a usar as próprias mãos, ao contrário de seu compatriota de há dois séculos. [...] no Sul — São Paulo e Minas Gerais, Rio de Janeiro (algumas léguas longe da capital) — a reclusão fazendeira toma maior consistência, agravada pelo isolamento das estradas precárias. Só os escravos, as ferramentas agrícolas e os artigos de luxo, além do sal, vem de fora, num comércio cheio de entraves e retardamentos. Isolamento, menor dependência do exterior, confinamento às localidades do campo — este o caráter rural do começo do século XIX (FAORO, 2004, p. 247–8).

---

<sup>71</sup> “A corte, desligada da metrópole, reluta em aceitar a passiva submissão às manufaturas e ao comércio britânicos. Sente o capitalismo industrial, na plenitude de seu desenvolvimento, retirara do sistema político português todas as bases de poder. Admitido o ingresso da Grã-Bretanha, tolerado por força das circunstâncias com as tarifas privilegiadas de 1810, o controle da economia não será mais possível, reduzido o governo e mero cobrador de impostos. O conflito, travado em nome de duas ideologias, a mercantilista e a capitalista liberal, repousa, na verdade, no centro da própria estabilidade do domínio patrimonial do Estado. O comércio português e brasileiro advertem-se, desde logo, em representações dirigidas ao soberano, do risco causado aos seus interesses, risco que, dados os vínculos com a camada dirigente, acabarão ferindo a Coroa. [...] era necessário que o encerramento do período colonial não significasse o fim do sistema monárquico, com a emancipação econômica, emancipação sob o controle do estrangeiro mais rico. Duas medidas de envergadura firmariam as trincheiras de resistência: a criação do Banco do Brasil (12 de outubro de 1808) e a fundação da siderurgia nacional (10 de outubro de 1808). Outras providências completariam o edifício: a liberdade industrial, os melhoramentos urbanos e de transportes, o jardim botânico destinado ao transplante experimental de novas culturas, fábrica de pólvora, o arsenal de marinha (construção naval), a tipologia régia, a instituição do ensino superior militar e médico, etc.” (FAORO, 2004, p. 254).

O homem público que buscava defender interesses dos grupos que lhe davam sustentação política procurava influenciar em mudanças estabelecidas para o comércio. Nas décadas iniciais do século XIX, em função da decadência da produção aurífera e uma consolidação da agropecuária mineira, Minas Gerais passou a fornecer gêneros básicos à cidade do Rio de Janeiro. Além disso, alimentos produzidos em regiões como Nova Friburgo, Rio Bonito, Cantagalo, Macaé, Itaboraí, Saquarema, Macaú, Capivari, Maricá eram transportados para Corte, por meio de um Porto em Itaboraí (SANTOS, 1974). Uma das necessidades que se fortaleciam no campo econômico pelos grandes proprietários era a de se estabelecerem raízes no mercado consumidor para comercializar produtos.

De certo modo, essa busca por aumentar rendas abriu espaços tradicionais e conquistou poder de decisões no centro das operações dos negócios (LENHARO, 1993). Na *Aurora Fluminense* de 30 de maio de 1831, na coluna “Interior”, o primeiro artigo debate questões da ordem pública que colocavam em risco o governo da regência e pediam a dissolução da Câmara dos Deputados. Em meio aos assuntos políticos tratados sobre os conflitos inflamados com a abdicação de dom Pedro I, veio à baila o assunto da diferença entre os valores das moedas de cobre e os valores dos papéis emitidos pelo Banco do Brasil. Os papéis, de acordo com o redator do jornal, circulavam mais no Rio de Janeiro e eram desvalorizados, gerando prejuízos para os comerciantes. Ele associou a esse problema o aumento da carne bovina direcionando elevação do preço aos “carniceiros”. Alegava que o aumento do preço pelos fazendeiros se deu em razão de “flagelos da natureza [...] ocasionarão grave prejuízo aos fazendeiros e os forçarão a exigir maior somma por cada huma das rezes que remetem a capital”. Dito de outro modo, por ordem direta de problemas como o carrapato e as doenças parasitárias que desencadeava, os fazendeiros donos de grandes rebanhos eram os mais prejudicados em seus negócios no comércio da carne bovina no Rio de Janeiro.

Como observou Lenharo (1993) houve um esforço de setores de produção mineiros de se fixar no mercado carioca que acabou por se solidificar em meados do século XIX. Para isso estes setores de produção mineira procuravam escapar ao controle que existia sobre o corte da carne e desse modo, ter um acesso mais abrangente do mercado. Nas observações de Lenharo (1993), a posição da *Aurora Fluminense* diante

dos problemas relacionados com o abastecimento de carne no Rio de Janeiro era de compromisso político com o grupo moderado, de Evaristo da Veiga.

A elite que se fortaleceu naquele período não estava preocupada apenas com a modernização do país, mas ainda em descobrir caminhos de uma modernidade pretensa baseada em modelos já vistos e estabelecidos em relações econômicas em âmbitos políticos e administrativos. Em uma direção ampla, a modernidade referida seria aquele conjunto de ações que poderiam ser agilizadas por pessoas que atuavam no direcionamento da administração pública. Esse conjunto de ações que englobaria tal modernidade teria uma influência em grupos de pessoas, grupos de interesses por determinados indivíduos que trariam mudanças à execução de seus papéis na sociedade.

A análise que Faoro (2004) fez do campo econômico se referiu a peculiaridades locais como a cultura da cana-de-açúcar, que acabou se tornando produto da tradição exportadora; já nas fazendas de São Paulo a lavoura passou a tomar força com a cultura de subsistência, que levou ao desenvolvimento cada vez maior de um processo de autonomismo policultor. “Os viajantes do começo do século XIX assinalam, nas fazendas próximas ao Rio de Janeiro a passagem progressiva da categoria de chácaras e quintas para a de grandes propriedades”. O francês Saint-Hilaire (1974, p. 23–4) chamou de injusta a forma como eram distribuídas as terras no Brasil. Demonstrou indignação ao dizer que o rico negociante tinha protetores e assim conseguia uma vasta extensão de terras para doar aqueles de seu interesse. Depois, muitos faziam especulações das terras recebidas e, em troca, alguns serviços ao rei. Já os pobres, sem títulos, tinham como única opção solicitar ao rico dono de terras a possibilidade de arrendá-las. As culturas que desenvolviam era as que levavam poucos meses para colherem: milho e feijão, mas dificilmente café. Isso pela razão de a qualquer momento necessitar deixar as terras que não eram suas. Assim, poucos melhoramentos eram empregados nessa área de cultivo, devido à insegurança.

Essa exemplificação dá mostra dos problemas que ocorriam naquele período: os grupos políticos eram atravessados em suas decisões pela necessidade de encaminhar ações que os fortaleceriam. Essa ambiência gestou formas de pensar e agir, em particular a partir de 1808, com expansão do aparato administrativo, fiscal e militar. Foi preciso criar e ampliar redes de interesses burocráticos, mercantis e redefinir a geografia da soberania imperial. Nesse processo, passaram a se intensificarem tensões inter-

regionais que deram energia ao surgimento de rebeliões na segunda década do século XIX. Dentre tais agitações e conflitos, é possível apontar os anos de 1817, de 1824 e todo o movimento<sup>72</sup> de revoltas no período regencial (MENDES, 2010).

O olhar direcionado a alguns dos interesses presentes no grupo de Evaristo da Veiga revelam quais dessas necessidades eram suas inspirações de representação política. Sua militância jornalística pode ter contribuído para fortalecimento das estratégias políticas. Cabe pensarmos com Schwarcz, para quem a construção da nacionalidade foi desenvolvida ao longo do período imperial e esteve cercada de ocorrências que delimitavam os caminhos viáveis ao desenvolvimento. Leiamos a seguir o que disse.

Cercado de repúblicas por todos os lados, o modelo monárquico brasileiro contava, portanto com dificuldades adicionais para o seu reconhecimento: de um lado, o boicote das demais nações americanas; de outro, a difícil relação com países europeus (desconfiados da comunicação estreita que o estado imperial continuava mantendo com os países africanos e com o comércio negreiro). Mesmo após o reconhecimento inglês e português, parecia necessária a afirmação de uma imagem que distanciasse a monarquia brasileira da idéia de anarquia — associada às repúblicas americanas—, do “comércio de almas” e de um sistema escravocrata persistente, sobre o qual estruturavam a sociedade e as economias locais (SCHWARCZ, 2001, p. 57).

Também Dias (2005) alertou para análise que consideram que a historiografia brasileira no processo de separação política da metrópole (1822) não coincidiu com o da consolidação da unidade nacional (1840–50). Aponta que esse processo esteve longe de ser um movimento propriamente nacionalista ou revolucionário. Assim, para autora se faz necessária uma maior investigação no modo como foram afetadas. Convém lermos o trecho seguinte.

---

<sup>72</sup> Renault (1969, p. 8) observou que “[...] o desejo de emancipação trazido pelas ideias francesas motivou o arcadismo mineiro e a fundação das academias no ciclo mineiro. O fim do século XVIII já define a tendência das letras brasileiras de libertar-se de Portugal. A abertura dos portos significa também o deslocamento cultural. O reinado do café faz deslocar o eixo intelectual do centro para o litoral, isto é, para o Rio e São Paulo, aos quais se vem juntar Recife, trazido por outras influências. É o início do processo da nossa autonomia política e cultural, ou da chamada *Era Nacional da Literatura no Brasil*. Apesar de ser o Francês, por essa época considerado *língua de libertinos, ímpios e athêos* nos meados de 1808 são criadas cadeiras desses idiomas em algumas cidades das províncias”.

[...] as classes dominantes da colônia e os mecanismos internos inerentes ao processo de formação da nacionalidade brasileira. Ao perder o papel de intermediários no comércio do Brasil, restava aos comerciantes portugueses unirem-se as grandes famílias rurais e aos interesses de produção (DIAS, 2005, p. 11).

Dias (2005) reitera que atividades de transporte e comércio, a pressão inglesa para que o tráfico negreiro fosse abolido, tudo contribuiu para que interesses agrários entrassem em contradição com os do governo central. Para Evaristo da Veiga, essa questão apareceu em debates na *Aurora Fluminense*, em que via a iniciativa particular como possibilidade de alteração nesse quadro. Propôs em alguns momentos que fossem construídas pontes, como no sul de Minas ou Rio de Janeiro. Esse lugar, em especial, lhe era caro, em razão de gêneros comercializados para abastecimento da praça do Rio de Janeiro e, é claro, fazer parte dos interesses econômicos de sua família. Seria importante para os recursos daqueles que o apoiavam politicamente e traria desenvolvimento para o Brasil.

Em sua análise, Dias (2005) revelou que percepções impregnadas de uma visão europeia influenciaram a historiografia brasileira. Esse processo de construção historiográfica trouxe alguns vícios de interpretação que acabaram por impregnar uma visão fundamentada nos preceitos de liberdade Rousseau; isto é, uma visão do “colono quebrando grilhões do jugo da metrópole” ou de se assemelhar ao liberalismo e nacionalismo que ocorreram a partir da revolução burguesa. No Brasil, os que defendiam ideias liberais pertenciam às categorias rurais e seus clientes.

Para Bosi (1992, p. 195–7), a dissonância existente entre escravismo-liberalismo no Brasil para apresentar uma contradição real deveria ter uma equivalência no segundo termo com que ocorreu na revolução industrial europeia. O tipo de Liberalismo que se tornou ativo e desenvolto na Europa não foi assumido enquanto um entendimento dominante no pós independência. Explicou Bosi (1992,) que para entender uma ideologia vitoriosa nos núcleos que promoviam decisões no Brasil após a independência é preciso verificar o sistema interno em que se deu a evolução de grupos escravistas. Ressaltou que ao longo das crises da regência a definição do núcleo conservador se deu pela voz de líderes como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Araújo Lima e Honório Hermeto como Partido da Ordem. Também se estabeleceu fortemente esse grupo após a renúncia de Feijó em 1837.



A sua história e a de uma aliança estratégica, flexível mas tenaz, entre as oligarquias mais antigas do açúcar nordestinas e as mais novas do café do Vale do Paraíba, as firmas exportadoras, os traficantes negreiros, os parlamentos que lhe davam cobertura e o braço militar chamado sucessivas vezes, nos anos de 1839 e 40, para debelar surtos de facções que espocavam nas províncias. Ao radicalismo imponente desses grupos locais, opôs-se, desde o começo, o chamado Liberalismo Moderado, que exerceu de fato, o poder tanto na fase regencial quanto nos anos iniciais do segundo reinado. As divisões internas não tocaram sua unidade profunda na hora da ação (BOSI, 1992, p. 192).

As autoridades do período mesmo fazendo suas declarações ou discursos contrários a prática faziam vista grossa a pirataria que levava aos grandes deslocamentos de pessoas para serem escravizadas, que já era uma prática ilegal a partir de acordo feito com a Inglaterra em 1826 e uma lei criada no período Regencial em 1831. Como é possível perceber, o tráfico foi intenso e abasteceu os engenhos e fazendas com cerca de setecentas mil pessoas do continente africanos entre 1830 e 1850 (BOSI, 1992).

Costa (1977) endossa essa leitura ao constatar que o interesse das camadas senhoriais era de conquistar/garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa/judiciária. Contudo, Costa (1977) alerta que não havia a disposição de renúncias em torno da propriedade de gente escravizada. Assim, um dos limites do liberalismo brasileiro seria a instituição da escravidão; e isso foi observado em movimentos revolucionários ocorridos que levantaram o problema. A ideia de emancipação de cativos sempre era contida pela segurança do direito à propriedade. Desse modo, ideias de mudanças ou pensamentos revolucionários esbarravam no medo de revolta das populações escravizadas, como disse Costa, cujas palavras a seguir merecem ser lidas.

O comportamento dos revolucionários, com exceção de poucos, era freqüentemente elitista, racista e escravocrata. [...] Os revolucionários de 1817 apressaram-se em lançar uma proclamação garantindo o direito de propriedade dos escravos. [...] O horror às multidões e o receio de um levante de negros levaria essas elites a repelir as formas mais democráticas de governo e a temer qualquer mobilização de massa, encarando com simpatia a ideia de conquistar a Independência com a ajuda do Príncipe Regente (COSTA, 1977, p. 28).

Como verificou Bosi (1992, p. 197) na Câmara em 1827 houve contrariedades de nacionalistas em torno do Tratado anglo-brasileiro de 1826 que reivindicavam a impugnação. Representantes na Câmara alertavam que o Brasil havia sido forçado a assinar uma convenção que trouxera altos custos e invadia os assuntos internos do país.<sup>73</sup>

Observamos as relações de Evaristo da Veiga e sua família ante esse tipo de trabalho, contrário a ideais libertários impulsionados no Brasil, em particular no início do século XIX. É possível ver no inventário de Veiga a posse de escravos para funções cotidianas. Foi contabilizado um número de oito. Constam: um homem de 28 anos de idade, valor de 380,00 réis, uma menino de 6, no valor de 160,00, uma mulher de 22, no valor de 320,00, um homem de 27, no valor de 380,00, uma mulher de 27 anos no valor, uma mulher de 35 anos no valor de 350,00, uma criança do sexo feminino, no valor de 250, uma mulher de 18 anos, no valor de 280 réis (BR RJAN, RIO ZN 8532 M.442, f. 8-9).

Em textos da *Aurora Fluminense*, aparecem passagens afins ao medo da possibilidade de ocorrer movimentos como de São Domingos.<sup>74</sup> Vista por estudos sobre essa temática, a escravidão no Brasil era geradora de um mal-estar delicado por muitos. A situação das pessoas escravizadas na colônia portuguesa era assunto, em particular, dos viajantes que por aqui aportavam. O diário de Maria Graham<sup>75</sup> contém críticas

---

<sup>73</sup> Para ver uma discussão sobre o tema, ver Bethell (1976).

<sup>74</sup> Revolta de São Domingos (1791–1804) é o nome dado ao conflito ocorrido na colônia de Saint-Domingue, levando à eliminação da escravidão e à independência. Essa região se tornou uma República sob governo pessoas de origem africana. São das décadas finais do século XVIII os ideais da Revolução Francesa espalhados por outras áreas e que chegaram a regiões americanas, mais precisamente à ilha de São Domingos. “O impulso revolucionário chega à ilha de Domingos trazido da França pelo escravo liberto Vicent Ogé, que lidera um levante armado contra os brancos. A sublevação o leva à execução em 1791, porém, a morte do líder negro só serviu para insuflar os ânimos dos escravos e a Ilha explode em rebeliões, a adesão dos escravos ao movimento revolucionário foi massiva (SOARES; SILVA, 2006, p. 2). Popkin (2008) analisou as reações dos brancos que testemunharam pessoalmente a revolução do Haiti, de 1791 a 1804, e escreveram acerca de suas experiências. O autor explicou que os senhores de terra brancos (numericamente superados por seus escravos, na proporção de 12 por 1) eram extremamente brutais na exploração do trabalho escravo. A metade do açúcar e do café produzidos no mundo, em 1789, era de São Domingos. Com a eclosão do conflito pelas mãos dos trabalhadores escravos que os próprios brancos haviam trazido da África, instalou uma grande ameaça preservação da identidade branca.

<sup>75</sup> A viajante Maria Dundas Graham foi uma mulher de letras que nasceu na Inglaterra, em 1785. Filha e esposa de oficiais da Marinha Britânica, viajou por vários países e colônias, e escreveu livros de viagem, botânica, arte, história e contos infantis. Visitou o Brasil e o Chile em 1821, e durante sua viagem ao continente americano, a inglesa foi professora na embarcação, e ensinou aos tripulantes lições de geografia, astronomia, literatura e aritmética. Em sua segunda visita ao Brasil, aproximou-se da família imperial, em especial, da imperatriz Leopoldina, e se tornou professora da princesa Maria da Glória (GRAHAM, 1956).

severas à escravidão que aqui viu. Em seus relatos aparece seu susto em relação ao modo como os eram tratados os cativos e as exigências em relação a sua força para todo tipo de trabalho. Seu ataque a esse sistema é estritamente pelo seu aspecto cruel e desumano. Ao visitar a rua do Valongo, um mercado de escravos no Rio de Janeiro, relatou como era horroroso ver a situação em que se encontravam aquelas pessoas. Leiamos suas impressões.

Vi hoje o Val Longo. É o mercado de escravos do Rio. Quase todas as casas dessa longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rentes às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos (GRAHAM, 1956, p. 254).

Essa menção sobre a situação de escravizados — gente do continente africano e povos originários — intenciona observar a peculiaridade da luta pela liberdade, dos debates sobre questões liberais no Brasil. Na história brasileira sabe-se que em especial a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo de 1870 em diante houve uma concentração maior de lutas pela abolição da escravidão.

Ao se observar movimentos<sup>76</sup> nativistas e separatistas de décadas finais do século XVIII e iniciais do XIX, são percebidas configurações que vinham de longa data. Pode se constatar que fatos ocorridos após a independência, movimentos que influenciaram a abdicação de dom Pedro I foi gestado um movimento de criação de uma consciência nacional, em torno de variados interesses que beneficiariam grupos no

---

<sup>76</sup> José Murilo de Carvalho aponta três pontos que devem ser observados sobre a herança colonial no Brasil. O primeiro de que havia um poder metropolitano fraco, sem forças para exercer uma administração centralizada e por essa razão recorria para a cooperação do poder privado e a descentralização política e administrativa; em segundo o poder privado aqui existente era forte, mas oligárquico, e que tinha como base a grande propriedade de terra e na posse de escravos; em terceiro a colônia era uma ajuntamento de capitânicas sem uma ligação sólida entre si que acabam por entender o poder do rei como um nome a ser dado ao governo. Para o botânico francês Saint-Hilaire em suas viagens pelo Brasil no período da independência “cada Província tinha seu pequeno tesouro: elas mal se comunicavam entre si, muitas vezes ignoravam mesmo a existência umas das outras. Não havia no Brasil centro comum — era um círculo imenso cujos raios convergiam muito longe da circunferência (CARVALHO, 1998, p. 159).

Brasil. Pode-se citar aqui Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (barão Homem de Melo),<sup>77</sup> que ao biografar personalidades da política na obra *Esboços biographicos* fez referências a Evaristo da Veiga. Transparece uma interpretação de que Evaristo da Veiga, por meio do movimento de um coletivo de interesses, pôde influenciar ideias já estabelecidas na organização política. Leiamos Melo.

[...] diante das dificuldades da epocha, em meio das apreensões terríveis da restauração, seu patriotismo não desanimou. Em vez de ser arrastado pela revolução, conteve-a com denodo civismo, e afastou do horisonte de nossos destinos a ruína da pátria: reuniu os elementos de força e confiança em torno do governo legal, robusteceu a força da autoridade abalada, e salvou o paiz dos horrores da anharchia. Tão assignados serviços pela causa pública, enobrecidos por suas virtudes cívicas, asseguram-lhe uma preeminência decisiva na gerencia dos negócios públicos: era o oráculo do poder, quase arbitro da situação (MELO, 1862, p. 73).

Outro texto importante é o de Fhelix Pacheco, do Rio de Janeiro. Intitulado *O publicista da regencia*, é uma obra — monografia histórica — publicada em 1892. Convém lermos a seguir uma passagem do texto.

[...] na phase de nossa independencia o jovem Evaristo não foi uma testemunha impassível e fria dos acontecimentos. São do Dr Antonio Felix Martins as seguintes palavras: “Muitas vezes inspirado pelo ceo de sua Pátria, pelo aspecto de suas montanhas, pela sombra de suas mangueiras, pelo porte de suas palmeiras, pelo ruido das cascatas e sobre tudo pela aura vital com que as azas da liberdade a favorearam desferio versos dignos dos Gonzagas. Dos Caldas e dos Alvarengas, tão queridos das musas” (PACHECO, 1899, p. 34).

Nesse trecho citado da obra Evaristo da Veiga foi visto como aquele que tinha “verdadeiros” impulsos de patriotismo, os ímpetos de luta pelo entendia como o seria propicio para organização do Brasil, pela busca de uma autonomia, como também rompimento com ligações estabelecidas com Portugal. Essa percepção foi disseminada por aqueles que compactuavam com se interesses e queriam fazer solidificar aquela forma de pensar a organização da sociedade brasileira. Pacheco inclui um poema de

---

<sup>77</sup> Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (Barão Homem de Melo) – 1837- 1918. Presidiu a província de São Paulo em 1864, a do Ceará em 1865 a 1866, a do Rio Grande do Sul de 1867 a 1868 e a da Bahia em 1878 (MELO, 1862).

Veiga entendido como um dos mais antigos (16-12-1821) e é expressivo de seu de seu patriotismo.

Salve, de immensa luz Astro brilhante, /Que as condensadas trevas afugentas;/Tu que dos raios teus a força augmentas/Lá de tão longe ao torrão distante;/Na pomposa carreira e fulgurante /Fé no Brasil aos olhos apresentas/Esse, com que os Tyranos amedrantas,/Magestoso, lucífero semblante./Foi nestas regiões Americanas/Que dos Astros o Pae altares teve/Entre as simples gentes Indianas;/Eia: os nossos peitos se te eleve/Culto mais juro em aras não profanas.

A inspiração de Evaristo da Veiga ao escrever poesias sobre seus irmãos, amigos e do Brasil vinha de Horácio, Bocage e outros que fizeram parte do movimento literário da Academia de Belas Artes<sup>78</sup> de Lisboa. O movimento literário fora estimulado pelo marques de Pombal, em 1790. É possível perceber nos textos jornalísticos dele destaques de trechos de obras destes poetas.

Evaristo da Veiga demonstrava que estava atento aos acontecimentos na organização do Brasil. Isso porque, como já citado por outros pesquisadores, aos 21 anos de idade ele demonstrava uma mudança no modo de pensar e de entender o país. Depois, em textos dele na *Aurora Fluminense* destacou a importância de formação em funções chamadas de úteis para o desenvolvimento da sociedade. A temática do trabalho, da aprendizagem para o trabalho era elemento civilizador importante para a população das cidades. Ele reclamava do pouco respeito dos “fidalgos” pelos homens que desenvolviam as profissões comuns no comércio. Referia-se à importância do ensino elementar e da importância da disseminação do ensino mútuo. Em publicação da *Aurora Fluminense* no período em que Evaristo ainda era um colaborador na produção das redações e não o principal redator se lê uma crítica interessante feita a uma carta

---

<sup>78</sup> “Sua Fundação se deu em 1756 em Lisboa, devido a iniciativa de Antonio Dinis da Cruz e Silva e Manoel Nicolau Esteves Negrão para se formar uma Escola de bons ditames e de bons exemplos em matéria de eloquência e de poesia, que servisse de modelo aos mancebos estudiosos e difundisse por toda a nação o ardor de restaurar a antiga beleza destas esquecidas artes e o que dizem os Estatutos organizados por Cruz e Silva, que agrega a si o poeta Garção. [...] Sem o conhecimento dos modelos antigos era impossível, segundo julgavam, enriquecer as suas composições das infinitas belezas poéticas, que descobre a cada passo quem frequenta a lição dos Gregos e Latinos, Sófocles, Virgílio, Horácio, Terêncio, passaram a ser os ídolos de seus estudos”. Como sintetizou Mendes dos Remédios dela fizeram parte muitos poetas distintos como Bocage (Elmano Sadino), José Agostinho de Macedo (Elmiro Tagideo, Curvo Semedo (Belmiro Transtagano), Pato Muniz (Olino), França e Amaral, Pimentel Maldonado, Santos Silva, Lima Leitão, Maximiliano Torres, Santos Silva, Lima Leitão. (MENDES DOS REMÉDIOS, 1930, p. 426–7).

recebida. A dita carta era de um negociante seu conhecido foi reveladora dessas considerações. Leiamos o que dizia a edição da *Aurora Fluminense* de maio de 1827, na coluna Rio de Janeiro.

Para provar com hum exemplo mais alto desprezo, que os aristocratas fidalgos, ou afidalgados professão pelas classes indrustriosas, e especialmente pela do commercio, transladaremos uma carta, que Visconde de Santarem, Diplomata Portuguez, quando ainda Manuel Francisco de Barros, e residente no Rio de Janeiro, escreveu a certo negociante que teve o atrevimento de lhe pedir pagamento de huma dívida demorada: — Senhor...”A educação, que recebi não me permite entrar em trivolas discussões só próprias daqueles, cujas ideias acanhadas se limitão a comprar, e a vender, e esta resposta, que a sua carta merece. Quanto aos 64.000rs, resto total das contas, que tive com Vm. Amanhã por todo dia dia ficarão terminadas, e deverá passar ao meu criado o recibo geral, que me servira de documento, junto aos outros para provar, a mim mesmo o que me aconteceu na pasmosa ilusão, em que estive de Vm tinha outro modo de proceder. M. F.Barros”. Em que estima tinha o Excellentíssimo Visconde a Classe, de com o seu trabalho faz a riqueza do Estado, e que paga para a sustentação da Corte, e dos seus grandes dignitários! O triunfo dos ideais do século encarado praticamente, não é outra cousa, se não o triunfo das classes uteis, e industriosas, sobre os ociosos e proletários (AURORA FLUMINENSE, 21 maio 1827, p. 189).

Lemos a conotação de um pensamento de que a produção de riquezas para o Brasil precisava ser vista pela lógica dos que estavam ligados diretamente à atividade prática.<sup>79</sup> Essa importância social de contribuição para o desenvolvimento do Brasil deveria ser dada aos envolvidos diretamente na produção e comercialização de mercadorias. Não poderiam ficar restrita aos homens que possuíam títulos, cargos políticos em destaque, porque a riqueza se fazia na produção de serviços. A contribuição de Joaquim Manoel de Macedo,<sup>80</sup> deputado pelo partido liberal, em obra intitulada

---

<sup>79</sup> A referência a atividade prática não inclui o trabalho das pessoas escravizadas. Como disseram viajantes que passaram pelo Brasil, era um costume o forte preconceito com o trabalho manual. John Luccock, um comerciante inglês que esteve por 10 anos no Brasil, após a abertura dos portos por D. João VI por 10 anos podemos observar sua indignação. Disse Luccock (1975, 74) que: “No momento em que se retirava a minha bagagem de bordo, entendi de carregar nas minhas próprias mãos um bacamarte de baioneta envolvido numa capa de lã. Não tinha ido muito longe, quando um senhor inteiramente desconhecido para mim fez-me parar, pedindo-me que entregasse o que eu estava carregando a um dos servos, acrescentando que não era direito privar os pretos do seu ganha-pão e que isso fazendo eu incorreria em grave risco. Mais tarde ele se explicou, assegurando-me que até contra ofensas imaginárias gente das classes mais baixas às vezes exercia vinganças sérias”.

<sup>80</sup> “Os Ministros de Estado têm e devem ter filhotes para tudo, e em compensação a sua esterilidade em medidas úteis e de futuro, em matéria de filhotes não fecundos como porquinhos-da-índia. Há filhotes para a magistratura, filhotes para a marinha e para o exército, atiram com os direitos de antigüidade e das

*Memórias do sobrinho do meu tio*, escrita entre 1867 e 1868, deu mostras de que as observações realizadas por Evaristo da Veiga em seu tempo de atuação eram atuais décadas depois; mesmo que em outro contexto histórico. Esterilidade nas ações daqueles que recebiam e ocupavam cargos políticos, marinha, exército e poucas demandas serviam as necessidades do Brasil. Ocupavam cargos e por suas influências passavam a favorecer aqueles que tinham proximidade, deviam favores ou queriam aliciar para obter defesas de seus interesses. As críticas de Evaristo da Veiga — à semelhança das de Macedo, salvo algumas alterações — foi e é presente em jornais.

## 2.2 As intenções e ações

Ao se olhar para a dinâmica que marcou a história à época de Evaristo da Veiga, de imediato se pensa na formação acadêmica dele. Nessa caminhada Veiga pôde contar com mais possibilidades do que quem residia nas províncias do Norte, interior do Brasil. Em 1800 havia no Rio de Janeiro<sup>81</sup> duas livrarias e três seminários — de São José, de São Joaquim e o da Lapa; neles o acesso à instrução era com o nível primário e secundário, com predominância das aulas de filosofia, retórica, grega e latim. Foram criadas, em 1809, uma cadeira de Ciências Econômicas e uma de Anatomia do Hospital Militar da Corte, além de uma Escola de Comércio (RENAULT, 1969).

Assim, mesmo Evaristo da Veiga não tendo realizado estudos no exterior, as formas de comunicação do Rio de Janeiro interferiu de modo expressivo no acesso a informações sobre o Brasil. Na tabulação realizada por Basile (2004) sobre a formação do grupo político Moderado, Veiga aparece como um dos poucos que tinham se

---

proporções para os cantos de senzala do desprezo; há filhotes para repartições públicas, filhotes para deputados e mesmo filhotes de quarenta e mais anos no Senado, que ficam de improviso com o merecimento; que espanta e sabedoria que assombra; mas de que há somente testemunhas por ouvir dizer, e nem um só de vista: há filhotes para obras públicas, filhotes para subvenções do Estado, filhotes para a sinecura, ainda muitos outros, e finalmente, filhotes para passeios na Europa, que todos comem bons bocados excelente doce que abunda na mesa do orçamento, e que muitos ministros repartem com obsequiosa prodigalidade por suas poderosas e convincentes razões, primeiro porque não lhes custa nada, e não há (sic) coisa mais favorável que fazer favor com o alheio; segundo porque uma mão lava a outra e semelhantes favores rendem aos ministros, ou votos no Parlamento, ou apoio nas eleições [...] Ganha quem dá, e ganha o que recebe: quem segundo dizem, perde quase sempre no caso é o Estado; mas o Estado é um infeliz animal cego, surdo e mudo [...]” (MACEDO, 1995, p. 222–3).

<sup>81</sup> No quadro de avisos da *Gazeta do Rio de Janeiro* (4 out. 1809, p. 4) trazia a notícia que “2 de outubro abriu-se no Seminário São José desta Corte a Aula Régia da Língua Francesa: os que quiserem aprendê-la, tornando-se assim mais uteis a Pátria, procurem o digno professor, o Pe. Renato Pedro Boiret, morador na Rua do Cano, nº 13. Igualmente se faz público que o P João Baptista, ensinara satisfatoriamente geometria, no sobredito Seminário, onde reside”.

apropriado de conhecimentos pela leitura. A opção por uma formação educacional no Seminário São José no Rio de Janeiro nos cursos de Filosofia Moral e Racional foi consequência das pretensões de seu pai de que os estudos de Veiga fossem diferentes da aprendizagem de alguma técnica manual de trabalho.

Nos *Anais da Biblioteca Nacional* (BIBLIOTECA NACIONAL, 2014) se encontra um texto em que foram elencados títulos presentes nestas instituições de ensino; trata-se “A biblioteca do antigo Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro: inventário das obras que restaram”, escrito por Bruno Martins Boto Leite, trouxe informações sobre as bibliotecas dos Colégios da Companhia de Jesus consideradas grandes repositórios da alta cultura produzida na Europa referente às mais diversas áreas do saber. Tais bibliotecas, do ponto de vista cultural, poderiam ser entendidas como “Europas portáteis”, como centro de referência da cultura produzida e propalada no velho continente. “Nesses lugares, aqueles que buscavam o saber e a erudição encontravam a sua acolhida. Não eram reservados apenas aos alunos, padres e professores dos colégios, antes eram abertos a todos, sem nenhuma restrição” (BOTO LEITE, 2014, p. 257).

De acordo com o organizador do inventário, foram encontrados livros da área de direito e história natural. A incidência era de volumes de teologia, pois foram doados pelo marquês do Lavradio à diocese do Rio de Janeiro. A característica marcante nas obras eram que todas seguiam a dinâmica pedagógica dos colégios da Companhia de Jesus da Europa. Nos cursos de teologia dos colégios Jesuítas se ensinava gramática, retórica, dialética, filosofia moral e natural, matemática e teologia. Os autores escolhidos para os estudos de teologia eram obras de comentadores de Tomás de Aquino, Duns Scoto, São Boaventura, Santo Agostinho, entre outros. Tais estudos eram divididos em duas cadeiras, a de Teologia escolástica e de teologia positiva. O autor do inventário atesta que em meio às obras havia algumas que eram polêmicas para o período, como publicação do *Príncipe*, de Maquiavel (com as devidas correções). Esta foi uma proposta do cardeal Cesare Baronio entendido como problemático no interior da ortodoxia católica nas décadas finais do século XVIII. São demonstrações de que havia diferenciados interesses apresentados pelos padres jesuítas em seus estudos (BOTO LEITE, 2014).



O seminário onde estudou Evaristo da Veiga teve sua origem no século XVIII. Foi fundado em 5 de setembro de 1739, por dom Frei Antônio de Guadalupe, iniciando-se a construção do prédio a partir dessa data, numa grande chácara no morro do Castelo, nos fundos da Capela de Nossa Senhora da Ajuda, adquirida pela diocese pelo valor de 2 mil cruzados, do alferes Manuel Pereira. Por essa razão, o logradouro público passaria a ser denominado pela população como Ladeira do Seminário, constituindo-se em uma das três vias de acesso ao cume do monte. Em 3 de maio de 1740, dom Guadalupe deu os estatutos ao seminário, posteriormente reformados pelos prelados que o sucederam na administração. Para o sustento do estabelecimento, o prelado destinou perpetuamente ao seminário o rendimento dos bens pertencentes ao patrimônio da Capela de Nossa Senhora do Desterro, composto por várias casas de moradia e dinheiro a juros (SANTOS, 1974). Foi pela provisão régia de 27 de outubro de 1735, que o instituiu junto ao Seminário de São Joaquim, pelo bispo Frei Antônio de Guadalupe (1672–1740).

A diferença entre as duas instituições ocorria, em especial, pela formação fornecida. No Seminário São Joaquim — que teve como primeiro nome Seminário de São Pedro — observa-se em seus regulamentos a rigidez da ordem franciscana. Seu fundador foi o frei Guadalupe,<sup>82</sup> que com o emprego de uma legislação civil especial direcionava a formação aos órfãos e de preparação à vida religiosa. Recebiam-se aulas de doutrina cristã, gramática latina, música e cantochão;<sup>83</sup> a instrução oferecida no colégio<sup>84</sup> se valia de poucos recursos advindos da caridade pública. Os alunos, então, pediam esmolas e promoviam festividades católicas para angariarem recursos (ANDRADE, 1999). A instituição ficou mais direcionada a órfãos e esteve muito decadente dado o abandono pela Câmara Municipal. Devemos ler o que disse nesse sentido.

---

<sup>82</sup> D. Antonio de Guadalupe nasceu em 27 de setembro de 1672, em Portugal e morreu em 1750 em Portugal. Foi fundador do Seminário Episcopal de São José por meio da provisão de 3 de fevereiro de 1739 (WIKPÉDIA, 2021, on-line).

<sup>83</sup> Cantochão era um canto tradicional da Igreja católica, também chamado de canto gregoriano (FERNANDES; GUIMARÃES; LUFT, 1997).

<sup>84</sup> O Seminário de São Pedro, em 1813 recebeu a denominação Real Colégio de São Joaquim, porém foi extinto por ato de dom João VI, em cinco de janeiro de 1818, com a necessidade de aquartelar tropas portuguesas e acomodar a divisão de artífices recém-chegados. A decisão tomada em relação aos alunos foi de os que tinham vocação eclesiástica ficassem no Episcopal Seminário de São José; os demais seriam encaminhados ao corpo de artífices e engenheiros da divisão portuguesa, recebendo instrução para ofícios mecânicos (DÓRIA, 1937, p. 9–11).

Os arquivos de Municipalidade do Rio de Janeiro possuem uma grande quantidade de documentos que nos dão a conhecer os pormenores da longa luta da Câmara Municipal contra as fraudes e as malversões de que era o objeto o subsídio literário; ora se constata abusos permanentes no débito da carne fresca, ou são os fiscais que desviam os fundos recebidos; ora é o desleixo ou a convivência dos controladores do fisco que permitem o abate dos animais, sem a arrecadação do imposto. Numerosos conflitos surgiram e, mais uma vez, a Câmara Municipal precisou recorrer à intervenção das autoridades superiores para assegurar a exata observância da lei ou para que os novos agentes, encarregados do controle, fossem respeitados no exercício de suas funções (ALMEIDA, 2000, p. 38).

Conforme informou Almeida (2000), o governo resolveu ministrar um novo tipo de instrução, o secularizou e o converteu em uma escola profissional. Além de ter instrução primária, preparava para profissões como alfaiate, sapateiro, carpinteiro e marceneiro. O Seminário São José tinha formação clássica e foi onde Evaristo da Veiga obteve escolaridade média, com aulas régias de latim, inglês, retórica e poética e desviando de uma em atividades técnicas. Mesmo estudando em uma instituição de formação clássica, Veiga depois, em suas atuações por meio de discursos e textos na *Aurora Fluminense*, defendeu uma organização mais estruturada para formação técnica. Criticava o desprezo que existia pela realização de atividades mais simples, dado o “preconceito” com a questão do trabalho manual.<sup>85</sup> Explicou que muitos rapazes jamais teriam condições de receber uma formação literária.

O Seminário São José tinha uma formação clássica onde Evaristo da Veiga obteve escolaridade média com as aulas régias de latim, inglês, retórica e poética desviando de uma formação em ofícios mecânicos. Evaristo da Veiga mesmo estudando em uma instituição de formação clássica, posteriormente em suas atuações por meio de discursos e textos escritos para a *Aurora Fluminense* defendeu uma organização que desse mais possibilidades de formar mais meninos em ofícios como sapateiro, litógrafo, entre outros. Criticava o desprezo que existia em relação a realização de atividades mais simples, devido ao “preconceito” com a questão do trabalho manual. Explicou que muitos rapazes jamais teriam condições de receber uma formação literária devido a sua condição de vida. Nada impede que algum sujeito pudesse ajudá-lo a estudar se tivesse capacidade e condições de ajuda econômica.

---

<sup>85</sup> Para maiores estudos, ver Alfredo Rossi, *La nascita della scienza moderna in Europa*. Foi traduzido pela EdUSC, com o título *O nascimento da ciência moderna na Europa*.

Nesse sentido, essa era uma opção oportuna para desenvolvimento das “profissões industriosas” no Rio de Janeiro. O Seminário de São Joaquim, que propiciava tal tipo de formação, foi extinto no fim 1837, para dar lugar à criação do Colégio Pedro II, via decreto ministerial, em dezembro de 1837. Nesse mesmo ano — cabe lembrar —, morreu Evaristo da Veiga.

Com efeito, houve debate na sociedade do Rio de Janeiro quando a formação dada por essa instituição foi substituída pelo Colégio Pedro II, com intenções de uma formação clássica. Permeava as controvérsias, justamente, o argumento de privilegiar a criação de uma instituição que aumentava as possibilidades para quem queria oportunidades de formação mais clássica e literária e retirava uma instituição que atendia a necessidades de pessoas menos abastadas, inclusive órfãos (MOISES, 2007). Nesse ínterim, a *Aurora Fluminense*, cuja publicação foi parada em 1835, voltou a ser editada e publicada nos meses finais de 1837. Um dos primeiros debates que apareceram nos seus textos foi a extinção do Seminário de São Joaquim; em torno da qual houve discursos acalorados de Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro interino dos Negócios do Império, e do novo redator da *Aurora Fluminense*, que defendia ideias formuladas e expostas por Evaristo da Veiga nas edições do jornal *Aurora Fluminense* até o ano de 1835 (MOISES, 2007).

Veiga escreveu um texto intitulado “Caderno de metafísica”. Era um esforço em explicar a imortalidade da alma. Nesse sentido, pode dar demonstrações de uma formação filosófico-literária. Não foi possível identificar se é a tradução de algum material ou expressão de alguma análise de leituras que realizou sobre filosofia. Mas é possível verificar a tentativa do produtor da escrita em analisar assuntos que faziam parte dos estudos realizados em aulas ministradas naquele período. Leiamos uma passagem do escreveu Veiga.

Portanto exigindo os atributos divinos, que a alma seja immortal, e D<sup>1</sup> (Deos) não podendo obrar que he contrario aos seus atributos, segue se, que D<sup>1</sup> como autor da natureza não pode privar a alma humana da vida, da existência. Também da parte dos entes, que nos cercão não há razão que possa exigir a aniquilação da alma. Se houver razão, ou seria da parte de algum espírito, ou de algum corpo. Do corpo repugna, para que segundo os Materialistas o corpo não pode obrar, se não movendo phisicamente (abreviado) as partes (abreviado) dos objetos, segundo os mesmos, o espírito não pode ser tocado: logo os corpos não podem obrar sobre a alma de modo, que possão produzir a sua aniquilação, nenhum espírito tem força para

aniquilar a outro ente: pois a aniquilação é nessa (acepção) da conservação, logo só pode aniquilar aquelle, que pode conservar, só pode conservar o que pode crear, o que tem força infinita, a força infiniota não pode convir ao espírito, logo, nenhum espírito tem força de aniquilar. Logo a alma immortal (VEIGA, s. d.).

Com efeito, devemos frisar que Evaristo da Veiga não completou o seu curso de ensino secundário e que, em 1818, passou a trabalhar com seu pai. Nessa fase de sua vida, esteve presente no balcão de livros de sua livraria por cinco anos e onde teve “[...] feliz e proveitoso entreterimento a leitura reflectida de obras de filosofia, de escolhidos poetas, e sobre todas as dos encyclopedistas então ainda muito cultivadas” (ALMEIDA, 1961, p. 286). Sua vida diária passou a ser marcada por acontecimentos que confrontaram interesses portugueses e brasileiros nos anúncios oficiais ou extraoficiais. Isso porque os panfletos (manuscritos ou impressos), os jornais e a dinâmica de conversas, tudo passou a ser marcado pelas notícias. Um dos manifestos que se têm referência foi o *Inaugural das cortes de Lisboa*, que deu repercussão às intenções<sup>86</sup> de Portugal. Esses interesses portugueses evidenciados nas cortes produziram nos homens que viviam no Brasil a necessidade de entender a urgência em se posicionarem sobre a situação brasileira.

Entre as décadas de 1810 e 1820 ocorreram mudanças, tratados econômicos, decretos e outras ações deliberadas por dom João VI que afetaram a futura organização política do Brasil (MARTINS, 2007). É preciso observar que, com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, ocorreu fortalecimento da produção escrita, manuscrita e impressa. Opiniões emitidas nos periódicos passaram a ter caráter político, e não apenas noticioso em muitos casos. Em 1821, a adesão ao movimento liberal português pelas províncias do Grão-Pará, da Bahia e do Rio de Janeiro contou com abertura maior à imprensa. A revolução do Porto, em agosto de 1820, propiciou tal abertura. A imprensa pôde oportunizar iniciativas em prol de liberdade maior de expressão em espaços públicos; ruas, becos e largos, por exemplo, se tornaram lugares do embate discursivo pela oralidade, ao mesmo tempo a comunicação escrita de panfletos (manuscritos ou

---

<sup>86</sup> As práticas políticas e administrativas do período absolutista e sua forma de conduzir e influenciar as colônias portuguesas deram origem a embates e conflitos de interesses; especificamente no final do século XVIII, ganharam força com ideias iluministas. Em particular, a partir de 1808 o próprio pacto colonial entra em contradição em razão da abertura dos portos a “nações amigas”. Convém recordar que produtos portugueses passaram a ter taxas mais elevadas para entrada e venda no Brasil do que os da própria Inglaterra.

impressos) afixados em paredes e postes era lida em voz alta por algum letrado para que até os analfabetos soubessem do que se tratava (CARVALHO; NEVES; BASILE, 2012). Da forma que vemos, a imprensa abriu uma frente de trabalho remunerado e regular, com algum nível de rotina e de lida com tecnologia. Ou seja, pensamos que as oficinas tipográficas criaram uma demanda por profissionais específicos; exemplo são os compositores tipográficos e os impressores; mão de obra escassa num país afeito à oralidade e à manuscritura ocasional até 1808, sobretudo os primeiros, que eram os que passavam um original manuscrito para a escrita tipográfica.

É possível observar em documentos escritos por Evaristo da Veiga no início da década de 1820 as preocupações no campo político e econômico atrelados à relação Brasil-Portugal. No documento *Resposta a carta do Compadre de Belém*, motivado pela constatação da análise que um português fez do Brasil, Veiga fez uma crítica severa ao tom depreciativo e desdenhoso do autor ao se referir aos habitantes do Brasil. Assinada com o pseudônimo de O Estudante Constitucional, a carta foi escrita por Veiga em 1821, de acordo com Souza<sup>87</sup> (2015, p. 31). Esse autor afirmou que Basílio de Magalhães, outro pesquisador que abordou a vida de Veiga, deu garantias de que o documento foi escrito por Veiga. Magalhães foi contrário às afirmações de Alfredo Valle Cabral escritas em texto publicado pelos *Anais da Imprensa Nacional* do Rio de Janeiro, de 1808 a 1822. Foi ainda possível observar em textos compilados por Luis Vicente de Simoni, em 1837, resultante de honras fúnebres prestadas para Veiga a afirmação de que a carta foi sim escrita por ele.

Após a leitura de documentos como biografia (SOUZA, 2015), edições da *Aurora Fluminense*, cartas de Veiga para irmãos e amigos, seu “caderno de poesias”, os indícios mais sólidos são de que realmente foi Evaristo da Veiga quem redigiu a carta nominada *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo dos brasileiros ofendidos por varias asserções que escreveo na sua carta em resposta ao compadre de Belém pelo filho do compadre do Rio de Janeiro, que a offerece e dedica aos seus patricios*. No texto de Cabral publicado nos *Anais da Imprensa Nacional* do Rio de Janeiro de 1808 a 1822, ele considerou que a carta havia vindo à luz pelos punhos de Luiz Gonçalves dos Sanctos. Essa publicação foi feita em uma segunda edição,

---

<sup>87</sup> Souza (2015) citou que no *Jornal do Comércio* de 6 de junho de 1937 houve publicação de texto falando sobre esse assunto. Não tivemos acesso ao documento.

publicada em 1822. De acordo com Cabral, o manuscrito estava arquivado no Instituto Histórico do Brasil. Leiamos o que o autor afirmou literalmente.

Cheio da mais nobre indignação patriótica toma o p. m. Luiz Gonçalves a penna para responder aos mais insultantes apodos, que a arrogancia portugueza apoiada nos seus soldados podia cuspir contra os Brasileiros, e o principe então regente do Brazil o snr. d. Pedro. Foi este sacerdote o primeiro, que a prezença das baionetas dos satelites das Cortes de Lisboa não temeu pugnar pelos direitos imprescritiveis do Brazil. Este pequeno opusculo, pelo fogo que respira, ó a lava, que mana do volcão patriotico, que abraza o débil corpo deste brasileiro sábio e zeloso da dignidade da sua pátria contra as insidias e aífrontas do corifeo da revolução portuense de 24 de Agosto de 1820: revolução calculada, e toda dirigida contra o Brazil com apparencias de recuperar sua representação politica, que não havia perdido; porque dizia elle no Manifesto as nações « Portugal está reduzido a ser Colonia, da que foi outra hora sua Colonia». O p. m. convence (CABRAL, 1954, p. 2.015).

Além disso, Cabral explicou toda a luta do autor da carta em combater a ignorância expressa em textos de julgamento crítico sobre o Brasil. Com efeito, Luiz Vicente de Simoni publicou um texto — “Elogio de Evaristo Ferreira da Veiga” — em honrarias prestadas pela Sociedade Amante da Instrução em 1837, após a morte de Veiga. Convém lermos uma passagem do texto.

A primeira vez que Evaristo sahio a campo contra os inimigos de seu paiz, foi com a viseira do anonymo, afim de rebater os insultos lançados sobre os brasileiros por hum folheto\* impresso em Portugal com o titulo de cartas ao Compadre de Belém. Era o primeiro batimento das azas de huma águia, que ainda não se aventurava a sahir do ninho materno, e que não se lançou no vasto espaço dos ares senão depois de sentir-se com pennas mui crescidas e com azas mui robustas. Estranho á presumpção e cegueira da mocidade, Evaristo desconfiava de seus verdes annos e inexperiência, e antes de resolver-se a entrar na carreira de escriptor e homem publico, quiz que a virilidade com sua prudência temperasse seu fogo, e que hum longo estudo o habilitasse com grandes munições para o combate. Com tudo, cumpre dizer-lo, nos passos de sua primeira juventude houve mais calculo e mais acerto; talvez porque suas determinações sahião virgens de seu coração e de sua alma, ou porque a timidez de novato lhe servisse de freio, ou porque as circunstancias fossem menos complicadas e os ensejos menores (SIMONI, 1837, s. p.).

No documento escrito e encaminhado ao Compadre de Belém, Evaristo da Veiga — sob pseudônimo — demonstrou sua contradição ao que havia lido; ou seja, emitiu uma resposta ao que chamou de desagravo aos brasileiros. O longo título demonstra o teor do documento. Veiga enalteceu os homens e as regiões do Brasil. Fez questão de frisar que, por mais que tentassem manchar a imagem do brasileiro ou procurassem meios para que o Brasil voltasse a ser colônia, isso era impossível. Ressaltou que no Brasil que já havia se desenvolvido não seria permitida a retomada. A organização política e administrativa já estava organizada. Destacou Veiga que a carta tinha objetivos por alguém que almejava cargos políticos e por alguém que era contra a permanência da família real. A carta foi publicada no jornal *Astro da Lusitânia*.<sup>88</sup> O documento intitulado — *Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do compadre de Belem* — muito o incomodou. Portanto, cabe entendermos a cronologia e a cadeia de eventos afins a esses três documentos, ou seja, abordá-los segundo a ordem de produção pelos seus escritores.

Com efeito, o primeiro documento acessado foi a *Carta do compadre de Belém ao Redactor do Astro da Lusitania dada luz pelo compadre de Lisboa*. O escritor apresentou seu modo de pensar sobre decisões políticas que envolviam os destinos de Brasil e Portugal, por isso seria combatido por Veiga. Explicou que tinha a intenção de participar como deputado nas cortes de Lisboa e informou ao seu destinatário que não gostava de ficar acompanhando os periódicos publicados; porém, como tinha objetivos políticos, se fazia urgente “ganhar reputação de homem literato”. O autor da carta, publicada no jornal de 12 de dezembro de 1820, sabia que sua visibilidade social em Portugal se daria por meio da escrita, da promoção de opinião. Chegou a ironizar, em sua nota introdutória, que textos jornalísticos estavam tão em moda que um simples anúncio escrito já chamava a atenção do corpo social. Essa menção pode demonstrar a importância assumida pela escrita (periódica) naquele período.

---

<sup>88</sup> O *Astro da Lusitânia* foi compilado em seis volumes, com três pequenos livros de suplementos, nos arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa. A série A I vai do n. 1, de 30 de outubro de 1820, ao n. 357, de 5 de fevereiro de 1822, a série II se inicia com o n. 1, de 6 de fevereiro de 1822, e vai ao 262, de 31 de dezembro de 1822, e III começa no n. 1, de 2 de janeiro de 1823, e vai até o 80, de 15 de abril de 1823. A edição desse jornal finalizou com 698 números, após seu redator ter sido acusado e absolvido ante jurados (questões sobre a censura da imprensa). É importante lembrar que a censura na imprensa em Portugal foi reinstaurada pelo diploma de 6 de março de 1824, após o decreto de 12 de junho de 1823 (PINHEIRO, 2004).

Muitos são os pontos abordados ao longo da carta do português: passagens do *Astro da Lusitania*, motivos da revolução do Porto, razões que levaram a tentativas de mudanças na política e administração de Portugal. Para ele, o sistema<sup>89</sup> político estabelecido ao longo dos séculos em Portugal afetou o desenvolvimento de homens que comercializavam os produtos produzidos. O tal Compadre de Belém solicitou que seu compadre de Lisboa publicasse a carta no *Astro da Lusitania*, pois acreditava que apenas seu conhecimento do redator do jornal não seria suficiente para conseguir a publicação do documento. Assinou como Impostor Verdadeiro e colocou um recado ao final do texto: “A minha gota impede-me ser eu o portador, mas espero que V. m. não se descuide, porque tenho apetite de ver já o meu nome a correr por este mundo”.

Ao que parece, quando adotou o pseudônimo de O Estudante Constitucional na carta que escreveu, Evaristo da Veiga buscou se resguardar. Cremos que seus estudos estavam no calor da hora vivida ao pensar no Brasil organizado politicamente a partir de uma Constituição. Leiamos suas afirmações.

Huma produção infame parte da inveja e do ódio, que attaca o nosso Paiz, e os seus habitantes, merecia sem duvida ou o total desprezo, ou huma resposta convicente, que patenteasse ao mundo a ignorância, a malicia e a perversidade de seu Author, para confusão sua e escarmento de outros taes, como elle: com effeito tomaria o primeiro partido, como mais prudente e generoso, se não attender, que o silencio, nestes casos, He mais prejudicial, do que saudável, e proveitoso, pois se já tivesse havido, quem respondesse a memória impressa no Investigador nº 84 de junho de 1818, cujo Author tomou a seu cargo, deprimir o Brazil até chegar a exclamar raivosamente = os Céus tivessem, não duvido dizê-lo, os Céus tivessem permitido que na Aclamação do Senhor D. João Quarto, o Brazil ou tivesse se restado por Castela, ou sido conquista da Holanda, ou ocorrido outra fortuna (O ESTUDANTE CONSTITUCIONAL, 1821, s. p.).

---

<sup>89</sup> “Sou perfeitamente da sua opinião sobre o tempo perdido. Estes Governadores, meu Amigo, não tem feito nada — Os povos não sabem com effeito pela pratica o bem que lhes resulta da nova ordem de cousas, e o seu argumento dos habitantes de Alcobaça, e de Thomar, dos campos de Coimbra, e outros, não tem resposta. A que propósito em verdade, devem estes desgraçados estar pagando ainda direitos dominicaes das terras que lavrão? Que nos importa que taes direitos fossem adquiridos por títulos capazes de transferir domínio, e propriedades, e o direito da propriedade seja a base do edificio social? Essa base era edificio velho, e nós voltamos ao estado da natureza: ao menos eu nesse estado vejo muita gente — Semear hum, e outro colher he abuso, e hum quanto mais velho He, mais necessidade há de o emendar — Lavre cada hum terras á sua vontade, apanhe os frutos que tiver, e os Senhorios que vão à tábua — como querem elles ter parte no Suor alheio? Senhorio em paiz Constitucional? He forte asneira!!! Isso He Direito Feudal, como V.M. lhe chama, apesar de que em Portugal nunca houve Direito Feudal, e eu também por tal o baptizo, o esconjuro, e arrenego. E para que existe elle ainda? Bem diz V. m tempo perdido”.



Evaristo da Veiga rebateu a crítica recebida de jornais que chegavam de Portugal e Londres. Chamou de mal-intencionados os redatores do *Astro da Lusitânia*. Combatia o entendimento que defendiam esses redatores, pois apresentavam muitos insultos ao Brasil. Em observações de biógrafos como Souza (2015) e Simoni (1837), Veiga ainda demonstrava certa timidez para escrita nesse período, porém fortificava a imagem de Portugal como inimigo da nação brasileira. Em passagens<sup>90</sup> da *Aurora Fluminense* após 1830 houve tentativas de “abrandar” a hostilidade criada em relação ao estrangeiro — português. Para os biógrafos, nessa época, era contida a forma de Veiga combater ideias contrárias ao que defendia. Isso muito se devia ao respeito que tinha pelo pai, Francisco Luiz Saturnino da Veiga, português que — cabe frisar — veio para Brasil ainda jovem e era rígido na educação dos filhos. Depois de atuar como soldado miliciano, ser professor de primeiras letras e trabalhar em funções do magistério por dezesseis anos, se aposentou<sup>91</sup>, em 1809. As observações dos autores supracitados eram de que o pai<sup>92</sup> não via com bons olhos mudanças na política que poderiam influenciar a organização estabelecida.

O *Astro da Lusitania* tinha como objetivo combater o que chamava de “domínio da ignorância e da opressão”. Essa representação ganhava corpo na miséria material e espiritual presente na sociedade de Portugal. Havia um destaque à necessidade de reformas nos estatutos da Universidade de Coimbra e intencionalidade de ampliar a abrangência do ensino das primeiras letras. Outra frente de luta da sociedade portuguesa se refletia no combate feito pelo jornal ao fervor religioso extremista. Nos panfletos<sup>93</sup> escritos no início da década de 1820, no Brasil, estão os vestígios de lutas específicas das províncias em disputa com a instalação das cortes de Lisboa. Ou seja, o movimento liberal que ganhou força vinha entrelaçado com as revoluções que ocorriam em outros lugares da Europa.

---

<sup>90</sup> Passagens sobre os estrangeiros no Brasil (AURORA FLUMINENSE, 1828).

<sup>91</sup> Requerimento de solicitação de aposentadoria pelo pai de Evaristo da Veiga. Esse requerimento para sua aposentadoria encontra-se nos arquivos da Biblioteca Nacional

<sup>92</sup> Francisco Luís Saturnino da Veiga copiou as *Cartas chilenas* entre 1788 e 1789, quando morou em Vila Rica. De acordo com Souza (2015) talvez não fosse tão avesso a pensamentos de mudança na política.

<sup>93</sup> Cf. Carvalho, Neves e Basile (2012).

O movimento era uma reação direta à inversão colonial, que levou Portugal a perda da condição de centro político do Império e a ruína econômica. Pretendia, por um lado, implantar um governo liberal na antiga metrópole, transformando as Cortes (Parlamento) consultivas do antigo regime em Cortes deliberativas, que elaborassem uma Constituição, subordinando a Coroa ao Poder Legislativo e conferindo direitos aos cidadãos; e, por outro, promover o desenvolvimento econômico do Reino, a fim de superar a crise em que se achava imerso (BASILE, 2001, p. 16).

Esse movimento teve acolhimento em províncias, mesmo estando nítidas as pretensões de retomar a instalação da Corte, em Portugal, e readquirir os mesmos privilégios comerciais que levariam o Brasil a retornar a sua situação de colônia. Sinteticamente os princípios liberais estruturantes dessa revolta foram o constitucionalismo, a representação política, a divisão de poderes, o pacto social, as garantias e direitos civis e políticos dos cidadãos, a soberania do povo ou da nação (BASILE, 2001). Esses princípios estavam impregnados nos panfletos distribuídos naquele tempo em algumas províncias e se tornaram bandeira de luta. Em regiões como Pará, Montevideu, Maranhão, Pernambuco, São Paulo e outros locais houve a efervescência dos escritos (CARVALHO; NEVES; BASILE, 2012, p. 20). A Bahia tendeu a aderir apoio às cortes por razões originárias das relações econômicas e do afastamento que se encontravam da regência de dom Pedro I. Grande parte do comércio realizado pela Bahia<sup>94</sup> se dava com Portugal e com a África. Essa província se posicionava contra os tratados assinados pela Corte fluminense e a Inglaterra, assim como os portugueses.

O movimento liberal português ainda contou com forte adesão em 1821 das províncias do Grão-Pará. Essa revolução se iniciou em 24 de agosto de 1820 e os interesses em aderirem ao conflito era ambos estarem “privados [...] da maior parte dos lucros do comércio colonial e humilhados pela dependência em relação à Inglaterra” (CARVALHO; NEVES; BASILE, 2012, p. 16; 20).

---

<sup>94</sup> “Para os constitucionalistas baianos, a regência reduzia-se à administração de mais uma província da nação portuguesa. Os revoltosos justificavam sua atitude com o argumento de que a política do governo fluminense de tentar manter sob seu controle as outras províncias era arbitraria. O decreto de 22 de abril de 1821, ainda de autoria de d. João VI, era considerado abusivo pelo baianos, “um monstro em política” e um desejo “mal coberto de semear a cizânia e gerar divisões entre portugueses dos dois hemisférios. [...] Ao adotar postura favorável ao constitucionalismo português, a Bahia não deixava de entrever a possibilidade de uma autonomia que a Corte no Rio de Janeiro parecia negar desde a sua instalação em 1808, quando se transformou em uma espécie de metrópole centralizadora, como fora Lisboa na época colonial” (CARVALHO; NEVES; BASILE, 2012, p. 9–10).

### 2.2.1 Povo brasileiro: uma questão de respeito

Evaristo da Veiga mostrou uma defesa ardente das qualidades do território brasileiro. Destacou o número de habitantes, a geografia e as riquezas na “carta em defesa dos brasileiros insultados escreve ao Sachristão de Carahi o Estudante Constitucional, amigo do filho do Compadre do Rio de Janeiro impressa em 1821”. Veiga explicou logo leitura dos dois documentos, tanto a primeira Carta escrita para ser publicada no *Astro da Lusitania*, como a resposta dada em Retribuição a dita Carta. Não conseguimos identificar qual o local em que foi realizada leitura. De início havia participado, em dada casa, da leitura dos dois documentos, tanto a primeira carta, escrita para ser publicada no *Astro da Lusitania*, como da resposta dada em retribuição à dita carta. Nesse momento em que ouviu a leitura disse ter presenciado os comentários sobre a mensagem que continha a carta contra o Brasil e a concordância em relação aos insultos lá escritos. Mostrou-se bem irritado com a reação de alguns homens que participavam da sessão de leitura, aparentemente realizada em uma reunião. De acordo com Veiga, alguns ouvintes da leitura passaram a concordar com o que foi relatado na carta. Desse modo, logo no início de sua escrita reclamou da forma como se portou alguém que lia o documento. Leiamos o que disse.

[...] achando-me eu em uma certa caza, aonde se lia a carta, e a Retribuição; um figurão que alli presidia, e que pela parola, e imposita arremedava a Doutor, começou a discorrer em tom magistral, apoiando com insultos sarcasmos, e rididulas notas o texto da carta do sobredito mentissimo Sr. Confesso que se me excitou um tanto a bília, e para que me não tivessem por mudo alli sustentei da forma, que pude, a causa do nosso insultado Brasil. Porém, o que poderia eu conseguir se o meu campeão era daquelles que lhe dão logo com o risinho sardônico, e com o costumado: terra de macacos!...de bananas!...etc. (ESTUDANTE CONSTITUCIONAL, 1821, p. 4).

Ao longo da leitura demonstrou irritação, porém disse ter preferido se calar ante os comentários feitos sobre o Brasil por alguns participantes. Isso demonstra como a rivalidade foi se desenvolvendo no cotidiano daqueles homens. Outra observação que se pode fazer foi sobre sua conduta mais contida diante dos fervorosos debates do momento. Não é possível perceber se essa leitura foi realizada em uma casa comum ou alguma associação em que se reuniam para discutir assuntos políticos. A crítica que fez utilizando a palavra *imposita* da a entender que o leitor do documento ou o escritor da

carta tinha o entendimento de que podia impor seus interesses sobre brasileiros. Eis a seguir a do *Estudante Constitucional*.

Ainda electrizado com a questão, vim para a casa, e tornando de novo a ler com bastante repugnância o tal libellosinho, admirei os despropósitos, as injustiças, os absurdos, em que formiga, que tão bem desenvolveu e desmascarou o meu amigo na Retribuição (ESTUDANTE CONSTITUCIONAL, 1821, p. 4).

Em seus comentários, Evaristo da Veiga ressaltou a discordância do que entendeu como um dos principais objetivos do autor da primeira carta. Havia uma defesa de que a residência do monarca deveria ser em Lisboa, e não no Brasil. Em seus comentários enfatizou que “O Senhor Compadre fazia uma bonita pintura de Lisboa”, colocando o Brasil como um lugar inferior. Em busca de se contrapor à carta, procurou elencar as conquistas que aqui foram realizadas. Explicou que todas as lutas levaram ao desenvolvimento de escola militar e um gênio comercial no Brasil digno dos povos civilizados. Tinha a compreensão, pelo que aponta em seu discurso que as potências europeias procuraram entrar no Brasil por causa de tudo que poderiam obter. Para ele, Portugal perdeu muito tempo preocupado com suas conquistas nas “índias orientais”. Após perceber que esse talvez não fosse o melhor caminho para reconquistar a sua posição como potência, Portugal voltou-se para o Brasil. Convém lermos o disse Veiga.

[...] começarão a acudir de contínuo a este paiz nascente aqueles, a quem a falta de fortuna, e o desejo de melhorá-la fazião emigrar da Europa: desde então o ephiteto de Brasileiro, ou Mineiro, que vale o mesmo, começou a ser em Portugal o sinônimo de homem abastado. Desde então Portugal sem fâbricas, sem manufacturas se locupletava da excessiva disparidade, que hia da sua limitada exportação a importação enorme, que fazia com o oiro, e exclusivo commércio deste vasto continente (ESTUDANTE CONSTITUCIONAL, 1821, p. 6).

Evaristo da Veiga explicou que, mesmo com uma extração sem precedentes dos recursos que aqui existiam e com as censuras de Portugal aos “ramos da indústria”, até no mais grosseiro deles houve florescimento no Brasil. Outro ponto que apontou foi que já era conhecimento público que o ministro Pombal havia orientado o *El-Rei D. José* de que, em “caso de algum aperto”, mudasse a sede da monarquia para alguma cidade da colônia portuguesa. Logo, afirmou que o Brasil se tornava tábua de refúgio. Para o

*Estudante Constitucional* isso fez com que a Europa tivesse consideração política maior pelo Brasil do que por Portugal, da teve algum dia.

He um deitar por terra, e que não contra! A proposição He innegavel: não tem dúvida nenhuma! O Brasil, diz elle afoitamente, He nada! Vejão isto: He nada! De sorte que já nem tal Brasil existe: já não He nada: será quando muito algum vão phantasma sem realidade (ESTUDANTE CONSTITUCIONAL, 1821, p. 8).

E incisiva a crítica as afirmações que consideravam o Brasil um nada; e se demonstra, por vários argumentos, que os holandeses foram expulsos pela força dos brasileiros, ou seja, várias famílias influentes de Olinda, nas quais houve bravura na luta contra franceses. Eram generosos cidadãos do Brasil. Os exemplos edificantes incluem matérias-primas exportadas: açúcar, café, fumos, algodão, ouro, diamantes, pau-brasil, drogas, especiarias... Tudo abastecia a Europa toda. As espécies animais existentes, os minérios, tudo teria chamado a atenção de muitos viajantes que aqui faziam pesquisas ao demonstrar relatos baseados em catalogação realizada por eles. Foi dito que Portugal não tinha produtos para exportar além de seus vinhos; logo, seu sustento vinha de fora; ou seja, do Brasil em grande medida. É claro, Veiga não negava os méritos do ex-colonizado quanto a envolver em sacrifícios bélicos para garantir territórios. Outra atenção dada por ele na carta foi de que Portugal sofreu com um “desgraçado” sistema de administração e, ainda, contava com problemas em sua própria geografia limitada.

Em um trecho do texto, Evaristo da Veiga fez um relato importante sobre a desconsideração do *Compadre de Belém* na estatística que realizou sobre os habitantes do Brasil. O escritor da primeira carta afirmava que o número de habitantes em Portugal era bem superior que do Brasil. Veiga fez contraposição, afirmando que o escritor da primeira carta havia considerado apenas “os viventes brancos”. No Brasil havia outras pessoas, de acordo com ele. Nesse ponto não foi possível identificar se falava só de povos originários, ou se também da população de extração africana. De fato, ele se irritou com a comparação feita do Brasil a um gigante sem braços e sem pernas. O escritor da primeira carta insultou muito o Brasil, na opinião do *Estudante Constitucional*. Disse que as considerações feitas sobre a população brasileira ser formada em sua grande maioria de pessoas escravizadas não considerava os homens “de bem da terra”. Na interpretação de Veiga quanto aos procedimentos do escritor, não se colocava em pauta para discussão que o Brasil era um lugar onde se podia negociar e se

desenvolver. Leiamos o que escreveu o *Estudante Constitucional* ao Sacristão de Carahi.

[...] veja que não He menos, do que isto: o Brazil esta reduzido a umas poucas hordas de Negrinhos pescados na Costa d'África etc. De forma que o Brasil (o sentido He claro) já noutro tempo foi habitado por Francês; mas hoje (por alguma emigração sem dúvida, ou por alguma peste destruidora acha-se reduzido ... a quê? [...] Segundo a Idea do Senhor Compadre Brazil nada mais tem, do que hordas de Negrinhos"! e toda a Real Família que aqui se achava? E os empregados públicos? E huma multidão de Europeos aqui estabelecidos? E os seus descendentes o que serão? Hordas de negrinhos! (ESTUDANTE CONSTITUCIONAL, 1821, p. 8).

Das variadas possibilidade de leitura desse trecho, a atenção dada ao Brasil como uma região onde houve a reunião numerosa e desorganizada de pessoas, uma multidão de “Negrinhos pescados na Costa da África” foi combatida por Evaristo da Veiga. A conotação dada ao trabalho do cativo como necessário ao desenvolvimento fazia com que a imagem que se pretendia construir do Brasil ante outras nações fosse destruída. A gente vinda da costa norte africana não era considerada habitante, digamos, sujeito estatístico. A contradição do *Estudante Constitucional* em relação a essa questão não estava em alertar para a situação dos escravos, mas em chamar a atenção de que aqui, no Brasil, também tinham habitantes brancos, de origem europeia e, portanto, *respeitáveis*. Sua crítica é contundente ao dizer por meio daquela forma de representação defendida pelo Compadre de Lisboa poderia se replicar, formar uma opinião que poderia passar a ser aceita como verdade. Essa verdade diminuidora dos valores do Brasil atrapalharia a crença em seu desenvolvimento por outras nações.

Desprezemos, pois meia dúzia de loucos, e de mal intencionados, e prosigamos sempre unidos com vínculos cada vez mais estreitos ao nosso bom Portugal, aonde devemos ter postas as mais lisongeiros esperanças, fitas as vistas no Augusto Congresso, de cujas sabias, e providentes leis he que deve emanar a nossa felicidade, e a ventura do nosso paiz (ESTUDANTE CONSTITUCIONAL, 1821, p. 8).

Sobre as críticas feitas ao clima disse que “até não seria tão ardente assim”; ou seja, expôs um longo trecho da carta-resposta onde se dizia que o Brasil, por ser extenso, tinha regiões de calor intenso, e outras de clima mais ameno, algumas até com inverno rigoroso tal qual em Portugal.

O recebedor da carta agradeceu imensamente o *Estudante Constitucional* ao falar das qualidades do Brasil e não macular a imagem Portugal. Disse que ficou entristecido em ver que um Português menosprezou as qualidades brasileiras. Leiamos seu tom de alerta do que não era bom: “atiçar huma certa rivalidade que desgraçadamente tem existido entre Brasileiros e Europeus (rivalidade que só tem ocupado estultas imaginações, e que He tão mal entendida quanto é terrível a discórdia entre Pais, Filhos, e irmãos)”. A cada trecho do texto ficou expresso como necessidade defender valores de diferentes âmbitos presentes nos homens que viviam no Brasil. Com isso se percebe como foi se constituindo a identidade do Brasil como nação. Ainda é possível se aproximar de pormenores sobre como essa rivalidade entre portugueses e brasileiros foi alimentada.

A palavra *brasileiro* aparece constantemente neste texto denotando um entendimento que buscava identificar quem seria a gente brasileira. É perceptível certa alteração em textos da *Aurora Fluminense* escritos após 1828. A defesa que fez da necessidade de civilizar os homens para que buscassem relações diferenciadas no campo do trabalho com o comércio, na mudança dos costumes das pessoas, entre outras. Neste trabalho, faremos uma leitura da *Aurora Fluminense* ao longo dos anos de 1828–35 com a intencionalidade de verificar a expressão desse pensamento em suas reivindicações no campo da Educação. Por hora prosseguirmos com a análise da Carta que tanto indignou o *Estudante Constitucional*.

Esses documentos são reveladores de angústias e interesses econômicos presentes no Brasil e em Portugal. Todo esse invólucro de questões levou Evaristo da Veiga a se constituir como alguém que visualizava aquelas questões nos momento que vivenciou. Com tais experiências construiu seu entendimento sobre a educação, mesmo com a emissão de proposições que acompanhavam a fileira de outras discussões como política, liberdade e economia. É perceptível a preocupação nos textos da *Aurora Fluminense* após 1828. A defesa que Veiga fez da necessidade de civilizar os homens para que buscassem relações diferenciadas no campo do trabalho com o comércio, na mudança dos costumes das pessoas, entre outras; não por acaso, uma leitura do jornal ao longo dos anos 1828–35 verificará a expressão desse pensamento em assuntos da política.

A partir de tais experiências, pôde construir um entendimento sobre a política do Brasil, e, para quais projetos pensados para o Brasil seus interesses se aproximavam. Além disso, as vivências proporcionadas aos poucos cimentariam a compreensão em relação ao poder moderador que se estabeleceu no país. Com efeito, ainda não fazia parte de certa elite erudita na cidade do Rio de Janeiro, mas buscava adentrar espaços afins a ela.

Ao investigar o papel das elites no processo de formação dos Estados Nacionais, Martins (2007, p. 49) elencou elementos que fizeram parte da constituição do Estado brasileiro. Estavam ligados ao processo de desenvolvimento de centralização, burocratização, incorporação dos serviços pela estrutura pública, construção da autoridade central pela via da coerção ou de negociação. Nesse período a presença do elemento português ameaçava a constituição de uma autoridade central no governo. Esses homens poderiam ter maior número em quadros administrativos do Estado.

Com efeito, as divergências alimentaram tendências separatistas que ganharam força no contexto da independência e período regencial. Foi necessário lidar com homens que tinham poderes locais, apoiados — a maioria — por tradicionais redes de relacionamento comercial e político.

[...] no Brasil, parcela considerável dos serviços de caráter público, tanto no período colonial como ainda no século XIX, encontravam-se em mãos de particulares, sob a forma de concessão de privilégios para exploração de recursos de naturezas variadas, especialmente a tributação. Na prática, embora não encontrassem cidades rigidamente constituídas e autônomas, precisavam estabelecer pontes permanentes para controle e incorporação dos capitais que as redes comerciais detinham no nível local ou mesmo da Colônia como um todo. [...] esse processo também se constituiu como um caminho de mão dupla, no sentido de que tanto ao Estado interessava a ampliação do governo direto, seja por demandas de cunho político ou econômico — para dispor de mediadores na negociação e implantação de ações públicas. Para a ampliação de alianças eleitorais e para o controle das redes comerciais, quanto aos poderes locais e às elites a eles relacionadas, sendo importante a aproximação direta ou indireta ao Estado, especialmente quando se considera o efeito multiplicador de determinados cargos, que implicava o aumento de poder de troca no interior das redes (MARTINS, 2007, p. 51).

Para Martins, um ou outro aproveitaram cargos burocráticos como estratégia política, ampliação de poder de influência e controle. No caso de Evaristo da Veiga, ele procurou romper dificuldades para se aproximar de espaços da elite por meio de suas



composições. Uma delas foi o hino<sup>95</sup> *Constitucional Brasiliense*, em que expõe seu nacionalismo emergente. Isso ficou visível<sup>96</sup> a partir de 1822, após acompanhar os movimentos impulsionados com o estabelecimento das cortes de Lisboa. Mesmo com polêmicas em torno da criação da música sobre o *Hino da independência*, pesquisadores confluem na afirmação de que os versos que compõem o *Hino constitucional brasiliense*<sup>97</sup> foram produção de Veiga. Na poesia “Hino constitucional brasiliense”, os versos demonstram alegria em ver uma mudança política almejada para o Brasil ocorrer; era a superação de tempos anteriores. “Já podeis filhos da Pátria/ Ver contente a Mãe gentil,/ Já raiou a Liberdade/ No horizonte do Brazil/ Brava gente Brasileira/ Longe vá temor servil;/ Ou ficar a Pátria livre, / Ou morrer pelo Brazil”.

No manuscrito original, Evaristo da Veiga enumerou a primeira parte da poesia com “1ª”; ao mesmo tempo, mudou uma palavra: a opção primeira — supomos — “Americana” foi rasurada, para dar lugar a palavra “Brasileira”. Cremos que seria ingênua uma interpretação que considera o gesto aparente: seja o da revisão do texto

---

<sup>95</sup> “Primeiro, discorramos, lesto, sobre a origem dos versos do Hino da Independência. De acordo com um manuscrito autógrafa, guardado desde 1862 pelo IHGB, em seu fundo principal, a data de feitura das onze quadras que compõem esse engenhoso poema — intitulado Hino constitucional brasiliense — é 16 de agosto de 1822. Como os próprios versos indicam, o publicista Evaristo Ferreira da Veiga os criou inspirado na sequência de acontecimentos, protagonizados pelo Príncipe Regente — tais como o “Fico” e a expulsão das tropas portuguesas —, que culminaram com a convocação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil, a 3 de junho de 1822. Já, quanto à origem da composição de Dom Pedro I sobre tais versos, a história ainda é e talvez o será, para sempre, incerta. ANDRADE (v.1, p.143-144) nos relembra, inicialmente, um depoimento de Francisco de Castro Canto e Melo — irmão da Marquesa de Santos —, publicado no Diário mercantil do Rio de Janeiro, em 1865. Tal testemunha ocular do “Grito” nos faz crer, a princípio, que o assim por ele denominado “Hino da Independência”, de Dom Pedro I, teria sido executado na noite do dia 7 de setembro de 1822, na Casa da Ópera de São Paulo. No entanto, adendos à própria Memória de Canto e Melo — não mencionados por Andrade e publicados, anos mais tarde, na Revista do IHGB (1878, v.41, parte 2, p.343-347) — desdizem tal informação, dando-nos conta de que o hino de Dom Pedro, cantado no teatro paulistano, na noite do “Grito”, foi, na verdade, o Hino constitucional, composto em 1821. Os versos de Evaristo da Veiga teriam também sido ouvidos naquela ocasião, apenas recitados, ou, ainda, quem sabe, arranjados sobre esta já conhecida música do Príncipe Regente. De fato, tal poesia teria sido cantada nas ruas de São Paulo, pouco mais de vinte dias após o Sete de Setembro. Conforme correspondência jornalística, divulgada a 15 de outubro de 1822, pelo Correio do Rio de Janeiro, sobre fato ocorrido no dia 1º do mesmo mês: ... uma luzida companhia, composta em parte dos mais qualificados habitantes desta cidade [de São Paulo], saiu pelas ruas ao som de acordes instrumentos, cantando o Hino constitucional brasiliense, vindo desta mesma corte, cujo estribilho assim começa — Brava gente brasileira... (apud ANDRADE, 1967, v.1, p.148-149)” (CARDOSO, 2012, p. 39-48).

<sup>96</sup> Movimentos: “As Cortes, por Decreto de 29 de setembro, extinguem os Tribunaes da Chandellaria e do Thesouro, a Junta do Commercio e varias outras repartições centraes. Por outro Decreto ordena-se a volta do Príncipe, para viajar, afim de instruir-se. Ainda por outro Decreto de 1º de Outubro, é nomeado para cada Província um governador das armas, delegado do poder executivo de Lisboa e finalmente ordena-se a 18 do mesmo mez que se experão mais tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco” (VEIGA, L. F., 1877, p. 29)

incorreto ortograficamente e pré-impressão final; seja a correção estilística pura e simples; ou seja, a rasura e a troca conotam uma escolha vocabular que parece indicar uma mudança de consciência de um átimo, uma clarividência; é como se lhe tivesse se dado conta de uma definição do que seria a especificidade do povo que era ex-colonizado. Com efeito, era um povo que fazia parte da América. Assim, registrada sem incorreção ortográfica que justificasse a mudança de palavra americana para brasileira, a revisão de Veiga ajustou a significação dos versos da poesia-hino ao seu momento mesmo, ao seu tempo de reflexão e compreensão de uma realidade nova.

Leiamos as estrofes seguintes do refrão de *Brava gente Brasileira*, em que Evaristo da Veiga torna a riscar a palavra “Americana”, escrita em um primeiro esboço do poema. Na 2ª, 3ª e 4ª parte do poema, ele escreveu o que se segue.

Os grilhões, que nos forjava/ Da perfídia astuto ardil/ Houve mão  
mais poderosa,/ Zombou delles o Brazil/ Brava gente Brasileira [...]. O  
Real herdeiro Augusto/ Conhecendo o engano vil,/ Em despeito dos  
Tiranos/ Quis ficar no seu Brazil. /Brava gente Brasileira [...]  
Revoação sombras tristes/ Da cruel Guerra Civil,/Mas fugirão  
apressadas/ Vendo o anjo do Brasil./ Brava gente brasileira.

Lemos o reconhecimento de que foi preciso quebrar o domínio que aprisionava o Brasil. Esse domínio seria retirá-lo da condição de local para a extração de recursos. Nos versos, os portugueses, suas intenções de recolonizar, são vistos como ameaça à liberdade conquistada. O momento parecia pontuar a necessidade de que portugueses precisavam ser entendidos como portugueses, ou seja, não mais como os irmãos. Essa intencionalidade aparece em versos de outras poesias de anos anteriores. Leiamos mais a seguir, da 5ª à 10ª parte do poema.

Mal soou na serra ao longe/ Nosso grito varonil; Nos imensos  
hombros, logo/ A cabeça ergue o Brazil./ Brava gente Brasileira  
[...]/Filhos, Clama, caros filhos/ He depois de afrontas mil/ Que a  
vingar a negra injúria/ Vem chamar-vos o Brazil./ Brava gente  
Brazileira [...]/ Não temais ímpias phalanges, Que apresentam face  
hostil: / Vossos peitos, vosso braços/ São mulharas do Brazil/ Brava  
gente Brazileira [...]/Mostra Pedro a vossa frente/ Alma intrépida e  
viril;/ Tende nele o Digno Chefe/ Deste império do Brazil./ Brava  
gente Brazileira [...]/ Parabéns, ho brasileiros,/ Já, com garbo juvenil/  
Do universo entre Nações/ Resplandece a do Brazil/ Brava gente  
Brazileira [...]/ Parabéns, já somos livres,/ Já brilhante, e senhoril,/ Vai  
juntar-se em nossos lares/ A Assembléia do Brazil./ Brava gente  
Brazileira [...].

A data em que escreveu o poema foi de 16 de agosto de 1822. De acordo com Souza (2015, p. 30), quem solicitou que Evaristo da Veiga levasse seu rascunho para a impressão foi o seu irmão, João Pedro da Veiga. Na oportunidade fez doze cópias que foram entregues a dom Pedro I, no Paço Imperial. João Pedro da Veiga tinha uma função na Corte e contato com o monarca.

O poema demonstra o sentimento nativista<sup>98</sup> que se reforça naquele período em Evaristo da Veiga; ele demonstrou indignação ao não reconhecerem sua autoria e escrita dos versos. Nesse trecho da edição de número 815, do ano de 1833, folha 3, fica contrariado com Visconde de Cairu,<sup>99</sup> em texto publicado e assinado pelo pseudônimo de Jurista. No texto não há referência a Veiga como autor do hino *Constitucional Brasiliense*.

O Jurista, esquadrihado pretextos, para exaltar as nuvens o Sr D. Pedro I, lá foi topor com hum hymno patriótico, que elle nos deo de mimo, e por conta do qual o Jurista se extazia em louvores ao seu heróe Alexandrino: veremos se com razão. Oiçamo-lo primeiro. — Tal foi (diz elle) também o hymno patriótico de sua lettra e muzica, com que deo elevação ao espírito Brasileiro, e que foi acceito pelo povo da Côrte, e províncias sendo dahi em diante cantiga popular e militar — Brava gente Brasileira & c. — Nossos peitos, nossos braços — São Muralhas do Brasil, — Conta ao depois o Jurista que esse Hymno veio estampado na obra do Dr. Walsh secretario de Lord Stranford; o que He de cordial congratulação a todos os verdadeiros amantes da pátria. Gaba por fim o espírito duplicado do ex-Imperdador, semelhante ao dos antigos philarmonicos Theophilo-Amphião, & c. — “Vamos a lettra do hymno Brava gente: se Ella vale ou não alguma cousa, nós não somos o Juiz competente; mas o que podemos certificar, he que não foi obra de o ex-Imperador. — Esse hymno, acceito pelo povo da Côrte e províncias, estampado na obra do Dr. Wash, e elevado em fim a tantas honrarias, como as que eloquentemente refere o Jurista, he sahido do humilde balcão, e producção mesquinha da nossa primeira

---

<sup>98</sup> Para Hobsbawm (1990, p. 18) alertou que a caracterização utilizada para definição de uma nação são: língua, etnia, território comum, cultura entre outros. Esses critérios assinalados não são fixados em uma definição, pois são mutáveis. Existem definições que consideram que a América contribuiu para o entendimento desse termo, pois aqui se deu de modo diferente da Europa e não foi sua mera reprodução.

<sup>99</sup> Visconde de Cairu — José da Silva Lisboa nasceu em 16 de julho de 1756 e faleceu em 20 de agosto de 1835, no Rio de Janeiro. Foi um publicista, jurista, historiador e economista próximo a D. João VI e de Dom Pedro I. Entre as suas funções na Corte estava a de Deputado da Real Junta do Comércio e Desembargador da Casa de Suplicação. Quando a família Real chegou ao Brasil Visconde de Cairu era funcionário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Bahia. Realizava a representação dos comerciantes de Salvador. Foi professor de Economia Política. Teve atuação como Formador de opinião conciliatória entre Portugal e o Brasil, pois não via como vantajosa a separação. Esse movimento de formação de opinião se deu por meio do jornal *O Conciliador do Reino Unido*, na qual defendia a centralização do poder. Foi Desembargador da Mesa do Paço e da Casa do Rogo, deputado e senador (CARDOSO, 2006).

mocidade. Em que desastrado engano foi cair o nosso antagonista! Sem duvida terá elle de desdizer-se, ante o povo caramuruano de todos os seus louvores hyperbólicos, de fazer solemne protestaço de esses encômios todos erão prodigalizados, porque elle suppunha ser o pobre hymno obra do Sr. D. Pedro 1º (AURORA FLUMINENSE, set. 1833, p. 3.467).

Vale ressaltar os argumentos<sup>100</sup> de Evaristo no texto:

Há com effeito uma musica adaptada ao himno Brasileiro a qual dizem ser do ex-imperador, bem como existe outra da composiço do insigne Marcos Portugal. He esta ultima que temos ouvido fazer elogios: quanto á do Principe, com ajuda dos vizinhos, não sabemos que seja tão apreciada. Todavia, como não entendemos a matéria, deixamos a decizão desse negócio a quem de direito pertencer. Que não seja também algum quiproquó acerca da muzica, assim como houve a respeito da letra (AURORA FLUMINENSE, 13 set. 1833, p. 3.467).

Evaristo da Veiga demonstrou buscar uma retrataço<sup>101</sup> do visconde de Cairú. Solicitou que *fosse honesto com seus leitores* e procurasse explicar o seu engano sobre o autor da letra da música. Vale lermos o que escreveu.:

O pensamento parece alambicado; porém tudo se pôde esperar dos escrupulosos 77 annos e da consciência timorata do Jurista. Nesse cazo nós lhe agradecemos a sua civilidade, e a benignidade com que se dignou de honrar huma bagatella que nem valia a pena de que nella se falasse. Tudo He filho da summa fidalguia do Jurista, que quis dar importância a huns apoucados versinhos da cantiga. E trate já em todo o cazo o nosso adversário, de indagar algum outro gloriozo dito do ex-Monarca, para encher a 1ª pagina do próximo *Diario da Manteiga*; porém feito, de que não appareça autor differente (AURORA FLUMINENSE, 13 set. 1833, p. 3.467).

---

<sup>100</sup> Relatada a polêmica em torno do hino que enalteceu a independência do Brasil se percebe o jogo da disputa por espaços de participação. Esse hino foi levado para as vistas do Imperador para apreciação e, se possível, destaque na sociedade.

<sup>101</sup> “Não sendo assim, o Jurista dá o ditto por não ditto, e o declara pueril, chocho, mal versificado, e até jacobinico e digno da forca! Poucas Vezes hum bom cortezão se tem visto em entalação semelhante, e o adulator que illudido por Luiz 14, em face do Rei, chamou detestável hum epigrama se sua composiço, não se achou, ao depois em maior angustia e anciedade. O gênio da adulação arrasta algumas vezes a terríveis contratempos passemos a musica. [...] e por fim nada reste ao Theophilo-Amphião fundador da Thebas de cem portas, e autor do hymno o Brava Gente! Tenha cautela o jurista, a fim de que não appareça algum curiozo, reclamando o seu trabalho da composiço musical! Lembrou alguém se tudo isto no Jurista seria ronha e sagacidade, buscando hum meio de ressascir-nos de tantas injurias e aleives que nos tem ditto sem razão alguma; e que achando este subterfúgio em que parecia cortejar o ex-Imperador, e de facto a nós dirigia os cumprimentos, o aproveitara”.

A essa época Evaristo da Veiga já era redator da *Aurora Fluminense* e tinha se confrontado com muitas opiniões contrárias às suas. Havia encontrado interesses contrários aos seus na política e na organização do país.

Em textos da *Aurora Fluminense*, escritos a partir de 1829, Evaristo da Veiga retomou assuntos referentes à hostilidade de portugueses com brasileiros. Aparecem textos em que demonstrou o aumento dessa hostilidade nas décadas finais de 1820, e, em seu modo de pensar sobre essa questão. Isso pode ter ocorrido em virtude de movimentos e revoltas que estavam presentes pelas províncias, também por um maior envolvimento na cena política. Nos textos jornalísticos desse período, Veiga procurou escrever valorizando benefícios produzidos por grupos diversos de pessoas que passaram a residir ou que já residiam no Brasil. Em muitas vezes, se mostrou enérgico ante análises de outros jornais sobre o que entendiam ser *o povo brasileiro*.

Na “carta do compadre de Belém ao Redactor do *Astro da Lusitania*<sup>102</sup> dada luz pelo compadre de Lisboa”, o escritor explicou que tinha a intenção de participar como deputado nas cortes de Lisboa. O autor da carta informava ao seu compadre que não gostava de ficar acompanhando os periódicos publicados, porém como tinha objetivos políticos se fazia urgente “ganhar reputação de homem literato”. O autor da carta publicada no jornal em 12 de dezembro de 1820 sabia que sua visibilidade social em Portugal se daria via escrita. Chegou a ironizar em sua nota introdutória que os textos jornalísticos estavam tão em moda que um simples anúncio escrito já chamava a atenção do corpo social.

Naquela “ilha de letrados”, como disse José Murilo de Carvalho, não era tão fácil participar. Essa mesma ilha conferia um status social para aqueles que tinham objetivos em ocupar cargos administrativos e na política. A temática central das reclamações do Impostor Verdadeira se dirigia a forma de governo, aos impostos a que

---

<sup>102</sup> O jornal *Astro da Lusitânia* foi compilado em seis volumes, com três pequenos livros de suplementos, nos arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa. A Série A I do Jornal *Astro da Lusitânia* vai do nº 01 de 30 de outubro de 1820, ao nº 357 de 5 de fevereiro de 1822, Série II inicia com o nº 1, de 6 de fevereiro de 1822 ao nº 262, de 31 de dezembro de 1822. A Série III começa no nº 01 de 02 de janeiro de 1823 ao nº 80 de 15 de abril de 1823. A edição desse jornal finalizou com 698 números. O jornal *Astro da Lusitânia* finalizou as suas edições após seu redator ter sido acusados e absolvido diante reunião de jurados (questões sobre a censura da imprensa). É importante lembrar que a censura na imprensa em Portugal foi reinstaurada pelo diploma de 6 de março de 1824, após o decreto de 12 de junho de 1823 (PINHEIRO, 2004, p. 1).

eram submetidos os moradores e os comerciantes dos produtos. Leiamos a seguir uma passagem expressiva nesse sentido.

Paga-se mais do peixe a Sisa chamada vulgarmente das correntes, e isto de Sisas He a maior tolice em que podião dar os nossos antigos — Costumão os povos applica-las para inteirar o cabeção, que he d’El-Rei He muito rico, e não precisa dessas ninharias. Os sobejos são para pagar os partidos de Medicos, Cirurgiões, Boticários, despesas de Engeitados, e as vezes de pontes, fontes, calçadas, casas de Camara, de Cadeia, e outras; mas tudo isto he frioleira; são bagatelas de pouco momento; não valem a pena se despender hum real nellas; e o Governo huma vez que não tem deitado abaixo até agora aquelles rendimentos, que lhe são applicados, não tem feito nada — Bem diz V. m: tempo perdido (IMPOSTOR VERDADEIRO, 1821, s. p.).

Uma resposta foi dada a essa carta pelo Compadre de Belém. Nesse documento há opiniões em relação objeções ao governo de dom João VI e sua continuidade no Brasil. A resposta vem sob o título de “carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do compadre de Belem, ou juízo critico sobre a opinião pública”, que foi reimpressa pela tipografia Real em 1821, no Rio de Janeiro. Nesse texto o autor procurou em um primeiro momento orientar sobre os cuidados que deveriam ser tomados, ao se lidar com as opiniões sobre o governo. Tece elogios ao redator da carta dirigida ao *Astro da Lusitânia*. Orienta-o sobre como seria possível trabalhar com a opinião pública sem incorrer em riscos de colaborar com uma desordem na organização política de Portugal. De uma forma didática o redator dirigiu a sua atenção para os modos de formar a opinião pública. Para isso informou que era prioritário saber conduzir a crítica de um modo gradual e formar novos modos de pensar e sem causar maiores revoltas.

Uma preocupação latente nessa carta foi em relação ao tratamento dado à palavra liberdade. O conceito da palavra liberdade dava aberturas para variados posicionamentos existentes no corpo social. Em particular entre aqueles sujeitos que tinham alguma influência política. Em sua concepção a opinião pública, ou o povo, mesmo os mais polidos de ilustração poderia ser “seduzido pelo falso aparente bem de huma mal entendida liberdade, se deixa arrastar pelas sediciosas máximas de um orador furioso”. Em sua compreensão o risco estava em vivenciar o ocorrido na França. Essa possibilidade era totalmente prejudicial, pois poderia trazer prejuízos e não ganhos nas formas de comercialização. Aqueles que sonhavam com mudanças nas relações comerciais e na diminuição dos impostos devidos à Coroa portuguesa teriam de

ponderar cada passo dado. Para ele, o ponto-chave era o de observar os interesses dos homens ao realizarem suas transações comerciais. Eis a motivação certa para mover pessoas em prol de causas.

Outra questão pontual em sua carta-resposta foi debater visões divergentes de onde deveria se estabelecer a família real. A contrariedade se expressa segundo visões de alguns periódicos que viam no Brasil uma solução de morada. Em seu entendimento não seria viável considerar a extensão territorial e riquezas do Brasil e menosprezar Portugal. Essa atitude corria risco de pôr no esquecimento a história lusa: lutas e glórias, arcabouço para a história da Europa. Preocupava-lhe ideias que ganhavam corpo nos debates sobre uma organização política federativa ou ainda de estabelecimento de uma regência em Portugal.

Os questionamentos se direcionavam para quais seriam os maiores problemas em deixar dom João VI e sua família no Brasil. Foram enumerados pontos diversos afins a uma posição contrária à decisão. O risco que se via nessa ação era a de tornar Portugal uma colônia do Brasil. Outra angústia ao encarar essa posição era Portugal continuar distante do local onde seriam sancionadas as leis. Tal medida acarretaria perigos em continuar distante do local onde seriam nomeados empregos de ordem política, civil, eclesiástica; estar distante do mando do Exército; afastamento nos momentos de realização dos tratados comerciais e nos tratados que poderiam declarar guerra ou paz (COMPADRE DE BELÉM, 1821, p. 14). Na opinião do autor da carta-resposta, o Brasil era um gigante território sem pernas e sem braços, um país selvagem, inculto, “terra de macacos, dos pretos, e das serpentes, [...] despovoado, e inculto [...] uma Zona Ardente, tostada, e insalubre”. Tal expressão era contrária à continuidade da família real.

Em outro texto dirigido ao *Astro da Lusitânia* intitulado de “carta Segunda do Compadre de Belem ao Redactor do *Astro da Lusitânia* dada á luz pelo Compadre de Lisboa”, escrita em 13 de janeiro de 1821, assinada pelo Impostor Verdadeiro, tinha análise semelhante de Portugal. Nessa carta o autor se refere a Portugal como um país enfermo que precisava se livrar de doenças que foram agregadas em sua trajetória histórica. Disse que nos comentários feitos pelo redator do *Astro da Lusitânia* na edição de número 18 de 1821, houve análise por vezes rasteira de sua visão sobre os destinos de Portugal, de sua organização política, econômica, da questão comercial, em especial.

No entender do Compadre de Belém Portugal deveria assumir a posição do editor das leis propostas e não aceitar de outros lugares modelos de organização. Essa contrariedade estava diretamente ligada às adaptações que poderiam ser realizadas por Portugal ao repetir trechos das constituições de outras nações. Transparece que a grande preocupação em seus escritos era a miséria que se abatia sobre Portugal. Essa miséria poderia, em sua análise, dar margem para uma barbárie entre os homens e, assim, não respeitarem nenhuma lei estabelecida.

E possível que o debate sobre a “ruína” de Portugal fosse assunto familiar aos brasileiros bem-nascidos (ou não) que estudavam em Coimbra, por exemplo. No caso de Evaristo da Veiga, os caminhos de conscientização do que era Portugal passavam antes em saber o que era o Brasil e o que deveria ser; passava antes por uma formação intelectual que pudesse lhe dar preparo e um repertório de saberes de escopo amplo. Naquele momento, a leitura de livros desde cedo era ação *sine qua non*. É claro, aos que sabiam ler — como os irmãos Veiga, filhos de professor — e os que aprendiam a ler — como o impressor Paula Brito, negro liberto alfabetizado pelos irmãos Veiga.

### 2.3 À guisa de síntese

A vida de Evaristo da Veiga retratada esboça caminhos por que passou e que influenciaram em sua formação política. No início da década de 1820, mesmo que não tenha conquistado uma função no governo em viajado para completar sua formação em universidades como a Coimbra, talvez Montpelliér, França, viveu em um momento de ebulição política e de mudanças constantes na cidade do Rio de Janeiro. Houve a criação de tipos diferentes de serviços, de necessidades de formação diferenciada que gerava busca pelo saber. Veiga procurou ser partícipe de lugares de administração pública desde em 1819, por meio de petição para solicitar emprego de oficial supranumerário em alguma secretaria do Estado (SOUZA, 2015). Seu livro de poesias apresenta soneto<sup>103</sup> em que demonstrava as intenções<sup>104</sup> de participar de cargos públicos. A intenção parece ter sido a de trabalhar para e no governo, coisa que seu irmão João Pedro da Veiga já havia conseguido. Seus olhares nas poesias — escasseadas

---

<sup>103</sup> “Eu não sei adular, não sei mentir,/ Nem desprezos e afrontas suportar,/Não posso para os grandes freqüentar, Humilde nas cocheiras assistir. /Em tudo onde o meu voto se pedir,/Singelo e sem rodeio hei de falar” (VEIGA, 1915).

<sup>104</sup> Estas observações em relação às pretensões de Evaristo da Veiga da obra biográfica de Souza (2015).



logo — estavam em questões referentes aos costumes da vida que conhecia em seu dia a dia, sobretudo da política que se forjava; política ou organização de leis que iriam auxiliar na gerência de mudanças que ocorriam no corpo social.

Em meio a reflexões e traduções, em versos, de suas impressões da realidade social, despontavam ideias políticas característica do pensamento liberal moderado. A visão política de Evaristo da Veiga, aos poucos, se constituía influenciada pela leitura de clássicos que tratavam do liberalismo clássico e norte-americano. Para compreensão sobre como foi se constituindo esse entendimento sobre o Liberalismo no Brasil é importante sua manifestação se deu de formas diferentes ao longo do século XIX. Ater-se a relevância do contexto histórico, que conforme a materialidade dada leva a observar que não só o Brasil, mas outros países em que as grandes lavouras eram primordiais para a economia. Para Bosi uma análise *semântico-histórica* do termo (Liberalismo) fez identificar deferentes significados. Leiamos sua análise.

1. *Liberal*, até meados do século XIX, pode significar conservador das liberdades, conquistadas em 1808, de produzir, vender e comprar; 2. *Liberal*, pode, então, significar conservador da liberdade, alcançada em 1822, de representar-se politicamente: ou, em outros termos, ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado. 3. *Liberal* pôde, então, significar *conservador de liberdade* (recebida com instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) *de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica*; 4. *Liberal* pôde, enfim, pôde significar capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência, ajustando assim o estatuto fundiário da Colônia ao espírito liberal e capitalista da Lei de Terras de 1850 (BOSI, 1992, p. 199).

Já na década de 1870, o entendimento de liberalismo concentrou as forças em sentido da abolição da escravatura e a introdução do trabalho assalariado. Essas influências marcam a caminhada de Evaristo da Veiga quanto se retomam textos produzidos por ele. No início da década 1820 os hinos escritos, poesias, traduções de alguns textos demonstraram uma tendência de assegurar a liberdade do Brasil de Portugal. Ao longo da mesma década o debate se deu em torno de representar-se politicamente e efetivar o direito de votar e ser votado para aquele cidadão qualificado. Já no período das regências a liberdade estava em tomar iniciativas no governo que assegurassem as instituições existentes ou a criação daquelas necessárias para

organização social. A liberdade estava em criar leis ou reforçar as que assegurassem a unidade territorial como a Guarda Nacional.<sup>105</sup>

Em seus escritos certos entendimentos apresentados sobre uma organização política e administrativa e possível para o Brasil enviesada por livros que Veiga lia. Essa visão foi debatida pontualmente quando Veiga se tornou único redator fixo e dono da *Aurora Fluminense*, a partir de 1828, e quando se elegeu deputado por Minas Gerais, ou seja, na atuação parlamentar. Nesse momento, a cidade do Rio de Janeiro experimentava expansão urbano-geográfica, como se lê em relatos de viajantes e viajantes-pesquisadores que passaram por aqui a partir da década de 1810. Demanda por profissões diferentes, necessidades criadas por esses viajantes que aqui se instalaram. Exemplo era a demanda por locais apropriados à leitura e à disseminação do conhecimento. Dos lugares que floresceram nesse sentido estão as tipografias e as lojas que vendiam livros. Não por acaso, lugares com que Evaristo da Veiga se acostumou desde cedo, como podemos tentamos mostrar no próximo capítulo.

---

<sup>105</sup> A Guarda Nacional foi criada pela lei de 18 de agosto de 1831 e foi inspirada na lei francesa de 22 de março do mesmo ano, que reorganizou a Guarda Nacional da França. “Concebida ainda no Primeiro Reinado, a corporação paramilitar brasileira surgiu no momento crucial. Enfrentando crescente desgaste em face das sedições que assolavam o Império, além da grande presença de mercenários estrangeiros, o Exército passava a ser questionado quanto à sua capacidade de preservar a ordem. A concepção do cidadão armado, defendida pelo padre Feijó, então ministro da Justiça, fundamentou a criação da nova instituição, ao mesmo tempo em que os quadros do Exército eram reduzidos, e os antigos corpos de auxiliares das milícias e ordenanças e guardas municipais eram extintos. Inserida no conjunto das medidas descentralizadoras implementadas pelo governo liberal moderado que sucedeu D. Pedro I, após a abdicação de 1831, a Guarda Nacional baseava sua atuação no município, paróquias e curatos, subordinada diretamente aos juizes de paz” (VAINFAS, 2002, p. 318). Sobre esse assunto, ver ainda Castro (1979).

### III

#### A LIVRARIA, O SEMINÁRIO, A ASSOCIAÇÃO: OS LUGARES DA SOCIABILIDADE DO INTELLECTUAL

**P**ara compreendermos a trajetória de Evaristo Ferreira da Veiga e Barros, procuramos, em suas redes de sociabilidades, constituir um caminho que possibilitasse observar os locais de sua participação. A partir desse ponto a pretensão foi verificar os contatos estabelecidos por ele, seus campos de atuação, bem como a sua circulação na sociedade do Rio de Janeiro, em décadas iniciais do século XIX. Procurou-se entender Evaristo da Veiga pelo diálogo que estabeleceu em sua geração; verificar como as relações estabelecidas por ele moldaram o seu pensamento sobre a sociedade e a educação. Com efeito, para atender aos objetivos da pesquisa buscou-se visualizá-lo em seu contexto, indicado pelas redes de sociabilidade que o levaram a priorizar determinadas fontes, a sua atuação como jornalista, na tribuna, ou seja, locais por onde seu discurso circulou. Nesse intento, a investigação se atentou à colaboração de Jean-François Sirinelli (1996) e as categorias priorizadas por ele para uma análise teórico-metodológica na pesquisa de história intelectual.

Nessa perspectiva, o estudo sobre o intelectual precisou entrelaçar três categorias de análise: redes de sociabilidade, itinerários intelectuais e geração. Sirinelli (1996) afirmou que para compreender um sujeito que se torna intelectual nada é passível de deixar de ser verificado. Essa necessidade é uma das bases para se verificar o intelectual

como alguém que interferiu ou mediou o conhecimento produzido em uma determinada cultura e sociedade. Buscam-se os itinerários individuais que o sujeito trilhou. Esses passos devem ser confrontados com os de outros sujeitos que fizeram parte de sua formação. Em sua proposição “os itinerários integram uma plataforma de reconstituição de trajetórias que se cruzam, incorporando elementos que ponham em relevo os encontros, as leituras, as posições institucionais, constituindo prosografias” (ALVES, 2019, p. 34). Por meio dos dados apresentados pela empiria implícitos ou não nos documentos, o esforço foi em pesquisar esse itinerário.

Por esta última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sócio-cultural, englobando os criadores e ‘mediadores’ culturais, a outra mais restrita, baseada na noção de engajamento (SIRINELLI, 1996, p. 242–3).

Essa proposição se encaminha para outra categoria de análise definida como as redes de sociabilidades em que o sujeito esteve inserido. Entende-se que

O meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior (SIRINELLI, 1998, p. 265).

A rede de sociabilidades na qual Evaristo da Veiga esteve imerso nas suas relações o envolveu com outros intelectuais que estavam inseridos em outras relações. Aquele mundo em que sujeitos como Veiga participavam como a Câmara dos Deputados, as reuniões nas associações, o meio jornalístico, o ambiente de trabalho, e outros. Tudo isso foi o que caracterizava um sentido de rede de relações.

Considerou-se, nesse intento, a geração que constitui em um primeiro momento o recorte histórico apresentado; também as transformações culturais que interferiram em certas concepções do meio intelectual. Dessa forma, não se pode perder de vista que as chaves como geração, redes de sociabilidade e itinerários intelectuais estão ainda interligados pelo conceito de culturas políticas. Alves (2019, p. 37) ressalta que

[...] culturas políticas manifestam-se como um amálgama de múltiplas temporalidades, que confluem para disputas que são mais abrangentes e abarcam no seu substrato as próprias disputas ideológicas. Para além dos posicionamentos alinhados com vertentes de pensamento político, o que está em questão é um alicerce de regimes, práticas e valores que engendram traços de comportamentos coletivos, tanto escolhas individuais.

No diálogo que Evaristo da Veiga estabeleceu no seu itinerário intelectual com seus interlocutores houve acomodações de ideias, como divergências nos projetos de nação que se apresentaram naquela geração de intelectuais. Para Veiga que via as dificuldades relacionadas ao comércio, a carência de mão de obra mais aprimorada no setor de serviços da cidade, nas grandes propriedades rurais, no setor de transporte e, em especial, nos costumes constituídos durante as gerações anteriores a sua eram um grande problema. Via um potencial de alteração no quadro apresentado, medidas como o estabelecimento de leis e o trabalho com objetivos que primassem pelo desenvolvimento de uma cultura de obediência as determinações do governo representativo. Para mudança do que se apresentava como dificuldade ao desenvolvimento do Brasil como nação civilizada entendeu que certos costumes arraigados na cultura dos considerados cidadãos deveriam sofrer interferências. Essa interferência poderia se dar ao estimular os talentos individuais dos sujeitos, estimular a desenvolver algum tipo de negócio, promover a instrução elementar e moral para aqueles que pudessem recebê-la e, ainda, promover uma formação em profissões úteis nos mais diversificados campos.

Nesse sentido, estudar Evaristo da Veiga assume um caráter de relevância para entender a formulação de um pensamento educacional que aos poucos foi fortalecido ao longo da história da educação brasileira. Passa a ser entendido como um intelectual por se engajar em questões que afligiam aquela sociedade na defesa de concepções e projetos políticos de grupos que fez parte. Nesse processo, como outros sujeitos, defendeu a formação para o trabalho simples e educação moral como um meio de atender os grupos que, de fato, pouco acesso teriam a outra forma de instrução. A partir disso, angariar meios que se engendrassem nos costumes, no fazer, no viver em sociedade e pudessem ajudar na diminuição da nuvem negra que pairava — a sublevação popular. As contradições eram gritantes na área econômica, cultural, políticas, sociais e educacionais. Pelo próprio movimento político do período e da

organização administrativa do território que se definia como brasileiro os interesses eram os mais diversificados, entre eles pode-se destacar: das províncias e a Corte instalada no Rio de Janeiro, entre as próprias províncias, a Corte estabelecida no Brasil e os problemas gerados em Portugal, pela ocupação francesa, entre o Imperador e os interesses nativistas e tantos outros.

Contudo, para entender Veiga como um intelectual busca-se a compreensão de que estava atravessado de tensões e poderes que formataram, interferiram, orientaram e, ainda, podem ter restringido liberdades pretendidas. Considerar que estava atrelado as considerações descritas e procurar se atentar ao que analisou Alves à luz dos pressupostos teórico-metodológicos de Sirinelli.

Em todos esses indicadores metodológicos, ressalta o lugar dos sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos. Na reflexão de Sirinelli aparece a distinção entre autonomia e independência, na tentativa de garantir aos sujeitos uma posição que lhes é própria na construção dos eventos e processos históricos, sem, entretanto, conferir-lhes uma liberdade metafísica, que extrapole os limites do universo social com que interagem (ALVES, 2019, p. 39).

Assim, por meio da leitura, em particular do jornal *Aurora Fluminense*, tem-se a possibilidade de verificar a constância do pensar de Evaristo da Veiga. Tais textos expunham uma interpretação específica: pela poesia e escrita jornalística; também pela participação em associações como a Sociedade Amante da Instrução, Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, a Sociedade de Instrução Elementar, ao pertencimento a Maçonaria, a Sociedade Filomática do Rio de Janeiro e o Instituto Histórico de Paris e a Acádia Romana. Veiga ocupou o cargo público de Deputado nas legislaturas de 1830 a 1837. Quando jovem compôs algumas poesias e uma coleção de Hinos Pátrios. Sua dedicação como colaborador da imprensa deu-se a partir 1827, em conjunto com José Apolinário de Moraes, José Francisco Sigaud e Francisco Chrispiniano Valdetaro.

Como teve uma participação efetiva no movimento de sete de abril de 1831, aos poucos se transformou em uma das principais lideranças no chamado grupo político liberal moderado, em particular, após a abdicação de dom Pedro I. Sua participação também foi atuante na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional com funções de secretário perpétuo. Outra influência que lhe rendeu prestígio social foi

sua atuação para a aprovação do Ato Adicional em 1834. Ainda se faz importante ressaltar a sua interferência no processo de eleição de Diogo Antônio Feijó em 1835, como regente único. Participação que lhe trouxe dissabores ao perceber rumos políticos que não concordava no governo de Diogo Feijó estavam se encaminhando nas ações do regente. Esse descontentamento também apareceu em cartas escritas ao seu irmão João Pedro da Veiga, em virtude de viagem realizada para a província de Minas Gerais no final de 1836.

### 3.1 Filho de livreiro, livreiro é: o leitor e os livros

Mesmo não tendo formação em curso superior nem viajado além-mar, Evaristo da Veiga pôde contar com abundância de livros onde livro era *raro e caro*; logo, ele era afortunado. É nessa chave de compreensão que podemos ver o ambiente que entusiasmou a muitos, inclusive ele. E sua formação familiar endossa a ideia: ele carregou os costumes do pai, como consta em biografias. A herança paterna vinha impregnada de ensinamentos rígidos da tradição católica; os relatos aludem a uma “pedagogia” do distanciamento. Como afirmou Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo — o barão Homem de Melo —, o pai de Evaristo Veiga era o português de conduta marcada pela austeridade e rigidez. Leiamos a seguir passagem do relato do barão.

[...] implantou em sua educação os elementos de uma sã moral, e da religiosidade christã: nesse tirocínio severo formou-se esse caráter incorruptível, que lhe serviu sempre de bussola nos embates tempestuosos de sua vida pública. [...] Escrevendo em uma época, em que o atrazo do paiz era ainda sensível, tornou-se seu jornal um vehiculo de instrução, por meio do qual procurava doutrinar o povo, e prepará-lo para a posse da verdadeira liberdade; suas páginas eram illustradas com os escriptos de Dunnoyer, Benthon, Droz, Benjamin Constant, Franklin, e inscreveu o seu nome nessa representação ameaçadora de 17 de março de 1831 (MELO, 1862, p. 71).

Evaristo da Veiga soube aproveitar tal fortuna do livro para gerar não só rendas, mas também — e sobretudo — ideias; ou seja, os livros foram instrumento do trabalho comercial e do labor intelectual. Portanto, em certo sentido ele continuava a cultura da família Veiga de se dedicar às letras e aos suportes que as materializam e publicizam: a escrita a mão e a tipográfica; a folha avulsa, o caderno, o jornal e o livro.

### 3.1.1 *Entre a livraria e o seminário, entre livros e cadernos*

Com efeito, o negócio de venda de livros do pai de Evaristo da Veiga — Saturnino da Veiga — ocorria paralelamente ao de outros livreiros como Paul Martin Filho, ativo desde a década de 1810. De fato, ele havia sustentado a família com atividades ligadas à instrução, a exemplo da venda de livros. Embora desenvolvessem outras atividades, também os irmãos de Veiga vendiam livros, além de lidar com impressão e venda de jornais, dentre outros tipos de impressos. Estar imerso nessas atividades lhe possibilitou a estruturação de um pensar e agir.

Todavia, foi a livraria do pai que se abriu como lugar de vivências e socialização ao menino Evaristo. Ao acompanhar in loco as atividades profissionais do genitor ai (e dos irmãos), foi exposto a uma modalidade de interação e interlocução possibilitadas pela frequência regular de homens instruídos cujos contatos intralivraria, talvez, possam ser vistos como gestos e circunstâncias de uma forma de sociabilidade intelectual: movida pela leitura e pelo livro. A presença de Veiga na livraria foi registrada no fim do século XIX, como na “Monographia historica publicada nas columnas do *Jornal do Commercio* no dia do Centenário do nascimento de Evaristo Ferreira da Veiga” de Félix Pacheco (1899, p. 1). Eis a seguir o que disse o memorialista.

Na livraria, ao lado de seu progenitor, Evaristo Ferreira da Veiga completa por si mesmo a sua educação, lendo sem cessar os bons autores, reflectindo, meditando, analysando [...] o jovem brasileiro aproveitára as horas de ocio [...] (PACEHCO, 1899, p. 33; 55).

Parece ser explícito na passagem o quanto o filho estava presente no negócio do pai; também o que fazia e por que fazia. Nesse sentido, Veiga, sobretudo, lia muito; e a leitura era educativa, pedagógica: completava outro modo de instrução que, quiçá, não proporcionasse reflexão e análise. A outra parte da educação ocorria no Seminário São José, quando cursava as aulas avulsas.

Com efeito, pelo “caderno de poesias” de Evaristo da Veiga é possível perceber contatos com estudantes que se tornaram seus amigos, foram estudar fora do país e que se destacariam na política, na medicina, no direito, dentre outras áreas de atuação. Estes contatos parecem ter se desenvolvido no seu período de formação. Um nome citado em sonetos e elegias foi Machado, com destaque à saudade de um amigo que fora residir em Lisboa. Aparece em várias destas produções, com homenagens ao longo do



“caderno de poesias”, ou seja, em epístolas e sonetos. Não foi possível identificar mais informações, como o seu nome completo. Esses textos encontram-se nas páginas 36, 37, 47, 49 do seu “caderno de poesias”. Na página 49, a epístola produzida era de despedida do amigo Machado, que em 1819 estava de viagem, provavelmente para Coimbra com o objetivo de estudar.

Em epístola escrita de 16 de abril de 1823, Evaristo da Veiga (1915, p. 135–7) trouxe como assunto as dificuldades que tinha em se comunicar com amigos seus que estavam em Coimbra. Disse que rupturas estabelecidas a partir de 1820 dificultaram esse processo e isso não era benéfico nem para o Brasil nem para Portugal. Citou seu amigo Machado e as dificuldades que tinha de vir ou se comunicar com o Brasil. Todo o atrito entre portugueses que viviam em Portugal e as pessoas do Brasil impedia o envio de cartas, das viagens. O comércio foi paralisado, e as notícias não podiam circular.

Não aparecem poemas de Evaristo da Veiga no “caderno de poesias” no ano de 1815; e em 1816 suas produções passam a apresentar uma característica romantizada, como os amores fantasiosos. Dedicou-se a assuntos como amizades que podem demonstrar aquele momento de sua vida. Esses escritos podem ter sido parte de suas tarefas como estudante em razão da forma como expunha a temática e as funções do texto produzido. Consta uma tradução intitulada “(Princípio) de Athalaia de Racine”, escrita entre 14 e 20 de novembro de 1817. Nesse período Veiga desenvolvia seus estudos em línguas por meio de traduções. Estas podem ter recebido a solicitação de algum professor ou por meio de seu contato direto com obras que chegavam ao Brasil, na livraria de seu pai.

Salientam-se os textos produzidos em homenagem ao padre Francisco Marcelino de Santana Bueno, professor de filosofia de Veiga no seminário. Em um dos textos ele mencionou aproveitar os feriados como o de Páscoa para escrever suas homenagens. Esse professor recebeu outros textos que lhe foram dedicados, um em especial em despedida ao curso de Filosofia, com datação escrita em 27 de novembro de 1818.

Em 1819, Evaristo da Veiga escreveu soneto com elogios às comemorações dadas ao aniversário de dom João VI; sonetos ressaltando sofrimentos em relação à mudança de seu irmão Bernardo Veiga, que foi morar em Campanha. Um amigo chamado Lourenço José Ribeiro que viajou para fora do Rio de Janeiro, também, foi mais de uma vez homenageado. As despedidas eram parte das temáticas de

homenagem como a Thomaz, a Vilela. Amigos que haviam partido para Coimbra para estudar (VEIGA, 1915). Entre os anos 1820 e 1830, Veiga escreveu temas amorosos para musas — amores não correspondidos. Na comemoração da união da casa de Bragança e a casa de Áustria com o casamento de Pedro I e Leopoldina, escreveu exaltando o acontecimento. A chegada da futura esposa lhe proporcionou características romanceadas em poemas e elogios feitos aos membros pertencentes à família real.

Epigrama datado de 9 de julho de 1822 foi dedicado aos jornalistas, evidenciando a imprensa como recurso importante ao desenvolvimento de ideias em torno da organização política. Desse modo, os versos evocaram a importância da instrução para formar uma opinião pública e via essa potencialidade no jornal. Leiamos.

Os antigos prodígios/de escarnecidos séculos tornarão/ Volverão os  
prestígios,/ Com que as velhas avós nos embalarão/ Nós não vemos  
um homem/ Por conjurus mudar-se/ Em cavallo ou medonho  
lobishomem,/ Mas cavallos em homens transformar-se/ quem juntar  
duas phases não sabia,/ E um libro nunca Leo de cabo a rabo/ Tentado  
do diabo/ A escrever quatro letras principia:/ Ao bem público, diz o  
novo Author,/ E seja como for,/ A minha livre Penna se consagre, Ei-lo  
que o povo instrue, que julga os Reis,/ dos bons oitenta réis, E santo  
amor da Pátria oh que Milagre! (VEIGA, 1915, p. 102).

Em sua rede de socialização, o nome de Evaristo da Veiga passou a ser cada vez mais percebido, dados os poemas e hinos — como constitucional brasileiro — e a tentativa de entrar em algum tipo de trabalho burocrático no sistema de governo. Esse desejo não se efetivou, de acordo com biografias já desenvolvidas, contudo, seu irmão João Pedro da Veiga ocupou cargo público, o que em muito deve ter auxiliado Veiga. Auxílio que veio do pai também.

### 3.1.2 *De pai para filho: a livraria como lugar de sociabilidade*

Um importante ambiente destacado por aqueles que pesquisam sobre Evaristo da Veiga e suas relações foi sua livraria, passada para ele e com a qual desenvolveu o sustento de sua família. É sabido que livrarias como a de seu pai foram chamadas de *clube de leitores*. Ali, nomes diferentes se reuniram para estudar obras vindas, em particular, da França, jornais das províncias do Brasil e do Rio de Janeiro.

*O Diário do Rio de Janeiro*, na edição de nº 13 de dezoito de janeiro de 1830, fez uma descrição da venda de variados livros não só na livraria de Evaristo da Veiga, na rua São Pedro, 219, mas ainda na rua dos Ourives, nº 86. Percebe-se que a Rua dos Pescadores foi um local em que diferentes formas de ganhar a vida relacionar se cruzavam no Centro do Rio de Janeiro. Um quadrilátero português se formou entre as Ruas da Quitanda, Ourives, Direita e das Violas no Rio de Janeiro, em que muitos acontecimentos se davam a partir das relações estabelecidas. Nas relações estabelecidas uma chamou a atenção à amizade desenvolvida entre Francisco de Paula Brito e João Pedro da Veiga, irmão de Evaristo.

Na rua da livraria Evaristo foi local de vizinhança em que circulavam homens com diferentes empreitadas, em diferentes setores da cidade do Rio de Janeiro. A aglomeração de diferentes negócios, lojas, a atividades desenvolvidas fizeram daquele local onde se situa a rua dos pescadores como um espaço de acontecimentos na cidade. Anúncios de produtos a venda, avisos, propaganda das casas de serviços estão presentes nas edições do Jornal *Diário do Rio de Janeiro* entre os anos de 1831. Entre as notícias um grande volume de informações sobre a venda de homens e moças. Anunciavam-se leilões para compra de lotes e mais lotes deles. A busca por amas de leite, o aluguel de mulheres com a função de amas de leite, aluguéis de moços (escravizados) para desenvolver serviços como sapateiros, trabalhar na lavoura, tudo se associava a tais leilões. Outro anúncio de destaque foi o de informações sobre recompensas prometidas a quem desse notícias de pessoas escravizadas fugidas. Esse era o maior número de anúncios quando se tratava desse assunto. Havia informações nos anúncios sobre as habilidades de pessoas escravizadas e se aqueles possuíam algum vício. Entre os anúncios encontrados no *Diário do Rio de Janeiro* que destacam a localização do comércio na rua dos Pescadores está os de lojas de *fazendas modernas*, venda de louças finas, vinho do Porto, tinas de bichas para tirar sangue, jornais que estavam em produção nas tipografias, venda de cavalos, contratação de cozinheiro, vendas de artigos de decoração, venda de prata, anúncios de locais onde se encontravam cartas trazidas pelo Comércio Marítimo. Outros como o aluguel ou compra de sobrados amplos para abrigar reunião de pessoas. A solicitação principal era de que os estabelecimentos estivessem localizados entre rua dos Pescadores, a do Sabão e a de São Pedro. Foi possível levantar por meio de uma busca no *Diário Rio de Janeiro* o número de

anúncios que traziam como localização do negócio a rua dos Pescadores, entre os anos de 1831 a 1837.

QUADRO 3. Anúncios de negócios localizados na rua dos Pescadores do Rio de Janeiro nos anos 1831–7

| ANO  | EDIÇÕES NO ANO | ANÚNCIOS CITANDO A RUA DOS PESCADORES [NÚMERO APROXIMADO] |
|------|----------------|---|
| 1831 | 280            | 210   |
| 1832 | 290            | 202   |
| 1833 | 285            | 162   |
| 1834 | 282            | 183   |
| 1835 | 291            | 131   |
| 1836 | 292            | 156   |
| 1837 | 294            | 133   |

FONTE: várias edições do *Diário do Rio de Janeiro*

No local em que Evaristo da Veiga se instalou havia a circulação de diferentes negócios em razão da área. Nas ruas próximas, localizados na área central antiga do Rio de Janeiro se observa movimentos dos mais diversos. Havia leilões em casas chamadas de sobrados (*Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 7 de junho de 1836, nº 5.) em que o redator do *Jornal Diário do Rio de Janeiro* fazia questão de destacar o morador, o luxo da casa, os móveis sofisticados pertencentes à residência onde seria realizado o leilão de peças caras. Um imóvel nessa localização do Rio de Janeiro não poderia ser comprado com pouco dinheiro. A Rua foi rota das procissões realizadas por festividades cívicas ou religiosas na cidade do Rio de Janeiro, naquele período (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1836, nº 9). Machado (2013, p. 35) apontou que a venda de livros tornou uma fonte de transações comerciais e muitos se enveredaram por este caminho dos negócios.

Paula Brito buscava a ajuda de Evaristo e João Pedro da Veiga na correção de alguns de seus primeiros escritos (GODOI, 2014). Souza (2015, p. 15) pontuou que Paula Brito por ter estabelecido uma proximidade com Evaristo da Veiga e seu irmão. João Pedro ao compactuar algumas ideias políticas muitas vezes foi ofendido ao se deslocar por aqueles locais. Apontou ainda que em ruas como da Quitanda, Ourives, Direita e das Violas estavam localizados casas e comércios de portugueses lusitanos (SOUZA, 2015, p. 45). Evaristo da Veiga possivelmente esteve presente nesse

emaranhado de conversas, trocas de conhecimento pelos locais em que circulava e no movimento dos homens em luta por seus interesses.

De acordo com Machado (2009), a livraria de Evaristo da Veiga, já nos anos finais da década de 1820, era uma das mais movimentadas, onde se tinham vendas de outros produtos e não só dos livros. A ponto<sup>106</sup> de encontro era comum em suas reuniões para tratar em especial da política. Diferentes tipos de interesses representados por homens que estiveram próximos a Veiga no período que atuou nas associações e que defenderam ideias políticas próximas às dele, mas também contrárias.

### 3.1.2.1 Lugar de homens: Torres Homem e Sousa Oliveira

Um dos homens que estabeleceram relação de amizade com Evaristo da Veiga foi Francisco de Salles Torres Homem, frequentador da loja de livros. Nasceu no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1812 (VAINFAS, 2002). Seu pai, chamado Apolinário Torres Homem, era padre e se casou com uma quitandeira que tinha como ponto de trabalho o largo do Rozário. Mulato, Torres Homem conseguiu se formar em Medicina e Cirurgia pela Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro e teve apadrinhamento político de Veiga, além de abertura para publicar na *Aurora Fluminense*. O exemplo de Francisco de Salles Torres Homem demonstra como era difícil penetrar naqueles espaços que davam possibilidade de mobilidade social. Ao mesmo tempo, os laços estabelecidos entre os meandros das ações desenvolvidas, por meio da filantropia, criavam uma política de favores e deveres do beneficiado com o beneficiador. Ele chegou a escrever para *O Independente* a partir de 1832 e, em 1833, compôs a delegação diplomática do Brasil em Paris com ajuda de Veiga. Nessa oportunidade, se licenciou em Direito pela Sorbonne (BASILE, 2004). Disso Vainfas (2002) inferiu que em 1833 Veiga demonstrava ter estabilidade econômica, pois pôde custear a ida do amigo para França.

---

<sup>106</sup> Pode-se destacar alguns nomes: Antônio Pedro da Costa Ferreira, Antonio Lessa, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Candido Baptista de Oliveira, Diogo Antonio Feijó, Francisco de Paula Araujo, Francisco Freire Allemão, Francisco de Salles Torres Homem, Gabriel Mendes dos Santos, Jacintho Rodrigues Pereira Reis, Januário da Cunha Barbosa, José Bento Ferreira de Mello, José Martins da Cruz Jobim, Juvencio Ferreira, Lourenço José Ribeiro, Luiz Lobo, Manoel Odorico Mendes, Octaviano Roza, Saturnino de Sousa e Oliveira, Xavier de Carvalho e entre outros.

Com efeito, na edição da *Aurora Fluminense* de 13 de agosto de 1832, a coluna “Interior” trouxe um texto assinado por Evaristo da Veiga e Francisco de Salles Torres Homem. A intencionalidade era combater discursos da Câmara que colocavam a posição de Veiga como defensor da República. Os grupos políticos chamados de exaltados tinham diferentes intenções se angariassem fatias do poder governamental, como fortalecimento dos poderes locais. Como nas regiões interioranas que interesses eram outros, as melhorias pretendidas para atenderem a anseios locais; e isso gerou disputas entre as elites. Nesse sentido, se utilizava dos caminhos possíveis para manter o status quo estabelecido. Ou seja, era a ordem cobiçada por meio de um constante abafamento dos movimentos que contrariavam os interesses do governo central.

Explicaram que no Brasil a ideia que se tinha de República estava associada à anarquia, bem diferente do ocorrido na América do Norte. Por essa razão combatiam os grupos exaltados e os de pretensões restauradoras. Isso pode levar a inferir que colunas, em especial, as que debatiam assuntos de política podem ter sido escritas por Torres Homem. Ao afirmar que

Nós não pensamos desse modo: temos para nós que os usos, os costumes, os hábitos, as opiniões, os prejuízos sociais tudo aqui é ainda Monarchico, e que devendo os sistema de Governo adaptar-se as necessidades e as exigências dos associados, o que melhor nos convém é a Monarchia Representativa. Teremos porém como hum crime a opinião dos que amão e preferem o regime republicano? Se elles sinceramente o dezejão, e sobretudo, se tem as virtudes, o patriotismo ilustrado que são indispensáveis para uma República, nós os respeitamos, sem partilharmos suas theorias políticas (AURORA FLUMINENSE, 13 ago, 1832, p. 1).

Ao menos em 1832, ideias e defesas de Evaristo da Veiga e Francisco de Salles Torres Homem se estreitavam. Nessa empreitada, o apadrinhado de Veiga realizou estudos em economia política e sistemas financeiros, concluindo o curso de direito na Universidade de Paris. Integrou-se a movimentos que fundaram a revista *Niterói*, junto a Gonçalves de Magalhães, Araujo Porto-Alegre, Pereira da Silva e Candidato de Azeredo Coutinho. Tais influências e estudos de Torres Homem fazem pensar em como pode ter auxiliado Veiga em suas articulações políticas e para aqueles que apoiava. O mesmo pensamento se aplicaria a outro frequentador da livraria: Saturnino de Sousa e Oliveira (1803–48).

Saturnino de Sousa e Oliveira se relacionou com Evaristo da Veiga em função da aproximação de ideias do grupo político moderado. Atraiu a atenção do grupo moderado por suas convicções e ações nos cargos de comando que exerceu na Corte. As ações do seu grupo político frentes aos conflitos com os que tinham ideias liberais extremadas ou conservadores, aqueles que inspirassem perigo foram combatidas com violência, entre 1831 e 1832. Nas lutas pela diminuição do poder centralizados no Rio de Janeiro, isso dava sustentação a intenções de cimentar o poder de comando das províncias na maioria dos casos homens de propriedades rurais ou negócios que influenciavam na vida das pessoas de um determinado local do Brasil.

Sousa e Oliveira recebeu nomeação para o cargo de inspetor da alfândega do Rio de Janeiro em 1833; mas houve afastamento da função por contrariedades com Antônio Diogo Feijó. Nesse processo, ele construiu a praça do Comercio, trouxe ideias para realização de reformas econômicas. Por seu modo de atuar e ideias desenvolvidas, Sousa e Oliveira recebeu elogios de Martin Francisco<sup>107</sup> e de Calmon Du Pin, depois visconde e marquês de Abrantes. Sua formação foi em direito, pela universidade de Coimbra. Fez parte do conselho do imperador e da Ordem do Cruzeiro, além de comendador da Ordem de Cristo e foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Colaborou para a criação dos juízes de paz e os corpos da Guarda Nacional. Foi comandante do batalhão da freguesia de Sacramento, onde houve acontecimentos que eram relatados por ele em cartas à *Aurora Fluminense*, e esse fato demonstrou como foram recebidas notícias dessa localidade. Em 1831, com sua entrada como tenente-coronel na Guarda Nacional, ele aumentou seu destaque; também suas relações com Evaristo da Veiga. A aproximação das ideias do grupo político moderado estabeleceu alianças nos projetos encaminhados (BLAKE, 1970, p. 197–9).

No caso Januário da Cunha Barbosa (1780–1846), sua aproximação de Evaristo da Veiga se alinhou ao grupo que fez parte de um pensamento liberal; ou seja, ele fazia parte do conselho diretor da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência

---

<sup>107</sup> Martim Francisco Ribeiro de Andrada (Santos, 19 abr.—23 fev. 1844) foi um naturalista e político presidente da Câmara dos Deputados e ministro da Fazenda no período do império do Brasil. Era graduado em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra. Ele foi uma importante figura no cenário político brasileiro junto com seus irmãos José Bonifácio de Andrada e Silva e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva formaram a trindade dos Andrada, com enorme importância política nos primeiros anos do Brasil livre. Sua importância máxima foi em seu período como ministro da Fazenda e no episódio da maioridade de D. Pedro II em 1840.

Nacional (VAINFAS, 2002). Barbosa foi professor de latim, retórica e desenho e entrou para o meio jornalístico no vintismo, sobretudo quando as cortes de Lisboa abandonaram a postura conciliatória e passaram a confrontar os interesses das elites que viviam no Brasil. Foi Membro da loja Maçônica Grande Oriente e, junto a Gonçalves Ledo (1781–1847), fundou o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821–2).

A característica do *Revérbero Constitucional Fluminense* era a defesa da formação de um império luso-brasileiro sediado no Brasil. A temática da independência passou a fazer parte constante das discussões a partir do momento que entra em ebulição o conflito de interesses entre os portugueses que viviam no Brasil e em Portugal. Ele procurou conquistar o príncipe dom Pedro I para questão da emancipação do Brasil e participou, junto a Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, do Dia do Fico. Foi um mentor da representação do Rio de Janeiro encaminhada para dom Pedro I, aconselhando a desobedecer a dom João VI e as cortes para retornar a Portugal. A luta política de seu grupo era que Pedro I se tornasse o protetor e defensor perpétuo e constitucional do Brasil. Uma das frentes das ações políticas desenvolvidas foi convocação da Assembleia Geral Brasiliense. Os embates surgidos nesse período no confronto de interesses entre os encaminhamentos dados por José Bonifácio de Andrada e Januário da Cunha Barbosa levaram Barbosa à prisão. Foi deportado e retornou ao Brasil em 1823, tempo em que estabeleceu contato próximo com dom Pedro I e que lhe rendeu se tornar servidor como cônego da Capela Imperial. Além disso, foi eleito deputado na primeira legislatura da Assembleia Geral e, depois, diretor da Imprensa Nacional.

Outro interlocutor de Evaristo da Veiga com vínculos com Portugal foi Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (1800–55), pois se formou em Direito na Universidade de Coimbra. De volta ao Brasil, desempenhou cargo de desembargador da relação da Corte, além de ter sido eleito deputado pela província de Minas Gerais em 1830. Fez oposição a dom Pedro I, junto a Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão, Paula Sousa e Melo, padre José Custódio Dias. Após 1831 se filiou à Sociedade Defensora da Liberdade Nacional, foi ministro do Império em 1833, da Justiça de 1833 a 1835, no terceiro gabinete da regência Trina Permanente. Criou o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado e atuou na partilha de ideias moderadas na política (VAINFAS, 2002). É citado



em cartas de Veiga como alguém que o acompanhava em projetos desenvolvidos na política. Em carta de 1834 a José Athaide Moncorvo, Veiga destacou o nome Aureliano como alguém que frequentava a casa dele para debates assuntos de seu interesse (VEIGA, 22 jan. 1834).

Possivelmente, a organização de textos impressos na *Aurora Fluminense* tenha passado por ajustes discutidos à luz dessas conversas. Entre os ajustes pensados por aqueles políticos, estava o de olhar para as condições das revoltas e de como destruí-las. E nesse jogo de disputas pelo poder entre uma política mais centralista ou de iniciativas liberais flertava-se com a abertura de maiores poderes nas províncias. Houve necessidade de atender a anseios de elites locais, porém com cuidado dedicado aos movimentos de grupos mais populares. Percebe-se por meio da leitura do jornal *Aurora Fluminense* que por mais distanciada que as camadas populares pudessem estar das movimentações, estas eram afetadas por conflitos e revoltas comandadas pelas elites do interior. Tais acontecimentos afetavam a paz local. A violência foi utilizada como principal recurso para dizimar os que se movessem em contrariedade àqueles que tinham força de comando.

Enfim, cabe mencionar Francisco Freire Allemão (1797–1874) como outro interlocutor de Evaristo da Veiga. Allemão nasceu em família de lavradores sem condições de sustentá-lo nos estudos. Mas recebeu formação elementar do dono da fazenda onde a família dele morava e chegou a ser sacristão da Igreja. Em 1817, conseguiu estudar no Seminário São José com a ajuda do vigário da igreja. Em 1821, após finalizar o curso eclesiástico, matriculou-se na Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro. Pagou seus estudos ministrando aulas particulares, que lhe dava uma pensão custeada pelo governo. Também trabalhou no Hospital Militar. Em 1827, com a ajuda de amigos, Allemão foi para a França, onde se tornou doutor pela Faculdade de Paris. De volta ao Brasil, desembarcou na Corte em fevereiro de 1832, ano de alterações políticas e culturais importantes no Brasil e que eclodiram após sua partida para França (BLAKE, 1970, p. 448–50). Entrava no conturbado período regencial, em que o grupo moderador tinha influência no encaminhamento dos destinos do Brasil. Seguramente, a filiação de Allemão à sociedade defensora o pôs em contato com grupos sociais a quais estava integrado Veiga, uma dessas vozes influentes na política que se fez ouvir nas associações civis que então se formavam.

Com efeito, Evaristo da Veiga participou de associações<sup>108</sup> que influenciaram na formação de uma opinião pública com interesses diversificados. Há documentos de sua inclusão em sociedades do Rio de Janeiro e da contribuição de suas ideias para assuntos discutidos pelos membros de sociedades como: Defensora da Liberdade Nacional do Rio de Janeiro; Amante da Instrução; da Instrução Elementar e a Sociedade Filomática. Havia ainda o Instituto Histórico de Paris, a Arcádia Romana e a Maçonaria.

### 3.2 Sociedades de sociabilidade: a projeção pública entre oralidade e escrita

A Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional foi criada em 10 de maio de 1831 seguiu o exemplo da primeira associação política, criada em 29 de março de 1831, em São Paulo. Evaristo da Veiga exerceu função de primeiro-secretário e Manoel do Nascimento Castro e Silva foi o presidente.

Em 1831, Veiga se fez presente na lista de candidatos indicados para compor o conselho da sociedade. A lista tinha 24 nomes. No dia 13 de maio, data da terceira sessão preparatória, realizada na casa do sócio Antonio Borges da Fonseca, ocorreu a apuração dos votos: Veiga obteve 123 votos, o que lhe deu o terceiro lugar; Emanuel Odorico Mendes obteve 140 votos e Manuel da Fonseca Lima, 129. Na sessão do dia 20 de maio, houve reunião a fim de deliberar sobre a comissão que escreveria os estatutos reformados da sociedade. Foi votada a matéria, e Veiga obteve o máximo de votos, quinze. Antonio Paulino Limpo de Abreu (1798–1883) teve treze e o médico Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797–1868), três votos. Também houve votação relativa a candidatos — eleitos e suplentes — para ocuparem cargos de conselheiro de abril a junho de 1833. Foram quarenta nomes indicados para conselheiros. Veiga ficou em

---

<sup>108</sup> As associações surgiram como possibilidade de destacar ideias políticas. A Sociedade Defensora da Liberdade Nacional do Rio de Janeiro, fundada por Antonio Borges da Fonseca (1808–72), em 19 de maio de 1831, incluía senadores e deputados cuja maioria era do pensamento político moderado. A Sociedade Federal foi instalada em 31 de dezembro de 1831, por Ezequiel Correia dos Santos de pensamento político exaltado. Eis as sociedades constituídas: Amante da Instrução; de Instrução Elementar; Federal Fluminense; Harmoniosa; Defensora da Liberdade Independência Nacional; Promotora da Liberdade; Filomática; Conservadora; Loyola; da Civilização; enfim, Sociedade de Medicina. País afora havia as sociedades: Federal de Pernambuco, Patriótica Maranhense, Conciliadora da Bahia, Militar, Filarmônica, Auxiliadora da Indústria Nacional, dos Conrados, de Negociantes, Gregoriana, de Literatos, Defensora da Villa de São Francisco de Paula, Colunistas, Real de Medicina, Namur, Auxiliadora das Artes e Ofícios, de Beneficência e a Sociedade Diretora do Teatro da Praia do D. Manoel (MENDES, 2014).

primeiro lugar, com 153 votos, ante 77 do último indicado (AURORA FLUMINENSE, 17 maio 1833).

Com efeito, Evaristo da Veiga atuou em instituições que buscavam promover a instrução. Exemplo disso foram a Sociedade Amante da Instrução e a Sociedade da Instrução Elementar, organizadas via estatuto, formas de ingresso, possibilidades de vínculo institucional, normas de funcionamento, tarefas específicas de membros participantes. A Sociedade da Instrução Elementar foi fundada de 1831, durante a regência de Pedro de Araújo Lima e José Bonifácio de Andrada da Silva. No jornal *Aurora Fluminense* de 18 de julho de 1831, na coluna “Interior”, foram publicados seus estatutos, cujo título I, artigo 1º, explicou a finalidade: “promover por todos os meios a seu alcance a instrução elementar nesta Província e em todo o Império”. No artigo 2º havia determinação do campo de abrangência de seus trabalhos em parte das ciências físicas e morais essencialmente ligadas à instrução elementar. A sociedade da instrução, no dia 21 de agosto de 1831, realizou a eleição do conselho que dirigia seus negócios naquele trimestre. Nessa votação, Evaristo da Veiga ficou com a função de rever e escolher as memórias que seriam incluídas para o trabalho na instituição (AURORA FLUMINENSE, 31 ago. 1831).

Eram encaminhadas à sociedade reclamações e solicitações para que interferisse na melhoria da qualidade do ensino direcionado aos estudantes, em especial para a criação de instituições de ensino específicas. À redação da *Aurora Fluminense*, chegavam cartas cujo texto era incluído nas edições publicadas. Em uma correspondência, o autor — com pseudônimo de O Viajante na Província do Meio dia — pedia a criação de escola na ilha de Paquetá; entre os motivos, estava o de que a mocidade recebia ensinamentos na sacristia da paróquia, ou seja, local inapropriado; e ensinamentos não direcionados à leitura e escrita em específico. Pouca instrução era fornecida. O pároco ensinava “cantilenas” da Igreja — o correspondente disse. Ele também reclamou de três pontos de interesse: criar espaço próprio para a escola, substituir o mestre-escola por alguém que direcionasse mais a alfabetização e observação dos meios de ensinar empregados (AURORA FLUMINENSE, 28 set. 1831). Com efeito, na *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga defendeu a atuação dessa associação para abrir escolas de primeiras letras ou cadeiras de algumas aulas no Rio de Janeiro.

A Sociedade Amante da Instrução foi fundada em 1829, em 5 de setembro de 1829, por uma congregação de moços chamada Jovial e Instrutiva. A sociedade teve como objetivo inicial a instrução desenvolvida de forma recíproca entre os seus membros (SOCIEDADE AMANTE DA INSTRUÇÃO, 1837). No fim de 1829, passaram a compor o grupo de dez moços fundadores da instituição estudantes do Seminário São José e da Escola de Medicina. Cada um redigiria textos sobre assuntos variados — música, taquigrafia, francês, latim etc. — e submetesse à leitura dos companheiros mutuamente. Cada texto seria, então, corrigido entre eles. Com a entrada de novos integrantes, veio a intencionalidade de oferecer aulas para meninos pobres da região (RANGEL, 1979).

Evaristo da Veiga atuou na presidência da Sociedade Amante da Instrução, conforme atesta ata do conselho de 18 de maio de 1835 (MOREL, 2005). A referência ao documento foi analisada por Rangel (2013), que se dedicou a estudar a trajetória da sociedade tendo em vista “o pragmatismo e o humanismo da elite imperial” entre 1829 e 1876, como se lê no título de sua tese. De acordo com Rangel (2013), faltam documentos em abundância dessa fase da sociedade. Ela relatou que os arquivos guardam o relatório do presidente, o alferes Luiz Antonio Goulart, datado de 21 de agosto de 1831, e manuscritos redigidos por Bernardo Leal, encadernados em dois volumes (se referem a atas da sociedade compostas por meio de rascunhos de reuniões). Em 1862, esses documentos foram oferecidos à instituição, ou seja, após mais de trinta anos dos acontecimentos.

A Sociedade Filomática do Rio de Janeiro foi instalada em 13 de fevereiro de 1832, com o fito de se tornar um centro comum das sociedades, porém, teve duração breve (AZEVEDO, 1871). Nessa sociedade, a lista de quarenta sócios, incluía nomes como Diogo Antonio Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Francisco Salles Torres Homem e Evaristo da Veiga. A listagem foi publicada na *Aurora Fluminense* de 2 de março de 1832, em função de uma convocação dos sócios para comparecerem à Casa Militar, em dia e horários marcados pelo presidente da instituição, a fim de nomearem, entre si, os vinte nomes que comporiam o conselho da segunda classe.

Com efeito, a instituição tinha pretensões de se ampliar como centro aglutinador das demais associações. Essa intenção foi retratada na *Aurora Fluminense*; leiamos o que se informou.

Ella forma um foco de muitas luzes em beneficio de toda a Nação, reunindo em um centro commum as que se achão derramadas por todo o Império; e não só desta arte chamará em auxilio da nossa industria os sábios de todo um mundo, para que com as suas luminosas descobertas enriqueção o thesouro dos nossos conhecimentos, como também por meio de suas publicações periódicas, ou pelo ensino público de doutrinas convenientes á massa do Povo, fará chegar a instrução aquelles que devem ser illustrados para que melhor desempenhem os seus deveres como cidadãos livres (AURORA FLUMINENSE, 21 mar. 1832, p. 1).

A proposta de atuação da sociedade filomática era ser uma instituição cultural e política; porém, sua criação foi fruto do calor do momento da regência. A empreitada não teria sucesso. Como disse Morel (2005, p. 282), as iniciativas de criação de tais associações traduziam um desejo megalomaniaco que tomou parte do ideário de grupos políticos como o de Evaristo da Veiga. Mas é possível que essa compreensão se estenda às demais instituições de que Veiga fez parte, como institutos e a maçonaria.

Com efeito, Evaristo da Veiga se integrou ao Instituto Histórico de Paris, derivado da iniciativa de Eugène Garay de Monglave, em 1834. Imersos em estudos históricos estimulados pelo movimento romantismo, ele idealizou uma sociedade de erudição atenta a pesquisas históricas. De acordo com Faria (1965), havia interesse, não no desenvolvimento intelectual, mas na conquista de títulos. Seu estudo observou que a instituição foi um elemento sólido de ligações entre França e Brasil. A rigor, o Instituto Histórico de Paris era uma revista culta em seu tempo e trouxe ao Brasil relatos de viagens, descrição de países menos conhecidos, memórias de instituições, história, habitantes e costumes. Na 14ª assembleia geral, em 8 de julho de 1835, houve nova adesão de sócios. Foram lidas treze cartas de adesão de brasileiros. Evaristo da Veiga foi admitido na terceira classe. Seu nome foi citado pela primeira vez no *Journal de L'Institut Historique* (tomo II) associado a um carta de Monte-Alverne, lida em assembleia geral. Duas cartas de Veiga estão registradas nos manuscritos das atas; nelas, ele se comprometia a colaborar com o instituto. Consta uma crônica com notícia sobre a

sua morte (FARIA, 1965, p. 135–6). De acordo com o *Dicionário bibliográfico português*, o instituto,

Não menos inclinado as letras amenas que as discussões tempestuosas da política militante, foi um dos primeiros imitadores da escola litterária da restauração na França, do que deu prova em algumas peças poéticas que imprimiu, e nas muitas que deixou inéditas (na sua maior parte políticas) e que se conservam em grosso volume (SILVA, 1870, s. p.).

Ainda que num passado remoto, a maçonaria foi outra instituição associada à cultura francesa e de que Evaristo da Veiga participou; não por acaso, a palavra deriva do francês *maçon*, ou seja, equivalente a pedreiro. Veiga foi iniciado na Loja Esperança de Nictheroy e nela permaneceu até o grau de mestre maçom, conforme ata 37, livro II, de 2 de maio de 1832 (LOJA UNIVERSITARIA, 2021). Outras fontes dizem que ele se iniciou em 1º de junho de 1832, então com 33 anos de idade; depois, teria se filiado à Loja Comércio e Artes, fundada em 15 de novembro de 1815; e nela teria exercido o cargo de primeiro vigilante e se demitido algum tempo depois, ante a ambição de outros membros afins do cargo (FAMOSOS MAÇONS, 2021).

Nessa cidade do Rio de Janeiro, mudanças se acirraram, marcando caracteristicamente atividades que passaram a ser desenvolvidas e alterar costumes preestabelecidos. Nesse processo, entrou a fundação das instituições referidas antes, sobretudo das lojas maçônicas. A quantidade delas se ampliou a ponto de membros de uma se filiarem a outra, como fez Evaristo da Veiga em 1833. Ele foi encarregado de redigir o manifesto de desligamento da Loja do Comércio e Artes do Grande Oriente do Brasil com intenção de filiação à do Oriente do Passeio. O manifesto explicou motivos da separação realizada naquela ocasião (LOJA UNIVERSITÁRIA, 2021). Para Morel (2001), o pertencimento ou não à agremiação maçônica requer mais pesquisas; mas ele ressalta que foi predominante entre letrados urbanos do século XIX.

Segundo Morel (2001), as lojas maçônicas se definiam por certas concepções de organização demarcadas mais por certo vocabulário, rituais, símbolos do que por ideologia definida; igualmente, o ar de segredo se associa às maçonarias, isso não

qualificava como maçônicas todas as agremiações secretas.<sup>109</sup> Como agrupamentos sociais, as lojas maçônicas constituíam lugares da sociabilidade da Corte que foi se desenvolvendo à medida que a vida no Rio de Janeiro se tornava mais complexa, agitada, movimentada, sobretudo, mais povoada; em especial, as maçonarias se atrelavam a outros tipos de associações com diferentes redes de poder. Nesse caso, a preocupação maior no grupo de Evaristo da Veiga era de cuidar que, após a abdicação, dom Pedro I não retomasse o poder (SOUZA, 2015).

Morel (2005, p. 274) cita um folheto de 1837 relativo a uma homenagem a Evaristo da Veiga em sessão solene que teve Antonio Felix Martins como orador. Intitulado *Honras e saudades á memória de Evaristo da Veiga* (SOCIEDADE AMANTE DA INSTRUÇÃO, 1837). Composto de textos diversos como homenagem póstuma, foi distribuído em cerimônia realizada pela Sociedade Amante da Instrução, no dia 12 de agosto de 1837. Constatou, então, Morel a existência da loja Integridade Maçônica, tanto quanto referências à loja maçônica Comércio e Artes, indicativas da proximidade de Veiga relativa a esse grupo.

O movimento de abertura de instituições pode ter entusiasmado muitos homens do período. Era um avanço importante, pois elas se desdobraram pouco mais de uma década após a independência e três decênios após a vinda da família real para o Brasil. Nesse sentido, convém ressaltar algumas mudanças<sup>110</sup> ocorridas após 1808 que contribuíram para alterar o ritmo da vida de quem vivia na segunda capital da colônia — Rio de Janeiro. Com o estabelecimento da Corte, a colônia passou a ser reino, ao qual era necessário um aparato burocrático-administrativo e fazer desenvolver a infraestrutura urbana, sobretudo com a construção de prédios.

Um problema se impôs de cara: demanda por serviços e profissões não desenvolvidas ainda. Como diz Basile (2001, p. 15), para acomodar “todo o aparato

---

<sup>109</sup> Teófilo Ottoni (1807–69) destacou que Evaristo da Veiga era considerado o secretário do Clube dos Amigos Unidos e foi iniciado em outras reuniões secretas.

<sup>110</sup> Para Carvalho (1998, p. 159), quando invadida a Península ibérica em 1807 pelas tropas francesas, Portugal se achava sem forças para lutar contra a invasão, muito menos para manter a colônia. Nesta, existiam em torno de quatro milhões de habitantes, com a presença de uma economia de exportação estagnada, sem ligação administrativa ou política entre as capitanias. O então futuro monarca dom João VI, ao seguir os conselhos de dom Rodrigo de Souza Coutinho, aceitou o patrocínio da Inglaterra, assegurando a dinastia e a integridade do reino.

político-administrativo do Estado português”, foram necessárias “instituições<sup>111</sup> destinadas a promover a ciência e a cultura, a civilizar a nova metrópole”. A medicina e sua prática estiveram entre as demandas a serem supridas para compor esse aparato. Não por acaso, foram objetos da reflexão de Evaristo da Veiga em pontos de vista distintos. Mais que isso, tais questões o ligavam a outros interlocutores, a exemplo José Martins da Cruz Jobim, com quem fez amizade ainda nos tempos de seminário.

### 3.2.1 *Sociabilidade médica: medicina como matéria jornalística*

Com efeito, José Martins da Cruz Jobim teve atuação marcante na organização da medicina no Brasil, em especial a partir da década de 1830, quando sua influência passou a se desenvolver e ganhar força. Nasceu na cidade de Rio Pardo, então província do Rio Grande do Sul, em 26 de fevereiro de 1802. Filho mais velho do tenente português José Martins da Cruz Jobim e de sua primeira esposa, Eugênia Rosa Pereira Fortes, teve como irmãos Antônio Martins da Cruz Jobim, mais tarde barão de Cambaí. Filho de pais pobres, mudou-se ainda criança para o Rio de Janeiro a fim de receber educação mais aprimorada. Foi matriculado no extinto Seminário Episcopal de São José. Então se tornou médico, professor, político e pioneiro da psiquiatria no Brasil (FERREIRA, 1999; ver também GONDRA, 2004).

A trajetória de José Martins da Cruz Jobim na medicina inclui a ida para França em 1821, onde ingressou na faculdade de medicina de Montpellier. Em 1828, obteve grau de bacharel em Ciências Naturais e doutor em Medicina pela Faculdade de Paris. De volta ao Brasil, foi nomeado médico da Santa Casa de Misericórdia e se tornou chefe de suas enfermarias, além de médico da Câmara. Ao mesmo tempo, Jobim se lançou no processo de constituir instituições voltadas ao desenvolvimento do país. Nesse sentido, ainda em 1828, entrou para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que objetivava aperfeiçoar técnicas agrícolas, de comércio e da indústria. Depois disso, se ligou a ações similares voltadas à medicina no Rio de Janeiro. De início, ajudou a

---

<sup>111</sup> Após a chegada da família real, foram criados: Biblioteca Real, Museu Real, Observatório Astronômico, Jardim Botânico, Imprensa Régia, Academia de Belas Artes. Destaca-se a Academia Médico-cirúrgica, criada em 1813, no Rio de Janeiro, e, dois anos depois, na Bahia. Originária da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro e da Escola de Cirurgia da Bahia, estabelecidas pelo Governo joanino em 1808, foi embrião da futura Faculdade de Medicina, fundada nas mesmas cidades em 1832. A Academia Médico-Cirúrgica oferecia cursos de Medicina e Cirurgia e o de farmácia (BASILE, 2001).



fundar da Sociedade de Medicina, futura da Academia Imperial de Medicina; depois, a partir de 1831, passou a ser membro do conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência.

Com efeito, tal qual apontou Gondra (2004, p. 50), em 1829 a Sociedade Médica se tornou confraria de homens da ciência. Passou-se a se tratar de interesses médicos-sociais e do ensino da medicina (Academia Imperial de Medicina) sob os auspícios do governo. Esse processo teria se iniciado via oficialização da medicina como atividade diferente da realizada por barbeiros, sangradores e práticos. Os médicos atuavam de modo a estabelecerem diálogos com outras áreas do conhecimento em nome de um projeto de nação. Portanto, foi feita área científica legítima que a medicina entrou no processo de regramento da vida individual e do ordenamento social do país.

Nessa direção, José Martins da Cruz Jobim veio a participar de comissões organizadas pela Sociedade de Medicina e, em 1830, foi indicado para ser relator da comissão de salubridade, que objetivava examinar a situação de prisões, hospitais, casa de expostos e hospícios. Segundo Ferreira (1999), em 1831 ele publicou *Observações sobre a tísica pulmonar e a enfermidade vulgarmente chamada de opilação*, trabalho onde demonstrou o produto de observações da ancilostomíase (ou amarelão). Ainda conforme esse autor, apesar de ser doença endêmica, não era objeto de muitos estudos no país. Jobim chegou à conclusão de que as doenças atingiam mais pessoas escravizadas, gente do meio rural e estrangeiros pobres; e que deixavam sequelas, tais quase lesões intestinais, alterações na corrente sanguínea e em outros órgãos.

José Martins da Cruz Jobim é um dos que entraram no círculo de socialização de Evaristo da Veiga. Seguramente, circulou em mais de uma instância comum ao trânsito de Veiga como editor e redator de jornal — pensemos nos meios afins à imprensa, fossem os espaços da “redação” ou as oficinas tipográficas. Afinal, Jobim era redator — o primeiro — da *Revista Médica Fluminense* (BASILE, 2004). Por outro lado, a *Aurora Fluminense* fez menções ao nome dele em assuntos variados, tais quais pleitos eleitorais e o envolvimento dele com sociedades. O tom era elogioso. Exemplo disso foi a instalação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em fevereiro. O evento foi relatado na *Aurora Fluminense* de 15 de março. No texto, lemos que o

Sr. Dr. Jose Martins da Cruz *Jobim*, archivista e thesoureriro da sociedade, repetio hum Discurso, que mostrou a *utilidade das associações scientificas* [...] [O] Orador [...] excitou a tão alto grau a *sympatia geral pelos nobres e elevados*, que soube derramar no corpo de seu Discurso (AURORA FLUMINENSE, 15 mar. 1830, p. 1.388).

Como podemos ler, José Martins da Cruz Jobim apareceu no plano da sociabilidade criada pelas sociedades que se formavam no Rio de Janeiro. E, ao que indica a fonte, Evaristo da Veiga esteve presente em circunstâncias em que Jobim falou; ou seja, acompanhou eventos ritualísticos em lugares e circunstâncias tais quais interlocuções e falas. Assim, para se referir aos dotes oratórios e intelectuais de Jobim, ele deve tê-lo ouvido discursar in loco, tal qual na noite de filiação referida na citação.

Todavia, pensamos que os vínculos entre José Martins da Cruz e Evaristo da Veiga se fortaleciam na imprensa. Havia recorrência de assuntos sobre a saúde na *Aurora Fluminense* e nas considerações de seus redatores sobre medicina na condição de área de estudo necessária à composição de um mundo civilizado. Com efeito, no início do século XIX, ações de divulgação de questões da saúde iam além da área literária da medicina, ou seja, circulava em textos jornais genéricos e na oralidade do meio político. Em edições daquele jornal observamos uma preocupação com regenerar os homens da cidade, ou seja, reordenar e reorganizar os espaços com intenção civilizadora. Convém lermos a seguir o que disse Gondra (2004, p. 43) sobre essa questão.

[...] [A saúde] passou a exigir para si uma autoridade e poder até então só experimentado pelo discurso da matriz religiosa, o que não implica e não nos autoriza a falar de uma renúncia ao modelo religioso. Pelo contrário, trata-se de adotar o modelo da religião, revestindo-o com os elementos da ciência, mantendo-se conservado o lugar de quem ouve, analisa, avalia, julga, prescreve e ameaça.

Eis aí uma preocupação presente em textos que Evaristo da Veiga escreveu. Trechos de considerações médicas realizadas em outros periódicos eram comentados na *Aurora Fluminense*. Tais estudos poderiam fazer parte dos periódicos médicos que surgiam aos poucos. Foi por meio dos jornais que o discurso médico passou a ser estruturado como meio de conduzir a vida social, especialmente para a normatização do tipo de família desejada pela ordem medica. Mais que isso, a interlocução pode ter sido

fortalecida pela comunhão de ideias afins às sociedades: Defensora da Liberdade e da Independência Nacional e Auxiliadora da Indústria Nacional.

É cabível crer que Veiga, ao ter acesso a informações desse campo, possa ter subsidiado sua reflexão e crítica na *Aurora Fluminense*. Para aqueles homens, a nação que se constituía estava imbricada da necessidade de buscar na ciência os meios para descobrir as causas de muitos problemas que afligiam a organização social. Entendia-se que muitos problemas arraigados nos costumes precisavam ser regenerados, precisavam de cuidados em sua saúde moral. Os resultados das negociações e conversas foram realizados. Observam-se em textos da *Aurora Fluminense* inferências sobre problemas sociais, pessoas “alienadas” que viviam pelas ruas, descuido da higiene e outros. Eram razões que engrossavam o discurso da necessidade de construir uma civilidade, o que passava pela ação política para institucionalizar soluções e liberdade para introduzir novos costumes e novas concepções de vida.

### 3.2.2 *Sociabilidade política: liberdade como substância discursiva*

Com efeito, a influência de Evaristo da Veiga angariava figuras como Francisco de Salles Torres Homem, que se uniu a ele e pôde participar do conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional. Até chegou a redigir artigos sobre a instituição. Na coluna “Variedades” da *Aurora Fluminense* de 11 de maio de 1829 (p. 3), uma correspondência recebida de um colaborador sob o pseudônimo de Amigo da Justiça exemplifica como o debate sobre a medicina estava presente. O correspondente defendia a atuação de uma comissão médica que foi enviada para Macacú, no Rio de Janeiro (bairro). Demonstrou a intencionalidade de discordar de um texto anterior publicado pela *Aurora Fluminense* no dia 24 de abril 1829. O nominado Amigo da Justiça achou por bem ler os relatórios da comissão da Sociedade Defensora da Independência e da Liberdade Nacional e questionar afirmações que diminuían o trabalho realizado. Consideremos o trecho de seus comentários a seguir.

A Comissão médica, depois de fazer uma ligeira descripção topográfica do país, entra na explicação das causas, que julgou influírem mais para o desenvolvimento das moléstias; descreve o character destas, seu typo, as diversas complicações, &c; e, bem longe de as pellidar endêmicas, Ella as julga epidêmicas; e as reflexões que faz para concluir que não são contagiosas me parecem bem fundadas. O methodo de tratamento de que usou, he o sancionado pela

experiência, e pelos princípios fisiológicos; descomplicar a moléstia primitiva, redusil-a a seu estado de simplicidade, e depois combatê-la pelo uso de tônicos, e dos excitantes, os únicos capazes de despertar a energia dos systemas nervoso opprimida, ou diminuída pelos miasmas paludosos; eis a sua conduta, que foi bem condensada pelo grande número de doentes que salvou. A Comissão mostrou que existe, e indicou meios de destruir-se, ou ao menos de minorar-se a causa destes males, e de evitá-los, apparecendo aquella, apontou-os, e que erão do *domínio da hygiene publica*, e os da particular (AMIGO DA JUSTIÇA, 1829, p. 3; grifo nosso).

O correspondente solicitou que a *Aurora Fluminense* julgasse se achava viável publicar a sua informação. Evaristo da Veiga achou que sim. Saiu, então, a análise realizada sobre os resultados do trabalho da comissão médica. O missivista frisou que entrou “na explicação das causas, que julgou influírem mais para o desenvolvimento das moléstias”, e ao descrever o seu significado explicou que “bem longe de as pellidar endêmicas, Ella as julga epidêmicas” (AMIGO DA JUSTIÇA, 1829, p. 3). Afirmou que o modo como os homens da comissão diziam que as doenças não eram contagiosas parecia ter fundamentos. Na realidade, observaram que as moléstias eram geradas pela falta de higiene pública e particular dos moradores da região estudada. Para o autor da carta não se devia criticar a comissão, mas elogiá-la; e, ao elogiá-la, demonstrar ao governo a necessidade de tomar providências diferenciadas de socorro aos habitantes daqueles “desgraçados lugares”. Era preciso, então, não se deixar esquecer a importância de levar ao governo como eram necessárias aquelas comissões; e que, ao se organizar uma comissão médica, fossem selecionados os “Professores abhalsados em theoria, e prática, Professores da confiança pública e cujos nomes bastem para difundir a esperança nos ânimos abatidos daquelles Povos” (AMIGO DA JUSTIÇA, 1829, p. 3). A questão daquele que tem o saber da Ciência à frente de decisões legais.

Essa interlocução da área médica se constituiu como algo necessário para descobrir as causas de muitas doenças que afligiam os homens. Muitos costumes estavam arraigados na sociedade e costumes entendidos como não louváveis e que, no entender daqueles homens, precisavam ser regenerados. É importante ressaltar a entrada da medicina como área científica legítima no regramento da vida individual e no ordenamento social. Nesse caso, vale a pena lermos o excerto a seguir sobre exigência de poder e autoridade.

[...] uma autoridade e poder até então só experimentado pelo discurso da matriz religiosa, o que não implica e não nos autoriza a falar de uma renúncia ao modelo religioso. Pelo contrário, trata-se de adotar o modelo da religião, revestindo-o com os elementos da ciência, mantendo-se conservado o lugar de quem ouve, analisa, avalia, julga, prescreve e ameaça (GONDRA, 2004, p. 43).

Essa foi uma preocupação presente em textos em que Evaristo da Veiga escreveu. Textos que poderiam ter sido compilados de periódicos médicos que aos poucos passaram a ser escritos. É por meio dos jornais que o discurso médico passou a ser estruturado como forma de conduzir a vida social, especialmente na normatização de um tipo de família desejada pela ordem médica.

Com efeito, já havia sido criada a Sociedade Médica do Rio de Janeiro, em 1829, para aprimorar questões médicos-sociais e o ensino da medicina de modo oficial. Em 1833, coube a Francisco Freire Allemão, interlocutor de Evaristo da Veiga, uma cadeira de Botânica e Zoologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que o levou a desenvolver a especialidade. Ele se tornou especialista nesse departamento e foi responsável pela classificação de plantas com registro em publicação científica. Em 1833, seu nome estava entre os dos sócios da Caixa Econômica. A listagem tinha como título “Caixa Econômica”. Na listagem estavam representados grupos de homens<sup>112</sup> que detinham poderes políticos e ou econômicos. Como Allemão tinha vínculos com pessoas das redes de socialização de Evaristo da Veiga, galgou possibilidades e ajuda de grupos alinhados no ideário do amigo político para concluir estudos e se tornar homem de destaque na história da medicina brasileira.

---

<sup>112</sup> Nomes: J. J. Pereira de Fáaro, Caetano Alberto Soares, J. F. A. Branco Muniz Barreto. Luiz Joaquim de Gouvea, Antonio Freire Alemão, Patricio Ricardo Freire, S. de Souza Oliveira, J. Florindo de Figueiredo Rocha, J. Antonio Pinheiro, Estevão Alves de Magalhães, I. Pereira da Costa, Francisco Antunes Marcello, Manoel da Cunha Barboza, Chistovão José dos Santos, Francisco Lopes d’Oliveira Araujo, J. D. D’Ataide Moncorvo, J. Eugenio Tavares, João Baptista de Carvalho, João Ignácio Tavares, João Baptista de Carvalho, João Baptista de Carvalho, João Ignácio Tavares, Francisco dos Santos Ferreira, Voriolano José Pires, Manoel Rodrigues Gamboa, L. A. da Camara LIMA, João Baptista SOARES, A. Herculano Pereira Tabora, Aureliano de Souza e Oliveira, Antonio Manoel Antunes Ferreira, Luiz Vicente de Simoni, José Joaquim Martins e Antonio Fernandes da Costa. DATADO DE 21 DE JANEIRO DE 1833. Listagem produzida por J. Ribeiro da Silva – Secretario (AURORA FLUMINENSE, 23 jan. 1833).

Como observou Gondra (2004), os médicos que atuaram na sociedade ao longo do século XIX tiveram suas ações e discursos transformados em textos; os quais produziram representações de suas experimentações e possíveis respostas a expectativas que se tinham às questões do tempo e lugar. Pensar na participação de Francisco Freire Allemão em instituições onde Evaristo da Veiga tinha grande influência permite levantar possibilidades de como as ideias se cruzaram, podiam ser rebatidas ou ser aproveitados. As defesas propalavam que preparar melhor os homens para viverem em sociedade — educá-los — propiciaria a elaboração de uma modernidade. Seria o caminho redentor da regeneração, tal era um discurso estabelecido na medicina.

De fato, Gondra (2004) apontou que, por meio de sua atuação, a medicina colaborou para o desenvolvimento de aspectos educacionais não tratados pelo Estado. Não se tinha estrutura educacional desenvolvida. Mas os conhecimentos da medicina passaram a direcionar possibilidades de organizar lugares, comportamentos e costumes; isto é, da ação de regenerar a sociedade.

### **3.3 Política e desenvolvimento: a matéria da sociabilidade do jornalista**

Com efeito, em que pese o valor da medicina para consecução do ideal de regenerar a sociedade, as demandas para tal iam além. A *Aurora Fluminense* de 4 de abril de 1834, na coluna “Rio de Janeiro”, trouxe texto sobre o transporte de mercadorias no rio Doce, divisa Minas Gerais–Espírito Santo. Havia uma discussão sobre o melhoramento no transporte e a necessidade urgente de investimento naquele transporte de mercadorias que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, o texto tratou do transporte do local e da necessidade de auxiliar entrepostos de comércios que assegurassem a especuladores e fazendeiros realizar a venda de produtos e manufaturas. Tais ações trariam honra para o governo atual do Rio de Janeiro, destacado pelo redator como governo da regeneração. Foram destacadas a importância de abrir possibilidades de comércio para aquelas gentes — seria um modo de a população crescer e ganhar mais um meio de desenvolver suas atividades de ganho — e a fala do governante da província do Espírito Santo. Convém lermos as palavras de Veiga a seguir.

A parte mais plana, mais fértil, e mais povoada da Provincia he também aquella á que se estende o império das febres intermitentes. A Regencia sempre sollicita pela conservação da saúde pública acaba de distribuir nesta provincia o tratamento de taes febres, e o parecer sobre as medidas sobre a Hygiene contra a Cholera Morbus, regidos pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Oxalá que aqueles que exercem a arte de curar, que os Fazendeiros, que os pais de famíliasdêem todo o devido apreço á essas produções! Resta porém senhores, divulgarem-se as causas da infecção da nossa athmosfera, e a maneira de desterrl-as para que não se a publica Administração cooperem neste sentido. O ar que respiramos aqui, esta sempre infeccionado por miasmas paludozos, que se evapóirão dos lamarões, dos mangaes, das lagoas, e dos charcos, que são tão communs desde as Prais do Mar até as fraldas da Serrados Aimorés; e quando estes miasmas influem na produção de enfermidades, bem o manifesta o facto da Villa do Espirito Santo, em quanto as suas vallas estavam obstruídas, e o confirmao tanto esforços feitos pelos Governos dos Estados Unidos da America do Norte para esgotarem os charcos, nas imediações do povoado (AURORA FLUMINENSE, 4 abr. 1834, p. 3.826-3.827).

Como lemos, o trecho explicita a ausência de dinheiro para investir e fazer melhoramentos. Tais “melhoramentos” que trariam um maior fluxo dos produtos do interior de Minas para outros lugares. O investimento seria necessário para que a população que ali trabalhava e fazia gerar as “indústrias” não perecesse sem ganhos de subsistência. Nesse sentido, era primordial acreditar e defender os conhecimentos modernos. Isso se demonstraria por meio do investimento de recursos para melhoria desses lugares. A natureza do lugar precisava da interferência humana para a não disseminação de tantas doenças. Assim, era preciso interferir no espaço geográfico e seguir os conhecimentos destacados pela medicina. Estudos realizados no campo da medicina e os feitos nesse campo aparecerem em destaque em edições da *Aurora Fluminense*.

Tanto quanto Francisco Freire Allemão entrava no campo da interlocução e das redes socialização de Evaristo da Veiga, seu amigo de livraria Saturnino de Sousa e Oliveira era incluído em suas relações políticas, cuja expressão ocorria na *Aurora Fluminense*. Nesse sentido, a edição de 29 de março de 1833 diz que o nome de Oliveira apareceu com votos em colégios diferentes do Rio de Janeiro.<sup>113</sup> Pelo modo como é

---

<sup>113</sup> No colégio de Campos, de um total de 71 eleitores, obteve 59 votos, colégio de Cabo Frio, 15 votos, colégio de Rezende, 18 votos. Em 1º de abril de 1833, o resumo das eleições para deputados no Rio de Janeiro que apontou Saturnino havia obtido em onze colégios 332 votos.

descrita, a apuração era demorada, confusa; dependia do ajuntamento das informações. Veiga,<sup>114</sup> provável escritor da coluna “Rio de Janeiro”, deu destaque nessa edição da diferença nos números dos votantes que apoiavam as ideias de seu grupo e aqueles que defendiam ideias conservadoras de retomada do poder por dom Pedro I — vide José Bonifácio de Andrade.

Na *Aurora Fluminense* de 12 de abril de 1833, Evaristo da Veiga trouxe uma comparação da eleição ocorrida no Rio de Janeiro. Os candidatos da oposição — como ele os chamou — tinham diferença expressiva na contagem de votos. Nessa oportunidade Saturnino de Sousa e Oliveira<sup>115</sup> aparece como representante do grupo dos candidatos moderados. O resultado da eleição para deputados em 1833 foi comentado por Veiga com destaque na diferença de votos obtidos pelo seu grupo político. Procurou defender os meandros políticos; as pautas de seu grupo assumiam uma influência maior nos desejos dos eleitores. Para ele, ideias estavam em circulação, seja por meio dos jornais ou conversas que ocorriam e apoiavam interesses defendidos que buscavam retirar a possibilidade de uma retomada do trono por dom Pedro I. É nesse ponto que a atuação de Oliveira na Guarda Nacional pode ter aproximado Veiga de discussões realizadas para criar essa instituição, bem como possibilitar que tivesse conhecimento de problemas considerados nas colunas da *Aurora Fluminense*.

Além de Saturnino de Sousa e Oliveira, outros nomes do círculo social de Evaristo da Veiga aparecem nas relações de eleitos para deputados publicados na *Aurora Fluminense* e/ou em cartas recebidas pelo jornal. Entre os nomes de convívio social estava padre Antonio João de Lessa,<sup>116</sup> do grupo de oposição ao de Veiga. Ao escrever sobre discordâncias em torno de representantes políticos originários de

---

<sup>114</sup> “A Oposição obteve victoria no Collegio da Côrte, em parte no de Macahé; o maior e o mais pequeno da nossa província. Apanharão os extremos: todos os demais foram a favor dos Candidtos da Moderação. A differença do mais vottado da Oposição, para o menos vottado dos nossos, excede de 100” (AURORA FLUMINENSE, 29 mar. 1833, p. 2).

<sup>115</sup> A classificação a seguir aponta sua inserção no grupo que compactuava com as ideias dos moderados: “Nº de 10 Collegios do Campo, os candidatos da Oposição obtiverão os seguintes vottos”: Martim Francisco, 25; Montezuma, 24; Antonio Carlos, 23; Almeida Torres, 21; Barreto Pedrozo, 18; Antonio Menezes, 17; Castro Alves, 15; Lopes Gama, 13; Japiassú, 12; Gabriel Getúlio, sem votos, Gustavo Adolpho, sem votos. *Total: 170*. Relação candidato–votos: Candidatos Moderados: Rodrigues Torres, 290; Oliveira Braga, 267; Joaquim Vianna, 254; Saturnino, 250; José Maria Pinto, 249; Padre José Rodrigues, 241; Vieira Souto, 231; Padre Lessa, 229. *Total: 2011* (AURORA FLUMINENSE, 12 abr. 1833, p. 2).

<sup>116</sup> Independência e localização da capital. Representação do povo do Rio de Janeiro (maio de 1822). Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/Historia/Pacto-maio-1822.shtml>. Acesso em: 4 abr. 2022.



Portugal que ocupavam cargos políticos no Brasil, Veiga lembrou que Lessa havia sido um representante do primeiro grupo de deputados do Brasil, nos anos 1820 (AURORA FLUMINENSE, 18 dez. 1829). Também observou que Lessa foi dono de tipografia no período em 1832 quando foi solicitado a imprimir o *Diário da Câmara dos Senadores*, como podemos ler a seguir.

O Sr. Secretario participou ao Senado , que se achavão sobre a Meza duas Representações, huma de *Buéfier e Comp.*; se tinha lido outro dia; e outro de *Lessa e Pereira*, em que se oferecem a tomar por empresa a redacções do Diário do Senado, debaixo de certas condições. Porão remettidas a comissão de fazenda (DIÁRIO DA CAMARA DO SENADO, 1832, s. p.).

Da forma que lemos, padre Lessa era alguém que estava em contato direto com Evaristo da Veiga, pois oficinas tipográficas eram locais suscetíveis de abrigarem encontros daqueles homens. Outros tantos nomes são indicados em algumas correspondências de Evaristo da Veiga ou em seu jornal que podem apontar a sua rede de relações. Nomes como de Jacintho Rodrigues Pereira Reis (1768–1882), médico que se afastou do grupo moderado a partir de 1833.

### 3.3.1 *A força da palavra: o jornal e o plenário*

Com atuação na atividade jornalística e política, Evaristo da Veiga pôde abrir caminhos a outrem, mas sobretudo a si. Eram espaços para afirmar princípios moderados na condução do governo do Brasil. Nos assuntos tratados na *Aurora Fluminense* havia tentativa de fazer escola, propiciar alternância em hábitos e costumes. Assim se poderia ter visão de futuro. Nessa visão de futuro a miséria daquele período foi comentada como algo natural, em muitas vezes. Em sua vida pública, partilhava com grupos possibilidades de trazer mudanças ao Brasil. Via na iniciativa de sujeitos particulares condições para melhoria de alguma instituição, alguma estrada ou ponte. Para isso, era necessário, pela escrita e pela leitura, ecoar ideias, projetos, planos, concepções, compreensões, análises, descrições, comparações etc. Textos impressos (e não só) que pudessem gerar debates úteis a um ideal de nação. Havia contradições modos de entender as relações de riqueza e pobreza, produção e comercio, ou seja, assuntos relativos às aberturas necessárias para que leis organizativas fossem criadas e

respeitadas, para que o governo representativo fosse entendido como viável após a independência.

Pelo que se percebe nos escritos de Veiga — de outros —, a imprensa foi o meio central de contribuir para tal empreitada e fazer valer aspirações pessoais. Como um tipo de movimento social, o movimento pela liberdade de imprensa pode ter contribuído as ações de gente como Veiga o político, o comerciante, o condutor de uma família, dentre outras posições. Deu-lhes possibilidades de fazer escolhas que influenciavam não só suas vidas, mas ainda de outros com proposições mudanças nas estratégias de ação para fazer o país se tornar independente de fato dos ranços do absolutismo.

Nesse sentido, além da *Aurora Fluminense*, havia outros jornais que defendiam um pensamento moderador na política: *A Estréia*, *O Independente*, *O Homem e a América*, *O Sete d’Abril*; também panfletos: *A Voz da Razão*, *O Grito da Pátria*, *O Novo Tempo Tamoyo*, *O Regenerador do Brasil*, *O Cidadão Soldado*, *O Guarda Nacional*, *O Luzeiro Fluminense* (BASILE, 2004). Nesses veículos de comunicação foram expostas ideias que se aliavam para um jeito de ver aquele momento complicado. Ali foram vinculadas expectativas em torno de organizar a vida individual, o que era mais perspicaz a se fazer ante o que se via como perigo e merecedor de combate e o que se via como possibilidades de ganho, produção material. Acreditou-se que nos talentos individuais estava a iniciativa maior para a mudança social. A possibilidade de organização diferente do trabalho ou de outra instância social estava se constituindo como possibilidade de caracterizar a identidade do povo que habitava o Brasil. Homens e mulheres que aqui residiam tinham uma especificidade que poderia se diferir de outras localidades. Qual poderia ser essa especificidade parece ser uma busca.

Curiosamente, movimentos derivados de uma perspectiva mais popular eram entendidos como ameaça e combatidos pelo grupo político de Evaristo da Veiga. Nas ideias circuladas por mais diferenciadas que fossem em alguns aspectos, passaram a frisar a necessidade de um meio-termo ante radicalidade e extremismo. Extremismo de pensamentos separatistas, de liberdade do governo do Rio de Janeiro; ou desejos de uma volta da condução alinhada no sistema colonial.

Para o momento político vivenciado por Evaristo da Veiga, a imprensa era recurso essencial de comunicação e para comunicação política. Foi vital à carreira dele. Como deputado por três legislaturas, pôde compor grupos seletos da

intelectualidade; grupos que viam alterações na sociedade como necessárias para alcançar patamares de civilidade e o desenvolvimento. Veiga passou a atuar na Câmara dos Deputados, na *Aurora Fluminense*, em associações, além de outros espaços no final da década de 1820. Naquele momento, uma prioridade era organizar ou controlar ações ligadas ou impostas pela política do Rio de Janeiro. A ideia de o Brasil constituir uma nação se aliava ao processo de desenvolvimento de estruturas não definidas.

Assim, Evaristo da Veiga viu como necessidade aquilo que interessava a ele, atrelado às demandas sociais dele e que eram de outros, pertencentes a grupos de que participava. Tais ocorrências se cruzavam na sua vida diária e intelectual, de modo que um itinerário de formação apto a elevá-lo à posição de homem capaz de aglutinar ideias e rerepresentá-las numa lógica de coesão e coerência, de unidade semântico-discursiva. A sociabilidade estabelecida por meio da troca e informações constituiu elos de relações favoráveis ou desfavoráveis aos seus interesses. Tais relações lhe deram possibilidades de legitimar na sociedade não só pensamentos políticos de um grupo, mas também modos de agir. Ele se tornou agente de ideias na *Aurora Fluminense* e em suas participações na Câmara dos Deputados, nas reuniões de sua livraria. De certa forma, essas experiências e o que proporcionavam de saber que foram sendo construídos davam certa legitimidade a dado modo de ação na sociedade; ou seja, atribuiu um papel — deu a possibilidade, caso se prefira — a um público leitor: o de conhecer as ideias de Veiga e poder apreciá-las com crítica suficiente para apoiá-las ou desacreditar delas.

Para nos ajudar a pensar sobre o momento em que viveu Veiga, recorreremos a Sirinelli (1998), ou seja, ao caráter de estratificação. Entende-se que um caráter de estratificação foi assumido por meio de sua escrita, na comunicação oral por meio de agremiações, reuniões na livraria de sua propriedade, entre outros. Mas se faz importante observar que naquele momento muitos não tinham acesso à cultura letrada. Contudo, como já analisado<sup>117</sup> por pesquisadores da imprensa como Morel (2005) as possibilidades de acompanhar uma leitura feita pelo outro pode ter sido um meio de burilar ideias diversificadas presentes nos variados espaços de circulação.

---

<sup>117</sup> A questão do acesso a leitura dos jornais nos séculos iniciais do século XIX por pessoas comuns que ainda não possuíam a habilidade de ler.

Sirinelli (1998), ao realizar análises sobre a intelectualidade francesa na virada do século XIX para o XX, verificou que existiram ao longo das gerações transmissões de poder intelectual e, ainda, processos desenvolvidos para essa transmissão de determinados conhecimentos. Propôs que são necessárias perguntas sobre como um microclima intelectual, num dado momento conseguiu se transformar em zonas de altas pressões intelectuais. Isso nos leva a não comparar os processos e períodos históricos que distam; mas nos dá possibilidade de pensar como Veiga, como indivíduo e sujeito de uma coletividade, ao se aproximar de ideias políticas que partilhava, pôde inserir ou defender convicções em movimento social que ressoassem em convicções determinadas. Um instrumento genuíno foi a imprensa; mesmo com uma abrangência diversa, ele pode influenciar com seu conteúdo naquela população de poucos letrados. Conteúdo este originado das mais diversas relações e construções entre seus pares, mediados pela cultura.

#### **3.4 O intelectual e seus pares**

As influências das ideias de Evaristo da Veiga ou do que defendia interferiam em muitos interesses. Isso resultou em atentado sofrido por ele, em 1832, e por quem estava próximo a ele. A livraria dele (na rua dos Pescadores) ou do irmão João Pedro da Veiga (rua da Quitanda, esquina com São Pedro) foram local propício para emboscadas. As características da rua eram de um local com efervescência de pensamentos sobre política. Estavam em ebulição debates sobre possibilidades de alterar alguns quadros organizativos da sociedade. A construção do pensamento intelectual e seu espaço estavam permeados por acontecimentos que se fizeram presentes na Corte e afetaram as províncias ou eram afetados pelas lutas de interesse travadas em outras regiões.

Evaristo da Veiga integrou uma geração de pessoas que no desenvolvimento do seu processo relacional viu na leitura de textos, em especial os jornais a possibilidades de ser informado sobre as ideias de outros homens ou de colocar as suas ideias em debate. Esse espaço foi buscado mesmo que para isso se procurasse destruir a possibilidade de fala/escuta de outro/os. Vide a trajetória de Evaristo da Veiga quanto a formas diferenciadas de agir em relação à imprensa, em especial nos anos iniciais do período regencial. No pós-independência havia luta contra amarras

dadas à imprensa, aos pensamentos que contrariavam decisões do governo imperial. Na regência houve combate de Veiga a outros jornais antigoverno, sobretudo no momento em que Diogo Antonio Feijó foi ministro da Justiça. Foi período de violência, conturbação política e incertezas geradas com perigos de movimentos separatistas realizados nas províncias. Nesse momento houve um combate a certas liberdades que expunham contrariedades ao governo regencial.

Com efeito, nesse cenário, a partir de década de 1820, houve aumento nos espaços de discussões sobre a política. Estes debates se tornaram balizadores para adequação de pensamentos em torno do modo de desenvolver o Estado-nação. Em sua fase de vida afim a esse momento, Evaristo da Veiga teve determinados acontecimentos marcando a construção de seu percurso de articulação entre ver, falar e escrever sobre os eventos. Acontecimentos que podiam estar diretamente relacionados aos seus negócios e, mais ao final da década de 1820, a ações políticas.

Com efeito, essas circunstâncias históricas que incluem a classes sociais, circunstâncias espaço-temporais que não se reduzem a uma temporalidade aludem ao conceito de geração (ALVES, 2020), categoria de pensamento implicada na história dos intelectuais. Assim, uma geração de políticos e pensadores de seu tempo constituiu um conjunto de processos imbricados na história do Brasil do século XIX. Esse seguimento usufruiu do que havia se constituído sua geração, em que nasceu em um núcleo que tinha na leitura uma possibilidade de ganhos financeiros e intelectuais. Evaristo da Veiga utilizou-se de conquistas desencadeadas pelas mudanças em modos de pensar o Brasil, a partir de uma visão do Rio de Janeiro como Corte. Conquistas haviam se realizado de povos que aqui viviam, conflitaram ou se adequaram a ideias e interesses de homens que para cá vieram e se estabeleceram no comércio, atividades em âmbito rural, no campo governamental a partir de ações específicas que desenvolveram. Entre elas a instrução e a formação moral.

Com efeito, a preocupação com a instrução e a educação esteve nos incentivos dados aos cursos de ciências jurídicas a partir de 1827–8, as aulas em outras línguas ou uma simples formação para atividades para sapateiro, tipógrafo, entre outras que auxiliariam na formação de costumes para um Brasil diferente da herança colonial. Nesse ponto se levanta um questionamento de como um microclima intelectual de dado

grupo pode influenciar em pressões maiores o campo social, com modos de pensar específicos e diferenciados (SIRINELLI, 1998).

Esse constructo do modo de pensar e agir de Evaristo da Veiga lhe rendeu certo poder de influencia no grupo político moderado. Com isso, ecoa o que disse Sirinelli. Leiamos.

As elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotadas de uma capacidade de ressonância e amplificação, noutros termos, de um poder de influência. Mas *como avaliar tal capacidade e tal poder?* (SIRINELLI, 1998, p. 261).

Difícil a proposição de avaliação que esse autor francês levantou quando investigou a intelectualidade francesa no início dos anos XIX. Mas nos dá lastro naquilo que intuímos e nos moveu a conhecer o pensamento de Evaristo da Veiga, seus movimentos e sua contribuição para olhares sobre e em torno da educação. Foi observado que esteve envolto em seu cotidiano com experiências e vivências que lhe permitiram um modo de entender e exercer influência.

Neste estudo, o foco nas décadas iniciais do século XIX encaminha para um momento histórico de alternâncias no modelo político e de novas exigências. Por essa razão estavam presentes nas ações políticas interesses de matizes diversos. Interesses influenciados pelas necessidades geradas em diferentes âmbitos sociais e, por limitações em alcançar objetivos, causadas por características inerentes à organização social. É como diz Chartier (2002): as ideias já foram vistas como alicerces para elaboração de pensamentos e produção dos conteúdos pelos intelectuais. Nesse sentido, a história do intelectual seria pensar nas ideias em contexto das ocorrências que as cercam. Assim, há uma busca em articular mudanças nas circunstâncias históricas pela cultura constituída. De certa forma a cultura seria a possibilidade de articulação entre a antropologia e processos culturais que vão se desenvolvendo em um dado tempo histórico.

Com efeito, Sirinelli (1998) ao estudar as elites culturais na França e suas influências sociais na virada do século XIX para XX destacou a percepção de fatores determinantes na constituição de um domínio de poder de influenciar, de ressoar e de amplificar. Era preciso observar a história social das elites culturais e entender que essa história não se resume a sua sociabilidade, mas estava articulada com três

pontos essenciais: recrutamento, reconhecimento e estratificação. É possível perceber esse processo na vida de Evaristo da Veiga a partir de suas experiências. Ao mesmo tempo, ele nos leva a Braudel, a quem só existem histórias de muitos tempos ao mesmo tempo. Nunca existe uma história de um mesmo tempo. A história é constituída de pluralidade que se processam simultaneamente nos tempos. Devemos lê-lo.

Não há jamais na realidade viva, indivíduo encerrado em si mesmo; todas as aventuras individuais se fundem numa realidade mais complexa, a do social, uma realidade “entrecruzada”, como diz a Sociologia. O problema não consiste em negar o individual a pretexto de que foi afetado pela contingência, mas em ultrapassá-lo, em distingui-lo das forças diferentes dele, em reagir contra uma história arbitrariamente reduzida ao papel dos heróis quinta-essenciados: não cremos no culto de todos esses semideuses, ou, mais simplesmente, somos contra a orgulhosa palavra unilateral de Treitschke: “Os homens fazem a história”. Não, a história também faz os homens e talha seu destino — a história anónima) profunda e amiúde silenciosa, cujo incerto mas imenso domínio, é preciso abordar agora (BRAUDEL, 1969, p. 22–3).

Da forma que lemos, esse historiador apontou que o tempo é meio de investigação histórica, pois a partir dele é possível explicar as temporalidades dos fenômenos e seus cruzamentos. Essa consideração orienta o olhar para o Brasil ante a condição que conflitava naquele tempo e que deu elementos do que se buscava como modo de projetar o futuro. Isso porque as necessidades em âmbitos diferentes projetavam um desenvolvimento na sociedade que se apoiou em momentos diversos no conjunto de experiências já vivenciadas por outras nações onde ocorreram transformações da estrutura estabelecidas na sociedade. O movimento de independência revelava que condições dadas já não atendiam mais a tais necessidades. Situações concretas do presente impunham se pensasse na situação do Brasil em busca de um futuro diferenciado. Isso move ações, formas de pensar em política, pensar nas possibilidades de instrução, em mudanças comerciais, em modos de desenvolver o trabalho, dentre outras demandas. Era necessário atentar aos ritmos das experiências que surgiam e que gestavam necessidades ou a defesa da perpetuação de ideias.

Em outras palavras, tradições estavam postas no conjunto dos costumes, muitas delas entendidas como necessárias, a serem mantidas, e outras não. A exemplo disso, Evaristo da Veiga se ateve a um tópico criticado no jornal *Aurora Fluminense*, o chamado trabalho prático. O trabalho manual visto como algo depreciativo, de certo modo, era impeditivo para que homens buscassem conhecer mais técnicas de manipular engenhocas inventadas ou que chegavam ao Brasil. De certo modo, no entendimento que aparece na *Aurora Fluminense*, aquela tradição enraizada nos costumes tirava, da sociedade, possibilidades de desenvolvimento. Não se tratava de contrariar a instituição da escravidão, do trabalho realizado pelo africano. Tratava-se de abrir possibilidades de mais reconhecimento de que nas atividades mais simples, manuais, era preciso de um aprendizado para se aperfeiçoar. Os homens poderiam exercê-las sem entenderem que aquilo seria uma degradação a sua imagem.

Evaristo da Veiga afirmou em diferentes momentos que já tinha o reconhecimento dos direitos pelas próprias leis. As leis necessárias podiam ser criadas para organizar o comércio ao se incentivar a construção de estradas, pontes, dentre outras ações benéficas à comunidade de dadas localidades. O trabalho demandado por esse tipo de projeto pressupunha mãos treinadas, instruídas. Como não havia em abundância, era preciso instruí-las. Esse ideal de instrução permeou centralmente o pensamento educacional de Evaristo da Veiga, assim como a educação de mulheres, dentre outros temas afins à instrução, como se pode ler a seguir.



## IV

MEDIDAS DA SOCIABILIDADE: CARTAS AOS  
IRMÃOS; CONVERSAS COM OS PARES

**E**varisto da Veiga transitou por lugares distintos da Corte. Em cada um deles, estabeleceu vertentes de sociabilidade com certa distinção e certa afinidade discursiva, como nas sociedades. Mas esses lugares eram, sobretudo, lugares de ação, seja a do jornalista ou do homem público. Seu fazer não era pequeno. Redator de jornal de prestígio, devia ler constantemente periódicos em francês, inglês, espanhol; mais que ler, tinha de escrever: tomar notas, transcrever trechos, traduzir, transformar traduções em texto corrido com começo, desdobramento e fechamento, com título e rigidamente adequado ao espaço das colunas do seu jornal, a *Aurora Fluminense*, que saía três vezes na semana. Seu trabalho de redação era incessante, em casa e na tipografia, lidando com retalhos de papel, jornais e provas de prelo. Mais: houve tempos em que tinha de administrar uma livraria e uma tipografia; e tinha de pensar e refletir, e criticar e sugerir, e observar e descrever etc. Era homem público; e dele se esperavam coisas públicas — nem que fossem discursos.

É evidente a sobrecarga de trabalho de Evaristo da Veiga. Mas ele contou com ajuda, sobretudo familiar; seus irmãos o apoiavam em níveis diversos. Mais velhos, estabeleciam elos e contatos politicamente favoráveis e úteis à influência de Veiga. Abasteciam-no com ligações e conhecimentos localizados, interesses, necessidades

econômicas que davam suporte a defesas que ele fazia; lhe davam a exemplificação para fundamentar argumentos, em especial na *Aurora Fluminense*. Essa irmandade solidária ficou patente na correspondência mantida por Veiga. São textos que se abrem à compreensão de sua relação com os irmãos, com a família; é sobre como viviam e se interagem, do que falavam, do que reclamavam, do que riam... Com efeito, as cartas detalham laços familiares fortes: de relações pessoais, políticas e comerciais. A preocupação com a saúde era a tônica, tanto quanto o eram a ebulição política e seu poder de influenciar. As cartas diziam de dificuldades de viajar, pois estradas e caminhos eram escassos e desfavoráveis, em especial para ir com a família e, sobretudo, para um homem de pouca disposição física — as missivas revelam como a atividade física mais intensa não apetecia a Veiga e esposa, a exemplo do caminhar.

Nesse sentido, este capítulo discorre sobre a materialidade da sociabilidade de Evaristo da Veiga. Mas o faz com base, sobretudo, nas cartas (no suporte do papel e na manuscritura). Cabe a ressalva porque vemos as reuniões em sociedades de que Veiga fez parte, também, na condição de ocasiões de materializar a sociabilidade; porém não foi possível achar registros de diálogos de Veiga com pares em tais circunstâncias, isto é, nada além da transcrição de discursos proferidos em ocasiões como a inclusão de membros. Diferentemente, as cartas são privilegiadas porque registram a interlocução de Veiga com outrem; e não na condição de ouvinte do que outrem diz.

A correspondência que privilegiamos aqui se refere a um período em que foi mais intensa, ou seja, quando Evaristo da Veiga estava passando uma temporada no sul de Minas Gerais. Em quase cinco meses na cidade de Campanha — seguramente um tanto isolado para quem vivia na Corte —, ele enviou mais de duas dezenas de missivas aos irmãos, sobretudo a João Pedro; também a outras pessoas. Nelas há marcas de angústias e paixões, aspirações e possibilidades de desenvolver o comércio, dentre outras questões que desdobramos a seguir.

#### **4.1 Uma temporada em Campanha: a correspondência entre irmãos**

As origens de Campanha — atual Lambari — remontam à primeira metade do século XVIII, quando sua povoação se iniciou em virtude de minas de ouro na região. Foi criada como freguesia por carta régia, de 1752, e, como vila, em 20 de setembro de 1798. O status de cidade veio em 9 de março de 1840, por lei sancionada pelo

presidente da província, então o conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga, irmão de Evaristo da Veiga. Foi firmada a denominação Campanha.

De arraial a vila e de vila a cidade, Campanha se desenvolveria como região de riqueza. Convém aqui a descrição que Valladão fez. Leiamos.

[...] a *primeira sociedade cultural de Minas Gerais* surge em Campanha. A *Philantropica Campanhense*, inaugurada em 3 de maio de 1831, propunha-se a promover instrução pública e auxílio aos necessitados. Há que ressaltar a participação das senhoras campanhenses nessa sociedade, bem como em muitos outros empreendimentos, como jornais e escolas, fato raro para uma época tão conservadora e patriarcal. No concernente à educação, Campanha foi uma das principais cidades a oferecer programas de estudos dos mais completos. Nos primórdios da educação, padres começaram a lecionar latim gratuitamente, e a cidade chegou a hospedar um Padre Mestre doutor em Cânones. Em 1830, houve a criação da cadeira de francês e em 1837, as de filosofia, retórica, história e geografia. Em 1859 foi fundado o Colégio Campanhense, primeiro da cidade, e a partir de então muitos outros foram criados e construíram, dessa forma, a alcunha de Campanha, a “Atenas Sul Mineira” (VALLADÃO, 1942, p. 21; grifo nosso).

Também Andrade (2008), à luz de documentos da primeira metade do século XIX, delineou Campanha como importante e integrada a outras vilas alinhadas no rio das Mortes. A Vila de Campanha da Princesa adquiriu dinamismo dado o crescimento populacional: chegou a 8,8 mil habitantes em 1824, quando ainda era freguesia. Com efeito, era importante pelas atividades econômicas de abastecimento do comércio interno e em atividades mercantis associadas à Corte.

Ao analisar estudos demográficos realizados sobre habitantes do sul, Andrade (2008) observou a existência de populações de origem africana e de outras partes do Brasil. No caso de Campanha, entre 1831 e 1832, 30% da população livre *possuía* gente escravizada; e quase dois terços dos proprietários tinham de um a cinco pessoas; o que acaba por confirmar o padrão encontrado para o restante da província. Convém a leitura da passagem seguinte.

A distinção mais importante fica por conta dos proprietários de nível médio e daqueles que estavam no topo da pirâmide social escravista ou seja os que possuíam vinte cativos ou mais. Embora juntos representassem pouco mais de um terço da camada proprietária,

concentravam mais dois terços da população escrava (ANDRADE, 2008, p. 37).<sup>118</sup>

Campanha distava de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas é importante salientar que tipos diferentes de pessoas foram atraídos para lá por conta das minas de ouro. Seu desenvolvimento dava oportunidade de surgimento de lugares de sociabilidade quase ao mesmo tempo em que na Corte; tanto o é que, em 1831, foi inaugurada a primeira sociedade cultural de Minas Gerais: a Philantropica Campanhense. Essa agremiação tinha como propósito abrir maiores espaços para a instrução e dar algum tipo de assistência aos necessitados. Participavam mulheres de Campanha (CASA DEI, 1987).

Dentre os que viram futuro em Campanha, estava Bernardo Jacinto da Veiga, irmão de Evaristo da Veiga, que para lá se mudou, em 1818. Em 1830, já tinha fundado uma livraria, que durou até 1863; antes de ser fechada, foi dirigida pelo irmão dele Lourenço Veiga, a partir de 1844. Além de conselheiro da vila de Campanha, Bernardo Jacinto fundou o jornal *Opinião Campanhense*; e Lourenço Veiga criou e dirigiu os periódicos *Nova Província* e *O Sul de Minas*; ainda foi um dos fundadores da Palestra Campanhense, associação que reunia grupos para discutir a cultura da cidade. Era um modelo de espaço onde havia palestras que, depois, se replicaria no Rio de Janeiro nas Conferências da Glória.

Na segunda metade da década 1830 — época da visita de Evaristo da Veiga —, Campanha se desatacava, também, pelas suas águas minerais. Eram afamadas por terem suposto poder de cura; e a fama instigava a procura por suas fontes naturais, para se consumir a água na expectativa de que trataria patologias do estômago, intestino e fígado. Contudo, era outra a fonte das fortunas de algumas poucas famílias. Era natural, mas de outra natureza. A origem da riqueza estava em atividades agropastoris, na comercialização de alimento para crias (gado, porco...), na produção de derivados do

---

<sup>118</sup> Ver Libby (1988). Em suas pesquisas utilizou listas nominativas de 1831–2 dos habitantes dessa região do triângulo mineiro. Em suas observações apurou que de quase vinte mil domicílios analisados, cerca de dois terços não possuíam escravos. Dessa forma o privilégio de ter a posse de um escravo era de aproximadamente um terço da população livre. A maior parte da população livre tinha em sua posse de um a dois escravos. E de acordo com as análises de Andrade mesmo com a disseminação da posse escrava entre os pequenos proprietários, o índice de concentração dos cativos entre os médios e os grandes proprietários era bem alto, sendo nominada por Libby como a “elite local” do sistema escravista.

<sup>118</sup> Localização I 02,29, 102 Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional – Manuscritos Avulsos

leite e da carne, no fumo. Evidentemente, muito disso não teria existido se não fosse o trabalho árduo da gente escravizada.

De fato, as famílias não gostavam de pegar no pesado; mas tinham peso no destino de muita gente. Tal qual pensa Andrade (2008), fortuna, família e poder eram termos-chave para entender a dinâmica social, política e econômica dos anos iniciais do século XIX. Para se consolidarem, utilizavam estratégias como relacionamentos consanguíneos, alianças fora dos quadros de parentesco, ocupação de cargos administrativos, eclesiásticos e políticos etc. Assim, os grupos familiares eram espaço de representação e fonte de capital político disponível conforme a necessidade em disputas por prestígio ou outros tipos de conflito (FARIA FILHO, 2011).

As eleições eram um acontecimento e movimento tais quais a campanha política e as visitas que futuros candidatos faziam nas regiões por que passavam. Tudo trazia agitação, em especial bem no interior. Daí que as eleições nas vilas e cidades permitiam que os indivíduos se relacionassem com oficiais da administração, consubstanciando um espaço de relacionamento político e social. A função de juiz de paz passou a ter destaque nessas localidades e conquistar diferenciação pela posição ocupada por outros homens. Para Mattos (1991), os moderados procuravam se aproximarem dos exaltados em defesa da liberdade no período dos anos finais da década de 1820 aos anos iniciais do decênio de 1830.

Com efeito, houve ameaças ao Brasil antes do período regencial: a destruição de uma nacionalidade que se constituía com dificuldades. Nos anos pré-regência, Evaristo da Veiga atuou na política junto a grupos que procuravam fortalecer a consolidação do Estado nacional. Havia então, não um pensamento comum, mas modos distintos de se ver a organização social, política<sup>119</sup> e econômica. Os estudos de Mattos fornecem uma

---

<sup>119</sup> Os grupos políticos denominados conservadores, moderados ou exaltados nas décadas iniciais do século XIX, de acordo com Morel (2005), não apresentavam homogeneidade no modo de pensar na política. Em jornais, discursos produzidos no período não endossam enquadramentos de pensamentos em grupos herméticos. Mesmo em consensos políticos, econômicas e culturais parecidas, havia divergências e mudanças de acordo com os interesses. Carvalho (1998) salientou que até 1837 não se falava em partidos no Brasil. As organizações pré-independência eram a maioria secretas e de influência maçônica. Após a abdicação formaram-se sociedades mais abertas como a Defensora da Liberdade e Independência Nacional, a Conservadora e a Militar. Com a efetivação do Código de Processos Criminal de 1832, pelo Ato Adicional de 1834, como medida de controle das rebeliões provinciais que aconteceram no período da regência, aos poucos a possibilidade de se desenvolver uma organização partidária passou a dominar a política. Dois partidos tomaram forma. O Partido Conservador — coalizão de ex-moderados e ex-restauradores —, sob liderança de Bernardo Pereira de Vasconcellos/Regressistas; e o Partido Liberal — defensores das leis descentralizadoras —, criado já no fim da década de 1830.

caracterização da política consolidada gradualmente na organização do império. Vale ler a citação a seguir.

Era preciso que os *homens livres do Império* tanto se reconhecessem quanto se fizessem reconhecer como membros de uma *comunidade* — o “*mundo civilizado*”, o qual era animado então pela ideia de *progresso*. De modo diverso dos Fundadores da jovem República Americana, ciosos de seu isolacionismo, os cidadãos do Império não deveriam perder de vista a pluralidade das nações e Estados — referidas, sem dúvida, a uma prévia unidade cultural — e como condição mesma para se obter um lugar nela, em termos de igualdade. Deveriam ainda não se esquecer que apenas alguns dias “nações industriosas da Europa” e os demais Estados, por via marítima [...]. Se as instituições civis do Império não corriam “parelhas em perfeição com a das nações mais civilizadas da Europa”, distinguiam-se não obstante pelo modo pacífico como foram erigidas, quer pelo respeito que sempre os habitantes do Império haviam guardado pelo “direito sagrado de propriedade”, no curso de uma transformação. Ao mesmo tempo fazia-se crer quanto fosse necessário que se o Império ocupava “um tão distante lugar entre as nações”, tal decorria de sua posição geográfica — “*no centro do mundo civilizado*” (MATTOS, 2004, p. 23–4).

Se a transformação do Brasil em império encetava reflexões sobre a elevação do novo império ao patamar de países da Europa central — berço da civilização ocidental —, o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro obrigava a elevá-la ao status de Lisboa, talvez Paris, quiçá Londres. Seria o epicentro da “civilização” lusotropical, de onde emanariam promessas de desenvolvimento e progresso. Assim, o Rio de Janeiro passou a assumir característica diferenciada no jogo de interesses. As mudanças foram numerosas. A população de quase 43 mil habitantes em 1799 foi a cerca de 60 mil em 1808 e, em 1819, a 80 mil. Quando dom João VI regressou a Portugal, havia mais de 112 mil habitantes. A cidade se tornava ponto-chave da sociabilidade burocrática, comercial, diplomática, militar e palaciana; aos poucos se agregaram os plantadores escravistas (MATTOS, 2004).

Contudo, na visão de Mattos (2004), tais características do Rio de Janeiro nos impedem de ver o desembarque da realeza e agregados como único detonador crescimento populacional. Havia outras razões, a exemplo da atividade comercial, fortalecida após a extinção do monopólio comercial e a necessidade de abastecer o núcleo urbano. Já não bastavam os portos — de atividade frenética. Foi preciso abrir estradas para ligar litoral e interior de modo que tais polos se abastecessem mutuamente.

De fato, mas da aproximação moderados–exaltados em defesa da liberdade resultou, em novembro de 1832, a promulgação do Código Criminal, que reforçava e ampliava as atribuições judiciárias e policiais do juiz de paz, eleito pelos cidadãos ativos da localidade. Fortalecia-se, assim, o poder local, de acordo com as propostas dos exaltados e os interesses de vários proprietários de escravos e terras que exaltavam a liberdade, mas acreditavam que em seus domínios a lei seria sua própria vontade, reforçando o poder daquele que governava a casa.

O fortalecimento do poder dos juizes de paz, contudo, não agradaria a todos. Críticas surgiriam de vários pontos e em momentos diferentes. Algo que dava margem a julgamentos críticos era a atribuição de poderes elevados a homens que, nem sempre instruídos, acabavam por tomar decisões arbitrárias, das quais algumas poderiam confrontar interesses de proprietários de pessoas escravizadas e de terras que os elegiam. Convém lermos a síntese de Mattos (1991) em relação à função do juiz de paz.

[...] houve outros que demonstraram sua desaprovação ao Código do Processo Criminal servindo-se de uma arma ainda mais contundente [...] da aproximação política entre moderados e exaltados resultaria também a aprovação em 12 de agosto de 1834, da reforma da Constituição de 1824, que tomaria o nome de Ato Adicional (MATOS, 1991, p. 41).

Nesse processo desencadeado que solicitava a mudança de leis como a Constituição de 1824, após Ato Adicional de 1834 a competência do governo central e dos governos provinciais foi dividida. O governo central passou a responder pelas questões de ordem nacional, enquanto os governos provinciais iriam responder às questões políticas das províncias. As características burocráticas e administrativas do governo central tinham deficiências na comunicação e no transporte, além de poucos funcionários. Desse modo, a criação de governos nas províncias deu possibilidades de origem de um aparato administrativo local, que serviria de extensão do governo central na província. Tal qual apontou Mattos na análise sobre o juiz de paz, essa caminhada em busca de uma organização para o governo do Brasil, o calor da hora, as vivências, as leituras sobre escritos de política, as experiências observadas na América espanhola ou inglesa, tudo dava possibilidades para que adaptações fossem buscadas.

Ao estudar o processo de implantação do regime político republicano no Brasil, Carvalho considerou uma combinação engenhosa de elementos importados para constituir o império. Leiamos.

Na organização política, inspirava-se no constitucionalismo inglês, via Benjamin Constant. bem ou mal, Monarquia brasileira ensaiou um governo de gabinete, com partidos nacionais, eleições e imprensa livre. Em matéria administrativa, a inspiração veio de Portugal e da França, pois eram esses os países que mais se aproximavam da política centralizante do Império. O direito administrativo Francês era particularmente atraente para o viés estadista dos políticos imperiais. Por fim até mesmo certas fórmulas anglo-americanas, como a justiça de paz, o júri e uma limitada descentralização provincial, serviam de referencia quando o peso centralizante provocava reações mais fortes (CARVALHO, 1990, p. 23).

Esse processo de importar conhecimentos e experiências procurava atender à necessidade de organizar o Estado em seus aspectos político, administrativo e judicial. No período regencial houve projetos políticos para o encaminhamento do Brasil ao nível de estabilidade. Argumentou Holanda (2003, p. 232) que certo civismo se desenvolveu. Leiamos a seguir.

Os pruridos nacionalistas, os descontentamentos partidários, os desapontamentos sociais e econômicos, a inquietação militar, cada qual dando a sua parte, constituíam forças poderosas para influenciar e para explicar o momento nas agitações que davam, lá fora, a ideia de que a unidade nacional estava a romper-se.

No período em que Evaristo da Veiga escreveu suas cartas, já se encontrava em desacordo com Bernardo Pereira de Vasconcelos. Na década de 1820 e anos iniciais da década de 1830 haviam travado brigas políticas com interesses em conjunto, porém, após a abdicação de dom Pedro I e o estabelecimento da regência, os interesses aos poucos não se coadunaram mais. A ida e estada em Campanha serviram muito para a manutenção de vínculos políticos, sobretudo os que se associavam aos irmãos de Veiga.

#### 4.1.1 *Em Campanha... escrevendo cartas*

Em viagem pelos rincões de Minas Gerais, Evaristo da Veiga se viu escrevendo muitas cartas; sobretudo para os irmãos, Lourenço Xavier da Veiga, Bernardo Jacinto da Veiga e João Pedro da Veiga. Foi assim na viagem a Campanha e durante sua estada lá,



de quase seis meses. As correspondências detalham relações pessoais, políticas e comerciais com irmãos, sobretudo João Pedro, a quem Veiga endereçou dezenove; também deixam entrever certo estado de espírito: angústias, reflexões, preocupações... Revelam a força dos laços familiares; o que nos leva a inferir um ambiente em que a maioria das decisões era comunicada a seus irmãos. Estes tinham funções no trabalho político e comercial, o que dava a Veiga respaldo em suas empreitadas profissionais e intelectuais. Tinham influência suficiente para abrir vias de contato e estabelecimento de vínculos auxiliares ao fazer político e ao jogo de influência, no espírito de que uma mão lavava a outra (sobretudo se fosse sangue do mesmo sangue o que corresse nas veias das mãos). Sangue que alude à ideia de saúde, aparentemente frágil em Veiga e, não por acaso, objeto do seu repertório de assuntos em família.

#### 4.1.1.1 Em primeiro lugar, a família e a saúde

Família e saúde são assuntos marcantes nas cartas de Evaristo da Veiga. De fato, a saúde pública era problema severo, porque distúrbios como inflamação dentária ou infecção por conta de ferimentos e até de bicho-de-pé podiam levar à morte dada a falta de recursos médicos e de tratamento. Até intoxicação alimentar aparecia nas pautas de discussão de escritos da *Aurora Fluminense*. Também se percebe que Evaristo da Veiga, ao conviver com médicos na cidade do Rio de Janeiro, membros de instituições e políticos, defendia uma revisão de muitos costumes arraigados na sociedade os quais contribuíam para a existência de doenças. No jornal, em muitas passagens há indícios de que a educação de costumes contribuiria para formar um homem diferente no cuidado não só com sua saúde, mas ainda das tradições que deviam ser superadas no corpo social. Seria a idealização de uma saúde social para manter a ordem, para fugir de vícios revoltosos.

De certo modo se buscava associar problemas de revoltas regionais à necessidade de modelar novos sujeitos para sustentar a ordem urbana. Noutros termos, Evaristo da Veiga procurava tratar de assuntos que envolviam a temática da formação de uma moral a ser conduzida pelos ordenamentos do contexto social. Essa preocupação evocava a necessidade do desenvolvimento da ciência, como deduzimos de trechos traduzidos de livros de autores estrangeiros afins à

necessidade de conhecer mais da realidade. Veiga comentava a influência da natureza no desenvolvimento de doenças.

Em missiva de 12 de fevereiro a João Pedro, Evaristo da Veiga revelou alegria em saber do restabelecimento da saúde de pessoas próximas da família. Em especial, comentou sobre o sarampo e o que a febre provocada pela doença causava a perda das crianças (VEIGA, 12 fev. 1837, s. p.).

À moda de síntese ilustrativa, leiamos o trecho seguinte de carta de Evaristo da Veiga ao irmão João Pedro.

O verão aqui não tem sido tão aparatozo e *desde que cheguei não morreo ainda pessoa que faça vulto na Villa*. Todavia, as *moléstias de nervos* são por cá tão *comuns e funestas*, as *hidropesias* fazem tantas victimas que não sei o que diga da salubridade do clima.

Em poucas palavras, há uma síntese do estado da saúde pública. Da forma que lemos, eram tão precárias as condições de diagnóstico, tratamento e cura, que em dado momento já não importava o número de mortos, ao menos não como a importância do morto: seu destaque social, seu vulto. Morria-se de muitas moléstias. Daí ser lógico o receio de Evaristo da Veiga consigo e com a família. O clima não era tão agradável quanto os irmãos diziam; e parece que, mesmo mais ameno que o calor da Corte, deixou a desejar em Veiga, a ponto de observar mortandade de pessoas com insuficiência hepática e relacioná-la com a fama da água e do clima local, tidos por auxiliares para não se adoecer tanto (VEIGA, 23 dez. 1836).

De fato, Evaristo da Veiga legou descrições do quanto era cara às pessoas dali a situação que envolvia descobertas de remédios. Leiamos o que escreveu em sua carta ao João Pedro.

Amigos esperamos a chegada do correio, atemorizados com as *más notícias da saúde de meu pae*. Felizmente as que vieram agora são mais animadoras e ficamos na esperança que vá me de dia em dia ganhando força e restabelecendo se. Convém muito que você o persoada a fazer algum comércio, sahindo e dahi hum [...] ainda que seja para frente, ou pela manham ou á tarde com a [...]. O *abuso dos purgantes* não pode deixar de lhe ter sido novo, conteúdo, habituada como está a natureza talvez não convenha suspender de todo o uso deles. Deos lhe dê saúde e longa vida, como nos cumpre desejar-lhe (VEIGA, 2 fev. 1837, s. p.).

Também Lourenço Veiga havia escrito e lamentado os sofrimentos causados na família por conta da saúde do pai. Comentou sobre um escravo que recebeu de seu irmão João Pedro elogiando por ser bom para o trabalho. Reclamou de sua esposa que sofria de dores no fígado e tinha problemas com obesidade. Disse de certo padre Alexandre, que parecia ser um amigo da família. Também menciona Attaide, que ao que parece era um amigo que estabeleceu relação com os três irmãos de Veiga.<sup>120</sup>

Na segunda carta a João Pedro, datada de 25 de novembro de 1836, Evaristo da Veiga deu demonstração de como a sua saúde não estava bem já na cidade do Rio de Janeiro. O período era de ebulição política, e ele perdia poder de influência aos poucos. Na terceira carta, as notícias foram sobre dificuldades em viajar pelo Brasil devido aos caminhos que se tinham. Detalhou passagens e problemas encontrados, em especial porque viajava com a família. A todo momento aludia ao seu estado de saúde.

Mano. Aqui arranchámos na altura do Pirathy coisa de 20 léguas do Rio de Janeiro. Os caminhos estão melhor porque pararão as chuvas. *Gozamos todos boa saúde*, e [...] julgamos, com as jornadas, em hum terço da viagem. Como estamos a [se antes ou partes], não posso ser mais extenso, e concludo com as recomendações e saudades de todas para (abrev) a sua e minha família. As mesmas aos amigos. A Edelthrudes tem seguido de viagem do litoral. Porque as subidas e descidas não dão lugares a outra coisa e eu vou ficando mestre cavalheiro, sem ter dado armas ao officio e sem ter ainda dado queda sem [seu mano sempre]. Adeus. Rancho Novo 28 de nov. as 8h da manhã (VEIGA, 28 nov. 1836, s. p.).

Leiamos outro trecho de carta ao irmão João Pedro.

[*Gozamos [incrível ou sofrível] saúde e as meninas passam bem. Não me faltão desejos de regressar ao Rio de Janeiro; mas na Edelthrudes esses desejos quase chegam a frenezi. Todas as noites sonha com a filhinha e com o resto da família. E contudo tem sido muito bem tratada e acolhida por todos com particular distinção.*

Da forma que lemos, afora o destaque à saúde, em primeiro plano aparecem preocupações com Edelthrudes Veiga, a esposa. Pelo estado descrito, é possível pensarmos que o tempo de estada da esposa já estivesse excedendo limites de sua

---

<sup>120</sup> A referência à carta de Lourenço Veiga é ele escreveu no verso da folha da carta de Evaristo da Veiga para João Pedro, como se aproveitasse o papel e correio. Assim, carta tinha a mensagem manuscrita de Veiga e a de Lourenço.

paciência, a ponto de deixá-la ansiosa (“frenezi”), talvez com um tipo de ideia fixa de voltar logo à Corte e que ficava ecoando em seu subconsciente, a ponto de se traduzir em sonhos de tema fixo (“com a filhinha e com o resto da família”). E Veiga parecia não entender a razão, pois ela estava sendo recebida com reverência (“bem tratada” e com “particular distinção”). De fato, em outras cartas ele se referiu à mulher como obesa e carente de atenção; o que não se coadunava com a recepção em eventos, reuniões e falas políticas que fez pela região de Campanha ao lado de seus irmãos. Não por acaso, os campanhenses escreveram um texto em homenagem a ela (e que seria incluído no “caderno de poesias” de Veiga). Esse fato nos diz que havia presença feminina no movimento político, apesar de não ser visível em relatos. Era parte da movimentação; talvez tornasse mais acolhedora as ideias de políticos pelos futuros eleitores.

É possível que Edelthrudes Veiga acompanhasse o marido sempre, mas que nem sempre lhe fosse agradável fazê-lo; talvez sofresse da ausência do lar e das agruras das viagens, sobretudo em época de chuva. Convém lermos um trecho da segunda carta enviada ao João Pedro, pois é exemplar nesse sentido, ao contar da estada em Rezende e dar notícias da família.

Vila da Campanha 25/11/1836. Mano João Fizemos hontem 4 léguas e meia e hoje trez e meia de caminho. Estamos para conseguinte, pouco mais de 14 léguas longe do Rio de Janeiro no Rancho do Teixeira. *Os caminhos com as chuvas não estão bons*, mas estão muito (abreviado) transitáveis. [...] De saúde *passo bem* e estou já *livre de enfermidades* que sofria. [...] alguma [raiva] contra a lama que he impertinente. *Edelthrudes já andou mais de uma légua a cavalo* e mostra muito ânimo. Rancho do Teixeira 25 de nov pelas 8 horas da noite (grifo nosso).<sup>121</sup>

Com efeito, a ressalva de que a esposa cavalgava por dada distância permite pensar que, às vezes, ela viajasse na liteira, carregada por escravizados da família; e isso tornava lento o ritmo da viagem. Evaristo da Veiga se referiu a essas dificuldades ao citar datas de saída. Igualmente, podemos pensar que certas atividades físicas não fizessem parte de seus costumes.

---

<sup>121</sup> Localização I 02,29,113. Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional Manuscritos Avulsos. Autor: VEIGA, Evaristo da Veiga. Título: Carta a seu irmão João Pedro da Veiga contando a sua estadia em Rezende e dando notícias da família. Vila da Campanha 25/11/1836 02 páginas

Ao se referir à esposa, Evaristo da Veiga o fez de modo ameno, sem demonstrar índices de dissabor; mas deixa entrever um tom de reclamação da esposa em outra carta em razão do que parece ser problema de conduta dela. Há um comentário pertinente aqui; é da 16ª carta para João Pedro, escrita durante a viagem realizada para Minas Gerais. Expunha que queria visitar alguns locais no sul de Minas, antes de retornar ao Rio de Janeiro, mas que essa decisão contrariava a mulher. Leiamos a seguir.

Eu já não sei o que faça *rebela-se comigo* e diz que — tão bom como tal bem — sem se lembrar das sentenças de S. Paulo que meu sogro tantas vezes lhe tem lhe repetido e que a mulher em castigo do primeiro pecado, foi obrigada obedecer o homem. Está tudo perdido e esta viagem de Minas acabou de po-la *esquecida regras máximas* tão salutares para o *do governo doméstico*. Diga a Mana Joaquina que nem se façam viagens para que lhe não suceddam o mesmo, que existem muitas e muitas recomendações minhas e de Edelthrudes; que a Leocadia e a Joaquina lhe tomão a benção, e que quando lá estiverem os, ao menos nos próximos 15 dias, tem muitos que conversar na palestra da janela, com a sua mana viajante (VEIGA, 23 mar. 1837).

Transpareceram aqui problemas domésticos com a mulher. Em razão dos incômodos causados pelas digressões pela região, ela não queria mais acompanhá-lo. É possível perceber uma expectativa diferenciada em torno da conduta da mulher, em particular para a mulher de um representante político. Interessante observar a condição da mulher em grupos familiares diferentes do de Evaristo da Veiga. Convém aqui um olhar contemporâneo de Veiga. É a visão de Luccock (1975), britânico que viajou pelo Brasil e relatou um episódio vivido no tempo em que estava no sul de Minas Gerais. O ocorrido foi no ano de 1818. Leia-se o fragmento seguinte.

Na “Venda” estava uma pobre mulher exausta de fadiga. Estivera a carregar um menino de cerca de três anos de idade, em busca de um médico. O marido estava com ela, mas como aqui não é do hábito desses senhores da criação ajudar as suas companheiras em público, ou, em casos tais como esse, nem lhe passou pela cabeça, como tão pouco na dê-la de pedir-lho, aliviá-la carregando o menino; tanto podem os costumes! Na América do Sul ridicularizariam-no por deixar de socorrer a alguém a necessidade (LUCCOCK, 1975, p. 362).

Da forma que lemos, a mulher tinha obrigações com os filhos e a gerencia do lar; até na atividade mais laboriosa fisicamente como levar uma criança doente ao socorro não contava com gentilezas do pai da criança para carregá-la. E de fato fica bem

marcada em carta Veiga (4 mar. 1837) a posição da maioria das mulheres: cuidar dos filhos, da casa e da família. No caso das cartas dele, as referências às mulheres da família sempre as colocavam em tal posição.

Contudo, seguramente Evaristo da Veiga fugia ao estereótipo do senhor de família aludido por Luccock: insensível à esposa e às mulheres. Sua atenção à esposa e à prole era mencionada com recorrência, em especial o estado de saúde das filhas e a dificuldade de encontrar remédios para os males. Veiga tratou da saúde e de dificuldades surgidas com as doenças, em particular em casas que tinham crianças. É o que se constatou nesse trecho de carta ao irmão João Pedro: “Sinto, quanto pode imaginar, que tenha doenças na família, as quaes conquanto não sejam de perigo, devem deter bem afflictivas se uma caza em que há tantas creanças, e especialmente para a mana” (VEIGA, 23 dez. 1836, s. p.). Daí seu empenho em incentivar a descoberta de remédios, a formação de médicos ou mesmo de considerar análises de profissionais da saúde para costumes sociais. Isso se evidencia quando diz de regeneração dos costumes: passava por possibilidade de se desenvolver o que se idealizava como civilidade. Para isso era necessário realizar adequações às situações brasileira dos exemplos visualizados nas teorias dos livros, nos relatos dos jornais, em particular dos ingleses.

Do males o menor — embora deixasse Evaristo da Veiga maior —, a obesidade do casal Veiga foi assunto recorrente nas cartas de Veiga à família. Referia-se ao seu porte, destacando que engordava mais por ter gostado das comidas mineiras (VEIGA, 13 dez. 1836). É como se comer, ler e escrever fossem atividades sagradas. Houve cartas dele escritas às 6 da manhã, vide a missiva do dia 2 de dezembro. Na oitava missiva a João Pedro, Veiga deu uma medida do quanto se dedicava à correspondência. Ele havia encaminhado anexas cartas escritas para seus amigos ou correspondentes políticos. Isso demonstra como estava em um verdadeiro frenesi a sua vida política, de modo a procurar estreitar laços, saber de notícias, propalar ideias. Ele destacou que na lateral da carta o encaminhamento das correspondências para “J. [A. ou T.] da Torre”, “Miguel Marques”, “Félix”, “Padre Candido”, “José Salgado”, “Paula”. Os nomes aparecem em outras cartas, do que deduzimos que fosse gente afeita à articulação política e ao comércio de produtos como livros encaminhados para Minas Gerais para a Livraria dos irmãos ou alimentos encaminhados de Minas Gerais por eles. Não encontramos documentos referentes aos nomes citados.

É claro, além de leituras, Evaristo da Veiga estava envolto em muitas conversações com pares, que em alguma medida lhe subtraía da convivência no espaço familiar. E essa ausência pode ter gerado reclamações sobre o tempo para outras questões afins especificamente ao espaço doméstico, a exemplo da esposa e das filhas. Mas não se pode dizer que Veiga fosse alheio aos familiares, os quais ele observava com atenção detida, a ponto de reconhecer silhueta na barriga e sugerir gravidez.

#### 4.1.1.2 Nascimento e batismos: a continuidade da linhagem familiar

Com efeito, na quinta correspondência a João Pedro, Evaristo da Veiga se referiu às cunhadas que passaram a compor a família Veiga. Havia cuidado na escolha da família com que moças ou moços da família de Evaristo da Veiga estabeleceriam laços matrimoniais. Percebe-se atenção a cada uma que entrava na família, suas origens e influências familiares que, porventura, seus progenitores tinham estabelecido. Em suas missivas, Veiga dava informações, por exemplo, de que a esposa do irmão Lourenço Veiga pudesse estar grávida em virtude da aparência física. Convém replicar aqui o que pensa Macedo (1995): em busca de sucesso na carreira política, os senhores tinham atenção e cuidado com quem iria se agregar ao grupo familiar. A procura por pessoas de prestígio era prática antiga, mas ainda de peso.

Nessa direção temática, as cartas de Evaristo da Veiga à família trataram de informações relativas a nascimentos e batizados. Não era assunto banal entre os irmãos. Em carta a João Pedro, ele informou o nascimento de mais um sobrinho e os motivos de Lourenço Veiga — o pai do recém-nascido não poder viajar com ele para o Rio de Janeiro (VEIGA, 13 mar. 1837, s. p.). Ele demonstrava orgulho ao comentar o nascimento de meninos da família e seu futuro encaminhamento à política. Veiga já inicia perguntando sobre o nascimento de mais um menino em sua família e sobre as dificuldades de Joaquina para fazer nascer a criança; ou seja, registrava para o futuro o costume de que a criança devia nascer grande e gorda para ter mais possibilidade de sobrevivência: “desejamos que o valentão se crie forte e gordo como nasceo” (VEIGA, 4 mar. 1837, s. p.).

Como homem de seu tempo, Evaristo da Veiga via o costume de nomear os filhos em homenagem a avós e tios — nesse caso, era ele o homenageado. Veiga revela um quê de ego elevado na demonstração de que seu nome era importante e que seus sobrinhos e futuros familiares poderiam ter a mesma importância para a política no império. Revelou até certo pesar pelo sofrimento provocado nas mulheres por terem a função de trazerem ao mundo os futuros homens da família e, também, futuros políticos. Não por acaso, os irmãos se mantinham mutuamente informados de laços parentais em que se incluíam, como as celebrações de batizados de crianças, isto é, de fortalecimento dos vínculos de irmandade. Veiga costumava destacar o evento em cartas, como fez em missiva para João Pedro: “Efetuou-se o batizado do filhinho do Lourenço e da filhinha do Bernardo, sendo padrinhos, aqueles que na minha última lhe indiquei” (VEIGA, 13 dez. 1836, s. p.).

Nas relações entre irmãos, havia espaço para comentar a vida do pai, a exemplo de problemas conjugais com a segunda esposa. Diziam que o pai precisava da paz em sua velhice e não a obteve com seu segundo matrimônio. Na décima carta a João Pedro, Veiga disse que o pai, após morte de sua mãe em 1827, isto é, depois de algum tempo de viuvez, procurou outra companheira, e isso havia lhe rendido problemas diversificados; também aos filhos, dados o problema de convívio com a madrasta, conforme Veiga relatou em seus escritos pessoais. Leiamos o que disse: “Juntas vão as cartas que lhe dirigimos, e a sua que aqui chegou no dia 22 (hontem) nos causou bastante tristeza, pelo receio das mas consequências de semelhantes insultos com a vida apathica que meu pae infelizmente tem abraçado” (VEIGA, 13 jan. 1837, s. p.). Talvez as consequências da relação marital criassem problemas nas relações sociais e políticas. Ali residiam pessoas importantes, em especial por conta da extração do ouro. Por esse motivo, houve desenvolvimento de relações com elas, pois os radicados eram eruditos, professores, clérigos, ou seja, todos bem-versados na localidade.

Nesse sentido, a correspondência de Evaristo da Veiga com os irmãos presumia tratar de negócios e do bem-estar proporcionado pela região do interior. Na 16ª carta a João Pedro, Evaristo da Veiga tratou do recebimento de encomendas como brincos e bonecas; ainda solicitou mais encomendas que seriam encaminhadas para Campanha, pela tropa de Joaquina Alves. Isso poderia demonstrar que ainda realizariam viagens



pelo local. Sempre agradece ao atendimento as solicitações, o que demandava trabalho realizado pelo irmão em atender repetidas solicitações (VEIGA, 23 mar. 1837).

#### 4.1.1.3 Em segundo lugar, os negócios: produtos e preços, inclusive de escravizados

Com efeito, um ponto importante nas cartas de Evaristo da Veiga ao irmão João Pedro é a atenção que tinha a questões econômicas da família. Em carta de 12 de fevereiro de 1837, ele fez esta recomendação: “Dê a meu sogro da nossa parte os parabéns pelas as suas melhoras e pela venda do sítio da Tijuca”; ao que indica, a família da esposa dele possuía terras (VEIGA, 12 fev. 1837, s. p.). Veiga comentou o que possivelmente seriam seus gastos com encomendas feitas em razão de suas diligências pela região de Campanha (VEIGA, 12 dez. 1836.) e, nesse sentido, abordou o comércio de gêneros alimentares como caminho dos rendimentos econômicos em outra correspondência (VEIGA, 12 fev. 1837.), a quinta a João Pedro. Na sexta missiva, observou a necessidade de cuidar para que o preço dos produtos pedidos não fosse elevado. Talvez o número de lembranças a ser ofertadas, seja para parentes ou possíveis eleitores, fosse grande. Outro ponto a ser considerado era a recomendação de se evitarem produtos caros entre os objetos pedidos para ser dados de lembrança e de agrado a quem encontrasse de importante em suas digressões políticas (VEIGA, 12, dez, 1836).

Na 11ª carta de Evaristo da Veiga a João Pedro, ele tratou da questão mercantil, isto é, dos negócios familiares como livreiro e o envio de livros de Portugal ou outros locais. De acordo com Renault (1969), essas obras eram vendidas com rapidez; e isso pode ter impulsionado os negócios de Veiga e dos homens que viviam da venda de livro. Nesse sentido, convém lermos a passagem seguinte dita por ele, pois deixa entrever o quão rígido era seu controle do dinheiro que gastava ou que ganhava em seus negócios.

Fico ciente que os meus devedores farão de boas contas até o fim de dezembro passado. As minhas encomendas que restão poderão vir por qualquer tropa que por aqui se dirija, tanto mais que não me lembra entrar nelas coisa sem preço.

Renault (1969) explica que em 1831 houve desvalorização da moeda, paralisação de transações mercantis, câmbio baixo e reclamações nos jornais de que a indústria nacional; além disso, havia o problema da falta de comunicação entre regiões provinciais. O governo procurou despertar o interesse para a indústria, que quase não existia, e para isso concedeu privilégios a quem descobrisse meios de melhorar a indústria útil e um prêmio para que introduzisse uma indústria estrangeira. Essa medida foi acionada pela lei de 28 de agosto de 1830. Composta de onze artigos, trazia informações variadas para os inventores e que fazia patentes dos inventos desenvolvidos.

Com efeito, anúncios de jornais, em especial da Corte, indicaram o aumento de livreiros e tipografias franceses que se instalaram (RENAULT, 1969). Com os jornais eram necessários profissionais que desempenhassem funções específicas em suas redações. Desse modo, houve a oportunidade de trabalho, como a escrita de correspondências para periódicos, também de tradutores que passaram a fazer parte dos anúncios. Em meio a essas novidades, homens com perfil e possibilidades como as de Evaristo da Veiga e seus irmãos — e de outros — expandiam os negócios. Oportunidades de emprego para tradutores que tivessem uma boa ortografia, gramática, excelente letra e modo de escrever as frases passaram a fazer parte dos anúncios (JORNAL DO COMMÉRCIO, 27 jan. 1831, p. 3). Também profissões como de encadernadores, e não só os profissionais franceses. Em 1831 a população do Rio de Janeiro era de quase 300 mil habitantes, com uma porção expressiva de estrangeiros, sobretudo os vindo do continente africano para serem escravizados. No caso de sepultamentos, que ocorriam nas igrejas, foi preciso separar uma área para servir de cemitério, como se fazia na França (REUNAUULT, 1969).

Evidentemente, Evaristo da Veiga tratou da escravidão na *Aurora Fluminense*, mas o fez também nas cartas, referindo-se a si como senhor; ou seja, ao homem que ele mantinha como escravo e do seu valor. Eis o que disse: “Faça do Caetano o que entender que não me desfaço de boa peça” (VEIGA, 12 fev. 1837. s. p.). Isso nos leva a entender que não só possuía escravizados, mas ainda negociava, isto é, recebia ofertas. Caetano não se vendia porque era excelente em fazer serviços pesados. Consideremos o quadro a seguir para projetarmos a escala populacional em Campanha.

QUADRO 1. População livre e gente escravizada em Baependi e Campanha, província de Minas Gerais, 1832–5

|   |   |
|---|---|
|   | *população era de 138.517 livres e 71,147 de escravos = 209,664.  |
| Campanha  | *população era de 19.012 livres e 10.523 de escravos = 29.535.    |
| Baependi  | *população era de 19.667 livres e 10.673 de escravos = 30.340.    |
| População ano de 1832 - Campanha                          | *população era de 19.667 livres e 10.673 de escravos = 30.340.    |
| População ano de 1832 - Baependi                          | *população livre em torno de 10.199 e 7.987 escravos = 18.186     |
| <b>Entre os anos de 1833- 1835</b><br>o Termo de Campanha | * possuía 25.130 de população livre e 11.335 de escravos = 36.465 |
| o Termo de Baependi                                       | *26.240 da população livre e 17.767 de escravos = 44.007          |

FONTE: dados de Andrade (2008, p. 35–6) — elaboração: Alzenira Azevedo

De acordo com Andrade (2008) no município de Baependi houve uma redução do número de habitantes em 1832, é perceptível na comparação dos dados. O autor explica que nas listas nominativas do ano de 1832, distritos importantes pertencentes ao termo como Baependi ficou de fora.

Em Campanha os números se manterem praticamente iguais para a década de 1830, em consideração a parcela da população de 1832. [...] No termo de Baependi na década de 1820 a população escrava de 1820 em diante ultrapassava a cifra de 35% das demais regiões. Nesse local foram encontrados proprietários de escravos com mais de cinquenta e dois com mais de cem homens escravos (ANDRADE, 2008, p. 36).

Renault (1969) destaca que as fazendas escravistas tinham atividades diversas, além da criação de gado, cavalos, porcos e ovelhas; animais estes comercializados na província e fora; comércio este que Veiga e seus irmãos parecem ter explorado diretamente. Também ocorreram defesas de projetos que precisavam de criação de leis para o transporte, alterações na cobrança de impostos por passagens em determinadas estradas e pontes existentes nos percursos realizados, em particular no sul.

Em mapeamentos realizados por Andrade (2008) à luz de inventários sobre população do período, Campanha se destacava no cenário sul com empreendimentos comerciais. Outro dado saliente foi a concentração de cativos nas mãos de poucos, em grande medida dos proprietários dos meios de produção de açúcar, aguardente e rapadura. Evaristo da Veiga, porém, via certa contradição nessa produção rural e sua

relação com o processo civilizador. Esse ponto se projeta em seu comentário sobre o desenvolvimento econômico local aliado ao civilizatório. Leiamos o que disse Veiga: “He pena que a [...] da [...] material que tem produzida a plantação do café, cresça certa [...] que a frouxeza das leis e das [...] alimentar” (VEIGA, 2 jan. 1837, s. p.).

Dito de outro modo, naquela região a agricultura se desenvolvia com a cultura cafeeira, porém o modo de agir dos homens pouco se alterava. Veiga demonstrava, assim, sua visão de atraso do Brasil ante outras nações. Tinha consciência política de que o progresso viria articulado com a economia e a regeneração dos costumes, como tratava na *Aurora Fluminense*; ou seja, essas questões permitiam que os indivíduos se relacionassem com oficiais da administração consubstanciando um espaço de relacionamento político e social. As cartas que Veiga escreveu a seu irmão João Pedro demonstram que ele faria visitas a vários locais da região de Campanha tendo em vista eleições nas vilas e nas cidades.

#### 4.1.1.4 Sociedades e política, debates e ressentimentos

Em certa medida, a pauta política na comunicação de Evaristo da Veiga se vinculou muito às agremiações ou associações, pois eram locais privilegiados da participação e do exercício de algum modo de poder e influência. A Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional era exemplo na Corte. Instalada em 1831, seguiu o exemplo de congêneres paulista iniciada por Antônio Borges da Fonseca, o redator do jornal *O Republico*. Havia empenho na criação de um instrumento de ordem, de disciplina social, de orientação política, objetivo atendido em grande parte por tal associação; que tinha como elemento de influência no governo as representações dirigidas à Câmara, ao governo e que eram publicadas nos jornais do partido moderado desde 1º de junho de 1831. Veiga foi o primeiro secretário da sociedade defensora.

Além disso, Evaristo da Veiga teve participação na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, igual ao que disse em carta (VEIGA, 23 dez. 1836). Inaugurada em 1827, foi idealizada por Inácio Álvares Pinto de Almeida com o objetivo de auxiliar a indústria. Surgiu após o tratado anglo-brasileiro que contrariava o comércio de gente escravizada, de 23 de novembro de 1826; mas sua validação ocorreu em 13 de março de 1827, demonstrando a pressão da Inglaterra contra o tráfico negreiro, forma que o Brasil usava para obtenção de braços para lavoura. A sociedade auxiliadora demonstrava uma

preocupação dos agricultores que necessitavam buscar novas formas para sua produção. No entendimento dos criadores da sociedade auxiliadora, contribuiria não apenas para divulgar máquinas a serem utilizadas na produção agrícola, mas também para operações que iriam propiciar a criação de riquezas.

Dentre os assuntos tratados na sociedade auxiliadora, estavam propostas de proteção aos direitos de algum inventor que eram divulgadas no jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Muitas vezes, as propostas foram publicadas ainda na *Aurora Fluminense*, dando visibilidade para a importância de organizar normas para os inventos, tanto quanto sua divulgação (VAINFAS, 2002). Em *O Auxiliador da Indústria Nacional* se encontrava a descrição dos inventos, artigos assinados por homens que defendiam a abolição do trabalho servil e a discussão sobre a mão de obra livre (CARVALHO, 1998). Eram transcritas na *Aurora Fluminense* as descrições e partes dos artigos.<sup>122</sup>

De fato, Evaristo da Veiga já tinha declarado como a inimizade por interesses políticos divergentes haviam influenciado as suas opiniões em relação a Bernardo Pereira Vasconcelos. Edições do *Sete de Abril* e da *Aurora Fluminense* apontam que embates entre Veiga e Vasconcelos se avolumaram até a morte do livreiro, em 1837. As divergências políticas eram combatidas por Veiga em uma posição central na política moderada; e foi criticado por redatores de outros jornais: *Caramuru*, *Carijó*, *Catão*, *A Trombeta*, *Diário do Rio de Janeiro* e, sobretudo, *Sete d’Abril*.

Diogo Antonio Feijó, Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos foram nomes atuantes no grupo que pretendeu assegurar a liberdade conquistada, sobretudo nos anos finais da década de 1820. Após a abdicação de dom Pedro I, aos poucos houve mudança no pensamento político de Vasconcelos. Um turbilhão de agitações assolava o país, enquanto o *ministro* Vasconcelos declarava que reviu muitas questões que defendia para tentar conciliar opiniões radicais e tendências mais conservadoras em prol da integridade do país (MOISES, 2007).

---

<sup>122</sup> O título completo do jornal era *O Auxiliador da Industria Nacional ou Colleção de Memórias e Notícias interessantes aos fazendeiros, fabricantes, artistas e classes industriosas no Brasil, tanto originaes como traduzidas das melhores obras que neste gênero de publicação nos Estados Unidos, França, Inglaterra e etc. Periodico menssal publicado sob os auspicios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional*.

Ao que tudo indica, as aproximações entre Evaristo da Veiga e Bernardo Vasconcelos ocorreram na década de 1820. Ao concorrer nas eleições de 1828, Vasconcelos foi vitorioso, e Veiga ficou como suplente na legislatura de 1830. Houve desistência de Raimundo José da Cunha Matos, que escolheu a cadeira de Goiás (ele havia obtido o nono lugar entre os eleitos de 1828). Vasconcelos, por ter atuado na legislatura de 1826, já possuía uma caminhada no mundo da política e nesse momento combatia pensamentos conservadores atrelados ao governo de Pedro I. Também passou por cargos de governo e teve influência originária de sua atuação na imprensa (CARVALHO, 1999; SODRÉ, 1999).

Com efeito, ao estudar os quadros eleitorais resultantes das eleições de Minas Gerais dos anos de 1828, 1833 e 1836, Silva (2014) observou que Bernardo Pereira de Vasconcelos esteve sempre entre os vinte deputados eleitos. Haja vista a proximidade que ideias políticas em alguns pontos, Bernardo Vasconcelos e Evaristo da Veiga atuaram feito aliados; mas aos poucos os interesses foram divergindo, até que na década de 1830 se tornaram críticos mútuos.

Em 1833, Bernardo manteve o sucesso anterior nas eleições, embora tenha perdido o primeiro lugar. Já Evaristo expandiu e muito as suas bases de apoio em Minas, nas eleições ocorridas em 1833, quando o seu conflito com Bernardo ainda não era publicamente conhecido e as animosidades entre eles podem ser detectadas apenas através da investigação da Imprensa carioca. Em 1836, a adversidade entre Evaristo e Bernardo já era notória até mesmo na Câmara dos Deputados. E Evaristo devia esperar o pior resultado eleitoral em Minas Gerais, uma vez que também se candidatou pelo Rio de Janeiro. Mas o que aconteceu foi que o eleitorado mineiro pareceu se dividir, de modo que tanto Evaristo quanto Bernardo saíram eleitos. Isto para a surpresa do Sete, que tanto procurou denegrir a imagem de Evaristo e ressaltar as virtudes de Bernardo. Ainda assim não havia segurança para Evaristo. A qualquer momento, Bernardo podia convencer os mineiros da falibilidade política de Evaristo, que procurava defender a todo o custo o governo do regente Feijó, ineficaz contra as convulsões e revoltas que assolavam o Império (SILVA, 2014, p. 227–8).

Na sétima carta de Evaristo da Veiga ao irmão João Pedro, ele se referiu à política na Corte: “Nada direi quanto politica da Corte, porque me acho agora estranho a Ella, mas entendo que não tem soffrido mudança desde que dai fiz viagem” (VEIGA, 23 dez. 1836, s. p.). Houve aí uma preocupação com interesses que passavam a influenciar os apoiadores políticos. Veja demonstrou certo alívio ao ter como convicção que muitas

coisas ainda não haviam mudado quanto a manter o direcionamento político do grupo moderado. As dificuldades políticas que vinha enfrentando — perda de aliados — levaram Veiga, ao que indicam as fontes, à viagem para Campanha em busca de fortalecer as bases. Os jornais lhe eram essenciais para se manter informado da política na Corte.

Nesse sentido da sociabilidade política, em suas cartas aos irmãos Evaristo da Veiga mandava recomendações a amigos: “Thomaz”, “Compadre Banet”, “Paula Martins” (VEIGA, 23 dez. 1836, s. p.), os quais já haviam lhe escrito e aparecem noutras missivas dele; o que pode ser sinal de que eram pessoas próximas, talvez de convívio. Não por acaso, a acolhida que recebia em Campanha o deixava feliz e disposto a passar por locais diversos. Sua atenção se dirigia aos que eram considerados homens importantes pelo prestígio político. Nos relatos missivistas, Veiga demonstrava ter de repensar as orientações políticas que vinha seguindo, pois perdia credibilidade com parceiros políticos. Nesse caso, a influência dos irmãos no sul de Minas Gerais podia ajudá-lo muito.

Em relação às intrigas políticas que Evaristo da Veiga mencionou, foi possível perceber por meio de atas e pareceres emitidos após as sessões da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional que até meados de 1834 existia unidade na ação e nos princípios dos membros. Nas eleições parlamentares de 1833 — de escolha dos deputados encarregados de realizar as mudanças previstas na Constituição —, a sociedade e sua rede de afiliadas cumpriram um importante papel na vitória moderada (BASILE, 2004). O jornal *O Homem e a América* de 16 de fevereiro de 1833 apontou que o conselho não havia aprovado a indicação de Veiga para a convocação da assembleia geral de sócios a fim de se posicionarem sobre as eleições. O que prevaleceu foi o argumento de outros participantes como Henriques de Rezende, Odorico Mendes e Saturnino de Oliveira. Conforme Basile (2004), toda a discordância foi acirrada em uma circular datada de 28 de outubro de 1834 e encaminhada aos eleitores da província fluminense, e não pelo conselho da sociedade defensora. Desse modo, o grupo de sócios acabou por indicar 48 cidadãos prontos para preencherem as vagas de 36 deputados provinciais. Na *Aurora Fluminense* de 24 de dezembro de 1834 se vê que dos 36 deputados provinciais eleitos 28 eram moderados, bem como 12 dos 18 suplentes. Nesse grupo, 7 deputados e 4 suplentes exaltados e alguns destes foram tirados da lista.

Em carta a João Pedro, Evaristo da Veiga tocou em um assunto que lhe era muito caro nas discussões publicadas na *Aurora Fluminense*: os costumes da Corte. A família imperial modificou vários setores sociais, o que influenciou nos costumes existentes. Isso nos leva ao que viu e disse Luccock (1975). Houve uma mudança acentuada entre os nobres no gosto e na maneira de se vestirem ao introduzirem roupas de gala semelhantes à voga em Lisboa. A casaca se tornou quase um traje obrigatório para adentrar repartições públicas e participar de reuniões. A classe pobre usava a lã, o algodão e a chita barata para confeccionar as suas vestimentas. Vários anúncios de lojistas da rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, colocavam a venda os seus produtos. Nos anúncios dos jornais, fidalgos e diplomatas que integravam a Corte transmitiam a sociedade o convívio e as boas maneiras. Ao se referir à família dos Breves, o autor a tratou com ironia ao dizer que “os Breves ficaram um pouco mais breves”, o que denota ser alguém com divergência política.

Em nova carta a João Pedro, Evaristo da Veiga voltou a tratar de seu amigo José Domingos de Ataíde Mancorvo, com quem se correspondia constantemente ao que tudo indica (VEIGA, 22 jan. 1836, s. p.). Em especial, o amigo passava informações sobre conflitos no Sul do país. Não foi possível saber se estava nessa região ou se encaminhava informações com base na leitura de jornais e comentários disseminados na Corte. De fato, houve um debate na *Aurora Fluminense* sobre a anistia de revolucionários que lutaram nas guerras disseminadas no Sul. Gerou dissabores para Evaristo da Veiga e discordâncias na opinião pública. As violências a que se referiu eram de ordens variadas, em especial as que ocorriam por conta das divergências eleitorais. Não por acaso, De Simoni fez uma observação em elogio escrito após a morte de Evaristo da Veiga que convém expor aqui. Foi pronunciado em 12 de agosto de 1837, na Sociedade Amante da Instrução. Leiamos.

Na tribuna pregou Evaristo as mesmas doutrinas liberais e moderadas e mostrou o mesmo espírito, caráter e tendência, como no jornalismo. Porém ali a sua posição era outra; seu discernimento coube conhecê-la e modificar sua linguagem e conducta em relação a essa circunstancia. Ali ele não falava ao povo, mas a escolha da Nação, a colegas que ele devia supor tão bons e ilustrados quanto ele. Bem que os princípios fossem o mesmo, o orador mui discrepava do escritor. Nas fallas do Deputado havia mais pensamento e menos affecto do que nos artigo do jornalista. A ironia deste ficava a porta quando aquele entrava no recinto parlamentar; a gravidade e o decoro o acompanhavam em seu lugar. A individualidade que tanto se temia de sua pena ali nada tinha



a reçar de sua língua fora dos casos em sua causa era inseparável de matérias de interesse geral e transcendente; e nessas mesmas ocasiões era contrariada e combatida com dignidade, jamais com o insulto, e às vezes até louvada com imparcialidade e com honrosas exceções (SOCIEDADE AMANTE DA INSTRUÇÃO, 12 ago. 1837, p. 25)

As observações De Simoni procuraram destacar o quanto a linguagem utilizada nos discursos mudava de acordo com os locais onde Evaristo da Veiga se expressava. De fato, na oitava carta de Veiga a João Pedro, ele se referiu a seus encontros. Convém a leitura o que disse.

A Sociedade defensora me dirigia uma felicitação que não de aparecer em hum dos próximos números (abrev) da *Opinião Campanhense*. Continuo a ser acolhido benignamente e acredito que em geral não tenho desagradado aos Campanhenses. Não comecei ainda as minhas digressões por (abrev) fora da Villa e já o farei depois de passado o dia de Reis (VEIGA, 23 jan. 1837, s. p.).

É importante observar que, da sociedade defensora de Campanha, faziam parte os irmãos Lourenço e Bernardo Veiga; o que dava possibilidades a Evaristo da Veiga de aumentar o seu prestígio político na região. Mais que isso, os irmãos eram mantinham periódicos que lhe rendiam homenagens, como no *Opinião Campanhense*, propriedade de Bernardo Veiga. Em outro trecho de carta, Veiga mencionou que estava articulando como lidar com questões políticas de que discordava, mas que estavam na esteira do governo de Feijó. Eis a seguir o que disse.

Alheio a política, lendo apenas alguns dos jornais que dahi chegam (balas já frias) vivendo em estreito círculo, porque já acabarão as visitas de cerimonial, posso huma vida monótona, mas tranquila, e me preparo para os vendavaes da sessão parlamentar. Digo deveras; olhando para todos os lados, não sei o que farei, he mais fácil discriminar em todos os grupos o máu do que o bom, porém-he-me impossível sem saber, sustentar tão mal organizado e tão esquisito Ministério. Mas basta da política. Mas basta de política (VEIGA, 2 fev. 1837, s; p.).

Com efeito, Evaristo da Veiga discordava de homens que passaram a fazer parte do ministério e que podiam abalar seus interesses e os de seus apoiadores. Como fazia oposição a dom Pedro I e seus apoiadores, trabalhou para buscar apoio ao governo regencial. As ideias combatiam muitas propostas de cunho exaltado e/ou conservador e assumiu destaque como líder moderador na Câmara dos Deputados. O ministério

formado em 1º de novembro de 1836 tinha em sua composição homens como ministros do império, Manuel da Fonseca Lima e Silva, Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja (Justiça), Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, sucedido por Antônio Paulino Limpo de Abreu em 20 de fevereiro de 1837 (Estrangeiros), Manuel do Nascimento Castro e Silva (Fazenda), João Vieira de Carvalho (Guerra), sucedido por Salvador José Maciel em 7 de abril de 1837 e Marinha: Salvador José Maciel (Marinha).

De acordo com Souza (2015), Evaristo da Veiga entendia que Diogo Feijó havia falhado nas medidas políticas. Tal compreensão teria consequências, tais quais muitos dissabores e problemas com parceiros políticos, a ponto de se afastar e vez de seu governo. Todo o emaranhado de problemas que se enfrentava para governar — revolução no Sul e lutas separatistas na província do Grão-Pará — levou a discussões exaustivas sobre o orçamento do governo. O confronto de interesse ganhava corpo, e um dos poucos que permaneceram ao lado de Feijó foi Veiga, embora constringido. Esse trabalho político foi intenso em 1836.

[...] afastando-se de Feijó, Evaristo provavelmente se preparava abandonar a política, incompatibilizado que estava com os elementos adversos ao regente, inimigo pessoal de Vasconcelos, malvisto entre os antigos “caramurus”, separado de Honório Hermeto e outras figuras destinadas a predominarem no caso de uma mudança de situação. Parece que, depois da remodelação ministerial feita por Feijó a 1º de novembro de 1836, Evaristo perdeu de todo a esperança (SOUZA, 2015, p. 342).

Tal compreensão nos dá entendimentos do comentário feito na carta de Evaristo da Veiga de que os jornais desatualizados que recebia — *Chronista* e *Jornal do Commercio* — já não faziam muita diferença em sua caminhada (VEIGA, 12 fev. 1837, s. p.). Com efeito, na décima segunda ao irmão João Pedro, ele comentou jantares de que participou em Campanha para conversar com aliados políticos ou buscar trazer reforço para apoios. Ali, provavelmente recebeu recomendações para que se afastasse da parceria com Diogo Feijó. O fragmento a seguir denota esses sentidos. Leiamos.

Tenho recebido alguns jantares de [...] que em geral continuo a [...] muito bem tratado. Apenas certo e atento *a ciranda aritmética* se tem posta de ponta a ponta, bem que contando deles tenha eu recebido ofensa alguma além dessa mesma *proza que deva affastar*. Não me afligem, porém os seus enfados (VEIGA, 12 fev. 1837, s. p.).

Da forma que lemos, inferimos que, dadas as visitas, os jantares e os compromissos políticos, Evaristo da Veiga necessitava se atentar às informações do irmão. Ele se referiu à espera de notícias, pois o correio deveria lidar com percalços daquele período para fazer valer a comunicação que se necessitava fazer (VEIGA, 2 dez, 1836, s. p.). Era por ali que se dirigiam as encomendas solicitadas por Veiga. É possível imaginar que para quem lidava com a informação, naquele período, como os políticos como se dava a dinâmica de coleta das notícias. Além disso, as correspondências entre ele e João Pedro foram contínuas, visto que Veiga havia recebido cartas do irmão nos dias 18 e 31 de janeiro de 1837. Dentre os assuntos tratados, ele analisou influência que ainda tinha, em especial nas sociedades de que participou. Leiamos a seguir seu comentário.

No que você me diz sobre a resposta a felicitação da Defensora, talvez tenha razão, mas não creio que hoje se duvide seriamente (abrev) do meu apreço a M. [ ]. Recebia a carta do Attaide a qual responderei com brevidade. Desajarei que se realize a notícia que me manda, do Tratado feito entre a Inglaterra e Portugal. Será um bom tópico para a moléstia de que nos queixamos (VEIGA, 12 fev. 1837, s. p.).

Com efeito, da leitura da passagem entendemos que Evaristo da Veiga demonstrava haver menções sobre seu nome no conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, quiçá para ocupar cargo; mas suas preocupações nos levam a entender que seu nome já não tinha a mesma representatividade. Convém notar o destaque ao Tratado entre Inglaterra e Portugal, que parece se tratar da lei de 7 de novembro de 1831, cujo objeto foi o cessar da entrada no Brasil de novas levas de gente traficada do continente africano. Eram relações diplomáticas estabelecidas pelo império brasileiro com a Grã-Bretanha novembro de 1826. Nesses acordos estabelecidos, já em 1826, o governo brasileiro assumiu o compromisso de tornar o tráfico e o comércio de gente escravizada uma atividade considerada de pirataria em até três anos, o que ocorreu em 13 de março de 1827 (CARVALHO, 2012). Tal assunto pode ser o que Evaristo da Veiga colocaria em pauta nas reuniões que marcava com seus companheiros de política ou em textos da Aurora Fluminense.

O estreitamento das relações para apoio político se fortaleceu de acordo com os entraves enfrentados para desenvolver os objetivos individuais ou específicos de grupos políticos. Costa (2007, p. 143) observou que nas relações estabelecidas entre o centro e as regiões do Brasil, houve desenvolvimento da fiscalidade na América portuguesa, depois no reino e império do Brasil. A autora identificou uma zona de sombra que atuou nas diferenciadas relações do processo de construção estatal. Leiamos o que disse.

A dimensão mais perversa da reiteração do escravismo e do recrudescimento do tráfico negreiro nacionalizado por sobre revelia dos Tratados assinados pelas autoridades públicas parece ter sido esse convívio paradoxal entre a existência, de um lado, de uma ordem jurídica e de um sistema representativo e, de outro, de uma realidade cotidiana que se desenvolvia ao arrepio da ordem legal. Além disso, implica admitir que o sucesso da permanência do tráfico, para além da data fatídica de 1831, exigiu sofisticada artesanaria política, elaboradas articulações entre autoridades públicas, traficantes e senhores e cumplicidade de grande parte dos homens livres e libertos (COSTA, 2007, p. 143).

A autora explicou que o véu da ilegalidade que se estendia sobre a escravidão estava embrenhado em diferentes situações locais, com resistências, concentração de poder político, o que chamou de “pertinaz oposição aos impulsos racionalizadores do ente estatal”. Costa (2007, p. 143) exemplificou que por meio dos esforços variados, muitas vezes ineficazes do poder central e dos núcleos políticos provinciais, houve iniciativas de se organizarem estratégias para conhecer e quantificar a realidade econômica daqueles que estavam submetidos ao governo. A dificuldade estava em desenvolver censos, matrículas, cadastros, padronização de pesos e medidas, que eram os instrumentos primordiais para: recrutar homens, cobrar impostos, julgar criminosos, defender algum território, enfim, para exercer o primado da lei, como idealizara grupos políticos do período regencial. Esforços foram pensados para resolver a questão, como premiação de quem desenvolvesse teorias sobre o assunto; premiação de esforços idealizados por Evaristo da Veiga e seu grupo político.

Dar uma resposta que atendesse aos interesses em torno do trabalho servil era tarefa espinhosa. Afinal, como diziam os jornais, o tráfico humano era um mal. Mas, como revelam estudos, na compreensão de muitos senhores nobres, abolir o trabalho escravagista — medida a ser tomada de modo lento e gradual. Essa seria

possibilidade de superar aquela realidade constatada. A economia fundada no sistema escravista tinha representação pelos negociantes em razão da dinâmica que produzia. Como diz Fragoso (1992), o maior grau na hierarquia econômica do Rio de Janeiro era representado por sete fortunas alimentadas pelos negócios mercantis; e, nas cartas de Evaristo da Veiga ao irmão João Pedro, podemos notar um exemplo dessa força. A décima correspondência tratou de sua estada na casa do “Lemos”, em São Gonçalo.

Com efeito, João Antonio de Lemos era o tenente que pleiteou a criação da província de Minas do Sul. Esse seu projeto foi defendido pelos irmãos Veiga e por outros proprietários políticos do sul mineiro na década de 1850. Seu laço já existia desde a época de Veiga como deputado e nos leva a acreditar que foi figura importante para que o missivista e seus irmãos estabelecessem influência regional. Leiamos o trecho a seguir, pois nos parece ser expressivo.

O [Chronista] deve ter ganhado a [aurea] que você diz: he claro, comum de clamatório e esta no sentido da ephoca. Fico como gelo, não me parece obra de gente moral; mas talvez a madureza no meu [mano] Bernardo previna essa cidade. O Chronista tem se divertido um pouco comigo, he por hum modo que claramente mostra a sua má vontade. Paciencia! São percalços do officio em que estive empregado tantos anos. Vejo que tudo se virou para a Canalice, abandonado a política: parece me assim teve razão, muito mais trabalhando em Canalice de que a Humanidade. Pode colher reais benefícios também entendo que o L. [Luciano] ficará a segunda vez logrado; mas espero ainda, que o Beiga e o Salvador, brasileiros [machucados] lhe não serão preferidos. Dez vezes antes os Andradas com todos os seus defeitos. São ao menos nomes que fasem honra ao paiz ao Senado (VEIGA 12 fev. 1837, s. p.).

Não foi possível localizar documento afim às razões do destaque de Evaristo da Veiga à “canalhice” do jogo político; mas, pela discussão que vinha desenvolvendo com o irmão, podemos aventar a dificuldade em lidar com questões políticas como a guerra no Sul e no Pará. Um caso exemplar nesse sentido é a instabilidade com que era tratado no jornal *O Chronista* do 1º trimestre de 1836.

Com efeito, *O Chronista* de 23 maio de 1836 publicou um texto onde o redator relatou acontecimentos ocorridos na sessão de 13 de maio de 1836 da Câmara dos Deputados. As dificuldades encontradas no governo de Diogo Feijó reverberaram, pois Evaristo da Veiga dava apoio ao seu governo. O redator

comentou que, na sessão, Veiga procurou falar na tribuna, mas foi interpelado pelos gritos do povo; o presidente até pediu a colaboração dos presentes quanto a ouvi-lo, mas não houve compreensão: Veiga não discursou — disse o relator. O fato mostrava cada vez mais a perda de apoio a ideias e projetos de Veiga. Na edição de 6 de maio de 1837, o mesmo jornal fez críticas severas a Veiga e ao irmão João Pedro, por colocarem à venda em sua livraria jornais que lhe faziam oposição política. O redator sugeriu aos leitores notarem o descuido dos irmãos, a despreocupação com as questões do governo. Afinal, não se importava em dar publicidade àqueles que iriam duramente combater as suas ideias.

Ao mesmo tempo, a morte de Evaristo da Veiga foi comentada em *O Chronista* do dia 13, em nota breve na última página do jornal com dados fatuais. No dia 20 de maio, o tratamento foi mais detido, pois noticiou uma subscrição pensada para a família de Veiga. A rigor, estava se organizando uma comissão que ficaria responsável por esse encaminhamento. Leiamos um trecho do texto, a seguir.

Na segunda-feira reuniram-se vários cidadãos na casa do Sr Joaquim José Rodrigues Torres, para tratarem da maneira por que dariam um publico testemunho do apreço em que tem os serviços prestados pelo patriota fluminense Evaristo Ferreira da Veiga. Sob a presidência do Exm. Sr Costa Carvalho , decidiu-se que se fizesse uma subscrição e que depois de feixada se decidiria o emprego dela. Nomeou-se uma comissão para fazer a subscrição, e já montava com suas quantias offerecidas pelas pessoas presentes 5:120\$000 reis (O CHRONISTA, 20 maio 1837).

Contudo, como a morte de Evaristo da Veiga não matou o eco de suas ideias e atitudes, *O Chonista* não poupou o finado. Em edição agosto de 1837 — pós-morte —, houve críticas à posição política dele, sobretudo em torno dos gastos com a guerra do Sul e as formas de tratamento dadas a revoltosos. O redator comparou procedimentos adotados como a anistia concedida aos que se revoltaram no Rio Grande com o que ocorreu no Pará. Para ele havia distinção e na condução política de homens como Veiga, ou seja, a consideração pelo Pará foi diferente e depreciativa do seu povo. Devemos ler as palavras do redator a seguir.

Que triste que é o destino do Pará, dessa a mais infeliz, desde a independência, das províncias do Brasil. [...] Evaristo da Veiga vo-lo disse: o sangue derramado pede sangue. Verdade eterna que deveis ter sempre presente em vossa política: evitar pois que corra o sangue, evitar as vexações do despotismo, para que não tenhais de gemer sobre suas tremendas represálias. Vossa política disseis que é conciliadora, e pacífica, conciliadores amnistiastes a rebelião armada do Rio Grande, conciliadores ainda talvez amnistiéis a rebelião triunfante, mas no Pará apenas a rebelião ergueu a frente, mandastes força, apresentastes vos as armas, vencestes enfim, em vez de voz mostrardes pacíficos e conciliadores, entregastes essa província exsangue, cançada de tão duradoura luta, povoada de cadáveres ao gênio da destruição (O CHRONISTA, 16 ago 1837, p. 351).

Computavam-se os problemas; e era necessário direcioná-los ou questioná-los para aqueles que estavam à frente de posições governamentais. De fato, era delicada e difícil a questão. Em política, todos os momentos deviam ser utilizados para marcar a presença: falar. Todas as indicações são de que Evaristo da Veiga estava em divulgação de ideias políticas para arrebanhar eleitores. Qualquer ocasião era ocasião, até velório. Mas este tinha de alguém — na expressão de Veiga — “de vulto” na região, do contrário era menor o ajuntamento de figuras importantes da região.

Possivelmente, em carta-resposta anterior, João Pedro pode ter comentado artigos publicados no *Opinião Campanhense*, de propriedade de seu irmão Bernardo Veiga. De fato, se destaca o estilo de escrita de Veiga e dos irmãos que eram próximos e comungavam de muitas ideias políticas. Como os textos não tinham assinatura do autor, até João Pedro se confundiu. Leiamos a passagem a seguir, pois comentou Veiga que, se fosse ele o autor do artigo, então seria mais positivo.

O artigo da Opinião Campanhense em que você me fala na de 6 do corrente, não é meus mesmo não o vi senão depois de impressos. He do Mano Bernardo porém não há duvida que nas substancias concorda muito com as ideias que tenho sobre a matéria. Se fora meu talvez um pouco mais áspero e positivo nas arguições feitas no Ministério. Também não me pertences, o que aparecer na Opinião de 4 deste mez, apesar de mais explicito que o artigo de janeiro nas arguições feitas ao Ministério (VEIGA, 22 fev. 1837, s. p.).

Também possível é que o irmão Bernardo Veiga já estivesse se aproximando de ideias mais ligadas ao grupo conservador. Evaristo da Veiga tinha uma base

regional política fortalecida no sul de Minas, em especial pelo desenvolvimento econômico da região advindo das ligações comerciais que foram estabelecidas com a praça do Rio de Janeiro. Como Bernardo da Veiga foi vereador em Campanha, deputado geral (1835–9) e chegou a ser presidente da Província, seu irmão Lourenço Xavier da Veiga também viria a ser vereador na década de 1840. É importante observar que no processo de desenvolvimento das vilas havia a criação de novas comarcas. É muito provável que os políticos do período que tramitavam os processos de validação daquelas localidades como Comarca exercessem uma forte influência nos locais.

Em carta de Evaristo da Veiga a João Pedro, é possível perceber como Veiga estava ligando os pontos dos principais acontecimentos na política. Assinalou nomes que provavelmente seriam importantes para articulações políticas ao destacar qual posição poderia ser ocupada pelos representantes que indicou. Leiamos.

Sinto que o Padre Geraldo se afflija, mas infelizmente(abrev) quem pode quem pode tapar as bocas do mundo, e que se admirem os talentos parlamentares, do Manuel da Fonseca, ou as virtudes do [Pantoja]?! Por aqui mesmo apesar de certas influencias dúvida-se muito da infalibilidade do Ministério e se lhe agoirão maus dias nas sessão próxima futura. Não pode contudo deixar de exitar alguma surpresa a sua coragem e infalibilidade. Do mapa das eleições para os dois Senadores, vejo que os esforços do Luiz Alves, não forão frustrados, e que muito vencem a diligencia e a perseverança, quando sabem dar-se as mãos para qualquer emprego. Como foi, porém, preterido o exercício Parlamentar? E por sempre má a causa dos [ ]. Prestou-se a isso o círculo do Torres? Trabalhou esse círculo nas eleições do F. de Lima? Pelas vottações de alguns collégios assim parece... diz me que tem ahí reinado fortes calores, acompanhados de febres e mortes repentinas (VEIGA, 2 fev. 1837, s. p.).

É importante observar que no período da regência as tuberculências, conflitos e revoltas assoberbavam o governo na tentativa de manter o poder a qualquer custo. Evaristo da Veiga condenava os movimentos que na visão do governo regencial do qual fazia parte deviam ser combatidos, como em textos da *Aurora Fluminense*. Carvalho (1996) dividiu essas revoltas em dois grupos: um que ganhou força entre os anos 1831–5. Naquele momento havia uma inquietação da população urbana nas capitais. Na capital do império identificou cinco levantes entre 1831 e 1832. Em Salvador ocorreram seis em que a demanda por federação foi escancarada. Em



Recife três levantes ocorreram entre 1831 e 1832. O autor cita o exemplo da revolta chamada de Setembrizada, em que tropa, escravizados e povo tomaram a cidade necessitando arregimentar milícias civis para controle. Tudo isso era feito na base de muita violência e mortes. Outro exemplo foi a revolta do malês que assustou o parlamento pelo potencial organizativo de pessoas escravizadas e livres também. O combate ao enfrentamento propôs uma lei de condenação a morte dos escravos ou aqueles que participassem, sem necessidade de um júri.

O segundo grupo de revoltas pontuado por Carvalho (1996) teve uma característica descentralizada por conta do Ato Adicional de 1834. Houve uma descentralização de conflitos para o espaço rural que desestruturava a organização social e trouxe diferentes perigos para ordem pública do país. Revoltas passaram a assumir um caráter popular e duramente combatido com muita gente assassinada como na Guerra dos Cabanos (1832–5), a Cabanagem (1835–40), a Balaiada do Maranhão (1838–41), a Sabinada e o Farroupilha (1835–45). Leiamos a seguir os pontos cruciais das divergências ocorridas na regência.

[...] a demonstração de que a monarquia era capaz de manter a ordem no campo e na cidade e de que poderia ser arbítrio confiável para as divergências entre os grupos dominantes. A Regência falhara nos dois testes: a ordem fora constantemente quebrada, pondo em perigo a própria sobrevivência do País, e o regente eleito tinha-se revelado incapaz de arbitrar as divergências dos grupos dominantes. Na realidade a incapacidade de arbitragem é que frequentemente causava a perturbação da ordem ao permitir que os conflitos intra-elite filtrassem para baixo do sistema de estratificação social (CARVALHO, 1996, p. 235).

Da forma que lemos a passagem, entendemos que, se havia descontentamento em não se conseguir atender aos anseios dos dois pontos citados por José Murilo de Carvalho, então isso apareceria nos resultados eleitorais. Esses resultados eram estudados e preocupavam Evaristo da Veiga ante seu desprestígio gradual após a política desenvolvida pelo governo regencial e falas em colégios eleitorais de locais variados. Pelas correspondências, as pessoas destinatárias a quem Evaristo dizia precisar escrever cartas seriam “polos” de comunicação para arregimentar eleitores. É possível projetar o aumento dos colégios eleitorais em Minas Gerais pelo quadro a seguir.

QUADRO 2. Projeção de aumento em colégios eleitorais em Minas Gerais, 1820–30

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| Em 1828 - 22 colégios         | Ouro Preto, Mariana, Sabará, Curvelo, Caeté, Pitangui, Paracatu, São Romão, Salgado, Araxá, Vila do Príncipe, Tijuco, Barra do Rio das Velhas, Minas Novas, São João, São José, Barbacena, Tamanduá, Queluz, Campanha, Baependi e Jacuí.  |
| 1833 - 32 colégios eleitorais | Ouro Preto, Mariana, Queluz, Pomba, Caeté, Sabará, Curvelo, São João, São José, Barbacena, Lavras, Tamanduá, Campanha, Baependi, Jacuí, Pouso Alegre, Vila do Príncipe, Diamantina, Minas Novas, Rio Pardo, Formigas, Barra do Rio das Velhas, Paracatu, São Romão, Uberaba, São Domingos, Pitangui, Salgado, Itacambira, Araxá, Itabira e São José e Dolores.  |
| 1836 - 38 colégios eleitorais | Ouro Preto, Mariana, Sabará, Queluz, São João, São José, Itabira, Barbacena, Santa Quitéria, Pitangui, Pomba, Santa Bárbara, Conceição, Diamantina, Vila do Príncipe, Curvelo, Baependi, Tamanduá, Pouso Alegre, Campanha, Minas Novas, Aiuruoca, Camandocaia, Alfenas, Itajubá, São Domingos, Itacambira, Bambuí, Formigas, São Romão, Paracatu, Lavras, Uberaba, Araxá, Salgado, Jacuí e Rio Pardo. |

FONTE: dados da pesquisa — elaboração: Alzenira Azevedo

Sobre as eleições, Evaristo da Veiga fazia menções diferentes e nos leva a compreender como esse processo era complicado; ou seja, reclamar da necessidade de um aprendizado sobre como se portar ante os resultados apresentados ou em relação a própria organização das eleições. Naquele período, como não se tinha vivência do sistema representativo, os costumes — dizia Veiga — precisavam ser desenvolvidos. Como constatou Carvalho (2002), apenas uma pequena parcela da população urbana tinha uma noção de como funcionava as novas instituições naquele período. Muitos votavam obedecendo à convocação de autoridades do governo, pelos juizes de paz, pelos párocos, pelos comandos da Guarda Nacional; e o que estava em jogo era, não a oportunidade de exercitar a cidadania, mas o domínio político local. A derrota do político local significava perder o controle dos cargos públicos— juiz municipal, delegado de polícia, coletor de rendas, posto na Guarda Nacional. Como afirma Carvalho (2002, p. 33), a luta era para mobilizar o maior número de dependentes para vencer as eleições.

Com as eleições na Igreja, surgiram funções específicas para trapacear: o cabalista, o capanga eleitoral, o “fósforo”. A função do cabalista era de incluir o maior número possível de partidários de seu chefe na lista dos votantes. Haja vista que a renda era uma exigência para o nome ser incluído na lista de votantes, o cabalista sempre achava um meio de comprovar a renda do votante que pudesse ser entendida como legal. Visto que os eleitores tinham de provar sua identidade, havia outro que exercia a função de “fósforo”: alguém que se passaria pelo votante nos locais de votação; muitas vezes representava pessoas diferentes votando em lugares diversos; podiam aparecer no mesmo local dois fósforos representando a mesma pessoa, outras vezes se fazia passar pelo próprio votante usando astúcia e ironia. A função do capanga eleitoral era colocar pressão a mando dos chefes locais, ao ameaçar os adversários políticos para que a competição política não ocorresse. Carvalho (2002) ressalta que mesmo no Rio de Janeiro a ação dos capangas eleitorais ocorria e com homens preparados fisicamente, como os capoeiras. Pode-se imaginar a preparação logística que se realizava para a realização das eleições, pois nesse dia

[...] bandos armados saíam pelas ruas amendrotando os incautos cidadãos. Pode-se compreender que, nessas circunstâncias, muitos votantes não ousassem comparecer, com receio de sofrer humilhações. Em caso de não comparecimento de votantes, a eleição se fazia assim mesmo. A ata era redigida como se tudo tivesse acontecido normamente. Eram as chamadas eleições feitas a bico de pena, isto é, apenas com a caneta. Em geral, eram as davam a aparência de maior regularidade, pois constava na ata que tudo se passara sem violência e absolutamente de acordo com as leis (CARVALHO, 2002, p.34).

Na *Aurora Fluminense*, havia reclamações estranhas de párocos burladores das listagens de votantes que deviam afixar na porta da Igreja para votação. Em sua décima quarta Carta Evaristo relatou a visita realizada a Baependi tinha uma população votante de no qual bom número era eleitora de Evaristo da Veiga. Consta em tabela de *O Universal* nº 901, de 12/07/1833, na Segunda Legislatura (1830–1833) conseguiu um total de 53 votos na eleição. Em *O Universal* de Minas Gerais nº 36, de 7/11/1836, conseguiu o total de 36 votantes na mesma região na eleição para Segunda Legislatura (1834–7) ocorrida em 1833. Com efeito, em carta a João Pedro, disse Veiga (13 de dez, 1836s.) que “He Villa pouco menor que a da Campanha cuja população existe que toda espalhado pelos campos, ocupada na agricultura. A opinião com [...] quem tenho

conversado, he bastante judiciosas, [o/c] pouco favorável ao nosso Ministério actua”. Nesse trecho ele comentou conversas com pessoas perspicazes e que tinham opinião formada sobre política: contrária à do ministério que Diogo Feijó havia estabelecido; ao menos é o que nos parece. O que não seria favorável para as próximas eleições ou poderiam influenciar o futuro político dos irmãos, como Bernardo Veiga.

Nesse sentido, Evaristo da Veiga parece ter comentado possíveis dissabores em viagem a Pouso Alegre e reclamar das exigências para recebê-lo. Talvez tivesse marcado horário para proferir alguma fala para grupo de pessoas arrebanhadas. Ele demonstrou colher informações sobre o local que iria visitar antes de participar das reuniões. A muitos lugares informavam não ter vontade de ir e sabia que as pessoas talvez não estivessem motivadas a recebê-lo. Também pode ter havido desencontro de visitas programadas. Numa palavra, algo parece ter-lhe aborrecido, para dizer o que disse com tanta ênfase: “prq eu não sou regente, nem Monitor, nem poderoso, nem influente... e que mais he, nada disso apeteço” (VEIGA, 22 fev. 1837, s. p.).

Cabe lembrar (vide o quadro 1) que Campanha fazia parte da comarca do rio das Mortes, uma das regiões mais habitadas no século XIX. Muitos dos que aí residiam e negociavam estavam em lugares visitados por Evaristo da Veiga. Nesse terreno os irmãos Veiga desenvolviam uma rede de relações políticas desde o fim da década de 1820. Talvez o pai já tivesse estabelecido contatos, por ter residido em Minas Gerais. Não foi possível verificar em documentos, mas é possível dizer ele viveu em Vila Rica um tempo. Além disso, Bernardo e Lourenço Veiga foram ainda muito jovens para a região sul de Minas Gerais. Assim, é possível que as relações de amizade entre as famílias caminhassem de longa data. Em carta a João Pedro, Veiga fez menção especial a um amigo, Miguel Marques, de quem esperava correspondências. O nome que Veiga tinha ramificações de contatos estratégicos para obter informações nas diferentes regiões.

Na 15ª carta ao irmão João Pedro, Evaristo da Veiga disse que suas andanças políticas exigiam empenho para convencer em torno dos interesses e solicitações que entrariam nas pautas políticas (VEIGA, 13 mar. 1837). A distância entre os locais que visitou foram maiores que 65 quilômetros. Não conseguimos precisar nem presumir o quanto ocuparia de tempo percorrer tal distância em lombos de mulas, mas sobrou-lhe tempo para realizar o que pretendia. De acordo com a sinalização de Evaristo não houve

avanço de seus projetos políticos na região. É claro que isso não era bom. Significava perder poder local. É possível imaginar o desgaste da movimentação para alguém que se via como “gordo”. Não por acaso, tinha pessoas a sua volta para atendê-lo, inclusive escravizados. Contudo, Veiga parece ter tido poucos progressos na região visitada. Embora fosse bem recebido, demonstrou frustração no insucesso de sua empreitada. Logo, poderia não angariar recursos financeiros dos proprietários locais ou a não aceitação de projetos do grupo político moderador (VEIGA, 13 mar. 1837, s.p). Deu a entender que foi criticado pelos locais onde conversou, fosse em casas ou reuniões.

Também parecia um projeto de Evaristo da Veiga conseguir representar seus irmãos nas listas para futuras eleições antes de retornar ao Rio de Janeiro. Ele sabia da influência e do prestígio que tinha, em especial nas associações de que participava havia algum tempo. Mas cabe citar o que disse Basile (2004): desde 1834, a influência da Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional para organizar quadros políticos se perdia. De fato, no último ano de edição da *Aurora Fluminense* sob sua batuta (AURORA FLUMINENSE, 13 nov. 1835), Veiga tendeu a dizer da instituição como algo que já pouco atuava. Usava o verbo no passado ao falar das ações que a instituição havia realizado. Mas em abril de 1835 ele não demonstrava que a instituição estava perdendo o poder de influenciar nas eleições:

A nós, aos membros da Sociedade em geral incumbe-nos acompanhá-los com os nossos bons desejos e depois, sustentar a obra de nossos compromissos. Qualquer que seja Eleito, o dever dos bons cidadãos he defender a sua autoridade lega, contra as facções que ouzarem atacá-la (AURORA FLUMINENSE, 6 abr. 1835, p. 3.846).

Contudo, como disse Basile (2004), aos poucos o poder da sociedade defensora de fato foi desaparecendo, à medida que diminuía o poder moderador regencial. Mas ele afirma que não foram encontrados documentos que comprovassem seu desaparecimento.

Segundo disse Evaristo da Veiga, em uma de suas últimas cartas a João Pedro, nos quase seis meses que permaneceu em Minas Gerais, não deu tempo de cobrir todos os compromissos ainda em aberto. Assim, na 17ª correspondência, ele comentou sua partida de Minas Gerais e sobre os apetrechos para organização (VEIGA, 2 abr. 1837, s. p.). Na 18ª, citou preocupação com dificuldades a serem enfrentadas no retorno, sobretudo com as chuvas torrenciais — as chuvas de março fechando o verão (VEIGA,

13 abr. 1837, s. p.). O receio foi tal, que em sua 19ª correspondência — a última — ao irmão, Veiga disse que havia mudado de planos, por causa das chuvas e de doenças que acometeram pessoas que viajariam com ele (VEIGA, 20 abr. 1837, s. p.). Ainda em sua última missiva, ele ressaltou que, dado o tempo curto de estada em Minas Gerais, ele não cumpriu a longa lista de compromissos, de modo que indicou João Pedro reforçar compromissos e ligações com fazendeiros da região com quem não pode se encontrar; eram juízes de paz e capitães da Guarda Nacional que aparecem como escolhidos para apadrinhar os filhos. Por exemplo, ele anunciou o seu novo compadre, André Luiz Cardoso, por conta de ser padrinho, junto com a esposa da criança nascida. Informou que o futuro compadre era comandante do batalhão da Guarda Nacional (VEIGA, 13 mar. 1837). Aqui vemos como Veiga fazia aumentar rede de relações; eram futuros dependentes do favor da influência para manutenção de cargos. Dada a brevidade da estada em Minas Gerais, seria de bom tom pedir aos irmãos que dessem lembranças de Veiga aos que ele conhecia, mas não pôde encontrar.

#### 4.1.1.5 Por falar em beltrano, recomendações a cicrano e fulano: relações de amizade

Com efeito, na oitava missiva a João Pedro, Veiga deu uma medida do quanto se dedicava à correspondência e o quanto a valorizava como forma de manutenção de elos de amizade. Nesse sentido, fazia recomendações marginais para lembrar os amigos. Leiamos a passagem a seguir.

*Recomendações aos amigos* Camargo, Athaide Paula Martines, Magalhães, H J Torres — Roza..., Je Alexandre e Fernando, J. H da Torre — Padre (abrev) Candido, Luiz travassoz Lembranças, lembranças (abrev). Amanham eu e a Edelthrudes vamos ser padrinhos de hum menino filho de Andre Luiz Cardozo que e aqui Comandante do batalhão da Guerra Nacional, aumentando assim o numero de compadres e de comadres da geração que já não é pequena sobre a terra (grifo nosso) (VEIGA, 13 fev. 1837, s. p.).

Outro caso de menção a amigos apareceu em menção ao que talvez fosse um senhor amigo dele da região de Campanha — um tal Lemos. Pelo comentário, tal pessoa tinha a incumbência de realizar transportes entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Leiamos o trecho seguinte.

Domingo eu e o Lourenço fomos a São Gonçalo onde nós demoramos até terça-feira *na caza do Lemos*. Encontramos bom recebimento e ficamos de lá tornar, antes que eu me retire para o Rio de Janeiro. Ando agora traçando uma viagem para (abrev) Lavra, porém essa é um pouco mais difícil de levar-se a efeito, porque sempre peita há humas 15 léguas (VEIGA, 23 jan, 1837, s. p.).

O “Lemos” se refere a João Antonio de Lemos, senhor que foi tenente na região de Campanha. Era filho mais velho de Rodrigo Antonio de Lemos, imigrante português que se estabeleceu e constituiu família no arraial de São Gonçalo, no século XVIII. De acordo com Andrade (2008), Lemos teve atuação política importante; foi vereador em Campanha, deputado provincial e futuramente deputado no parlamento nacional. Recebeu honrarias, tal como o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Possuía uma manufatura de chapéus que desempenhou um papel importante no desenvolvimento de Campanha. No inventário da esposa, Luiza Amália de Lemos, se observou o seguinte.

Do total de escravos arrolados no inventário, alguns tiveram a sua profissão declarada, o que indica a sua utilização no serviço da fábrica: três chapeleiros e duas costureiras. Esta constatação é explicitada nas listas nominativas de 1831-1832, pois João Antonio Lemos aparece ali qualificado como proprietário qualificado de uma fabrica de chapéus, com um total de 24 cativos, sendo que sete eram chapeleiros, cinco cardadores e três costureiras, além de um escravo sapateiro, dois pedreiros e mais cinco que trabalhavam na mineração. Havia também três homens livres, brancos, que trabalhavam como chapeleiros e cardadores. Ao que tudo indica a produção da fabrica tinha como mercado principal a praça carioca (ANDRADE, 2008, p. 79).

Com efeito, figuras com o perfil de João Antônio Lemos nas relações com Evaristo da Veiga apareceram noutras cartas dele e associadas a expressões de preocupação em suas articulações de interesse familiar-político. Nesse sentido, ele fez referência a certo Capistrano que promoveu uma reunião em homenagem a Veiga para auxiliar em sua campanha política. Não foi possível descobrir quem seria, mas parece ser um juiz de paz. Isso demonstra que Veiga havia construído um olhar de respeito por outras pessoas em relação a sua figura política. Cabe lembrar seus comentários à família que aludem à função desta nas relações sociais dos indivíduos; daí os empenhos para ampliar a rede de influência da família pelas regiões. As famílias estendiam esses laços de influência e alianças solicitadas em situações de necessidade, mesmo que não houvesse grande proximidade de parentesco (ANDRADE, 2010). Na *Aurora*

*Fluminense* esse olhar apareceu desde 1828, com destaque à importância das ligações com homens que eram eleitos para juízes de paz.

No rol de nomes citados em cartas, Evaristo da Veiga mandou recomendações a amigos, tais quais “Compadre Barrete, J. [A. ou C DA] Torres, Magalhães, Roza, Paula Martins, Felix, Padre Candido, [...] J. Torres, Camargo, Athaide e etc.” (VEIGA, 23 dez, 1836 s. p.)<sup>123</sup> Destacou que logo retornaria a escrever a esses senhores no próximo correio, apontando uma relação frequente estabelecida com eles, homens que mantinham relações sociais de proximidade com Evaristo da Veiga. A maioria pertencia ao conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, que enfrentou problemas de diminuição do poder do grupo político moderado ao longo do período regencial.

De fato, após dar por encerradas sua produção da *Aurora Fluminense*, em 1835, Evaristo da Veiga se referia com elogios à sociedade defensora. Conforme afirmou Guimarães (1990), houve a conquista de algo próximo à existência de uma estabilização da ordem pública na Corte após a vitória de Diogo Antonio Feijó, em 12 de outubro de 1835, a reforma da Constituição de 1824, por meio do Ato Adicional de 1834, e movimentos políticos do ano 1832. Na análise de Basile (2004, p. 109) houve um processo de “desgaste externo e de erosão interna”, pois ocorreram batalhas enfrentadas pelos membros da instituição que tinha Evaristo da Veiga à frente, ou seja, de secretário em alguns períodos. A partir de 1834 não comungavam das mesmas ideias nas quais estava atrelada a maioria dos moderados. Assim, a bandeira de luta da sociedade passou a ter novas nuances, em que o interesse estava ligado ao prestígio de pertencer apenas à agremiação.

Cabe notar que nas recomendações encaminhadas por Evaristo da Veiga aos senhores Je. Alexandre e Fernando, há um cumprimento mais formal, como se tivessem

---

<sup>123</sup> Nomes: J.J. Pereira de Fárao, Caetano Alberto Soares, J. F. A. Branco Muniz Barreto. Luiz Joaquim de Gouvea, Antonio Freire Alemão, Patricio Ricardo Freire, S. de Souza Oliveira, J. Florindo de Figueiredo Rocha, J. Antonio Pinheiro, Estevão Alves de Magalhães, I. Pereira da Costa, Francisco Antunes Marcello, Manoel da Cunha Barboza, Chistovão José dos Santos, Francisco Lopes d’Oliveira Araujo, J. D. D’Ataide Moncorvo, J. Eugenio Tavares, João Baptista de Carvalho, João Ignácio Tavares, João Baptista de Carvalho, João Baptista de Carvalho, João Ignácio Tavares, Francisco dos Santos Ferreira, Voriolano José Pires, Manoel Rodrigues Gamboa, L. A. da Camara LIMA, João Baptista SOARES, A. Herculano Pereira Taborda, Aureliano de Souza e Oliveira, Antonio Manoel Antunes Ferreira, Luiz Vicente de Simoni, José Joaquim Martins e Antonio Fernandes da Costa. DATADO DE 21 DE JANEIRO DE 1833. Listagem produzida por J, Ribeiro da Silva – Secretario (Jornal Aurora Fluminense, 1833, 23/01/1833, nº 726).



uma amizade mais fria. Nesse grupo de amigos se encontravam Octaviano Maria Roza ou poderia ser Zeferino José da Roza, José Domingues de Attaíde ou Attaíde Moncorvo. O nome de Octaviano Maria Roza aparece em lista na condição de votado para ser juiz de facto. Nessa mesma lista o nome de João Pedro da Veiga também estava presente (AURORA FLUMINENSE, 28 fev. 1832).

Em carta a José Domingos de Ataíde Mancorvo, oficial da marinha portuguesa com cargo de capitão de fragata (MOREIRA, 2009), Evaristo da Veiga deixou entrever laços de amizade pelas suas palavras. Moncorvo serviu ao Brasil após a independência, e a Aurora Fluminense mencionou seu nome nalgumas discussões sobre política. Veiga seguramente estava fazendo referência ao atentado que sofreu em 8 de novembro de 1832. Revelou a desconfiança de que foi alvejado por um sapateiro a mando do coronel Ornelas; por isso denunciava que o tal coronel era amigo de Jose Bonifácio Andrada e de seu irmão Martim Francisco. Sólidas ou frágeis, as acusações demonstram a violência presente naquele período e apontam para métodos utilizados na política para eliminar aqueles que, na defesa dos interesses, precisavam ser combatido.

Na carta-conversa com Moncorvo há discordâncias no pensar sobre a política do Brasil; ou seja, encontradas no *Torre de Babel*, de propriedade José Inácio de Abreu e Lima (Recife, 6 abr. 1794–8 mar. 1869). O jornal parece ter sido impresso nos meses de fevereiro e março de 1833, para formar opinião em torno de suas convicções políticas. Sua vida foi curta se comparada a de outros jornais, em particular a *Aurora Fluminense*. Seu primeiro número expôs seus propósitos, seu programa. Leiamos um trecho.

[...] o meo estilo provará sempre que desejo fazer rir, ainda que se riam de mim; antes que irritar a ninguém; muito menos ofender a pessoa alguma; porque respeito em geral à todos os homens, menos aos viciosos; porém destes me compadeço e não os ofendo (TORRE DE BABEL, 9 jan, 1833, p.2).

Ao longo das sete edições entre janeiro e março de 1833, o *Torre de Babel* buscou dar visibilidade a sua contrariedade em relação às propostas de mudanças na Constituição de 1824. Assim, combatia as ideias dos grupos políticos classificados como moderados e exaltados que se desenvolviam nos espaços institucionais (Assembleia Geral), tanto quanto nos jornais e na formação da opinião de quem podia participar do debate político.

José Inácio de Abreu e Lima foi um militar, político, jornalista e escritor que condenava iniciativas de debate político para defender pautas sobre determinados tipos de liberdades, tais quais propostas lançadas com a tentativa de golpe de Estado em 30 de julho de 1832. Para ele aquele movimento provocou instabilidade na recém-conquistada independência e nas instituições já constituídas. Em seu entendimento, o movimento ocorrido em sete de abril era visto na condição de sedição militar, motivo para enfraquecer a moral pública.

A história de Abreu e Lima como militar no Brasil e na América Latina carregava uma tradição característica de revolucionário, pois lutou na insurreição pernambucana (1817), foi preso na Bahia e, em 1818, fugiu para os Estados Unidos. Lá, recebeu influências de ideias iluministas de liberdade em seu modo de entender a organização de uma nação. Depois, foi para Venezuela, a fim de se alistar no exército de Simón Bolívar, que procurava libertar sua região do domínio espanhol. Tornou-se um combatente por vários locais da América Latina (Venezuela, Bolívia, Colômbia e Equador) e galgou postos de comando no exército de Bolívar. Essa trajetória lhe imprimiu características de libertário, em particular, vivenciada na década de 1820. Então foi para Europa, de onde retornou em 1832, direto para o Rio de Janeiro. Não via com bons olhos o processo que levou à abdicação de dom Pedro I em 7 de abril de 1831. Para ele, o processo trouxe retrocesso ao Brasil. Nesse sentido, são apontadas certas contradições na trajetória de Abreu e Lima. Mesmo tendo participado de um modo ativo do movimento comandado por Bolívar (de inspiração republicana), ao voltar para o Brasil se tornou defensor da monarquia como regime político mais adequado.

Evaristo da Veiga era o inverso de Abreu e Lima, pois viu o movimento de abdicação como chave da libertação do povo da tirania dos Pedros. Em 1833, era superativo quanto à possibilidade de expressar reflexões e opiniões sobre assuntos e problemas distintos — era a liberdade de imprensa. Não tardou até haver um evento que ligaria esses dois opostos em movimento de choque; muito por uma atitude ousada de Veiga que se inscreveria em conjunto de gestos, ações e textos dedicado a problematizar e especular a independência e a ideia de libertação, de liberdade. É o que vemos a seguir.

## V

LIBERDADE COMO IDEIA E IDEAL: ATITUDES E  
GESTOS DE UM ESCRITOR LIBERAL

*Estando eu a jantar no hotel de l'empire, ás três horas e meia da tarde, na mesa redonda que alli costumava haver, travei conversação com um honrado estrangeiro o Sr. D. Pedro Lobo, á cerca das cousas do tempo: disse-lhe que não se podia ser escriptor liberal; que estes corrião grandes perigos; que em S. Paulo acabava de passar-se um assassinio atroz...*

— DOMINGUES L. SILVA ARAUJO, dez. 1830

**E**varisto da Veiga fazia parte de um grupo de homens que viram em reformas da Constituição de 1824 uma ameaça às conquistas realizadas em um Brasil que precisava destronar costumes e viabilizar aberturas políticas. Um período de conflitos entre Coroa e parlamento se encaminhou após a Constituição de 1824 ser outorgada. Com a independência declarada oficialmente em 1822, foram encaminhadas iniciativas para se criarem instituições formais ao governo. Uma dessas medidas foi a elaboração da Assembleia Constituinte, vista como ponto positivo por elites influentes. Porém, essa foi dissolvida posteriormente por dom Pedro I. Ocorre que houve restrições ao seu poder e estas eram ideias liberais que se faziam presentes naquele contexto. Pedro I dissolveu a Assembleia, e logo foi promulgada a Constituição. Nesta houve a manutenção do Congresso bicameral e Judiciário, o Conselho do Estado, a instituição do Poder Moderador. Esse poder moderador deu ao imperador o poder de dissolver a Câmara, nomear gabinetes e influenciar decisivamente na escola de senadores.

A dispersa, desarticulada e fluida nação encontra, instalado no Rio de Janeiro, um arcabouço fechado, disposto a exercer uma vigilante ditadura no país. O banho liberal, irradiado dos acontecimentos portugueses e brasileiros dos dois últimos anos, não permitia entretanto, a passava adoção do sistema absolutista. Não consentiam as circunstâncias, de outro lado, potencialmente desagregadas, a cópia do modelo teórico do liberalismo europeu ou da democracia norte-americana. A organização do Estado entrelaça-se, dentro das tendências de conflito e sob o dilaceramento centrífugo das capitanias, ao cuidado superior de manter e soldar a unidade política do país, tarefa gigantesca e incerta diante dos obstáculos geográficos e dos valores provinciais não homogêneos (FAORO, 2004, p. 280).

Como analisou Faoro (2004, p. 280), após a independência, houve um longo movimento entre a década de 1820 e o início de 1830. Asseveraram-se conflitos entre Coroa e parlamento. Ocorreram levantes durante esse período pelo país afora e no raiar da década de 1830. Mas, mesmo dom Pedro I afirmando “Sou e fui sempre Constitucional”,<sup>124</sup> se chegou a sua abdicação, em 1831. Com a abdicação do monarca — de popularidade descendente —, as demonstrações eram de que se encaminharia uma participação da elite brasileira maior que a de portugueses nos postos de comando. Esses grupos estavam se autofirmando institucionalmente e se organizando para assumirem cargos de dirigentes nas províncias, na Corte ou até fora do Estado. Os cargos ocupados no Paço eram monopolizados por gente próxima ao governo de dom Pedro I e passaram a ser vislumbrados pelos componentes de grupos de associações comerciais e financeiras, Câmara dos Deputados (GRAHAM, 1956).

Nessa caminhada política Evaristo da Veiga deixou argumentações na Câmara e nas publicações da *Aurora Fluminense*, o que seu grupo político entendeu como possibilidades de rupturas ou o que poderia permanecer nos encaminhamentos políticos do período. A chamada razão nacional por Evaristo era o que movia o seu grupo político.

Em 1831, a atuação de Evaristo da Veiga como deputado se agitou logo após a abdicação de dom Pedro I, e seu grupo político assumiu poderes maiores. Nesse cenário, várias revoltas demonstravam a insatisfação com o governo da regência. Era necessária a construção de uma autoridade que estava em turbulência nas províncias e destruída nas ruas urbanas. Foi ao partido moderado que coube buscar assegurar um

---

<sup>124</sup> John Armitage. *História do Brasil*. São Paulo: Edição Eugênio Edgas, 1914.

equilíbrio a Diogo Feijó nomeado Ministro da Justiça entre 1831 e 1832 ao lado de homens como Veiga e outros. Precisavam lidar com circunstâncias como o combate a grupos políticos tais quais os exaltados ou conservadores. Dessa forma, na conduta governamental de Feijó,

A rebeldia dos fatos, a indocilidade das condições materiais, o desmentido da realidade não o assustam. A Nação não seria a Nação dos empregos, nem a do comércio, nem a dos traficantes de escravos, nem a dos fazendeiros. O país das camadas médias — agricultores sem fumaça de senhores, comerciantes sem a manipulação do governo, empregados públicos capazes, indústria nativa — este quadro vagamente norte-americano e falsamente brasileiro, recebia a graça de um governo forte, enérgico, imparcial e respeitador das liberdades. A pena de Evaristo da Veiga, sustentáculo fiel e colaborador de Feijó, dirá, singelamente, como se pinta o paraíso possível (FAORO, 2004, p. 318).

Isso lhe trouxe características específicas no modo de agir como político, como homem interessado em desenvolver seus negócios e formas de compreender a vida em sociedade. Naquele cotidiano, o grupo político nominado exaltado, com desejos de mudanças mais radicais, a luta era por reformas constitucionais, em especial a partir de 1830. Havia uma miscelânea de reivindicações na política, sobre a questão dos africanos escravizados e nas corporações como artilheiros da marinha e outros setores militares.

Exemplo de motim<sup>125</sup> ocorreu na ilha das Cobras<sup>126</sup> em 1831. Trouxe muita tensão, dados a violência sofrida pelos amotinados e os ataques ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. Nesse conflito e noutros, o feito era dirigido aos exaltados em muitos jornais,<sup>127</sup> como observou Basile (2004). Houve repressão aos militantes exaltados; ou seja, uma campanha de difamação deles, em especial pelos jornais moderados. Os

---

<sup>125</sup> Sobre o motim, cf. Azevedo (1871).

<sup>126</sup> A revolta na ilha das Cobras explodiu dia 6 de outubro de 1831. Foi um conflito entre o corpo de artilharia de Marinha, com ajuntamento de homens que protegiam um navio-prisão e guarnição do transporte Jurujuba. Nesses navios estavam presos condenados às galés, degredados. Recrutados, escravos, homens aprisionados em guerra de militares que não haviam cumprido a disciplina estabelecida. Na convulsão social havia focos distintos (MOREL, 2001, p. 270–2).

<sup>127</sup> Basile (2004, p. 306) verificou que no *Jornal do Commercio* de 8/10/1831; 10/10/1831; 11/10/1831 se disse do ocorrido, mas não se fizeram acusações diretas aos grupos exaltados. Os jornais recebiam correspondências e as publicavam: *O Diário do Rio de Janeiro*, 11/10/1831; 13/10/1831; 17/10/1831. *A Aurora Fluminense* de 17/10/1831 e 21/10/1831 fez comentários de modo a condenar os jornais dos exaltados — *Nova Luz Brasileira*, *Jurujuba*, *O Exaltado* — por incentivarem os motins e, logo após o ocorrido, pararem até de atuarem em suas atividades.

jornais de grupos exaltados como *O Filho da Terra*, *Sentinela da Liberdade* e *O Exaltado* retrataram a violência (BASILE, 2004).

Contudo, como disse Mattos (2004), havia a presença de três “mundos” nos conflitos entre gente: livre, pobre, cativa, violentada e homens pertencentes aos escalões do governo. Nesse mundo de conflitos havia aqueles que atuavam como os que disseminavam um clima de descontentamento ao pregarem doutrinas revolucionárias, explorarem descontentamentos políticos e sociais de instâncias diversas e impulsionarem o agir.

Na interpretação dos atores políticos da época, moderados e exaltados — prevalecia uma visão conspiratória dos distúrbios: cada facção, representada na imprensa, atribuía a ocorrência daqueles eventos a uma suposta trama ou intriga urdida pelo rival, cujos agentes seduziram ou subornariam hordas de homens oriundos da escória da sociedade, com instintos criminosos, a fim de realizar interesses particulares e egoístas, e promover a ruína do outro. Enquanto para os moderados as revoltas seriam a expressão da anarquia na luta contra a ordem, para os exaltados seriam a manifestação da liberdade no combate ao despotismo (BASILE, 2004, p. 325).

Nas publicações de jornais de grupos moderados, exaltados ou caramurus a questão política aparece com destaque nos conflitos, porém isso não tira de cena os problemas de ordem social e econômica. Como apontou Basile (2004), as dificuldades causadas pela fome e oportunidades mínimas no campo do trabalho estavam nesse bojo das revoltas; e a disputa maior era pelo controle do poder político na regência. Esses pontos alimentavam ou estavam nas reivindicações realizadas.

Evaristo da Veiga procurou combater a divulgação realizada por outros periódicos de que, após a subida do governo liberal ao poder, os empregos públicos para os pardos haviam acabado. Informou que depois dos tumultos de 1831 e 1832 muitos pardos foram presos (também brancos o foram). Suas prisões ou a impossibilidade de ocuparem cargos, empregos, disse Veiga, resultavam da aproximação deles da perturbação da cidade em movimentos de violência. Contra as acusações que não existiam homens pardos nas corporações e governo moderado, Veiga disse o que podemos se lê a seguir.

Mas na verdade he que nas fileiras dos Moderados existem homens pardos, que elles alli são olhados com a consideração que as suas qualidades , serviços ou talentos lhes tem grangeado, e que o partido

liberal se ufana de alguns que conta entre os seus melhores campeões. Diverso modo de pensar; ridículas prevenções que a caballa retrograda lhes quer atribuir, mais propriamente pertencem á gente dos velhos prejuízos, aos homens das saudades da Babilônia, e não a espíritos que se dirigem pelo amor a liberdade, e cuja causa arredada das eminencias aristocraticas, os teve sempre a par do povo, nas planícies da igualdade legal. Essa igualdade não destroe as inevitaveis e necessárias differenças sociaes; mas não quer outra razão dellas alem do mérito pessoal, dos talentos e virtudes de cada hum (AURORA FLUMINENSE, 21 jan. 1833, p. 3.093; grifo nosso).

As palavras liberdade, igualdade legal, mérito pessoal fizeram parte das interpretações realizadas por Evaristo da Veiga. Nesse sentido, a partir do momento em que o sujeito fosse considerado cidadão seus talentos poderiam compreender uma igualdade no direito, mas já uma conquista, como a instrução, o direito a votar, o direito a ser eleito se entendia como um mérito pessoal. É compreendida uma igualdade no direito, mas já a sua conquista era compreendida como mérito pessoal. Condições deveriam ser alcançadas pelo indivíduo em sua vivência. A desigualdade nas interpretações fazia parte da natureza social.

Chaves (1999, p. 45) conceituou liberalismo como basicamente uma filosofia política, que se tornou famosa no final do século XVII, em particular, no século XVIII, porém tem uma linhagem que remonta à antiguidade.

A filosofia liberal se sustenta no princípio fundamental de que, no contexto da relação do indivíduo com o Estado (e mesmo com a sociedade), a liberdade do indivíduo é o bem supremo, que, enquanto tal, tem preponderância sobre qualquer outro que possa ser imaginado. Defender o liberalismo, portanto, é defender a liberdade que lhe empresta o nome.

Já Alves (2017, p. 77), ao analisar o liberalismo como uma visão de mundo e doutrina, enfatizou que o termo liberalismo deve ser entendido sobre uma visão de classe que se originou em torno do século X.

Tal visão de mundo começou a ser construída no interior das disputas encetadas pelos habitantes dos burgos contra os senhores feudais. Essas lutas visavam, de início, principalmente, criar condições favoráveis ao desenvolvimento das trocas de mercadorias. [...] Já o liberalismo enquanto doutrina, formalizado a partir dos fins do século XVII e constituído, plenamente, no século XVIII, só pode ser entendido como ponto de chegada do processo de amadurecimento da visão de mundo burguesa. Nada há no liberalismo que não tenha

suscitado pela própria existência burguesa. Não há qualquer bandeira liberal que não tenha nascido das lutas da burguesia contra as forças feudais.

Considera o autor que a burguesia foi liberal bem antes do liberalismo se tornar uma doutrina. Desse modo, o liberalismo não pode estar estanque ante a classe que o produziu nem ser concebido como visão burguesa, nem ser entendido como doutrina. A palavra liberdade destacada em textos do jornal *Aurora Fluminense* fez parte das formulações teóricas de Marx (1985, p. 195) em meados do século XIX, quando analisou a burguesia industrial dos ingleses. Disse Marx: “Senhores: não deixem se enganar pela abstrata palavra liberdade. Liberdade de quem? Não é a liberdade de cada indivíduo em relação a outro indivíduo. É a liberdade do capital para massacrar o trabalhador”. Tais afirmações com aproximações ou distanciamentos não negam que o liberalismo foi historicamente constituído. Seja como doutrina política do século XVII/XVIII, seja com criticidade impingida por Marx, o pensamento liberal no Brasil do período de vida de Evaristo da Veiga teve diferentes compreensões. As relações de poder estabelecidas naquele período foram resultantes de tensões entre o governo, forças políticas e as imersas na sociedade. A lógica estruturante das divisões políticas das décadas iniciais do século XIX foi impulsionada por três visões distintas: existiam as que lutaram pela soberania do rei, as que lutaram pela soberania do povo e as que defendiam a soberania da nação (MOREL, 2003, p. 33).

Convém aqui lermos Bobbio, que analisou as dificuldades surgidas do encontro entre liberalismo e a democracia.

Não só o liberalismo é compatível com a democracia, mas a democracia pode ser considerada como natural ao desenvolvimento do Estado Liberal apenas se tomada não pelo lado de seu ideal igualitário, mas pelo lado da sua fórmula política, que é, [...] a soberania popular. O único modo de tornar possível o exercício da soberania popular é a atribuição ao maior número de cidadãos do direito de participar direta e indiretamente na tomada de decisões coletivas. [...] o poder de influenciar a formação das decisões coletivas, apenas se caso se desenvolva livremente, quer dizer, apenas se o indivíduo dirige-se as urnas para expressar o próprio voto goza das liberdades de opinião, de imprensa, de reunião, de associação, de todas as liberdades que constituem a essência do Estado Liberal, e que enquanto tais passam por pressupostos necessários para a que a participação seja real e não fictícia (BOBBIO, 1998 p. 42-4).



Nessa leitura, o indivíduo era o ponto de partida para o liberalismo e a democracia. Considerando as sintetizações realizadas por Henri-Benjamin Constant de Rebecque, em 1819, ao olhar para o exemplo deixado pela Revolução Francesa de 1789 ele considerou que na liberdade dos modernos está a compreensão de que era necessário limitar os poderes do Estado. Essa limitação era necessária para permitir que as liberdades individuais ocorressem; ainda: se deveria limitar a soberania do povo para que não afetasse os direitos fundamentais do homem moderno.

Enquanto antigamente cada povo formava uma família isolada, inimiga nata das outras, uma massa de homens existe agora sob os diferentes nomes, sob diversos modos de organização social, mas essencialmente homogênea. Ela é suficientemente forte para não temer hordas bárbaras. E suficientemente esclarecida para não querer fazer a guerra. Sua tendência é para paz (CONSTANT, 1980, s. p.).<sup>128</sup>

Essa consideração de Constant pode ser entendida como uma necessidade presente nos argumentos políticos lançados por Evaristo da Veiga. As mudanças deveriam ocorrer de modo a instaurar uma liberdade moderna que não ameaçasse a ordem imperial. Ideias veiculadas por Constant que podem também ter influenciado Veiga. Benjamin Constant e outros foram destacados por Veiga em textos da *Aurora Fluminense*. As considerações realizadas por ele sobre Georges Georges-Frederic de Pradt<sup>129</sup> foram interessantes, pois são percebidos contrapostos em suas reflexões à luz desse intelectual e do abade de Raynal. Os escritos Pradt<sup>130</sup> seguiam os entendimentos de filósofos iluministas do século XVII, enquanto Raynal estava mais próximo de liberais do século XIX (MOREL, 2005). Entre Raynal e Pradt havia visões diferenciadas de independências ocorridas na América espanhola e após a revolução na

---

<sup>128</sup> Discurso pronunciado no Athenée royal de Paris, 1819 por Henri-Benjamin Constant de Rebecque (1767–1830) escritor e político francês de origem suíça Tradução de Loura Silveira.

<sup>129</sup> Outra obra que apareceu nas prateleiras de Plancher foi Georges-Frederic de Pradt, intitulada *Le France, l'émigration et les colons e L'Europe et L'Amérique em 1822 et 1823* (MOREL, 2005).

<sup>130</sup> Dominique-Georges-Frédéric de Rion de Prolhiac Dufour de Pradt (Allanche, Auvérnia), 23 de abril de 1759 (Paris, 18 de março de 1837), também conhecido por abade de Pradt, foi um clérigo, político, estudioso das relações internacionais e diplomata francês que terminou a sua carreira eclesiástica como arcebispo de Malines. De seu nome completo Dominique-Georges-Frédéric de Rion de Prolhiac de Fourt, barão de Pradt, foi filho de Isaac Dufour, senhor de Pradt, e de Madeleine de Lastic-Fournels. Em 1804 foi nomeado esmoler particular de Napoleão Bonaparte e em 1805 feito bispo de Poitiers. A 12 de Maio de 1808 foi nomeado arcebispo de Malines, cargo de que resignou em 1815. Em 1812 foi nomeado embaixador da França em Varsóvia, preparando nesse posto a Concordata de 1813. Foi grande oficial da Légion d'honneur (1808), grande chanceler da Legião de Honra, em 1814. Foi senador do Império (GARRIDO PIMENTA, 2010, p. 85–7).

América do Norte (em especial). Enquanto um dos autores valorizava a soberania popular da metrópole e via possibilidades de chegar à abolição da escravatura, outro trilhava a via das reformas graduais sem maiores rupturas da ordem política e social (MOREL, 2005).

Assim, no pensamento político de Evaristo era necessária a realização de reformas políticas e institucionais que reduzissem o poder do imperador, porém sem radicalizações; ou seja, um entendimento de que um meio-termo nas decisões equilibraria a radicalidade. Em alguns momentos após 1831, na regência se aproximou e foi acusado de ter agido como os exaltados. De certo modo, quando o governo regencial pela violência procurou destruir revoltas fora acusado por grupos exaltados de agir como conservadores que tinham atitudes iguais a do primeiro reinado. Um desses exemplos foi o fortalecimento da guarda nacional pela lei regencial de 1831, na qual Evaristo nominou de força cidadã, a nação toda armada (AURORA FLUMINENSE, 15 fev. 1832). Essas iniciativas realizadas no período regencial como a Guarda Nacional trouxeram controvérsias e abalos às relações estabelecidas entre as elites do período. Essa questão relacionada com a Guarda Nacional foi um dos assuntos que causaram controvérsias e abalos entre as relações estabelecidas entre a elite do período.

### 5.1 Um modo de pensar

Em sua trajetória de redator da *Aurora Fluminense* e dadas as transformações no campo político, Evaristo da Veiga foi mudando o tom de defesas e considerações. Quando deputado, passou a produzir textos sobre assuntos políticos em que defendia um entendimento moderado em torno das mudanças necessárias na estrutura de governo do país. Se no princípio de sua jornada como redator da *Aurora Fluminense* buscou reproduzir partes de muitos textos de livros, de clássicos que não asseveravam disputas políticas; depois, ao se firmar como deputado, passou a produzir textos sobre assuntos políticos em que defendia um entendimento moderado das mudanças necessárias à estrutura de governo. Em edição de 1829 da *Aurora Fluminense*, ao discutir a situação política brasileira, ele trouxe frases que reforçaram a ideia de que “o fim da política interna e a garantia dos direitos dos indivíduos; o fim da política externa deve ser pois a garantia dos direitos das Nações” (AURORA FLUMINENSE, 27 abr. 1829). A atividade jornalística procurava trazer informações e fazer especulações. Já na atividade

da Câmara dos Deputados se baseava nos fatos e leis, decretos que eram postos no debate.

Nos seus debates tanto na *Aurora Fluminense* como na Câmara de Deputados, Evaristo da Veiga argumentou sobre a importância de civilizar os homens para se alcançar o direito à liberdade. Esse direito à liberdade pelo que se observa em muitos trechos se direcionou para instruir os homens para leitura, para aquisição de conhecimentos que dessem oportunidade de entender aquele momento que vivenciavam na política. De acordo com a interpretação de redatores de jornais do período, o homem necessitava se desprender dos costumes arraigados no povo quando o Brasil era apenas uma colônia de Portugal, ou seja, o entendimento de que o Brasil era um país. Para se fazer como país, precisava acompanhar as leis criadas, obedecer ao governo mantendo a ordem, saber votar, se instruir para ter acesso à leitura, formar uma opinião. Em 1828, na fase doutrinária da *Aurora Fluminense*, assim como muitos outros homens do seu grupo, ele entendia que a instrução oferecida deveria favorecer aqueles que eram considerados povo para entender como funcionava o sistema representativo de governo. Entre seus argumentos estava o que se segue.

A opinião publica distingue-se facilmente dessas opiniões populares que dominão no seio das trevas, e no furor das guerras civis. Há em todos os lugares huma parte superior, ou menor da população, que segue de longe os progressos da intelligencia humana, a quem não chegão as luzes, se não depois de brilharem sem interrupção por séculos, e que, no entanto recebe sem exame, e por consequência com entusiasmo, as doutrinas, que lhe pregão os senhores, que a subjugão, ou os facciosos, que a agitação. Montão informe de superstições grosseiras, ou de exagerações licenciosas, estas opiniões populares servem de ponto de appoio a todo o gênero de tyrania, ou de impostura. Elas são a melhor garantia do Poder arbitrário, ou usurpado, assim como as luzes são a do Poder legítimo (AURORA FLUMINENSE, 16 maio 1828, p. 180).

Nesse argumento, Evaristo da Veiga trouxe à baila características de tradições antigas para obtenção de favores do governo que deveriam ser superadas. Uma dessas tradições utilizadas como exemplo foi da cerimônia do beija-mão que ocorria na Corte. Essa cerimônia era celebrada no governo de dom João VI. Esse ritual adquiriu um

caráter nas cerimônias de seu governo. Na cerimônia,<sup>131</sup> eram recebidas pessoas que necessitavam de favores todas as noites, com exceção dos domingos e feriados. Esse costume teve continuidade no governo de dom Pedro I. Em páginas da *Aurora Fluminense*, era mencionado como algo que lembrava o período medieval, vivenciado na história, não condizente com os costumes considerados modernos para o período. Nas interpretações realizadas sobre o assunto e tratadas na *Aurora Fluminense* não seria o costume do beija-mão o meio de lutar pelos direitos a se conquistarem. Em 1828 afirmou que a leitura, a ilustração, seria um meio de adquirir conhecimentos necessários e que poderiam trazer ao povo uma característica de nação (VIEIRA, 2016).

Com efeito, ainda em edições da *Aurora Fluminense* de 1828, o redator explicou que a soberania da nação se dava em um formato simbólico. Ou seja, demonstrou em suas reflexões repudiar símbolos que aludissem a tradições absolutistas e ações que levassem para uma sublevação da ordem instaurada, com a Constituição de 1824. Em especial, nas edições do início do ano da *Aurora Fluminense*, tais expressões se tornaram rotineiras nos textos.

Na *Aurora Fluminense* de 14 de março de 1828, veio uma reflexão sobre o agir impulsionado pela emoção e o agir direcionado pela razão. Consistia da tradução de textos de Daunou (1819) intitulado *Garanties*. Assim, tais textos estavam ao alcance se houvesse esforço para essa conquista; um seria a leitura dos periódicos onde estavam sintetizadas as ideias daqueles teóricos em sentido lato. Era importante para a estruturação de uma opinião pública. Ao analisar a razão, informava-se que vinha pela faculdade de observar, de examinar, de comparar, de analisar não poderia estar assessorado não só na bondade de nossas ações, mas que fosse qualificada pela opinião pública. Assim, “e a espécie de opinião designada pela qualificação de pública, he a que, admittindo mais os resultados das observações precisas, das experiências seguras, dos raciocínios exactos, os caracteriza as classes ilustradas da sociedade”. A opinião pública não era a rainha do mundo, mas precisava estar equilibrada por forças que poderiam estar associadas às opiniões vulgares, ainda que de modo equilibrado e de modo a nunca a apelar à total arbitrariedade.

---

<sup>131</sup> ARQUIVO NACIONAL. Papéis relativos aos batizados dos príncipes da Casa Imperial, códice 567, data-limite 1763-1881, Fundo – Casa Real e Imperial/Mordomia-mor, folha 43, data 09/03/1821.

É possível perceber como buscou analisar, a partir da obra de Constant, a situação brasileira; ou a buscar nas afirmações de Constant entendimento das garantias de liberdade dadas pelo liberalismo. A força da sociedade resumia-se a: liberdade de comércio, maiores possibilidades ao *laissez-faire* de grupos econômicos em desenvolvimento, defesa da liberdade de expressão, maior autonomia no Parlamento. Tais dimensões pertencentes ao corpo da organização social e política deveriam estar à frente do Estado, que não seria centralizador. Nas afirmações de Benjamin Constant uma nova organização política tinha como necessidade certa liberdade e tranquilidade, o que não havia ocorrido em sistemas anteriores de governo. Evaristo da Veiga defendia ideias que se assemelhavam às afirmativas de Constant. Essa possibilidade ocorreria com o sistema representativo, ou seja, na conquista de uma soberania limitada.

[...] levados por nossa feliz revolução (eu a chamo feliz apesar de seus excessos, porque atento para seus resultados) a desfrutar os benefícios de um governo representativo, é interessante e útil saber por que este governo, o único sob o qual podemos hoje encontrar alguma liberdade e tranquilidade, foi inteiramente desconhecido para as nações livres da antiguidade.

Noutros termos, essa compreensão supõe a possibilidade de uma organização política que assegurasse que excessos não seriam cometidos, pois quem poderia representar os interesses eram homens da boa sociedade.<sup>132</sup> Estes passariam por critérios, de normas padronizadas para serem indicados como possíveis de estarem em listas como candidatos. Na realidade, pela leitura de documentos do período, quanto a esses critérios se sabe da força do clientelismo e das influências obtidas.

---

<sup>132</sup> Na sociedade imperial, foram conservadas características de entrelaçamento de classe, *status* e cultura que haviam distinguido, no Antigo Regime aristocrático, latifundiários, grandes negociantes, clero, gente graduada em atividades administrativas ou instituições militares, bacharéis, médicos, engenheiros e advogados com círculo restrito à boa sociedade; “[...] a cultura e o saber estabeleciam não só sutis gradações no seu interior, como [ainda] a indispensável distinção em relação ao exterior, particularmente expressa na indumentária” (VAINFAS, 2002, p. 95–6). Mattos e Gonçalves (1991) buscaram, nas reminiscências de Francisco de Paula Ferreira Rezende (1832–1893), a expressão que procurou designar a reduzida elite econômica, política e cultural do império, que partilhava código de valores e comportamento modelados na concepção europeia de civilização. Para os autores, a realidade de uma sociedade escravagista deixava de fora do círculo dos privilégios a maior parte da população, que pertencia ao mundo do trabalho, dominado pelos escravos, os poucos homens livres e libertos pobres, compreendidos como “mundo da desordem” a ser segregado.

Quando Constant fez um comparativo entre as organizações políticas em sociedades anteriores e a moderna, demonstrou ter entendido que as bases estruturais para a formação de um pensamento diferenciado sobre liberdade ainda não tinham se dado naquelas sociedades. Na modernidade, ao se pensar em liberdade, já se tinham a experiência e a vivência revolucionária do fim do século XVIII. Essa experiência trouxe uma possibilidade de participação política maior de alguns grupos e, concomitantemente, demonstrou perigos da soberania popular ante a governança. Constant, no discurso pronunciado no Athenée Royal de Paris, em 1819, considerava o que se lê a seguir.

[...] um inglês, um francês, um habitante dos Estados Unidos da América entendem pela palavra liberdade. É para cada um o direito de não se submeter senão às leis, de não podar ser preso, nem detido, nem condenado, nem maltratado de nenhuma maneira, pelo efeito da vontade arbitrária de um ou de vários indivíduos. É para cada um o direito de dizer sua opinião, de escolher seu trabalho e de exercê-lo; de dispor de sua propriedade, até de abusar dela; de ir e vir, sem necessitar de permissão e sem ter que prestar conta de seus motivos ou de seus passos. É para cada um o direito de reunir-se a outros indivíduos, seja para discutir sobre seus interesses, seja para professar o culto que ele e seus associados preferirem, seja simplesmente para preencher seus dias e suas horas de maneira mais condizente com suas inclinações, com suas fantasias. Enfim, o direito, para cada um, de influir sobre a administração do governo, seja pela nomeação de todos ou de certos funcionários, seja por representações, petições, reivindicações, às quais a autoridade é mais ou menos obrigada a levar em consideração. Comparai agora a esta a liberdade dos antigos (CONSTANT, 1980, s. p.)

Evaristo da Veiga, ao argumentar sobre a organização política necessária para o Brasil a partir de escritos e despachos como deputado do Rio de Janeiro, tinha como uma intencionalidade levar os seus leitores ao entendimento das leis e das necessidades de produzi-las. As leis seriam as dirigentes de vontades coletivas e efetivação dos interesses primordiais para o Brasil, no entender político de seu grupo. É possível perceber um esforço em articular a organização política do Brasil com teorias como a de Constant em escritos — a ação pedagógica da *Aurora Fluminense*. Foi partidário em um primeiro momento de um liberalismo que marcava a oposição às proposições do governo, mas de certo modo os poderes deveriam ser utilizados como meios para que não ocorressem infrações contra os direitos assegurados na Constituição.

Na trajetória da *Aurora Fluminense*, a escrita de Evaristo da Veiga cuidou para que não se colocassem em risco o que se idealiza como civilidade para o Brasil. Nos textos de 1830 e 1831, há a defesa de uma transformação social gradual e lenta. A ordem social foi um dos zelos que estavam expressos na folha. De outro modo, a liberdade conquistada pelos direitos constitucionais era o que realmente traria a garantia de direitos (AURORA FLUMINENSE, 1830, nº 287; 1831, nº 445). O grupo político muitas vezes se opôs a decisões de governo estruturadas em tradições do despotismo, após a abdicação de D. Pedro I necessitou dar apoio as decisões do governo regencial. Essa pauta de condução política da corrente foi encaminhada pela política liberal moderada que apoiou a sustentação no governo. Para isso, fez alterações nos debates propostos pelas colunas da *Aurora Fluminense*. O nome de Veiga passou a se configurar nos meandros políticos com mais peso e mais influência nas ações.

[...] o caráter pedagógico do jornal não desaparece durante seus últimos cinco anos, este permanece em exercício principalmente por um viés negativo, isto é, disseminando conhecimento em prol da desconstrução dos argumentos de seus opositores. [...] o papel doutrinário perde importância e, conseqüentemente espaço, para as reflexões e debates a respeito do agir governamental. Isto é, este novo momento do periódico dedica maior atenção à conversão dos conceitos em prática política (VIEIRA, 2016, p. 10).

Da forma que lemos, seria o caso de dizer que, aos poucos, mudava a feição editorial da *Aurora Fluminense*. Diminuíram-se as edições cuja maior parte era tradução de literatura da Europa sobre política e transcrição de jornais de Londres e outros. Os textos que passaram a fazer parte das edições eram aqueles que explicavam, justificavam ou analisavam as decisões do grupo moderado para encaminhamento da política do Brasil. Assim, as ações que eram indicadas como necessárias para o Brasil deveriam estar atreladas às instituições que eram criadas. Esse modo de agir, nas defesas feitas por Evaristo, dariam credibilidade às leis propostas.

Na *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga explicou que a soberania do Brasil residia na nação brasileira. Essa afirmação em longo texto veio para combater as opiniões expressas no jornal Nova Luz. Leiamos sua explicação.

Escrevemos em março, ainda na época do terror que havia inspirado a festa das garrafadas — o sangue correu e o sangue derramado pede sangue — logo, somos contradictorio, não querendo agora violências e medidas arbitrárias. Por que razão o digno correspondente da Nova Luz não continuou aquele período, tal qual se achava na Aurora de 16 de Março? Ahí verá explicado o sentido que demos áquellas palavras: — tristes effeitos dos ódios e dissensões civis prosegnimos nós. Expuzemos hum facto, não estabelecemos hum princípio; e expusemos hum facto que infelizmente se realisou. Sim; o sangue correu em reacções lamentáveis, e certos homens que são avisos d'elle, não estão ainda fartos; a Victoria de 7 de Abril só desarmou os corações generosos. Os perversos, para acobertarem melhor sempre nas revoluções dar-se como a massa do povo, como a nação inteira, e he em nome da nação e do povo, que apresentam seus particulares interesses, caprichos ou vontades. Não admira pois que o correspondente da Nova Luz (a quem nenhuma dessas tácticas velhas he extranha) nos accuse de havermos ultrajado os Brasileiros, de lhes termos lançado horroso ferrete, quando por vezes temos erguido a voz contra os ladrões anarchistas e sicarios, que infelizmente avultão em todas as cidades populosas, muito mais nas circunstancias em que nos havemos achado depois de hum grande movimento revolucionário. Quer se fazer acreditar que desse modo deshonramos os habitantes do Rio de Janeiro: mas não serão habitantes do Rio de Janeiro todos quantos se oppõe aos excessos e desordens, todos quantos tem altamente reprovados os meios que tal gente emprega para ir a seus fins, como sejam o roubo, o assassínio, as invasões feitas sobre a propriedade, e segurança individual do cidadão? (AURORA FLUMINENSE, 20 jul. 1831, p. 2.154).

Como lemos, o trecho nos dá a dimensão do entendimento de Veiga ao defender os princípios moderados de seu grupo político. Interessa observar que, quando o redator escreveu no calor do movimento político de 7 de abril de 1831, expôs fatos e não estabeleceu princípios de conduta para os homens. Disse que a prudência era primordial naquele momento em que se alteravam instituições na organização social. Para que isso ocorresse se fazia necessário mais que o patriotismo; era preciso ações com experiências vividas e conhecimento das necessidades da população.

Naquele momento em que o entusiasmo latente por mudanças na organização do Brasil estava em ebulição, houve desconfianças frequentes de ações tomadas. Para o redator da *Aurora Fluminense* isso dificultaria que alterações pretendidas nos costumes, na obediência a leis se efetivassem de fato no corpo social. Ou seja, que se cristalizasse na sociedade um entendimento social diferente para que a lida com questões referentes ao comércio, a replicar costumes a partir do estudo. Dentre elas estava o afastamento de



algumas credices adquiridas no contato com pessoas escravizadas, sobre a saúde, por exemplo.

Outra seara valiosa a Evaristo da Veiga foi a necessidade de entender o funcionamento do poder político desenvolvido por meio da representatividade. A passagem a seguir é sintomática do valor.

Quando hum povo geme nas cadeas de Leis oppressoras e, que não offerecem meio, por onde a illustração se derrame, por onde os homens aprendão a conhecer os seus direitos, então todos os esforços são racionáveis, todas as imprudências permittidas, para sahir desta posição extrema; mas fora dahi; logo que há Representação do paiz, representação especial das províncias, imprensa livre, garantias do Cidadão; para que he necessário apressar aquillo que há de vir tranquilamente, sem violência, se accaso a força das cousas o exige? Para que he querer que a mudança se opere entre perigos, no meio do phrenesi dos partidos; que talvez se veja frustada pela mesma aceleração dos que a pertendem, quando o tempo, o derramamento das luzes políticas a trarião, caso fosse necessária? (AURORA FLUMINENSE, 5 jan. 1831, 1.826).

Para conseguir influenciar de modo a alterar os costumes dos homens se fazia necessário ter conhecimento das necessidades latentes na sociedade. As necessidades daqueles homens precisavam ser superadas com o maior desenvolvimento do Brasil e a identificação com os sentidos de ser brasileiro. A palavra *revolução* — como dito por variados pesquisadores — pedia cuidado e cautela para ser pronunciada. Por mais justos que fossem os clamores populares em relação aos acontecimentos que geravam indignação, não se resolveriam apenas com a gritaria ou embrutecimento. Explicou Veiga que a simples reunião das pessoas ou a revolta em torno de uma causa comum não poderiam estabelecer um governo civilizado para o Brasil. Esse governo vinha das leis propostas, pelos eleitos a representarem os interesses comuns da coletividade. O desenvolvimento se daria a partir de uma ordem social, que necessitava ser instaurada e equilibrada (cf. *Aurora Fluminense* de 7/11/1831, 27/1/1832 e 9/12/1833). Utilizou escritos de Guizot para esboçar seus entendimentos sobre o governo representativo. Frizou que “Governo Representativo não é o da maioria numérica, pura e simples, he sim o da maioria dos capazes: huma vez presume a capacidade antecipadamente; outras quer que previamente seja provada, e se faça conhecer” (AURORA FLUMINENSE, 22 out 1834, p. 2).

Era preciso entender quem tinha possibilidade de representar aquela organização de Brasil sonhada pelo grupo de políticos que tinham como vertente o pensamento político moderador. Veiga frisava que existiam diferentes visões sobre as mesmas questões que preocupavam os homens, sua intenção consistia em realizar adaptações em algumas delas. As adaptações buscadas por seu grupo político, em seu entender, eram as mais pertinentes ao propósito de adoção de princípios políticos do governo monárquico representativo (AURORA FLUMINENSE, 30 dez. 1835, p. 2).

No Brasil de então, as possibilidades de representação dos direitos, em particular aqueles tratados por Benjamin Constant, ainda demandavam instituições específicas, como também a criação de uma cultura na sociedade que levasse ao entendimento da lei como normativa. A lei editada para regulação social não poderia ser vista apenas como simples vontade do governante. Assim, o liberalismo percebido nos registros escritos de Evaristo da Veiga, muitas vezes, coincidia com o de seu grupo; outras vezes divergia em alguns pontos; e ainda era combatido por outros. A interpretação sobre a liberdade a ser fortalecida por meio da instituição de leis foi divergente nos grupos políticos. Ou seja, a legitimidade das vontades do “povo” e da nação inflamadas em alguns discursos na maioria das vezes não era correspondente ao que o povo sonhava em ter como governo.

A palavra utilizada para fazer referência à modernidade política tinha significações diferentes. Seus passos se encaminhavam para formar uma organização política, criar instituições e determinadas leis, além de retirar outras que não atendiam interesses determinados. No fim da década de 1820, as leituras sobre as revoluções como as ocorridas na França e na América espanhola assustavam e levavam a entendimentos como os do grupo político de Evaristo da Veiga, de que deveriam ser mediados os conflitos, por uma ordem nacional e constitucional. A argumentação estava distante de um pensamento de transformação social que pudesse trazer desequilíbrio às bases sociais já instituídas. Morel (2005) observou que obras que chegavam para compra ou leitura nas livrarias tratavam, a maioria, do liberalismo da Europa e dos Estados Unidos. O autor realizou estudos em biografias de diplomatas franceses<sup>133</sup> nos anos 1820–40; e nelas havia relatos do que consideravam como coisa pública, em

---

<sup>133</sup> Livros consultados por Morel (2010, p. 67): *Dictionnaire Diplomatique...*, de Franguilis (s. d.), *Guide des Sources*, de Even (1987) e Contamine (1970).

especial após a independência. Morel (2005) observou depreciação do Brasil pelo calor que incomodava, reclamações sobre brasileiros, classificados com um tom de inferioridade cultural, incapacidade política, medo de revoltas de escravizados e outros modelos de classificação.

Como sintetizou Morel (2005), esses homens que circulavam no período tinham influência em diferenciados espaços e se tornaram intermediários de culturas da Europa; isto é, procuravam fazer valer costumes políticos e culturais de seu país de origem. Tal qual apontou Morel (2005), circulavam livros que analisaram as possibilidades de uma revolução e de seus potenciais perigos. Cita um dos livros muitos lidos na época, o de Guillaume Thomas Raynal,<sup>134</sup> que em sua essência fazia críticas às monarquias absolutistas, à violência na expansão da Europa e apoiava a independência nas Américas tendo como inspiração a independência das colônias inglesas na América do Norte. Relata o autor no Livro IX (1781) que era necessário o fim da inquisição e do monopólio portugueses, pois eram entraves sérios ao desenvolvimento da “América Meridional”. Essa obra chegou a classificar os portugueses como “raça degenerada” (MOREL, 2005, p. 54).

Percebe-se que a leitura de Raynal<sup>135</sup> fez parte das reflexões de Evaristo da Veiga pela coluna “Variedade” da *Aurora Fluminense*, como no texto intitulado “Influencia da civilização sobre a liberdade”. Incluído na edição de 6 de junho de 1834, o texto tem ao final o destaque ao intelectual Dunoyer.<sup>136</sup> Este explicou a teoria de que

---

<sup>134</sup> Obra de Thomas Raynal, *Histoire Philosophique et politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les deux Indes*.

<sup>135</sup> *Uma história filosófica e política dos assentamentos e do comércio dos europeus nas Índias Orientais e Ocidentais*. Guilherme Thomas François Raynal (Aveyron, 12 de abril de 1713 — 6 de março de 1796) foi um religioso e filósofo francês. Utilizou o nome L'Abbé Raynal quando pertenceu à Companhia de Jesus. Conforme informações destacadas por José Ivan Calou Filho, as obras do abade de Raynal (França, 1713–96) tiveram início com sua carreira literária no *Mercur de France*, em meados de 1740, com grande alcance de sucesso editorial. A partir de 1748 são escritas suas obras. No Brasil, foi um ícone do iluminismo e exerceu uma forte influência no pensamento dos conjurados mineiros de 1788, de fluminense em 1794 e de nortistas de 1798, 1801, e 1817. Os exemplares de *Histoire des deux Index e da Révolution de l'Amérique* eram comuns nas bibliotecas do Brasil colonial e foram identificadas na coleção da esposa de dom Pedro II, Teresa Cristina. *Uma história filosófica...* foi traduzida em seis volumes, publicada em Londres, em 1798, da obra de dez volumes *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*.

<sup>136</sup> Charles Dunoyer Barthélemy-Charles-Pierre-Joseph Dunoyer de Segonzac (1786–1862), ou Charles Dunoyer, foi um economista da França alinhado na Escola Liberal. Apresentou uma das primeiras teorias de ciclo econômico, à luz da teoria das crises periódicas de Jean Charles Léonard de Sismondi. Com Charles Comte, fundou em 1814 junto com o jornal *Le Censeur*, de ideias liberais. Publicou livros sobre economia política, como *De la Liberté du travail* (Sobre a liberdade de trabalho, 1845). Foi membro da Société d'économie politique; da Académie des Sciences morales et politiques, do Institut de France e do

um povo adquire liberdade maior quanto mais “civilizado” for. Deu exemplo da França e Inglaterra: sua influência em regiões próximas ao seu território e no “Novo Mundo”. Os excertos de Dunoyer se referiam a reflexões dele sobre escritos de Raynal e Rousseau. Os trechos contrapunham ideias de liberdade e soberania para uma nação.

Com efeito, outro ponto de análise era o perigo que o conceito de soberania trazia; por essa razão “um bom entendimento” da questão seria fundamental para a visão de Evaristo da Veiga. Essas preocupações estão presentes na edição de 27 de junho de 1834 da *Aurora Fluminense*, em um texto-reflexão de Dunoyer sobre liberdade. Na descrição do texto estão presentes questionamentos sobre liberdade que faziam parte de pensamentos então combatidos ou defendidos. Leiamos a descrição que fez Veiga.

Se he verdade, que a liberdade está na razão da civilização, os povos, que chamamos selvagens, devem ser os menos livres de todos os povos; porque são precisamente os mais civilizados? Os homens nessa primeira idade da vida social ainda não sabem fazer uso extenso, e bem entendido das forças. Elles ainda não tem aprendido nem a prover amplamente as suas precisões, nem a satisfazê-las com regra, nem a contental as sem mutuamente se ofenderem. Eles ignorão, como seja possível, que numerosas povoações subsistão simultaneamente no mesmo lugar sem se prejudicar; e quando as producções naturaes de hum paíz não pode mais acudir as necessidades das tribos, que habitão, o unico meio, que concebem, para augmentar os seus recursos, he exterminarem-se humas as outras, e pela guerra diminuir o numero dos consumidores nesta infância da sociedade bem se pode dizer, que os homens desconhecem absolutamente as condições, com que he possível ser livre. [...] Porque inversão singular de ideas certos filosofos do século passado fingirão esse estado social pelo mais favoravel a liberdade? Quanto mais inculto era hum povo mais livre o chamavão eles, de maneira que hum francez, hum inglez, hum homem civilizado do seu tempo era escravo. [...] quem saiba cavar huma canoa, construir huma cabana [...] andar cem legoas pelos bosques sem outro guia mais, que o vento, e o sol, sem outra provizaõ, senaõ arco e flechas, esse he que he homem, diz Raynal (AURORA FLUMINENSE, 27 jun. 1834, p. 3.966).

De imediato, não podemos afirmar se os trechos citados são transcrição ou tradução fiel sobre a análise realizada pelo intelectual francês Dunoyer; mas cabe frisar que o seu objetivo foi de trazer elementos para a discussão. Entendia que a civilidade

---

Conseil d'État do Segunda república. Manteve relações amigáveis com Auguste Comte no livro (WIKIPEDIA, 2021).

viria com as indústrias, isto é, os setores diferentes de trabalho exercidos no comércio, na prestação de serviços e outros. No entender de Evaristo da Veiga se assentavam as possibilidades de encaminhamentos para o homem brasileiro e os modos de fazer a sua vida, isto é, o trabalho também iria contribuir para a conquista de condutas necessárias.

Na passagem citada da *Aurora Fluminense* de junho de 1834 houve articulação entre os escritos de Rousseau e as análises de Raynal sobre o desenvolvimento da sociedade. Veiga fez uma transcrição da análise realizada por Dunoyer sobre considerações teóricas de Rousseau e Raynal. Com base nas reflexões realizadas por Dunoyer sobre a organização e desenvolvimento de uma sociedade considerando pensamentos de Rousseau e Raynal, o brasileiro procurou tecer uma compreensão sobre a temática de modo a aproximar a teoria da realidade do Brasil. Para isso trouxe em seu texto citações utilizadas por Dunoyer sobre textos escritos por Rousseau. Baseado nas citações feitas por Dunoyer de textos de Rousseau, Veiga destacou seu entendimento sobre as questões debatidas. Assim, ao associar sua compreensão de teorias como as de Rousseau, Raynal e Dunoyer levantou elementos que via como necessários para se entender uma conduta política mais apropriada para o Brasil. A passagem a seguir é exemplar nesse sentido.

Em quanto os homens, diz Rousseau contentaraõ-se com suas cabanas rústicas; enquanto se limitarão a cozer os seus vestidos de peles com espinhos, ou espinhas, enquanto se contentaraõ de ornar se com pennas e conxinhas, de pintar o corpo com diversas cores, de talhar com pedras aguçadas algumas canôas de pescadores, ou alguns grosseiros instrumentos de muzica enquanto, em huma palavra, applicaraõ-se a obras que podião ser feitas por hum so homem, e sómente a artes, que não demandavão o concurso de muitas mãos; viverão livres, robustos, bons, e felizes, tanto, quanto a sua natureza lh'o permitia (AURORA FLUMINENSE, 27 jun. 1834, p. 3.962).

Inferimos que Evaristo da Veiga via na organização da sociedade e nas profissões, ou seja, em cada indústria desempenhada pelos homens, a possibilidade de uma contribuição específica de cada sujeito em campos diferenciados de atuação, pois isso poderia trazer desenvolvimento ao Brasil. precisavam de uma nova organização. As leis instituídas deveriam atender as novas necessidades que surgiam. Assim, o princípio do poder moderador traria uma organização social “tranquilizadora” encaminharia as

pessoas para que nas chamadas “indústrias” e, concomitante a isso, poderia se fortalecer diferentes “ocupações” sociais.

Era necessário se atentar ao fato de que os homens não viviam mais como o “bom selvagem”, nesse sentido uma nova organização era preciso. As leis instituídas deveriam atender às necessidades que surgiam. Com efeito, ao pensar no liberalismo que fomentava as ideias dos homens dessa época histórica, Bobbio (1998)<sup>137</sup> observou que no século XVIII houve rompimento com a história de séculos prévios; e o regime representativo seria a forma possível de governo a garantir liberdade ao manter a independência e a premência da dimensão da vida civil sobre o assédio do exercício excessivo e arbitrário do poder do Estado.

Nos textos da *Aurora Fluminense*, existem comparações e destaques a autores franceses que defendiam liberdade maior nos comandos políticos; liberdade para que homens atuantes nos meios industriais (comércio) pudessem exercer suas atividades. A criação de leis necessárias para estabelecer suas relações, criar instituições necessárias, entre outras medidas. Sempre ao trazer uma ideia ou pensamento que conotava a busca por maiores liberdades procurava destacar o que chamaram de a justa medida dessa liberdade. A justa medida não poderia incorrer no risco de levar para uma Revolução como a ocorrida na França. Evaristo da Veiga primava pela realização de reformas políticas- institucionais que reduzissem o poder do Imperador, porém como Benjamin Constant condenou as imprudências ocorridas na Revolução Francesa pelos jacobinos.

Imagina-se o quão conflitante foi adequar possibilidades teóricas levantadas por Rousseau às circunstâncias presenciadas em momentos de atuação política de Evaristo da Veiga, entre os anos finais de 1820 até meados da década de 1830. Na realidade, como explicou Cassimiro (2016), uma das principais críticas surgidas no final do século XVIII e desenvolvidas século XIX foi um aproveitamento dos conceitos (soberania popular — vontade do povo) de Rousseau na retórica a ação do governo jacobino. Caracterizavam como de fórmulas políticas vazias para a manutenção de um discurso democrático.

De fato, na *Aurora Fluminense* de 3 de maio de 1830, na coluna “Interior”, foi publicado um texto que entrava em tal debate. Pontuava que os homens não conseguiam

---

<sup>137</sup> Monarquia e República ficam em um segundo plano de governo; não mais que uma questão funcional de adequar o regime representativo à realidade histórica das nações (BOBBIO, 1998).

entender os textos (em particular os de origem francesa), pois tinham muita dificuldade em compreender conceitos como convenções, direitos do povo, liberdade civil, leis fundamentais de responsabilidade moral dos monarcas. Todos muitos novos — é claro; soavam como algo delirante, não expressável nem compreensível. O texto tinha como premissa analisar que a sociedade civil era efeito de convenção fundada em um contrato. Veiga disse que quinhentos anos antes de Rousseau formular sua leitura sobre o assunto da soberania popular já se tinha estabelecido o contrato social como fundamento da sociedade política. Explicou as mudanças no poder político de Roma, a organização política em uma monarquia, em uma República. Exemplificou nações antigas e os modos de entendimento sobre sociedade civil. Convém lermos a seguir uma medida de sua reflexão.

[...] a sociedade civil he effeito de huma convenção; a realza he hum emprego instituido pelos povos para a vantagem pública; e a extenção do poder real, e suas modificações dependem destas convenções da vontade da nação, em que reside originalmente a authoridade. Eu digo que a nação he a fonte de toda a authoridade, porque se fora de outra sorte, ella não teria a faculdade de criar reis, e de lhes dar a investidura do poder supremo.

Como lemos, para ele essa soberania se originava na nação. A partir de uma estruturação via instituições, se daria uma organização para tirar proveito de todas as atividades desenvolvidas com base nos interesses individuais daqueles homens. Em particular, a questão em que Constant debate a liberdade individual, no discurso pronunciado no Athenée Royal de Paris, em 1819; em um trecho desse discurso Constant disse que se segue.

[...] como um inglês, um francês, um habitante dos Estados Unidos da América entendem pela palavra liberdade. É para cada um o direito de não se submeter senão às leis, de não poder ser preso, nem detido, nem condenado, nem maltratado de nenhuma maneira, pelo efeito da vontade arbitrária de um ou de vários indivíduos. É para cada um o direito de dizer sua opinião, de escolher seu trabalho e de exercê-lo; de dispor de sua propriedade, até de abusar dela; de ir e vir, sem necessitar de permissão e sem ter que prestar conta de seus motivos ou de seus passos. É para cada um o direito de reunir-se a outros indivíduos, seja para discutir sobre seus interesses, seja para professar o culto que ele e seus associados preferirem, seja simplesmente para preencher seus dias e suas horas de maneira mais condizente com suas inclinações, com suas fantasias. Enfim, o direito, para cada um, de influir sobre a administração do governo, seja pela nomeação de todos

ou de certos funcionários, seja por representações, petições, reivindicações, às quais a autoridade é mais ou menos obrigada a levar em consideração (CONSTANT, 1980, p. 2).

Na concepção de Constant, o moderno devia se voltar contra a cultura revolucionária que tinha a soberania do povo fundamentada em Rousseau e era radicalmente democrática. Suas pretensões eram de sugar aquilo que acreditou como benefícios da Revolução Francesa<sup>138</sup> como a liberdade política e o fim dos privilégios de classe, contra o âmbito tirânico, representado pelo igualitarismo radical do jacobinismo (CASSIMIRO, 2016, p. 252). Na leitura de Constant, a liberdade é um direito em particular individual que seria a garantia na independência do poder, e esse era o espaço de ação do indivíduo que não poderia ser limitado pelo Estado. Cabe aqui a explicação literal de Cassimiro (2016, p. 257).

[...] se a soberania é uma personalidade moral cuja vontade representa sempre todas as vontades individuais, resulta disso que as vontades assim representadas não têm existência particular. Se a soberania é que interpreta a lei natural, não é senão por meio desta que o homem pode conhecer a própria natureza. Ou seja, a existência de uma soberania que é compreendida como a representante das vontades individuais também é a responsável pela compreensão da natureza dos homens, retirando a função da consciência individual. [...] a legitimidade do governo está não na sua fidelidade a um pretense poder constituinte que condiciona a existência da ordem política, mas antes na garantia da adesão do conjunto da sociedade à autoridade que ele exerce. [...] o problema da soberania popular está no fato de que ela é um princípio de garantia, e não de liberdade.

Na leitura da *Aurora Fluminense* se percebem interpretações do movimento revolucionário francês de modo peculiar, ou seja, com um cuidado ao se tratar do movimento de independência brasileiro e de seus desdobramentos políticos nas décadas de 1820 e 1830. Autores franceses como Francois Guizot (1787–1874), Royer Collard, Victor de Broglie, Charles de Rémusat, Barante representavam um liberalismo de busca ao equilíbrio entre absolutismo e revolução na intencionalidade de formalizar meios para a existência de um Estado forte, centralizador, regulador e guardião da ordem

---

<sup>138</sup> Ao analisar revoluções na modernidade — sobretudo a francesa e a americana do século XVIII —, Arendt (1988) apresenta uma característica da necessidade histórica: trilhar um caminho “rumo a um futuro desconhecido. Isso se deve à experiência política e ao curso dos acontecimentos reais. As respostas as problemáticas sociais, econômicas, políticas e culturais deveriam ser buscadas de modo a atender a interesses e opiniões diferentes.



social. Assim, com o fortalecimento de seu ideário político o poder moderador procurava o *juste milieu*, isto é, a crença de que o imperador poderia manter um poder controlador ante as revoltas que ocorriam (MOREL, 2010). A *justa medida* na condução dos destinos do país foi entendida no grupo ao qual Evaristo da Veiga pertencia tal qual criação de leis específicas e um processo de desenvolvimento de uma cultura que se fortaleceria em torno de sua execução.

Observa-se que as concepções originárias de Rousseau e Constant estavam atreladas a direitos diferentes que encaminhavam para o entendimento de que na política existe um conflito aberto entre o indivíduo e o Estado. Na interpretação de Constant, a soberania popular poderia tirar a liberdade individual com o poder excessivo e totalizador da vontade geral e, ainda, oferecer um argumento de legitimidade ao arbítrio do poder tirânico, que encontrava a sua justificativa na legitimação popular (CASSIMIRO, 2016, p. 264).

As possibilidades de organizar uma medida apropriada para conduzir o governo do Brasil estavam em destaque nos momentos que se tinha oportunidade de se reunir. Um deles ocorreu na sessão do Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, no dia 10 de maio de 1833. Houve menção a ocorrências que se encaminharam durante o período das eleições dos juizes de paz daquele ano. Evaristo da Veiga explicou que tanto os grupos com ideias de conservação do poder monárquico como os que pensavam segundo uma radicalização maior usaram jornais e panfletos para desenvolverem e exporem ideias na tentativa de tornar viáveis e críveis ao interesse no meio público. Essa preocupação em estabelecer equilíbrio entre os poderes teve a intenção de salvaguardar uma liberdade que seu grupo acreditou possível na pós-independência brasileira. Isso fica patente na citação a seguir.

A relação dos factos de público interesse, ocorridos no Rio de Janeiro, contida na última correspondência desta Sociedade, havia chegado ao mez de novembro de 1832, época em que a facção anti-nacional, desesperando de hir aos seus fins, começara a por em pratica o plano dos assassinos, em que parece ter posto sua principal confiança, com a qual desfazendo-se das pessoas mais influentes entre os amigos da liberdade, julgava talvez fácil interromper a paz que gozamos, e elevar ao mando supremo chefes ralados da mais negra ambição. He de então para cá que cumpre tornar ao fio narração interrompida, e em verdade, os eventos que nesse espaço de tempo se compreendem, não são menos interessantes do que já tendes sido informados. O anno de 1832, tão preconizado para a queda da actual ordem de cousas, fechou

o seu círculo, sem que a menor tentativa liberticida fosse levada a efeito, além do derramamento de escriptos incendiários da facção inimiga, espalhados em número assombroso, e a abrigo da mais plena impunidade. A facção, pelo órgão de seus escriptores alugados, prometia-nos para a época das eleições que estava próxima, todo o desenvolvimento de suas forças, e a inteira derrota dos defensores da liberdade legal (SOCIEDADE DEFENSORA DA LIBERDADE E DA INDEPENDENCIA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 10 maio 1833, p. 1).

Demarcou-se a defesa em torno do poder moderador como baliza — a *justa medida* — para o equilíbrio das forças políticas presentes no Brasil. Era um poder que, em sua concepção, tinha como força a lei que não se renderia a paixões e o que era justo aos olhos dos que Veiga e seu grupo político entenderam como homens de bem.

As tentativas de rompimento com poder estabelecido na regência foram comentadas por Evaristo da Veiga. Ele demonstrou como eram anos tumultuados em sua vida, a exemplo do que se lê a seguir.

O mês de fevereiro trouxe-nos o começo da luta das eleições, a que eramos todos os dias desafiados pelos escriptores retrógados. Com efeito, na Cidade eles obtiverão que de suas fileiras sahissem grande parte dos Juizes de Paz. As cortes são o foco e reunião de todas as classes de foragidos, de vagabundos, de ambiciosos, e descontentes, que desejosos de mudar fortuna, estão sempre a disposição do primeiro partido que melhor lhes paga, e mais sabe lizongear seus intentos e paixões. Depois deste combate, seguia-se a questão de vida e morte que ocupava todos os ânimos, a escolha dos Deputados que devião representar-nos a vindouira Legislatura. Os dias das eleições primarias virão-se enegrecidos com excessos e violência de todo o gênero que ameaçavão a ordem e a tranquilidade interna. Em algumas das parochias aonde se procedia a apuração das listas para a escolha dos eleitores, a facção liberticida entronizou-se, procurando aterrar e cobrindo de probios todos quantos não acompanhavão suas bandeiras [...]. Nas parochias da Capital, exceptuada a de S. José, a facção retrógada triumphou; empregando para isso meios e instrumentos que a razão pública e a moral reprovão, compondo suas listas, a porfia, de conhecidos anarchistas, e de espíritos saudosos dos abusos do regimen passado. Porem, todas essas efêmeras vantagens forão ineficazes; porque nossos candidatos, os candidatos da liberdade e da ordem legal, forão aceitos em toda a província (SOCIEDADE DEFENSORA DA LIBERDADE E DA INDEPENDENCIA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 10 maio 1833; grifo nosso).

Evaristo da Veiga denunciou um grupo de pessoas que, contrárias aos resultados das últimas eleições ocorridas, teriam influenciado o modo de pensar de dom Pedro I

em relação a questões liberais. A partir da comparação entre acontecimentos políticos ocorridos no Brasil e na França, na década de 1820, ele expôs seu entendimento sobre o sentimento de nacionalidade que deveriam ter os homens. Para Veiga, mesmo os franceses não nascidos em solo francês tinham em suas lutas uma causa comum: o apego ao lugar onde viviam. Para ele já havia uma diferença marcante com os homens que vieram de outras regiões para produzirem as suas vidas no Brasil e, que mesmo tirando muitos privilégios por viverem aqui, demonstravam menosprezo às solicitações feitas ao imperador. Esse modo de agir e aconselhar dom Pedro I desses senhores experientes dificultava ainda mais um entendimento que observasse os interesses diversos que estavam em pauta. Devemos ler o que disse Veiga.

[...] o chefe, o Imperador dos brasileiros, cercado de conselhos perversos, tem tido sempre por desgraça como intimo amigos, como privados homens que não nasceram aqui, e cujo ódio pelo paiz que habitão, lhes ressumbra pelos poros. As suas ações, os seus movimentos, as suas menores palavras tudo he anti-nacional, tudo respira o desprezo, e a aversão por esta terra que se rebelou e cujos naturaes cometerão o crime de se quererem elevar a dignidade de homens livres. Estas causas de descontentamentos não se havia na França (AURORA FLUMINENSE, 6 abr. 1831, p. 1.976).

A especificidade brasileira precisava ser compreendida — dizia Veiga. Como se sabe, as motivações que levaram à separação política Brasil–Portugal foram avolumadas por interesses distintos, em especial nas relações comerciais. Pereira (2000) afirmou que a sociedade portuguesa oitocentista entre 1820 e 1830 estava assentada a atividade agrícola e no comércio externo com relevância maior do que em outros períodos da história (retire-se da consideração o período medieval). Isso porque a base da economia colonial era o Brasil. Observou o autor que as possessões orientais foram vistas como ineficazes para a sustentação da economia, como também as colônias africanas, que ainda teriam um longo tempo para se estruturar.

Assim, entre os dois impérios a economia portuguesa teve de realizar adaptações à nova divisão do trabalho. Setores da produção agrícola como a viticultura obtiveram importância maior no comércio externo. Houve uma regressão no escoamento da atividade industrial de Portugal. Produtos como tecidos de linho, algodão, seda e lã não tinham compras no Brasil. O país continuava a comprar vinho e azeite português ou espanhol. Ocorreu ainda uma redução da quantidade de chapéus, rendas, sapatos que

eram comprados pela concorrência com produtos da Inglaterra. O autor sintetiza essa argumentação nos termos a seguir.

Ao sair do rescaldo dos anos 1808–1820, a antiga estrutura industrial encontrava-se destrocada, como os inquéritos dessa época o testemunham. Lentamente principia uma reconversão. Revoluto o tempo das grandes manufaturas reais, das quais poucas sobreviveriam, vai operar-se uma transformação sem grandiosidade, tanto mais discreta quanto será acompanhada nalgumas regiões por um fenômeno de ruralização (PEREIRA, 2000, p. 220).

Nas considerações de Arruda (2000, p. 178) houve nova articulação nas relações metrópole–colônia.

A continuidade da política pombalina, e do seu caráter integrado, no qual indústria, agricultura e comércio são objetos da ação governamental, definindo-se um amplo espaço de ação das políticas públicas como elevado grau de unidade. Considerando as minas riquezas fictícias, Pombal fez do estímulo a agricultura o epicentro de sua ação política. Seus efeitos não tardaram, expressando-se na diversificação agrícola do espaço colonial brasileiro, gerando produtos para a reexportação do reino, alimentos para a população metropolitana e matérias-primas para as manufaturas, enlaçando indústria e agricultura, transformando a caminhada rumo a industrialização uma possibilidade concreta. A criação das companhias de comércio, cuja finalidade era exatamente unir os espaços agrícolas e industrial, separados pelo oceano fechava o circuito da perspectiva econômica que então delineava para o império Luso-brasileiro. [...] a política industrialista portuguesa não foi o fruto passageiro de uma crise comercial, como ocorrera no século XVII. Tem um caráter estrutural e enorme potencial transformador, seja na metrópole, seja na colônia.

Igualmente, convém lermos a análise de Mattoso e Tengarrinha (2000, p. 198–9) sobre o que ocorreu em geral.

[...] o abatimento na agricultura, no comércio externo, no comércio interno, na indústria na falta de capitais. Mas, não menor, a crise política e moral, resultante da ausência da Corte no Brasil e da descrença nos destinos nacionais, com grande incidência nos meios rurais. A agitação Revolucionária em Espanha, as Cortes de Cádiz e a promulgação da Constituição de 1812 vinham agravar os receios dos governantes portugueses de que, a não serem tomadas medidas urgentes, se encaminharia inevitavelmente para a ruína da monarquia absoluta.

Portugal passou por um processo complicado com a vinda de dom João VI para o Brasil. A qualidade das condições de existência em muito se alteraram e dificultaram a vida dos portugueses. Já o Brasil precisava se ver afastado de práticas absolutistas que interferiam nas relações. Ao sistema colonial desenvolvido e sua crise posterior que levou para a independência, estava atrelada a impossibilidade de explorar a colônia sem desenvolvê-la minimamente (NOVAIS, 1972). Cabe frisar que houve exploração das riquezas do Brasil e a necessidade de ampliar a população. Além disso, interesses diversos trouxeram o agravamento dos conflitos e das resistências.

Para tal raciocínio, é relevante retomar a afirmação de Arruda (2000, p. 181): foi na crise no interior do processo de colonização que se engendrou a nação e houve germinação de uma noção de pertencimento, que ganhou robustez pela linguagem comum de mercado. Evaristo da Veiga considerou que “O Imperador [...] dos brasileiros, cercado de conselhos perversos, tem tido sempre por desgraça como intimo amigos, como privados homens que não nasceram aqui, e cujo ódio pelo paiz que habitão, lhes ressumbra pelos poros” (AURORA FLUMINENSE, 6 abr. 1831, p. 1.975). Procurou nesse texto demonstrar as animosidades criadas entre Portugal e o Brasil; as quais levavam dom Pedro I a se desviar dos interesses do Brasil em busca de socorrer interesses e reclamações dos lusitanos.

Na obra *Portugal regenerado* em 1820 se lê uma descrição da história de Portugal em que se lamenta a vinda da família real para o Brasil, em 1808. O autor português teve o intuito de demonstrar que por conta da ocupação em Portugal e dos gastos com o Brasil a vida dos portugueses em muito piorou. As dificuldades foram acirradas em Portugal com a transmigração da Família Real, pois de acordo com o autor elevados impostos eram pagos em Portugal para manutenção da Corte. Vale a pena a leitura do excerto a seguir.

Esteneadas assim as fontes da riqueza nacional, e dissipados os fundos que ainda restavão, não podia deixar de seguir-se a miséria pública. Cessou o pagamento das tenças que se havião consignado a favor de pessoas beneméritas da Patria; dos juros de padrões que tinham sido contidos por prédios tomados aos cidadãos, ou por dinheiros por Eles ministrados. Os Empregados públicos sem ordenados virão suas casas assaltadas pela fome e pela desesperação; e os militares, esses bravos defensores da Patria...Mas ah! Eu paro que a dor me embarga a escrita. Eu não posso deixar de voz apostrotar, vos depositários do poder supremo: he possível que vejais com olhos enxutos tantos irmãos vossos, esquecidos da morte que andão em pé nas ruas de

Lisboa: tantas famílias desoladas; tantas mães com as faces macilentas; seus filhos ao collo, mendigando esmola com a voz desfallecida? Voltai o rosto para a terra que vos deo o ser; provede a tão cruéis necessidades dos vossos concidadãos, dos compatriotas que vivem concidadãos, dos compatriotas que vivem convosco; não os illudais com palavras vãs, com esperanças estéreis: Fallai ao Augusto Soberano a linguagem da verdade, e dizei-lhe... [...] Vede Senhor, que vos rodeão homens ímprobos, sanguexugas sedentas do sangue dos seus concidadãos, capazes de ver sem lágrimas as entranhas despedaçadas dos filhos do seu pais natal. Se ouvirdes Conselheiros rectos e illustrados, por certo que o soldo e pret destes invencíveis soldados se consuma nos objectos que vos aconselhão homens tão deshumanos, nem que seja por elles arrebatado (CARNEIRO, 1821, p. 36).

Com a ocupação de Portugal pela França muito se pereceu em âmbitos econômicos, sociais e culturais; assim, comparações com tempos anteriores da história de conquistas de Portugal foram ressaltados nessa obra. Leiamos na citação seguinte o apelo a dom João VI.

Senhor Augusto descendente dos Henriques, dos D. João II, E D. Manoel sereníssimo Neto do sempre justo Senhor D. João IV, como é possível que querais ser antes o Senhor de vassalos e escravos, pobres, descontentes do que rei poderoso de um Povo livre que vos adore? Preferis passar a vida vendo lágrimas, ouvindo queixas, recolhendo gemidos, castigando sublevações, a desfrutar o doce prazer de ver súbditos que tereis tornado felices? Não vos toca a satisfação, de reinar como os Titos e os Aurelianos, como os Affonsos e os Diniz, entre uma Família de filhos contentes e ditosos? Fechai Senhor, os ouvidos a esses vis aduladores que vos rodeiam; abri-os a pessoas recomendáveis por seu saber e amor do bem público: Voltai ou mandai Vosso filho Augusto para os braços de um Povo que vos adora; restabelecei a assembleia venerável, com cuja cooperação os vossos gloriosos Progenitores fizeram este Reino feliz e famoso nos anaes do mundo: sellai com vosso nome huma Constituição análoga ao estado geral da Europa: segurareis assim mais que nunca o vosso Trono; descançareis dos innumeráveis cuidados que pezão sobre a Corôa; e vivereis no meio de filhos que vos amem e respeitem, e que beijem a terra que pizardes (CARNEIRO, 1821, p. 36–7).

Em Portugal, entendimentos diversificados para a condução política estavam em pauta. A intenção era assegurar possibilidades econômicas que trouxessem estabilidade institucional. A continuidade da família imperial no Brasil, para o autor de *Portugal regenerado em 1820*, aponta as causas dos descontentamentos presentes em Portugal.

Na década de 1820 eventos como a revolução do Porto ameaçavam de golpe as reformas de José Xavier Mouzinho da Silveira (1780–1849) (SÁ, 2021). Havia conspirações miguelistas e outras ocorrências que revelaram os limites do liberalismo. Azevedo (2005) afirmou que um ressentimento pesado criou força em Portugal, pois este ficou à mercê de decisões realizadas no Rio de Janeiro no momento em que as cortes estavam instaladas no Brasil; e Bittencourt (2017) asseverou que houve mudança estrutural com a abertura dos portos (1808) e a elevação da colônia à condição de reino unido (1815); o que inverteu a dinâmica das relações entre metrópole e colônia, ou seja, a colônia se tornou metrópole.

Como se vê no movimento político ocorrido nos anos 1820, no processo de constituição do Estado brasileiro e da ideia de nação, conflitos originários de interesses variados estavam em pauta. A dissolução do império português na América, suas contradições e percepções resultaram em diferentes projetos políticos com exposição de variadas intencionalidades. Os projetos de futuro se contrapunham e acabavam por estruturarem diferentes definições. Conforme enfatizou Jancsó (2001, p. 368), estavam no corpo dos debates travados pontos como “Estado, cidadania, condições de inclusão e exclusão, padrões de lealdade critérios de adesão, cada qual descrevendo elementos do pacto tido como adequado para transformar comunidades em nação”.

Com efeito, os discursos de deputados brasileiros nas cortes em 1821–2 foram analisados por Berbel; de sua análise convém aqui o trecho seguinte.

Ás vésperas da proclamação de um Estado independente no Brasil, quarenta e cinco parlamentares eleitos nas diversas regiões brasileiras se reuniram a outros cem, eleitos em Portugal, para “constituir a nação portuguesa”. Reunidos em Cortes, os representantes da antiga sede metropolitana e de suas colônias procuraram juntos as fórmulas para a reorganização do Estado Português (BERBEL, 1999, p. 17).

A palavra *regenerar* passou a fazer parte do pensamento político do movimento de Portugal e a marcar presença no discurso liberal dos portugueses nos anos finais da segunda década do século XIX. Nesse ínterim, a palavra *nação*, muito empregada pelos deputados das cortes, se sujeitava a intenções de sentido que diluíam seus significados mais óbvios. Consideram-se as afirmações realizadas por Berbel (1999) de que nos projetos do pensamento político português de 1820 tinham como proposta a uniformização administrativa, a escolarização em massa, maior atuação da imprensa e

procurar imprimir modificações na língua portuguesa. Os projetos nacionalistas e liberais tinham como objetivo a integração das propostas as exigências do tempo vivido no período.

Para os representantes nas Cortes de 1821 e 1822 que viviam em território brasileiro as realidades regionais divergiam e os interesses também, de modo que os projetos não estavam representando um sentimento nacionalista. Para Berbel, as diferentes alas liberais de Portugal se uniam pelo nacionalismo. Leiamos a passagem a seguir.

A defesa da nação portuguesa contra as intervenções francesa e inglesa associava-se a um sentimento colonial invertido, em razão do estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro. A nação pensada pelos vintistas não era a princípio, luso-brasileira e, ancorada na história e na tradição, deveria ser proprietária das possessões ultramarinas. Os habitantes do Brasil passaram a ser consideradas partes da nação depois de adotadas as Bases constitucionais de Cádiz, mediante diversos acordos que buscavam conservar os domínios coloniais. [...] como parte de uma única nação, esses habitantes não poderiam ter privilégios sobre o território em que viviam, pois deveriam dividir com os portugueses da Europa a propriedade de tais domínios (BERBEL, 1999, p. 20).

Ainda de acordo com Berbel, nas concepções vintistas diversas em que existiam, a integração era necessária. Assim, os portugueses do Brasil estariam impedidos de se sobressaírem no regime monárquico estabelecido e aceitos se sua ligação a Portugal fosse estabelecida por vínculos político-administrativos ou econômicos. Para isso deveria ser dado reconhecimento às bases da Constituição associada à tradição da família portuguesa e à sua origem em Portugal (BERBEL, 1999, p. 197–8). A autora explicou que não existia um sentimento de comunidade de indivíduos que pudesse ser entendida como nacionalidade; havia — sim — uma vontade geral de preservar uma tradição expressa no Estado. Já em relação aos deputados do Brasil o interesse era de concordar com o regime constitucional de Lisboa, porém refletiram realidades regionais bastante distintas.

Nesse processo, a província do Pará a reflexão dos deputados estava atrelada aos ensejos do reino de Portugal. A experiência republicana de 1817 havia marcado os processos eleitorais do Nordeste e se colocaram em oposição ao governo de dom João VI e seus representantes nas províncias nordestinas. Já em São Paulo houve apoio ao



príncipe regente e uma defesa de medidas para manter o Brasil como reino unido de Portugal. Quanto aos deputados, vale lermos a seguir o que disse Berbel.

[...] deputados do Maranhão, do Pará e do Rio de Janeiro agiram, na maior parte das discussões, de acordo com as propostas de integração feitas pelos representantes de Portugal. As bancadas de Pernambuco, Bahia e São Paulo apresentaram proposições diferentes (BERBEL, 1999, p. 197–8).

Esse movimento trouxe influências para as reflexões de Evaristo da Veiga que acabavam por ser discutidas em seus escritos. Em um primeiro momento, foram textos poéticos, depois foram relatos e reflexões que deram lastro para argumentar e contra-argumentar em textos para a *Aurora Fluminense*.

Com efeito, devemos dizer que não foi intenção deste estudo aprofundar discussões sobre a separação política entre Brasil e Portugal; mas intentamos observar como os acontecimentos políticos deram base ao pensamento de Evaristo da Veiga. Nesse sentido, busca-se a observação sobre a abdicação de dom Pedro II originária de interesses distintos e que influenciou seu modo de agir e pensar; ou seja, as sínteses que ele realizou a partir dos debates e interpretações em sua rede de relações. Alguns textos escritos na *Aurora Fluminense* são expressão de como estavam em ebulição modos de analisar o que seria viável para o Brasil em termos de organização do governo. Na edição de 13 de abril de 1831, existe uma descrição de ordem vinda do quartel-general em 11 de abril de 1831 e dada por José Joaquim de Lima e Silva. Leiamos a seguir.

[...] ordeno, que todo cidadão, que armado se dirigir a sahir do campo de honra, ainda que a pretexto de passeio, ou outro qualquer motivo semelhante, tem já por acto tacitamente declarado querer desligar-se da briosa Tropa de cidadãos, que para a defesa da Pátria, se achão reunidos. Portanto, deve depor as armas, quer suas, quer Nacionais, sahindo do Campo para mais não voltar; ficando as patrulhas autorizadas para desarmarem os infractores desta ordem, que unicamente tem por fim a manutenção da boa ordem, sem o que não pode haver verdadeira liberdade (AURORA FLUMINENSE, 13 abr. 1831, p. 2).

Pela leitura do trecho, é possível perceber que na visão de Evaristo da Veiga o excesso de liberdade era o que passava do limite imposto pelas leis instituídas. Desse modo, para liberais do grupo político moderador como ele, o Estado deveria ser capaz de evitar os conflitos políticos e sociais, e não exercer o seu poder de forma despótica.

Para Veiga, uma das grandes preocupações eram entendimentos que consideravam desnecessário um modo de governo regencial. Argumentou ele que uma prioridade era retomar possibilidades criadas com a Constituição de 1824. Seu entendimento não era concebível — como podemos ler no que disse Holanda.

[...] um Governo sem um chefe de personalidade marcante cuja autoridade não tivesse nenhuma dependência política em relação ao Parlamento. Possivelmente o presidencialismo norte-americano lhe proporcionasse o modelo de um regime cuja fórmula brasileira seria a monarquia constitucional onde o soberano deveria exercer em pessoa a chefia do Executivo. Em relação a Regência, insiste [...] em considerar fundamental para a segurança do Estado uma decisiva preponderância do Poder Executivo, e, particularmente insiste em que a independência deste seja firmada em base política própria (HOLANDA, 1978, p. 14–5).

Da forma que lemos, a compreensão de Holanda é que, para conseguir estabelecer uma ordem civil, uma grande dificuldade encontrada pelo governo foi lidar com as forças armadas. Holanda explicou que a questão militar era um perigo que pesou sobre o governo regencial. Destacou que não foi fácil recolher as tropas aos quartéis; e que muitas permanecerem no Campo do Santana após a abdicação. A iniciativa era dismantlar aqueles que haviam tomado parte no levante que se localizava na artilharia de oposição à indisciplina, que imperava com mais vigor. Iniciativas de uso da força não foram dispensadas para dissolver corpos da tropa. A prudência das ações foi necessária para que “corpos de mercenários estrangeiros”, de certo modo, não ganhassem força e pudessem auxiliar o governo na ocorrência de futuros motins, que pudessem ou não ocorrer. Nas concepções, linguagens políticas e propostas que se delineavam viam nas representações modos de indicar quais as ações mais coerentes para as três principais facções<sup>139</sup> (moderados, exaltados e caramurus) que estruturavam o pensamento político

---

<sup>139</sup> Estas facções foram nominadas como a dos liberais moderados, dos liberais exaltados e dos caramurus. São denominações dos grupos que buscavam desenvolver formas de pensar sobre a organização política e institucional do Brasil. Basile (2004) e Morel (2005) observaram que os chamados moderados tinham como base teórica as análises dos pensadores do liberalismo clássico como de John Locke, Charles-Louis de Secondat Montesquieu, François Pierre Guillaume Guizot e Benjamin Constant. O objetivo central desse grupo era de instituir reformas na política e nas instituições que reduziam o poder do imperador. Para que isso ocorresse, a intencionalidade era possibilitar um direito maior à Câmara dos Deputados nas decisões políticas, maior autonomia ao Judiciário, seguir determinações da Constituição de 1824, de modo a não abalar o regime imperial; porém, concedendo liberdades maiores. Na concepção dos caramurus, não se admitiam reformas constitucionais e se defendiam o poder centralizador da monarquia constitucional com desejo de restaurar a organização no Primeiro Reinado (esse grupo era adepto ao

do período. O desenvolvimento de uma representatividade no cenário político começou a se estabelecer aos poucos, a começar do enfrentamento de ideias diferentes que defendiam o estabelecimento de quadros organizativos para o Brasil. Convém lermos o que disse Basile sobre os encaminhamentos.

[...] [tinham como] pano de fundo uma cultura política liberal multifacetada, que convivia com resíduos arcaicos do absolutismo e o emergente espaço público por ela valorizado como instância de participação, onde se desenvolviam uma embrionária, porém ativa, opinião pública e práticas informais de cidadania. É quando a política escapa da tradicional esfera dos círculos palacianos e mesmo das instituições representativas, e, em dimensões até então inéditas, invade o espaço público fluminense, embalada por discursos liberais que apelavam para povo soberano ou falavam como seus interpretes (BASILE, 2004, p. 14–5).

Nesse processo em que se espraiam ideias liberais, os jornais eram o espaço em que se abria a possibilidade de formar a opinião política, pois naquele tempo a ação de formar partidos poderia demonstrar uma visão de parcialidade. Tal atitude ainda era passível de ser vista como ataque à integridade da ordem nacional, ou seja, à consolidação da independência. Havia heterogeneidade de sentidos de acordo com os deslocamentos no tempo, no espaço geográfico, no lugar social do liberalismo. Eram liberalismos no plural sob a unidade de um mesmo vocabulário (MOREL, 2005).

É a partir de leituras, debates e participações nos anseios do comércio, em particular da cidade do Rio de Janeiro, que foi delineado um liberalismo que atenderia a interesses individuais e da sociedade. As ocorrências de outras províncias eram apontadas como exemplos do modo com que poderia atuar o governo na condução de conflitos. Eram cometidos abusos ao se lidar com dados eventos locais das províncias dos governantes, por ainda não se respeitarem posicionamentos liberais. Na sessão da Câmara dos Deputados de 23 de outubro de 1830, foi lido um ofício encaminhado à casa legislativa. Foi assinado por José Antônio da Silva Maia e Joaquim Marcelino de Brito da Província de São Paulo. O documento expunha notícias sobre uma revolta; e a

---

pensamento de Edmund Burke, autor de *Reflexões sobre a revolução na França, em 1790*, logo depois do processo revolucionário criticando o que havia ocorrido na França). *Os exaltados* sustentavam seus objetivos nas ideias de Rousseau, com a intencionalidade de associar as propostas dos liberais clássicos aos ideais de democracia (MOREL, 2005).

interpretação dada por quem redigiu o documento foi entendida como exagerada por Evaristo da Veiga. Cabe lermos seu entendimento a seguir.

O officio do senhor Maia presta-se com efeito a toda a espécie de censura: ve-se ahi um Ministro Constitucional que vem por em alarma a câmara dos Representantes, requer providencias extraordinárias, por cousas que não sabe ainda o que sejam, e, de que confessa não ter recebido noticia official. [...] Mas o que há de ser, se dizem que o Senhor Japi-Assú,<sup>140</sup> ao sair daqui, deo promessa de esmagar alli os demagogos, e aproveitar o primeiro pretexto plausível para comprometer as pessoas de quem ali o Governo se teme, por sua honradez e firmeza de ânimo! Hum tal personagem deve ser accreditado, ainda quando conte absurdos, à sua palavra, aos sonhos de sua fantasia, escaldada, deve-se por tudo em movimento, insultar-se o povo de huma cidade, distincta por seu patriotismo, calumniar a Câmara municipal, calumniar o Conselho do Governo, interromper o andamento da Câmara dos Negócios dos Deputados, e assustar o Rio de Janeiro fazendo-lhe crer que a anarchia acaba de romper n'uma província aonde talvez seja menos razoável o temel-a (AURORA FLUMINENSE, 25 out. 1830, p. 1.705).

Em nossas palavras, precisava ser superada a imagem do mandatário não seguidor de leis, pois a participação de alguns setores foi viabilizada pela Constituição de 1824. Evaristo da Veiga trazia passagens de escritos de Benjamin Constant e outros escritores da França que haviam observado, de perto, a revolução. Procurou conciliar o seu pensamento político e adequá-lo para uma realidade específica do Brasil. Fazia ressalvas aos leitores sobre os entendimentos que se deveriam evitar sobre todo esse processo histórico ocorrido na França, na América espanhola e na América do Norte. Orientava-os como ler as críticas feitas por ele na *Aurora Fluminense* suas observações sobre teóricos franceses e jornais: *O Patriota*, *Diário Fluminense* e *Moderador*. O trecho a seguir é exemplar nesse sentido.

Hum correspondente do Moderador, que nos diz ter relações de amizade com Guizot, com Keratry, duque de Broglie, etc, declara que não podemos comparar-nos com esses grandes homens, verdade que ninguém duvidava; e que não seguimos as suas doutrinas, o que necessita melhor prova. Aos leitores de nossa folha, e que tenho licção dos escriptos políticos da França Moderna, fique a decisão desta contenda (AURORA FLUMINENSE, 2 jun. 1830, p. 1.445).

---

<sup>140</sup> Ouvidor da província de São Paulo.

Em cada edição da *Aurora Fluminense*, são evidenciados entendimentos em torno do que seria a posição de justo meio no governo para evitar radicalismos. De acordo com os estudos de Lynch (2010) sobre a obra de Benjamin Constant *Princípios políticos* (1814), a preocupação marcante foi com a estabilidade do poder. Portador de um pensamento liberal, demonstrava muito respeito às conquistas da revolução de 1789, na França; contudo tinha restrições a aceitar a soberania popular. Explica Lynch que para Constant era necessário limitar a soberania popular para impedir o desrespeito aos direitos fundamentais. Desse modo, o poder moderador assumia a possibilidade de impedir que outros três poderes de Montesquieu entrassem em conflito e se destruíssem. Isso feito, se poderia ameaçar a estabilidade do Estado liberal e os direitos civis e políticos dos cidadãos. Leiamos a afirmação de Lynch (2010, p. 94).

Ao contrário de Montesquieu, cuja tese de divisão de poderes foi adotada por todos os países que se pretenderam liberais, essa novidade de Constant não foi formalmente adotada por nenhuma das grandes potências que então dominavam o cenário político ocidental. Com efeito, seria no Brasil e em Portugal, por iniciativa praticamente pessoal de D. Pedro I, que a criação de Constant tomaria formalmente vida.

Em seus estudos sobre a formação do Brasil, Dolhnikoff (2005, p. 17) defendeu que após o Ato Adicional de 1834 se assumiu no regime político uma característica federativa no Brasil. Foi possibilitada pelas elites, que continuaram a ter domínio sobre suas regiões e, concomitantemente, certa influência no governo do Rio de Janeiro. Sabe-se que a construção do Estado nacional na primeira metade do século XIX foi marcada pelo debate sobre projetos diferentes que refletiam a diversidade de interesses e concepções da elite dirigente. Houve conformação de um pacto federativo quando dom Pedro I tomou como decisão acertada a abdicação do poder. A decisão acabou por promover a inclusão de elites provinciais na construção do Estado-nação (DOLHNIKOFF, 2005).

Nesse processo, o poder moderador<sup>141</sup> exerceu papel formador na consciência nacional do Brasil e de Portugal. Nos textos da *Aurora Fluminense* dos anos 1828–33 e

---

<sup>141</sup> No Brasil as visões sobre o Poder Moderador priorizaram o pensamento político na Constituinte de 1823, destacado pelo modo de agir e pensar dos deputados Antônio Carlos de Andrada Machado, José Joaquim Carneiro Campos (Marques de Caravelas), João Severiano Maciel da Costa (Marques de Queluz). Participaram da mesma formação jurídica em Coimbra que mantinham relações com o Conde de

de 1838 aparecem citações do pensamento de Benjamin Constant sobre o liberalismo e de como esse poder seria a medida necessária para condução da política no Brasil. É possível perceber que nas edições antes da década de 1830 havia menções, citações e trechos de obras de Constant com relevância ao “perigo” de instigar “espíritos revolucionários”. Nas edições de 1828 se percebe trechos de obras de Constant em citações e notícias retiradas do *Jornal do Comércio* de Pierre Plancher. A edição de 28 de fevereiro de 1828 9 (n. 21) destacou as eleições na França e a visão liberal de Constant; a de 18 de abril de 1828 (n. 35) publicou o discurso<sup>142</sup> realizado por ele na Câmara dos Deputados, dando destaque às ideias políticas. Pelo que podemos ler desse discurso de Constant, a palavra liberdade passou por análises variadas. Vejamos.

En una sociedad fundada en la soberanía del pueblo, ningún individuo ni clase puede someter el resto á su voluntad particular; pero tampoco residen facultades en aquella para ejercer un poder sin límites en sus miembros. La soberanía de los ciudadanos debe entenderse de modo que ningún individuo, ninguna fracción, ni asociación parcial puede atribuirse el poder supremo si no se la delega: empero de aquí no se sigue que el todo de los ciudadanos, ú aquellos que se hallan investidos de la soberanía, pueden disponer á su arbitrio de la existencia de los particulares. Hay por el contrario una parte de ésta que por necesidad queda independiente, y se halla por derecho fuera de toda competencia social, por lo cual la soberanía no existe sino de una manera limitada y relativa; y en el punto en que comienza la independencia y existencia individual cesa su jurisdicción. Si la sociedad traspasa esta línea, llega ya á hacerse tan culpable como el déspota, que no tiene otra razón de obrar que la espada, exterminadora; y así, no puede exceder su competencia sin ser usurpadora, ni la mayoría sin ser facciosa. El consentimiento de la mayor parte no basta en todos los casos para legitimar sus actos; y existen algunos que nada es capaz de sancionarlos; por tanto, si una autoridad cualquiera los comete importa muy poco que provengan de este ú otro origen , que sea la nación ú el individuo quien obre así ;

---

Linhares. As formas de entendimento do conceito do Poder Moderador possuíam diferenças em seus discursos, entre si e da teoria organizada por Benjamin Constant. “Aqueles três visões foram: primeiro, o Poder Moderador como um lugar privilegiado do chefe de Estado, desinteressado e acima da ‘política’; segundo, como um poder de exceção a serviço da salvaguarda do sistema constitucional; e terceiro, como a razão da centralização político-administrativa” (LYNCH, 2010, p. 630).

<sup>142</sup> Em um excerto da parte selecionada pela *Aurora Fluminense* do discurso de Benjamin Constant, publicado no *Jornal do Comércio* de 15 de fevereiro de 1828, se lê: “Como se dizia hontem, o mundo inteiro está prestes a se reunir, e igualmente já se abandonam as opiniões extremas; todos querem a Monarchia Constitucional, porque este governo he o que convém ao estado de costumes; sem Liberdade não há Monarchia Constitucional, por tanto nós todos queremos a monarchia e a Liberdade” (AURORA FLUMINENSE, 1828, nº 35).

como que están fuera. de sus facultades, jamás podrán llamarse legítimos (CONSTANT, 1980, p. 38).<sup>143</sup>

Ao se fazer estudo o comparativo das liberdades dos antigos e dos modernos, a precaução estava no perigo que se abria na propagação da soberania popular, destacada no trecho citado. Para Constant, a modernidade impunha um modo diferenciado de entender a palavra liberdade, em virtude de mudanças variadas na organização social, em especial no campo econômico. Para ele, a liberdade individual do homem deveria receber garantias do Estado. O “objetivo dos modernos” — dizia ele — “é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam de liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios” (CONSTANT, 1980, p. 7). Na conferência de 1819, ao tratar da questão da soberania popular, Constant salientou as decorrências da Revolução Francesa em termos que merecem ser ditos aqui.

A nação não pensava que uma parte ideal em uma soberania abstrata valesse sacrifícios que lhe pediam. Em vão repetiam-lhe com Rousseau: as leis da liberdade são mil vezes mais austeras do que é duro o jugo dos tiranos. Ela não aceitava essas leis austeras e, em seu descontentamento, pensava às vezes que o jugo dos tiranos seria preferível. A experiência a desenganou. Ela viu que a arbitrariedade dos homens era pior ainda que as piores leis. Mais as leis também devem ter limites (CONSTANT, 1980, p. 10).

A interpretação apresentada pelo pensador, do modo como a lemos, demonstra perigo na Revolução Francesa e em um governo fundado na soberania popular. No entendimento de Constant, tal soberania ofereceu uma possibilidade de tirania diferentes das ocorridas em outros governos. Não por acaso ao tratar dos filósofos como Rousseau, criticou a presença na soberania popular do princípio da garantia, e não da liberdade. Ao

---

<sup>143</sup> Em uma sociedade fundada na soberania do povo, nenhum indivíduo ou classe pode submeter o restante à sua vontade particular; mas também não existem facultades para exercer poder ilimitado em seus membros. A soberania dos cidadãos deve ser entendida de modo que nenhum indivíduo, nenhuma fração ou associação parcial possa ser atribuída ao poder supremo se não for delegada: mas não se segue que todo o cidadão ou aquele que está vestido Soberania, eles podem dispor da existência de indivíduos a seu critério. Pelo contrário, há uma parte que, por necessidade, é independente e está fora de qualquer competência social, para a qual a soberania só existe de maneira limitada e relativa; e no ponto em que a independência e a existência individual começam, sua jurisdição cessa. Se a sociedade cruza essa linha, ela se torna tão culpada quanto o déspota, que não tem outra razão para agir além da espada “exterminadora”; e, portanto, não pode exceder sua competição sem ser usurpador, nem a maioria sem ser facção. O consentimento da maioria não é suficiente em todos os casos para legitimar suas ações; e há alguns que nada é capaz de sancioná-los; portanto, se alguma autoridade os comprometer, pouco importa que venham dessa ou de outra origem, que é a nação ou o indivíduo que trabalha assim; Como eles estão fora de suas facultades, eles nunca podem ser considerados legítimos (CONSTANT, 1820, p. 38).

olhar para a violência ocorrida na Europa no século XVIII, em particular na França, ele disse que se desenvolveu um receio ao empenho direto dos homens em ações políticas. Leiamos a seguir.

O soberano deverá exercitar o poder de maneira prática, e não apenas como poder constituinte, e nessa medida, o poder deverá sair da mão de todos e, inevitavelmente, ser exercido por alguns poucos. É nesse momento que a soberania popular, ao evoluir do poder constituinte ao poder constituído, converte-se em fonte de tirania. Um direito político que não se incorpora a uma instituição real não pode ter realidade prática. [...] Ela pode subsumir a liberdade individual ao poder excessivo e totalizador da vontade geral e, ao mesmo tempo, oferecer um argumento de legitimidade ao arbítrio do poder tirânico, que encontra a sua justificativa na legitimação popular. [...] A distribuição igualitária do poder, mesmo que possível, não garante a liberdade (CONSTANT, 1980, p. 4).

É esse esquema que se reproduzirá em muitas das observações de Evaristo da Veiga quando critica, em especial, o grupo dos exaltados e expõe seu medo da soberania popular. Leiamos a seguir o que disse Constant nesse sentido.

Somos modernos que queremos desfrutar, cada qual, de nossos direitos; desenvolver nossas faculdades como bem entendermos, sem prejudicar a ninguém; vigiar o desenvolvimento dessas faculdades nas crianças que a natureza confia à nossa afeição, tão esclarecida quanto forte, não necessitando da autoridade a não ser para obter dela os meios gerais de instrução que pode reunir; como os viajantes aceitam dela os longos caminhos, sem serem dirigidos na estrada que desejam seguir (CONSTANT, 1980, p. 11).

Evaristo da Veiga analisou em seus escritos jornalísticos os movimentos ocorridos em outros continentes em torno de lutas para libertação de governos despóticos. Ao comentar a lei sobre impostos no Brasil, demonstrou um pensamento progressista para os rumos tomados. Entendia que pouco a pouco no país se imporia a necessidade de mudanças políticas e organização da sociedade. Em seu entender a independência possibilitou mudanças que poderiam trazer “a civilização,<sup>144</sup> a indústria,

---

<sup>144</sup> “No interior das pessoas das elites, não tanto econômicas, mas sobretudo intelectuais, os livros e a leitura foram ganhando mobílias, instrumentos, espaços especialmente reservados: as bibliotecas ou livrarias. [...] Objetos para a leitura, escrita e armazenagem de livros existiam nas residências, mesmo naquelas em que faltavam livros. Certas casas mineiras e cariocas contavam com tinteiros, papelarias, estantes – algumas com livros simulados, conservando penas de escrever, até para vendê-las, sem,



a filosofia e a liberdade”. Essas mudanças iriam se fixar e demonstrar melhoras na sociedade com o tempo, com a alteração nos costumes dos homens, no desenvolvimento dos talentos. Vale a pena lermos o excerto a seguir.

A Constituição emperrada em hum dos seus artigos mais importantes, andou por diante, vingou, as duas câmaras legislativas e se abraçaram em união fraternal; viu-se, obteve-se a primeira Lei do orçamento, que merecesse tal nome; o opróbrio, de que nos cobria a existência da tropa estrangeira no paiz, foi apagado [...]. Os absolutistas quase perderão a sua confiança no desastroso futuro, a falange da liberdade aumentou a sua força, e os destinos do Brasil não foram mais sombreados de incerteza para os olhos de alguém (AURORA FLUMINENSE, 7 jan., 1831, p. 1).

Com efeito, convém aqui uma compreensão de Roger Chartier (2002): a de representações. Estas são observáveis no campo individual ou coletivo da sociedade, em que a produção de discursos chegou a influenciar ou delimitar a prática social. Observa-se que representações individuais podem ocasionar uma forma de comportamento coletivo, comportamento coletivo que poderia produzir nas pessoas uma necessidade de justificar-se diante de seu modo de pensar. Foi nesse ponto que os pequenos jornais foram de importância para conformar o ambiente político, social, cultural, educacional e outros. No grupo moderado de Evaristo da Veiga havia divergências no modo ver e entender alguns encaminhamentos políticos. No período das regências, o grupo viu as maiores possibilidades de alterar leis que pudessem auxiliá-los a desenvolverem sua malha de poder político. O debate travado entre as formas principais de pensar na política era sobre como definir o papel do governo na regência e como seria organizado.

Outra questão que teve presente Evaristo da Veiga foram os debates sobre reformas constitucionais. Não eram bem vistas pelo grupo moderado até abdicação de dom Pedro I, e o período regencial foi marcado por mudanças bruscas no modo pensar. Como destacou Basile (2004), as reformas que achavam necessárias já vinham de certo modo sendo realizadas com: redução de poderes do Executivo; aumento de privilégios na Câmara — instituídos de modo provisório na regência; aumento de autonomia do Judiciário, com a criação do Código do Processo Criminal; contenção da força do Exército, ao diminuir seu efetivo; enfim, criação da Guarda Nacional. Foram

---

contudo, possuírem livros. Em outras por sua vez, haviam estantes e livros, crescendo-se em alguns casos tinteiros e mapas” (NOVAIS, 1972, p. 373).

enfrentados embates após a abdicação de dom Pedro I no processo de elaboração do projeto de governo da regência; e Veiga procurou barrar o projeto apresentado por Honório Hermeto Carneiro Leão, que se transformou na lei de 14 de junho de 1831. Esse projeto<sup>145</sup> privava os regentes do poder moderador de dissolver a Câmara dos Deputados e suspender, via decreto, as garantias constitucionais.

Na análise de Holanda (1978), Honório Hermeto Carneiro Leão transparecia em suas ações práticas menos disposição que Evaristo da Veiga a possibilitar concessões ao reformismo liberal e identificava a vitalidade do Senado com um poder maior ao Legislativo. Nesse projeto havia restrições aos regentes de parte importante do exercício do poder moderador como o de dissolver a Câmara dos Deputados ou de suspender garantias constitucionais. Conforme Holanda (1978, p. 15–6) no referido projeto havia predomínio do Poder Legislativo nas ações a se executar. Houve predomínio das ideias políticas de Honório Hermeto Carneiro Leão nas relações entre regência e parlamento. Principiou-se um gérmen de parlamentarismo que, por falta de empenho da Câmara, não se desenvolveu; a influência de Veiga na Câmara foi decisiva.

Diogo Antonio Feijó foi indicado para ser ministro da Justiça, e nesse período a influência política de Evaristo da Veiga aumentou, por meio de sua atuação na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Ali, era primeiro-secretário e recebia apoio das afiliadas. Leiamos a seguir o que disse Holanda (1978, p. 15).

Em Feijó poderia casar-se o pensamento liberal com a ideia de um executivo forte e independente politicamente. Tratava-se, numa palavra, de substituir a Regência tripartida arquitetada por Honório pelo Executivo tal como concebia Evaristo. A Regência concordara em transferir para a Feijó a indicação eventual de um substituto interino e concedera que a demissão de qualquer ministro só poderia ter lugar quando contra ele se manifestasse “a verdadeira opinião pública” e que [...] sua substituição seria provida em Conselho e que os regentes votariam em igualdade de condições com os demais ministros.

---

<sup>145</sup> “Art. 19. A Regencia não poderá: 1 – Dissolver a Camará dos Deputados. 2 – Perdoar aos Ministros e Conselheiros de Estado, salvo a pena de morte, que será commutada na immediata, nos crimes de responsabilidade. 3 – Conceder amnistia em caso urgente, que fica competindo á Assembleia Geral, com a Sancção da Regência dada nos termos dos artigos antecedentes. 4 – Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares, e Distincções. 5 – Nomear Conselheiros de Estado, salvo no caso em que fiquem menos de três, quantos bastem para se preencher este numero. 6 Dispensar as formalidades, que garantem a liberdade individual. Art. 20. A Regência não poderá, sem preceder approvação da Assembleia Geral: 1 – Ratificar Tratados, e Convenções de Governo a Governo. 2 – Declarar a guerra.”

É importante ressaltar: o debate iniciado pela imprensa exaltada em 1830 alastrou-se para os movimentos de rua da Corte no dia anterior à abdicação e ganhou consistência na regência provisória. Com o Ato Adicional e Constituição com promulgação em 1834, essas divergências possibilitaram o fortalecimento de um pensamento político identificado como regresso conservador. O ponto crucial dessas reformas estava em estabelecer o sistema que se apresentaria para o governo (BASILE, 2004, p. 59): “se opunham os federalistas exaltados, os unitários caramurus e os indecisos moderados, estes, ainda por cima, confusamente divididos entre si”.

Esse momento turbulento trouxe experiências diferenciadas à exposição de ideias sobre a organização da sociedade. Uns jornais defendiam propostas de um sistema de governo mais centralizado; outros, que promovessem uma descentralização ou ainda a federação. Debatia-se como regime político a monarquia constitucional e a República. Esse emaranhado de ideias pode ser observado por meio das ênfases dadas nos jornais. Na *Nova Luz Brasileira* de 20 de julho de 1831, havia mais entendimento da necessidade da federação para o Brasil e a observação do modelo norte-americano para a organização política. Esse jornal criticou a conduta de Evaristo da Veiga na *Aurora Fluminense* e de seus apoiadores, pois entendeu que as ideias apresentadas traziam confusão ao pensamento do povo e da tropa em relação aos regimes de organização política; disse que os encaminhamentos políticos tomados não eram de muita valia, ao menos não para “honrados Republicanos, ou Federalistas com os mais desprezíveis columnas e apóstolos”, os quais já eram “muito conhecidos”, por isso mesmo eram “incapazes de se fingirem liberaes em o novo liberalismo agradável aos festeiros da rua da Quintana”. Em suma, homens que se intitularam santos e moderados “espalharão o terror e a guerra civil, que tocarão alarma em todo império”. Além disso, o redator se reportou à soberania do povo: palavra que em várias passagens dos textos de Veiga trazia preocupação com o encaminhamento para o chamavam de anarquia social.

Em defesas acirradas quando possibilitado de se expressar (escrever ou falar na Câmara), Veiga alertava para o perigo de participar de partidos, de agrupamentos específicos. Nessa malha de sociabilidades, participação política e discursos produzidos fundamentados em considerações de autores de origem francesa, em sua maioria,

priorizou-se um determinado tipo de liberalismo. As ideias propaladas por jornais como *Nova Luz Brasileira* foram taxadas de extremas e, nesse sentido, se combatiam ideias chamadas de extremas, exaltadas<sup>146</sup> e anárquicas.<sup>147</sup> Outro extremo eram os pensamentos absolutistas para o governo que assustavam “o povo” e acabavam por serem associados à escravidão. Nos textos o destaque era dado a duas análises sobre o que seria a anarquia: “uma indicando falta de respeito à ordem estabelecida e associada ao despotismo; outra, exclusivamente aplicada aos ‘revolucionários’” (MOREL, 2005, p. 103).

Na leitura de jornais que representavam as ideias de grupos exaltados como *Nova Luz Brasileira*, *O Exaltado*, *Voz da Liberdade* e *Sentinela da Liberdade* e jornais que defendiam as ideias dos grupos classificados como caramurus, havia compreensões diferentes sobre as palavras *povo* e *nação*. Esses agrupamentos em torno de certas ideias políticas eram, a maioria, direcionados por um líder político, que usava palavras de ordem na imprensa ou em seus grupos de sociabilidade as quais aos poucos adquiriam um tipo de compreensão do contexto vivido. Havia interesses específicos, limitações originadas da lealdade por alguém ou por afinidades econômicas, intelectuais que eram vivenciadas nesses grupos (MOREL, 2005).

Evaristo da Veiga entendia que o povo poderia trazer duas possibilidades para o corpo social: 1) perigo real ao encaminhar revoltas a uma anarquia; 2) elevação do desenvolvimento de determinada localidade pelo aprimoramento de seus costumes; o que presumia aprender e entender as leis — aqui a instrução seria essencial para Evaristo da Veiga. Ele respondeu a uma crítica do jornal *Nova Luz Brasileira* em razão de fazer parte do grupo de homens que assinaram uma representação realizada em 17 de março; e, ainda, uma reprovação por uma representação feita no dia 15 de julho pelo

---

<sup>146</sup> “Exaltar/exaltar-se - V. ref. Engrandecer-se, sublimar-se, exaltar-se a si mesmo, jactar-se, gabar-se, a cólera, a bília, acender-se, irritar-se, e produzir irritação dos ânimos, exaltar-se-lhe a bília, enfurecer-se” (MORAES E SILVA, 1813, p. 868/EXA).

<sup>147</sup> Nas considerações de Evaristo da Veiga sobre a palavra *anarquia*, ele citou como exemplo uma ocorrência da província de São Paulo. Um grupo de brasileiros foi violentamente repreendido em razão de comemoração realizada pelas mudanças políticas ocorridas na França em 1830: “Não gostamos de Anarchia: na nossa Folha bastante provas havemos dado de que não propendemos para os excessos, e que sabemos quanto custão as revoluções, quanto se devem temer as paixões desencadeadas da multidão, o choque dos interesses contrários quando não há lei que os regule, e lhes imponha limite. Mas se não queremos anarchia, muito menos podemos suportar a escravidão e há escravidão aonde se pertende punir o Cidadão, porque praticou uma acção inocente, porque exprimio esta sua alegria de hum modo que nenhuma Lei de S. Paulo festejarão as noticias da França, e, honra seja dada aos brasileiros, acompanharão os sentimentos de todo o Brasil livre”.

grupo que estava no governo. Na primeira representação havia a prisão de grupos de homens revoltados que promoveram conflitos urbanos no Rio de Janeiro. A segunda era sobre o encaminhamento das penas a serem cumpridas pelos presos na contenda. Para ele, havia diferenças entre as duas representações que necessitavam ser demarcadas. Convém lermos a seguir quais eram.

Em um caso temos a expressão generosa de um sentimento livre, que resiste a opressão, e não transcende contudo os limites da lei; no outro, há a manifestação de um rancor irracional contra os vencidos (se nos são permissíveis os termos) a exigência de punições arbitrarias, em que se pretende não já a preterição de formalidades garantidoras, porém a de direitos essenciais, que num país livre não podem ser agredidos sem se fazer grave ferida no corpo social (AURORA FLUMINENSE, 27 jul 1831, p. 1).

É possível perceber na passagem a tentativa de executar ações que exemplificassem uma possibilidade de atuação diferente, dada a circunstância apresentada pela ocorrência que precisava de intervenção do governo da regência.

Uma frente de atuação de Evaristo da Veiga foi o apoio a atividades filantrópicas promovidas pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, em destaque a construção de uma casa de correção na Corte. A importância dessa instituição para a sociedade estava associada à sua inclusão nos estatutos de 1832, como uma das finalidades da entidade. Veiga se empenhou na criação dessa instituição, vista como instrumento de ordem, disciplina social e orientação política. Foi instalada — cabe lembrar — em maio de 1831, sob inspiração da casa congênere de São Paulo e teve por iniciador Antônio Borges da Fonseca (redator de *O Republico*). Faziam parte de seu primeiro conselho: Veiga, José Bento Ferreira de Melo, Francisco de Paulo Araujo, Manoel Oderico Mendes, Antonio Pedro da Costa Ferreira, Candido Baptista de Oliveira, Gabriel Mendes dos Santos e Diogo Feijó.

No ano de 1832 a sociedade defensora tentava passar a imagem de associação patriótica e não estritamente política como forma de atrair quem não via com bons olhos as associações e organizações partidárias, compreendidas como facciosas. Na atuação de Evaristo da Veiga como secretário, houve participação efetiva de grupos pertencentes à facção dos exaltados e dos caramurus; porém, após 1832, a tendência foi à permanência de homens pertencentes aos grupos de ideias moderadas.

Com efeito, essa tendência parece ter se fortalecido após Evaristo da Veiga ter tido certas atitudes e defendidos certas posições a partir de 1832 (BASILE, 2006). Eram comuns nesse período grupos que representavam o pensamento exaltado e caramuru acabarem nos discursos produzidos para os jornais por elogiar atitudes de um ou de outro, sem que isso significasse uma homogeneidade nos pensamentos (MOREL, 2005). Veiga expressou, em 1834, a sua ação política do grupo moderado sintetizado no que acreditou serem as conquistas. Vale lermos o que disse.

A moderação, qualquer que seja a sua sorte, poderá dizer um dia a seus detratores: mantive a ordem interna do país; reprimi os anarquistas e os restauradores; destruí o predomínio militar, e as aspirações da nobreza; conservei o Brasil unido, e dei-lhe sem convulsões a Reforma Constitucional que ele aguardava; vinde para o meu lugar, e fazei pelo menos outro tanto (AURORA FLUMINENSE, 20 ou. 1834, p. 1).

Quando Evaristo da Veiga se refere à questão das reformas constitucionais, é possível perceber o quanto conflituoso foi lidar com esse assunto para os moderados. Isso porque dependendo das reformas realizadas acabava por se fortalecer o grupo exaltado que queriam alteração no sistema político. Muitos movimentos de revoltas ocorreram nas províncias com intenções de uma descentralização, que acabou por contagiar a opinião pública,<sup>148</sup> como observou Basile (2004). Em consequência disso, os moderados tentavam de toda forma abafar as pautas exaltadas, mesmo que para isso necessitassem conter pela violência os grupos que se opunham as suas ideias de condução da política.

Para uma observação mais detida sobre o debate afim a interesses políticos atrelados ao grupo político moderado, consideramos um documento que expressou divergências no modo de pensar a condução dos destinos do Brasil. Trata-se de uma carta escrita por José Inácio Abreu e Lima em resposta ao artigo publicado por Evaristo da Veiga na *Aurora Fluminense*.

## 5.2 Divergências no pensar: Evaristo da Veiga e José Ignácio Abreu e Lima

---

<sup>148</sup> Em jornais como *O Independente* de 16 de junho de 1832 e *O Independente* do dia 16 de junho de 1832, além da *Aurora Fluminense* de 14 de outubro de 1831 e 1º de junho de 1832, Basile (2004) observou exemplos de como foram retratadas as discussões pelos moderados.

O combate de ideias por meio da imprensa tinha força. Entre as estratégias, a escrita de cartas de descontentamento foi uma das mais importantes. Na *Aurora Fluminense* de 15 de fevereiro de 1833, Evaristo da Veiga — convém reiterar — criticou a visão de José Inácio de Abreu e Lima, revelando sua contradição a entendimentos políticos que o preocupavam, em especial a partir de 1834. No ano de 1833, a imprensa já havia se tornado campo singular de interpretação da realidade, e o debate político era uma de suas pautas. Especificamente, em se tratando do período regencial, a elite intelectual estava marcada pelo pertencimento, aos agrupamentos e redes de sociabilidades que se aproximavam em alguns assuntos, mas se distanciavam no entendimento de como poderia se empreender um projeto de nação.

Nos combates políticos estabelecidos entre Evaristo da Veiga e seus adversários, uma demonstração dos interesses se expressou em carta escrita por José Inácio Abreu e Lima,<sup>149</sup> sob o título de “Carta do General Abreu e Lima ao redactor da Aurora”, com subtítulo “em resposta ao artigo — Rio de Janeiro — do seu numero 735, de sexta feira 15 de fevereiro”. O missivista Abreu de Lima, que ocupava cargo político na Câmara Imperial do município da Corte, criticou Veiga de forma agressiva. No artigo alvo da réplica crítica — que Veiga publicou na *Aurora Fluminense* de 15 de fevereiro de 1833 e foi intitulado “Soliloquio de hum vottante de boa-fé” —, houve críticas a Abreu e Lima, fomentando a opinião pública a se opor a sua ocupação de cargos públicos. Na realidade, o redator não cita o nome de Abreu e Lima, mas a sua forma de escrita, os modos de fazer alusão à pessoa de Abreu e Lima, bem como comentários publicados em textos de edições anteriores,<sup>150</sup> tudo leva a entender que estava direcionada a ele.

No artigo, Veiga comentou grupos descontentes com as eleições realizadas para juiz de paz<sup>151</sup> nas freguesias de Santa Rita, Candelária e Engenho Velho. Elogiou o nome de homens que constavam na lista dos defensores de condutas políticas moderadas para a condução dos destinos da nação. Criticou — com sátira — outros nomes constantes nas listas, a exemplo do de Abreu e Lima e outros representantes da

---

<sup>149</sup> José Inácio de Abreu e Lima (Recife, 6 de abril de 1794—Recife, 8 de março de 1869) foi um militar, político, jornalista e escritor.

<sup>150</sup> Evaristo da Veiga, no ano de 1833, citou o *Torre de Babel*, escrito por José Ignácio Abreu e Lima nas edições de 11 de janeiro, nº 720; 16 de janeiro, nº 722; 21 de janeiro, nº 724; 28 de janeiro, nº 727; 1º de fevereiro, nº 729. Nessas citações fez críticas ao modo de agir e pensar de Abreu e Lima.

<sup>151</sup> O cargo de juiz de paz foi instituído pela constituição de 1824. No Título VI – Do poder judicial, em capítulo único intitulado – *Dos Juizes e Tribunais de Justiça* indicava uma divisão de poderes naquela década, mesmo sem uma equivalência entre eles (ALMEIDA, 1961, p. 34).

“facção Caramuru”, enquadrando-o como pertencente a uma facção de pensamento conservador (AURORA FLUMINENSE, 15 fev. 1833).

As divergências entre José Inácio Abreu de Lima e Evaristo da Veiga demonstram as forças políticas que se estabeleciam e eram admiradas, por alguns, e combatidas, por outros. Veiga viu expressas nas ideias do autor da carta análises que poderiam trazer riscos como separação de territórios. Abreu e Lima viu nas ideias e no governo regencial impedimentos ao desenvolvimento do Brasil. Veiga destacou para o público leitor a importância de observar os homens que eram “confiáveis” para votar. Demonstra em variadas exemplificações que as “desordens” que antecederam ou que foram posteriores a 7 de abril de 1831 (perturbações entre maio e junho) se referiam ao modo de conduzir a política local.

Com efeito, o dia 7 de abril foi marcante na vida de Evaristo da Veiga; deixou-lhe indignado com a capacidade de reação de alguns habitantes da Corte. Ele se referiu a pessoas contrárias às ideias dele que, por isso, o atacaram; usaram de violência contra a casa e o estabelecimento comercial dele. Em sua opinião, tais desordens foram abrandadas pela ação dos juízes<sup>152</sup> de paz. Afirmou que eles reunirão grupos de cidadãos e os animaram à defesa e/ou ao ataque, isto é, as pessoas a quem ele chamou de vagabundos de modo a restabelecer o sossego perturbado. Veiga procurou enfatizar que a ordem buscada, a melhor polícia, deveria fazer parte da capital. E a forte repreensão das atitudes que envolveram depredação das casas e estabelecimentos públicos só foi bem direcionada por conta dos homens que ocupavam os cargos de juiz de paz.<sup>153</sup> Alertou para a necessidade de atenção aos votos que se pretendiam dar, pois aquela abertura política para votação poderia ser um avanço ou um risco ao equilíbrio social. Ou seja, os interesses contrários a de seu grupo político deveriam ser destituídos de espaços representatividade para suas ideias. Veiga via como necessário *ler* os

---

<sup>152</sup>O Cargo de Juiz de Paz foi instituído pela constituição de 1824, no Título VI – Do poder judicial, em capítulo único intitulado – *Dos Juizes e Tribunais de Justiça* (ALMEIDA, 1961, p. 34) indicava uma divisão de poderes naquela década, mesmo sem uma equivalência entre eles.

<sup>153</sup> Na Constituição de 1824, artigos 160, 161 e 162, consta que: Art. 160 - Nas cíveis e nas penais civilmente intentadas poderão as partes nomear juizes arbitrios. Suas sentenças serão executadas sem recurso, se assim convencionarem as mesmas partes. Art. 161 - Sem se fazer constar que se intentado o meio da reconciliação, não se começara processo algum. Art. 162 - Para este fim haverá juizes de paz, os quais serão eletivos pelo mesmo tempo e maneira por que se elegem os vereadores das câmaras. Suas atribuições e distritos serão regulados por lei (ALMEIDA, 1961, p. 35).



exemplos acontecidos e aprender; e isso o fez observar a importância daquele emprego e do escrúpulo ao voto dado.

Evaristo da Veiga foi enfático ao dizer que os votos dados diante das listas apresentadas (chapas) deveriam ser neutros e não estarem atrelados aos interesses particulares ligados ao círculo de amigos ou familiares. Leiamos suas palavras.

[...] costumava dar lista sem consultar ninguém: devo votar, segundo a minha consciência (dizia eu) e não por influencia de outros. [...] E não conheci que em eleições é preciso ceder do próprio juízo, de particulares affeições, de relações acanhadas de comércio ou de família, e encostar-se o votante áquelle círculo que melhor lhe agrada, que está mais de acordo com os seus desejos e esperanças (AURORA FLUMINENSE, 15 fev. 1833, p. 3.137).

A partir desse momento em sua escrita, Evaristo da Veiga retoma a luta de interesses travada entre os grupos políticos sobre o sistema de governo. Destacou comentários realizados por Abreu e Lima no jornal *Torre de Babel* sobre o movimento de 7 de abril, que tinha como interesse a retomada do poder por dom Pedro I; também os interesses de grupos exaltados que queriam uma república para o Brasil com ênfase em sua contrariedade a essas duas possibilidades. Ao que indicou a preocupação dele, o cargo foi utilizado para manter as relações de poder, em particular durante o início do período regencial. Desse modo, ele escrevia como se pudesse exercer neutralidade as ideias políticas dos homens que tinham seus nomes presentes na lista.

Tendo removido do meu espírito os escrúpulos que eu poderia ter a respeito dos moderados, resta-me examinar a lista que eles me oferecem, bem como a que me he apresentada pelos seus adversários. Para falar sem paixão, não acho nenhuma das duas perfeita, e talvez mesmo se podessem fazer melhores escolhas sem grande dificuldade. Porém a vantagem que há de aproveitar cada hum o seu suffragio me induzio já a votar com hum dos partidos, e nesse caso a lista dos moderados tem vantagem sobre a outra. Encontro ahi gente sam, proprietários, cidadãos de boa moral, e inteira proibidade. [...] Eu não posso crer, por exemplo, que um vallentão, conhecido por suas desordens, só porque é caramuru, seja um bom juiz de paz do meu districto (AURORA FLUMINENSE, 15 fev. 1833, p. 3.137).

Para Evaristo da Veiga, tendo em vista indicadores como propriedade, homens que não estavam envolvidos em movimentos separatistas poderiam ser cidadãos de bem. Para isso ele recorreu, em partes do seu artigo, a fatos da trajetória política de

Abreu e Lima. Procurou sustentar uma inabilidade dele para o cargo de juiz de paz ou para votar em alguém que pudesse ocupá-lo. Como especificam os artigos da Constituição, a função primordial do juiz de paz<sup>154</sup> era conciliatória no início dos processos judiciais.

Em 1º de outubro de 1828, foi estabelecido o processo eleitoral do juizado de paz. Houve redução do poder coercitivo das câmaras; ou seja, esse poder passou a compor as funções do juiz de paz (COLLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO, 1821–30). Esse ponto foi utilizado por Veiga; leiamos a seguir.

Temo que ele cuide pouco em reprimir as rixas e contendas, e em punir os vagabundos de que está sempre rodeado. Parece-me que o homem bem quisto da gente dos grupos amotinados, e que passa com eles o dia inteiro, não será mais próprio para dissipar os ajuntamentos e restabelecer o socego da cidade. Não confio em moeda falsa, ou deita fogo às boticas. Voltarei por consequência na lista dos moderados, visto que não aparece outra melhor, e sem me ingerir em partidos, pagarei assim o meu contingente para que não haja — nova revolução — novas desordens, e para que não tenhamos Governo novo de 8 em 8 dias (AURORA FLUMINENSE, 15 fev. 1833, p. 3.138).

Assim, Evaristo da Veiga finaliza o seu texto de modo a insultar Abreu e Lima como inimigo a ser combatido. Essa carta era uma resposta ao redator da *Aurora Fluminense* para um artigo publicado no dia 15 de fevereiro de 1833, nº 35. Em documentos como a “Carta do General Abreu e Lima ao redactor da Aurora” e a edição de 15 de fevereiro de 1833, nº 735 da *Aurora Fluminense*, são apresentadas discordâncias que mostram os modos de pensar na liberdade e em formas de governo para o Brasil.

Ao iniciar a carta, Abreu e Lima, na frase “Onde hum aventureiro Roma disfarçado com o pomposo título de General Lima”, destaca com veemência a frase

---

<sup>154</sup> Foi aprovada em 15 de outubro 1827 uma lei que impunha regulamentos as incumbências do juiz de paz: “Art 1º Em que cada umas das freguezias e das capellas filiaes curadas, haverá um Juiz de Paz e um supplente para servir no seu impedimento, emquanto se não estabelecerem os districtos, conforme a nova divisão estatística do Imperio. Art 2º Os Juizes de Paz serão electivos pelo mesmo tempo e maneira por que se elegem os Vereadores das Camaras. Art 3º Podem ser Juizes de Paz os que podem ser eleitores. Art 4º Ao eleito não aproveitará escusa alguma, salvo doença grace e prolongada, ou emprego civil e militar que seja impossivel exercer conjunctamente, devendo provar perante Camara a legitimidade destes impedimentos, para ella então chamar o immediato em votos, a fim de servir de supplente-se-lhe as mesmas penas comminadas aos Vereadores. Aquelle porém que tiver servido duas vezes sucessivamente, poderá escusar-se por outro tanto tempo” (COLLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO, 1821-1830).

escrita por Evaristo da Veiga como alguém que procurava atacá-lo não só em relação as suas divergências políticas, mas ainda em questões de trato familiar. Isso porque o pai de Abreu e Lima, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, recebeu a designação de padre Roma ao ser ordenado como sacerdote em Roma. Algum tempo depois deixou essa incumbência para se casar. Seu pai foi um dos líderes da Insurreição Pernambucana de 1817. No desenvolvimento daquele movimento revolucionário, ao chegar à Bahia foi condenado e fuzilado na frente de Abreu e Lima e de seu irmão, Luís Inácio, de acordo com relatos históricos.

Nas ideias disseminadas na Insurreição Pernambucana se verifica uma associação com tentativas de se conquistar um regime republicano e se elaborar uma constituição. Sabendo da revolta deflagrada, as medidas tomadas pelo governo de Pernambuco incluíram aprisionar os contestadores, contudo ocorreu que o próprio governante foi aprisionado pelos revoltosos. Chegaram a dominar a cidade do Recife e instituir governos provisórios, porém o movimento foi massacrado pelas tropas de dom João VI. Os envolvidos foram punidos sem que conseguissem disseminar o movimento por outras regiões do norte.<sup>155</sup>

Na análise realizada por Abreu e Lima sobre a posição tomada por Evaristo da Veiga se configurava um desrespeito a sua história de lutas realizadas não só no Brasil, como também na América Latina. Criticou a ação de Veiga como algo que feria não só os seus feitos, mas em especial os de sua família. O trecho a seguir destaca sua revolta com o texto publicado por Veiga.

[...] feriste-me Senhor, no coração, cravando um punhal na minha honra, que me He mais cara que a própria vida. Uma ferida desta espécie, e tão profunda, deveo causar-me huma dor proporcionada [...] lembrei-me de corta-vos a mao assassina e aleivosa; o l era pouca

---

<sup>155</sup> Mourão (2009, p. 166) realizou análise sobre a avaliação no Rio de Janeiro em relação à Insurreição Pernambucana. Para ele, “essa imponderabilidade de avaliação sobre o significado da Revolução, tanto interna quanto externamente, mostra, entre outras, a surpresa total que significou a eclosão do movimento revolucionário republicano para a administração da Corte do Rio de Janeiro, no dizer peculiar, mas incisivo, do deputado Manuel Garcia: “*algo adormecida con su misma prosperidad*”. E não só para ela, mas também para a percepção internacional que, na mais extrema hipótese, poderia considerar, antes do 6 de Março [...] uma separação política de Portugal, mas sem a implicação republicana. Diante do acontecimento gritante e marcante da Revolução de 1817, não poderia senão se curvar à necessidade de buscar explicações para aquela insurgência que mostrava o Brasil indistintamente disposto a trilhar o caminho que já percorriam as colônias espanholas no continente.

pena para vosso delicto; era indigno de um homem, que sempre médio o seu inimigo pela capacidade de defender-se; Que partido pois me restava? Dar-vos ao desprezo, ou legar-vos à execração de todo Brasileiro, que conservando hum honroso sentimento de liberdade, respeite no filho o sangue do Pae, vertido pela Pátria, da qual quereis iniquamente desherda-lo. Sem embargo, o vosso sujo papel corre por algumas mãos, e convem desabusar os incautos das vossas mentiras e das vossas torpes tretas, assim como fazer-vos conhecer dos que ainda vos creem sob a vossa santa palavra.

Vê-se a princípio na leitura da carta que a questão fundamental da irritação de José Inácio Abreu e Lima referia-se aos comentários sobre seu pai e a sua morte por ideários de liberdade abafados na insurreição. Em sua carta, disse ter visto maldade extrema nos comentários de Evaristo da Veiga ao dizer que ele não sabia dominar nem a língua portuguesa. Veiga havia observado em textos do jornal *Torre de Babel* e na carta traços da escrita própria do castelhano, como na organização da estrutura das frases. Devemos lembrar que a história de Abreu e Lima o levou à América Latina e aos Estados Unidos.

Seguramente, mais que — convém lembrar — ideias iluministas sobre a liberdade, ele teve influências idiomáticas ao aprender inglês e, sobretudo, castelhano. Apuremos a memória: Abreu e Lima esteve, na Venezuela, no exército de Simón Bolívar<sup>156</sup> e lidou com gente que *solo hablaba* espanhol, de domínio espanhol. Ao combater em regiões de Venezuela, Bolívia, Colômbia e Equador, não só galgou postos de comando no exército de Bolívar, mas ainda degraus na ampliação de seu repertório linguístico. Portanto, é possível que procedesse a crítica de Veiga, leitor do espanhol que era. Ainda no plano da língua, Abreu e Lima se indignou com o fato de Veiga lhe tratar com epítetos desdenhosos: “valentão”, “General das Massas”, “aventureiro”, “Roma”. Já “General Lima” — Veiga informou —, quem deu foram seus irmãos, quando Abreu e Lima estava na Europa. Até em uma abreviação no nome dele, Abreu e Lima viu razão para insultar Veiga. Leiamos suas considerações.

---

<sup>156</sup> Simón Bolívar (1783–1830) nasceu em Carácas, no Vice-reinado de Nova-Granada, posteriormente Província da Venezuela. Foi um revolucionário e pertenceu à aristocracia Criolla. Em sua caminhada lutou pela independência da América do Sul. Teve atuação nos processos de independência da Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Desde muito jovem pensou na política que governava a América. Viajou para Espanha, França, Itália, Estados Unidos, Inglaterra. Fez diferenciadas comparações entre os modos de Governo. Ao retornar a seu local de origem impulsionou movimentos que causaram transtornos para a Espanha na Venezuela. Retirou-se de seu sossego e se embrenhou em lutas (BELLOTO; CORREIA, 1983, p. 3).

[...] de José Ignacio Abreu e Lima me reduzi a José Lima, nome que illustrei com mais de cem combates, e que hoje pertence a história, da qual não poderá riscá-lo de vossa nojenta Aurora. Sim, esse nome já não me pertence, pertence a história, e está consignado em muitos documentos, que estou prompto à mostrar vo-los quando quiserdes; eu acabarei e meu nome ficará envolto em honrosos títulos de Libertador da Venezuela, e da Nova-Granada, de vencedor em Boyacá, em Porto Cabello, em Carabobo, etc, etc. E o vosso, onde ficará, onde estará escrito se não for em algum catálogo de livros (ABREU E LIMA, 1833, p. 2).

Abreu e Lima tinha características diferenciadas em sua trajetória de vida. Mesmo tendo participado de modo ativo do movimento comandado por Bolívar (de inspiração republicana), ao voltar para o Brasil se tornou defensor da monarquia. Para isso, usou da imprensa como arma poderosa, apropriada por ele em defesa de interesses políticos. Nos textos escritos para o periódico *Torre de Babel* nos meses de fevereiro e março de 1833, procurou formar opinião pública em torno de suas convicções.

A vida do jornal foi curta se comparada à da *Aurora Fluminense*; mas expressa seu caráter combativo. Eis o que disse sua primeira edição, no texto intitulado jornalismo: “o meo estilo provará sempre que desejo fazer rir, ainda que se riam de mim; antes que irritar a ninguém; muito menos ofender”. Ao longo das sete edições entre janeiro e março de 1833, tal estilo seguiu caminhos diferenciados, o redator usou de toda a “força da pena” para demonstrar suas contrariedades em relação às propostas de mudanças na Constituição de 1824. Dessa forma, combatia as ideias dos moderados e exaltados que se desenvolviam nos espaços institucionais (Assembleia Geral), bem como nos jornais.

D. Pedro não era tyranno; ninguem, a não ser algum calumniador, o designou como tal. Seus erros foram grandes, porém as suas intenções eram sempre as mais puras em beneficio do paiz; desgraçadamente achou-se quasi sempre só ou mal aconselhado. Abraçando de boa fê a causa da Independencia e do Governo representativo, ninguem lhe levou a palma em sustentar a primeira ou em respeitar o segundo. Dotado de grande talento e valor, mas sem experiencia, entusiasta pela liberdade, mas sem prudencia, estava melhor calculado para libertar o Brasil, do que para dirigir a subsequente marcha do seu Governo. Apesar de todos os seus erros e dos de seus Ministros, o Brasil, durante os dez annos da sua administração, fez certamente mais progressos em intelligencia e civilisação, do que nos tres seculos decorridos desde a sua descoberta até a partida d'El-Rei para Portugal em 1821 (TORRE DE BABEL, 9 jan, 1833, p. 2).

Abreu e Lima condenou iniciativas dos moderados como a tentativa de um golpe de Estado em 30 de julho de 1832 pelos grupos que comandavam o governo regencial. Em sua compreensão, aquele movimento provocou uma instabilidade maior na recém-conquistada independência e nas instituições já constituídas. Para ele, o movimento do dia 7 de abril não poderia ser constituído como revolução. Qualificou o movimento como sedição militar, como ação que acabou por levar ao enfraquecimento da moral pública. Convém lermos o que Abreu e Lima disse.

[...] a revolução começou depois da abdicação, porém entregue a si mesma se paralisou, ficou estacionária. Não se lisongea pessoa alguma do sucesso, ela foi obra do ex-Imperador, abdicou porque quis abdicar, porque quis ir-se embora que afrouxou as molas da moral pública (TORRE DE BABEL, 16 jan. 1833).

Na parte da carta Abreu e Lima onde lemos o excerto, ele disse ter recebido da Câmara eletiva a condecoração de “Cidadão Brasileiro” com vários títulos<sup>157</sup> e condecorações honrosas. Questionou que Evaristo da Veiga era deputado e não contestou os títulos, portanto estava levantando falsidades sobre sua pessoa. Outro ponto destacado foram as referências à pessoa de Abreu e Lima como estrangeiro, e não brasileiro; um estrangeiro que veio ao Brasil solicitar favores do governo. O missivista expressou o quanto era importante constituir um nome diante da opinião pública. Opinião esta que acabava de ser “atacada” por meio dos insultos jornalísticos redigidos por Veiga. Leiamos seu desabafo.

Deixemos pois huma amarga retribuição, e disei-me com franqueza; á que veio, Senhor, aquelle ataque furioso contra hum homem que nunca vós offendeo? Que objecto vós indúsió ferir de morte a minha honra, sem motivo algum que vós desculpe? Quem vós disse que eu queria ser Juiz de Paz? Que culpa tenho eu de que se lembrassem de mim para pôr-me n'huma lista? Fui eu que me enculquei acazo? Logo que o soube, disse que não aceitaria; e sem mais motivo que esse, me redusis ao desprezo, presentando-me entre os meus Patrícios como

---

<sup>157</sup> “[...] servi sempre a causa da liberdade e da Independencia da América, não duvidasseis então da identidade da pessoa, ou não reclamásseis o engano do nome; e que sabendo vós que o governo, por portaria de 12 de novembro de 1832, me concedeu, conforme o 2º do artigo 7º da Constituição, os meus títulos, e distinções, não houvessem denunciado a falsidade dos títulos, ou o nome supposto; o que tudo acredita que sois hum falso caluniador, ou o mais vil de quantos entes habitão a superfície da terra, pois que sem fé, nem lei, eu nos vejo outro préstimo senão para testemunha falsa” (ABREU E LIMA, 1833, p. 2).

hum jogador de mãos, ou como hum vadio de profissão, que muda de nome para não ser conhecido? Que mereceis por isso? Será possível que a vida, e a honra dos Brasileiros estejam pendentes de vossa mão, como a espada sobre a cabeça de Democles? Creis possível de o Brasil esteja por mais tempo governado pelo balcão da vossa loja de livros? He possível, he imaginável se quer que hum ente tão ignorante, tão imoral, e tão indigesto, como vós, meça a cada instante as costas dos Brasileiros com a vara com que enxotais os cães da porta da vossa loja! Não, Senhor, não he possível (ABREU E LIMA, 1833, p. 3).

Considerou Abreu e Lima que o Brasil se encontrava em desgraça com o governo da regência e que, em sua opinião, se os brasileiros ainda tivessem brio, honra, pudor, vergonha, então tirariam Evaristo da Veiga do poder e o encaminhariam direto ao inferno; disse que ele, por viver em meio a livros e brochuras, fedia à barata e a caruncho e ousava dizer que era independente em sua luta pela liberdade. “Ao que chamais de Liberdade?” — questiona. Afirmou que Veiga pagava certa quantia por ano para manutenção de seu jornal e estava a serviço de um partido, mesmo combatendo os partidos. Insinuou que, se outro grupo subsidiasse financeiramente Veiga, então em seus escritos ele iria mudar suas afirmações. Questionou se ele faria todas as afirmações caso nada ganhasse com a demanda do jornal.

Na busca de revidar as ofensas de Evaristo da Veiga com afirmações que tentavam desmoralizá-lo, Abreu e Lima trouxe a palavra imoralidade, utilizada no artigo que combatia. Defendeu-se das acusações de imoral e procurou direcionar a palavra para as condutas cotidianas de Veiga em sua família. Vale a pena lermos a passagem a seguir.

Podereis por em paralelo a vossa com a minha moralidade? Eu que sempre respeitei as frias cinzas de meu Pae, ou vós que apunhalais todos os dias o coração do vosso, e que renunciáis com hipócrita inteireza os carinhos de vossa Esposa, quando a mais honesta e virtuosa do que vós, desaprova a vossa iníqua conducta, e o vosso falso Patriotismo? Disse-me: quando sacrificado pelo Brasil? [...] Tudo he proveito, tudo he ganho: honra, nome, fortuna, etc, e de nada que sois, pertendeis dar a lei ao Brasil — que insolência (ABREU E LIMA, 1833, p. 3).

Ao final carta, José Inácio Abreu e Lima disse que jamais perderia tempo com Evaristo da Veiga. Disse que os insultos foram tantos que precisou sair a campo para defender-se. Com isso, mostrou sua contrariedade ao movimento que levou à abdicação

de dom Pedro I e passou a contestar jornais como a *Aurora Fluminense* e *Sete d’Abril* que defendiam o movimento como “uma revolução gloriosa” (ARMITAGE, 1965.). Veiga via no movimento que levou à abdicação uma libertação da tirania de dom Pedro I; Abreu e Lima entendeu como processo de retrocesso para o Brasil.

### 5.2.1 *O pomo da discórdia*

Na década de 1840, José Inácio Abreu e Lima escreveu a obra *Compendio sobre a história do Brasil*, livro onde fez um apanhado de ações de dom Pedro I e sinalizou que a iniciativa deste foi estratégia pensada, modo de não se ver abalada a ocupação futura do trono por seu herdeiro. Vale lermos o que disse.

Bem que tivesse sido inefficaz e errônea em muitos pontos a administração do Ex-Imperador, a sua elevação ao throno foi mui provavelmente o meio de preservar o Brasil de uma anarchia ainda mais fatal do que tem assolado as outr’ora colonias hespanhulas. Qual tentativa prematura para um governo democratico teria sido seguida de uma guerra sanguinolenta e duradoura, na qual a parte intima da população haveria pegado em armas, e a desordem e a destruição teriam assolado a mais bella porção da America Meridional. Ainda mesmo conseguindo-se a expulsão dos Portuguezes, a ignorância do povo e as commoções politicas teriam sido mais fataes do que a guerra estrangeira. O regimen a que o povo estava acostumado era o monarchico, e esse foi o instrumento mais proprio para introduzir a civilização que faltava, e para se adoptarem os aperfeiçoamentos sociaes, que formam uma parte inerente e essencial do systema representativo (ABREU E LIMA, 1843, p. 76–8).

Essa mesma escrita apareceu em edição do *Torre de Babel* de 1833. Abreu e Lima tirou dom Pedro I da classificação de tirano e acusou aqueles que assim o chamavam de caluniadores. Em seu entender dom Pedro I teve peso para a independência do Brasil, mas também muitas dificuldades em seu governo. Estas eram originárias, em especial, de aconselhamentos recebidos dos homens que escolheu para auxiliá-lo. Leiamos o que escreveu.

Todavia, este novo triumpho do partido Moderado não deixou de custar-lhe alguns sacrificios pelas concessões, que foi obrigado a fazer com minguia do seu poder e influencia: este Iriumpho foi talvez a cansa da primeira quebra do partido, e d’ahi dalam longas e profundas inimidades, que tem sido tão fataes á causa publica. [...] O partido Moderado achava-se abalado (ABREU E LIMA, 1843, p. 93–4).



Dito de outro modo, José Inácio Abreu e Lima trouxe ao debate a queda do poder do grupo político afim as ideias de Evaristo da Veiga. Ao que apontam os registros da *Aurora Fluminense* havia uma espécie de espionagem sobre ações de homens como Abreu e Lima, de modo a interceptá-las, combatê-las e não deixar que se disseminasse com suas ideias. Nas edições da *Aurora Fluminense* de número 887, 883, 889, 890, 895, 963, em 1834, foram publicadas cartas escritas por Abreu e Lima para seu irmão Luiz. De posse do conteúdo tratado nesses documentos, Evaristo da Veiga teceu comentários sobre cada assunto tratado e chamava Abreu e Lima de “o general da massas”.

Havia relatos das lutas travadas por Abreu e Lima o acusando de estruturar as possibilidades de retorno de dom Pedro I ao poder. A edição 878 da *Aurora Fluminense* alertou que o “valentíssimo general das massas” estava aguardando apenas um momento oportuno para levantar sua espada contra o governo da regência e trazer a restauração com dom Pedro I. Em seu relato no jornal, Veiga procurou demonstrar que algo sinistro estava para ocorrer. Disse que havia tranquilidade na vida diária na cidade do Rio de Janeiro naquele ano, a julgar por suas observações; porém, a partir da segunda quinzena de fevereiro, ocorreriam alterações nesse sossego. Afirmou que grupos das guardas nacionais estavam se reunindo clandestinamente, de modo a tramarem um ataque ao governo; que tinham como intencionalidade<sup>158</sup> o retorno de dom Pedro I; e, que no fim, foram presos.

Evaristo da Veiga acusou a ação de ser orquestrada por José Inácio Abreu e Lima ao disseminar, aos homens, a falácia de que o retorno de dom Pedro I seria

---

<sup>158</sup> Evaristo da Veiga fez questão de frisar as intenções de homens contrários ao grupo que estava na Regência com sua interpretação sobre os acontecimentos — “[...] No momento em que os agitadores sahissem de seus diversos pontos, e tentassem qualquer golpe de mão, o Governo que os vigia e que não repousa, faria cair sobre elles força mais que suficiente para esmagá-los. A maiorias dos G. Nacionais não tomam partido em favor dos facciosos: por sua mesma posição social são elles levados ou a combater em prol da ordem pública, ou a guardar a neutralidade do medo. Seiscentos G. M. permanentes e quatrocentos homens de artilharia, infantaria e gente de embarque, dos quaes o Governo pode hum instante dispor, (sem contar a G. N. fiel e vottada aos interesses da Patria) são uma formidável massa contra alguns fanáticos Andradistas, contra gente avulsa que está pronta a receber soldo, porém, não a batter-se, contra recrutas feitos no meio dos fados e da aguardente, pela maior parte vadios sem coragem e sem nenhum estímulo de honra. O único plano que os caramurus podem levar a effeito, he o dos assassínios: na verdade, para empresas taes tem elles gente e de sobra. Porém o que ganhão com isso os interesses e os dedígnios da facção? O ódio e o horror de todos os bons, de todos os homens indiferentes, mas honestos, que tem ideias de moral, e que prezão a sua própria segurança (AURORA FLUMINENSE, 1834, nº 878).

inevitável. Desse modo, combateu o entendimento de que o Brasil só se livraria de um futuro de anarquia social se dom Pedro I ou os Andrada conduzissem o seu governo. Nas edições da *Aurora Fluminense* se faziam acusações de que Abreu e Lima disseminava ideias de que o governo da regência iria saquear o comércio, proclamar a República e dificultar ainda mais a vida econômica de europeus que aqui trabalhavam. Ideias de que do homem pardo, do artista (artesão) e do jornalista seriam retirados direitos políticos recém-conquistados. Ainda informações de que na regência houve diminuição do preço pago pela mão de obra e do preço dos jornais.

Evaristo da Veiga vociferava que os conselhos de José Inácio Abreu e Lima buscavam impregnar nos homens certa inércia, ausência de ação para que ficassem acomodados em suas casas e não se voltassem ao cuidado com as coisas da cidade. De acordo com ele, haviam influenciado homens que faziam parte da Guarda Nacional a não saírem de suas casas, a não atuarem nas confusões que surgiam nas ruas. Para que de fato isso ocorresse, disse Veiga, foi ofertado dinheiro para não atuarem nos tumultos na cidade. Eis o que disse: a “G. Nacional do Rio de Janeiro, com estas e outras providências análogas, tornará ainda a ser o que foi em 1831, e os conspiradores não poderão mais contar com algumas de suas companhias, para levarem a efeito os seus intentos patricidas”. Justamente o que ele entendia como risco de anarquia e ao trazer a intenção patricida procurou identificar o ocorrido em Recife em 1817.

No início da década de 1820, foram estabelecidas condutas para os movimentos independentistas. Como analisou Garrido Pimenta (2015), houve guerra e instauração de uma nova ordem sociopolítica que propiciava novos contornos ao cenário ibero-americano. Houve ainda a inserção dos espaços ibero-americanos na economia mundial, o que levou a se desenvolver uma ligação sem interferências com outros centros econômicos. Essa possibilidade de desenvolvimento comercial despertou interesses de lugares que estavam se expandindo economicamente como a Grã-Bretanha e Estados Unidos. Todo esse movimento trazia uma insegurança diante do que poderia acontecer, em particular, o constitucionalismo peninsular o que poderia promover mudanças radicais na trajetória dos impérios ibéricos.

No interior das novas condições de ação política daí advindas, os homens e mulheres envolvidos no universo político português redobriariam o seu interesse pela América espanhola, observando o aprofundamento de sua crise e a cristalização de duas grandes

condições de possibilidade que dela surgiam muito nitidamente: a guerra civil, com todo potencial subversivo e destrutivo, sintetizada no plano do universo linguístico por termos como anarquia ou revolução, cada vez mais utilizado pelos portugueses para alcunhar o Estado da América espanhola; mas também a independência demonstrando a clara factibilidade de que ex-colônias se tornassem politicamente livres de suas metrópoles da Europa (GARRIDO PIMENTA, 2015, p. 369).

Da forma que lemos esse excerto, a conclusão de Garrido Pimenta é que, no conjunto de experiências vividas houve dois paradigmas a serem pensados pelos luso-americanos: um positivo e outro negativo. O primeiro, porque em razão de mudanças de estratégias no atendimento de variados interesses se poderia ampliar o mercado; o segundo, porque se tinha o perigo de agravar os movimentos separatistas, vide a revolução de 1817.

José Inácio de Abreu e Lima na década de 1820 se aproximou de Simon Bolívar nas lutas pela independência da América Espanhola. Atuou junto a ele na vitória de Carabobo, em 24 de junho de 1821; e isso representava perigo para o encaminhamento político pensado pelo grupo de Evaristo da Veiga para o Brasil. Essa ação foi estratégica para a conquista de Caracas, em 29 de junho, com o poder de governar, também, a Venezuela. Ao se observarem as intencionalidades presentes nas lutas pela independência na América espanhola nos documentos produzidos, são percebidas ideias que eram fermento para formar a opinião pública e as ações desempenhadas por aqueles que tomaram a frente em sua condução. No documento “Carta da Jamaica” escrito por Simon Bolívar em 6 de setembro de 1815, há uma defesa enfática sobre a qual convém lermos o que se segue.

M. de Pradt sabiamente dividiu a América em quinze ou dezessete Estados independentes entre si, governados por outros tantos Monarcas. Estou de acordo com a primeira parte, pois a América comporta a criação de dezessete nações; quanto à segunda, embora seja mais fácil consegui-la, é menos útil, sendo assim não sou da opinião das monarquias americanas. Aqui vão as minhas razões: bem compreendido o interesse de uma república circunscreve-se à esfera de sua preservação, prosperidade e glória. Não exercendo a liberdade

com sentido imperialista, porque é precisamente o seu oposto, nenhum estímulo excita os republicanos a estenderem os termos de sua nação em detrimento do próprio meio, visando unicamente tornar seus vizinhos partícipes de uma Constituição Liberal (BELLOTO; CORREIA, 1983, p. 86).

Com efeito, documento importante! Ajudou a evidenciar o pensamento de liberdade em Simón Bolívar para a América espanhola. Sua proposta para sair da condição de colônia tinha um direcionamento que visava ao engajamento nas lutas travadas em várias regiões. Via como uma possibilidade poder formar uma das maiores nações do mundo; porém não concordava com sistema de governo como o representativo-popular. Na análise de Bolívar, esse sistema exigia ter desenvolvidos virtudes e talentos políticos específicos e não formados nos costumes dos povos da América espanhola. Leiamos suas palavras: “Não nos sendo possível obter entre as repúblicas e as monarquias o mais perfeito e acabado, evitemos cair em monarquias o mais perfeito e acabado, evitemos cair em anarquias demagógicas ou em tiranias monocráticas” (BELLOTO; CORREIA, 1983, p. 86). Assim, almejava para a América não a melhor forma de governo, mas a forma mais viável.

Em sua formação, Simón Bolívar recebeu o legado de seus preceptores, como o professor Simon Rodrigues, que lhe ensinou teses republicanas. Em sua formação pode ir para a Europa e observar o contexto de modernidade. Essa intenção de Bolívar nas lutas que desenvolveu pela independência da América espanhola assustava, pois arregimentava povos originários, colonos e *criollos* para se engajarem nas lutas independentistas na América, como a de Iacuchu de 1824.

Lutas por independência eram abordadas e entendidas pelos jornais do Brasil de formas diferentes. Na *Aurora Fluminense* de 24 de março de 1834, na coluna “Interior”, debates realizados sobre a Corte de Madri foram publicados. É republicação de *O Monitor*, que trouxe informações sobre documentos. Entre os comentários houve destaque à opinião de Evaristo da Veiga sobre como as independências na América do Sul vinham se realizando. Leiamos.

Qualquer que seja a lastimoza situação das antigas Colonias da Hespanha, retalhadas pela Guerra Civil, e subordinadas ao domínio militar que ahi não deixa de republicas senão o nome, todavia não é possível hoje, á velha Metrópole preponderar em seus interesses e guiar os seus destinos. [...] No estado em que existem as republicas da América do Sul, a Monarchia Constitucional seria talvez para ellas

hum porto de segurança e de repouso, depois de tantas tempestades, agitações e naufrágios políticos (AURORA FLUMINENSE, 24 mar. 1834, p. 3889).

Nos documentos produzidos por Símon Bolívar como o “Manifesto de Cartagena” e a “Carta de Jamáica” estão debates de que a América só seria forte se houvesse uma integração nas diversas regiões, apontando como encaminhamento à formação de uma confederação de várias repúblicas da América do Sul. Para Evaristo da Veiga, José Inácio de Abreu e Lima representava a fomentação de todas essas ideias no Brasil. Na edição de 3 de março de 1834 da *Aurora Fluminense*, a coluna “Rio de Janeiro” publicou relatos de soldados presos que atuavam a mando e comando de grupos atuantes junto a Abreu e Lima. Havia acusações de que foram presos que não receberam pagamentos prometidos para executarem tarefas dirigidas por tais grupos. Veiga se aproveitou das informações para vilipendiar a imagem de que agia contra suas ideias. Vale a pena lermos o que disse.

Nós sabemos que o Padre Marcelino, e o General das massas estão pobres e necessitados; que ao primeiro parou o recurso das lletas, que já ninguém lhe rebatia, e que o segundo, há tempos não recebe esmolas da família; porém, não está ahi os caramurus graúdos, homens abastados, capitalistas alguns com as transações de commercio, locupletados outros com as especulações de outrora fizerão nos seus empregos respectivos? Não querem estes senhores fazerem sacrificios? (AURORA FLUMINENSE, 3 mar. 1834, p. 3.769).

Como lemos, a crítica alvejava o posicionamento político de Abreu e Lima ao defender ideias de conservadoras representados, em especial, por de José Bonifácio Andrada. Quanto às cartas escritas por Abreu e Lima com os conteúdos publicados na *Aurora Fluminense*, foram encontradas a transcrição de: um total de três na edição de 5 de março e na edição de 17 de março — duas cartas. Foram transcritas na coluna “Interior”, sob o título “Mais Cartas do General das Massas aprehendidas em Pernanbuco”. As missivas traziam em seu início nomes fictícios para despistarem perseguidores.

Na correspondência de 20 de dezembro de 1833, Abreu e Lima disse a seu irmão Luiz que estava saindo do Pernambuco. Deu notícias de doença que havia se desenvolvido nele. Disse de que pessoa representava uma dos piores desassossegos do

governo regencial, também das perseguições sofridas em busca de incriminá-lo. Relatou que havia comprado armas para grupo de homens caramurus, ou seja, aqueles que estavam vinculados às ideias de se continuar o governo do Brasil com dom Pedro I. Não deixou esclarecido onde essas armas haviam sido utilizadas. Em suas notícias informou sobre mudanças de casa, dos lugares onde que era obrigado a se alojar para conseguir trabalhar. Enfim, solicitou informações sobre a instalação da Sociedade Militar em Pernambuco.

É interessante observar que nessas cartas havia no início da escrita um resumo das informações contidas na última carta enviada. Fazia-se um balanço das cartas recebidas, enumerando-as de acordo com as datas em que foram encaminhadas. Observa-se que o resumo dos assuntos tratados na carta anterior tinha como intento levar aquele que receberia a nova escrita a identificar se havia interceptação de suas correspondências. Em uma correspondência recebida por Abreu e Lima em 5 de dezembro de 1833 de seu irmão Luiz, foi pedido que encaminhasse a cópia dos estatutos de criação da sociedade militar. Abreu e Lima informou que não os tinha; e que os componentes da instituição estavam fugindo do governo regencial e não tinha notícias precisas. Informou sobre o nome fictício que iria utilizar dali em diante e disse de sua alegria em ver avanços em suas lutas independentistas nas províncias do Norte. Leiamos o excerto a seguir.

Muito me alegro dos sucessos do Ceará, e dos da Escada, porque são mais immediatos, enfim parece qe não me enganei quando puz os olhos nas províncias do Norte, e Deos permita que tu chegues até o centro dos Cabanos, e possa dispor dessa gente, como eu espero e me figuro. [...] No mez de novembro te escrevi com data de 1º, 15, 18, 29 e no corrente com data de 12, 14, 17, e agora esta prezente (ABREU E LIMA, 20 dez. 1833, s. p.).

Em outra carta, escrita em 2 de janeiro de 1834, Abreu Lima informou datas de correspondências recebidas do irmão. Percebeu que algumas podiam ter sido extraviadas. Pediu-lhe cuidado, pois estavam sendo constantemente vigiados. Informou a prisão de homens em batalhas, o que lhe trazia muito medo. Em síntese dos assuntos tratados destacou a prisão de alguém de seu grupo chamado João. Era má-notícia, dado o interrogatório que o aprisionado iria enfrentar. Sua preocupação era que, nos autos da devassa, os planos separatistas que estavam sendo desenvolvidos colocassem em

derrocada os planos de golpe nas províncias. Demonstrou desespero diante da situação em que se encontrava e pediu ao irmão que fizesse cálculo da real condição financeira para verificar se havia possibilidades de permanecer naquele local.

Parece que havia discordância entre os irmãos sobre questões de lutas armadas que desenvolviam. Abreu e Lima considerava que tais acontecimentos não feririam a confiança mútua no sucesso do movimento. Afirmou que do povo (pessoas com quem se relacionava) de onde se encontrava, não era possível esperar apoio para a causa da revolução. E destacava que sem o sucesso na revolução os reduziria “á hum bando de ladrões rateiros, vendo a hora em que um meirinho nos põem a mão por cima”. Essa consideração realizada por Abreu e Lima na carta para seu irmão renderia comentários de Evaristo da Veiga na *Aurora Fluminense*.

José Inácio de Abreu e Lima enumerou quatro cartas recebidas por ele do irmão Luiz em dezembro, quatro cartas-respostas dadas ao irmão. Nelas, discutiram a indicação de nomes para posições de comando na revolução, que, ao que se indica, era a dos cabanos. Criticava o nome indicado pelo irmão, pois afirmou que este combatente já estava desacreditado para a revolução em razão de algumas reações que teve ao ser preso pelo governo regencial. Abreu e Lima demonstrou preocupações com a utilização da imprensa em causa revolucionária, como lemos na passagem a seguir.

Também me falas de artigos em Jornaes, e de escrever aqui sobre os cabanos; não convém escrever aqui nada, porque logo se sabia tudo, além de que hoje não se escreve nada da opposição, porque as duas imprensas que imprimião papeis da opposição, forão quebrados pelos chimangos, e no Rio de Janeiro não há hoje opposição; tudo he medo, temor, traição, vinganças, ódios e huma cobardia a toda a prova (ABREU E LIMA, 2 abr. 1834, s. p.).

Pelas informações obtidas nas cartas, o governo regencial combateu ideias separatistas nas províncias com muita violência. Informam sobre condições financeiras de Abreu e Lima, precárias, e da necessidade de recorrer a empréstimos de amigos. Esses homens que lhe emprestavam dinheiro estavam em busca de seus esforços para se livrarem do governo da regência; exemplo era José Bonifácio Andrada. Assim, ele assegurava ao irmão que não precisava ter receio por ele, pois o que chamou de povo baixo sempre estava ao seu lado na luta. Pelos comentários de Evaristo da Veiga, esse

povo baixo seriam as pessoas sem poder aquisitivo ou poder político que participavam do movimento.

Também em meio aos documentos interceptados havia outra correspondência,<sup>159</sup> de um parceiro de luta de Abreu e Lima e de seus irmãos, assinada por “A. G. C. da G”. As informações dadas foram combustível para os comentários de Veiga. Ele pontuava a fragilidade em se manter no anonimato, pois pelo que indica se tinha uma rede de informantes que ajudava na vigilância do governo central do Rio de Janeiro. A edição da *Aurora Fluminense* de 7 de março de 1834 contém um resumo do conteúdo de todas as cartas interceptadas a partir do redator do *Diário Pernambucano*; na edição do dia de 21, Veiga retoma o conteúdo das missivas e macula a imagem de Abreu e Lima, seus irmãos e daqueles que lutavam junto a eles em movimentos separatistas nas províncias do Norte. Também disse da prisão do padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, conhecido como Padre Mestre, a bordo do navio Paraguassú, que era acusado de ser um dos principais diretores da revolta da Cabanada na Praia Grande. De acordo com Veiga, esse padre — “um patriota” — seria um dos homens comandado pelo “general das massas”, que teria a missão de governar partes do Brasil. Fez citações de quadrinhas escritas pelo padre para homenagear a Pehiba, procurando evidenciar ao público leitor as intenções de desagregação do Brasil. Ainda fez acusações de que, após alguns meses da escrita a epístola,<sup>160</sup> certo “Coronel Ornellas”, acusado por Veiga ele de ser andradista, teria sido mandante dos tiros de pistola contra Veiga em atentado na noite de 8 de novembro de 1832.

Com efeito, José Inácio Abreu e Lima escreveu sobre esse assunto em seu *Compendio da história do Brasil*, publicado em 1843. Considerou que o Partido Moderador dos anos iniciais da década de 1830 se armou da violência para abolir aquilo

---

<sup>159</sup> “A carta que o Tavares apresentou não foi tirada do correio; Ella foi subrahida por quem a levou aqui para o correio, e talvez variada aqui mesmo, e foi remetida aberta ao Padre Rezende pelo portador, a quem foi confiada; que monstro!! Foi uma asneira escreverem de lá ao General Roma no seu próprio nome, porque para receber uma carta assegurada, necessitava hir em pessoa ao correio, e não devia fazê-lo, estando occulto, como era lá mesmo de pensar em virtude das primeiras noticias. Eu escrevi extensamente a Vmc. Em 2 do corrente – Escreva-me sempre, e conte tudo; fala-me dos Cabanos, pois que, ainda que não gosto delles porque são restauradores, com tudo agora tudo he bom. Diga aos Romas que tenham muita cautela com hum assassinato, e que preparem para a pancada. – Adeos meu amigo atté outra occazião. Seu primo e amigo. A.G.C. de G” (AURORA FLUMINENSE, 17 mar. 1834, p. 3.796).

<sup>160</sup> “Ferós sanhudo/persegue a mata/ A gente nata/ Com infame Ardil.../ Mattas sombrias,/ Annozos troncos/ Penhascos broncos/ Cercão onde eu vivo/Eia, lancemos/da vida a custo/ Do trono injusto/ Barbaros traidores/ Os mesmos ais/ Que exhalo agora/ O author da Aurora/ Há-de exhalar” (AURORA FLUMINENSE, 21 mar., 1834, p. 3. 082).



que acreditavam que iria acontecer: o retorno de dom Pedro I como imperador. Disse que para isso se utilizaram de todos os subterfúgios, inclusive se aproximarem de grupos políticos representantes dos exaltados. Estes almejavam uma ruptura com a organização política na sociedade com maiores liberdades. Consideremos a seguir sua forma de se expressar.

O partido Caramuru, composto em grande parte dos homens mais ricos e mais notáveis do paiz, de velhos carregados de annos e de serviços, não tinha nem a energia de um partido politico, nem a audacia das facções, que tudo emprebendem, porque nada tem que perder. Os Moderados conheciam perfeitamente a indole d'este partido; por tanto para assusta-lo bastava açular a canalha, e isto foi o que fizeram. Tomando por pretexto a restauração, saíram vários grupos na noite de 2 de Dezembro de 1833 pelas ruas, e depois de outros attentados despedaçaram a illuminação, que estava collocada na frente da Sociedade Militar. No dia 5 os mesmos grupos, reunidos no Largo de S. Francisco de Paula debaixo da direcção de vários Juizes de Paz, assaltaram de novo a casa da Sociedade Militar, despedaçaram os moveis e os apoiaram pelas janellas, levando tudo quanto havia de valor; insultaram a quantos encontraram na rua, e pela noite invadiram igualmente varias Typographias, e as despedaçaram; quebraram as vidraças de muitas casas pertencentes ás pessoas mais conspicuas da Capital; e percorrendo as ruas ao som de musica e de grande alarido, commetteram varias mortes e ferimentos sem outro desígnio mais do que satisfazer o instincto do mal (ABREU E LIMA, 1843, p. 95; grifo no original).

Para Abreu e Lima, após o Partido Moderador usar a força da violência, uma consequência foi o grupo político de Evaristo da Veiga perder, aos poucos, influência e prestígio. Convém ler o que escreveu.

Por excessos entendemos nós, não só os tendencias [sic] para um poder extra-legal, como as ideas exageradas que alguns pseudo-moderados fizeram circular nas Provincias, onde exerciam alguma influencia, com descrédito do partido a que infelizmente pertenciam. Muitos desastres devem sua origem a este exaltamento mal combinado com o principio de moderação, e que seguia o partido: entre outros a matança de 16 de Abril de 1833 no Pará, e o estado de voragem em que esteve a Cidade do Cuyabá, e seus contornos, desde 30 de Maio até 5 de Julho de 1834, dia em que o Coronel João Popino Caldas logrou açamar a anarchia, mas depois de haver devorado centenas de victimas, entre as quaes se contavam pessoas illustres, muitos pais de familia, e homens ricos da Provincia de Mato Grosso. Entre os excessos do partido Moderado não deixaremos de contar o projecto do banimento do Augusto fundador do Império, talvez o que mais nodou a sua reputação com o partido politico; o assassinato juridico de Pinto Madeira, e as perseguições que deram causa á

tremenda guerra dos Cabanos em Pernambuco. Não mencionaremos a deposição do Presidente de Pernambuco o Desembargador Francisco de Paula Almeida Albuquerque, em 1834, nem a recusação da posse do tenente Coronel Antonio Corrêa Seára como Commandante de Armas da mesma Provincia, porque são factos que não produziram outro effeito immediate senão mágoa da autoridade do governo; porém em muitos outros casos os excessos não só neutralisaram em grande parte as medidas mais salutaes da Regência, como pozeram o paiz á borda de um abysmo (ABREU E LIMA, 1843, p. 114).

Eis, então, como Abreu e Lima resumiu todas as atitudes que achou arbitrarias no governo da regência, de modo a ponderar por que foi tão combatido. Seu entender é áspero: “O povo repousa na lei, e a lei na m... que a pario, porque as leis também tem sua mãe [...] (grifo nosso)”. A mãe era o grupo político dos moderados. Nesse intento, levantou em seu jornal, *Torre de Babel* do ano de 1833, questões combatidas por eles sobre seu governo. Para Evaristo da Veiga e seu grupo político, era preciso fazer entender qual era o tipo de liberdade que nortearia a conduta dos indivíduos em sociedade; qual seria a ação política a ser entendida como essencial ao estabelecimento de uma ordem social que encaminhasse ao desenvolvimento do Brasil como país e como nação.

### 5.3 À maneira de síntese

Nos textos que escrevia e publicava, Evaristo da Veiga combatia formas diferentes de pensar sobre o governo e as estratégias políticas. Sua intencionalidade era desenvolver iniciativas e ações desempenhadas no governo. Usava mecanismos que pudessem contribuir para validar ideias defendidas por seu grupo político. Mesmo sem pensar na possibilidade de formação de um conceito de classes para aquele período inicial do século XIX, é possível perceber o perigo de um dualismo entre os modos de pensar nas pessoas e em seus grupos. Veiga defendia a liberdade de imprensa para possibilitar a instrução dos que tinham acesso à leitura. Supôs que assim ele contribuiria para a formação de uma opinião pública condizente com os rumos políticos que se intencionava para o Brasil. Ao mesmo tempo, imprensa veiculadora de ideias contrárias ao modo de governo regencial deveria ser combatida e exterminada, na maioria das vezes. Essa era a fórmula entendida como eficaz para manter o poder governamental da regência e assegurar conquistas do pós-independência. Essa intenção “pedagógica” de Veiga para a *Aurora Fluminense* se traduziu em textos sobre como desenvolver a

instrução e educação moral de modo contribuir para o projeto de país e nação que Veiga e os moderados idealizaram. A faceta de “pensador da educação” no Brasil se projeta no capítulo a seguir.

## VI

INSTRUÇÃO PÚBLICA: PROBLEMA E SOLUÇÃO  
ESCOLARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA O  
REDATOR E DEPUTADO

No horizonte dos assuntos, temas e problemas tratados por Evaristo da Veiga no jornal *Aurora Fluminense*, preocupações com a educação não ficariam ausentes. Em textos variados, ele deixou indícios do que pensava da questão. Sobretudo à época em que era deputado provincial, salientou a instrução pública e observou dificuldades para que fosse mais abrangente no país. Além disso, discursos contemporâneos dos seus já projetavam a escola como essencial ao desenvolvimento; ou seja, iniciativas de estruturação de uma sociedade imperial já presumiam medidas para a educação.

Com efeito, no Brasil pós-independência, instruir o povo parece ter sido preocupação de valor político-intelectual para o meio político-administrativo; e é para tal horizonte que converge este capítulo. Procuramos apresentar e discutir elementos que ajudam a averiguar o que Evaristo da Veiga pensava da educação, sobretudo da ideia de instrução pública. Com essa averiguação, vislumbramos derivar uma compreensão sistemática de eventuais contribuições das ideias dele para originar o pensamento educacional e pedagógico que se formaria no país, bem como o tipo de escola que constituiu após a independência. A compreensão vislumbrada tem em vista o escopo das possibilidades semântico-históricas do jornal *Aurora Fluminense* no período 1828–35 e de relatórios ministeriais do interregno 1833–7. Esses dois registros

históricos aqui estudados foram considerados na condição de fontes primárias; e neles procuramos reconhecer, evidenciar e analisar elementos histórico-contextuais que, de algum modo, mostram serem afins às primeiras iniciativas no terreno da escolarização — da instrução pública. Igualmente, trabalhamos com a legislação, em particular a Constituição de 1824 e a lei de 15 de outubro de 1827.

A documentação histórica nos levou à percepção de um ideal de liberdade que tomou espaços e desembocou em levantamentos afins à necessidade de instruir a população; isto é, a análise documental nos levou a perceber intenções de educação desenvolvidas em debates sobre programar medidas legais. Uma das razões para isso foi “certa” vulnerabilidade que algumas hierarquias passaram a apresentar. Este e outros motivos podem ser vistos como vetores de possibilidades de a “opinião pública” se ampliar e aumentar seu espaço de manifestação. Naquele momento, era a imprensa a esfera que tinha feições do público e condições de formar opiniões.<sup>161</sup>

Portanto, o capítulo procura desdobrar a possibilidade de ter havido elementos de reflexão e ação — ao menos discursiva — que levaram a um modo de pensar na educação à época de Evaristo da Veiga, seja no plano intelectual-conceitual ou na realidade social. Tais elementos são passíveis de terem se projetado no aparato legal tal qual instrumento basilar do processo de formar uma sociedade instruída; e esse aparato foi forjado por grupos conservadores ou mais liberais preocupados em desenvolverem ideias que, embora incipientes, contribuíram para formar um senso de identidade nacional. O argumento do capítulo lida, então, com duas vertentes de ideias: as que emanaram da reflexão de um indivíduo tendo em vista a apreciação e o julgamento coletivo; as que provêm do debate da coletividade e reverberaram na reflexão

---

<sup>161</sup> Delso Renault (1969, p. 111), ao estudar o Rio de Janeiro dos 1820–50 pelos anúncios de jornais, chegou a achados que nos ajudam a pensar nos professores e em como se construiu uma necessidade de instrução. Ele exemplifica a questão com um anúncio do *Jornal do Comércio* de 18 de junho de 1831, onde caixeiros viajantes — uma das atividades desenvolvidas — sinalizam ações desenvolvidas no processo das primeiras letras. Disse o autor: “a porcentagem de analfabetos é dominante. O ensino das primeiras letras já é um passo para o filho empregar-se no comércio; os caixeiros alfabetizados ensinam os filhos dos patrões. A manufatura passava por um período de estagnação. As primeiras que surgem no século XVII, são proibidas pelo alvará de Portugal que só permite a confecção do pano grosso. Muitos teares de tecidos de ouro e prata, lã, algodão e linho foram desmontados e paralisados, sacrificando muita gente a inexistência de qualquer tipo de indústria força o estrangeiro a buscar a sua subsistência nas atividades então dominantes. O magistério (se assim pode ser chamado) é um recurso para aqueles que não tem outra aptidão, ou não se dispõe ao trabalho mais árduo. Nessa área, a concorrência se torna cada dia mais intensa. Certo anunciante ‘hábil para tudo [...] casado de exemplar conduta’ e falando ‘Inglez, Espanhol e alguma cousa de Francêz’ quer administrar uma casa, oferecendo-se à educação de meninas gratuitamente, ‘ou pela recompensa que quiserem dar’”.

individual. Convém partir do plano coletivo, pois desse modo podemos ir delineando o contexto em que o indivíduo se inseriu: o pós-independência.

### 6.1 Na letra da lei, na letra oficial: instrução, educação e identidade nacional

A leitura da história da educação brasileira leva a perceber que o pós-independência fortaleceu muito mais os discursos veiculadores de uma preocupação com a instrução, em especial as primeiras letras e os ofícios mecânicos na condição de aliados do processo civilizatório, que se via como necessário à regeneração de costumes. A tensão presente na formação da sociedade esteve marcada por uma multiplicidade de características — étnicas, políticas, religiosas e econômicas; e, aos poucos, no debate entre intelectuais foi se constituindo um pensar sobre a escola, o ensino, as disciplinas passíveis de serem adotadas, a preparação de professores e o orçamento presumido, dentre outros pontos. No dizer de Saviani (2010), as críticas à instrução pública alvejavam: *a abrangência* — limitada; *os professores* — despreparados, mal remunerados, sem vantagens para dedicação; e *as instituições* — adoção de método insuficiente (ensino mútuo), ensino ofertado sem fiscalização de autoridades e outros pontos.

Observamos o andamento lento desse processo em documentos do início do século XIX, a exemplo de relatórios de ministros, presidentes de províncias e inspetores de instrução. Discursos inscritos em cartas, jornais e impressos oficiais, dentre outros suportes, registraram as necessidades que se acirraram na década de 1830 com o aumento das lutas internas. É possível dizer que, no pensamento de quem, de algum modo, tinha representatividade no âmbito governamental e na imprensa, tal temática atraía ouvintes e leitores. A temática os aproximava da possibilidade de formarem um homem que trouxesse, para seu viver, características diferenciadas do que se tinha, em especial no modo de pensar na política. Cabe aqui o que disse Faria Filho (2003, p. 136): os defensores da escola como necessidade para estabelecer unidade nacional tiveram de caminhar com vagareza, se “apropriar, remodelar, ou recusar tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios de instituições tradicionais instituições de educação”. À escola, coube inventar, produzir seu lugar próprio; o que se fez, também, em diálogo com outras áreas e instituições.

Nessa direção, vemos na história do Brasil que, aos poucos, as pretensões de se constituir um império luso-brasileiro deram espaço ao projeto de se constituírem a independência e o império, com alterações na política; e de se construir uma identidade que caracterizasse o país como povo. Esse desejo se expressou em projetos políticos variados — já abordados por Gondra e Schueler (2008) — e se diversificou nas regiões coloniais. Aconteceu de tal modo que algumas forças políticas foram favoráveis a se manter a ordem, enquanto outras se opuseram à centralização exercida, em particular, pela Corte. O emaranhado de acontecimentos, necessidades, influências recebidas de teorias, apropriações de experiências de outras nações consideradas mais desenvolvidas, divergências em condutas políticas com base em interesses locais ou centrais, propiciou uma forma de pensar no brasileiro ou em quem poderia se tornar. Houve iniciativas de produção artística a fim de representá-lo tal qual povo pacífico. Essa representação foi afirmada durante as regências e se espalhou culturalmente durante o segundo reinado (viria a ter lugar de destaque na República).

Contudo, nem todas as pessoas demonstravam a passividade que se amalgamou no modo de pensar no povo (MOREL, 2003). Ao lermos os debates em jornais que se contrapunham politicamente, vemos se evidenciarem questões sociais diferentes e as dificuldades do cotidiano daqueles homens, em especial na vida dos que não tinham meios de se fazerem representados. Ficavam à margem do que se via na condição de pessoas de bem. Cabe lembrar que se intensificaram lutas em torno da constituição do Estado e da formação de instituições entendidas como necessárias ao desenvolvimento.

Com efeito, é no intervalo entre desenvolvimento e instituição que a necessidade de formação escolar ampla ganhou força em debates nos lugares próprios da representação política e em espaços não oficiais que se abriam à opinião de quem desejasse publicizar o que pensava, a exemplo dos periódicos. A necessidade de organizar a oferta de escolarização — elementar e secundária, musical, formação de engenheiros e médicos... — se impôs oficialmente após a chegada da Coroa portuguesa, em 1808. Com o deslocamento da família real da metrópole para a colônia, era preciso formar uma aristocracia para escalões da administração e defesa. Nesse sentido, foram criados cursos de preparação de profissionais para ocuparem funções técnico-burocráticas. De intenção utilitária, os cursos tinham status de superior; eram de agricultura, botânica e química, economia, política e medicina, academias militares e

academias de ensino artístico, dentre outras áreas que passaram a figurar nos projetos apresentados na Câmara de Deputados.

De fato, parece ser consensual que a educação se liga a fundo com concepções de mundo de dado momento histórico. Subjacentes à sua forma e sua articulação, estão relações sociais que envolvem filosofias, política e economia, modos de vida (culturas); em dado momento, a educação se gesta no interior de certas relações sociais ao responder a necessidades postas por dada sociedade. Essas exigências no campo das relações sociais levam à reprodução, à investigação — construção de conhecimento — que vá atendê-las. Nesse sentido, a leitura da história da educação ajuda a ver que entre o fim do século XVIII e o início do XIX houve transformações históricas na Europa ocidental que deram contornos à formação das elites: religiosa, econômica, política e cultural (erudita). Como explicou o historiador inglês Hobsbawm (1981), nesse período ocorreram transformações em que a ciência conquistou mais relevância para o desenvolvimento produtivo.

Contudo, o historiador disse que a Revolução Industrial não resultou apenas do avanço científico; seu processo também se fez no desenvolvimento do sistema capitalista. A relação ciência–produção levou a um desenvolvimento mais acentuado na época moderna. Revolução Industrial e avanço da ciência não resultaram somente de aprimoramento intelectual, como podemos ler a seguir.

Suas invenções técnicas foram bastante modestas, e sob hipótese alguma estavam além dos limites dos artesãos que trabalhavam em suas oficinas ou das capacidades construtivas de carpinteiros, moleiros e serralheiros: a lançadeira, o tear, a fiadeira automática. Nem mesmo sua máquina cientificamente mais sofisticada, a máquina a vapor rotativa de James Watt, necessitava de conhecimentos de física do que os disponíveis então a quase um século — a teoria adequada das máquinas a vapor só foi desenvolvida *ex-post-facto* pelo francês Carnot na década de 1820 (HOBSBAWM, 1981, p. 47).

Hobsbawm afirmou, então, que a discussão sobre o progresso científico e tecnológico era tão pertinente que mesmo compêndios produzidos para discutirem o pensamento político e social estavam atrelados a todo esse movimento.<sup>162</sup> Como

---

<sup>162</sup> Os séculos XVIII e XIX foram marcados por revoluções como a Industrial, ocorrida inicialmente na Inglaterra e de caráter econômico, e a Revolução Francesa, em 1789, de caráter político. Também ocorreu revolução seguindo esse caráter na Alemanha na segunda metade do século XVIII.



exemplo dessa menção, cita a *Encyclopédie*, de Diderot e D'Alembert, que tinham em suas entranhas essa preocupação expressa. Todo esse processo levou a um desenvolvimento crescente sobre química, geologia e outras áreas dada a construção de canais e estradas de ferro. Em Portugal, o processo levou a reformas no campo cultural, na primeira metade do século XVIII, e — vale frisar — à discussão sobre a necessidade de regeneração. Tais temas passaram a fazer parte dos debates. Convém lermos o que disse Castanho (2004, p. 43) nesse sentido.

O avanço do capitalismo em Portugal e seus domínios, resultante da maré do industrialismo que se espraiava pela Europa, tendo como epicentro a Inglaterra, exigiu uma série de acomodações, por exemplo na área cultural, que levaram a *modernização*. Todos os obstáculos a esse avanço inexorável foram removidos, inclusive a resistência jesuítica.

A alusão à regeneração retoma o marquês de Pombal,<sup>163</sup> que, ante as dependências a que Portugal estava cada vez mais se submetendo em relação à Inglaterra, procurou trabalhar para desenvolver um pensamento ilustrado de modo a explorar as riquezas da colônia americana. Como disse Novais (1989), tentou promover o desenvolvimento de manufaturas em Portugal; para isso se procurou mais vantagens para comercializar produtos explorados nas colônias. Pombal deixou sua marca na educação. Dentre suas medidas para o Brasil, instituiu aulas régias pelo alvará de 28 de junho de 1759. Almeida (2000, p. 30) compilou documentos que demonstram os encaminhamentos dados por essas medidas; leiamos um resumo das medidas.

[...] foram reorganizados os estudos de latim, de grego, de hebraico, de arte retórica. Estes documentos provam que estas matérias eram ensinadas na vasta capital da colônia portuguesa e até com um certo desenvolvimento, desde o começo do século XVIII. Foi consequência da secularização do ensino feita pelo Marquês de Pombal.

Após essa reforma, as aulas régias foram divididas em cadeiras elementares de ler, escrever e contar e cadeiras isoladas de humanidades, como gramática latina, retórica, poética, filosofia moral, desenho. Com os Jesuítas expulsos de Portugal e do seu império, houve a necessidade de reorganizar o ensino público oficial. Essa reforma

---

<sup>163</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo, ou seja, marquês de Pombal e conde de Oeiras, nasceu em Lisboa, a 13 de maio de 1699 e faleceu em 8 de maio de 1782.

havia procurado estabelecer um modo de desenvolver a ilustração executado conforme moldes de um governo absolutista e na tentativa de se instruir e se educar (ALMEIDA, 2000, p. 39). Ou seja, se buscou colocar a instrução sob os olhares do Estado.

Nesse ínterim, no início do século um novo mundo se apresentava a um grupo seleto — negociantes, mercadores, corretores etc. — com a abertura dos portos, em 1808, ao comércio estrangeiro, sobretudo da Inglaterra, reino articulador da vinda da família real. Esse movimento dinamizou interesses na colônia portuguesa e em Portugal e deu azo à independência, em 1822. Independente de Portugal, o Brasil necessitou organizar uma estrutura jurídico-administrativa cuja guia seria a Constituição de 1824.

Antes disso, havia sido apontada à educação a necessidade de criar uma lei que a organizasse. Na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, criada via decreto em 3 de junho de 1822, propostas foram solicitadas. A medida foi a elaboração de um projeto, intitulado “Tratado completo de educação da mocidade brasileira”, sob as ordens de dom Pedro I. Foi apresentada uma proposta de memória de Martim Francisco (ANAES, 1823a, p. 80); mas a dissolução da assembleia em 1823 impediu avanços nos planos de seu idealizador. Apenas em 1826, com a abertura do parlamento, a instrução escolar reentrou na pauta do debates. Dentre as propostas, uma<sup>164</sup> dividiu o ensino em primeiro grau — pedagogias (escrever, ler, princípios da aritmética, conhecimentos moras, físicos e econômicos); e segundo grau — liceus; terceiro grau: Ginásios; quarto grau: Academias (ANNAES, 1823l, p. 150). A proposta demonstrou que as preocupações com a educação, aos poucos, eram influenciadas por interferências ideias modernas; vale lermos um fragmento do que disse Saviani (2010, p. 125–6) sobre essa questão.

Mas essa ambiciosa proposta nem chegou a entrar em discussão. No entanto, o seu registro é importante porque sinaliza a presença de ideias modernas que preconizavam uma educação pública e laica na forma das memórias de Condorcet. Também se percebe que a organização do ensino ainda se pautava pelo espírito das aulas régias oriundas das reformas pombalinas, o que está explícito na previsão de cadeiras e classes avulsas nos casos do 3º grau (ginásios) e do 4º grau (academias).

---

<sup>164</sup> Proposta assinada por Januário da Cunha Barbosa, Antonio Ferreira França, José Cardoso Pereira de Mello.

No grupo político a que pertencia Evaristo da Veiga se destacaram homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos, que pensou em projetos para a instrução na década de 1830. Mas não havia uma homogeneização no entendimento das políticas necessárias na primeira metade do século XIX. O ano de 1831 marcou o processo que acabou por influir no delinear da história da educação brasileira. A partir de então, estava lançada a fagulha que faria efervescerem ideias e projetos de governo e que interferiria na forma como a instrução era vista. Após a abdicação de dom Pedro I, em 1831, a facção política que obteve um êxito maior em suas ideias política foi o grupo de liberais moderados, que abarcava políticos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Havia quem buscava explicar as manifestações políticas como reflexos de interesses na área da economia; ou seja, procurar outros modos de se entenderem encaminhamentos que poderiam ser dados ao Brasil.

Outro fato que trouxe a instrução para pautas políticas foi o Ato Adicional, lei criada em 12 de agosto de 1834.<sup>165</sup> Em nome de dom Pedro II, essa lei foi criada no período regencial e fez “saber a todos os súditos do Império que a Câmara dos Deputados, competente autorizada para reformar a Constituição do Império, nos termos da Carta de L., de 12 de outubro de 1832” (ALMEIDA, 1961, p. 68–78). Assim, ao governo central coube a responsabilidade pelo Ensino Primário e pelo Secundário *apenas* no município da Corte e pelo curso superior em todo o império. Já aos governos províncias coube a responsabilidade pelos ensinos Primário e Secundário.

No grupo político a que pertencia Evaristo da Veiga se destacaram Bernardo Pereira de Vasconcelos, Diogo Feijó (pai) e outros. Não havia homogeneidade no entendimento das políticas necessárias. Tal qual explica Morel (2005), nesse período os homens envolvidos com política eram propensos à defesa da monarquia, a definições que conduzissem à unidade nacional e à manutenção da escravidão. Havia quem buscasse explicar manifestações políticas pelo reflexo de interesses na área da economia; ou seja, encaminhamentos passíveis de serem dados ao Brasil eram pensados diferentemente. Tais dificuldades da administração imperial se expressaram em

---

<sup>165</sup> Competia às assembleias legislativas provinciais legislar sobre “a instrução pública e os estabelecimentos, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes, e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados pela lei geral” (ALMEIDA, 1961, p. 70).

relatórios ministeriais da década de 1830; aí podemos ler, muitas vezes, demonstrações do que era julgado de sucesso nas províncias e no governo central.

#### 6.1.1 *A educação em relatórios ministeriais e provinciais*

A leitura dos relatórios ministeriais desvela pontos das preocupações com a instrução pública em âmbito político-administrativo; exemplos foram a proposição de resumos dos problemas a serem enfrentados e projetos, encaminhados, dentre outros assuntos. Ao reportarem fatos de sucessos e insucessos da instrução, os relatórios provinciais tinham anexados trechos da Constituição de 1824 para lembrar o governo de socorros públicos que deviam ser prestados. Com efeito, no título VIII Art. 179, parágrafo 32, da Constituição de 1824, determinava-se que a instrução primária fosse gratuita a todos. O parágrafo 33 dizia que em colégios e universidades seriam ensinadas ciências, belas-artes e artes. Cabe dizer que, à época, a maioria das escolas era do tipo casa-escola e com um professor.

Nessa direção, a iniciativa de elaborar e propor a lei de 15 de outubro de 1827 presumiu regradar a criação de escolas de primeiras letras nas cidades e vilas mais populosas. Eis o que podemos ler o artigo 5º: com “a lei se normatiza que para as escolas de ensino mútuo seriam realizadas em edificios que comportassem, seriam subsidiadas pela Fazenda Pública nos utensílios que se fizessem necessários e os professores deveriam buscar instrução por sua conta para poder trabalhar com a metodologia”. Com efeito, ao que consta nos relatórios ministeriais, as dificuldades para trabalhar com o Ensino Mútuo foram variadas. A falta de espaços propícios, de formação, de acompanhamento de dados, a própria cultura entre outras questões, tudo debilitava a organização escolar, quando havia alguma. A regra era ausência de organização, o que levou reclamações variadas sobre o sucesso da instrução elementar nas escolas de primeiras letras.

A tais questões se aliava a docência, regulada pelo artigo 6º da lei de 1827, cujas determinações podem ser lidas a seguir.

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos (LEIS DO IMPÉRIO, 1827).

A determinação expressada nos relatórios ministeriais aponta, em especial, a formação e remuneração de professores e a falta de recursos. Estas seriam questões encaradas por eles; mas com pouco sucesso em muitos casos. No artigo 11, a educação para meninas foi destacada como necessidade para que escolas específicas fossem criadas em locais mais populosos. Nas leituras dadas a título de sugestão, estavam a *Constituição do império* e a *História do Brasil*. Em particular, esses pontos foram tratados nos relatórios oficiais, demonstrando seus problemas de desenvolvimento e potencial de alcance. As temáticas da instrução seriam observadas e apontadas em relatórios do ministro do Império Antonio Chichorro da Gama, de 1833, Joaquim Vieira de Souza, em 1834, José Ignácio Borges, em 1835, e Antonio Paulino de Souza, em 1836.

Com efeito, as temáticas apareceram em textos de Evaristo da Veiga para o jornal *Aurora Fluminense*. Assuntos afins à instrução foram recorrentes em suas pautas — sobretudo, as melhorias. Ele destacava o que ocasionava a não obtenção de resultados esperados pela instrução pública; apontava que, em razão de costumes locais, muitas vezes não se via na escola uma necessidade. Enquanto foi deputado, antes de 1831, Veiga criticou a falta de cuidados, nessa questão, em meio às famílias aptas a cuidarem com mais zelo da formação da prole. Nos anos iniciais da década de 1830 — quando o jornal esteve ativo —, Veiga observou iniciativas pensadas pelos governos, em especial os da Corte e de Minas Gerais. Ele lidou com escritos afins ao assunto instrução pública, tais como: trechos de textos de outros jornais e de livros, cartas de leitores, anúncios de cursos e outros.

Todavia, as dificuldades se destacavam na reflexão e no comentário em relatórios; é o caso do ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Em 1832, ele havia exposto dificuldades para fazer desenvolver a instrução, conforme sugere a passagem a seguir.

Senhores, os ordenados de algumas Cadeiras de Primeiras Letras são diminutos: convém que os menores se elevem pelo menos a trezentos mil réis, sem o que não podemos esperar que as sollicitem pessoas idôneas para o magistério; ou antes que se conceda ao Professor huma gratificação por alumno, que frequentar a maior parte do anno, o que o convidaria a empregar maior zelo, e proporcionaria melhor a recompensa do trabalho (VERGUEIRO, 1832).

O relatório do ministro expôs carências da Biblioteca Pública, que tinha pouco material para consulta em várias áreas de conhecimentos. Salientou uma lei de orçamento segundo a qual era preciso destinar investimentos à compra de livros. Ao mesmo tempo, havia problemas nos hábitos laborais na instituição: o expediente diário de funcionários de bibliotecas e instituições afins tendia a exceder o tempo-limite de trabalho; e o excesso era descarregado em forma de atitudes e hábitos nocivos ao cumprimento dos deveres laborais.

Em 1833, o ministro Antonio Chichorro da Gama achou importante relatar fatos dos cursos escolares em funcionamento. Um primeiro ponto que ele apresentou foi a dificuldade em contratar lentes para ocuparem as cadeiras. Destacou que homens formados em cursos jurídicos evitavam a docência por conta da remuneração. Por meio de relatórios e mapas chegados às mãos do ministro, ele verificou que a dedicação à magistratura era mais rendosa aos bacharéis — potenciais professores. Outro ponto comentado pelo ministro Gama foram os prédios das duas faculdades de Medicina e o edifício da Academia de Belas Artes, visto por ele como merecedor de reforma urgente em seus estatutos e no quesito lentes substitutos; na visão do ministro, não tinham qualidade profissional para continuarem, em especial no ensino de desenho. Igualmente, atraiu seu olhar a solicitação de reunir, no mesmo colégio, cadeiras diversas de “estudos menores”; ou seja, aulas de preparatório para o ensino superior. Haja vista não serem sempre cumpridas com rigor, a fiscalização urgia. Não por acaso, o ministro citou alterações no regulamento interno do Seminário de São Joaquim, que trabalharia com instrução primária, artes e ofícios, em grande parte para meninos órfãos.

A seu turno, o ministro Joaquim Vieira da Silva e Souza, em 1834, reportou em seu relatório que havia dois cursos de Ciências e Sociais formadores cujos egressos não teriam campo de atuação. Na concepção dele, o número de alunos formados era superior às necessidades do país. Logo, poderiam se habilitarem ao trabalho em outras funções mais necessárias, de acordo com os relatos. Ao tratar das faculdades de Medicina, Silva

e Souza explicou que materiais necessários não foram adquiridos em virtude de uma lei de 1834: a de 3 de outubro,<sup>166</sup> que alterou as despesas gerais fixadas na Lei do Orçamento de 8 de Outubro de 1833, para os ministérios. A lei teria dificultado a aquisição de instrumentos para demonstrações fisiológicas, anatômicas, cirúrgicas e químicas.

O ministro Joaquim Vieira da Silva e Souza (1834) ponderou a necessidade de criar, na Corte, uma instituição que ele nominou universidade, pois reuniria — unificaria — lentes da Academia Militar e da Marinha e de ciências matemáticas; além disso, criar um curso de ciências físicas no museu, pois se teria a possibilidade de formar trabalhadores, agricultores e artistas (ou seja, artífices tais quais ourives, tipógrafo etc.), aos quais a instrução seria mais que mais necessária. Outra possibilidade para os trabalhadores nacionais foi competirem com os estrangeiros que aqui residiam em atividades de uma “primeira indústria”; supostamente, essa abertura de espaço para instrução mais próxima do trabalho desenvolveria um sentimento de nacionalidade.

O ministro Silva e Souza explicou que dados coletados nas províncias demonstravam que as ciências ensinadas em cadeiras separadas eram irregulares, e isso levaria ao desaparecimento da oferta; igualmente, tratou dos substitutos nas cadeiras que vagavam. Ele citou o caso da Academia das Belas Artes, cuja vaga aberta após a morte de lente de mecânica foi cogitada para ser substituída por uma cadeira de gravura. Enfim, Silva e Souza relatou que a falta de materiais para observação em aulas de miologia e osteologia não justificava a manutenção delas.

O relatório do ministro tratou ainda de escolas de aulas menores e da necessidade de organizá-las em espaço onde existissem outras aulas avulsas espalhadas pela cidade. O ensino mútuo foi criticado por não produzir aprendizagem. Convém ler uma passagem do relatório.

[...] o artigo Constitucional que garante a instrução primária gratuita, dever o Estado Fornecer a mocidade os livros, e tudo mais o quanto for necessário por essa instrução, estenda-se tal fornecimento a todas ellas: se estende o contrario, suprima-se em todas huma das duas regras, seja qual for o methodo do ensino (SILVA E SOUZA, 1834, p. 13).

---

<sup>166</sup> Cf. Coleção de Leis do Império do Brasil. Lei de 3 de outubro de 1834. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM38.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM38.htm). Acesso em: 20 jun. 2022.

Havia solicitações de que fossem fixados compêndios utilizáveis em academias, aulas e escolas públicas,<sup>167</sup> em especial por não haver o que se poderia chamar de um programa de estudo. Em 1835, o ministro do império José Ignácio Borges iniciou seu relatório dizendo que as escolas primárias da Corte não atendiam à especificidade para a qual foram pensadas. No seu entender, além de ensinar a ler, a escrever e a contar, o ensino da moral e de costumes e bons hábitos seria potencial para formar o cidadão e o desenvolvimento da nacionalidade. Retomou-se a lei da instrução de 1827 como medida de concepção para mudar a situação que se apresentava. Para Borges, a lei não se tornou efetiva porque houve pouco empenho governamental em fazer cumprir as prescrições; a fiscalização do governo não se organizou na condição de sistema apto a acompanhar o desenvolvimento da instrução. No seu relatório, reforçou Borges a importância de um liceu que reunisse as aulas menores — preparatórias para os cursos superiores. Caso essa medida fosse tomada, poderia haver fiscalização de resultados desempenhados por professores e alunos. Outro ponto destacado foi o número de cursos de Ciências Jurídicas e Sociais — em de São Paulo e Olinda. Na opinião do relator, empregos oferecidos pelo governo seriam insuficientes para acomodar todos os egressos à medida que as turmas fossem formadas

Tais cursos foram objeto, também, do relatório do ministro Antonio Paulino Limpo de Abreo em 1836. De início, fez a descrição de sucessos alcançados com o curso de Ciências Jurídicas e Sociais e o de Medicina. Em relação às faculdades de Medicina, ele citou leis<sup>168</sup> que alteraram a organização das academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia. Nas alterações na lei, acabou-se por dar brechas para que estudantes sem formação completa fossem titulados. O ministro solicitou que se organizasse uma autoridade coletiva ou individual para realizar a fiscalização de doutrinas ensinadas, também que se acompanhasse a disciplina exigida pelos

---

<sup>167</sup> Aulas públicas é denominação dada a partir de 1822 às aulas régias, instituídas pelo marquês de Pombal nas reformas do ensino no fim do século XVIII. A escola era literalmente casa do professor, o que fazia o público da educação se confundir com privado do lar. A influência do Estado nesse espaço não era tão simples.

<sup>168</sup> Lei de 3 de outubro de 1832 – “TITULO IV — DISPOSIÇÕES GERAES - Art. 28. Os Cirurgiões formados, ou simplesmente aprovados pelas actuaes Academias Medico-cirurgicas, e os alumnos, que actualmente as frequentam, poderão receber o gráo de Doutor em Medicina, fazendo os exames, que ainda não tiverem feito, tanto das materias dos annos lectivos, como dos preparatorios, ficando aquelles dispensados de toda a frequencia, e estes de frequentarem as aulas, que já houverem frequentado. No caso porém de estes quererem obter o titulo de Cirurgião formado, as Escolas o conferirão, como actualmente se pratica” (LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1832).



professores; também informou que, nas aulas públicas, o regulamento que organizava o ensino estava defasado ante as exigências do contexto em que falava. Em razão disso, muitos deles se organizavam por regulamentos e métodos diferentes; ou seja, não se preocupavam com uniformidade metodológica e conhecimentos desenvolvidos no ensino. A isso Abreo aliou o fato de que muitos alunos que faziam exames para entrar em aulas maiores encontravam entraves à aprovação; e que uma forma de regular tal situação seria o governo estabelecer uma lei geral.

O ministro Abreo se referiu à instrução primária. Realçou que os vencimentos dos professores eram irrisórios ante os custos de vida. Pela lei de 15 de outubro de 1827, o governo elevou o salário no município da Corte a 400 mil réis para quem ganhava menos que esse valor e a 500 mil para professoras da freguesia da cidade. Aliou a isso o valor de 30 mil réis mensais para despesas em cada uma das escolas públicas. Abreo informou que o governo ofertaria, aos mestres de oficinas dos arsenais de Guerra e Marinha da Corte, uma obra traduzida do barão Carlos Dupin para auxiliar no ensino da geometria, mecânica, artes e ofícios.

## 6.2 Instrução pública no jornal *Aurora Fluminense*

Cerca de dois meses após a sanção da lei de outubro de 1827, a discussão sobre instrução e educação passou a contar com outro espaço e outras vozes. Tal espaço se criou após vir a lume, dentre outros jornais, a *Aurora Fluminense*, para circular até dezembro de 1835, em 1.136 edições: 660 na fase regencial, com oito números suplementares. Somam-se mais de 2,3 mil páginas.

A *Aurora Fluminense* foi um jornal político e literário fundado por José Apolinário de Moraes e redigido por Francisco Crispiniano Valderato (1827–8), José Francisco Sigaud (1827–8), Evaristo da Veiga (1827–35) e Francisco Torres Sales Homem (1838–9) (BLAKE, 1883). Suas publicações foram de 1827 a 1839, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1831, já contava com 1,1 mil subscritores (assinantes). Para Basile (2004), a cifra era expressiva quando se considera o número de habitantes do Rio de Janeiro: quase 200 mil; igualmente, quando se pensa no número de pessoas aptas a lerem e que outros periódicos disputavam a atenção para se manterem em circulação. Os valores cobrados por uma assinatura trimestral pela *Aurora Fluminense* em 1827 eram de 2\$000 réis, o valor por unidade era de 80 réis. Em anos posteriores a essa

informação, consta apenas os locais de venda e o valor da assinatura trimestral. A partir de 1834, as assinaturas passaram a ser feitas por seis meses, no valor de 4\$000 réis, e não se tem o valor unitário da folha. O pagamento das assinaturas devia ser adiantado para recebimento posterior das edições semanais (BASILE, 2004).

A coluna “Variedades” da *Aurora Fluminense* de 1º fev. 1828 publicou um texto que atraiu a atenção dos redatores; era sobre estrangeiros no Brasil. Também há crítica severa ao autor de certa carta publicada no jornal *Echo do Império*<sup>169</sup> n. 58, de 1828, assinada por “MR. K”. O missivista — disse o redator — errou ao desconsiderar o valor das tradições e comidas brasileiras. Era uma tentativa de sensibilizar os leitores quanto a considerações do autor da carta: um francês que comentou costumes do país. Disse o redator que, se fosse um alemão, espanhol ou inglês procedendo daquele modo às “margens do Senna”, ou seja, escrevendo ofensas ao povo sem sequer conhecer a gramática de sua língua, seria punido seguramente. Com efeito, tudo entrou na fatura, até o desconhecimento da língua portuguesa. O redator disse que, ao contrário do dito na carta, o povo era hospitaleiro e pacífico; até entenderia dadas críticas ante os problemas, porém não se podia tomar a parte pelo todo, ou seja, aceitá-las como medida do modo de ser do povo em geral. Então expôs exemplos de sustentação para solicitar ao autor da carta que respeitasse o lugar que havia lhe acolhido. Convém lermos a passagem a seguir.

Quem nega que nos somos descendentes dos Europeus, ou dos antigos conquistadores e cultores destas regiões cuja conquista e serviços nos ficarão de legado? Que homem sensato deixaria de conhecer que todos os povos se pulem em civilização com as relações comerciais, e comunicação dos outros Povos e que muito havemos ganhado com o tracto dos estrangeiros que nos foi franqueado pela abolição do sistema colonial? Segue-se dahi que devemos sacrificar a nossa prosperidade, indústria, e riquezas aos interesses dessas nações estranhas? Porque ventura os portugueses, os franceses, os Hespanhóis & concederão algum privilégio ou foro particular aos Seltas, Tártaros e Escandinavos de quem descendeo W? Assumptos hoje são postos em tal luz que seria escusado repetir semelhantes argumentos; se homens incivis, e imprudentes não viessem exercitar a cólera daqueles que desejão fazer esquecer antigos ódios e sarar as feridas de indiscretas rivalidades [...] mas isso nunca fará que eu sofra a sangue frio os insultos e gratuitos sarcasmos com que Mr. K., na sua correspondência quis ludibriar os Brasileiros, ignorando os seus usos até os nomes, que miseravelmente altera e desfigura a cada passo,

---

<sup>169</sup> O jornal *Echo do Imperio* tem edições digitalizadas na Biblioteca Nacional no período 1880–9.

porque é já inveterado estylo destes Srs falarem de nossos costumes sem os conhecerem, e escreverem na nossa linguagem sem dela entenderem um só palavra (AURORA FLUMINENSE, 1º fev. 1828, p. 1).

Com efeito, em 1828 Evaristo da Veiga já era redator da *Aurora Fluminense*. Embora não fosse o principal, devemos dizer que tal entendimento do *ser brasileiro* apareceria em textos seguramente redigidos por ele. Percebe-se a preocupação em demonstrar que não importavam as origens da constituição do Brasil; se foi um povo subjogado ou não por nações mais desenvolvidas. Importava — isso sim — aquilo em que havia se tornado: um império. Estava claro que não havia homogeneidade: havia uns poucos que não eram apenas força de trabalho escravizada, uns poucos não indígenas, e menos ainda os instruídos. Mas distinções havia, assim como quem, pelos “seus talentos”, se destacava em pensar na estabilidade social fundada em aberturas dadas, em particular, após a independência. O excerto a seguir de Jean Baptiste Say (1767–1832), presente na edição de agosto de 1828 da *Aurora Fluminense*, alude ao entendimento de que a organização política e as possibilidades de se desenvolver a economia e a instrução eram centrais para superar, de vez, a herança da colonização.

A atividade, a ordem, a economia, a instrução, a honra, e as virtudes domesticas são as forças alliadas, que oppõe hum muro de bronze ás invasões da arbitrariedade, e da injustiça. Fecundem-se esses germes da civilização, e não haverá quem queira abraçar a perigosa profissão de Despota (AURORA FLUMINENSE, 27 ago. 1828, p. 352).

Ao que nos parece, Evaristo da Veiga estava em um momento favorável de sua vida. Conforme observou Souza (2015), o ano de 1827 foi marcante nas finanças dele. Além de adquirir a livraria do livreiro francês João Batista Bompard, ingressou na *Aurora Fluminense*, que tinha pretensão de combater ideias que passaram a fazer parte das ações exercidas no governo por dom Pedro I. A partir de 1828, tornou-se proprietário do periódico e elegeu, como seu *Leitmotiv*, a *defesa da liberdade de imprensa*, do *sistema político representativo* e da *Constituição* na condição de lei instituída para guiar costumes e ações. Em textos sobre acontecimentos da Corte, de outras localidades e outros países, Veiga se articulou politicamente com o propósito de encontrar meios de contribuir para formação do homem brasileiro, com modos de pensar e agir diversos do que ele e seu grupo político viam como atraso social. Noutras

palavras, ele redigiu seus textos comentando e interpretando assuntos ligados à política, assuntos corriqueiros da cidade do Rio de Janeiro, das províncias, sobretudo escrevendo com base em cartas de correspondentes ou missivas interceptadas. A intenção era fazer do jornal um instrumento para civilizar e fortalecer seu ideário político, social, econômico e educacional, tanto quanto as ideias de seus pares.

Evaristo da Veiga deixou expressa sua compreensão do que eram e representavam a educação e a possibilidade de mudar panoramas sociais. Lidou com temas deste tipo: entendimentos e comportamento afins à política representativa; produção de máquinas para auxiliar e impulsionar o trabalho; organização de regras sociais e leis específicas para os vários setores da sociedade. Eram meios para se dar ao homem conhecimentos que alterassem ações empregadas na prática e sustentassem condições de convívio social. Esse convívio aconteceria ao se considerar aquilo que homens detentores da ilustração produziram em suas análises; mas estes não seriam ser qualquer ilustrado do Brasil ou de fora. Era preciso considerar interesses e disputas para manutenção de interesses que se chocavam ou se aproximavam. Para Evaristo da Veiga e os que se alinhavam em seu ideário, era preciso conquistar certa liberdade na política e no comércio, mas uma que não abalasse estruturas como o trabalho.

Ao fortalecer suas relações políticas e obter ganhos econômicos, Evaristo da Veiga transmitiu um modo de pensar e de traduzir seu pensamento em discurso: cartas, textos de jornal, falas na tribuna, interlocuções nas reuniões que ocorriam em sua livraria... Tudo — é claro — subsidiado pela leitura intensa e pela vivência em meio à produção de sentidos: pensamentos, reflexões, análises, conclusões... Mais que isso, se agregavam a esse conjunto as experiências vividas por gente ligada a ele diretamente, tais quais os irmãos. Da convivência com eles, emanou aprendizagem: aquisição de conhecimentos, desenvolvimento da percepção crítica da realidade e suas possibilidades, nem como da capacidade de observar contrariedades e articular arranjos com a coletividade para conquistar benefícios sociais.

Convém lembrar que os irmãos de Evaristo da Veiga Lourenço Xavier da Veiga<sup>170</sup> e Bernardo Jacinto da Veiga<sup>171</sup> se estabeleceram no sul de Minas Gerais, nos

---

<sup>170</sup> Lourenço Xavier da Veiga (21/6/1806–1º/11/1863) criou e dirigiu dois periódicos em cidade do sul de Minas Gerais: *A Nova Província* e *O Sul de Minas*, ambos de orientação separatista. Foi fundador da Palestra Campanhense (14 de março de 1863), associação dedicada a reunir pessoas interessadas em discutir assuntos de cultura e sociedade. Nas reuniões havia espaço para palestras e discussões. Tudo era

anos iniciais da década de 1820 e ali, auxiliaram o estabelecimento de ligações e da produção de impressões acerca da figura deles: eram representantes de ideias moderadas. Dentre suas atividades, prevaleceram as relações de venda e compra de mercadoria, o trabalho como mestre-escola e a escrita para periódicos,<sup>172</sup> cuja consequência, dentre outras, foi contribuir para a formação de uma opinião pública.

De fato, tal qual noutros momentos históricos, o tempo de Evaristo da Veiga e seus irmãos foi de mudanças nos modos da produção material que ou interferiam nas formas de governar, ou eram sujeitadas à interferência do governo em formas que influenciava questões internas. Ainda sob a direção de José Francisco Sigaud e Francisco Chrispiniano Valdetaro, o jornal *Aurora Fluminense*, na coluna “Interior”, apresentou discursos da terceira sessão da Assembleia Legislativa em que se compararam o Brasil de 1821 ao país de oito anos após. O debate trouxe reflexões sobre: formação de um *espírito público*; leis; meios de estabelecer a permanência de direitos adquiridos e aumentar as possibilidades da representação nacional; em especial, sobre o progresso da *instrução pública*. Como disseram os redatores, “o estabelecimento da magistratura popular, escudo contra os abusos do foro, e contra o espírito de corporação: favor e direção a [...] atrasada indústria [...], a luta pela liberdade (AURORA FLUMINENSE, 2 maio 1828, p. 1). Para eles, a ignorância das leis era uma frente importante a se trabalhar. Revisão do Código Criminal, criação de conselhos provinciais, produção de dados estatísticos da população, tudo era apresentado como útil para uma organização pública maior — e não só no Rio de Janeiro.

---

aberto ao público e havia grande participação feminina. Dez anos depois da inauguração da palestra, surgem no Rio de Janeiro as conferências da Glória, seguindo o mesmo modelo da associação campanhense. Evaristo da Veiga, até então o único redator da *Aurora Fluminense*, proferiu palestras em Campanha (CAIXETA, 2011).

<sup>171</sup> Também irmão de Evaristo da Veiga, Bernardo Jacinto da Veiga nasceu em 1802 e morreu em 1845. Exerceu influência política, em especial, na província de Minas Gerais. Convém lembrar que ele se mudou para Campanha, em 1818. Na trilha dos ofícios desempenhados por seus pai e irmãos, desenvolveu atividades comerciais e fundou uma livraria, em 1830. Ocupou cargos públicos: deputado provincial, delegado de instrução pública e presidente da província. Uma das marcas de sua caminhada política foi sua influência no combate da revolução de 1842. Ainda foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e participe do processo de elevação de Campanha à categoria de cidade. Outra função importante para o período desempenhada por ele foi a ocupação do cargo de diretor-geral dos correios (BLAKE, 1883). Também fundou o jornal *Opinião Campanhense*.

<sup>172</sup> Um dos primeiros periódicos de Campanha, o *Opinião Campanhense* circulou de 7 de abril de 1832 a 5 de agosto de 1837. O *Nova Província* circulou de 3 de maio de 1854 a 1º de junho de 1855 e *O Sul de Minas*, de 23 de julho de 1859 a 18 de novembro de 1863. Foram ambos fundados por Lourenço Xavier da Veiga (CAIXETA, 2011).

### 6.2.1 O tema da instrução pública no jornal *Aurora Fluminense*

Desde suas primeiras edições, a *Aurora Fluminense* imprimiu textos tratando, direta ou indiretamente, de instrução e educação. Por meio de um recorte deles afirmo aos anos 1828–35, procuramos compreender qual era o pensamento Evaristo da Veiga nesse sentido. Isso porque instrução e educação moral parecem tê-lo preocupado em nível discursivo. Desde os tempos em que o jornal estava sob outra direção, isto é, quando era apenas colaborador, apareciam pautas como aulas menores, formação jurídica, formação médica, instrução primária, metodologias ou compêndios novos, preparação para cursos superiores, remuneração de professores e diferenciação salarial e outros.

Em 20 de agosto de 1828, a edição 81 do jornal publicou uma correspondência denunciando perseguição sofrida por homens que buscavam participar de algum modo da representação política na província do Ceará. O documento, sob título de “Hum brasileiro”, se refere ao poderio exercido por grupos regionais que tinham atitudes absolutistas e combatiam, a todo custo, a disseminação de ideias de liberdade — disse o redator. Para este, o Ceará era pátria infeliz; precisava muito mudar costumes antigos demais. A edição 83, de 25 de agosto, deu continuidade à discussão de que as pessoas deviam aprender a votar. Daí se reafirmou uma ideia expressa no *Pharol Paulistano*<sup>173</sup> sobre a necessidade de se produzir uma espécie de cartilha para tal ensino. Por meio dela, se aprenderia como eram as eleições, seus processos e procedimentos.

Acrescente-se a este repertório uma publicação expondo a elaboração de um plano para criar uma escola de medicina e contrariedades surgidas quanto a permitir que estrangeiros participassem da edição da *Aurora Fluminense* de 14 de abril de 1828. Além disso, a nomeação de uma comissão que trabalharia na elaboração de um plano para criar uma escola de medicina foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Foram indicados José Joaquim Marques (lente de anatomia), Manuel Bernardes Pereira da

---

<sup>173</sup> O *Pharol Paulistano* (1827–31) foi “Lançado a 7 de fevereiro de 1827” e se tornou “marco inicial da imprensa periódica paulista. Como seu próprio nome indicava um farol, que ilumina, esclarece, o jornal é lembrado como um importante instrumento de mobilização e debate político. Nesse sentido, foi defensor das ideias do chamado grupo moderado dos liberais durante o Primeiro Reinado e o início do período Regencial. Antiabsolutista, o periódico era defensor radical dos princípios monárquico-constitucionais contra o despotismo, fazendo, assim, forte oposição a Dom Pedro I. Em linhas gerais, O Farol esteve alinhado mesmo à oposição parlamentar ao monarca, algo comum na imprensa liberal da época” (BRASIL, B., 2022, *on-line*).

Veiga (médico) e J. F. Sigaud (médico). Este, por ser estrangeiro, precisou de análises para ter o seu nome aprovado.

Com efeito, a participação de estrangeiros em postos de comandos ou instituições permeou os debates. Muitos contendores viam perigo, outros viam a retirada da possibilidade de brasileiros mostrarem potencialidade; outros mais viam a possibilidade de se apropriarem de conhecimentos “considerados saudáveis a nação”. Em outras edições da *Aurora Fluminense*, debates em torno de estrangeiros em postos de comando surgiram. Sinalizou-se esse assunto com o tom da observação: devia ser realizada conforme exemplos deixados pelos sujeitos na sociedade, e não em sua origem. Essa característica apareceu ao se comentar sobre homens que atuavam em áreas diferentes ao buscarem destacar qual o conhecimento o sujeito podia proporcionar.

Outro ponto de destaque foi uma reivindicação afim à preocupação com a formação dos militares. Na *Aurora Fluminense* 81, de 20 de agosto de 1828, coluna “Interior”, o debate se abriu em torno do salário dos lentes e do tempo de formação dos moços que estudavam na Academia Militar. Essa observação se originou do recebimento de um requerimento encaminhado por lentes da academia informando seus salários à Câmara dos Deputados. Foi notada uma diferenciação entre a remuneração dos atuantes nos cursos jurídicos e dos que atuavam na academia. A lei de criação desses cursos presumia valor diferenciado. Nesse sentido, o requerimento pedia análises sobre a possibilidade de a diretriz ser direcionada, também, ao corpo docente da Academia Militar. Conforme explicou o redator, esse estabelecimento, criado em 1810, objetivou melhorar a formação e disciplinar os ensinamentos das ciências.

Contudo, o salário era de 400\$ réis. Durante os anos, a diferenciação não foi corrigida. A correção passava pela observação da formação do lente para se adequá-la aos pagamentos. Informou-se que os cursos da Academia Militar eram distribuídos da mesma forma que no momento de criação. Havia o curso completo de Ciências Matemáticas e Físicas (quatro primeiros anos) e outro de Ciências Militares (compreendido nos três últimos anos). De acordo com o redator, por ano se matriculava a média de setenta estudantes em cada curso; ou seja, entendia-se que havia pouco interesse dos pais em formar os filhos “nos caminhos das ciências”. Foi destacado que a maioria os professores da academia era formada na Europa, o que demonstrava sua qualificação. Os dados apontados pelo redator deram nota do número de professores:

doze catedráticos e cinco substitutos. Nesse sentido, o ponto crucial da reclamação era a diferenciação expressiva no salário dos professores, mesmo entre os que vinham de uma mesma formação. Subtende-se que a reclamação girava em torno da criação de uma regra para fixar salários, ou seja, a necessidade de regulamentar a carreira dos professores, ou seja, instituir a profissão com os rigores da lei.

De fato, o pouco interesse nos estudos das ciências foi observado nos comentários do redator na *Aurora Fluminense*. Uma razão era o tempo que o estudante necessitava dedicar para obter sua formação. Mas há indícios de que havia muito interesse pela aprendizagem de idiomas, dados os anúncios constantes nas edições do jornal ofertando aulas de italiano, inglês e francês. A coluna “Variedades” mostrou ser um campo precioso à observação da *Aurora Fluminense*; é o caso de texto da edição 138, de 7 de janeiro de 1829. Dela, em geral, faziam parte parágrafos copiados de livros ou cópia de cartas de entusiastas de assuntos postos em pauta para análise do leitorado. Em uma das missivas, assinada com pseudônimo de *O positivo*, se deu destaque à publicação em outros jornais de textos sobre questões em processo no Brasil e na apresentação de problemática apontadas. A carta critica a atitude de jornais de transcrever obras sobre história romana ou grega, pois se distanciavam muito da realidade de agruras no país. Não por acaso, trouxe como assunto a ser debatido a guerra que ocorria no sul, a forma com que influenciava a paz e minava os recursos econômicos.

Com efeito, por aprovar a publicação da carta enviada à *Aurora Fluminense*, o redator apontou a necessidade de olhar as questões internas. O trecho a seguir é exemplar nesse sentido.

He só na paz e nas Artes della que o Brasil achará a prosperidade e a Glória; a indústria, a instrucção, a boa administração, tal deve ser o alvo de todos os nossos desígnios e planos políticos: força-se guerra à ignorância, à moleza, aos abusos; esses é que são os nossos verdadeiros inimigos, inimigos internos, que attaccão a todos os instantes nossa ventura e aperfeiçoamento social (AURORA FLUMINENSE, 7 jan. 1829, p. 570).

Os pontos citados — glória (entendida como efetiva conquista da independência), indústria e instrução — eram, com frequência, conectados à condição de categorias a serem pensadas nas mudanças pretendidas. Cobrou-se a importância de



o governo de dom Pedro II reunir os mais moços nos cursos jurídicos e de belas-artes. Mais que isso, na edição da *Aurora Fluminense* de 9 de janeiro de 1829, o jornal deu mostra de como se podia escrever sobre o passado remoto tendo em vista os problemas que afetavam o presente. Há um resumo biográfico de Bilisia Gozyadiri, mulher nascida na chamada alta Idade Média, ou seja, em 1209; sobretudo, mulher nascida em Bolonha, Itália, berço da primeira universidade europeia. Ela se dedicou aos estudos e se formou, para admiração de todos na cidade onde residia — destacou o redator. Exerceu influência social no local onde vivia, não sem ter de se vestir com roupas típicas de menino e engrossar a voz desde a idade de 11–12 anos para ter acesso a conhecimentos. Com essa desenvoltura, conseguiu chegar aos graus de doutora.

A moral da história aparece no comentário do redator: as conquistas da personagem eram mote para salientar a importância de formar as mulheres não só para o destino natural se que acreditava que tinham — a maternidade e o cuidado do lar. Com efeito, o esboço biográfico de Bilisia Gozyadiri — personagem do passado remoto — abria campo para análises posteriores sobre a educação de mulheres no Brasil; à defesa de que elas poderiam ser mais que arrumadoras de baús se tivessem formação política. Haja vista sua influência no lar, a mulher poderia contribuir para formar politicamente os homens com adequação; nessa direção, a educação dela teria de ser um “meio termo”: a mulher não necessitaria se tornar douta como Bilisia Gozyadiri, mas receberia educação mínima passível de influenciá-la em gestos, atitudes e condutas, valores e crenças afins à formação da prole.

Nossa leitura do texto da *Aurora Fluminense* deixa entrever um entendimento de que a mulher merecia receber mais que formação para serviços domésticos; nem se fosse uma instrução mínima e desde que não afetasse a harmonia do lar. A estabilidade e a hierarquia doméstica não podiam ser ameaçadas pelas possibilidades de dar, às mulheres, condições de desenvolverem mais seu intelecto e a capacidade de interferir em favor da civilidade almejada para o Brasil. Já havia impulsos para lhes reservar um lugar na escola. Exemplo disso foi uma disputa entre Policena Tertulina de Oliveira e Jacinta de Meirelles, duas senhoras do sul de Minas Gerais a fim de ocuparem uma cadeira de primeiras letras, como expôs a edição de 27 de março de 1829 do jornal. A rigor, o que fez o redator foi replicar publicações do jornal *Universal*, de Ouro Preto. Nessa lógica, divulgavam-se em duas províncias elementos indicativos da necessidade

de o governo apostar na capacidade das mulheres e se ater a um plano de educação, também, para elas.

O problema foi notado por estrangeiros que viajaram pelo Brasil à época. É o caso de John Luccock. Em suas *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, ele observou a situação da mulher no grupo social. É relevante o destaque dado a costumes sociais afins às mulheres. Leiamos.

Seria absurdo pretendermos a um relato igualmente detalhado das diferentes ordens de mulheres e de suas várias ocupações. Tem estas que ser, fatalmente de natureza particular é preciso que se lembre que as *mulheres das classes altas ou médias*, e especialmente as *mais moças*, vivem muito mais *reclusas* que em nossa própria terra. O pouco contato que os costumes com elas permitem, dentro em breve, põe a nu a sua *falta de educação e instrução*. Isto aliás, fazia parte do sistema declarado; estava assentado que o *saber a ler, para elas* não devia ir além do *livro de rezas*, pois que isto lhes seria inútil, nem tão pouco se desejava que escrevessem a-fim-de que não fizessem, como sabiamente se observava, um mau uso dessa arte (LUCCOK, 1975, p. 75).

Com efeito, tal qual o inglês viajante, Evaristo da Veiga estava atento ao problema. Na *Aurora Fluminense* em várias passagens ele trouxe destaque para se pensar na formação da mulher. Apareceu em suas pautas essa formação na instrução das meninas que pertenciam aos grupos que podiam ter acesso aos estudos. Por exemplo, após a descrição da mulher medieval, ele informou que no Brasil não esperava que as mulheres tivessem a oportunidade de se tornarem doutoras como os homens; mas esperava que tivessem uma educação formal mínima. Esse conhecimento daria sustentação para que as senhoras se afastassem um pouco da ignorância que as cercava, assim uma possibilidade seria aberta na formação das futuras gerações para vias de acesso a um grau mais elevado de civilidade. Veiga indagava quais condições teriam os futuros brasileiros de se entenderem como nação? Afinal, aquela compreensão não se fazia presente pelas pessoas mais próximas das novas gerações — as mães. Brasileiro era uma palavra que necessitava ser entendida para adentrar os costumes e as formas de agir como patriota (AURORA FLUMINENSE, 9 jan. 1829).

Evaristo da Veiga se referiu à mulher como a pessoa que, no grupo familiar, poderia ser a influência que conduziria para atitudes moderadas dos homens nas ações que tomavam, em especial aqueles que estavam à frente de cargos políticos. Demonstrou ainda, em cartas escritas, um olhar para as mulheres da família, em particular uma preocupação com as que se tornariam parte da família a partir dos casamentos realizados. O assunto da educação de mulheres se estendeu à edição 178 da *Aurora Fluminense*, ou seja, de 15 de abril de 1829. De novo na coluna “Interior”, Veiga comentou artigo publicado no *Pharol Maranhense*, intitulado “A educação de meninas”. O texto versou sobre o atraso na instrução de senhoras do Maranhão, que ficavam condenadas ao conhecimento doméstico. Isso porque até bem pouco tempo antes “a instrução das Senhoras Brasileiras era vista como ideia repugnante pelos chefes de família” com censuras para que aprendessem a ler e a escrever. O redator do norte contrariou críticas de leitores ao autor do texto que ele publicou e foi republicado com comentário no Rio de Janeiro. Os leitores criticaram o artigo porque viram nele um insulto, ou seja, porque era passível de persuadir “o fraco sexo das mulheres”.

Com efeito, na análise do redator da *Aurora Fluminense*, a situação expressava que a sociedade precisava avançar, como podemos ler a seguir.

Ellas serão condemnadas há uma ignorância perpétua e era lhes proibido ornar o seu espírito, aperfeiçoar a sua razão. A costura, e o bordado era como poucas excepções, a única educação, que se lhe permitia! Ou a estupidez dos nossos antepassados foi o que produziu ideas tão insensatas; ou talvez um ciúme mal entendido de ver que as mulheres excedendo-os já nas graças da figura, não lhes levassem mais vantagens das luzes e dos talentos. Como aquelles Pais de famílias se apegavão nas suas ideias desconhecidas mesmo seus próprios interesses, privando as suas filhas de toda a instrucçãoe creando-as na molleza dos vícios e prejuízos dos escravos (AURORA FLUMINENSE, 15 abr. 1829, p. 3).

Cabe observar que em edição anterior foi aberto o assunto *ensinamentos dos antigos e dos novos homens*. Por exemplo, algumas vezes seria importante contestar afirmações dos pais — o antigo e novo se confrontavam. Era uma possibilidade de rever os tempos vividos com olhares para necessidades presentes, ou seja, muitas vezes seria preciso superar tradições. Nada foi dito sobre a influência de africanos escravizados na educação das filhas dos senhores; mas houve nas edições recorrência de problemas afins

à formação de meninos e meninas. A escravidão era vista como mal inerente ao cotidiano vivido pela sociedade, afinal o trabalho compulsório movia os setores da economia. Assim, algumas rupturas sociais não poderiam ocorrer.

Na *Aurora Fluminense*, era distinto aquilo que se considerava liberdade e podia ser exposto à sociedade; ou ainda aquilo que formaria uma opinião diferente do que se pretendia alcançar com as instituições. É exemplar a censura a determinadas peças teatrais. Para o redator, apresentações como a de *Entremezes Parteira Anatomica* eram censuráveis, com outros textos, porque seriam obscenas e prejudiciais à moral pública. Uma companhia portuguesa se apresentaria no Teatro de São Pedro de Alcântara, e foram sugeridos artistas que produziam textos dramáticos baseados em traduções de peças francesas ou italianas que já se encontravam disponíveis no Brasil. Na opinião do redator, o espaço deveria ser aproveitado para progresso da civilização; os teatros seriam uma escola de costumes, cultura social, com propostas de divertimento inocente e civil. Não se sabe qual o conteúdo tratado na peça teatral, mas era desconsiderada como espaço que promoveria a formação de bons costumes, como condição de cultura para o Brasil.

A *Aurora Fluminense* sustentou a defesa da imprensa como uma das mais importantes escolas, pois o saber por ela disseminado era acessível a homens de profissões úteis. Essa colocação advém de uma crítica realizada por outro jornal à *Aurora Fluminense* sobre suas análises de determinadas obras. O *Pharol Bhaiano* criticou textos que abordavam trechos de obras de Benjamin Constant ou Daunau. A crítica aos estudos de Evaristo da Veiga que não lhe davam condições para interpretar determinados textos, considerados complexos. Disse Veiga — ou quem tiver dado a resposta à crítica — que sua atividade econômica, sua formação e suas leituras lhe davam o crédito.

Era corriqueiro se combaterem as ideias expostas na *Aurora Fluminense*; por consequência, procurava-se menosprezar Veiga por não ter se formado em Coimbra. Outras folhas o instigavam ao duvidarem de capacidade analítica dele. Havia no *Pharol Bhaiano* questionamentos sobre como ele, sem ter aprendido elementos de ciências, analisava excertos de tratados de economia política de Benjamin Constant ou de outros teóricos. Em seus argumentos, Veiga disse que tinha competência para reproduzi-los, pois os citava. Afirmou que, de um modo mais simples, procurava escrever sobre as

questões liberais, fazer análises, suprimir algumas partes. Em seu entender — e apesar de não ser pedagogo —, isso daria a homens sem acesso às galerias, aos debates desenvolvidos nos espaços do governo a possibilidade de absorverem parte desse conhecimento. Ou seja, Veiga se colocava em uma posição de articulador entre teorias produzidas sobre a política, economia, comércio, instrução e a formação da opinião pública (AURORA FLUMINENSE, 6 maio 1829). Em um escrito assinado por Blane de Vola se afirmou ser a instrução a essência das virtudes sociais, porém não havia apontamentos para iniciativas que a tornasse mais abrangente (AURORA FLUMINENSE, 8 maio 1829, p. 796).

Na coluna “Rio de Janeiro” da *Aurora Fluminense* n. 176, de 10 de abril de 1829, Evaristo da Veiga fez uma análise da precisão de conhecimentos sobre o Brasil. Enfatizou que mapas das regiões eram raros, o que dificultava conhecimentos que poderiam trazer desenvolvimento. Leiamos a passagem seguinte do que se disse.

He mister que se lancem os olhos por esta bella extensão de terra, que a Natureza nos deu, tão rica, tão bem dotada, e que nós temos melhorado tão pouco: nem sempre cuidaremos em instituir tribunaes, para accomodar homens de Toga, ou em organizar batalhões de caçadores: tratemos alguma vez do Brasil.

A crítica lançada apontava a necessidade de investimento na produção de mais conhecimentos sobre o Brasil. Defendia-se que instrumentos necessitavam ser desenvolvidos para que os homens se aventurassem pelo país afora e, desse modo, trouxessem o sonhado progresso. Dadas as evidências apresentadas pela história, processos que levaram ao desenvolvimento de uma educação escolar ocorreram em meio a disputas ao longo do século XIX. As tensões geradas em virtude de projetos de nação e formação do Estado foram ganhando força ante as necessidades postas; isso sem generalizar ou perder de vista as peculiaridades do iluminismo europeu — forte no século XVIII e influente nas reorganizações da forma de entender o homem na sociedade. Respeitando-se o movimento iluminista português em suas particularidades interpretativas, houve a construção de um entendimento fundado nas características apresentadas no campo cultural e espacial. Vale a pena ler o que disse Boto (2017, p. 23) sobre esse ponto.

O terrível mundo letrado no século XVIII produzia ideias, dialogava com campos variados do saber, valorizava a erudição enciclopédica, mas assumia para si uma função na esfera pública: a de dissertar e falar sobre ela. O escritor torna-se, pois, analista social, predisposto e capaz de interpretar o seu tempo, de ir — talvez — além dele, para falar a um conjunto de pessoas maior que seu próprio círculo intelectual. Esta seria, talvez, uma definição do modo de ser iluminista.

Com efeito, o escritor desse mundo das letras estava pondo em pauta visões que passaram a fazer parte de cenários diversos. No desenvolvimento desse processo, atuaram nos processos educativos instituições como o Estado e a Igreja, também houve oficinas de artistas e artesões e formas de aprendizagem do trabalho agrícolas e rural, além de preceptores e outros. Mesmo com exclusão e preconceitos contra certos grupos sociais nos espaços formais de educação, houve experiências singulares de participação e apropriação de conhecimentos nos processos educativos (FONSECA, 2006).

Em relação à escola moderna, houve entraves que levaram a se desenvolver de forma lenta entre os séculos XVIII e XIX (segunda metade). Alves (2007, p. 66) destacou três questões atreladas a esse processo que deu origem à escola pública moderna: a reforma protestante, a economia política e a Revolução Francesa. Movimentos cruzados em nações capitalistas com maior desenvolvimento como a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos foram criando condições materiais para que sua universalização se intensificasse nos anos finais do século XIX. Destaque-se a experiência desenvolvida na Inglaterra; mesmo sendo a nação mais desenvolvida entre os séculos XVIII e XIX, o país demorou a efetivar essa necessidade. No caso de Portugal, o iluminismo assumiu características que se diferenciaram.

O Iluminismo foi, no final das contas, um amplo e diferenciado movimento ideológico que, na direção das transformações iniciadas pela Reforma Protestante, organizava a luta da burguesia contra a aristocracia feudal e preparava a sua hegemonia sobre toda a sociedade.[...] Em Portugal, ao contrário dos outros países, o Iluminismo se compôs com a religião católica e a Igreja (CUNHA, 2007, p. 44).

Toda essa concepção da ilustração portuguesa trouxe aspectos específicos ao Brasil. É importante observar que na segunda metade do século XVIII e no início do XIX não existia um sistema de educação. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, o

ensino orquestrado pela Companhia de Jesus foi abalado, com a extinção de suas escolas e seus métodos. Os assuntos educacionais passaram a ter intervenção do governo da metrópole. Entre as reformas, houve a criação de cursos isolados de gramática latina, grego, retórica, poética, filosofia moral, desenho e outros (VECHIA; CAVAZOTTI, 2003). Após a independência política do Brasil, houve criação de escolas públicas e particulares nas províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia. Ofereciam aulas avulsas que sem coordenação pedagógica entre si, ou seja, eram interindependente, especificamente no que poderia se chamar de Ensino Secundário (HAIDAR, 1972).

Tais considerações permitem observar que a educação das crianças e jovens já na primeira metade do século XIX passou por apropriações, conhecimentos, remodelação de espaços e concepções de educação que acabaram por ir formatando um lugar e modo específico para que ocorresse. A esse formato foi convencionalmente chamado de aulas régias divididas em cadeiras elementares de ler, escrever e contar com as cadeiras separadas de humanidades. No Brasil e em países europeus presença das ciências nos currículos teve uma atribuição como uma necessidade para professores técnicos da indústria, do comércio e da agricultura, enquanto os estudos clássicos eram entendidos como apropriados para estudos superiores em cursos de Medicina e Direito (VECHIA; CAVAZOTTI, 2003, p. 19). Lorenz (2003, p. 53); na década de 1830, o ensino de ciências tinha pouca representação no currículo das aulas avulsas. A preferência era pela formação em humanidades.

Para Hobsbawm e Hanger (1997, p. 301), a disseminação da educação escolar introduziu aos poucos na formação cultural um aspecto que singularizava os sujeitos na sociedade. A população passou a ser diferenciada seguindo movimentos e forças que levaram à instituição da educação escolar como necessidade. Evaristo da Veiga foi um dos personagens que, mesmo tendo conquistado prestígio social e econômico, era alvo da discriminação de pares ou de adversários de embates intelectuais nos jornais porque não tinha curso superior.

Ao longo de seus debates em redes de relações desenvolvidas na Câmara dos Deputados, no que escrevia e em outros espaços, Evaristo da Veiga procurou defender a necessidade de uma instrução para aquele menino sem recursos, ou seja, a formação em ofícios mecânicos. Ele se apegou ao princípio da utilidade para a formação desses

sujeitos, alegando que teriam uma função no meio social. Com essa formação, expressou entender que colaborava para o desenvolvimento de atividades necessárias ao meio urbano ou na produção agrícola, enlaçando nesse processo, a contribuição para a ordem. Sugestiona a pensar que meninos ocupados e aprendendo um ofício seria possibilidade de acesso à educação moral.

Nesse meio promovido para aprendizagem nos lugares de trabalho, estaria ainda impressa uma formação para vida no meio social. Esse sujeito, ao ter uma ocupação específica, contribuiria para definição dos espaços a serem ocupados no meio social de modo natural. Essa contribuição agiria na busca da ordem sonhada para a sociedade, a aceitabilidade daquele governo, um olhar menos regionalista nas províncias. Menos regionalista porque compreenderia aos poucos que o Brasil precisava se garantir como unidade territorial na compreensão daqueles senhores. As lutas separatistas deveriam acabar, a propriedade privada dos senhores que aumentava o seu poder local necessitava ter garantias, ser intocada. Para isso, algumas leis estabelecidas teriam que fazer parte do crivo desses senhores, ao agir diante das demandas apresentadas.

É importante ressaltar que Evaristo da Veiga ao tratar da instrução apontava o perigo da degeneração dos costumes do homem do Brasil e a necessidade de regenerá-los. A instrução poderia vir de diferentes espaços: das aulas avulsas, da instrução elementar, da conduta com os hábitos doméstico, dos cuidados com a saúde e da educação pelo trabalho em ofícios mecânicos, entre outros. Um exemplo dado pelos seus escritos foi a importância do teatro. A linguagem teatral entendida como apelativa poderia auxiliar na demonstração de exemplos a ser seguidos por aqueles homens. Nessa toada apontava a importância da ternura e da obediência dos filhos em relação aos pais.

Quando falava desse aspecto trazia a ordem como uma pauta a ser desenvolvida para conquista da civilidade. A ordem era uma das bandeiras agitadas naquele período regencial. Para que esse processo ocorresse de modo satisfatório era necessário pensar na formação (ao menos mínima) da mulher. Uma senhora que tivesse um pouco de instrução (saber ler e escrever) poderia ter acesso a conhecimentos que a auxiliariam educar seus filhos. Estes poderiam aprender regras/costumes do governo representativo e, ainda, disseminar esse conhecimento para gerações futuras. Os costumes do ambiente



doméstico tão “contaminado” pelas crenças das pessoas escravizadas e sua forma de realizar determinados afazeres teriam uma chance de alteração.

Ao longo do jornal *Aurora Fluminense* nos pontos que tratou especificamente das escolas ou dos professores, os alertas se faziam na conduta do professor — esta deveria ser diferente da do padre ou pároco. Precisava começar a se pensar em métodos de encaminhar o ensino, ter compêndios, organizar o tempo do trabalho do professor e, até, produzir uma cartilha para se aprender a votar. São temáticas que demonstram como a educação foi um assunto discutido em meio a tantos outros. Não se tinha a concepção que passou a ser fortalecida, mas de algum modo já se pensavam em condições diferenciadas para as escolas.

O apelo realizado por Evaristo da Veiga na redação era que a instrução ia além das letras, pois supunha aprender pelo exemplo, pela ação do outro; seria uma pedagogia do exemplo. Sua ideia de desenvolvimento via, na iniciativa particular, a possibilidade de mudar modos de se entender o Brasil e acreditar em seu desenvolvimento. Para tocar nessa temática, Veiga apresentou o exemplo do desenvolvimento ocorrido na Inglaterra. Lá — disse —, muitos homens abastados investiram na construção de pontes, em associações benéficas à cidade. Ao comparar o Brasil com a Inglaterra, mostrou que aqui não havia homens tão abastados em dinheiro, mas que estes podiam colaborar para a construção de pontes no interior. Dessa ação colaborativa, com a ajuda da instrução popular, se esperaria que produzisse nos brasileiros o espírito da especulação e do cálculo esperado. Na compreensão do redator, a ação e a vontade de doar recursos particulares a causas benéficas ao comércio, transporte de mercadorias e outros setores e possibilidade. “O reconhecimento Desses senhores pelos Governantes daria garantias de que o exemplo na ação poderia mudar costumes existentes no meio social (AURORA FLUMINENSE, 31 ago. 1835, p. 4.069).

Em edições de 1831, a *Aurora Fluminense* publicou uma carta assinada pelo pseudônimo de O Viajante na Província do Meio Dia. Era uma reclamação contra o abandono que se encontrava a instrução primária, ou seja, o descaso da administração pública. O autor denunciava que na região chamada Paquetá, no Rio de Janeiro, havia uma escola que não merecia essa nomeação, pois mais parecia um ajuntamento de crianças na sacristia da paróquia da ilha de Paquetá. Segundo ele, um vigário recebia 150\$ anuais para dar aulas, mas raramente ia ao local; quando aparecia, era para castigar

os estudantes. Igualmente, a metodologia empregada pelo vigário era inapropriada para ensinar a ler e a escrever. Nesse sentido, era preciso colocar alguém de capacidade; era necessário fazer valer o salário de quem assumia as aulas. Por outro lado, o autor da carta dizia que a região era privilegiada em clima e paisagem, o que possibilitou o aumento de sua população; mas os inconvenientes da escola levavam as famílias do lugar a mandarem seus filhos para outros locais onde pudessem aprender as primeiras letras; mais: muitos ficavam sem as possibilidades de aprender a ler, a escrever e a calcular, mesmo que o local contasse com número de habitantes expressivo e escola em condições favoráveis. Ante tal cenário, o missivista apelava à Sociedade de Instrução Elementar que tomasse providências.

Com efeito, a ideia de sociedades preocupadas com a educação era partilhada por Evaristo da Veiga, pois ele teve participação na Sociedade de Instrução Elementar. Exemplo disso está em uma convocatória de seis sócios para a eleição do conselho da instituição. *A Aurora Fluminense* de 14 de novembro de 1831 (n. 536) trouxe os nomes dos que iriam participar; Veiga estava incluso. No ano seguinte, no dia 2 de março, houve convocação de sócios da Sociedade Philomática para reunião com o objetivo de formar o conselho da associação; igualmente, lá estava Veiga. Seguramente, sua participação em encaminhamentos de tais associações lhe trouxe relatos substanciais com observações sobre a situação da instrução elementar; noutros termos, podemos pensar que Veiga, em suas análises na *Aurora Fluminense*, tinha conhecimentos da realidade educacional, pelo menos na província de Rio de Janeiro e do sul de Minas Gerais. O recorte que fazia de excertos de obras que lhe davam base para a argumentação sobre a instrução tinha esforço de articular as informações do campo prático e do campo teórico.

Ao mesmo tempo em que argumentava em favor da instrução, a *Aurora Fluminense* divulgava constantemente o nome de professores que abriam escolas de primeiras letras. É o caso da edição de 2 de março de 1832, que anunciou a abertura de uma escola de instrução elementar. O professor — certo “Sr. Pestana” — oferecia ensino de leitura, escrita e contas, explicações gerais de gramática e ortografia, aritmética, álgebra e geometria, geografia, história e cronologia. Incentivava os pais a aproveitarem os oferecimentos do professor e dar a oportunidade de seus filhos terem acesso ao conhecimento. Ainda se divulgou um estudo produzido por Antonio Muniz de

Souza sobre os usos e costumes de povos com base em observações, conversas e escutas feitas em viagens dele pelos sertões e pelas províncias. Solicitou ajuda para a divulgação do material e aos interessados o direito de subscrição, lançando uma taxa mínima para o investimento na produção e venda do material. A livraria de Evaristo da Veiga, a de seu irmão João Pedro da Veiga e a de Francisco Crispiniano Valderato foram autorizadas a receberem, de cada subscritor, a quantia estipulada.

Na *Aurora Fluminense* de 4 de maio de 1832 (n. 624), a coluna “Interior” tratou da instrução e de sua importância ao desenvolvimento do Brasil. No texto, Evaristo da Veiga anunciou a aprovação de um projeto no Conselho da Sociedade Defensora da Independência Nacional para criar uma cadeira de Direito Constitucional no Rio de Janeiro; ou seja, anunciava a importância de criar uma forma sólida de formar os moços. O sentido dado ao texto parece aludir a um formato específico de instituição curso, com professores próprios (AURORA FLUMINENSE, 4 maio 1832). O texto contém excertos do jornal *Opinião Campanhense* defendendo o aprender a ler, a escrever e a somar como possibilidade de formar homens para entenderem mais de seu tempo.

Com efeito, na seção de anúncios, a *Aurora Fluminense* publicava resultados de reuniões do conselho da Sociedade da Instrução Elementar para criar bases de um sistema de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita; o ponto de partida era a produção de Alves Serrão. Era aberta a possibilidade de discutir outras formas que se quisessem apresentar. A reunião do conselho exemplifica o interesse que se tinha em buscar modos mais apropriados ao ensino da leitura, da escrita e do cálculo. Matérias e compêndios eram montados a partir do trabalho de mestre-escola que registravam procedimentos por eles adotados nas aulas (AURORA FLUMINENSE, 5 maio 1832). Na edição 648, ainda em 1832, foi comentado um projeto de criação de estatutos para os liceus de instrução literária elementar da província de Minas Gerais. Evaristo da Veiga fez a transcrição do jornal da Sociedade Promotora de Ouro Preto, que divulgou a importância da organização dos estatutos. Ele explicou que em Minas Gerais havia três edifícios escolares espalhados na província: o Seminário Episcopal, em Mariana; o Colégio da Serra do Caraça e o de Congonhas do Campo. Daí ser preciso organizar os estatutos, haja vista serem distintas as matérias ministradas em cada um. O texto menciona artigos do Estatuto que abrangeriam as três instituições (AURORA FLUMINENSE, 6 jul. 1832).

Em 7 de novembro de 1832, a *Aurora Fluminense* tratou da reforma do Seminário de São Joaquim, feita ainda em 1831, sob os auspícios do ministro Lino Coutinho. O texto defendeu benefícios para o caso de a instituição possibilitar formação em artes mecânicas para os moços. Leiamos uma passagem.

O ensino elementar da leitura, escripta, contabilidade, desenho e geometria deve ser acompanhado do exercício de algiuma arte mechanica, em que os meninos se habituem ao trabalho, e ganhem as luzes de um officio lucrativo. Lançados depois disso no meio da sociedade, elles não irão augmentar o número dos vagabundos e ociosos: serão antes cidadãos úteis, e honrados Paes de família [...] He preciso lançar á terra semente productora de bênçãos, e não há melhor meio de se evitarem desordens, do que curar da educação das classes menos bem partilhadas nas vantagens sociaes (AURORA FLUMINENSE, 7 nov. 1832).

Da forma que lemos, o trecho expressa incentivos a oferta de formação em officios mecânicos para os mais pobres. Supostamente, a iniciativa traria desenvolvimento ao país. Aqueles meninos pobres de pouco acesso à cultura e ao saber estariam destinados ao trabalho. Seria uma formação de mão de obra de serviços para suprir demandas da produção econômica. Ao mesmo tempo em que publicizava tais possibilidades, a *Aurora Fluminense* dava destaque a casos que punham em xeque as propostas. Expunha fatos afins a atos de crueldade em função de perturbação da ordem social em um caso denunciado pelo juiz de paz da paróquia de São José. Ele deu informações de que um moço havia sido preso em calabouço privado da rua de São Luzia, vizinha à sociedade amante da instrução. Já estaria com 21 anos de idade, com “longas barbas, rotos vestidos, cercado de imundices e incomunicável”. Foi descoberto que sua madrasta o havia deixado lá; e que, ao longo dos dias de sua vivência, um escravo colocava alimentos por uma fresta na parede. A menção feita foi sobre os costumes estabelecidos no trato com pessoas indesejadas e, de que, deveriam ser alterados. Deu a impressão de estarem tratando de uma pessoa que possuía algum tipo de deficiência.

A *Aurora Fluminense* deu destaque a médicos que procuravam oferecer seu serviço à sociedade e apresentavam os documentos que comprovavam a sua formação. De acordo com o redator, a não apresentação de documentos denunciava os charlatões. Nessa oportunidade, anunciou-se Francisco de Paula Cândido, médico formado que incentivou a confiança na ciência médica e que pagar por seus préstimos valorizaria o

profissional, que havia se mudado para a Corte (AURORA FLUMINENSE, 23 jan. 1833).

Evaristo da Veiga enalteceu que a educação moral e a instrução salvariam os moços, não deixando que cometessem delitos e chegassem à Casa de Correção. Destacou que a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional promovia possibilidades de mudança em muitos costumes, por meio de suas iniciativas, como a criação de um curso gratuito de Direito Constitucional. As aulas seriam ministradas pelo redator do jornal *Independente*. Também enfatizou que a punição era um caminho necessário muitas vezes. Disse: “Castigar os infratores da lei, corrigi-los, castigando-os, é coisa excelente”. Demonstrou descontentamento com a pouca procura que houve pelos moços e suas famílias pelo curso. Explicou que o professor, apesar de jovem, tinha erudição e muito contribuía para desenvolvimento de conhecimentos. Acusava as características hereditárias desses jovens, como a falta de vontade para estudar. Fazia uma reivindicação para os jovens que buscassem a ciência, pois esta era a força dos conhecimentos que iriam regenerar a pátria. Para ele: “Vossos Paes (salvas poucas exceções) nada pode ensinar-vos. Honrai mas não sigais os seus erros: elles pertencem á época da decadência e de incapacidade de Thomaz Antônio” (AURORA FLUMINENSE, 4 mar. 1833, p. 3.158).

A demonstração mais uma vez de que os conhecimentos do Brasil do período colonial em muito necessitavam ser superados. Nesse ponto estava a força que dava à palavra regeneração: possibilidade de passar a limpo a cultura presente na sociedade. Defendia-se que os ensinamentos de outrora não iriam contribuir para as mudanças no sistema organizacional que incluía as questões de ordem econômica, cultural, educacional e outras. Na coluna “Variedades” da *Aurora Fluminense* de 6 de março de 1833 (n. 742) havia uma análise sobre a importância da submissão dos filhos aos pais. Nesse texto — assinado por Moral Universal — se destacou a importância dos pais desenvolverem a moralidade de seus filhos pela ternura e obediência, pois seriam a forma mais segura de não dar oportunidade de se fortalecer interesses sórdidos de anarquia passíveis de abalar a estrutura social (AURORA FLUMINENSE, 6 mar. 1833, p. 3.164). Sobre a formação moral conquistada no país, comparou-se o homem incivilizado com uma semente plantada pelo agricultor, que não vinga. Essa semente, se deixada em contato com as sementes boas, seria potência para que ervas indesejáveis

nascessem e contaminasse as demais (AURORA FLUMINENSE, 20 mar. 1833). Há um paralelo com os problemas enfrentados pelo governo central com as revoltas características do período: os revoltosos não teriam sido boas sementes da civilização, por isso deveriam sair de circulação, de modo a se eliminarem possibilidades de germinar suas ideias entre os demais.

Houve iniciativas de se criarem lugares para promoverem a leitura; vinham, em particular, de instituições como a Sociedade Patriótica da Cidade do Desterro, que estabeleceu um gabinete de leitura público, embora dependesse de contribuições para compor o acervo. Provam isso os pedidos de donativos de livros, manuscritos e mapas publicados na *Aurora Fluminense* (6 maio 1833, n. 766). Também havia anúncios de professores sobre aulas preparatórias para o ingresso nos cursos de Medicina ou Direito; exemplo eram as de Francisco Carvalho Freire. No anúncio desse professor, foi destacada a qualidade de seu trabalho e, que se a turma ultrapassasse vinte e cinco alunos, seriam menores os preços cobrados de cada estudante.

Os anúncios na *Aurora Fluminense* sugeriam que os cursos preparatórios necessitavam de organização — que viria com a criação do Colégio Pedro II, via decreto de 1837 (AURORA FLUMINENSE, 1833, n. 800). Além disso, informavam mudanças de endereço de professores, como o docente régio da Universidade Real da França, Academia de Paris dirigido por J. B. Clement, que mudou sua localidade de atendimento. Ele oferecia curso formado de noções de doutrina cristã, primeiras letras, gramática nacional e aritmética mercantil; também estudos científicos de educação moral e civil, línguas latina, francesa, inglesa, geografia, cronologia, mitologia, história universal e matemáticas elementares aos câmbios estrangeiros, escrituração de partituras dobradas, segundo e novo método simplificado, desenho, música e dança, o pagamento e a organização dos estudos por idade e a complexidade dos estudos.

Para pensionistas, o ensino de primeiras letras, línguas nacional, latina, francesa, geografia, cronologia, história e mitologia. O pagamento para alunos na faixa etária 5–8 anos era de 16\$000 réis mensais; 9–12, de 20\$000. Alunos maiores que 13 anos seriam avaliados caso a caso, pois isso seria determinado segundo o que os pais solicitassem; tais alunos maiores só jantavam no estabelecimento e eram instruídos apenas nos ramos de ciências e artes. Pagariam metade do preço da pensão. Alunos externos teriam o preço de 4\$000 a 6\$000 réis. Seriam cobrados à parte conhecimentos oferecidos em

ciências e artes que não fizessem parte do pacote da pensão ou da parte de instrução primária. Além disso, o alunado devia levar seu enxoval (uniforme), seus livros e papéis necessários aos estudos.

Tais anúncios na *Aurora Fluminense* procuravam destacar uma instrução gradual, ou seja, na medida da complexidade, das potencialidades intelectuais e das forças físicas do alunado. Dependia do quanto se sentisse atraído pela aprendizagem de ciências e artes (AURORA FLUMINENSE, 31 jan. 1834). Em certo sentido, essa ideia de uma instrução estratificada e “personalizada” se alinhava em reflexão sobre a educação que a *Aurora Fluminense* publicava. Consideremos o trecho seguinte de texto assinado por certo Mr Achile.

Quando eu fallo em sistema de educação pública (gratuita) não pareça que aludo aos ramos mais elevados da educação: estes devem ser deixados aos juízos dos mestres e corporações de ensino. Nem quero fallar também de um sistema de educação gratuita para pobre, a fim de ser tão bem educado, como o rico; porque além que este acréscimo de educação lhe seria damnozo, em vez de ser-lhe útil, fora isto despojar a riqueza de uma de suas maiores vantagens. Mas há huma espécie de instrucção que todo mundo tem igual direito; a instrucção primária. Em si mesma Ella não é de grande utilidade, mas é a chave de todo o saber, e para qualquer cidadão possa entrar na carreira com iguais probabilidades de adiantamento, he mister que possua esta chave: torna-se necessário para estabelecer sobre extensa base da concorrência (AURORA FLUMINENSE, 3 jan. 1834, p. 3.678).

Diferenciavam-se moços e moças na instrução a ser recebida: um tipo para pessoas sem recursos, outro tipo ao inverso delas. Entendemos, então, que Evaristo da Veiga se coadunava com uma ideia de educação para os mais pobres como formação para o trabalho. A educação era cara e pouco acessível à maioria, cabe lembrar. Um peso era o preço de livros como a *Corographia Brazilica*, anunciada a 4\$000 réis sem os mapas e a 8\$000 réis pela obra inteira. Com o preço dos livros contrastava o preço das aulas, como nas ofertas de empregos para professores de primeiras letras, gramática brasileira, francesa e música dispostos a viverem em uma fazenda de Maricá. Um caso era do padre Marcelino Ribeiro Pinto Duarte, que anunciava cursos de preparação de estudantes para entrarem nas academias. Os valores a serem pagos eram de: 4\$ mensais, pagos no fim do mês vencido, e 24\$ para pensionistas, pagos a trimestre adiantado (AURORA FLUMINENSE, 23 jan. 1833, p. 3102).

A *Aurora Fluminense* orientou o jornal *Mentor das Brasileiras*<sup>174</sup> a se empenhar em desenvolver assuntos de reflexão sobre o amor à pátria e ao trabalho em suas edições. Via-se a educação da mulher como condição alinhada na formação e preparação da prole para novos costumes. Seria a sua virtude social dela.

Em 19 de fevereiro de 1834, a *Aurora Fluminense* trouxe na coluna “Interior” o texto “Artigo comunicado”, que comenta o novo regulamento da Academia Militar, criado via decreto de 22 de outubro de 1833. Argumentou-se sobre as escolas Militar e da Marinha e da pouca utilidade que traria o novo regulamento aos extratos diversos da sociedade. Na realidade, explicava-se que os estatutos não davam oportunidades aos não interessados em formação para o manejo de armas. Leiamos a seguir parte do entendimento exposto no texto.

Os artigos estatutos estabelecem trez cursos (mathemático, militar, e o de pontes e calçadas) cuja divisão oferecia ao alunmo a facilidade de escolher o estudo para o qual o chamava a sua vocação. Os novos os substituirão por outros dous, que complicando as matérias de cada anno, e augmentando os dos cursos de todas as classes do Exercito, não offerecem vantagem alguma ao numerozo concurso de paiuzanos, que se matriculavão para adquirir o conhecimento das sciencias naturaes e mathemáticas, tão necessárias ao Brazil (AURORA FLUMINENSE, 19 fev. 1834, p. 3.748).

O redator analisou um antigo estatuto da Academia Militar que teve organização realizada por lentes. Em sua a opinião, eles sabiam dispor as matérias, fazer os encaminhamentos que davam possibilidades ao estudante de seguir caminhos diferentes para sua formação. Explicou ele que, no antigo curso matemático — de quatro anos —, o aluno podia optar por adquirir o grau de bacharel tal qual nos cursos jurídicos. Mas ponderava que os estudantes não viam outras possibilidades que não a de procurarem universidades da Europa; o que diminuía as chances de muitos outros. O redator enumerou dez pontos com que não concordava nos novos estatutos e reclamou da retirada do estudo da língua francesa; pedia atenção a essa mudança — que parece ter sido influenciada pelo ministro da Guerra. Igualmente, reclamou dos uniformes

---

<sup>174</sup> O *Mentor das Brasileiras* era um jornal de tendência liberal. Foi publicado semanalmente, de 1829 a 1832, atingindo quase 130 números. Seu objetivo era ser lido pelas mulheres (MENTOR DAS BRASILEIRAS, 30 ago. 1829).



exigidos — do preço; do regime disciplinar — muito severo no estudo; e dos exercícios — os acampamentos eram obstáculos que dificultavam o progresso das luzes.

Com o intuito de debater a moral social, a coluna “Interior” teve o título “Instruir os homens, deffundir as luzes”, na edição de 28 de maio de 1834 da *Aurora Fluminense*. (n. 915). O texto, assinado por Do Propagador, reenfatizava a instrução popular como caminho para desenvolver a moralidade e alcançar a civilidade. O autor recorre cita filósofos e a deturpação de práticas arraigadas em condutas despóticas. Nesse ponto, o redator vislumbrava na instrução um meio de levar aos homens a doutrina dos deveres de modo simultâneo à dos deveres. Leiamos a seguir o que eram esses dois pontos.

[...] [Eram] essenciais para a felicidade geral: alcançando também esta massa de conhecimentos uteis, que *ensinão ao homem a multiplicar a ação e os productos de suas faculdades*, segundo a sua posição social e a tirar da natureza por auxilio da arte, toda a utilidade e vantagens, que lhe offerece. E na verdade se a theoria dos deveres he necessária ao cidadão como membro da associação civil, para saber respeitar as convenções sociaes, e os direitos dos outros associados, esta theoria suppõe necessariamente o conhecimento dessas convenções e desses direitos para não os violar.

Com efeito, a ideia de ensinar o homem a multiplicar suas capacidades se projeta na discussão sobre a formação de profissionais para possibilitarem a instrução pública. O debate era frequente nas páginas da *Aurora Fluminense* de 1834–5. Por exemplo, foi comentado um relatório sobre a situação deplorável da instrução primária do Rio de Janeiro e a aprovação de um projeto de lei para tratar da questão. Deploráveis eram o ordenado dos professores e a falta de pessoas com as qualificações necessárias. Nesse sentido, se organizou uma comissão de instrução pública para produzir uma proposta de escola Normal para formar os mestres necessários — e aptos a multiplicarem suas “faculdades”. O salário do diretor seria de 21:600\$ réis, com gratificação de 400\$ — se o presidente da província entendesse que fosse merecedor. Moços de 18 anos de idade poderiam se habilitar para serem mestres e, à medida que fossem recebendo qualificação, ocupariam as cadeiras existentes (AURORA FLUMINENSE, 27 fev. 1835, p. 3.779).

Enquanto a comissão trabalhava para elaborar um projeto de ensino Normal, Bernardo Pereira de Vasconcelos apresentava seu projeto de instrução pública na

província de Minas Gerais, como exposto pela *Aurora Fluminense*. Uma cláusula tinha proposta de taxar pais que não matriculassem os filhos em escolas públicas, particulares ou os que ensinavam em casa a instrução primária. Pelo que indicou o redator, tal projeto já havia sido debatido em outras sessões, passou por revisão e teve modificações.

Com efeito, no projeto de Vasconcelos, a instrução era dividida em: *1º grau* — ler, escrever e calcular nas quatro operações; *2º grau* — conteúdos do 1º grau, mais gramática da língua nacional, aritmética até as proporções, noções gerais de deveres morais e religiosos; e *3º grau* — aplicações da aritmética ao comércio, a geometria plana e as suas aplicações ao desenho linear e agrimensura. As escolas primárias deveriam comportar até 24 alunos frequentes; as de 2º grau seriam criadas em cidades e vilas *convenientes ao governo*; as de 3º grau, em quatro lugares da província, para serem frequentadas por alunos de comarcas diferentes. O ordenado dos professores seria assim: 150\$–300\$ réis no primeiro grau; 250\$–500\$ no segundo; 400\$–800\$ no terceiro. Os professores poderiam ser nacionais ou estrangeiros e usarem o caráter da competência para se manterem no cargo; mas o governo os demitiria caso não conseguissem ensinar (AURORA FLUMINENSE, 16 mar. 1835, p. 3.796).

O ordenado de professores tocava numa questão sine qua non: o financiamento da instrução. Não por acaso, associações como Sociedade da Instrução Elementar tinham dificuldades para angariar recursos e aplicá-los em seus propósitos. Evaristo da Veiga se sensibilizou com a situação na *Aurora Fluminense* de 7 de outubro de 1835 (n. 1.103). Disse que a sociedade já existia havia quatro anos, a fim de promover o ensino de meninos pobres e que, muitas vezes, não conseguia abarcar os custos que acumulava. Era preciso entrar em contato com a Administração de outras instituições que pudessem auxiliá-la. Assim, dirigiram um pedido à administração do Teatro da Praia de D. Manuel; solicitavam cessão da soma referente à entrada no espetáculo apresentado. Também foi encaminhado a dom Pedro II um pedido — uma deputação — de comparecesse ao espetáculo, pois isso o valorizaria. De acordo com Veiga, o monarca assim o fez: deu ao espetáculo o lustre da sua presença.

Com efeito, assim eram realizadas as homenagens às instituições de auxílio às sociedades pró-instrução. É o caso de ofício da Sociedade Amante da Instrução dirigido à Sociedade Diretora do Teatro da Praia de D. Manoel. Evaristo da Veiga insistia na

recomendação de que fosse seguido o hábito de homenagear em agradecimento à ajuda. Leiamos a seguir palavras.

Os cultores das bellas Artes, e cujas fadigas deve tanto o espírito de sociabilidade, não podem deixar de mostrar-se interessados nos progressos da ilustração; e as Aulas do primeiro ensino que esta sociedade sustenta, devia encontrar alento e proteção natural nos que por sua profissão forão encarregados de ter sempre aberta huma escola de civilização e costumes (AURORA FLUMINENSE, 2 nov. 1835, p. 4.180).

A preocupação com a instrução primária se fazia presente nos discursos da *Aurora Fluminense* como tábua de salvação, a que se poderia agarrar a *regeneração* de costumes. Nas notícias das províncias, havia destaque às associações criadas para atenderem a alguma emergência da sociedade. Foi assim na Bahia, onde surgiu uma sociedade de beneficência para promover o ensino da educação moral a meninos considerados indigentes.

A sociedade foi instalada no Colégio de São Joaquim, com espaço para cinquenta órfãos. A sociedade baiana ficaria sob proteção do presidente da província e teria um conselho de seis membros, eleitos pela instituição. A base financeira seria um fundo de quatro mil ações de 10\$ réis cada, em que os sócios pagariam na entrada, além de 4\$ por ano. Os fundos acumulados se destinariam a ações na Caixa Econômica, em apólices da dívida pública e prédios urbanos. Para admissão, os meninos deveriam estar na faixa etária 7–9 anos, serem pobres e órfãos de pai ou de pais que tão pobres não conseguissem cuidar da educação da prole. À admissão de novos meninos não era necessário que todas as ações do fundo fossem emitidas; o que se precisava é que as somas dessem para 1\$ por aluno.

O ensino seria direcionado aos ofícios e artes mecânicas em estações públicas, oficinas ou fabricas particulares. Se algum estudante se desenvolvesse nos estudos, poderia ser premiado com a possibilidade de estudar na Europa. A instrução dada pela instituição acompanharia o mapa dos Estatutos do Colégio São Joaquim do Rio de Janeiro. Assim, no 1º, 2º e 3º anos, Doutrina Cristã, Urbanidade, Leitura, Escrita Portuguesa, operações fundamentais da aritmética; no 4º ano, Gramática, Língua Portuguesa; no 5º, Língua Inglesa, Gramática, Língua Portuguesa, Língua Francesa; no 6º, Geometria Prática, História e Geografia; no 7º, Desenho de Figura, Arquitetura.

Evaristo da Veiga analisou que, mesmo não entendendo a relação entre as disciplinas ofertadas, era louvável a iniciativa da Bahia. Mas comentou com pesar o que ocorria no Colégio de São Joaquim, Rio de Janeiro; a instituição estava em ruínas, e o ministro do Império não deu continuidade às obras necessárias ao funcionamento (AURORA FLUMINENSE, 16 out. 1835, p. 4.147). O seminário havia passado, em 1831, por uma reforma direcionada pelo ministro, José Lino Coutinho (1786–1836). A criação dessa instituição visou assistir meninos órfãos no fim do século XVIII. Com a reforma, passou a fornecer uma formação em ofícios mecânicos e ensino no manejo de armas para quem, depois, iria servir à defesa nacional. Como os estatutos originários prescreviam a formação eclesiástica, podemos dizer que a mudança foi drástica.

Embora fosse entusiasta do poder da instrução e promotor de iniciativas educacionais como a da Bahia, em 1835 Evaristo da Veiga deu sinais que se exauriam suas forças para sustentar não só o entusiasmo, mas ainda a *Aurora Fluminense*. Ele avisou aos leitores que tinha estado doente, por isso apresentaria os projetos aprovados nas sessões de 1835. Disse que não acompanhava as sessões da Câmara, mas que estava atento aos acontecimentos. À saúde fragilizada e ao acúmulo de quefazeres, haviam se juntado enfrentamentos políticos em meio a grupos de oposição ao governo de Diogo Antonio Feijó. Críticas feitas a ele em jornais do Rio de Janeiro foram causa de desgaste e dissabores. Uma consequência desse processo — vale lembrar — foi que decidiu cessar suas atividades no jornal.

Na edição de 11 de dezembro de 1835, a coluna “Interior” trouxe uma exposição sobre presídios dos Estados Unidos e elogiou procedimentos adotados. Segundo ele, para recuperar a moral dos presos e impregnação de novos hábitos, a religião era muito importante; mas antes precisavam ser alfabetizados para acessarem as escrituras bíblicas. Foi citado o exemplo da Filadélfia. Lá, os presos eram alfabetizados e recebiam bíblias para ler nos momentos de descanso. Assim, ele apresentou tal iniciativa como um modelo de regeneração via instrução moral e religiosa. O Brasil precisava achar meios de incrementar a Casa de Detenção com essas ideias.

Todas as observações realizadas ao longo de sua produção jornalística levam a compreender que Evaristo da Veiga entendeu os ensinamentos de seu pai, seu primeiro mestre-escola: a educação moral e a instrução primária fariam diferença enorme na vida daqueles homens. Na condição de homem de seu tempo, também entendeu que as

formações eram diferenciadas; não era para todos. Problemáticas como a criação de leis para organizar instituições foram parte dos projetos idealizados; e a instrução estava presente nas pautas. Leis foram criadas e decretadas. Desenvolveram-se iniciativas nem sempre coerentes com a necessidade. Dada a lei de 15 de outubro de 1827, a proposta de abrir escolas de fato não se efetivava não só pela falta de vontade política, mas também pelas condições postas nas províncias, que nem sempre atendiam às exigências.

Com efeito, a leitura da história da educação brasileira aponta que a lei de 1827 foi uma iniciativa, uma demonstração de que essa pauta da instrução passou a fazer parte da necessidade cotidiana. Rupturas ocorreram em padrões estabelecidos na organização política e produtiva do país. Adaptações em estatutos dos seminários, colégios, cursos de formação para as armas, formação para a medicina, formação para as ciências jurídicas, ofícios mecânicos... tudo foi debatido. Observou-se uma estrutura organizacional por se construir, para que se pudesse conhecer realidades e necessidades educacionais, a exemplo da escravidão entendida conforme instituição prejudicial ao desenvolvimento do Brasil; o que aparece nas análises do redator da *Aurora Fluminense*. Esse assunto permeia poucas passagens<sup>175</sup> com análise efetiva sobre a situação de pessoas escravizadas. Era a questão da propriedade se fazia mais latente, o que não podia ser posto em situação de choque. Combatia-se a alegada influência do africano escravo na cultura dos homens de bem, pois era quase onipresente: na criação da prole — as mulheres escravizadas cuidavam; no desinteresse das senhoras pelas questões da casa — as mulheres escravizadas cuidavam; na forma de trabalho — mulheres e homens escravizados cuidavam; na pouca iniciativa para buscar modos diferentes de se resolver questões ligadas diretamente com o trabalho — não havia por que, pois trabalho de gente escravizada; nos costumes — mulheres escravizadas entravam na conduta sexual dos senhores; e outros.

Com efeito, havia mesmo a crença que impedimentos ao desenvolvimento do Brasil eram derivados da instituição *escravidão* e do tráfico de gente do continente africano. Mas a Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional discutia que a disseminação de africanos “sem uma cultura” trazia formas de degenerar a formação das pessoas. Essa degeneração — apontou Evaristo da Veiga — atingia

---

<sup>175</sup> A ideia da escravidão como prejudicial ao desenvolvimento do Brasil foi desenvolvida com propriedade por Basile em *O Império em Construção* (2004) — e por Andrade — em *Imprensa moderada e escravidão: o debate sobre o fim do tráfico e temor do haitinismo no Brasil Regencial* (1831–1835).

crianças em especial, passíveis de se adaptarem aos costumes; atingia o trabalho também, pois era fácil se acostumar à ação de faz-tudo incumbida ao escravizado, que se preocupava em executar, e não com desenvolvimento de técnicas para aumentarem a produção. Tais quais outros homens de seu tempo, Veiga vislumbravam resultados diferentes para o desenvolvimento técnico do Brasil caso se investisse na imigração de europeus.

A edição da *Aurora Fluminense* de 14 de maio de 1834 trouxe um comentário sobre requerimento estudado nas duas últimas sessões da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional no Rio de Janeiro. Versava sobre o tráfico de africanos. O autor do requerimento solicitava que fosse dirigida uma circular instando sociedades patrióticas e câmaras municipais a empregarem esforços e influências para abolir “tão vergonhoso tráfico”. Leiamos um trecho do texto.

Posto que a ideia do requerimento não fosse ainda combatida, e que todos os membros do Conselho que até agora tem fallado, mostrassem verdadeiro horror por hum acto que importa a violação de leis naturaes e positivas, e que em seus effeitos contribue poderosamente para o atrazo de nossa civilização, e progressos Moraes (AURORA FLUMINENSE, 14 maio 1834, p.3.897-3.898).

Muitos acreditavam que era preciso aumentar o rigor das leis proibitivas do comércio — aumentar a punição; porém, a rentabilidade do comércio levava aqueles que o praticavam a assumirem os riscos variados. Merece leitura a passagem seguinte.

[...] os propugnadores do requerimento, tal qual está, hão demonstrado que inúteis são as leis, quando a ellas de qualquer maneira vai de encontro o prejuízo público; que He portanto a esse que se deve fazer a maior guerra, procurando ilustrar a massa dos cidadãos e fazer-lhes conhecer que he não só offensivo dos foros da humanidade semelhante commercio, como ainda ruinozo, quer ao paiz, quer a cada hum dos individuos que compõe a nossa população industrial (AURORA FLUMINENSE, 14 maio 1834, p. 3.897– 3.898).

Supostamente, os estrangeiros trariam conhecimentos diferentes ao Brasil passíveis de levarem a um desenvolvimento industrial, à possibilidade de emprego mais extensivo de máquinas na produção de bens — em especial na agricultura. Não por acaso, a nação vista como exemplo a ser considerado contra a escravidão era a Inglaterra, como podemos ler no trecho a seguir.

[...] a importação de bárbaros Africanos influe no atrasamento de nossa industria e, na depravação de nossa moralidade. Machinas caducas, sujeitas a mil enfermidades, ceifadas a cada passo pela foice da morte, os escravos embrutecidos por seu mesmo estado, não podem ser senão hum imperfeitissimo instrumento para o adiantamento de nossa lavoira, e são de todos inúteis para as artes e para o custeio de qualquer manufatura (AURORA FLUMINENSE, 14 maio 1834, 3.898).

A reclamação se estendeu aos meios para controlar o que as leis diziam de contrário ao tráfico. Existiam agravantes, como sugere a citação a seguinte.

[...] longa costa do Brazil, muitas authorities locais, Juizes de Paz, Fiscaes e até Promotores públicos, [todos] favorecem o tráfico, ou fechão os olhos a esse respeito, alliciados uns pelo lucro, aterrados outros pelos perigos que vão correr se pertenderem arrostar a torrente do prejuízo, e a sanha do interesse individual: daqui os defensores dos meios de convicção deduzirão ainda forte argumento, provando que inúteis e frustradas serão todas as leis, enquanto os executores dellas não tem força bastante para as fazerem cumprir, e que esta força não pode dar-se hoje, logo que ideias erradas fazem crer a população que he no Brazil huma necessidade indeclinável a continuação do commercio de escravos Africanos (AURORA FLUMINENSE, 14 maio 1834, 3.898).

Na sequência do texto, há uma defesa da ideia de que os escravos levavam a corrupção e o vício ao seio das famílias em atitudes cotidianas; de que, entre suas atividades, satisfaziam aos desejos libidinosos de seus donos; que, por meio de escravos, infiltravam a depravação nos costumes de crianças, de meninas que seguiam escravas da casa — escrava que servia, também, para relatar toda espécie de notícia. O texto informa que, na maioria das fazendas, havia uma lógica de comunicação entre “opressor injusto e o oprimido que o detesta”. Além disso, se dizia que eram os traficantes os maiores inimigos das famílias, pois comerciavam *carne humana*; ou seja, se não houvesse tráfico, os senhores não levaria para suas casas a “bomba de degeneração” ao comprar um africano tornado escravo. Ainda assim se imputava às pessoas escravizadas a responsabilidade (culpa) pelo desenvolvimento do hábito da inércia em certos homens: os que desde a primeira infância tinha quem os servisse em todos os sentidos. Outra consequência era o desdém do trabalho manual, visto como traço de inferioridade.

Nessa lógica, o africano escravizado era uma potência degenerativa aos costumes tão forte, que supostamente incutia “defeitos” nos homens para o resto da vida. Logo, era preciso mudar as coisas. Convém ler a passagem a seguir.

O escravo não tem interesse algum no aperfeiçoamento: o mesmo estímulo do lucro não o punge para melhorar o methodo, por que desempenha a sua aborrecida tarefa [...] cujas faculdades mentais foram abotoadas pela vida selvatica que passou na terra natal e cujas disposições resistem a todos os esforços de civilização. A mescla dos Africanos com os pretos creoulos, embrutece os últimos, sem tornar mais cultos os primeiros.

Na Sociedade Defensora da Independência Nacional, em sessão de 12 de janeiro de 1832, Evaristo da Veiga havia proposto uma comissão<sup>176</sup> que pudesse reunir informações sobre a não obediência à lei de novembro de 1831. Comporem a comissão Saturnino de Souza e Oliveira, José Ribeiro da Silva, José Rodrigues Monteiro e Leopoldo Augusto da Camara Lima. Reiteramos Basile (2004, p. 104): os resultados dos trabalhos da comissão não foram encontrados nem menções nas edições do jornal *O homem e a América*<sup>177</sup> e na *Aurora Fluminense*.

José da Roza Salgado apresentou um requerimento na sessão de 17 de novembro de 1833, delineando as razões para o cumprimento das leis proibitivas do tráfico. Solicitou que o conselho do governo nomeasse uma comissão que acompanhasse a situação no Brasil. Nessa sessão foram apresentadas três emendas substitutivas do requerimento, das quais uma de Evaristo da Veiga. Ele propôs que a instituição (a sociedade defensora) entrasse com a oferta de um prêmio “literário” cujo objeto a ser premiado era uma memória dos males causados pelo tráfico. Uma segunda emenda, apresentada por Câmara Lima, pedia rigor maior na aplicação da lei sobre navios traficantes; outra — de Januario Cunha Barbosa — propunha a escrita de uma representação ao governo que encaminhasse protesto desfavorável à entrada ilegal de

<sup>176</sup> Sobre a proposição da comissão, cf. Basile (2004) e Andrade (2009). Ao investigar como foi tratada a situação da escravidão na imprensa moderada, Andrade observou que as análises realizadas sobre a situação do tráfico percorreu textos da *Aurora Fluminense* até quase 1833.

<sup>177</sup> *O Homem e a América* foi um jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro com edições de 1831 a 1833. Sua impressão era realizada pela Tipografia de Thomas de Hunt & Cia. Trazia logo abaixo do título informações de que: “Subscreve-se para esta folha na casa do Snr Felisarlo José Tavares. Rua de trás do Hopício, nº 58 — Vende-se Nos (endereços) Avulsos na do Snr Evaristo, rua dos Pescadores, — do Snr João Pedro. Rua da Quitanda e Praça da Constituição, loja do Snr Silvino” (O HOMEM E AMÉRICA, 1831, p. 1). Consta na hemeroteca da Biblioteca Nacional edições de 5 a 10 de 1831, de 11 a 46 de 1832 e de 47 a 51 de 1833.



escravos. Foi apresentado um requerimento sobre o assunto, em 16 de fevereiro de 1834 (BASILE, 2004). A *Aurora Fluminense* de 28 de fevereiro de 1834 (p. 2) se referiu a tais eventos com estes os termos a seguir.

[...] oferece o premio d 400&ooo RS. A pessoa que apresentar a melhor Memória analítica acerca do tráfico de escravos Africanos, sobre as seguintes bases: 1º Mostrar a odiosidade toda de semelhante comércio, refutando os sophismas com que uzão defendel-o os seus apologistas. 2º Expende meios por os quaes a introdução de escravos Africanos póde ser suprida, quer mandando vir colonos por conta dos particulares, quer admittindo machinas que simplifiquem e facilitem os progressos da agricultura e da mineração, quer melhorando a condição dos escravos existentes, e procurando indirectamente removê-los das cidades para os campos. 3º Notar detalhadamente as vantagens que tem o serviço de homens livres sobre o que podem prestar braços cativos, forçados ao trabalho. 4º Finalmente, fazer ver a nociva influencia que a introdução de escravos Africanos exerce em nossos costumes, civilização e Liberdade. Sala das Sessões do Conselho em 16 de fevereiro de 1834. O 1º Secretario E. F. da Veiga.

A preocupação levantada com o tráfico e os malefícios da entrada dos traficados suscitaram uma questão legal no cumprimento das leis proibitivas. Para Basile (2004), as solicitações realizadas na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro incluíam pedidos de favores afins à alforria negados. O que tinha maior peso nas medidas adotadas era o direito de propriedade dos senhores. Na Constituição de 1824, o art. 179 trouxe a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos, tinha por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade como garantidas.

Evaristo da Veiga expôs exemplos que, em muitos casos, estavam distantes da efetivação pelas seguranças dadas nos artigos e incisos da Constituição. Em textos da *Aurora Fluminense*, ele pediu atenção e rigor na destruição de quilombos no Pernambuco. Na edição de 23 de janeiro de 1833, estratégias para esse fim foram elencadas: emprego de corpos de guardas nacionais e de pedestres, queima de choupanas onde moravam fugitivos, ataque por terra e água para findar suas residências “miseráveis”.

### 6.3 Educação moral e instrução no jornal *Aurora Fluminense*

Na *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga deu espaço à discussão de assuntos afins à educação, mas pelo situada no debate sobre sociedade e política. O assunto foi analisado em função de discursos da Câmara, projetos elencados, temas gerais atrelados à educação moral, à instrução de primeiras letras, a aulas menores e a cursos superiores. A educação acabou sendo vista de forma sintetizada e subordinada a temas como o desenvolvimento de um homem diferente do homem colonial: um homem *regenerado*, um homem brasileiro enfim; ele deveria desenvolver uma nova conduta de ação e pensamento. Mas alcançar tais características de homem supunha abdicar dos subsídios ligados a uma estrutura social e econômica que vinha de longo tempo, antiga, colonial. Almejava-se construir uma tessitura social e política que passava pela moralização de costumes e formas de agir. Evidentemente, houve disputas para se entender o que seria *o homem brasileiro*.

Com efeito, a Constituição definiu, em seu artigo 6º, quem seria o cidadão brasileiro, ou seja, impingiu-lhe um marco legal. Nessa lógica, conquistar direitos civis e políticos presumia que o cidadão devesse ter garantidas a liberdade e a propriedade. A questão é que a sociedade havia sido demarcada pela contradição liberdade–escravidão, monopólio da terra e posse dos escravos; era inegável a conotação de hierarquia aristocrático-monárquica (MATTOS, 2004). No desenrolar desse processo, particularmente a partir do fim da década de 1820 até o fim do decênio seguinte, foram criadas instituições para formar as elites atreladas ao processo civilizatório em curso. Foi se constituindo uma hierarquia, e o exercício da cidadania seguiu padrões censitários e de restrição desses direitos aos livres.

Nesse processo, conforme Mattos (2004), a instrução primária foi colocada como estratégia primordial. Oferecida por escolas públicas de primeiras letras, ajudaria a desenvolver a identidade dos aqui residentes durante a instituição do governo brasileiro. Mais: instruir seria ação de superar as “trevas” do tempo colonial; seria oferecer aos homens razão para superar conflitos no interior do país e revoltas urbanas; seria desenvolver o espírito de associação para superar decisões locais da casa e romper com concepções mágicas de mundo e natureza.

Se as publicações em periódicos apontavam preocupações com a formação de professores, seus salários e a fiscalização da docência prestada, então interessava

separar conhecimentos das chamadas ciências e saberes afins à religião. Essa compreensão deriva de relatos observados na *Aurora Fluminense*. Além disso, havia interesse em apontar que o ensino das letras se diferenciava da catequese. Despontou a preocupação e se observou o exemplo de um pároco que ensinava um grupo de meninos em uma sacristia de capela; foi demandado a realizar abordagens específicas no processo de ensinar as primeiras letras. Quem ensinava em sacristia recebia recurso do governo, muitas vezes criticado pela pouca atenção dada ao local, à distribuição de material, ao acompanhamento dos estudantes que estavam sob sua responsabilidade, à forma como disciplinavam os estudantes. Muitas vezes, a violência aparecia no modo de castigar o aluno pelo não aprendizado; no modo de disciplinar ou tratar futuros soldados; na forma de educar os filhos; sobretudo, no modo castigar pessoas escravizadas.

De fato, o castigo nos leva à Casa de Correção da Corte, objeto de uma tentativa de mudar o modo de organizar o ambiente e as normas no século XIX. Em publicações da *Aurora Fluminense*, textos sobre presos amotinados, presos políticos, formas de pena a ser cumprida mostram que tudo levou à organização de leis, a exemplo do Código Criminal de 1830. Em particular após dom Pedro II abdicar do trono, as revoltas provinciais levaram à procura de soluções e mudanças na educação moral em nome da civilidade. O trabalho e a possibilidade de ler a Bíblia foram pensados por homens iguais a Evaristo da Veiga e a outros na condição de auxílio ao processo de regenerar costumes. Não por acaso, foram citados exemplos tais quais fatos ocorridos na Filadélfia, Estados Unidos. Igualmente, a Inglaterra era comentada como exemplo do que era caminhar para a *modernidade*. Modernidade seria superar costumes atrelados à organização do comércio, dos transportes e dos sistemas econômico e produtivo com base na organização colonial; superar o que se entendia de viável à sociedade.

No entendimento de Veiga, seria não correr riscos de fortalecer revoltas passíveis de desestruturarem o sistema de trabalho e o sistema político pós-independência. O sistema político precisava de raízes mais seguras, as quais passavam pela oferta de instrução aos que a ela pudessem ter acesso. Nesse sentido, vide o exemplo da Casa de Correção. Ali, preso alfabetizado podia ter acesso a ensinamentos cristãos; quer dizer, podia ler as escrituras sagradas e o fazê-lo em voz alta, de modo que também os analfabetos participassem do ato de leitura e compreensão do lido.

Assim, teria um alcance maior a intenção de desenvolver um senso moral religioso pela palavra no convívio social, em que se presumia aceitar o lugar de subalternidade determinado por detentores do poder — econômico e/ou político.

Já em 1828 a Câmara Municipal do Rio de Janeiro nomeou uma comissão para visitar os lugares onde havia prisioneiros. A descrição dos problemas encontrados foi brutal. Com isso, atrelada à educação moral, a instrução passou a ser fonte relevante para um arranjo social e político. O exemplo da Filadélfia, nos Estados Unidos, apontava a crença de que ensinamentos religiosos seriam o elo a ser emanado do aprender a ler; se não isso, ao menos uma racionalidade potencial para estabelecer ordem no convívio social.

Com efeito, na década de 1820, a Constituição de 1824 e a lei de 1827 marcaram o desenvolvimento institucional da ideia de importância da instrução pública vinculada à educação moral. Essa necessidade constituía cada vez mais uma possibilidade de estabelecer o império. Garrido Pimenta (2015) afirma que, ao longo do século XIX, o Antigo Regime foi contestado como não operativo até as necessidades que se impunham. Novas exigências trouxeram em seu conjunto organizações políticas (cf. GARRIDO PIMENTA, 2015) até então inexistentes e que, ao seu modo, levariam à redefinição da relação entre o Estado e a nação. Existia uma organização incapaz de se dissipar, pois a “nação referir-se-ia a uma comunidade organizada num mesmo Estado, que por sua vez forneceria a base material da existência da nação e em seu nome exerceria a soberania. Nada, porém, de imediato” (p. 21).

Tal qual afirmou Garrido Pimenta, instituiu-se uma organização fundada em necessidades, condições e interesses. As alterações mais amplas ocorridas nos encaminhamentos dados após a independência foram influenciadas pelos movimentos políticos e econômicos desenvolvidos na América espanhola. Constatou o autor que no universo da política luso-americana daqueles anos se percebia, em decisões tomadas ou projetadas, a influência da crise instaurada pela dissolução do império espanhol na América. O autor, ao observar as dinâmicas de superação de uma ordem antiga e a construção de uma ordem diferente da vigente apontou que houve continuidades nos encaminhamentos; também rupturas. Alertou o autor sobre a necessidade de não perder de vista o que estava atrelado aos acontecimentos ocorridos. Isso requer respeitar a

especificidade das alterações que podem ter influenciado os modos de pensar na melhor organização para o Brasil (GARRIDO PIMENTA, 2015).

Desde as primeiras edições da *Aurora Fluminense*, houve publicações da *Revista Semanaria*,<sup>178</sup> que listava projetos em processo de aprovação na Câmara dos Deputados. Constavam trinta e sete, voltados ao fortalecimento do sistema representativo e ao combate do modo absolutista de governar. Destacamos a extinção da Intendência da Polícia, Fisicatura Tribunal, a comissão dos vendedores de remédios, a Mesa da Consciência da Ordem, a lei sobre a vitalidade do Senado (AURORA FLUMINENSE, 18 ago. 1828, p. 329). Eras estas são representações de instituições que, tal qual se lê na Constituição de 1824, deviam sair da cena pública.

A *Aurora Fluminense* difundia um entendimento de que a instrução pública do império, mesmo na maioria das vezes orientada pelo exemplo europeu quanto a definir sua filosofia, a organização de seus estatutos ou seus regimentos para instituições criadas, não era afastada da realidade brasileira. “Adaptações” eram feitas, pois os que a conduziam observavam as condições de sua atuação, procuravam associar conhecimentos as possibilidades de ensino. Nesse sentido, quando se tratava de compêndios escolares, se pensava em adaptar o material que algum professor havia desenvolvido ou aplicado em meio aos seus alunos. Não se tinha pronto o material; era preciso produzi-lo. Para isso, os professores precisavam ter acesso a papel<sup>179</sup> e a locais onde arranjar possibilidades de pôr alunos em condições de aprendizagem; isto é, numa sala de aula.

Não por acaso, tipologias da formação educacional foram defendidas na *Aurora Fluminense*. Evaristo da Veiga, em muitas passagens, teve de argumentar com quem, para combatê-lo, citava a não formação dele em curso superior. A credibilidade de suas análises era posta em dúvida; e isso abalava seus propósitos de formar uma opinião pública sobre ideias suas ou as de seu grupo político. É possível que após 1834, ano de instituição do Ato Adicional, a fragilidade política dele começou a ganhar maior força.

---

<sup>178</sup> *Revista Semanaria dos Trabalhos Legislativos da Camara dos Senhores Deputados*. Rio de Janeiro, Tipografia do Diário, 1828. (Consta ano 1828 na Biblioteca Nacional). Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=EV8CAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=EV8CAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 7 maio 2021.

<sup>179</sup> Papel era matéria cara, daí ser coisa rara. Uma medida disso está nas práticas de escrita de Evaristo da Veiga. Em documentos manuscritos por ele, vê-se o aproveitamento de todo o espaço da folha para registrar assuntos que queria comunicar. O que dizer dos móveis, das roupas, do tempo a se empregar na tarefa.

O desgaste do governo regencial em razão de revoltas o fez levar à publicação textos idealizadores de um homem brasileiro que precisava ser forjado. Esse homem estava em consonância com seus interesses políticos e/ou para atender aos interesses políticos de quem o apoiava; também aos dos que indicavam ser a favor de suas ideias sobre comércio, transporte, trabalho e instrução. Com efeito, Evaristo da Veiga defendeu, para meninos órfãos ou pobres, uma formação em ofícios mecânicos, em atividades mais simples, que levassem menos tempo para ser formarem. Ele defendeu a reforma realizada no seminário de São Joaquim, Rio de Janeiro, em 1831; criar instituições similares à do Rio de Janeiro e da Bahia. Na escolha de cartas recebidas de correspondentes, percebemos a publicação das que exemplificavam profissões úteis como fator de desenvolvimento para a cidade do Rio de Janeiro; ao menos uma possibilidade de diminuir dificuldades estabelecidas entre trabalho manual e intelectual.

Na linha de preocupação com certos grupos sociais como órfãos, Evaristo da Veiga se atentou à importância de se perceber a instrução da mulher como relevante para formar o cidadão que se esperava constituir aos poucos na sociedade. Em seus textos, a mulher devia receber mais instrução distinta daquela direcionada aos afazeres domésticos, por mais que fosse vista na condição de inferior ao homem. Para Veiga, as mulheres deviam ter formação que lhes desse condições de educarem a prole, de modo que se pudesse construir um entendimento diferenciado do sistema representativo — do voto — e das liberdades concedidas pela Carta Magna. No caso das liberdades, seriam as que em nenhum momento abalariam a construção da sociedade. Afinal, para Evaristo e os homens de seu tempo histórico, tal qual estabelecido na Constituição, o julgamento das capacidades seguiria o critério das virtudes e dos talentos individuais. Nesse sentido, alguns homens de destaque em atividades políticas, da imprensa e do comércio foram agraciados com a ajuda de Veiga. Alguns foram alfabetizados por ele e se dedicaram à escrita, como Francisco de Paula Brito; a outros garantiu condições de se formarem em curso superior na Europa.

Através dos números da *Aurora Fluminense*, é possível perceber Evaristo da Veiga como intelectual por meio do que procurou polemizar nos espaços que ocupou. Seja de modo considerado conservar ou com ideias que vislumbravam uma sociedade mais avançada, de fato ele ofereceu e interpretou fatos para a sociedade que teve acesso aos seus escritos. Para isso houve uma convergência de esforços no movimento a que

foi submetido em sua caminhada nos diferentes âmbitos. Para ele, não se teria o desenvolvimento de um império, no caso o brasileiro, sem uma culminância de esforços.

E por que se considera esse entendimento? Porque Veiga propôs discutir e levantar possibilidades de desenvolvimento de projetos: construção de estradas/pontes para dinamização do comércio; melhoria de instrumentos que seriam empregados na produção agrícola, na melhoria da saúde e produção de animais (gado, porcos, ovelhas), na melhoria da saúde física de homens, mulheres e crianças, na melhoria dos correios. Em relatos aparecem preocupações com problemas de saúde com bichos de pé ou dor de dente que poderiam causar danos maiores para aquele ou aquela que estivesse sujeito a moléstias. Esse prejuízo se daria também para aqueles que compunham o seletivo grupo dos “homens de bem”. Afinal, o investimento não era pouco para adquirir a posse. Entre essa posse estava a mão de obra escrava que em sua análise mesmo trazendo o problema de degeneração de costumes era necessária para a produção. O Brasil teria que lutar ao poucos para superar esse processo de modo “lento e gradual”. Nesse embate não se podia fazer um império só de “braços ou cabeças”. Era preciso uma organização do que poderia servir de modelo.

Desenvolveu um olhar perspectivo a partir da materialidade que se apresentou aglutinou, formulou e propagou ideias que identificaram intencionalidade educativa. Ou seja, houve uma conexão entre o debate do jornal e a necessidade educacional. No calor daquele momento era preciso pensar em um homem que pudesse trazer uma alteração no quadro construído no período colonial, no que se refere a política, cultura, economia, educação moral e instrução. Evaristo da Veiga falava na necessidade da sustentação de um pacto social no Brasil e diferentes alternativas foram apontadas para efetivação desse projeto.

As preocupações de Evaristo da Veiga lhe deram uma interpretação de fatos que evidenciam uma percepção: o movimento de esforços não se daria por meio de uma total separação entre aquilo que se diz e o que se faz. Nesse sentido, ele demonstrou se safar de um discurso vazio entre seus pares. Procurou demonstrar apresentar o que via como problemático na sociedade: organização administrativa e necessidade de formar conhecimento não só naquele que governaria, mas ainda sobre o que era a representação política; como o homem que poderia se fazer representar deveria se portar; entender o

voto como recurso para a realização desse processo. Ele levantou perguntas em busca dos sentidos sobre a governabilidade, a obediência, a ordem tendo a lei como regramento. Mesmo que essa obediência, por vezes estivesse atrelada a violência e até a destruição (quilombos, mestre-escola pouco capacitado, incentivo ao armamento de homens considerados de bem). O combate estava em torno do que ameaçava esse projeto de sociedade. Entre as ameaças, estavam as lutas de grupos políticos mais radicais ou conservadores frente ao que estava posto na sociedade.

A propaganda de Evaristo da Veiga se fazia pela publicização dessas ideias, via conversa, leitura e escuta, pois pretendia formar uma opinião por ele e seus pares defendida. Nesse ponto, diferentes autores destacaram o modo como o discurso era organizado para o jornal e para a participação nas sessões da Câmara dos Deputados. Ou seja, estava presente um esforço para que as discussões convergissem para um determinado ponto de interesse. Nesse ponto, se faz realmente pensar no homem daquele tempo para compor as edições, os textos, receber os jornais com outros interesses, defendê-los ou combatê-los. É importante ter a compreensão de que Veiga capacitou demandas por meio de seus discursos escritos para levar a uma reflexão. Uma delas foi a instrução. A necessidade da educação moral e da instrução permeou os escritos não só da *Aurora Fluminense*, mas ainda de suas cartas, poesias e registros das participações na Câmara.

A regeneração de costumes como uma das pautas podia ser alcançada ao se focar em diferentes pontos. Era necessário se preocupar com a educação da menina, do menino. Não se poderia apenas imitar o que ficava no caldo da convivência com os escravos, com o homem apresentado por Luccock como bruto, que mesmo com a mulher com um filho doente deixou que ela o carregasse todo o tempo. Aquele homem descrito por Luccock entendia aquilo como normal, uma tarefa da mulher por mais exaustiva que fosse. O homem pensado deveria educar os filhos, de acordo com algumas passagens da *Aurora Fluminense* “na ternura e na obediência”. Já a mulher precisaria conhecer um pouco mais que os simples afazeres domésticos, saber instruir o filho em costumes diferenciados dos existentes, se pudesse ensiná-lo a escrever e ler, tanto melhor. Poderia ainda ensiná-lo regramentos sociais de uma nova forma de governo. Os conhecimentos oferecidos para as meninas não precisavam se igualarem aos dos meninos, mas se poderia ofertar mais condições de entender a governança.



Nesse caminho, a educação moral e a instrução tirariam os moços do perigo de cometerem delitos e terem como destino a Casa de Correção. Até esse espaço precisava ser pensado de modo diferente. Poderia se seguir exemplo da Filadélfia e oferecer bíblias para os moços, algum padre ensinar-lhes a ler; e — quem sabe? — poderiam melhorar a sua moralidade. Outro ponto era a formação dos médicos, o perigo apresentado pelos charlatões. Era preciso deixar “costumes antigos” pensar em novos conhecimentos que ajudassem a cuidar de tantas doenças que podiam afastar os homens de seus projetos. Até a comida foi comentada como algo que interferia na saúde.

Outro ponto discutido foi a necessidade de construções, de pontes, de estradas, invenções. Aqui foi muito bem vinda à experiência dos estrangeiros que viviam no Brasil. Exemplos foram citados na Inglaterra tinham-se muitos homens da classe proletária que por conta da questão do comércio haviam sofrido com diminuição de seus salários. Estavam em busca de outros lugares e isso poderia auxiliar o Brasil em seu desenvolvimento.

O ponto crucial da pesquisa foi a observação da necessidade de uma formação para conhecimentos em profissões diferentes: construtor de pontes, o traçar de estradas, litógrafo, escritores de atas, sapateiro e outras. Essa necessidade vinha a calhar com duas questões debatidas nos documentos que trataram especificamente da instrução: a) a pouca abrangência da instrução oferecida em virtude das condições materiais e culturais vividas; b) a manutenção da ordem no país. Fica exposto que havia aí o germe do entendimento que aquela pessoa sem recursos poderia ter uma formação que encaminharia para determinadas funções. Esse desempenho de trabalho iria colaborar para o próprio desenvolvimento comercial. Um caixeiro, por exemplo, precisava saber ler, contar, fazer os cálculos, ser honesto nas transações estabelecidas. Aqui os homens poderiam aprender as profissões úteis e ensinar outros homens. Para que se ensinassem outros homens precisavam também ser formados.

Em meio a excertos de textos como de Mr Achile Mura defendeu-se não precisar de uma educação para o pobre igual à do rico. Certos ensinamentos para o homem pobre iriam tirá-lo de sua verdadeira utilidade — o trabalho. Para isso, a instrução primária estaria de bom tamanho. A formação em uma profissão lhe daria o sustento e a contribuição para a sociedade. Visualizamos o possível germe da dualidade do ensino

que tanto foi discutida futuramente, organizada leis e programas de estudo, em especial nas últimas décadas do século XIX e ao longo do século XX.

Precisava-se pensar no professor. Esse professor tinha que ter um conhecimento para ensinar. Não poderia ensinar apenas “cantilenas” como certo pároco. Precisa saber sobre meios. Afinal, como entendeu com os ensinamentos de seu pai mestre-escola, ler e escrever fazia uma enorme diferença na vida; aprender línguas também. A comunicação não se dava só em português. Aprender a ensinar também era uma profissão muito útil. Era preciso materiais para que esse professor ensinasse. Divulgou livros e materiais. Um aconselhamento foi dado: que o professor aproveitasse seus escritos e os transformasse em meios para que outros aprendessem ou pudessem ensinar.

Acreditamos ter apresentado elementos para compreensão de um pensamento educacional, que mesmo não criando uma lei específica para a educação caminhou na toada para a possibilidade de uma formação moral, instrução e formação em profissões úteis visibilidade. Também trouxe para debate incentivos à formação de moços em cursos superiores, apoio à mudança nas instituições e estatutos existentes. Ou seja, estavam postos caminhos para a educação que os “talentos” individuais iriam decidir. Nesse embate não se podia fazer um império só de “braços ou cabeças”; era preciso uma organização do que poderia servir de modelo.

Convém lembrar, porém, que a violência foi diretriz adotada para coibir formas de extrapolação dos lugares sociais que aos poucos se estabeleciam na organização hierárquica da sociedade da/de Corte. Muitos se rebelaram ou buscaram seu quinhão de sobrevivência na sociedade; mas as instituições sociais — a instrução, o sistema produtivo etc. — contribuíram para impor adequações — pensadas ou não — a fim de dissipar intenções de mudança, isto é, de manter a estrutura social favorável a poucos (como se manteve e até o presente deste estudo).

No projeto de país pensado e defendido por Evaristo de Veiga nos seus primeiros passos, consideramos o estabelecimento da tranquilidade (mesmo com a violência) frente aos descontentamentos e interesses diversos. A causa maior seria a unidade territorial assegurada. Em especial na década de 1830, costumes arraigados na sociedade que vinham de uma tradição da dominação colonial deveriam ser rompidos. Essa foi uma forte razão para os entraves na política. Esse rompimento não poderia ser

brusco, não poderia ser por separação, e sim pela construção da compreensão e a formação de uma opinião pública. Nesse ponto, se especificam as interpretações de Veiga sobre a realidade apresentada e um projeto de país que buscava características modernas. Essas características modernas resultariam do incentivo ao desenvolvimento da produção agrária, ao fortalecimento das relações comerciais entre o Rio de Janeiro e setores internos das províncias, à conquista de conhecimentos sobre técnicas e máquinas ou instrumentos mais apropriados à produção.

No meio urbano, se teriam pessoas que desenvolvessem atividades simples, com conhecimentos que pudessem ser empregados em diferentes setores de serviços da sociedade ou industrial. Não é possível classificar suas defesas em um único ponto como setores urbanos ou rurais. Os discursos se davam de um modo generalizado, a depender do interesse defendido. Para esse projeto societário, Veiga viu a instrução, seja por meio da filantropia ou subsídios do governo uma das possibilidades. A instrução poderia contribuir, por exemplo, na produção de conhecimentos sobre plantas, remédios, alimentos, aberturas no comércio, fuga das credices — associando-se ao que se entendia como ciência no período.

A instrução serviria como modo de civilizar, seja pela leitura de obras, pela escuta da leitura de um jornal ou ao se aprender determinado tipo de trabalho. O trabalho em algum tipo de ofício também civilizaria os sujeitos. Ressalta-se que a proposta de instrução técnica lançada não era similar ao ocorrido na Europa, em particular na Inglaterra, a partir do modo de produção capitalista. Mas pode se associar às visões postas em debate naquele momento, como os exemplos apresentados de nações desenvolvidas.

As leituras possibilitavam diferentes interpretações sobre a realidade. Aquele tempo era de incertezas, violência e compreensão de que escravizar pessoas era necessidade, apesar de ser horrendo. Mas como correr dela? Como fugir de sua lucratividade? Como fugir dessa mão de obra na produção? Como correr o risco de perder posições ocupadas em âmbitos econômicos? A propriedade não poderia ser ameaçada. A ameaça não mostrou ser caminho viável. Era preciso manter a ordem para governar uma sociedade carente de alterações na estrutura social. Havia a preservação de privilégios nas camadas sociais. A contraditória constatação de pessoas com níveis elevados de concentração de riquezas (questão fundiária) e outros que, mesmo livres,

tinham poucas possibilidade ou possibilidade nenhuma de mobilidade social. A realidade apresentada no período era de um mundo híbrido/dúbio, que falava em liberdade, à luz de escritos do liberalismo clássico; e embora se tenha estabelecido algumas liberdades (após o Ato Adicional de 1834), atingiam uma minoria. Veiga considerou a formação técnica para desenvolver uma (determinada) função, um meio privilegiado de formação para o sujeito pobre. Esse sujeito contribuiria, desse modo, para o desenvolvimento econômico do país; para se alcançar a civilidade e impregnar uma identidade no homem — a de brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

**A** luz dos documentos históricos levantados para fazermos este estudo, Evaristo Ferreira da Veiga e Barros se projeta como homem igual a tantos outros políticos e jornalistas de seu tempo. Mas, pela participação no debate político, se tornou figura proeminente dos anos finais da década de 1820 até meados da década de 1830. Foi entendido como alguém cuja vida e obra em sentido lato se abrem à observação de constituição de um pensamento educacional num momento da política quando outras questões estavam na baila das preocupações e pareciam bem mais necessárias.

A formação de um modo de pensar na educação entre os anos 1824–37 esteve atrelada à necessidade de desenvolver costumes diferentes dos vigentes. Da concretude do dia a dia vivido, deriva a concepção de homem que pudesse se instruir minimamente pela leitura e escrita para se aproximar de ofícios que pudessem trazer desenvolvimento do comércio, da comunicação (com a imprensa e as tipografias), dos transportes e outros. Esse homem poderia ter, com seus talentos, a possibilidade de interagir pela escrita de textos para a imprensa ou a leitura de periódicos por meio dos quais se proporião a formação de uma opinião pública sobre a sociedade e sua organização política. A dinâmica de compreensão dessas questões procurou pistas que dessem condições de observar a constituição de um modo de pensar na educação no interior das relações sociais e intelectuais que Evaristo da Veiga estabeleceu na materialidade de seu

pensamento, sobretudo pelo suporte da escrita impressa, mas também pela manuscritura e oralidade.

A luz lançada por documentos e estudos prévios clareia um movimento presente em uma sociedade que possuía como base genuína de produção o trabalho escravizado, contudo, nos projetos debatidos o termo liberalismo apareceu como aquele que possibilitaria um desenvolvimento e levaria o Brasil a se equiparar a outras nações. Percebeu-se que as ideias sobre a liberdade e a instrução foram vistas como possibilidades de romper ou manter estruturas sociais por campos diversos de análise. A busca do estudo foi pela compreensão da singularidade histórica representada por Evaristo da Veiga para tentar ver processos, movimentos e eventos que o conduziram a formulação de proposições sobre um ideário educacional.

A fim de construirmos uma compreensão da pessoa de Evaristo da Veiga como agente que colaborou com ideias para projetar um Brasil desejável segundo a cosmovisão de dado político condicionada pelas perspectivas históricas postas, foi preciso lidar com a escrita: cartas, discursos na Câmara e textos jornalísticos que se apresentam na materialidade em suas ações. Por esses registros da vida no tempo de Veiga e posterior à sua morte, vislumbramos compreender como sua particularidade interpretativa estava imersa no entendimento da sociedade nos encaminhamos para observar dados factuais de sua vida. Nessa trajetória, ele conviveu muito de perto com o acesso à leitura e escrita; esteve preocupado com questões relativas à saúde, ao desenvolvimento dos transportes de mercadorias, à comunicação, à instrução não só para a elite dirigente, mas ainda para populações que careciam de profissões mais simples ligadas a atividades manuais. É claro, Veiga não chegou a formalizar um projeto de instrução; porém, por meio de debate político e sua atuação social em instâncias variadas da vida pública, vimos um entrelaçar dessas circunstâncias que delineou uma perspectiva de visão educacional para o seu tempo mesmo.

Convém lembrar que Evaristo da Veiga fez parte de um grupo político — os liberais moderados — que ganhou força de governo após a abolição de dom Pedro I, em 1831. E uma das maiores preocupações dos grupos dirigentes da política após a Constituição de 1824 foi trabalhar para consolidar o império brasileiro após a independência. Essa consolidação acirrou seu movimento a partir de 1831, ano marcante na vida de Veiga. Havia interesses variados em disputa em torno da

preocupação de organizar o Estado em seus aspectos políticos, administrativos e social. Como disse Carvalho (1990), tratava-se, antes, de dar garantias para que a unidade política permanecesse, para organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social.

Evaristo da Veiga, que atuou como deputados junto a outros com características mais radicais ou mais moderados ante as dele, procurou meios para efetivar o propósito de organização política e social. Ao final da década de 1820, início da de 1830, vivenciou a divisão radical entre elites políticas e um movimento catalisador da esfera pública. Havia projetos que beiravam a medidas próximas das tomadas no período colonial; outras representavam uma transformação na ordem político e social ao incorporarem propostas que traziam debates em torno da soberania popular e um governo republicano com feições democráticas — a cidadania para a população livre. Tais ideias políticas foram duramente repreendidas pelo governo regional, em que os liberais moderados exerceram poder desde seu início.

Nesse sentido, o grupo de que fez parte Evaristo da Veiga, na procura por atender a todos os interesses econômicos e políticos chegaram à medida política da instituição do Ato Adicional, em 1834. Isso fez com que facções com teor mais radical nas províncias passassem a fortalecer poderes regionais. À medida que trouxe mudanças na Constituição de 1824, a atitude governamental tentou conter conflitos entre grupos políticos que disputavam o poder do governo central. E Veiga passou por dissabores por estar junto ao governo regencial, pois os grupos políticos com interesses conflitantes e que traziam na bagagem descontentamentos de tal governo se inflamaram com revoltas sérias a partir de 1835.

Evaristo da Veiga fez parte desse movimento por meio das ideias veiculadas e fortalecidas entre os seus pares políticos — de características moderadas; como tal ele viu, na violência, na destruição de projetos, um incentivo a outros projetos com a interceptação e apropriação de informações de comunicações daqueles grupos que não pensavam como ele e os seus; que supostamente poderiam trazer riscos a medidas propostas pelos moderados. Ao mesmo tempo, Veiga viu que havia possibilidades de forjar um homem diferente por meio da instrução e educação moral voltada às circunstâncias postas na materialidade e expressas na dimensão social. Isso denota que seu pensamento foi marcado por acontecimentos políticos, direcionamentos econômicos

e organizativos pensados para o Brasil após a independência. Ao se procurar estabelecer um modo novo de governo por meio do sistema representativo, se partia das bases postas na estrutura social, dos costumes existentes das contradições presentes no Brasil, da instrução possível e da formação moral necessária.

Percebe-se nesse movimento que as suas proposições para um modo de pensar na instrução e a educação moral foram pinçadas das preocupações que lhe apareceram em um primeiro plano. Ao debater interesses políticos, econômicos, organizativos do Brasil com seus interlocutores, apontou uma preocupação com a instrução para conscientização do sistema político. Nesse ínterim, se fez importante pensar em instruir a mulher como um vetor melhor qualificado na educação dos filhos. Também propiciar mais entendimento da saúde, dos costumes, da importância do voto. Era um sopro de civilidade que poderia ser impulsionado nas gerações futuras. Questões como escravidão, liberdade e instrução engrossaram debates publicados na *Aurora Fluminense*. Dizia-se da “desgraça” provocada aos costumes de mulheres, crianças, jovens e homens pelo contato tão próximo com homem e mulheres escravizados. Ao mesmo tempo, a instituição da escravidão era vista como necessária ao sistema produtivo — defendida nos discursos dos que falavam contra leis antitráfico como as impostas pela Inglaterra — e entendida como degenerativa dos costumes.

Nessa contradição, o que imperou na *Aurora Fluminense* e, talvez, na tribuna com os debates levantados por Evaristo da Veiga, foi a temática da contrariedade relativa a quem traficava carne humana. Ou seja, atentar contra direitos de propriedade não era uma coisa a ser pensada, mas combatida. Melhor então — como disse Veiga — se as alterações ocorressem de modo lento e gradual. Como tantos outros que discursavam contra o tráfico, Veiga possuía gente escravizada. Alertava-se que a questão do tráfico era o problema; mas essa é outra questão. As ameaças ao sistema produtivo tomaram força, gerando medo e pavor de revoltas de africanos. Saíram na *Aurora Fluminense* textos comemorativos de notícias da destruição de alguns “horrendos” quilombos.

Em meio a toda essa dinâmica, a instrução e a educação moral poderiam, aos poucos, constituir condutas diferentes que, no pensar de Evaristo da Veiga, aos poucos formariam o homem que se caracterizasse como o representante do Brasil — o brasileiro. Mesmo que isso não estivesse posto, estava em vias de construção. Como



percebemos, Veiga atuou como aglutinador de ideias por meio de suas redes de relações, em seus escritos, nos debates da Câmara e noutras formas e noutros espaços. Em discussões e debates em torno de interesses políticos, econômicos, individuais ou coletivos, forjou um modo de perceber possibilidades de uma instrução para aquele menino sem recursos. Poderia ser uma formação em ofícios mecânicos, e não só para as armas. Aqueles que possuíam seus talentos econômicos ou fossem auxiliados pela filantropia poderiam alcançar uma educação mais “adiantada”. A formação para ofício mecânico poderia colaborar para a estabilidade da ordem ao dar uma “utilidade” ao sujeito, no meio social.

Tal suposição e, talvez, constatação parecem levar ao ponto e caminho iniciais que nos direcionaram a este estudo, à pesquisa que é lhe subjacente; isto é, às contradições em torno da destituição do Seminário de São Joaquim — que formava para ofícios mecânicos e armas — e da criação do Colégio Pedro II, em 1838. O redator que reativou a *Aurora Fluminense* em 1837, alguns meses após a morte de Evaristo da Veiga, mostrou-se contrário a ideias do grupo político que havia assumido o governo da regência a partir de 1837 e recobrou o debate que já estava presente nas publicações de Veiga, em anos anteriores. O *Sete de Abril* a que é direcionado a tutela como redator a Bernardo Pereira de Vasconcelos combatia em seus textos as argumentações da *Aurora Fluminense*. Ante o evento de alteração nas funções da antiga instituição, a *Aurora Fluminense* combateu a proposta, os estatutos da instituição, sua função, os gastos, dentre outras questões. Dessa forma, o novo redator retomou trechos de Veiga expostos em edições anteriores a 1825, quando ele cessou a primeira vida da *Aurora Fluminense*.

À época — nós o vimos —, Veiga havia defendido iniciativas públicas ou particulares que buscassem desenvolver o tipo de formação desenvolvida pelo antigo Seminário de São Joaquim. Essa instituição que tinha uma formação eclesiástica passou por uma reforma em 1831, promovida pelo ministro Lino Coutinho que mudou seus Estatutos. O novo programa de ensino teria como intencionalidade principal formar para ofícios mecânicos. Veiga destacou essa medida no período e enobreceu outros dirigentes políticos que a imitaram, como na Bahia.

Com efeito, na *Aurora Fluminense* houve continuado do debate sobre a necessidade de formar para profissões chamadas de úteis à sociedade. Essa ideia deve ter sido forte, pois o novo redator a retomou para fortalecer seus argumentos em 1838 e combater a medida governamental. Essa forma de ver a necessidade de uma educação diferenciada ganhou força nos movimentos revoltosos ocorridos nas províncias e na cidade do Rio de Janeiro em contestação a medidas governamentais. Evaristo da Veiga não seria seu precursor, afinal esses ofícios eram ensinados não só naquele momento. Contudo, ao longo das publicações em seus tempos de *Aurora Fluminense*, defendeu iniciativas que intencionavam essa formação e o ensino das primeiras letras.

Com efeito, viajantes que passaram pelo Brasil demonstraram a condição que se encontrava a instrução. Luccock (1975, p. 86) afirmou que os primeiros rudimentos da instrução tinham “apanhado” os caixeiros de seus pais, geralmente moços portugueses. O viajante (pesquisador) deu notícias de que as crianças, para aprenderem, ficavam em pequenos espaços e todos liam ao mesmo tempo. Ao se observar o processo de alfabetização após duzentos anos se percebe pouca viabilidade na metodologia. Já a cópia disse ser melhor para desenvolver. Homens como Luccock e Saint-Hilaire puderam demonstrar por meio do relato de suas viagens pelo interior do Brasil os costumes que podem ter preocupado em grande parte Evaristo da Veiga. Em seus incentivos à Sociedade Amante da Instrução e Sociedade da Educação Elementar que atendiam, em especial, os filhos dos sócios, deixavam parte da demanda dos recursos obtidos para a compra de papel, penas e livros, socorros medicinais, vestuário e calçados para os órfãos.

Luccock e Saint-Hilaire observaram aspectos culturais, políticos, geográficos e econômicos do Brasil no século XIX e evidenciaram parte dos costumes. Luccock (1975, p. 24–26) disse que própria a arquitetura das casas, a geografia e o clima eram influenciadores de moléstias. Na arquitetura para a construção das casas em sua feitura deixava a convivência de homens, mulheres, crianças, e quando se tinha recurso — escravos com os animais domésticos. Havia um exalar de cheiros desagradáveis nos compartimentos que propiciavam o desenvolvimento de moléstias nos moradores. Para ele, a sociedade do Rio de Janeiro era barulhenta e populosa. Tinha ainda uma concentração de lojas de comércio na parte central da cidade. Isso promovia a agitação e barulho em um pequeno espaço. Relatou que as lojas varejistas tinham pouca condição

para apresentarem produtos como tecidos de lã e algodão, ferramentas que vendiam. Uma questão tratada que nos aproxima da preocupação de Evaristo da Veiga e tantos outros é o trato dado aos produtos alimentícios, a exemplo da carne dos animais abatidos. As condições apresentadas deixavam os alimentos sujeitos à contaminação. A rusticidade das casas também era um fator que chamou a atenção. A construção era precária por conta da ausência de conhecimentos. A rusticidade se observava ainda no mobiliário, como disse Luccok.

Evaristo da Veiga reclamou da falta que faziam homem com conhecimento em profissões úteis como a construção civil (casas, pontes, estradas...). Com uma maior abertura no comércio houve a necessidade de mais construções alfandegárias. A *Aurora Fluminense* trouxe textos se referindo à organização das casas alfandegárias, do profissional que iria conduzir o ambiente e das demandas. Transparece a importância que aquele local tinha pelo comércio. Veiga observou que sujeitos em mendicância poderiam aprender ofícios mecânicos como carpinteiros, pedreiros, barbeiros, couteiros, ferreiros e outros.

Tais ofícios estavam na listagem de Luccock. O viajante também relatou muitos indivíduos que se encontravam em situação de mendicância na cidade. Outro ponto indicado em suas observações foram os costumes da família na mesa de jantar. Relatou que até na casa daqueles senhores que possuíam pessoas para servi-los (escravizados) as apresentações da casa não eram as das melhores nos móveis, dados seus requintes e formatos. Na educação doméstica, ao se servir a alimentação, geralmente eram os homens que utilizavam facas; mulheres e crianças levavam a comida à boca com os dedos.

As estalagens interioranas foram classificadas como prostíbulos por Auguste de Saint-Halare na segunda viagem que fez do Rio de Janeiro para Minas Gerais e São Paulo. A mesma questão foi comentada por Luccock (1875, p. 75–6) sobre as mulheres e suas vestimentas. Saint-Hilaire as mencionou e afirmou que os trajes eram de extremo mau gosto, que as mulheres andavam descalças naquelas paragens.

Outro dado de relevância para a pesquisa foi o cuidado atribuído à educação das crianças era precário. Se atenção à indumentária e aos modos à mesa da criança era pouco observada, à atenção à sua formação, muitas vezes, nem existia; parecia ser algo indiferente. Evaristo da Veiga quando falou das filhas ou dos sobrinhos em suas cartas

dava a tônica de que era preciso dar ordem, respeito e ternura à criança para que não se desviasse do caminho do bem. Para isso se fazia necessário “ornar” o espírito das mulheres com “alguns” conhecimentos para talhassem seus filhos.

A formação da mulher foi debatida. As mulheres que entravam na família eram investigadas, ao que parece. Essas constatações se aproximam das ideias de Johann Heinrich Pestalozzi<sup>180</sup> (1746–1827) quando reflete sobre a questão. Contudo, provavelmente Evaristo da Veiga não teve contato com escritos do autor. Contudo, ao que os indícios indicam, essa era uma preocupação presente na ambientação em que Veiga viveu.

Já Sant-Hilaire comentou a visualização de que crianças louras, no interior por onde passou, não eram raras de se encontrar. Cuidou de destacar, porém que esse nascimento a partir de “traços privilegiados” não adiantava muito. Depois de quinze anos vivendo naqueles lugares, haviam queimado a pele e, de certo modo, desmanchado a beleza. Talvez, no seu entender isso os levasse a perderem uma característica que demonstrava algo de diferente, ao menos nas características físicas que tinham pessoas (1974, p. 79). A preocupação com uma “orla de negrinhos” dito no comentário de uma carta tratada aqui e muito criticada por Evaristo da Veiga demonstrou ser algo comum.

O botânico ainda comentou um ponto muito destacado ao longo da *Aurora Fluminense*: a saúde. Relatou Saint-Hilaire ter encontrado em Baependi, no sul de Minas Gerais, muitas pessoas que sofriam de bócio. Não demonstravam ter como se tratarem, de acordo com o naturalista. As moléstias era um problema gritante nas publicações da *Aurora Fluminense*.

A comunicação também foi um ponto de sérias dificuldades. Em suas andanças na zona paulista Saint-Hilaire disse ter perguntado para as pessoas sobre os movimentos políticos como os ocorridos nos finais da década de 1820, entre Portugal e Brasil. Afirmou que quase ninguém teve informações sobre os fatos. A comunicação fez parte das preocupações não só de Evaristo da Veiga, como dos redatores de outros jornais. Veiga enfatizou projetos que pretendiam aumentar as possibilidades de comunicação nas regiões interioranas do Brasil. Apelou para a iniciativa particular a

---

<sup>180</sup> Nas *Cartas para a educação infantil*, Pestalozzi (2012, p. 13) disse: “Luego que una madre há observado em su hijo las primeras e desarrollo, se suscita una nueva cuestion: ¿De que modo habrá que dirigir esas nacientes facultades? ¿Cuales de ellas exigen una atención más cuidadosa y cuáles son las disposiciones que tienenluego mayor repercusion em El bien Del niño?”.

realização de projetos em troca de favores. As poucas informações que as pessoas recebiam da parte Central do Brasil (centro político) geravam dificuldades no replique da informação que o governo queria passar.

Outra observação de Saint-Hilaire foi das poucas ações feitas pelo governo para os pobres. Em seu entendimento não havia nações que procurassem atender às pessoas que viviam de uma forma miserável por esses lugares. Nesse sentido, criticou a distribuição de terras no Brasil, poucos tinham acesso. Um dado interessante foi a de afirmar que o povo daqui não tinha força de empreendimento. Ao começar um negócio frente às dificuldades, desistiam. Muitas vezes uma construção era iniciada e ficava inacabada. Houve debates sobre isso no jornal de Evaristo da Veiga, porém nada que trouxesse ameaça aos proprietários.

Se assim o for, então seria o caso de ver em Evaristo da Veiga um homem que teve condições — como tantos outros — de sintetizar ideias e aglutinar visões. É possível perceber em seus escritos que as formas de instrução poderiam promover um entendimento dos sujeitos como partes de um convívio maior — a sociedade. Tal compreensão poderia, ainda, promover uma sistematização na política de governo que abriria espaços de desenvolvimento. Nesse argumento, portanto, este estudo vislumbra — como tese possível — o contexto de origem do que se concretizaria como marca indelével da educação brasileira: uma instrução de formação para o trabalho, outra para a continuidade acadêmica. Vemos nas proposições de Veiga e nos desdobramentos do seminário e da escola a chamada dualidade da educação no Brasil; ou seja, a dualidade social, a estratificação social, a exclusão social, a diferenciação social... É réplica dos traços que parecem insistir em existirem no sistema em que a educação brasileira se insere.

Ainda assim, espanta que um país que, em 1900, tinha a quase totalidade de sua população na condição de analfabeta tenha chegado a ser a sexta economia do mundo não faz muito tempo. Em cem anos, os *brasileiros* foram capazes de superarem cem anos de atraso educacional caso se pense que América do Norte e países da Europa Central entraram no século XX com cem por cento da população escolarizada (Alemanha, França, Inglaterra, Suíça, Países Baixos...). Esses *brasileiros* incluem professores, alunos e comunidades escolares, alguns governos federais, estaduais e municipais, alguns pensadores... Em 2022, todos podem ser visto como o *povo*

*brasileiro* que Evaristo da Veiga almejou que se formasse no Brasil que ele idealizou: um povo instruído seria capaz de contribuir para o desenvolvimento do país. Em que pese certo tom piegas da afirmação, ela nos faz querer aprofundar as relações entre Evaristo da Veiga, instrução e pensamento educacional. A pesquisa abriu muitas searas de reflexão porque ele tratou de quase tudo em seus textos, da produção de material didático às condições do ambiente de ensino (a sala de aula), do ensino de línguas a programas escolares... Os textos de Evaristo da Veiga parecem se abrirem a uma leitura do abecedário da educação brasileira... O que nos anima a continuar os caminhos abertos pela pesquisa subjacente à tese de doutorado que fechamos com este ponto final.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, M. V. F. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- ALEXANDRE, M. V. F. *O império português (1825–1890): ideologia e economia*. *Análise Social*, vol. XXXVIII, n. 169, 2004.
- ALEXANDRE, M. V. F. A desagregação do Império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824–1826). *Análise Social*, v. XXVIII, n. 121, 1993.
- ALEXANDRE, M. V. F. O liberalismo português e as colônias da África (1820–1839). *Análise Social*, v. XVI, p. 61–2, 1980.
- ALVES, Gilberto Luis. O liberalismo e a produção da escola pública moderna. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis. *Liberalismo e educação em debate*. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007.
- ALVES, Cláudia. Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Pensadores sociais e a história da educação II*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- ALVES, Cláudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27–55, jan.–abr. 2019. ISSN 0102-6801. Disponível em < <http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v33n67a2019-47879>. Acesso em: 19 set. 2022.
- ALVES, Cláudia. Intelectuais na história da educação. Palestra proferida. Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação – GRUPPED/DCIE em parceria com Departamento de Ciências da Educação. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 24 jul. 2020.
- ALMEIDA, Fernando H. M. *Constituições do Brasil*. Legislação Brasileira, Biblioteca da Livraria Acadêmica. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1961.
- ALMEIDA, José Ricardo P. A. *Instrução pública no Brasil (1500–1889: história e legislação*. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2000.
- ANDÁ-AÇU. Verbete. In: GREEN Nation. *Species*. Disponível em: <https://greennation.com.br/species/anda-acu/>. Acesso em: jul. 2021.
- ANDRÃ, Helmut. Alexander von Humboldt e as suas relações com o Brasil. *Revista de História*, v. 25, n. 52, 1962. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121720>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ANDRADE, Vera Lúcia C. Q. *Colégio Pedro II. Um lugar de memória*. Tese (doutorado em História Social) — Instituto de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

ANDRADE, Marcos F. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais — Campanha da Princesa (1799–1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANDRADE, Marcos F. Imprensa moderada e escravidão: o debate sobre o fim do tráfico e temor do haitinismo no Brasil regencial (1831–1835). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4º, 12 a 15 de maio de 2009, Curitiba, PR. ISBN 978-85-61022-23-5. Disponível em: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos4/marcosferreiradeandrade.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo/Brasília: Ática/ed. UnB, 1988

ARMITAGE, John *História do Brasil*. São Paulo, edição de Eugênio Edgas, 1914.

ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, 1965.

ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luis Adão da. *Brasil–Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru: Edusc; São Paulo, FAPESP; Portugal, 2000

AZEVEDO, Manuel D. M. Sedição militar na ilha das cobras em 1831. *Revista trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil*, t. XXXIV, parte 2, 1871.

AZEVEDO, André N. As idéias de decadência e regeneração no ideário político de Antero de Quental. *Intellectus*, ano 4, v. I, 2005, ISSN 1676–7640. Disponível em: <[www2.uerj.br/~intellectus](http://www2.uerj.br/~intellectus)>. Acesso em: set. 2021.

BARATA, Carlos E. *Relação de pessoas que saíram de Portugal em companhia do Príncipe regente no dia 29 de novembro de 1807*. IHBG, lata 490, pasta 29; ANRJ, fundo Negócios de Portugal, cód. 730.

BASILE, Marcello O. N. C. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2001.

BASILE, Marcello O. N. C. *O império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial*. Tese (doutorado em História Social) — Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BELLOTO, Manoel L.; CORREIA, Anna M. M. *Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983.



- BERBEL, Maria Regina. A nação como artefato: Deputados do Brasil nas cortes portuguesas 1821-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico escravo no Brasil*. São Paulo: ed. USP, 1976.
- BITTENCOURT, Flávia Rodrigues. Entre rupturas e permanências: progressistas e conservadores em Portugal na primeira metade do século XIX. *Convergência Crítica*, Dossiê: história política, n. 10, 2017. Disponível em: <36534-Texto do Artigo-122578-1-10-20180721.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.
- BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Diccionário Bibliográfico Brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1970, 2º v; 7º v.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOTO LEITE, Bruno M. A biblioteca do antigo Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro: inventário das obras que restaram. Biblioteca Nacional. *Anais...* Rio de Janeiro, RJ, v. 130, 2014.
- BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, a infância e da escola*. São Paulo: ed. UNESP, 2017.
- BRASIL. *Lei Orgânica de 1817 discutida pelo Conselho do Governo*. In: BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais da Biblioteca Nacional*. Revolução de 1817. Ministério da Educação e Cultura Documentos Históricos, vol. CIV (Biblioteca Nacional divisão de obras raras e publicações – I – 30, 34, 3 n. 45), Rio de Janeiro, 1959.
- BRASIL, Bruno. *O Farol Paulistano*. In: HEMEROTECA da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 1º abr. 2015. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-farol-paulistano/>. Acesso em: maio 2022
- BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o segundo império*. In: VEIGA, Luis Francisco de. *Biografia dos Brasileiros Ilustres: Conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga*. RIHGB. T. 42, v. 59, PT 2, 1879.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- CABRAL, Alfredo Valle. *Noticias das obras manuscriptas e inéditas relativas á viagem philosophico do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pelas capitancias do Grão-Pará. Rio Negro, Mato Grosso e Cuybá (1783–1792)*. In: *Anais da Biblioteca do Rio de Janeiro*, v. 73, 1954.

- CAIXETA, João Roberto. *Poder e saber nos editoriais do “monitor Sulmineiro”*. Dissertação (mestrado em história) — UNICOR, Três Corações, MG, 2011.
- CAMARA DOS DEPUTADOS. *A história da câmara dos deputados: o império do Brasil*, junho de 2007. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/oimperio.html>>. Acesso em: 8 maio 2021.
- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira* (resumo para principiantes). São Paulo: Humanitas, 1999.
- CARDOSO, J. L. *Portugal como problema, a economia como solução*. Lisboa: Público/FLAD, 2006.
- CARDOSO, Lino de Almeida. Subsídios para a gênese da imprensa musical brasileira e para a história do Hino da Independência, de Dom Pedro I. *Per Musi*, Belo Horizonte, n. 25, p. 39–48, 2012.
- CARNEIRO, M. B. *Portugal regenerado em 1820*. 3ª ed. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1821 14x11 cm, 107p, fotocópia, Brochado.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1996.
- CARVALHO, José M. *Pontos e bordados: Escritos de História Política*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: ed. 34, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, José M. *Pontos e bordados: Escritos de História Política*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2005.
- CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; BASILE, Marcello Otávio de Neri Campos (org.). *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820–1823)*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora UFMG, 2012.
- CASADEI, Antonio. *Notícias históricas da cidade da Campanha: tradição e cultura*. Niterói: Serviços Gráfs. Impar, 1987.
- CASSIMIRO, P. H. P. O Liberalismo Político e a República dos Modernos: a crítica de Benjamin Constant ao conceito rousseauiano de soberania popular. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 20, p. 249–86, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/239>. Acesso em: 20 ago. 2021

CASTANHO, Sérgio E. M. A Educação escolar pública e a formação de professores no Império Brasileiro. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Izabel Moura (org.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR; Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2002.

CHAVES, Eduardo O. C. Preâmbulo a uma defesa do liberalismo. *Pro-Posições*, v. 8, n. 2[23], mar. 1999.

CONSTANT, Benjamin. Discurso pronunciado no Athenée royal de Paris, 1819 por Henri-Benjamin Constant de Rebecque (1767–1830) escritor e político francês de origem suíça Tradução de Loura Silveira.

CONSTANT, Benjamin. *A liberdade dos antigos comparada com à dos modernos*. Discurso pronunciado no Athénée royal de Paris, 1820. Textos escolhidos de Paris, 1980.

COSTA, Emilia V. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

COSTA, Wilma Peres. A fiscalidade e seu avesso: centro e províncias na constituição da estrutura fiscal brasileira na primeira metade do século XIX. In: CHAVES, Claudia M. G.; SILVEIRA, Marco Antônio (Org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argymentvm; Brasília: CAPES, 2007.

CUNHA, Luiz Antonio. A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª ed [revista]. São Paulo: ed UNESP, 2007.

DE PRADT, Dominique Dufour, Baron de (1759-1837). *De las colonias y de la revolución actual de la América (1817)*. Biblioteca Virtual Del Patrimônio Bibliográfico. Iberoamérica.(Disponível em <https://bvpb.mcu.es/iberoamerica/es/consulta/registro.do?control=BVPB20070012963>> Acesso em: 13 fev. 2021

DIAS, Maria Odila L. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alamedo, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

- DÓRIA, Luís Gastão d'Escragnolle. *Memória histórica comemorativa do 1º centenário do Collégio de Pedro Segundo (1837–1937)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1937.
- FAMOSOS MAÇONS. *Curiosidades da maçonaria*. Disponível em: <<https://famososmacons.blogspot.com/>>. Acesso em: 26 set. 2021.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 ed. São Paulo: Globo, 1997.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004.
- FARIA, Maria A. O. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. *Revista do IHGBI*, Rio de Janeiro, v. 266, p. 68–148, jan./mar. 1965.
- FARIA FILHO, Luciano M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T. FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.135–50.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Pensadores sociais e História da Educação*. 3ª ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827–43). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 1999.
- FERNANDES, Francisco; GUIMARÃES, F. Marques; LUFT, Celso Pedro. *Dicionário Brasileiro Globo*. São Paulo: Globo, 1997.
- FONSECA, Thais. História Cultural e história da Educação na América Portuguesa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associado, n.12, jul/dez. 2006.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro: (1790–1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GARCIA, Nathalie F. *Raízes do Monitor Sul Mineiro*. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br>. Acesso em: jun. 2020.
- GARRIDO PIMENTA, João P. G. De Raynal e De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no BRASIL. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, maio de 2010.
- GARRIDO PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808–1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015.

GENI. *Lourenço Xavier da Veiga* [árvore genealógica da família de Evaristo da Veiga]. People. Disponível em: <geni.com/people/Lourenço-Xavier-da-Veiga/6000000015482900740>. Acesso em: 7 nov. 2021.

GENOVEZ, Patrícia Falco. *Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no segundo Reinado*. Universidade Federal Fluminense. *Tempo*, v. 16, n. 30, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042011000100011>. Acesso em: fev. 2021

GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2004.

GONDRA, José G.; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e educação no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809–1861)*. Tese (doutorado em História Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

GRAHAM, Maria Dundas. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822, 1823*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

GUIMARÃES, Lucia M. P. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado em História) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império*. São Paulo: Grijalbo, 1972.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric; HANGER, Terence, (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*. Dispersão e unidade. Tomo II. 2. V. 4ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque. A herança colonial, sua desagregação. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *História geral da civilização brasileira* (t. II). O processo de emancipação (v.1). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.13–47

JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/Imprensa Oficial/ed .USP/FAPESP, 2001, v. 1.

- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808–1842*. 2ª edição Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais*, 1988.
- LIMA, Israel S. *Claudio Manuel da Costa; Domingos Gonçalves de Magalhães e Evaristo da Veiga*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira das Letras, 2002 (Coleção Afrânio Peixoto, Série, Vol. 5).
- LOJA UNIVERSITÁRIA. *Evaristo da Veiga*. Disponível em: <https://lojauniversitaria.mvu.com.br/site/evaristo-da-veiga/NybQ5XHNmvg-3/atr.aspx>>. Acesso em: 23 set. 2021.
- LORENZ, Karl M. O ensino de ciências no Imperial Collegio Pedro II: 1838-1889. In: \_\_\_\_\_. *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tomadas durante uma estada de dez anos, de 1808 a 1818. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1975.
- LUSTOSA, Izabel. Projetos para uma pátria imaginada: o Brasil de José Bonifácio e Hipólito da Costa. *Teresa*, São Paulo, p. 160–73, 2003. Disponível em: <[revistas.usp.br/Teresa/article/view/99348/97809](http://revistas.usp.br/Teresa/article/view/99348/97809)>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- LYNCH, Christian E. C. O Projeto Moderador na Constituição de 1824 e no anteprojeto Borges de Medeiros de 1933: Um estudo de direito comparado. *Brasília*, a. 47, n. 188b, out.–dez. 2010.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho do meu tio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACHADO, Ubiratan. *Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras*. São Paulo: Atêlie Editorial, 2009.
- MACHADO, Ubiratan. *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Cariocas*. São Paulo: ed. USP, 2013.
- MAGALHÃES, Basílio de. Evaristo da Veiga. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, RJ, 12 de maio de 1937, Biblioteca Nacional.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: a civilização e o poder no Brasil às vésperas da independência (1808–1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- MARROCOS, Luiz J. S. Cartas escritas à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. In: BIBLIOTECA Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1939, LVI.
- MARTINS; SILVA, E. P. *Suspiro saudoso sobre o sepulcro do finado egrégio cidadão fluminense Evaristo Ferreira da Veiga*. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. de Paula Brito, 1838. Biblioteca Nacional, obras gerais, V – 262, 4, 5, N. 8.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado 1842–1889*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- MATOS, Ilmar Rohloff de; GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOSO, José; TENGARRINHA, José. História de Portugal. *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: ed. UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.
- MELO, Francisco I. M. H. *Esboços biographicos*. Biblioteca Brasileira: Rio de Janeiro, Tipografia do *Diário do Rio de Janeiro*, 1862.
- MENDES DOS REMÉDIOS, Joaquim. *História da literatura portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1930.
- MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.
- MENDES, Raíenle V. *Sociabilidade e imprensa no período regencial: a Sociedade Amante da Instrução e a Sociedade da Instrução Elementar do Rio de Janeiro*. 2014. [Não paginado]. Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura em História) — Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.
- MOISES, Alzenira Francisca de Azevedo. *O Colégio Pedro II: Controvérsias acerca de sua fundação*. Dissertação (mestrado em História da Educação) — Universidade Estadual de Maringá. 2007.
- MORAES E SILVA, Antônio. *Diccionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabulários impressos até agora*. A-E. Tomo primeiro. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, v.1.
- MOREIRA, Luciano da Silva. Tipografia e espaço público na Província de Minas Gerais (1828–1842). In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., FCRB, UFF/PPGCOM, UFF?LIHED, 8–11 2009, Casa Rui de Barbosa, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:

<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/tipografias.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia das Letras da Bahia, 2001.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 45.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820–840)*, 2005.

MOREL, Marco. Mediações em tempos híbridos: entre pátrias e revoluções. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n°11, p. 34–38, mai. 2010.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo, Perspectiva: ed. USP, 1972.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

NOVAIS, F. A. As dimensões da independência. In: MOTA, C. G. (org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777–1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PACHECO, Félix. *O publicista da regencia*. Rio de Janeiro: tipografia do *Jornal do Commercio*, 1899 [acervo Bibl. do Senado].

PEREIRA, Miriam Halpern. Diversidade e crescimento industrial. In: MATTOSO, José; TENGARRINHA, José. *História de Portugal*. Bauru; EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO; Instituto Camões, 2000.

PINHEIRO, Susana M. D. Religião, sociedade e vintismo no *Jornal Astro da Lusitânia*. *Lusitânia Sacra*, 2ª série, n. 16, 2004.

POPKIN, Jeremy de. Uma revolução racial em perspectiva relatos de testemunhas oculares da Insurreição do Haiti. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 293–310, jan./jun. 2008

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RANGEL, Genaro. *Semeadura e colheita: memória histórica da imperial Sociedade Amante da Instrução*. Belo Horizonte, Lutador, 1979.



- RANGEL, Ronaldo R. *A trajetória da sociedade amante da instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829–1876)*. Tese (doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. 2013.
- RAYNAL, Guillaume Thomas François [Abade Raynal]. *A revolução da América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- RENAULT, Delso. *Rio Antigo nos anúncios de jornais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.
- RODRIGUES, José H. Prefácio. In: DOCUMENTOS Históricos da Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Editora Nacional, 1945.
- SÁ, Victor de. *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820–1852)* Tese (doutorado) — Universidade do Minho, Braga, 2021. Disponível em:  
<https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/download/38/74/985-2?inline=1>
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, 1974.
- SANTOS, Ana M. Auge e decadência econômica do recôncavo da Guanabara: o caso de Itaboraí. In: GRAHAM, Richard (org.). *Ensaio sobre política e economia da província fluminense no século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2010.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Innocencio F. *Diccionario Bibliographico Portuguez* (tomo 9: Suplemento: Letras C-G). Lisboa: Imprensa Nacional, Imprensa Nacional, 1870.
- SILVA, Janaína de Carvalho. *As relações de Veiga e Vasconcellos no período das Regências: de aliados a adversários políticos (1831-1837)* Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de São João Del-Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas.
- SIMONI, Luiz V. Elogio de Evaristo Ferreira da Veiga. In: SOCIEDADE Amante da Instrucao. *Collecção de...* Rio de Janeiro, 1837.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais* in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

- SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora. Pour une histoire culturelle du politique. Vingtième Siècle. *Revue d'histoire*, n. 57, p. 121–31, janvier–mars 1998. Disponível: <https://doi.org/10.3406/xxs.1998.3716>.
- SOARES, Ana Loryn; SILVA, Elton Batista de. A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791–1804). *Ameríndia*, ano 1, v. 1, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Otávio Tarquínio. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/528941>.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. V. III. Vida Cultural. Parte I. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes Ltda, 1942.
- VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- VERGUEIRO, Nicolau Campos. *Relatório...do anno de 1832 apresentado a Assembléia Geral Legislativa em sessão ordinária de 1833*. In: BRASIL. Ministério do Império. Ministro Nicolau Campos Vergueiro. *Relatório... do anno de 1832 apresentado a Assembléia Geral Legislativa em sessão ordinária de 1833* (Publicado em 1833).
- VIANA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras* (primeiro e segundo volume). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema de pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre a imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Taborda de (Org.). *Cinco estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional do Brasil. In: LEITE, Juçara; ALVES, Claudia. *Intelectuais e a história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: ed. UFES, 2011.
- VIEIRA, Lidiane Rezende. Evaristo da Veiga e a recepção do liberalismo francês nas páginas do jornal *Aurora Fluminense* (1827–1835). 2016. 119 f. Dissertação (mestrado em Ciência Política) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- VIEIRA, Lidiane R.; MAZUCATO, Thiago (Org.). *Evaristo da Veiga*. Penápolis: ed. FUNEPE, 2019.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828–1829)*. Belo Horizonte. Itatiaia, São Paulo: ed. Universidade de São Paulo, 1985.

WIKIPEDIA. Ordem da rosa. Verbete. Disponível em:

<[PT.wikipedia.org/wiki/Imperial\\_Ordem\\_da\\_Rosa#cite\\_note-1](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imperial_Ordem_da_Rosa#cite_note-1)>. Acesso em: 3 set. 2021.

WIKIPEDIA. D. Antonio de Guadalupe. Verbete. Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio\\_de\\_Guadalupe](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_de_Guadalupe)>. Acesso em: 3 set. 2021.

#### ■ fontes documentais

ANNAES do Parlamento Brasileiro: Assembleia Constituinte - 1823 a. Sessão de 16 de junho, v. 1, t II.

SILVA E SOUZA, Joaquim Vieira da. *Coleção de leis do império do Brasil*. Lei de 3 de outubro de 1834. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM38.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM38.htm). Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Decreto de Fundação do Seminário de São Joaquim, de 12 de dezembro de 1831. COLLEÇÃO de leis do império: actos do Poder Executivo de 1831.

BRASIL. Decreto de Fundação do Seminário de São Joaquim, de 12 de dezembro de 1831. In:

BRASIL. Lei de 3 de outubro de 1832. Leis do Império do Brasil. Disponível em:

[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html). Acesso em: 20 jun. 2022.

COLLEÇÃO de Leis do Império: actos do Poder Executivo de 1831

JUIZO de órfãos e ausentes. *Inventário post-mortem de Evaristo da Veiga*. 1837. ZN – Notação: Arquivo Nacional – AN – BR RJAN, RIO ZN.8532 N.442.

LEIS DO IMPÉRIO. Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm). Acesso em: 22 jun. 2022.

SOCIEDADE DEFENSORA DA LIBERDADE E DA INDEPENDÊNCIA

NACIONAL. *Relatórios da Sociedade Amante da Instrução*, 1833–1849. Manuscritos. Rio de Janeiro, 1831, Biblioteca Nacional.

SOCIEDADE AMANTE DA INSTRUÇÃO. Collecção de diversas peças relativas à morte do illustre Brasileiro Evaristo Ferreira da Veiga, para servir de continuidade ao folheto intitulado: honras e saudades á memória de Evaristo da Veiga, tributadas pela Sociedade Amante da Instrução, em 12 de agosto de 1837. Rio de Janeiro, 1837.

### ■ fontes bibliográficas

O ESTUDANTE CONSTITUCIONAL. *Em defesa dos brasileiros insultados escreve ao Sachristão de Carahi o Estudante Constitucional, amigo do filho do Compadre do Rio de Janeiro impressa em 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

VEIGA, Luis F. *O primeiro reinado a luz da sciencia ou A Revolução de 7 de abril de 1831 justificada pelo direito e pela história*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Luzinger & Filhos, 1877.

VEIGA, Evaristo da. *Despedida das Campanhenses à Ilma Sra D. Edeltrudes Maria da Veiga, e ao Ilmo Sr Evaristo Ferreira da Veiga*. S. d. Biblioteca Nacional (Manuscrito). Disponível em:

<[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss\\_I\\_07\\_11\\_010/pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss_I_07_11_010/pdf)>.

Acesso em: 29 set. 2021.

VEIGA, Evaristo da. Sessão de reunião do Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independencia Nacional do dia 10 de maio de 1833. In: *Atas da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independencia Nacional*, Rio de Janeiro.

VEIGA, Luis F. Biografia dos brasileiros ilustres: conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga. *RIHGB*, T. 42, v. 59, pt. 2, 1879.

VEIGA, Evaristo da. *Poesias de Evaristo da Veiga*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1915.

VEIGA, Evaristo da. *Caderno de metafísica*, manuscrito, Rio de Janeiro, s. d.

VEIGA, Evaristo. A remessa de tropas para o Brasil. IN: HADAD, Jamil Almansur, org. *História poética do Brasil*. São Paulo: Letras Brasileiras, 1943. Disponível em: [http://www.antoniomiranda.com.br/poesia\\_brasis/rio\\_de\\_janeiro/EVARISTO%20FERREIRA%20DA%20VEIGA.html](http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/rio_de_janeiro/EVARISTO%20FERREIRA%20DA%20VEIGA.html). Acesso em: 30 jul. 2022

### ■ fontes epistolares

ABREU E LIMA, José Inácio de. Correspondência. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or1469035/or1469035.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1469035/or1469035.pdf).

ABREU E LIMA, José Inacio. Carta do General Abreu e Lima ao redactor da Aurora, subtítulo – em resposta ao artigo – Rio de Janeiro. *A Torre De Babel*. Rio de Janeiro, 16 Jan. 1833.

COMPADRE DE BELÉM. Carta do Compadre de Lisboa tipografia Real em 1821, no Rio de Janeiro Disponível em

<https://books.google.com.br/books?id=EV8CAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt>

[-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](#). Acesso em: 7 maio 2021.

O ESTUDANTE CONSTITUCIONAL. *Em defesa dos brasileiros insultados escreve ao Sachristão de Carahi o Estudante Constitucional, amigo do filho do Compadre do Rio de Janeiro impressa em 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

VEIGA, Evaristo. Carta a José Athaide Moncorvo, 22 jan. 1834.

VEIGA, Evaristo da. *Carta a João Pedro da Veiga dando noticia sua e de sua familia*. Vila da Campanha, 20/4/1836. Biblioteca Nacional - I 02,29, 111 – Manuscritos Avulsos

VEIGA, Evaristo da. *Carta a João Pedro da Veiga informando que o caminho para Paraty melhorou porque a chuva parou e tratando de viagens*. Rancho Novo, 28/11/1836. Biblioteca Nacional – I 02, 39, 112 – Manuscritos Avulsos.

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 2 dez. 1836.

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 12 dez. 1836

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 13 dez. 1836

VEIGA, Evaristo da. Carta ao irmão João Pedro da Veiga, 23 nov. 1836

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 28 nov. 1836

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 23 dez. 1836

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 2 jan 1837

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 13 jan. 1837

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 22 jan. 1837

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 23 jan, 1837

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 2 fev. 1837, s. p

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 12 fev. 1837

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 13 fev. 1837

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 22 fev. 1837

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 4 mar. 1837

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 13 mar. 1837

VEIGA, Evaristo da. *Carta a João Pedro da Veiga contando o nascimento de sua sobrinha e tratando de assuntos familiares*. Vila da Campanha, 23/03/1837. Biblioteca Nacional. Manuscritos Avulsos. Localização I 02,29, 107.

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 23 mar. 1837.

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 2 abr. 1837

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 13 abr. 1837

VEIGA, Evaristo. Carta a João Pedro da Veiga. Minas Gerais, 20 abr. 1837.

#### ■ fontes jornalísticas

AMIGO DA JUSTIÇA. [Correspondência]. *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, 11 maio 1829, “Variedades”

ASTRO DA LUSITANIA. Lisboa, 5 fev. 1822, n. 357

ASTRO DA LUSITANIA. Lisboa, 30 out. 1822, nº 1

AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 21 maio 1827, n. 46

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 1º fev. 1828

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 14 mar. 1828

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 14 abril 1828, n. 34

AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 15 abr. 1828, n. 35

AURORA FLUMINENSE. *Interior*, Rio de Janeiro, 2 maio 1828

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 16 maio 1828

AURORA FLUMINENSE. *Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 28 maio 1828

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 8 ago. 1828, n. 77

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 13 ago. 1828, n. 79

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 18 ago. 1828, n. 80

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 20 ago. 1828, n. 81

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 27 ago. 1828, n. 84

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 7 jan. 1829, n. 138

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 9 jan. 1829, n. 139

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 15 abr. 1829, n. 178

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 27 abr. 1829

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 5 maio 1828

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 6 maio 1829

AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 8 maio 1829

- AURORA FLUMINENSE *Variedades*. Rio de Janeiro, 11 maio 1829, n. 188
- AURORA FLUMINENSE. *Variedades*. Rio de Janeiro, 11 set. 1829, n. 238
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 18 dez. 1829, n. 283
- AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 1830, n. 287
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 15 mar. 1830
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 2 jun. 1830
- AURORA FLUMINENSE. *Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 15 mar. 1830, n. 330
- AURORA FLUMINENSE. *Mais Cartas do General das Massas aprehendidas em Pernanbuco*. Rio de Janeiro, 17 mar. 1830, “Interior”
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*, Rio de Janeiro, 3 maio 1830, nº 332
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 25 out. 1830, n. 404
- ARAUJO, Domingues L. S. Sr. Redactor — Correspondência. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, 10 dez. 1830, n. 422
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 5 jan. 1831, n. 433.
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 7 jan. 1831
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 1831, nº 445
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 6 abr. 1831, n. 468
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 13 abr. 1831, n. 471
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 7 abr. 1831, n. 477
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 30 maio 1831, n. 490
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 18 jul. 1831, n. 500
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 31 ago. 1831, n. 525
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 28 set. 1831, n. 536
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 14 nov. 1831
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 14 dez. 1831
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 28 fev. 1832
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 2 mar. 1832
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 1832, n. 604
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 21 mar. 1832, n. 607
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 4 maio 1832, n. 624

- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 5 maio 1832, n. 633
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 6 jun. 1832, n. 648
- AURORA FLUMINENSE. [Anúncio]. Rio de Janeiro, 3 ago. 1832, n. 659
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 13 ago. 1832, n. 663
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 7 nov. 1832
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 1832, n. 697
- AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 21 jan. 1833, n. 724
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 23 jan. 1833, n. 726
- AURORA FLUMINENSE. *Soliloquio de hum vottante de boa-fé*. Rio de Janeiro, 15 fev. 1833, n. 735
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 4 mar. 1833, n. 741
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 5 mar. 1833
- AURORA FLUMINENSE. *Variedades*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1833, n. 742
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 17 mar. 1833
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 20 mar. 1833
- AURORA FLUMINENSE. *Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 29 mar. 1833, n. 751
- AURORA FLUMINENSE *Variedades*. Rio de Janeiro, 12 abril 1833, n. 756
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 6 maio 1833, n. 766
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 17 maio 1833
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 1833, n. 800
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 13 set. 1833
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 20 dez. 1833
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 3 jan. 1834
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 31 jan. 1834, n. 869
- AURORA FLUMINENSE. *Artigo comunicado*. Rio de Janeiro, 19 fev. 1834, n. 877, “Interior”
- AURORA FLUMINENSE. *Artigo comunicado*. Rio de Janeiro, 19 fev. 1834, “Interior”
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 28 fev. 1834, n. 878
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 3 mar. 1834, nº 882



- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 7 mar. 1834, n. 888
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 17 mar. 1834, n. 886
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 19 mar. 1834, n. 888
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 21 mar. 1834
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1834, n. 890
- AURORA FLUMINENSE. *Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 4 abr. 1834, n. 894
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 14 maio 1834
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 1834, n. 910
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 27 jun. 1834, n. 925
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 20 out. 1834, n. 970
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 1º ago. 1834, n. 942
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 27 fev. 1835, n. 22
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 16 mar. 1835, n. 1
- AURORA FLUMINENSE. *Interior*. Rio de Janeiro, 6 abr. 1835
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 31 ago. 1835
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 7 out. 1835, n. 1.103
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 16 out. 1835, n. 1107
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 2 nov. 1835
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 13 nov. 1835
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 11 dez. 1835, n. 1130
- AURORA FLUMINENSE *Interior*. Rio de Janeiro, 13 nov. 1835
- O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. *Introdução*. Rio de Janeiro, 15 jan. 1833, n. 1
- COMPADRE de Belém. Carta do compadre de Belém ao Redactor do Astro da Lusitania dada luz pelo compadre de Lisboa. *Astro da Lusitânia*, Lisboa, 1821
- DIÁRIO DA CAMARA DO SENADO. Rio de Janeiro, 1832
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 18 jan. 1830, n. 13
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 13 abr. 1836, n. 9
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 7 jun. 1836, n. 5

- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 23 jan. 1837, n. 18
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 13 maio 1837.
- DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 17 maio 1837, n. 13
- DO PROPAGADOR. Instruir os homens, deffundir as luzes. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, 28 maio 1834, n. 915, “Interior”
- ECHO DO IMPÉRIO. Rio de Janeiro, 1880–89
- IMPOSTOR VERDADEIRO. Carta Segunda do Compadre de Belem ao Redactor do Astro da Lusitânia dada á luz pelo Compadre de Lisboa”, escrita em 13 de janeiro de 1821. *Astro da Lusitânia*, 1821
- JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 28 fev. 1828, n. 21
- JORNAL DO COMMÉRCIO. Rio de Janeiro, 27 jan. 1831
- JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 19 jul. 1839
- JORNAL DOS DEBATES. *Evaristo Ferreira da Veiga*. Rio de Janeiro, 20 maio 1837, n. 6, “Necrologia”.
- M. Evaristo Ferreira Causas e circunstancias de sua morte prematura. *Jornal dos Debates*. Rio de Janeiro, 15 jul. 1837, n. 21.
- MENTOR DAS BRASILEIRAS. Rio de Janeiro, 30 ago. 1829, n. 1.
- NOVA LUZ BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 20 jul. 1831.
- O CHRONISTA. Rio de Janeiro, 20 maio 1837.
- O CHRONISTA. Rio de Janeiro, 16 ago 1837.
- O HOMEM E AMÉRICA. Rio de Janeiro, 5–10 de 1831, 11–46 de 1832, 47–51, 1833.
- REVISTA SEMANARIA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DA CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS. Rio de Janeiro, Tipografia do Diário, 1828. Disponível em:  
[https://books.google.com.br/books?id=EV8CAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=EV8CAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 7 ago. 2021.
- SAY, Jean Baptiste. *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, 1º fev. 1828, 13, f. 3.
- TORRE DE BABEL. Rio de Janeiro, 9 jan. 1833.
- TORRE DE BABEL. Rio de Janeiro, 16 jan. 1833.

**■ acervos consultados**

Arquivo Nacional

Arquivo Público Mineiro

Fundação Biblioteca Nacional

Centro de Memória Cultural do Sul de Minas Gerais, Campanha MG, acervo  
Paulino de Araújo